

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**AS “MATAS IMENSAS, GLÓRIA E COROA DE TODOS
OS BOSQUES DO MUNDO” E A “ZONA-DA-MATA”:
SOCIEDADES, PAISAGENS E RECURSOS FLORESTAIS
NA COLONIZAÇÃO DO NORDESTE (C.A. 1780-1808)**

Mateus Samico Simon

Recife, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

***AS “MATAS IMENSAS, GLÓRIA E COROA DE TODOS
OS BOSQUES DO MUNDO” E A “ZONA-DA-MATA”:***
SOCIEDADES, PAISAGENS E RECURSOS FLORESTAIS
NA COLONIZAÇÃO DO NORDESTE (C.A. 1780-1808)

Mateus Samico Simon

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – PPGH/UFPE, sob a orientação da Prof^a Dr^a Christine Paulette Yves Rufino Dabat, na linha de pesquisa “Relações de Poder, Sociedade e Ambiente.

Orientadora: **Christine P. Y. Rufino Dabat**

Recife, 2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária, Divonete Tenório Ferraz Gominho CRB4- 985

S594m Simon, Mateus Samico.

As “matas imensas, glória e coroa de todos os bosques do mundo” e a “zona-da-mata” : sociedades, paisagens e recursos florestais na colonização do nordeste (C..A. 1780-1808) / Mateus Samico Simon. – Recife: O autor, 2014.

342 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Christine Paulette Yves Rufino Dabat.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2014.

Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Mata atlântica. 3. Florestas. 4. Madeira – Exploração. 5. Agricultura antiga. I. Dabat, Christine Paulette Yves Rufino. (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2015-08)

MATEUS SAMICO SIMON

**AS “MATAS IMENSAS, GLÓRIA E COROA DE TODOS OS BOSQUES DO MUNDO” E A “ZONA-DA-MATA”:
SOCIEDADE, PAISAGENS E RECURSOS FLORESTAIS NA COLONIZAÇÃO DO NORDESTE (C.A. 1780-1808)**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **27/08/2014**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof. Dr. Felipe Pimentel Lopes de Melo
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

DEDICATÓRIA

A meu avó Gilvan e meu pai José, homens da
madeira e da natureza, que partiram enquanto este
trabalho estava sendo escrito.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação contou com auxílios do CNPq, por meio de bolsa de estudos para o período do mestrado, e da FACEPE, através de um Auxílio à Mobilidade Discente (2013) para intercâmbio, realizado junto ao Laboratório de História e Ecologia (LABHE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a coordenação dos prof. José Augusto Pádua e Lise Sedrez. Sou grato ao acolhimento por parte deles e dos colegas, permitindo bons momentos de reflexão e trocas, em especial à paciência e gentileza do prof. Pádua em fornecer orientações, sugestões, materiais, e ler vários os vários rascunhos até a qualificação, não tendo sido possível adequar os calendários para que participasse da banca final. Esse trabalho estaria muito menos completo sem o auxílio e atenção constantes da orientadora, Prof^a Christine Dabat, que me apoia há alguns anos, estimulando a excelência e o trabalho árduo em alguém um pouco desleixado e desorganizado, como eu. Com a ajuda providencial e sobre-humana dos colegas de pesquisa em vários momentos, Victor Hugo, Raíssa, Júlio César, José Marcelo, Laura, Sailes e a gentileza de Espedito, este trabalho ficou bem melhor. O Programa de Pós-Graduação em História da UFPE – através de Sandra – deu todo o apoio e atenção necessários para o bom funcionamento da minha vida de discente. Minha mãe, minha irmã e minhas avós estiveram presentes, cada qual à sua maneira, fazendo com que algumas dores e ansiedades fossem abrandadas. Aos muitos amigxs, companheirxs de trabalhos, que participaram de formas diversas em meu crescimento e aprendizado. A Maira, que esteve comigo um bom pedaço do tempo em que fazia esta pesquisa, aturando – e revidando - meu eventual mau humor, distrações e similares. A Chia e Tatá, que salvaram no final.

RESUMO

Esta dissertação analisa as consequências da política florestal portuguesa, que buscava regulamentar/fomentar a atividade madeireira, de forma a auferir lucros transformando algumas das florestas da colônia Brasil em áreas protegidas, na Capitania Geral de Pernambuco entre os anos de 1780 e 1808. Durante esse período, uma série de processos fizeram com que aumentasse a pressão sobre as matas locais, que eram a base tanto da agricultura local quanto da reprodução do comércio interoceânico e interno - a construção naval. Embora as restrições régias incluíssem teoricamente as áreas da agricultura de exportação e de gêneros básicos, no núcleo burocrático e comercial da capitania de Pernambuco, os plantadores mantiveram o domínio efetivo sobre suas matas, e os comerciantes garantiram um acesso abundante aos recursos florestais, a partir do direcionamento da exploração florestal para duas outras áreas: a comarca das Alagoas e a Capitania da Paraíba, com pequenos resultados mais ao Norte. Nesse sentido, o trabalho visa situar as disputas entre agentes envolvidos nessas políticas, (administradores régios, arrematadores dos contratos para exploração de madeiras, plantadores, roceiros, trabalhadores do corte, índios aldeados, etc.) e avaliar os usos da madeira e de outros recursos vegetais, em diversas situações, seja por demandas ultramarinas, seja em redes locais, mostrando que as florestas locais tiveram um papel importante no desenvolvimento regional.

Palavras-Chave: Mata-Atlântica. Agricultura colonial. Exploração madeireira.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the consequences of portuguese forest policy, wich aimed to regulate/promote timber extraction activity, so that it can obtain profits by transforming some forests of Brazil colony in protected areas, in the General Capitaincy of Pernambuco inbetween the years of 1780 to 1808. In this period, a series of processes caused a growth in the pressure upon the local forests, that where the basis of both local agriculture and of the reproduction of interoceanic and internal trade: shipbuilding. Despite royal restrictions included in theory some areas of export and supply-oriented agriculture, in the bureaucratic and comercial core of the Pernambuco capitaincy, the planters maintained the effective domain upon their forests, and the merchants assured an abundant acess to the forest resourses, by directioning the exploitaition into two other areas: the capitaincy of Paraíba and the county of Alagoas, with little results northwards. In this sense, the paper looks to place the wrangle between the agents involved into these policies (royal bureaucrats, purchasers of contracts to exploit timber, planters, dwellers, workers of the *cortes*, settled indians, etc.) and to evaluate the uses of timber and other plant resources, in different situations, by transatlantic demands or by local networks, showing that the local forests had an important role in regional developement.

Key-words: Atlantic Forest. Colonial agriculture. Timber exploitation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABN – Anais da Biblioteca Nacional - RJ

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

DH – Documentos Históricos da Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IAHG/PE – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco

RIAP – Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

AHEx. – Arquivo Histórico do Exército

BN-RJ – Biblioteca Nacional Rio de Janeiro

Mss. - Manuscritos

AN-RJ – Arquivo Nacional Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	
“AQUELE ÚLTIMO IMPÉRIO OCULTO, MADURO PARA A CONQUISTA”: HISTÓRIA AMBIENTAL, OS HUMANOS E AS MATAS DA MATA ATLÂNTICA.....	29
1.1. História Ambiental da Mata Atlântica.....	29
1.2. Paisagem: Pays-Paysage e Landscape.....	38
1.3. Selva ou Jardim? As florestas e os índios.....	45
1.4. Mata Atlântica.....	50
1.5. Florestas do Nordeste.....	56
CAPÍTULO 2	
AS MATAS COLONIAIS DO NORDESTE.....	61
2.1. Colonização e Ecologia.....	61
2.2. Capitalismo/Modo de Produção/ Espacialidade.....	66
2.3. “Novos campos de Tessália”: a expansão da colonização do Nordeste.....	67
2.4. Alimentos.....	80
2.5. Flora do Velho Mundo.....	84
2.6. Impacto dos animais do Velho Mundo.....	90
2.7. Agricultura e matas no Nordeste.....	98
CAPÍTULO 3	
O REFORMISMO ILUSTRADO, AGRICULTURA E QUESTÃO FLORESTAL.....	110
3.1. “ Tanta amargura padeceu a esta limitada doçura”: cana de açúcar.....	115
3.2. Algodão: a árvore do dinheiro.....	132
3.3. Saídas da monocultura: tabaco, alimentos.....	137
3.4. Florestas.....	148
CAPÍTULO 4	
A CAPITANIA GERAL DE PERNAMBUCO.....	160
4.1. Pernambuco no século XVIII.....	160
4.2. Conexões marítimas.....	169
4.3. Construção naval local.....	173
4.4. O Porto do Recife: capital da madeira.....	182
4.5. Pau-Brasil.....	189
4.6. Matas para construção naval.....	193
4.7. Intendência da Marinha.....	204
CAPÍTULO 5	
AS MATAS DA PARAÍBA DO NORTE.....	209
5.1. Políticas das florestas na Europa e no Ultramar (1500-1750).....	210
5.2. A exploração das matas paraibanas.....	218
5.3. Antonio Manuel Prata.....	233
5.4. Bento Bandeira de Mello.....	244
5.5. O ouvidor Antônio Felipe Soares de Brederode.....	248

CAPÍTULO 6	
AS MATAS DE ALAGOAS: A REINVENÇÃO DOS PALMARES.....	252
6.1. Alagoas no século XVIII e XIX.....	256
6.2. Escravidão e liberdades nas Matas.....	281
6.3. Micro-economia florestal.....	263
6.4. A exploração das matas alagoanas.....	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
PERNAMBUCO SEM SUAS MATAS?.....	287
ANEXOS.....	299
REFERÊNCIAS.....	334

INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe estudar as relações entre os grupos humanos e as matas da antiga Capitania Geral de Pernambuco, em um momento histórico no qual as florestas brasileiras passaram a ocupar um papel central na correspondência entre funcionários régios alocados na colônia e a coroa. Esta estava interessada nas possibilidades da exploração madeireira desses territórios, utilizando para isso uma série de práticas de saber – o aparato do “reformismo ilustrado” – e dispositivos legais para a formação de reservas florestais ou para deter a destruição florestal e garantir um estoque regular de madeiras para as necessidades da metrópole. Discute as relações entre os seres humanos e as comunidades vegetais dentro do contexto específico da colonização europeia na área hoje chamada “Zona da Mata” dos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, que durante a segunda metade do século XVIII formavam a Capitania Geral de Pernambuco, incluindo as capitanias anexas do Rio Grande do Norte e Ceará.

A partir desse momento, Portugal, sob a gestão de Pombal, empreendeu um vasto projeto de modernização local, com a reforma urbana de Lisboa, da Universidade de Coimbra, a criação do Real Jardim Botânico e da Real Academia de Ciências. O período marcou a diversificação e intensificação das atividades coloniais, mobilizadas por ideias de racionalização agrícola, de pesquisa botânica local e de transferência de plantas exóticas para o local, envolvendo também a busca do estado em fomentar as exportações de madeira necessárias à autonomia portuguesa. O imperativo reformista do estado colonial, por sua vez, promoveu o aumento da participação de agentes locais na tentativa de propor novas soluções para o aumento das produções da terra. Nesse sentido, é o período melhor documentado e que põe em perspectiva o acúmulo das experiências dos três séculos de colonização do território.

O predomínio regional *de jure* de Pernambuco prevalece até 1819, em Alagoas, e durante o período estudado provocou tensões com as áreas subordinadas pelo melhor aproveitamento de suas produções. A Paraíba e o Ceará conseguiram sua autonomia em 1799, enquanto o Rio Grande do Norte permaneceu subordinado até 1818. Comercialmente, no entanto, o porto do Recife ainda era o maior centro de exportação atlântica das produções dessas regiões. A montagem do aparato da corte portuguesa em terras brasileiras e a consequente abertura dos portos, por sua vez, modificou a dinâmica dos contatos ultramarinos e da circulação interna de mercadorias, marcando um período

de reorganização das atividades internas para sustentar as demandas do comércio direto com Inglaterra, França e outras, e da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse momento, o acirramento mundial das tensões coloniais, formando-se proto-identidades regionais nas colônias, conviviam com a afirmação das identidades nacionais na Europa ocidental, nas quais o estabelecimento de reservas florestais era ao mesmo tempo uma forma de afirmação identitária e um fator estratégico para fins econômicos/militares. Na resposta às demandas da coroa por madeiras de construção, formaram-se novos pactos entre os setores produtivos e burocráticos locais, ao mesmo tempo que um novo componente de modificação ambiental – dada a escala das empreitadas – modificava as relações com a terra, ao favorecer a expansão e reconhecimento de áreas antes marginalizadas pela economia de exportação local.

Os plantadores e burocratas da área central da exploração açucareira mantiveram o domínio efetivo sobre suas matas, a partir do direcionamento da exploração florestal para duas áreas: o litoral da capitania da Paraíba e da comarca das Alagoas. A primeira, era uma área de forte componente populacional indígena, e a segunda marcada pela secular presença de descendentes das comunidades palmarinas, habitando comunidades de pequenos agricultores livres, e “homens do mar”. Em ambos os casos, a forte associação entre uma imagem autoritária dos Ouvidores, com amplos poderes judiciários combinados a uma forte influência pessoal na região, levaram a tensões com a população. A partir da documentação em torno do atendimento das demandas insistentes da coroa, analisa-se as tensões entre interesses estatais, a atuação de funcionários régios em conflito ou cooperação com interesses de proprietários locais, e os setores menos “visíveis” que estavam intimamente ligados aos circuitos da madeira: carpinteiros, calafates, tanoeiros, jangadeiros, índios e pequenos agricultores. Entre esses múltiplos agentes, formou-se um conhecimento das florestas brasileiras, que além disso está relacionado também a um conhecimento “globalizado” do fenômeno florestal.

O trabalho procura contribuir para a inserção melhor circunstanciada da história de Pernambuco no quadro mais geral de trabalhos que recentemente vem sendo escritos a respeito da história ambiental do Brasil. A abordagem da história ambiental justifica-se pela possibilidade que esse campo de estudo permite articular a produção material (ou biofísica) e espacial da sociedade – articulando a geografia, geologia, economia, biologia – sem deixar de lado questões de comportamentos, crenças, representações. Com isso, permite um diálogo com produção acadêmica – já bem melhor documentada - sobre outros locais, especialmente o Rio de Janeiro e Bahia, possibilitando assim

propor questões próprias da realidade local. Essa historiografia permite entender a floresta não somente como um patrimônio que deve ser preservado, mas também como um fator produtivo e um espaço de trocas entre diversos sujeitos, com referências culturais próprias e usos específicos para seus recursos.

A. Zona da Mata

O Diálogo das Grandezas do Brasil inicia-se no debate entre Alviano e Brandônio – um português recém chegado e o outro que já vivia há um longo tempo nas capitanias do Norte das terras brasileiras - sobre uma pequena lã vegetal que o último possuía em uma caixinha, retirada de uma árvore que crescia bem junto à sua casa, e que desenvolvia um fruto “do tamanho de um pêssego”, donde retirava-se uma lã semelhante ao algodão. Espantado com o produto, Alviano dizia que “não de menos consideração me parece o modo da árvore [...] semelha haver-se produzido do sobrado desta casa, onde deve ter as raízes, pois está tão conjunta a ela”. E o interlocutor explicava como a árvore ali nascera:

A umidade de que gozam todas as terras do Brasil a faz ser tão frutífera no produzir que a infinidade de estacas de diversos paus metidos na terra, cobram e em breve tempo chegam a dar fruto; e esta árvore, que vos parece nascer de dentro desta casa, foi um esteio que se meteu na terra, sobre o qual, com outras mais, se sustenta este edifício, que por pender, veio por criar esta árvore, que demonstra estar unida com a parede

A metáfora da riqueza do Brasil estava, assim, calcada na força vegetativa das terras tropicais, e essa imagem servia reforçar a lembrança das utilidades que uma planta, que considerava ignorada, poderiam oferecer aos homens, para “enximentos de travesseiros, almofadas, [...] colchões, [...] se for fiada, se poderá dela fazer panos, posto que chapéus tenho por sem dúvida, que se fariam muito bons”. Alviano, representação de um português recém-chegado na América, duvidava do fato, acreditando que “não era possível estar [a árvore e a lanugem] tanto tempo escondido sem os homens o haverem experimentado”. Da mesma maneira, dizia o personagem luso-brasileiro, “muitas coisas há ainda, assim de frutos como de minerais, por descobrir, que os homens não alcançam sua propriedade e natureza”.¹

O maior exemplo disso, para Brandônio, um suposto habitante antigo das terras brasílicas, era a cana de açúcar, que alguns séculos antes ninguém lhe creditaria ser

¹ BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Recife: Massangana, 1997.

responsável por criar em torno de si uma indústria como a que havia, e igualmente a pólvora, ou o papel feito de panos velhos de linho, embora todos fossem presumivelmente resultantes da indústria humana, e não um produto coletado diretamente de uma árvore crescida ao acaso, como afirmava o outro interlocutor assim como as “limas doces, laranjas e outros semelhantes, que a indústria humana fez produzir por via de enxerto”. Os produtos vegetais – exceto no caso da pólvora – eram o centro do debate, e dentro do que chamaríamos de “natureza” se percebia a distinção entre o “selvagem” – a árvore brotada do madeiramento de uma casa – e o aprimorado pelo homem, cujo ápice de refinamento, à época, era a enxertia, i.e., o cruzamento de espécies distintas por meio da união forçada dos tecidos, e produzindo plantas com características novas, como mostravam as “novidades” das Índias Orientais – laranjas e limas doces, que cada vez mais afluíam para Portugal com as navegações.²

A admiração às produções vegetais que tinha o autor do “Diálogo” no início do século XVII, fazia-o afirmar, pela voz de Alviano, que estas superavam os próprios diamantes e rubis, cuja única função era “serem reluzentes e campearem muito, com alegrarem a vista com sua formosura”. Assim, valia mais o Brasil dos engenhos do que todas as conquistas espanholas, onde abundavam as riquezas minerais. No entanto, questionava Alviano: por que os portugueses ainda apenas se dedicavam à cana de açúcar, cultura já centenária nas novas terras, mantendo-se neste tradicionalismo? Embora a fronteira portuguesa não houvesse avançado muito para o interior, segundo Brandônio ela estaria melhor garantida com o plantio da cana de açúcar, e o Brasil não constituía uma exceção no mundo colonial, seguindo outros exemplos como os

que povoaram as ilhas dos Açores, pelos primeiros se haverem lançado em agricultura do trigo, até o presente permanecem nela; os castelhanos, que povoaram as ilhas de Canárias, deram em plantar vinhas, e o mesmo exercício guardam até hoje em dia, e os que povoaram as ilhas do Cabo Verde tiveram proveito da comutação de negros, e com isso vivem e no reino da Angola, da conquista que também fazem dêles, nessa permanecem; na ilha de S. Thomé deram em lavrar açúcar muito negro, com êle continuam até o presente, e tendo aparelho para o fazer melhor, não se querem ocupar nisso. Os que povoaram as Índias Ocidentais, uns se ocuparam na pescaria das Pérolas, outros em fazer anil, outros em ajuntar cochonilha, outros na cria de gados, outros em lavrarem minas, e todos naquele primeiro exercício em que se exercitaram, nesse permaneceram. Nesse nosso Brasil os seus primeiros povoadores deram em lavrar açúcares;

Assim, dedicaria uma memória a provar que as terras brasileiras poderiam produzir muito mais que o açúcar, “porque a terra é disposta para se haver de fazer nela

² FERRÃO, J. E. Mendes. **A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992.

todas as agriculturas do mundo”. O Brasil produzia copiosa quantidade de carnes “domésticas e selváticas”, com grande quantidade de “aves mansas, que se criam em casa, de toda sorte, e outras infinitas, que se acham pelos campos”, muito peixe, mariscos e carangueijos “que se colhem e tomam à custa de poucos trabalhos”, muito leite de gados, mel das “árvores agrestes”, ovos, frutas, “cultivadas com pouco trabalho, e outras sem nenhum que os campos e matos dão liberalmente”, legume de “diversas castas”, muita mandioca, arroz, e outra “infinidade de coisas salutíferas e de muito nutrimento para a natureza humana”.³

O elogio desmedido da natureza tropical, comum dos primeiros cronistas, deve ser descontado, mas ao longo dos “Diálogos” – e da documentação colonial - aparecem uma série de indícios do amplo mundo que, no fim do primeiro século de ocupação, aparecia aos colonizadores, e que escapava à monotonia do açúcar. Embora seja narrado como a experiência individual de alguém que se mostra como excepcionalmente curioso indagador das coisas da terra, a lã com a qual Brandônio iniciara a sua argumentação (ao que tudo indica a “paina” de espécies de *Ceiba glazowii* ou *C.speciosi*, popularmente “paineira” ou “barriguda”) e tudo o mais que citava, eram objetos de conhecimentos acumulados pelas populações que circulavam pelas terras brasileiras, heranças das sociedades pré-coloniais e do contato dos africanos e europeus com o continente sul-americano. A visão da abundância tropical se contrastava, no entanto, com a inércia do sistema produtivo.

Dois séculos depois, possivelmente em 1818, um autor anônimo – cronista da rebelião do ano anterior – escrevia o que era ao mesmo tempo uma nova denúncia da monocultura açucareira e a afirmação da dominação simbólica desse cultivo na história local, relegando todos os outros a uma posição subalterna:

Mas donde nascia, que a nobre arte da Agricultura, melhorando-se anualmente em todos os países civilizados, somente em Pernambuco estivesse como em 1500? Donde podia nascer, que o método de plantar canas e de fabricar o açúcar, fosse o mesmo que inventaram e trouxeram os companheiros do primeiro donatário? O solo de Pernambuco, alternado [...] com tantos vales e vastas planícies, regado por tantos rios, influído e fecundado por uma atmosfera, e clima, em que parece reinar uma eterna primavera, devia por força convidar os primeiros colonos, e bem como obrigá-los a aplicar-se à agricultura. A mesma provida natureza, negando-lhes as tentadoras minas devia impeli-los para a nobre profissão da agricultura, verdadeiro manancial das sólidas e verdadeiras riquezas [...] os primeiros colonos obedeceram em parte aquela voz, e impulso da natureza: e foram bem recompensados [...] – em parte – por que noutra parte, muito se descuidaram, pois que em um solo apropriado a todas as produções na

³ BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogos das grandezas...** Op. cit. p.32.

natureza, [...] não vemos os primeiros colonos aplicados senão às plantações das canas de açúcar e arte de fabricá-lo! Outros gêneros, legumes por exemplo, milho, mandioca, arroz; como também a criação do gado vacum, e cavalos, eram somente cultivados na medida que bastassem para o consumo das famílias. Os descendentes dos primeiros lavradores seguiram a rotina dos seus pais, continuando por longo espaço de tempo aquela favorita, mas limitada, e imperfeitíssima agricultura! Dessa forma continuavam os rotineiros Pernambucanos, sem mais se lembrarem de que forma possível serem mais sábios, nem mais ricos do que os seus décimos avós! Senão quando uma nova planta, nova pelo apreço, e estima com que começou a merecer, veio acordá-los de sua longa letargia. Abandonaram-se [...] os engenhos, e correu-se para o algodão, e nele fizeram tais progressos que causam espanto.⁴

A explicação da história nacional e regional a partir dos grandes produtos de exportação tem bases sólidas dentro da historiografia e evidentemente sua razão de ser e sua pertinência. No entanto, corre também o risco de reificar preconceitos arraigados desde as crônicas coloniais, como citado acima na disputa entre Alviano e Brandônio e em muitas outras que serão aqui elencadas, em torno da “economia selvagem” dos primeiros habitantes do Brasil e dos pobres de todo o período a partir da invasão dos portugueses, a ponto de excluir da produção acadêmica um grande contingente de seres vivos – sejam os produtores marginalizados, sejam espécies vegetais que acompanharam os humanos nas suas vidas cotidianas. Acompanhando a questão da comercialização de madeira e da mata, a argumentação deste trabalho procura compreender também as populações das áreas de floresta, a ocupação territorial, a estrutura agrária, e a inserção da região dentro do quadro do comércio ultramarino. Através das evidências de uma economia das e nas florestas, poderemos trazer à tona outros agentes da colonização local, e indícios das atitudes mentais em relação à vegetação e paisagem locais.

A área hoje chamada “Zona da Mata” dos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, que durante a segunda metade do século XVIII formavam a Capitania Geral de Pernambuco juntamente com as capitanias anexas do Rio Grande do Norte e Ceará, foi marcada, em sua identidade, pela associação entre o plantio secularmente intensivo da cana de açúcar – metonímia da colonização portuguesa - em detrimento das pretéritas formações de mata que cobriam seu território, encontrando uma célebre formulação por Gilberto Freyre na década de 1930, ecoando os escritos dos vários cronistas e memorialistas coloniais. Em uma época de redefinições na identidade nacional e regional, e em meio ao período de expansão das usinas e estradas de ferro pela área

⁴ Anônimo, “Idéia Geral de Pernambuco em 1817”, **RIAP**, T.VI, 1884, p.58, 96-97.

rural das faixas litorâneas – processo que se estendia desde as últimas décadas do século XIX – acompanhado pela urbanização e industrialização crescentes, Freyre voltou-se ao passado colonial e imperial, protagonizando a atividade açucareira como fator principal do processo de ocupação regional, sedentarizando as populações e os modos de vida.⁵

Em 1937, com a publicação de *Nordeste*, associou de forma íntima a expansão da ‘civilização’ açucareira à uma atitude ecologicamente destrutiva em relação às florestas, uma guerra entre a monocultura e a diversidade da natureza local, perpassando toda a vida das populações humanas, vegetais e animais da região considerada por ele o coração da identidade brasileira. A abordagem de dualismos - como entre cana de açúcar e a floresta e o meio ambiente nativo em geral (água, terra e animais) - acompanha outras obras, como explicitam os seus títulos. A partir de suas publicações e do aparato do discurso regionalista do Estado Novo, criou-se uma ideia de oposição entre o Nordeste das matas, do passado, e do açúcar, no presente, e o Nordeste semi-árido, marcado pela criação de gado.

As possibilidades abertas à pesquisa histórica nacional na primeira metade do século XX, como a publicação das obras dos cronistas coloniais e dos viajantes, e as facilidades de reprodução de manuscritos e da iconografia – especialmente daquela produzida pelos holandeses no século XVII – traziam à tona uma imagem nacional dominada pelas figuras envolvidas no plantio e no fabrico do açúcar, talvez a mais representada atividade da vida colonial no nordeste.⁶ Loreto Couto, em uma crônica nativista do século XVIII, defendia a proeminência do açúcar entre as atividades coloniais:

A oficina de açúcar, chamada por antonomasia Engenho, por ser espaçoso teatro da indústria do humano engenho, é uma admirável fábrica, onde se beneficiam as marinhas do admirável sal, que com superior nobreza, a todos os saís da natureza não abate a sua generosidade, a conservar com escabeches e salmouras, carnes nem peixes, com nativo orgulho escumando, espera que da região do ar, e das mais nobres plantas do campo se lhe entreguem as produções, que o seu fervor sabe sublimar, e exaltar ao ponto da perfeição inacessível ao rigor da maior intemperança do ano. Extraidor dos corpúsculos heterogêneos, e perito coletor das partes homogêneas da mais pura substância da cana. Ao primor do seu magistério deve a república deliciosas utilidades

⁵ FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. 3ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

⁶ Sobre a importância da divulgação das obras de Frans Post, antes conhecido pelas gravuras da obra de Barléus, VIEIRA, Daniel S.L. “Imagens fiéis da terra”: paisagem e regionalismo na recepção às obras de Frans Post pela cultura visual de Pernambuco, 1925-1937, **Domínios da Imagem**, Londrina, ano 2, n. 4, p. 19-32, maio 2009.

Couto não acreditava nos relatos de ter havido na antiguidade produção de açúcar no oriente, por não havê-la mais, postulando que as canas eram nativas e que o açúcar havia começado nas Américas, e logo substituído o mel usado pelos ibéricos em receitas:⁷ No *Novo Orbe Seráfico* de Fr.Jaboatão, impresso originalmente em 1761, o autor defendia também que a cana de açúcar fosse planta natural da terra, e não transplantada da Madeira por Martim Afonso, como era de corrente opinião entre os eruditos, comparando-a, aparentemente, a alguns tipos de bambus nativos das Américas:

Antes podemos dizer que achando-se esta planta em outras partes do mundo, como na Índia, Ásia, África e na Europa; porque em todas estas houve e ainda há canas, e se fazia açúcar deste ou daquele modo, com mais ou menos perfeição, contudo no Brasil é tão própria e natural sua esta planta da cana, que nele dá e produz melhor, e com mais vantagem que em alguma outra região, não só no crescimento e multiplicação da planta, mas nos efeitos e produções dela, como é o mel e açúcar, que é sabido ser o das canas do Brasil o mais puro, saboroso, forte, claro, e de melhor peso [...] tão própria, digo, e natural [...] que não só se acha nele esta de que falamos [...] mas há outras muitas e várias espécies a que se chamam canas bravas, as quais tendo a mesma formatura das doces, são contudo mais crescidas e duras, e ainda que não estilam suco algum, tem outras várias serventias

Os que acreditavam na importação do vegetal estavam preocupados, segundo ele, em julgar a terra brasileira infértil. O religioso julgava que até mesmo o método de beneficiamento era conhecido pelos indígenas, utilizando como exemplo a produção de “vinhos e bebidas” a partir das frutas da terra,

compostas de vários ingredientes [...] espremendo-os e lançando os seus licores em vasos, e postos a ferver, uns ao fogo, e outros ao tempo. Assim a mesma experiência lhes podia ensinar a espremer as canas, cozer o seu caldo, e fazer um pouco deste o seu mel para comer logo e guardar, e outro pouco deixá-lo engrossar mais, e lançado em vasos de barro maiores para coalhar, e fazer o açúcar, e em outros vasos menores, a que chamam cuyas, ou cuyatez as rapaduras⁸

O plantio de cana de açúcar atravessou o período monárquico e a República, tornando-se uma continuidade histórica de grande importância para a história local, fazendo emergir também um setor – os proprietários do aparato produtivo açucareiro – com uma identidade social própria e que especialmente a partir do século XIX teve acesso à política nacional. Atualmente, a agroindústria açucareira produziu um ambiente depauperado - em sua biodiversidade, capacidade de produção de recusos, pobreza e

⁷ COUTO, D.Domingos L. **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p.172 e ss.

⁸ JABOATÃO, Fr.Antônio de St^a M^a, **Novo órbe seráfico brasílico**: Ou Crônica dos Frades menores da Província do Brasil, v.II, Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense, 1858 [1761] p.23-28.

violência socialmente naturalizadas - e a realidade hoje é talvez mais pessimista.⁹ Escrevendo em meio ao resultado de décadas de mudanças no campo, Freyre conseguiu denunciar as mazelas fundantes do passado escravista e monocultor, ao mesmo tempo em que criou uma idealização do passado escravista local, passando a considerar a história do açúcar – metonímia da história do Brasil “verdadeiro” – como uma história essencialmente perversa, e no entanto criativa, e que narra os sucessos de uma elite local – lusodescendente – apoiado sobre os pilares de duas outras “culturas”, de certa maneira subordinadas: os africanos escravizados e os índios exterminados, enquanto nos traços da cana de açúcar reencontrava as antigas linhagens com pretensões aristocráticas.¹⁰

Embora a crítica do sistema exploratório seja importante, a ideia da ignorância a respeito das florestas e da preponderância da monocultura como atividade articuladora de toda a vida social deve ser expandida com cuidado para o período colonial. A história

⁹ Sobre a degradação humana e ambiental da “zona da mata” ou “zona do açúcar”, ver ROGERS, Thomas D. **The Deepest Wounds: The Laboring Landscapes of sugar in northeastern Brazil**. Duke Univ., 2005. Tese de PhD. Em meio às redefinições nacionais a partir da década de 1930, pensadores como Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, numa linha mais sócio-cultural, e Roberto Simonsen e Caio Prado Jr., com um enfoque mais econômico, procuraram entender a realidade brasileira em termos também das continuidades dos efeitos da colonização portuguesa, gerando uma cultura imprevidente e uma economia dependente, voltada para a exportação e arcaicamente agrária, dominada pelo açúcar enquanto principal produto de exportação. Entre esses intérpretes do Brasil, Freyre é considerado aquele que conseguiu abordar os temas do passado colonial com maior otimismo, com a miscigenação enquanto formadora de uma cultura própria e autêntica. Ver SCHWARTZ, Stuart B. Gilberto Freyre e a História Colonial: uma visão otimista do Brasil In: FALCÃO, Joaquim&ARAÚJO, Rosa M.(Orgs.) **O imperador das Idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2010. Para a discussão ambiental, FROELICH, José M. Gilberto Freyre, a história ambiental e a ‘rurbanização’ **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. VII(2): 281-301, jul.-out. 2000.; ROGERS, Thomas D. Pensamento Geográfico de Gilberto Freyre nos anos 1920 e 1930. **Cadernos de História**, Ano VIII, nº8, Ed.UFPE, 2011.; DUARTE, Regina H. “Com Açúcar e com afeto: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre” **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 125-147; TAVOLARO, Sergio B. ‘À sombra do mato virgem...’: natureza e modernidade em uma abordagem sociológica brasileira **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. XI, n. 2, p. 273-287, jul.-dez. 2008.

¹⁰ Como afirmou S. Schwartz, no entanto, embora reconhecendo a importância geral de obras como *Casa Grande&Senzala*, a caracterização da vida colonial feita por Freyre é reducionista, no sentido de não perceber os múltiplos agentes intermediários entre senhores e escravos, uma atenção desproporcional à escravidão doméstica e ao papel da mulher mulata – enquanto o maior número de escravos se concentrasse nas lavouras, e fosse constituída por homens, e o papel dos “indígenas” na formação da sociedade colonial. A respeito do multiculturalismo, ou multiracialismo, é preciso notar a importância da perspectiva em relação ao discurso da vitória europeia como colonizadores, mostrando as interdependências entre os europeus e outros povos, que para Freyre refletiria uma vocação lusitana para a absorção de culturas exóticas, a partir da própria história local. Hoje é possível ver que esse processo foi constante em diversas sociedades formadas nas Américas e em outras colônias de europeus – ingleses, franceses, neerlandeses, até onde essas categorias sejam suficientes para explicar a variedade humana envolvida na colonização. SCHWARTZ, Lília M. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. **Mal-estar na Cultura** / Abril-Novembro de 2010, IFCHS-UFRRGS, Disponível em: www.malestarnacultura.ufrrgs.br; BASTOS, Elide R. O iberismo e a reflexão sobre a democracia na obra de Gilberto Freyre. **Pro Posições**, v. 17, n. 3 (51) - set./dez. 2006. Para o estudo detalhado da economia açucareira colonial, ver SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; E do mesmo autor, **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru (SP): Edusc, 2001.

da floresta como história da destruição, e o pessimismo – e mesmo a invisibilidade - em relação ao componente humano “marginalizado” – pequenos agricultores, trabalhadores manuais, marinheiros, mulheres, escravos, mestiços, “índios” – não é um privilégio de Freyre. A abordagem histórica da “paisagem” colonial, por sua vez, pode ser vista de maneira mais diversa em seus componentes humanos e vegetais.

A narrativa da história colonial centrada no açúcar, especialmente aquela operada por Freyre, sobrevaloriza apenas uma atividade econômica e seus componentes populacionais locais – o açúcar e a contradição entre “senhores de engenho” e “escravos” – um ecossistema – a “mata” das madeiras de construção, enobrecida pela ideia das “*madeiras de lei*” ou os “*paus-reais*” (como referia-se já Gabriel Soares de Souza em fins do século XVI) – em detrimento de outras formações vegetais. Freyre reconhecia um rompimento entre a cultura do “brasileiro da região do açúcar” – desconhecedor das matas, dos nomes das árvores – e dos “caboclos e negros”, possuíam a experiência do convívio com as florestas. A dicotomia, que entra no imaginário pela oposição entre Mata Atlântica e Caatinga, não dá conta da variedade vegetal existente na região, assim como toma por natural os resultados de processos milenares de ocupação humana, desde as sociedades primeiras à ocupação pelos povos coloniais e seu arsenal biológico. Para estudar historicamente as florestas dessa região é preciso levar-se em conta diversas interações que não se resumem à contradição entre a “floresta virgem” – homogênea e pristina - e a “exploração humana”, como já vem sendo colocado com bastante insistência pela historiografia especializada, mas que se fazem a partir de formas diversas de “acoplamentos” entre grupos humanos e outros seres do mundo biofísico.

B. Do Nordeste à Capitania Geral de Pernambuco: espaço, região, território

A classificação do IBGE (1942) para a região Nordeste engloba também os estados de Sergipe e da Bahia, ao sul dessa área, e o Piauí e o Maranhão – respeitando os limites das unidades estaduais - embora o critério geoeconômico inclua o norte de Minas Gerais e apenas metade do Maranhão. Nacionalmente, engloba os biomas da Mata Atlântica e da Caatinga, ambos comportando diversas formações vegetais/fitofisionomias específicas, que escapam à dicotomia entre uma área litorânea florestada *versus* uma região seca no interior, ou simplesmente a suas atividades aglutinadoras: o plantio de cana de açúcar e a criação de gado bovino, respectivamente.

Assim, a área central desse estudo foi definida tanto pela formação de florestas nas planícies litorâneas, associadas a manguezais, formações de restinga e campos, um mosaico de situações ambientais que historicamente se complementaram na vivência das populações, quanto pela formação territorial específica, que envolvia fluxos de produtos e pessoas entre diferentes áreas de exploração, e a formação de aparatos estatais de controle das populações e suas produções.¹¹

É necessário empreender uma qualificação detalhada dessas práticas, em consonância com as pesquisas de M.Y. Linhares e F.T. da Silva¹², que discutem a questão da pequena agricultura no Brasil colônia como atividade integrada às grandes lavouras de exportação (a cana de açúcar, o café e a mineração), mostrando as determinações oficiais da coroa, as resistências dos grandes plantadores locais e as formas como essa agricultura utilizou recursos naturais diversos. A história agrária vem abordando o problema das outras práticas agrícolas que estavam associadas à monocultura e à extração de ouro na economia colonial brasileira, de grande importância para a compreensão das dinâmicas que estavam conformando a paisagem dos séculos da colonização. Propõem a análise das produções ditas “secundárias” que surgiram em função do problema do abastecimento interno e dos produtos que entravam em menor escala nas pautas de exportação colonial, com uma análise integrada da monocultura e da agricultura de abastecimento como partes de um mesmo processo histórico de ocupação territorial.¹³

Segundo Pereira da Costa, no início do século XX o território do Estado de Pernambuco era dividido em 3 “zonas”: a Mata, “oriental ou marítima [...] rica de

¹¹ Dan Flores, em sua defesa de um enfoque bioregional para a história, mostra como a pesquisa precisa absorver criticamente as classificações das ciências naturais, onde as fronteiras políticas de estados ou nações perdem seu valor em relação a uma dependendo da escala escolhida, também propõe problemas, dado que o mundo biofísico constitui-se não de forma homogênea, mas a partir de “*mosaicos em movimento*”, “*retalhos embaçados*”, dotados de uma dinâmica interna, especialmente quando vistos em escalas mais próximas ao chão e à vivência das populações humanas. Além do mais, as classificações regionais seguem princípios afetivos e sentimentais, experiências humanas que misturam-se a listas de espécies vegetais, descrições de relevo, e que algumas grandes unidades como as “Grandes planícies” norte-americanas perdem seu sentido na apropriação cotidiana dos habitantes, na qual identidades definidas por fronteiras estatais, por exemplo, suplantam a percepção da coexistência dentro de uma mesma “região”. FLORES, Dan. Place: An argument for bioregional history. **Environmental History Review**, 18 (4), 1994.

¹² LINHARES, Maria Y.; SILVA, Francisco T. **História da Agricultura Brasileira**: debates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹³ Idem, p. 15-26 e ss. Defende que a ideia dos “grandes ciclos” da economia brasileira, levantada por Roberto Simonsen e de alguma forma continuada na obra de Caio Prado Jr. - passando do açúcar à mineração, e desta para o café – direcionou gerações de historiadores a pensar o Brasil apenas a partir de suas produções coloniais mais lucrativas, e além disso gerou uma visão quase mecânica da evolução da sociedade brasileira em função delas, naturalizando-as como uma força histórica inescapável.

vegetação de todo gênero, abundante e esplêndida, e a mais conhecida e explorada”, a segunda era a “Catinga” [sic] ou “Agreste”, que “acentua-se pelo aspecto diferente que oferece a vegetação, não se encontrando algumas das espécies mais apreciadas da zona vizinha; muitas plantas perdem a sua bela folhagem na estação calmosa”. A última era o “Sertão”, ou “Pampa do Norte” (segundo J.M. da Silva Coutinho), a “região dos cactus, das bromeliáceas e candieiros”:

Nesta zona a vegetação, mais rara que a Agreste, despe-se da sua folhagem em grande parte, durante o verão, conservando-se entretanto verdes algumas espécies, como o juazeiro, a catingueira, o bonome e outras. Mas às primeiras chuvas, o aspecto tristonho da vegetação sertaneja muda completamente, e os campos crestados cobrem-se de gramíneas de todo gênero.¹⁴

Nas “Memórias Históricas” de Fernandes Gama (1849), aparece o território de Pernambuco dividido em dois “países” separados pela serra da Borborema: a Mata e o Sertão, onde

o viajante, que acaba de atravessar essa baliza [a cadeia de montanhas] (que em muitos lugares não tem duas léguas) como que surpreendido, quer persuadir-se porque arrebatado por um braço invisível, ele de improviso foi transportado para outro país inteiramente novo, diferente em clima, em vegetação, enfim em tudo diverso daquele que há duas horas pisava!

O sertão, no entanto, era considerado por ele o “verdadeiro Eldorado” [sic], das produções vegetais, sendo “fertilíssimo”, tanto nas possibilidades de produtos medicinais – bálsamos, resinas – quanto nas “madeiras de marcenaria”, “...que infelizmente todos os anos serão devoradas pelas chamas quando se fazem roçados, isto é, quando se preparam terras para plantações.”¹⁵

Em 1829, o Presidente da Província, Manuel Zeferino dos Santos, usava uma classificação semelhante, em sua “Carta tratando da topografia de Pernambuco”¹⁶. Para ele, a região da costa, até 15 léguas rumo ao Oeste, regada por diversos rios, e também dividida em grandes propriedades “pela natureza de sua cultura” [da cana de açúcar]. Já os cultivos alimentares estavam relegados aos pobres, e fadados à pequena extensão, devido às dificuldades de transportes terrestres. A segunda área, “onde findam as matas e começam as caatingas” era segundo ele mais estreita, e pouco regada de rios, “visto que a maior parte dos rios que regam as primeiras [áreas] nascem das matas”. Era própria para o algodão, “e produz exuberantemente o milho, o feijão e jerimum que

¹⁴ COSTA, Francisco. A. **Anais Pernambucanos**. V.10. Recife: Arquivo Público Estadual, 1965, p.134.

¹⁵ GAMA, Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**, v.1. Pernambuco: Tip.M.F. de Faria, 1844. p.3-4, 67-68.

¹⁶ SANTOS, Manoel Z. “Carta sobre a topografia de pernambuco” (1829) [4p.] **BN-RJ, Mss. I-29,34,51**.

sustentam a plantação de algodão, único gênero que dessas terras vai ao mercado, ocupando toda a superfície desta área”. O “sertão”, por sua vez, começava “na cordilheira que limita a anterior pelo interior”, desde o Rio Grande do Norte até o São Francisco, composta por “campos e carrascais” e de algumas serras, onde se cria o gado, e apenas se cultivava milho e jerimum nas vazantes dos rios temporários.

Em 1827, a Comissão de Agricultura da Província de Pernambuco elaborou uma descrição das formas de cultivo correntes no local, dominado pelas terras “argilosas e frescas” do litoral, com rios perenes e pluviosidade alta, enquanto o algodão concentrava-se nas terras do interior. Segundo a comissão, havia três “tipos de terra” na província: a primeira, desde a costa até 10-15 léguas no interior, formada por montes, vales e várzeas, com clima “quente-úmido” que “a princípio, foi todo coberto de matas, e ainda hoje conserva algumas, principalmente nos montes”. Era a região dos engenhos e da produção de alimentos, mamonas e coqueiro, e também dos rios perenes. A explicação para a constância das águas, segundo os relatores, estava relacionada à vegetação, pois muitos rios, mesmo do interior, “só se tornam perenes ao passar pelas matas”. Seguindo para Oeste, com mais ou menos a mesma largura, estava a segunda região, mais quente e seca e coberta de “matas acatingadas”, seguidas por áreas com vegetação de caatingas ou chavasqueiros/chavascais improdutivos. Era nas “matas acatingadas”, por outro lado, que se cultivavam alimentos (milho, arroz, feijão, jerimum, mandioca e tabaco), no entanto nenhum deles era comercializado no Recife, por ser custoso seu transporte. A última região era o que chamavam “sertão”:

Nada mais é do que uma vastidão de campos improdutivos, mal coberta de matos ferrenhos, arbustos espinhosos e plantas de folha carnudas como o “cactus”, a que os habitantes chamam “palmatória”, que tostado pelo fogo serve no verão de sustento aos gados. No sertão não há um só rio perene; o seu clima é excessivamente quente, e seco: nele que se faz a criação de gados. Mais além para o interior ficam as grandes serras, cobertas de matas acatingadas, muito produtivas, e com excelentes olhos d’água; é nelas que se cultivam todos os gêneros, de cujo caldo fazem ali as rapaduras, e aguardente para o uso dos mesmos¹⁷.

No século XVIII, Loreto Couto dividia Pernambuco entre a “costa marítima”, e a “parte do sertão, assentado em campinas, e cortado com bosques, [que] se estende tanto que penetra o interior da América, onde se podiam bem fundar grandes reinos, e dilatados impérios”.¹⁸

¹⁷ Comissão de Agricultura, “Comunicado da comissão de agricultura às perguntas formuladas sobre o cultivo em Pernambuco” Recife, 25.3.1827. **BN-RJ, Mss. I-29,31,003.**

¹⁸ COUTO, D.Domingos L. **Desagravos...** Op.cit., p.19.

B. Divisão dos capítulos/Fontes e documentação

A temática será investigada de acordo com a documentação primária da época – formada por correspondências oficiais, estatísticas, relatos e imagens – e pelo diálogo com outras fontes bibliográficas ou documentais que ofereçam indícios a respeito das temáticas trabalhadas. Também, consolidou-se a exploração das florestas de Alagoas – comarca do governo Pernambuco – e da Paraíba - capitania anexa – para a crescente demanda da coroa pelas madeiras brasileiras para construção naval e civil, além da marcenaria e carpintaria, levando à adoção de estratégias de racionalização dessa atividade. Por outro lado, as atividades agrícolas – especialmente a produção de açúcar e algodão – e urbanas, aceleradas pelo crescimento demográfico, dependiam fortemente dos recursos lenhosos providos pelas florestas.

A partir de informações do comércio ultramarino, percebe-se que as plantas brasileiras passam a figurar, embora apenas esporadicamente, nas listas de exportação, como iguarias, curiosidades ou material científico. Serão analisados os trabalhos que já demonstram haver uma revalorização artística e intelectual da natureza americana em Portugal (quando?), e a documentação primária das listas de carga, memórias filosóficas, inventários de plantas, e correspondências oficiais. Além da presença já extensivamente documentada de Manuel Arruda da Câmara (cuja obra, no entanto, ainda nos abre questões não trabalhadas pela historiografia), há uma série de indícios, ainda não propriamente analisados, acerca de outros personagens em torno da prospecção das potencialidades botânicas locais, como os naturalistas José Antônio Barradas e Fr.José da Costa Azevedo. Além disso, há as informações de cronistas como Luís dos Santos Vilhena, Henry Koster e L.F de Tollenare¹⁹ que presenciaram ou recolheram informações sobre a região, além de compilações geográficas da época.

Com as informações dos cronistas coloniais, de documentação impressa, iconografia e manuscritos, além da historiografia, é possível remontar vestígios das práticas de ordenamento ambiental resultantes de atividades diversas, tais como a agro-indústria açucareira, a lavoura de subsistência, a expansão do gado, a criação de núcleos urbanos, aldeamentos oficiais, espaços de resistência indígena e escrava. O reordenamento espacial resultante das práticas colonizadoras – bem como da resistência

¹⁹ VILHENA; Luís S. “Recompilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília contidas em três cartas”, **BN-Mss**, 10,02,024.; KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secult, 1978; TOLLENARE, Louis-François. **Notas Dominicais**. Recife: Secult, 1978.

a elas – produziu resultados materiais e simbólicos que serão inventariados e analisados. O enfoque maior será dado às regiões de cobertura florestal atlântica, onde se instalaram os principais núcleos açucareiros, considerando a paisagem e o território como resultante de agências biofísicas e culturais. Com o cruzamento das informações discursos produzidos em lugares sociais diversos, procura-se montar quadros sobre a ocorrência de alguns espécimes vegetais e as áreas de floresta do território que abrange este projeto e mapear as redes de trocas vegetais internas e ultramarinas. Concentra-se no mapeamento das áreas de extração e dos circuitos da madeira, regionalmente e no comércio ultramarino, utilizando-se dados de exportação, e os trabalhadores envolvidos na prospecção, corte, beneficiamento, comercialização ou contrabando de madeira.

Além dos agentes em comunicação direta com a administração estatal, a documentação acerca do manejo das florestas e da madeira traz indícios de outros elementos, sem formação universitária, cabedais ou cargos burocráticos, mas que estão envolvidos diretamente, através do conhecimento prático, na economia silvícola, possuem tipologias próprias para os tipos de florestas, as madeiras e suas utilidades. A área agrícola que se encontrava sob a jurisdição de Pernambuco concentrava um amplo território de florestas atlânticas litorâneas, nas quais sedimentou-se o maior contingente populacional durante os primeiros séculos de colonização européia da região. Sobre - e à revelia - de muitas das ditas “matas” da região, cresceu a atividade açucareira, o plantio do tabaco e, no século XVIII, do algodão, a agricultura de subsistência, bem como diversas vilas e povoamentos.

O primeiro capítulo inicia com uma retomada de algumas discussões da história ambiental em relação às florestas mundiais e brasileiras, de forma a estabelecer um debate que se afaste de noções eurocêntricas que desvalorizam as “populações tradicionais”. A história ambiental como análise da destruição – da mesma maneira que *Nordeste* de Freyre - acabou subvalorizando uma série de práticas das populações coloniais e excluindo-as da “história” nacional. A partir de contribuições da geografia e da antropologia, argumenta-se como o conceito de “paisagem” pode reavaliar a suposta oposição entre natureza/cultura. A partir daí, é apresentado um panorama das sociedades indígenas pré-coloniais e suas formas de gestão do meio ambiente, e em seguida apresenta alguns dados em relação à Mata Atlântica, em especial do Nordeste Oriental. Nesse sentido, é possível fazer uma crítica da visão do “imperialismo europeu” vitorioso em relação às populações nativas, argumentando que no mundo colonial foram articulados tradições de diversos povos colocados em contato na economia mundo.

No capítulo seguinte, são apresentados alguns dados da ocupação colonial do Nordeste em suas relações com elementos do meio ambiente, com foco nas relações entre as florestas nativas e as práticas agrícolas desenvolvidas nessas localidades, os registros visuais e relatos de cronistas, mostrando como desde o princípio do contato elementos da biodiversidade local foram articulados como caracterizadoras dessas “terras”, ao mesmo tempo que a colonização envolvia a adequação da alteridade em esquemas conceituais e representacionais próprios de acordo com a necessidade dos estados europeus, envolvendo a cartografia e outras artes visuais, e mecanismos de disciplinamento territorial: números, estatísticas e conceitos geopolíticos.

O terceiro capítulo, acompanha as últimas décadas do antigo sistema colonial na Capitania Geral de Pernambuco, enfocando as ressonâncias do reformismo ilustrado na gestão colonial, cujo efeito mais explícito é o aumento das informações manuscritas e impressas acerca das possibilidades econômicas do território brasileiro, através da prospecção de seus recursos naturais e de tentativas de implantação de espécies exóticas como implemento às atividades tradicionais.

O foco então, no capítulo quatro, detém-se sobre o porto do Recife, ao longo do século XVII, firmou-se como um dos centros dinâmicos da economia do Atlântico Sul, constituindo um local de passagem das frotas que vinham da Europa, e também do comércio bipolar com a costa oeste africana. Assim, a análise do surgimento de uma metrópole regional e de suas redes no interior serão vistos, com atenção especial à concentração do comércio de madeiras de construção na vila. A partir das informações das correspondências oficiais, procura-se traçar um panorama das áreas florestadas do litoral nordestino, levando em conta a pressão secular da agricultura – escravista ou não – e das demandas materiais da sociedade colonial. É possível fazer algumas estimativas a respeito do uso dos recursos florestais na construção civil, naval e na marcenaria, o uso de lenha nas cidades e sua origem, a extração de pau-brasil e os impactos das atividades agrícolas nas matas locais.

Nos capítulos 5 e 6, serão analisados com mais detalhes as tensões geradas pelas disposições conservacionistas da coroa, seus impactos na pequena e grande agricultura, os dois Juízes Conservadores (José de Mendonça de Mattos Moreira, em Alagoas, e Antônio Felipe de Soares Brederode, na Paraíba, experiência aparentemente frustrada), os conflitos regionais e sociais, e os parâmetros culturais/intelectuais que perpassavam as atitudes dos grupos envolvidos e a política estatal. Enfoca com mais detalhe as tensões geradas pelas disposições conservacionistas da coroa, seus impactos na pequena

e grande agricultura, os dois Juízes Conservadores (José de Mendonça de Mattos Moreira, em Alagoas, e Antônio Felipe de Soares Brederode, na Paraíba, experiência frustrada), os conflitos regionais e sociais, e os parâmetros culturais/intelectuais que perpassavam as atitudes dos grupos envolvidos e a política estatal.

CAPÍTULO 1. “AQUELE ÚLTIMO IMPÉRIO OCULTO, MADURO PARA A CONQUISTA”?: A HISTÓRIA AMBIENTAL, OS HUMANOS E AS MATAS DA MATA ATLÂNTICA

1.1. Historia ambiental da mata atlântica

[desde por volta de 2 mil anos A.P.] [...] a moderna Mata Atlântica evoluiu e por fim passou a ocupar suas fronteiras históricas. Exatamente com algum império remoto e antigo, com suas origens míticas, suas dinastias que se estendem durante eras, seu esplendor admirável, seus habitantes luxuriosos, argutos e conservadores na exploração de seus recursos abundantes, durante milênios indisputados e invencíveis em seu domínio perfeito e total, ainda que com suas fundações extremamente quebradiças e vulneráveis.²⁰

Ainda há poucos trabalhos que discutem historicamente a mata atlântica brasileira. Em 1995, foi lançado *With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest.*, de Warren Dean, englobando todo o período de ocupação humana da imensa área de estudo retomando a aformação pré-humana das florestas brasileiras. No entanto não poderia dar conta das inúmeras especificidades locais da ocupação agrária e das políticas do estado português e posteriormente brasileiro. Seu estudo, extremamente importante e abrangente, concentrou-se basicamente nas fontes publicadas e acessíveis nos arquivos do Rio de Janeiro e São Paulo e recolhe a contextualização geral de longo prazo e fornece uma narrativa geral da temática.²¹

Ao seu modo, a abordagem bastante rica na revisão da literatura especializada que dispunha sobre a ecologia da Mata Atlântica, acaba por criar uma cisão: enquanto a “história natural” da floresta é dinâmica e diversificada, quando aborda o período de ocupação humana ela perde densidade na questão das relações entre as sociedades humanas e a biodiversidade. Desde os tempos pré-coloniais, as “invasões” humanas teriam sido pouco generosas com a floresta, já que, segundo ele, desde os registros dos

²⁰ Além do mais, o recorte espacial colocado pelo autor – embora extrapole-o eventualmente – engloba até a latitude de 13° S (Sul da Bahia), não se concentrando nos ecossistemas do Nordeste acima do São Francisco. DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história e a destruição da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 37.

²¹ O trabalho de Dean, seminal para a história ambiental brasileira, foi diversas vezes resenhado e rediscutido. O subtítulo original deixa claro a ideia de destruição como fio condutor do livro, cuja tradução em português – *A história e a devastação da mata atlântica brasileira* – foi um pouco mais generosa em relação à história. De forma geral, os autores procuram se desvencilhar da narrativa pessimista de Dean em relação à ineficiência das populações em diversos tempos em relação à gestão dos recursos florestais, provocando uma exploração da mata sem transformação em capital local, o desconhecimento e desdém dos colonizadores em relação às florestas, e a excepcionalidade da destruição florestal na América portuguesa. Ver, p.ex. CARVALHO, Ely B. Os historiadores e a floresta: dez anos depois de A Ferro e Fogo. **Esboços**, v. 12, n. 13 Florianópolis (UFSC), 2005. CABRAL, Diogo C. Substantivismo econômico e história florestal da América Portuguesa. **Varia Historia**, v. 24 nº 39, jan.-jun. 2008.

povos dos sambaquis e dos tupis da agricultura de derrubada-e-queimada, a ocupação relativamente recente da região, o regime agrícola e a grande biodiversidade da área teria impedido que se formasse um conhecimento amplo dessas florestas. A partir da chegada dos “invasores” – humanos e não-humanos – do “velho mundo” às Américas, a aceleração do desmatamento segundo novos padrões agrários teria sepultado as possibilidades de renovação dessas florestas, pela conjunção entre a monocultura açucareira e a criação de gado. As “hostes ignorantes derrotaram totalmente o poder da evolução, entronizando em seu lugar, a entropia?”. A Mata Atlântica seria assim, para os colonizadores modernos, uma verdadeira “fronteira”, no sentido de

um ecossistema relativamente inalterado, [...] que demonstra alto potencial para exploração pelo grupo invasor. As florestas da Nova Inglaterra e as pradarias das grandes planícies eram de fato fronteiras, quando os europeus e seus descendentes as invadiram, porque apresentavam um arranjo de recursos que os invasores poderiam instantaneamente converter em consumo abundante, a ‘herança’ (windfall) de Walter Prescott Webb²².

Segundo Dean, “onde um ecossistema já foi degradado pela intervenção humana, as interfaces entre grupos humanos em competição não são referidas como fronteiras; em vez disso, são meramente limites políticos e conflitos de divisas.” A vida das sociedades indígenas, portanto, parecia marcada pelo mito da escassez: humanos famintos em busca de novas fontes de proteínas e carboidratos; a malfadada hipótese do canibalismo (ou o consumo sazonal de tanajuras) como respostas às insuficiências protéicas; baixos níveis técnicos, agricultura imprevidente, antagonismo com a floresta, guerra intermitente. Isso tudo favorece a imagem de uma “fronteira” encontrada pelos europeus.

Embora Dean ofereça suportes para se pensar o papel realizado pelas sociedades pré-colombianas na territorialidade do que viria a ser o Brasil, ainda persiste noções de que havia, no tempo do descobrimento, uma ampla natureza relativamente pouco habitada por grupos indígenas em baixo grau de desenvolvimento técnico, ideia que não é explícita, mas que é perpetuada pela omissão das referências a essas populações quando se pensam questões relacionadas à floresta atlântica. Por outro lado, a classificação vegetal dos órgãos oficiais, ao contrário desses autores, tende a omitir até mesmo o impacto dos mais de cinco séculos desde o início da colonização, a não ser enquanto práticas destrutivas. A humanidade – sejam os ameríndios ou quaisquer outros – estaria então na inescapabilidade de antagonizar com a floresta. A argumentação oscila

²² DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo...** Op. cit., p. 20. Grifos nossos.

entre os polos de reconhecer a escala das modificações das populações pré-coloniais, desconstruindo o mito da “floresta virgem”, e a subvalorização de seu conhecimento e eco-logística. De maneira análoga, os invasores parecem ter chegado sem nenhuma tradição cultural no sentido de gestão de florestas; o Brasil começou como “uma civilização transferida e imposta”, mas será que não é melhor falar em “negociações”?

Ao contrário de uma noção evolucionista, que por um lado vê os povos ditos “primitivos” como pouco capazes de modificar produtivamente seu ambiente – estando, portanto, subjulgados por ele – e que incluía em seu imaginário a prática da agricultura de derrubada-queimada (chamada no Brasil de *coivara*), estudos etnográficos para regiões do Amazonas mostram como as populações locais tinham um manejo consciente e bastante diversificado das florestas e campos, mantendo ambientes em diferentes formas de sucessão ecológica, replantando florestas e aumentando a biodiversidade a partir da domesticação de determinadas espécies vegetais.²³ Essas sociedades vinham de linhagens dos povos que provavelmente desceram os Andes em direção às florestas, passando por todo o centro do atual Brasil, compartilhando tradições comuns e muito possivelmente se comunicando entre si.

As queimadas, por sua vez, são possíveis de serem mantidas em níveis de baixa interferência na biodiversidade, quando combinadas com o descanso das áreas plantadas por longos períodos de tempo, favorecendo a recuperação da floresta, especialmente na ausência de espécies invasoras como as trazidas pelos europeus. A diversidade de ocupações, segundo o conceito de *paleoterritórios*, pode ter também favorecido a dispersão de diversas espécies, homogeneizando pela ação antrópica as diversas áreas florestais do que hoje chamamos Mata Atlântica. As questões culturais, como a interdição entre os caiçaras de se cortar exemplares da figueira-branca ou gameleira (*Ficus doliaria*), ajudam a moldar os ambientes resultantes dos usos humanos.²⁴ A ocorrência de algumas espécies desde o Panamá ao Rio de Janeiro, por exemplo, ou os exemplos citados por Coimbra Filho & Câmara²⁵, podem também atestar a transferência humana e animal por grandes extensões.

²³ RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma etnológica brasileira**. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*, 1987; p.46.

²⁴ OLIVEIRA, Rogério R. Mata atlântica, paleoterritórios e história ambiental. **Ambiente & Sociedade**, Vol.X, Nº2, Campinas: jul-dez. 2007, pp.13-23. Entre as espécies difundidas, Oliveira cita *Guarea guidonia* (Carrapateira-verdadeira, jataúba, cedro branco), *Piptadenia gonoacantha* (Pau-Jacaré), *Miconia cinnamomifolia* (Jacatirão-açu), e *Cecropia glaziovii* (embaúba).

²⁵ COIMBRA FILHO, Ademar F.; CÂMARA, Ibsen G. **Os limites originais do bioma Mata Atlântica na Região do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: FBCN, 1996.

A floresta encontrada pelos europeus era resultante de diversos manejos por humanos, e a “herança” a que se referiu acima pode ser vista não como meros “remanescentes”, mas áreas deliberadamente modificadas, embora mantidas em estado de abundância de suas formas de vida. O drama da existência indígena, em sua “luta pela sobrevivência” teria se transferido, juntamente com a adoção do regime de derrubada-e-queimada, para o período colonial. É preciso considerar-se, igualmente, que a conversão dos espaços das populações tradicionais em áreas de exploração colonial não se fez, na maioria dos casos, “instantaneamente”. Sem negar os efeitos destruidores da colonização em relação ao meio ambiente, este trabalho procura também retomar as associações e interações, especialmente entre homens e vegetais, em uma descrição de estágios intermediários entre a manutenção de florestas intocadas ao uso humano e a devastação ambiental.²⁶

Roberto Simonsen, na década de 1940, traçando um quadro dos primeiros anos de exploração colonial, comparava o papel do Brasil frente às riquezas da Ásia e África,

contraste que uma terra inteiramente selvagem, habitada por povos ainda no limiar da civilização, oferecia aos mercadores e navegantes portugueses [...] As primeiras inspecções indicaram apenas as possibilidades mercantis do pau-brasil e canafístula; os bugios, os papagaios e outras aves constituíam, talvez, curiosidades exóticas a serem exploradas por pouco tempo.

Tratando da exploração de madeiras de tinturaria, afirma que

Os indígenas, estimulados pela procura de nossos negociantes, preparavam enormes depósitos de madeira, que amontoavam sobre a costa; somente como não sabiam poupar suas riquezas, abatiam essas árvores ao acaso. Muitas vezes mesmo, a fim de evitar o trabalho de as cortar, punham fogo em sua parte inferior e o incêndio se propagava pelo resto da floresta. Alguns anos deste desperdício sem conta bastaram para aniquilar muitas essências preciosas.

Esse raciocínio valeria também para as indústrias extrativas em geral, das quais “não soubemos tirar todos os benefícios que poderia proporcionar ao meio social brasileiro”. Além das dificuldades geradas pelos monopólios coloniais, “Acresciam as circunstâncias do atraso de nossa cultura, do relativo isolamento em que vivíamos, e da nossa ignorância quanto ao valor exato das riquezas naturais que possuíamos”²⁷.

Para as populações coloniais, no entanto, as matas forneciam produtos animais e vegetais diversos, materiais para construção, lenha, e está na base do sistema agrícola dominante, que valia-se da chamada *coivara*, i.e. a abertura das áreas agricultáveis pela

²⁶ LIZOT, Jacques. População, Recursos e Guerra entre os Yanomami: Crítica da Antropologia Ecológica. In: CLASTRES, P. et.al. **Guerra, Religião e Poder**. São Paulo: Ed.70, 1980.

²⁷ SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. 1500-1820. Brasília : Senado Federal , 2005, p.30.

queima da cobertura florestal, como forma básica de beneficiamento do solo a cultivar. Por outro lado, fornecia a base energética para a fase industrial da economia açucareira e para a vida urbana, que também demanda uma fonte de combustível constante em seu cotidiano.

Fruitless trees, de Shawn W. Miller, com foco na atividade madeireira no Brasil colonial, descreve a economia florestal em relação à produção de madeiras de construção, avançando sobre uma documentação primária mais concentrando-se em questões como a burocracia dos cortes, os trabalhadores madeireiros, a tecnologia e a importância da madeira na economia colonial, seja no comércio atlântico ou na construção naval, constituindo um guia geral – inclusive comparativo, da história madeireira no Brasil colonial. A tese da ineficiência estrutural do setor madeireiro em função das políticas monopolistas da coroa portuguesa, em comparação aos supostos efeitos positivos da livre iniciativa – provocou críticas aos seus pressupostos. No entanto, dentro de sua análise, já oferecia subsídios para uma outra abordagem, ao analisar como no final do século XVIII já se constituía um setor interno dinâmico e autônomo de construção naval resultante da afirmação de mercadores alocados no Brasil.²⁸

Nesse sentido, o trabalho anterior de Amaral Lapa²⁹ sobre o papel do porto da Bahia para as frotas das Índias, dedica um bom espaço para falar da construção naval e as relações com a extração madeireira. Lapa recolheu informações detalhadas sobre o Estaleiro da Bahia e sobre a evolução da indústria madeireira local, levantando a ideia de um “ciclo da madeira” dentro da economia colonial. Demonstrando o dinamismo da atividade madeireira, relacionou-a com os esquemas de abastecimento local e com as trocas inter-étnicas de técnicas e matérias primas. Mais detalhes para o caso da Bahia, dentro do período deste projeto, foram complementados em artigos de F. Morton, que mostrou os conflitos entre os madeireiros baianos e as demandas da coroa, acabando pela vitória dos últimos.³⁰

²⁸ MILLER, Shawn. **Fruitless Tees**: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber. California: Stanford Univ. Press, 2000. Em outros trabalhos, o próprio Miller adotou uma visão mais integrada, envolvendo a análise também dos manguezais enquanto áreas de obtenção de recursos diversificados, tanto para as populações pobres quanto para os engenhos. Do mesmo autor, “Stilt-Root Subsistence: Colonial Mangroves and Brazil's Landless Poor.” *Hispanic American Historical Review*, Vol.83, N°2, North Carolina, fev.2003, Duke Univ.Press, p. 223-253.

²⁹ LAPA, José R. A. **A Bahia e a carreira da Índia**. São Paulo: Edusp, 1968.

³⁰ MORTON, Frederic W. The Royal Timber in Late Colonial Bahia. **Hispanic American Historical Review**, vol. 58, n.1, North Carolina, fev.1978, Duke Univ. PP. 42-61.; MILLER; Shawn W. Fuelwood in Colonial Brazil: The economic and social consequences of fuel depletion for the bahian recôncavo 1549-1820. **Forest & Conservation History**, vol. 38, n. 4, oct. 1994, pp. 181-192.; MILLER, Shawn W.

Em relação à temática do reformismo ilustrado e da gestão dos recursos naturais, e sobre o mapeamento científico flora brasílica, a historiografia a respeito é longa, tanto dentro da tradição da *environmental history* quanto dos trabalhos em língua portuguesa, e a discussão incluindo os trabalhos de Dean, Pádua e Grove³¹, e o livro mais recente de R.Raminelli³², entre os mais difundidos. Nessa perspectiva, a história das políticas portuguesas pode ser colocado num contexto mais amplo – segundo Grove, mundial – de tentativas de união entre o estudo científico e a necessidade de racionalização das práticas coloniais. Dentre essas, o tema das florestas é recorrente entre críticos de métodos arcaicos de gestão do meio ambiente nos espaços coloniais. Nos últimos anos, as pesquisas em torno das relações entre homens e florestas têm se concentrado na região sul-sudeste, voltadas para o século XIX, oferecendo, conforme dito acima, importantes focos de debate.

Os trabalhos de Diogo Cabral são uma alternativa de uma revisão das teses de Miller, Dean, e da historiografia econômica tradicional, a partir de uma descrição mais densa da bacia do rio Mucacu, importante polo de corte de madeiras para a construção naval e para o comércio atlântico no período colonial tardio. Cabral propõe uma análise integrada entre a extração madeireira e as atividades agrícolas da região, mostrando uma relação estrutural constante na vida social das populações coloniais. No que diz respeito à política de proteção florestal portuguesa, mostra que as pretensões da coroa de monopolização das matas não se realizaram de forma completa, solapadas por negociações com as elites locais, e que o próprio conceito de “madeira de lei” tinha ampla flexibilidade, sendo aplicado também de acordo com interesses locais, sugerindo a pluralidade de agentes em torno do corte e comercialização de madeira, entre pequenos e grandes proprietários canavieiros, cortadores pobres e livres, agricultores de subsistência, vendedores intermediários e arrematantes dos privilégios régios³³.

Para Pernambuco, a tese publicada de Thomas D. Rogers sobre as vicissitudes ambientais, em longa duração, da economia açucareira na produção de uma paisagem -

Stilt-Root Subsistence: Colonial Mangroves and Brazil's Landless Poor. **Hispanic American Historical Review**, vol. 83, n. 2, North Carolina, fev. 2003, Duke Univ. Press, pp. 223-253.

³¹ DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história e a destruição da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; PADUA, José A. **Um sopro de destruição**. Op. cit.; GROVE, Richard.H. **Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism (1600-1850)**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1997.

³² RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

³³ CABRAL, Diogo C. **Homens e árvores no ecúmeno colonial: Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu. Rio de Janeiro, 1763-1825**. PPGHIS/UFRJ, 2007. (Dissertação de Mestrado).

material e discursiva - local. Nesse sentido, fornece os elos básicos entre a tradição da *environmental history* e a história local, e traça os efeitos gerais da incorporação do território à economia mundial através da atividade açucareira. Para os primeiros quatro séculos, reúne as informações gerais sobre as relações entre as plantações monocultoras e os fatores ambientais, além de referências conceituais em língua inglesa de interesse para o projeto.³⁴

Sugestões acerca da relação entre a história social e as florestas estão no trabalho de Guillermo Palacios - realizado em grande parte a partir de documentação primária - sobre os pequenos agricultores locais e a economia de abastecimento, além de concentrar-se no mesmo território geográfico que este trabalho, e dedicar um capítulo às florestas da região, num período mais amplo do recorte do trabalho, constituindo, portanto uma referência inescapável. Para o autor, a política de controle das florestas acabou desestruturando pequenas redes de subsistência formadas por agricultores livres.³⁵ Outros estudos, partindo do estudo da história social, acabaram dedicando páginas importantes sobre as florestas do nordeste, especialmente na região ao sul de Alagoas, local de uma presumível continuidade histórica de trocas inter-étnicas nas florestas nordestinas, entre populações indígenas, negros fugitivos e a economia açucareira.³⁶

Na continuidade dessa linha, está a dissertação de Juliana Andrade, absorvendo algumas contribuições da história ambiental, mais centrada no ponto de vista da história regional de Alagoas e das comunidades de agricultores pobres e livres.³⁷ Em relação à “Mata Paraibana”, outra dissertação, partindo das noções de “formação territorial” e de mapeamentos para a região, fornece já as linhas básicas da análise integrada da política florestal portuguesa dentro de uma política de ordenamento do território.³⁸ Há ainda lacunas, no entanto, das ligações mais gerais entre a circulação de populações e recursos naturais, e sobre os conflitos entre a região da Alagoas e a jurisdição de Pernambuco.

³⁴ ROGERS, Thomas. *The deepest...* Op. cit. 15-39 e *passim*.

³⁵ PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e Escravidão**: agriculturas livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco. Brasília: Editoria da Universidade de Brasília, 2004. É também uma das poucas referências em relação ao período deste projeto, numa abordagem bastante original, que tem semelhanças com o desenvolvimento paralelo de uma história agrária.

³⁶ ANDRADE, Manoel C. **A guerra dos cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965; LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada**: Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 2007, CARVALHO, Marcus J. Mata Atlântica: sertão da capitania de Pernambuco. **Clio**, nº 25.2, Recife: 2007, pp. 249-266

³⁷ ANDRADE, Juliana. A. **A mata em movimento**: Coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas. PPGH/UFPB, 2008. (Dissertação de Mestrado).

³⁸ LOUREIRO, Juliano C. **Formação territorial da Mata Paraibana. (1750-1808)**. Salvador: PPGAU/UFBA 2008. (Dissertação de Mestrado).

Nesse sentido, os trabalhos de Bernardes e Mello³⁹ – ambos sobre um período imediatamente posterior ao deste trabalho - ressaltam a importância dos últimos momentos da administração portuguesa na produção de territorialidades que posteriormente influenciarão nas cisões regionais das elites, analisando os contornos da centralidade da antiga Capitania Geral de Pernambuco e as tensões regionais.

O geógrafo histórico norte-americano Michael Williams, em um recente trabalho de longo alcance, justificou seu foco eurocêntrico devido ao fato de que, pelo menos desde 1492, a história das florestas é uma história “do que os europeus (e norte-americanos) fizeram com eles mesmos e com outros, e como não europeus reagem a eles e foram frequente e adversamente afetados”. Embora a afirmativa tenha seu sentido, a impressão geral da obra, especialmente em se tratando da América portuguesa, à qual são dedicadas poucas páginas, é que a falta de trabalhos específicos sobre a região ressalta a impressão de uma exploração das florestas de forma inconsciente, da qual pouco pode ser contado além de sua destruição. Se o desmatamento foi universal, apenas algumas das sociedades que o realizaram tem algo a contar a respeito do que fizeram com o resultado dessa exploração. As Américas e suas populações, por outro lado, são vistos como um local de população nativa dizimada, seguindo a destruição de suas florestas.

O corte de árvores é universal apenas porque a madeira, como a água, é uma das necessidades da vida cotidiana. Toda sociedade em qualquer era usou madeira para combustível de forma a manter-se aquecida, preparar comida, e para proporcionar um abrigo. [...] Mas outras atividades humanas que afetam a floresta são mais complexas: agricultura, fundição, construção naval, comércio, guerra, expansão territorial, e uma atitude tanto de aversão quanto de reverência às árvores. Para entender esses fatores, é necessário compreender algo das motivações sociais, econômicas, políticas e os processos da sociedade em que pessoas estão pondo em prática suas idéias e tecnologias.⁴⁰

Para ele, o mito do “bom selvagem” ecológico não se sustenta na diversidade e nas próprias práticas dos povos tropicais, afirmando que “if a sustainable society

³⁹ BERNARDES, Denis. A. M. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1821. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 62-72 e pp.101-119; MELLO, Evaldo C. **A outra independência**: o Federalismo Pernambucano de 1817 e 1824. São Paulo: Ed.34, 2004, pp. 30-35.

⁴⁰ “The cutting down of trees is universal if only because wood, like water, is one of the necessities of everyday life. Every society in every age has used wood for fuel to keep warm, to prepare food, and to provide shelter. [...] But other human activities that affect the forest are more complex: agriculture, smelting, shipbuilding, trade, war, territorial expansion, and an attitude of either aversion to or reverence for trees. To understand these factors, one must understand something of the social, economic, and political motives and processes of the society in which people are acting out their ideas and technologies.” WILLIAMS, Michael. **Deforesting the earth**: From prehistory to global crisis. Oxford: Oxford Univ.Press, 2003, p. xxii.

existed, then it was dependent on a very low population density, abundance of land, and little or no involvement in a market economy, local ou regional, all of which were rare”. Em contraste com alguns países da Europa, na metade do século XVIII agricultura itinerante de queimadas se mantinha nos países tropicais (*kumri* na Índia; *chena*, Sri Lanka, *ladang*: Malásia e Indonésia; *milpa*: América Centrale do Sul, *chitemene*: partes da África), provocando “lixivização, ‘iron pan formations’, erosão e infestação por ervas daninhas”. Via de regra, segundo ele, a floresta era transformada em áreas de cultivo de um alimento fornecedor de carboidratos: mandioca, arroz, sorgo, e assim por diante. Esse raciocínio simplifica de modo demasiado as práticas agrícolas “tropicais”. Por volta de 1753, quando foi assinado o Tratado de Paris, cerca de 35% da terra estava no controle de estados europeus, mas não haveria a distinção entre posse e uso? a posse legal pode ser européia, mas as pessoas que viviam nesses territórios formavam um amplo emaranhado de etnias.⁴¹

As madeiras são uma das bases materiais da civilização que se desenvolve durante a expansão européia, presente desde os mais simples instrumentos à construção naval, constituindo um mercado próprio dentro das balanças das nações. Construir navios resistentes e adequados para as diversas necessidades de navegação era um fator chave para a reprodução do chamado sistema-mundo em desenvolvimento.⁴² Fernand Braudel chama atenção para a diversidade de usos para da madeira e descreve, em linhas gerais, o intrincado sistema de comércio madeireiro na Europa.⁴³ Considera, nesse contexto, a transformação das reservas florestais do velho mundo em “capital” durante o século XVII – nas políticas de Colbert, nas matas comunais alemães⁴⁴ - fator que se espalha numa preocupação administrativa generalizada na Europa.⁴⁵

⁴¹ Idem, p.302.

⁴² WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**. Porto: Afrontamento, 1990. Vol.1: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI.

⁴³ “As civilizações anteriores ao século XVIII são civilizações da madeira e do carvão de madeira [...] Esta onipresença da madeira teve outrora uma importância enorme. A Europa, tão bem provida do ponto de vista florestal, tirou daí uma das razões da sua força. Em face dela o Islã, a longo tempo, foi minado pela penúria dos seus recursos em madeira e o seu progressivo esgotamento”. E continua, sobre os outros usos da madeira: “estes dirigem de tal forma o fabrico de todas os instrumentos produtores de energia que é impossível deixar de nos referirmos a eles”. BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material e Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, vol.2, pp. 249, 298.

⁴⁴ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material...** Op. cit. v.2 p.406.

⁴⁵ SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

1.2. Paisagem: *Pays-Paysage* e *Landscape*

Para Sauer, a paisagem ou área seria apreendida segundo seus elementos visíveis, pelo resultado da união entre o “hábitat” humano e as formas naturais. Haveria então, para ele, a distinção entre paisagens naturais – uma abordagem da “geognose”, objeto da geologia, da climatologia e da botânica – e as paisagens culturais, que para ele também poderiam ser chamadas de “ecologia humana”, ou “morfologia e fisiologia da associação biótica”, a “área geográfica em seu sentido final (*Choro*)”. A paisagem cultural seria o resultado da cultura (agente) sobre o meio natural ao longo do tempo, a partir de suas formas básicas: a densidade/mobilidade das populações, as formas de alojamento/agrupamento humano (em vilas, cidades, etc.), as formas de produção e uso do solo, e o acúmulo dessas paisagens culturais se expressaria nas civilizações.⁴⁶

Sauer também explorou muito cedo a temática da colonização das Américas do ponto de vista ecológico, através do extermínio de populações e da exploração intensiva. Embora os agricultores americanos tenham praticado o cultivo itinerante baseado na queima da floresta, a mobilidade dessas populações garantia a regeneração da floresta por no mínimo vinte anos garantia a manutenção da comunidade vegetal florestal. Contrariamente, o cultivo intensivo de culturas de exportação, como açúcar ou algodão, a própria lógica do capital mercantil e da escravidão/trabalho forçado nas colônias, envolvia um esgotamento destrutivo do meio ambiente. Sendo a terra o fator de maior disponibilidade, sua exploração de forma mais rápida e barata compensaria as dificuldades com a mão de obra. Propõe o estudo “hologeográfico”, envolvendo o estudo das modificações superficiais em locais, envolvendo processos físicos e econômicos.⁴⁷

⁴⁶ Para Carl O. Sauer a geografia tem a função de entender, acima de tudo, as relações entre as “paisagens” ou “áreas”, entendidas como espaços diferenciados e reconhecíveis, em contraste com o estudo da terra como um todo, ou seja, uma *corologia*, resultantes do interrelacionamento das atividades humanas e de outros componentes do mundo biofísico. Nesse artigo, Sauer já demonstrava um interesse em estudar a sucessão de práticas históricas de ordenamento da paisagem por diferentes grupos humanos – o objeto da *geografia histórica* – além de considerar a *geografia geral* – que estuda num nível teórico-metodológico diferentes formas de paisagens culturais segundo sistemas de apreensão dessas vertentes – a *geografia regional* – ocupada em estabelecer comparações entre diferentes paisagens culturais em contato – e a *geografia comercial*, que aborda as formas de produção e as instalações para a distribuição de produtos das áreas. Sauer abria espaço ainda para considerações mais do campo da estética e da cultura, ao afirmar que muito do que diz respeito à paisagem encontra-se além da apreensão científica. SAUER, Carl O. The Morphology of Landscape. **Univ. of California Publications in Geography**. Vol. 2, No. 2, pp. 19-53. October 12, 1925. (Tradução de Guillermo Castro H.)

⁴⁷ SAUER, Carl O. La Explotación Destructiva en la Expansión Colonial Moderna. In: **Memorias del Congreso Geográfico Internacional**, 1938. Vol. II, Sec. IIIc, pp. 494-499. Trad. Guillermo Castro H. Assim, na fundação da geografia histórica norte-americana, a crítica do colonialismo e o enfoque

Sua esquematização da formação das paisagens culturais, no entanto, parece valorizar a cultura e a paisagem cultural como uma unidade fechada, delimitada regionalmente, e sua noção de história se dá pela sucessão dessas unidades umas às outras, correndo o risco de “naturalizar” a categoria de cultura e não dar conta das relações de poder e as mudanças e contatos a que estão sujeitas, sendo sempre híbridas. Em outros trabalhos Sauer, procurou destacar a diversidade de utilização dos vegetais domesticados no continente, assim como o controle e conhecimento da diversidade biológica, entrando em contato com a arqueologia e a etnografia de forma integrada.⁴⁸

O enfoque morfológico, por sua vez, tende a valorizar os aspectos visíveis da paisagem, deixa de lado os aspectos imateriais dessa relação, relegados à poesia e à arte, segundo afirma Denis Cosgrove. Para ele, a migração do termo germânico *Landschaft*, dotado de um forte conteúdo jurídico-territorial, para o inglês *Landscape*, mais próximo de um aspecto de cenário pictórico. Cosgrove aponta para a utilização cada vez mais frequente da *espacialidade* enquanto categoria de apreensão dos fenômenos sociais, dentro de seus aspectos naturais, sócio-políticos e culturais, nos quais a categoria *espaço* perde sentido enquanto um conceito autônomo e torna-se cada vez mais um atributo relacional dos objetos de análise. A paisagem estaria assim entre a jurisdição e a arte: “It points to a particular spatiality in which a geographical area and its material appearance are constituted through social practice.”⁴⁹

A partir de *Paisagem e Memória* de Simon Schama, a construção cultural das paisagens adquire outro sentido histórico, relacionando as artes, poesia e literatura, campos que Sauer relegou para além da ciência. A paisagem para ele é constituída por esses extratos de simbologia humana, permeada de valores, significações, crenças e mitos, acumulados ao longo da história humana.⁵⁰ Dentro da historiografia francesa, Alain Corbin apresenta propostas de uma história das paisagens dentro de uma

ecológico foi feita sem deixar de lado questões da cultura, como reação ao determinismo climático e ambiental que era frequente na virada do século XIX para o século XX. SAUER, Carl O. “La morfologia del paisaje”, **University of California Publications in Geography**. Vol. 2, No. 2, pp. 19-53. Outubro 12, 1925. Tr. Entre Sauer e a história ambiental, evidentemente, existe um caminho de várias contribuições, e que ligam intimamente o desenvolvimento da história e da geografia, constituindo campos diversificados com uma variedade de abordagens. Como afirma o geógrafo Alan Baker, embora desenvolvendo-se em paralelo, no estudo de objetos específicos as disciplinas se cruzaram constantemente, passando pela forte influência, na historiografia, dos trabalhos da escola dos Annales. BAKER, Alan G. **Geography and History: Bridging the divides**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

⁴⁸ SAUER, Carl O. “As Plantas Cultivadas na América do Sul Tropical”, in: RIBEIRO, Darcy. [org] **Suma Etnológica Brasileira**, 1. Etnobiologia, coord. de Berta G Ribeiro.

⁴⁹ COSGROVE, D. *Landscape and Landschaft*. **German Historical Institute Bulletin**, nº 35, Washington D.C.: Outono de 2004, pp. 57-71, p.61.

⁵⁰ SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

perspectiva sócio-cultural, ressaltando os sistemas de apreensão, valorização e representação socialmente articulados em relação aos ambientes, atentando também para os aspectos sinestésicos e polissensoriais, apresentando uma alternativa ao que Cosgrove chamou de “preconceito visual” dos estudos da paisagem.⁵¹

A antropologia é também um diálogo possível para a história ambiental, especialmente no que concerne aos povos ditos “primitivos” e suas formas de relacionamento com o mundo biofísico. A partir dos mitos de povos nativos dos Estados Unidos, Lévi-Strauss tenta fugir do determinismo ecológico, em contraposição à antropologia ecológica norte-americana, mostrando que não existem relações automáticas entre elementos do ambiente e os comportamentos, porém uma codificação de relações com algumas coisas do meio ambiente, que no contato e trocas entre as diversas tribos, articulam diferentes formas de explicar a realidade. A situação ambiental é importante para compreensão das mitologias “primitivas”, mas estas se desenvolvem também em relações mútuas de contatos, diferenciando-se segundo regras próprias de comparações/inversões, visto que essas construções mentais, por vezes, tratam de elementos que nem mesmo estão presentes em seu território. Assim, a cultura “reage”, mas não “reflete”, às condições do mundo biofísico. Lévi-Strauss desconstrói a ideia de uma separação entre o sensível e o intelectual – ou os níveis *ênico* e *ético* – tentando demonstrar, pelo viés da análise estruturalista, as relações de “formas, texturas, cores, sabores e odores” do mundo experienciado e conceitualizado pelos seres humanos.⁵²

Descola ressalta como no percurso intelectual de Lévi-Strauss, os elementos da natureza fornecem o material básico a partir do qual o pensamento cria suas taxonomias e mitos, a partir dos contrastes entre as propriedades das coisas e substâncias. A ecologia de Lévi-Strauss, assim, ao invés de levar em conta apenas as dinâmicas do mundo biofísico sem a interferência do homem, é por seu turno levada às formas de

⁵¹ CORBIN, Alain. **L’Homme dans le paysage**. Paris: Textuel, 2001.; COSGROVE, Denis. **Landscape and Social Formation and Symbolic Landscape**. Wisconsin: Wisconsin Univ. Press, 1998.

⁵² Em 1972, Claude Lévi-Strauss proferiu uma conferência no Bernard College, na Universidade de Columbia, intitulada “Estruturalismo e Ecologia”, na qual tentava mostrar que, ao contrário das acusações, seu método estrutural não era “idealista” ou “mentalista”, mas articulava natureza e cultura em uma teoria unificada, partindo do material etnográfico, que coletava dados sobre plantas, seus modos de preparo culinário ou usos ritualísticos e medicinais, a geografia como pensada pelos povos, o relevo e hidrografia, e assim por diante. Seriam esses os princípios de especificidade de cada caso estudado, o mundo a partir do qual as sociedades pensavam a si mesmas e articulavam suas concepções de mundo, onde haveria uma autonomia relativa entre as condições histórico-ambientais e as características psicológicas da humanidade – cada uma com coações próprias - mas que no estudo de casos específicos não aparecem enquanto realidades separadas. LÉVI-STRAUSS, Claude. **Estruturalismo e Ecologia** In: **O Olhar Distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986.

cozinhar, utilizar o fogo e consumir produtos da natureza, segundo a especificidade dessas práticas e o desenvolvimento de regras sociais, costumes e mitos, levando em conta as propriedades de cada um dos casos que descreve e analisa, escapando de uma redução da complexidade da vida humana à sobrevivência.⁵³ Assim, existem diversas “formas de acoplamento” (*forms of attachment*) articuladas entre os humanos e os não-humanos por diversas sociedades, de acordo com princípios de assimilação de comportamentos e características das espécies vegetais e animais como formas de organização da sociedade vista como um híbrido entre as diversas formas que compõe o cosmos, mediado por formas de reciprocidade entre esses elementos configuradas de formas diversas, como no caso das relações entre sociedades tribais e a caça, na qual encontra-se uma série de formas de assimilar a matança dos animais.⁵⁴

O antropólogo Tim Ingold defende uma unidade e continuidade conceitual entre a antropologia - sócio-cultural e biológica - e a arqueologia, procurando, através das pontes conceituais entre eles, escapar dos conceitos de “paisagem” que colocam-na seja como um cenário externo às ações humanas, seja como um produto unicamente de escolhas e atividades culturais. Em essência, essa distinção é semelhante àquela que antagoniza “natureza” e “cultura”, ou “ambiente” [*environment*] e “paisagem” [*landscape*] sendo que segundo essa perspectiva a cultura é também vista como feita de processos vitais envolvendo as matérias do mundo. O processo de vida humana, que possuem uma temporalidade inerente, envolvendo também a formação de uma paisagem habitada. A “perspectiva do habitante” [*dwelling perspective*] propõe ver a

⁵³ Seguindo os passos de Lévi-Strauss, seu orientador, Philippe Descola, que em seu trabalho de campo estudou os Achuar da Amazônia equatoriana, procurou retomar a quebra do dualismo entre natureza e cultura. Mesmo assim, Descola mostra algumas ambiguidades nesse pensamento, não colocando, no entanto, a oposição operacional entre natureza/cultura como um mal em si, quando utilizada com instrumento primeiro para o desenvolvimento de uma ampla gama de nuances e cromatismos entre esses dois polos, que é como se manifesta na maior parte dos casos. DESCOLA, Philippe. As duas Naturezas de Levi-Strauss. **Sociologia&Antropologia**, v. 1.02, p. 35-51. Descola procurou mostrar, a partir dos exemplos dos povos ameríndios por ele estudados: a constatação de que a oposição natureza/cultura não é universal – contrapondo-se ao mestre – visto que esses povos não concebem uma descontinuidade entre elementos seres não-humanos plantas e animais – e os seres humanos, considerando todos como portadores dos mesmos princípios vitais e possibilidades, inclusive de fala, vontades e outras características vistas por nossas sociedades como “humanas”. Elaborou assim um esquema geral das formas de articular natureza e cultura: animismo, totemismo, analogismo e naturalismo. *Grosso modo*, as duas primeiras seriam comuns entre sociedades tribais, ao passo que as últimas corresponderiam respectivamente ao Renascimento e à idade média, e ao período a partir das revoluções científicas européias em meados do século XVII, levando à visão dualista entre o homem e os não-humanos. DESCOLA, Philippe. **Par-delà Nature et Culture**. Paris: Gallimard, 2005.; DESCOLA, Philippe. Antropologia da Natureza, **Cadernos de História**, vol. VII, nº7, 2011, Recife: ed.UFPE.

⁵⁴ DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, 4(1), 1998, p.23-45.; Beyond Nature and Culture: Forms of attachment. **Hau: Journal of Ethnographic Theory**, 2(1), p.447-471, 2012. (trad. do Cap.13 de *Par-delà*).

paisagem como um testemunho das ações humanas, e das várias outras formas de vida e dos processos físicos do passado, com as quais os humanos tem que aliar suas atividades.

A paisagem estaria, da perspectiva humana, sempre “impregnada de passado” e de histórias, adquiridas pela transmissão geracional. Os humanos nascem e vivem em um mundo já produzido por seus antecessores e pelas forças do mundo biofísico. Enquanto conceito essencialmente não-quantificável, diz respeito primeiramente a essa carga cultural com a qual os humanos investem seu habitat e em última instância articula-se com todo o cotidiano das pessoas na organização espacial das matérias do mundo – ou o que Ingold chama de *taskscape* (tarefagem). A paisagem – vista para além de seu aspecto pictórico – é assim algo cheio de orientações e cartografias cotidianas, caminhos usuais, que envolvem o conhecimento de plantas e animais que circulam, fluxos de água e de matéria orgânica, e sensações dos “habitantes”. Ela é:

o domínio familiar de nossa moradia, está conosco, não contra nós, mas não é menos real por conta disso. E por nossa vivência nela, a paisagem torna-se parte de nós, assim como somos parte dela. Para além disso, o que ocorre com seus componentes humanos ocorre com outras entidades também. Em um mundo [constroed] como natureza, cada objeto é uma entidade auto-contida, interagindo com outras em algum tipo de contato externo. Mas em uma paisagem, cada componente desdobra em sua essência a totalidade de suas relações com cada e com todos os outros⁵⁵.

Por sua vez, o termo indica uma experiência holística, que articula “lugares” a uma unidade maior, porém não unívoca. Não existem limites naturais, como pré-requisito para a construção dos lugares: o essencial é a ideia de “centralidade” de um lugar, sua função de congregar fluxos de atividades em uma moradia, em um rio ou em plantas, e assim por diante. A paisagem tem um caráter formacional, passando a existir dinamicamente no tempo, portanto não é uma “forma” à qual os habitantes se adequam: corresponde aos ciclos-de-vida que se incorporam na formação dos organismos, incorporando uma “série de ciclos entrelaçados”. Os ciclos da paisagem são intimamente relacionados às atividades desenvolvidas pelos habitantes, o trabalho – em sentido amplo – cotidiano, que para Ingold constituem as “tarefas” (tasks): operações práticas da vida normal.⁵⁶

⁵⁵ INGOLD, Tim. The temporality of landscape. **World Archaeology**, V.25 No. 2, p. 152-174.

⁵⁶ Nesse sentido, cada experiência de deslocamento dentro dela não pode ser tomado como uma variável espacial – como a distância entre dois pontos – mas como algo imponderável, envolto de sensibilidades e afeições. O “espaço” é, nesse sentido, uma abstração humana para mensurar algo abstraído de seus componentes físicos, assim como a ideia de “terra” [*land*] seria outra abstração. O “lugar”, por sua vez, implica um recorte dentro da experiência geral de pertencimento a um mundo, segmentado e diferenciado de seus arredores, a partir de sensorialidades e de práticas cotidianas.

A partir da experiência dos que vivem o tempo, a temporalidade e a historicidade se mergem, combinando o tempo cronológico – na sucessão de eventos localizáveis em uma “linha” – e o tempo de cada evento, considerado como a condensação de diferentes retensões do passado e virtualidades futuras. Assim, forma-se o que Ingold chama de *Taskscape* (já traduzido como “Tarefagem”), onde cada tarefa está articulada a todas as outras realizadas coletivamente. A articulação entre diferentes durações necessárias a cada atividade, que por sua vez deve entrar em sincronia com outras relacionadas, é o que faz com que o tempo abstrato seja incorporado [embodied] em uma temporalidade, ao mesmo tempo que os ritos sociais marcam a circularidade e a continuidade da memória coletiva. A temporalidade da tarefagem é, nesse sentido, resultado de diversas durações orquestradas, possuindo portanto um *ritmo* próprio.⁵⁷

A paisagem e a tarefagem só existem na medida em que são performatizados, estando intimamente ligados como, e primeira é a própria incorporação [embodied] dos ciclos da tarefagem, e nunca está completa, mas sempre em formação. Enquanto, para Ingold, a paisagem está ligada à visualidade, a tarefagem é essencialmente auditiva, posto que para ser emitido um som, é preciso atividade. As atividades dos seres vivos, por outro lado, ocorrem em consonância com os ritmos das marés, da passagem dos dias, e das estações dos ventos e chuvas. Assim, a tarefagem, está relacionada tanto aos seres ditos “animados” quanto aos ditos “inanimados”, visto que o “mundo” tem seu movimento próprio de mudanças, com as quais os humanos e outros organismos interagem.⁵⁸

Em outro artigo, Ingold pensa saídas para a ontologia aristotélica do objeto, a qual se estabelece na junção entre “forma” e “matéria”, pela intencionalidade do agente. Esse modelo *hilemórfico* teria se perpetuado no pensamento ocidental, cristalizando uma visão morta do mundo enquanto uma reunião daqueles objetos – pedras ou árvores, no sentido da matéria, casas ou mobílias, como construções humanas – que seria ocupado pelo ser humano que transforma a matéria passiva em objetos. Sugere que essa ontologia deve ser substituída por uma que junte *materiais* e *forças*, na qual os processos formativos em ação constante – seja a mão do artesão ou o desgaste provocado nos solos pelos ventos e chuvas – formam o sentido dinâmico e vivo do mundo. Enquanto a concepção de objeto pressupõe sua identidade pela separação em

⁵⁷ Ao contrário do metrônomo, que divide o tempo em pedaços iguais, o ritmo depende do próprio desenrolar dos acontecimentos, sempre modificando de acordo com os acontecimentos, sendo a união de uma série de ritmos próprios em um único movimento.

⁵⁸ INGOLD, Tim. “The temporality...”, Op.cit. p.164

relação aos outros, a noção de *coisa* procura englobar a multiplicidade de acontecimentos que fazem a existência.⁵⁹

Contrariando a oposição analítica entre o céu e a terra, a cosmologia proposta por ele engloba-os como domínios unificados da vida. Cada um deles, por sua vez, não podem ser vistos como uma reunião de diversos objetos, mas como movimentos constantes de trocas de matérias, se influenciando reciprocamente. Ingold critica as noções de “agência dos objetos”, “materialidade”, “mundo material”, que considera redutores da vida inerente às coisas do mundo: “Nesse mundo estável e estabilizado, nada flui. Não pode haver vento, clima, nem chuva para umidificar a terra ou os rios que correm por ela, muito menos o ‘erguer-se’ da terra enquanto planta ou animal – não pode haver vida.” Contrapondo-se a isso, propõe substituir a ideia de matéria – fixa e estagnada – à de material, sempre em fluxo.⁶⁰

Até onde é possível falar de uma árvore enquanto um objeto auto-suficiente? A árvore acumula os efeitos do tempo, entre sua casca e no cerne vivem pequenos insetos, suas folhas balançam ao vento, suas raízes trazem nutrientes do solo. A árvore é inseparável desses elementos, e várias espécies do reino vegetal extrapolam a própria noção de indivíduos separados, crescendo na forma de colônias. A coisa, nesse sentido, é “um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam”. Entre o artefato e o elemento “natural”, a casa humana permite aproximar os casos. A casa, após construída, precisa ser habitada, e o processo de habitar, com todos os fluxos necessários para tal, é o que forma a casa *real*. Habitar, por sua vez, envolve uma série de ações, e não apenas objetos. Para Ingold, habitar o mundo, em oposição a “ocupar”, é “se juntar ao processo em formação”.

⁵⁹ Assim, a ferramenta não é apenas um produto final, mas se constrói de acordo com o uso, com as intempéries, etc. Além disso, o processo de produção da ferramenta inclui o agenciamento de elementos da “natureza” para a formação final, e quando esse processo não é estandardizado, inclui sempre um quê de acaso e de diferença entre cada peça. Se no caso de uma ferramenta produzida pelo homem a distinção talvez seja sutil, quando estamos tratando de elementos biofísicos – árvores, pedras, nuvens – o modelo hilemórfico torna-se mais difícil de sustentar.

⁶⁰ Com isso, Ingold pretende contestar um sentido que foi dado à teoria de ator-rede (*actor-network, acteur-réseau*) de B.Latour, a partir do sentido original de *réseau*, que pode tanto significar rede, como o verbo tecer, que faria sentido dentro da ontologia que procura defender. Não existe a rede como conexão de vários pontos, mas os próprios pontos são determinados pelas relações entre as linhas, cada qual com sua trajetória própria. Em última instância, critica a noção da separação entre internalidade-externalidade do ser humano, mostrando que, assim como outras coisas, vivemos sempre para-o-mundo, dentro do mundo. Nesse sentido, o mundo não pode ser comparado a uma “loja de departamento” ou um “grande museu” – “nos quais os objetos encontram-se dispostos de acordo com seus atributos ou origem”, seria melhor compará-lo a uma grande cozinha com diversos ingredientes, um laboratório de alquimista ou a um ateliê de pintura, nos quais as substâncias são vistas de acordo com suas propriedades e virtualidades, e misturadas de forma criativa para a formação de uma nova essência.

Assim, coloca a questão do que seria o “ambiente”, ou um *Ambiente Sem Objetos (ASO)*, no sentido que dentro dos processos da vida, cada elemento está em constante contato com outros, não se encontrando nunca em estado de cristalização total. Segundo algumas concepções, um ASO seria um deserto, onde apenas a superfície da terra, por onde seria possível apenas caminhar, deitar, etc. Para Ingold, ao contrário, o é justamente o espaço das infinitas possibilidades e devires, onde tudo está em fluxo constante, onde pedras, plantas, humanos, animais e prédios se combinam de formas variadas seguindo o fluxo da temporalidade. O ambiente não seria a conexão de pontos (network – rede) mas uma malha (meshwork) tecida a partir de vários fios ou linhas, cada uma com sentido próprio mas relacional aos demais, ora se tocando ora se distanciando. As atividades dos seres vivos, as forças geoclimáticas, criam uma malha de rastros, uma *textura* (em oposição ao texto). As edificações, mais que arquiteturais, são *arquitectuais*:

Apesar de sua aparente permanência e solidez, eles também têm uma *ecceidade* [v.Deleuze&Guatarri] que é sucessivamente experimentada nos panoramas, oclusões e transições que se desenrolam ao longo da miríade de caminhos tomados pelos habitantes, de um cômodo a outro, saindo e entrando de portas, no ritmo dos seus afazeres cotidiano. [...] nossa experiência arquitetônica é mais verbal que nominal. À medida que a vida dos habitantes vai transbordando para jardins e ruas, campos e matas, o mundo vaza para dentro do prédio, produzindo ecos de reverberação e padrões de luz e sombra característicos.⁶¹

1.3. Selva ou Jardim? As florestas e os índios

No processo de sedentarização e durante o primeiro aprendizado agrícola, já surgiram os construíram os primeiros jardins domésticos, onde ao lado das espécies alimentícias se passou-se a agregar a seleção humana de plantas, ao longo de milênios, com espécies de uso medicinal e estéticos.⁶² As plantas dos complexos alimentícios humanos (trigo, cevada, centeio, mandioca e milho e arroz, para citar alguns) são resultado de seleções e modificações genéticas direcionadas pelos interesses humanos, que foram responsáveis pelo maior capítulo da história da alimentação, ao menos em termos de duração, baseado em uma fonte vegetal de carboidratos, acompanhado por

⁶¹ INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

⁶² HYAMNS, Edward. **A History of Garden and Gardening**. Londres: J.M. Dent&sons, 1971, p.1-10.

carnes de caça ou de rebanho, verduras e legumes de horticultura, frutos, e assim por diante.⁶³

Dean acredita que a chegada dos humanos na América do Sul coincidiu com a expansão das florestas durante o aquecimento do holoceno, há cerca de 13 mil anos AP, possivelmente atravessando o canal do Panamá, ocupando as planícies, embora haja argumentos a favor de datações mais antigas, e por volta de 11 mil anos estaria em terrenos nos limites entre regiões florestadas e campos abertos, talvez em busca de caça de grandes mamíferos, podendo ter contribuído para a extinção desses animais. Os grupos humanos teriam escolhido os locais de interseção entre condições ambientais distintas, ecótonos, entre rios, florestas e campos abertos, e seguindo as redes fluviais, adentrava para o leste, por áreas mais florestadas. Utilizando o fogo, podem ter modificado em grande escala amplas áreas de vegetação, especialmente quando o clima mais seco e a ação de ventos favorecia a dispersão do fogo, sendo talvez responsáveis pela formação de campos e savanas locais, ou das florestas de araucárias ao sul do continente.

Lévi-Strauss sublinha a diversidade de práticas de semi-cultivo e cultivo de espécies vegetais úteis - diversas espécies de palmeiras, árvores frutíferas, bromélias, raízes, e até capins – envolvendo processos de controle da dispersão, irrigação artificial, e beneficiamento dos materiais extraídos, demonstrando um controle refinado do meio-ambiente. O autor contradiz, com os dados da etnografia, as proposições que afirmam ser o indígena “marcado pelo seu meio”, i.e. extremamente dependentes de determinadas espécies botânicas. Pelo contrário, essas populações: por vezes fazem diferentes usos culturais de uma mesma espécie, mostrando um certo grau de autonomia e escolha em relação às possibilidades do meio circundante; em outros casos, encontraram substitutos para algum produto em espécies botânicas diferentes.⁶⁴

Ao contrário de algumas correntes, a agricultura teria não sido atrofiada pela alta disponibilidade de recursos, mostrando que foi provavelmente nas áreas de maior oferta de recursos que se desenvolveram os cultivos extensivos. Não haveria oposição estrutural entre culturas silvícolas e coletoras, sendo muitas dessas últimas anteriormente cultivadoras. A oposição se deve mais a fatores históricos (guerras e migrações) que a determinismos do meio ambiente. A floresta é a principal fonte de

⁶³MINTZ, Sidney W. **Sweetness and Power:** The place of sugar in modern history. New York: Viking Penguin, 1985, p.9-12.

⁶⁴ Ex. urucu e simaruba; benjoim e *myrocarpus* ou liquidambar; o mate e o guaraná; etc. p. 30.

recurso, sendo considerado o ambiente ideal o estabelecimento de núcleos de povoamento, embora em ambientes de savana tenha sido também aproveitado, por vezes havendo a exploração de ambos ao mesmo tempo, complementarmente.⁶⁵

A vegetação modifica-se segundo os regimes pluviométricos, disponibilidade hidrológica, e de acordo com a história evolucionária das florestas e suas populações. Ao mesmo tempo, é possível pensar na história das florestas costeiras brasileiras e desses outros biomas como parte de um todo comunicante entre regiões andinas, chaquenhass. A expansão das populações humanas, embora não datadas na compilação de Williams, promoveu segundo ele, modificações na estrutura das florestas, acompanhadas da difusão de espécies vegetais úteis, e alterando a relação entre florestas e savanas, com a expansão das últimas. A expansão da agricultura foi multifocal, em torno das áreas elevadas do México, dos Andes, e das florestas da América do Sul, com contatos frequentes entre essas áreas, impossibilitando de se falar de um desenvolvimento unilinear, além de ter convivido com práticas de coleta em áreas menos manejadas.⁶⁶

Em contraste com o mundo eurasiático-africano, nas Américas teria havido relativamente pouca associação entre a domesticação de animais – e o desenvolvimento agrícola, este extremamente diversificado.⁶⁷ No entanto, as sociedades neotropicais desenvolveram sistemas inteligentes e sofisticados de aproveitamento agrícola dos territórios, mesmo sem o domínio, por exemplo, da tecnologia do ferro e a implementação da roda para o transporte, nem a presença dos animais domésticos da Áfro-eurásia. A mandioca, o milho e a batata foram selecionadas para se tornar amplas bases alimentares das populações americanas⁶⁸. Associadas a essas espécies estava o cultivo das abóboras, feijões e favas, pimentas, abacate.⁶⁹ As sociedades que povos tribais da América criaram meios de produzir alimentos em grande quantidade e qualidade, que no momento dos contatos ultramarinos tornaram-se amplamente difundidos, tornando-se a base da agricultura em larga escala mundial. Mantinham

⁶⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. "O uso das plantas silvestres na América do sul tropical". In: **Suma Etnológica Brasileira**.. pp. 35-36.

⁶⁶ Idem, p.54; No vale do Oaxaca, no México, as áreas onde estabeleceram-se os cultivos ocuparam as florestas de carvalho e pinheiros - por volta de 2000-1500 AC, no México central entre 1000AC-300 AD, na península de Yucatán entre 1200-600 a.C com a cultura Olmec e daí pra frente com a formação da sociedade Maia clássica – formando então grandes centros de urbanos, impérios comerciais e tributários.

⁶⁷ Dos quais cita-se as lhamas e alpacas, uma espécie andina de cão, porcos da guiné, patos e o peru. WILLIAMS, Michael, **Deforesting the earth...** Op.cit., p.54-56.

⁶⁸ SAUER, Carl O. "As Plantas Cultivadas na América do Sul Tropical", in: RIBEIRO, Darcy. [org] **Suma Etnológica Brasileira**, 1. Etnobiologia, coord. de Berta G Ribeiro.

⁶⁹ WILLIAMS, Michael, **Deforesting the earth...** Op.cit., p. 60-62.

também um amplo aproveitamento das fontes de alimentação da caça e coleta, direta ou indiretamente - na forma de tributos. De forma geral, esses povos mantiveram grandes densidades populacionais associados à manutenção da biodiversidade, embora seu impacto na modificação/criação de paisagens tenha sido considerável – no entanto às vezes pouco visível, como no caso das florestas tropicais.

Possivelmente chegando à orla marítima brasileira pelos rios, populações iniciaram, por volta de 8 mil anos a.P. um ciclo de exploração dos recursos marinhos (ostras, mariscos, etc.), quando o nível do mar estava vários metros abaixo do atual, formando estuários naturais, cujo vestígio mais evidente eram os montes que chegavam a centenas de metros de extensão, formados pelo acúmulo de conchas descartadas - os chamados sambaquis - que contém vários extratos resultantes talvez de explorações por grupos distintos ao longo do tempo. No outro extremo da floresta, os grupos caçadores e coletores continuavam a se desenvolver, acumulando conhecimentos sobre espécies animais e vegetais dos ecossistemas em que viviam, e dispersando espécies de plantas entre eles, que nos campos e cerrados, formando inclusive o chamado “*capão de mato*”, ilhas de arborização em meio a esses biomas, constituído de espécies úteis às populações, diminuindo assim algum dispêndio de energia na coleta desses materiais. Por volta de 4 mil anos, há indícios da agricultura do milho na região de Minas Gerais, adotando também vegetais próprios da região, marcadamente raízes tuberosas, cuja espécie central foi a mandioca.

A agricultura valeu-se da técnica [mundial] da queima da vegetação, ateando fogo a plantas herbáceas da floresta, às quais foram cortadas e deixadas secar, associada – talvez - ao favorecimento da combustão das árvores de maior porte com a retirada de anéis de casca de partes do tronco próximas ao chão, onde espalhavam-se as chamas. Associada à mandioca, havia uma série de outras plantas, alimentares, medicinais ou industriais, que devem ter sido plantadas de forma associada, garantindo melhores colheitas e ciclagem de nutrientes no solo. As capoeiras, por outro lado, podiam ser também manejadas, de forma a favorecer espécies úteis.⁷⁰ Apesar disso, Dean considera, no entanto, a adoção da agricultura como uma fase de início de desperdício florestal, tendo talvez afetado quase a totalidade das florestas da Mata Atlântica. Embora as cinzas garantam a deposição de nutrientes no solo, a maior parte é perdida para a atmosfera, retornando em um período de três a quatro anos nas chuvas e na

⁷⁰ Entre elas, urucum, jaboticaba, goiaba, grumixuma, araçá, cambuci, cambucá, sapucaia, pacova, palmeiras, coqueiros, árvores de madeira de canoa

absorção por outros vegetais o que segundo Dean teria provocado “modificações padronizadas de certos microambientes no interior da Mata Atlântica do planalto”. Essas técnicas teriam talvez migrado junto com grupos de agricultores em contatos com os povos dos sambaquis, levando consigo a agricultura.

Por volta do ano 400 d.C., há registros da expansão de povos vindos do sul, associados aos chamados Guaranis das baixadas litorâneas dos atuais Paraguai, Uruguai, Argentina e sul do Brasil, que ficaram conhecidos como Tupis. Praticantes da agricultura de derrubada e queimada, associada à caça, pesca, e coleta de materiais vegetais, dominando também a navegação fluvial, entraram em áreas já da floresta atlântica litorânea. A guerra, que é considerada o momento central da cultura Tupi, pode ter aumentado a movimentação de grupos humanos dentro do continente, sendo mais constante a partir do ano mil, até o qual parece ter havido um período de relativa tranquilidade. Os Tupis abriram – ou forçaram a abertura por outros – caminhos na floresta, criando rotas de migração e contato. Em síntese, Dean considera que a floresta encontrada pelos europeus em 1500 era esse mosaico e colcha de retalhos de florestas e campos, resultantes de interações entre dinâmicas de reprodução de seus seres e os usos dos humanos, ou esse palimpsesto de diversas ocupações.⁷¹

A operação, segundo Dean, era feita próxima aos meses de chuva, como forma de favorecer a acumulação das cinzas restantes na terra, fertilizando-a e poupando trabalhos de limpeza. A terra era agricultada por algum tempo e posteriormente abandonada ao crescimento da vegetação, que em algumas gerações poderia recompor-se a estágios maduros. A escolha da época de queimada envolvia capacidades de previsão meteorológica e talvez de controle do fogo. O manejo do fogo permitiu a manutenção do estoque de caça de forma pouco dispendiosa, seja na criação de descampados seja em reservas florestais, ou no manejo correto das reservas fluviais. A agricultura de derrubada-e-queimada, realizada de forma consciente e controlada,

⁷¹ Considera-se que a agricultura tupi era realizada por mulheres, e que uma série de formas de dominação masculina fossem constantes, e que a pressão sobre a floresta pode ter aumentado, ao mesmo tempo que Dean indica que as necessidades de obtenção de proteína animal pode ter estimulado a manutenção de reservas florestais para a caça. A associação da farinha de mandioca com o peixe seco, por outro lado, era um meio eficiente de estocagem de alimentos. Ao mesmo tempo, há a hipótese de que em função da guerra, a área de influência de cada grupo tupi sobre áreas florestais e agricultadas tenha se mantido não muito distante do núcleo central da aldeia, facilitando a defesa, e estimulando a utilização de florestas secundárias [capoeiras] ao invés de florestas primárias. As guerras podem ter levado esses povos a favorecerem a formação de áreas abertas onde a visibilidade era favorecida, e em outro sentido pode ter fragmentado o conhecimento da biodiversidade local, pela falta de comunicação e por preconceitos entre os diferentes grupos.

associava-se à dispersão consciente de plantas, ao replantio de florestas e a associações de cultivos de forma a manter as reservas de nutrientes dos solos.

1.4. Mata Atlântica

Um esquema geral para se pensar a vegetação brasileira do início do século XX, a partir de quatro categorias simples – florestas, “gramas e matagais”, “savanas árido-arenosas” e “pântanos” – os dois últimos representados pela mesma cor, embora sejam opostos em relação à quantidade de água em sua manifestação. Estendendo-se pelo litoral oriental do Nordeste, confundindo-se com as matas de galeria que acompanhavam os rios que foram assinalados, as florestas encontravam-se, finalmente, com as serras do interior, onde a vegetação marcada por gramínias e arbustos predominava, mas se espalhavam em manchas menos sólidas por todo o litoral do Atlântico Norte, para encontrar denovo densidade na província do Maranhão. Cem anos depois, essa tranquilidade conceitual – que pode ser fruto também de uma visão estereotipada e mal informada do autor do mapa, visto que a categoria “floresta” subsume manguezais, restingas, matas de araucária, uma série de encaves de campos dentro dessas áreas - não existe mais. No século XX, a especialização conceitual cada vez maior das ciências naturais, e talvez o impacto das atividades humanas aliado à dinâmicas climáticas, fez surgir um grande número de classificações para dar conta da diversidade vegetal brasileira.

Não costumamos mais pensar em uma floresta brasileira, como indicado no primeiro mapa reproduzido, mas pelo menos dois domínios florestais distintos: a Mata Atlântica e a Amazônia, cada uma delas comportando formações vegetais distintas. Um mapa reproduzido no Anuário Estatístico do IBGE, em 1994, possui treze classificações vegetais, além das áreas antrópicas, estendendo-se por toda a costa leste. A diversidade de vegetações indicadas é também resultante da tentativa de combinar as classificações vegetais criadas ao longo da formação de uma ideia de “nacionalidade” própria do Brasil e o sistema internacional de divisão fitogeográfica. Nesse sentido, a distinção entre florestas Amazônica e Atlântica se perde – embora a mancha verde-escuro evidencie a disparidade entre duas regiões – visto que a Leste o verde confunde-se quase completamente com a área de ocupação humana. A divisão em seis Biomas continentais (2004) inclui 10 tipos de vegetação - com 34 subdivisões - 15 áreas de contato entre dois ou três tipos, e duas “áreas de refúgio”.

O zoneamento ambiental atual para o Brasil, em geral, mostra não apenas regiões bio-físicas, mas também é uma projeção e sistematização humanas, de acordo com critérios das ciências modernas, a partir de uma paisagem visível. Isso não quer dizer que é preciso ignorar essas categorias, mas que tanto quanto fazer uma história dos usos materiais das florestas, precisamos pensar nos limites e na historicidade desses conceitos, para construção de um quadro histórico dessas relações, bem como avaliar também as situações específicas dentro de cada um desses domínios. O conceito de Domínio/Bioma da Mata Atlântica utilizado pelas políticas públicas brasileiras dá conta de uma ideia mais ampla da dinâmica ecológica, visto que envolve diferentes formações vegetais, que são interdependentes, compartilhando fluxos de material genético e biomassa entre eles.

Christian Brannstrom levantou de forma mais enfática a necessidade de redefinir o recorte da Mata Atlântica utilizado por Dean, mostrando que ele é fruto da utilização do mapa do IBGE de 1988, que utiliza uma escala pequena [maior área mostrada], de forma a mostrar toda a área nacional, favorecendo uma visão genérica dos grandes biomas, mas desfavorecendo a percepção dos mosaicos vegetacionais locais, que contém diversas formações em contato, resultando em pouca funcionalidade para a análise histórica. Seu estudo se baseia em dados cartoriais para a região do oeste Paulista atenta para as diferentes configurações entre florestas estacionais semidecíduas e diversas configurações do bioma Cerrado, incluindo campos, cerrados, cerradões, matas ripárias e campos alagados. Atenta, assim, para a necessidade de um aumento de escala, mais próxima ao “rés do chão”, para uma melhor compreensão de situações históricas locais. Os dados analisados, por sua vez, podem ter sido resultantes dos sucessivos usos dessas terras pelas sociedades humanas na área de seu estudo, a partir da derrubada da floresta, modificações diretas ou indiretas no quadro potamográfico, estrutura do solo.⁷²

Na América do Sul, é possível que houvesse um contínuo florestal em toda a sua costa atlântica, entre os biomas da Amazônia e da Mata Atlântica, que foi mantido/recriado pelas populações nativas. Ambas podem ser subdivididas em várias áreas menores, formando talvez complexos de florestas regionais, e é possível estabelecer parentescos entre as espécies animais e vegetais [táxons] de ambas,

⁷² BRANNSTROM, Christian. “Rethinking Brazilian ‘Atlantic Forest’ New evidence for land cover and land value in Western São Paulo, 1900-1930”, **Journal of Historical Geography**, 28, 3 (2002), p.420-439.

conforme indicam estudos. Para Coimbra-Filho e Câmara, as regiões arbóreas – entre e manguezais em estágio bem avançado, florestas densas e abertas, etc. – possivelmente formavam um amplo corredor ecológico dentro de uma grande área, com variações regionais. A alta concentração de chuvas nas baixadas litorâneas contrasta com a rarefação e sazonalidade seguindo para o interior, provocando uma mudança gradual na paisagem, diminuindo em porte à medida em que o relevo montanhoso provoca uma diminuição da competição pela luz.

Essas formações coexistiam integradas também aos biomas de caatinga, mais arbórea que arbustiva e cerrado/cerradão, e até espécies do pantanal e áreas andinas, dos chacos argentinos, paraguaios e bolivianos- compartilhando espécies em comum.⁷³ Coimbra-Filho&Câmara consideram, por exemplo, testemunhos do botânico Francisco Freire Allemão, que no século XIX teria registrado ainda grandes florestas próximas à costa do Ceará. Para os autores, grande parte do estudo da fitogeografia brasileira se baseou no mapa de Martius, *Provinciae Flora Brasiliensis*, que no entanto nos informa, e de forma não completa, apenas sobre uma realidade do século XIX, e que não dá conta das transformações históricas de 300 anos de ocupação. A compreensão empírica do território pelos autores, no entanto, estava longe de ser completa, subsistindo generalizações. Por outro lado, a ideia de um país dominado pelas riquezas naturais, em contraste a uma pobreza do povo e da civilização.⁷⁴

Segundo M.Williams, as “modernas” florestas mundiais expandiram-se durante os últimos 10.000 anos, acompanhando a retração das camadas de gelo, provocadas pelo aumento da temperatura global, com o fim da era do gelo, marcando o início do Holoceno. Juntamente com a subida do nível dos mares – que submergiu antigos caminhos terrestres como o de Behring, por onde os humanos teriam passado da Sibéria

⁷³ [*Podocarpus selowii* (Pinheiros-bravos, genero atlantico, ou talvez de todo território nacional, encontrado no Pará), *Amburana cearensis* (comum a do Ceará até Mato Grosso/Goiás), *Gallesia gorazema* (pau d’alho, encontrado no Acre) *Phyllocarpus riedelii* (guaribu sabão), as duas últimas encontradas no Acre]. Em relação às formações do semi-árido, *Erythrina* (mulungú) e *Tabebuia* (ipês) – indícios também pelas matas de carnaúbas – que deviam ser associadas a várias outras espécies (jatobás, angelins, oiticica, imbuzeiro, juazeiro, quixabeira, caraibeira, marizeiras/maririzeiras?).

COIMBRA-FILHO, Ademar F.&CÂMARA, Ibsen G. **Os Limites Originais do Bioma Mata Atlântica na Região do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, FBCN, 1996, p.12-20.

⁷⁴ O mapa de Martius, publicado na década de 1850, criou uma classificação fitogeográfica, dividindo o país em cinco “domínios”: a “Regionis Montano Nemorosae” (grosso modo a mata atlântica litorânea, chamada também de “mata geral”), “Regionis Calido-Humidae” (a floresta amazônica), “Regionis Calido-Sicca” (caatinga), “Regionis Montano-Campestris” (cerrado), “Regionis Extratropicae Valliculosa” (os campos sulinos ou pampas), que mantém-se duradoura, em linhas gerais, nas posteriores formulações da geografia brasileira. Ver PÁDUA, José A. “Natureza e Sociedade no Brasil monárquico” In: GRINBERG, Keila&SALLES, Ricardo (orgs.) **O Brasil Império**, V.III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp.313-365, p.340.

à América do Norte – espécies vegetais com facilidade de dispersão colonizaram as áreas antes ocupadas por tundras nos climas temperados. Na região das baixas latitudes, que convencionou-se chamar de Trópicos – embora possua menos dados quantitativos, especialmente palinológicos - a “Era do gelo” do Pleistoceno parece ter se caracterizado pelo aumento das condições de aridez acompanhada de uma temperatura muito abaixo das atuais, favorecendo a expansão da vegetação de origem montanhosa, bem como as de características xerófila e mesófila, e expansão dos desertos. Com a subida das temperaturas durante o Holoceno, a região também assistiu a um aumento da umidade geral, favorecendo a expansão das florestas, ocupando zonas mais áridas e subindo encostas das montanhas.⁷⁵

As Mata Atlântica, segundo Dean, é um “complexo de tipos de florestas, em geral latifoliadas, pluviais e de tropicais a subtropicais. Entre oito e 28° de latitude sul, interiorizava-se a cerca de cem quilômetros da costa do norte e alargava-se a mais de quinhentos quilômetros no sul”, cobrindo, segundo atualmente se estima, 1.3 milhões de km², associada à floresta amazônica, que juntas superavam outras florestas tropicais afro-asiáticas, em biodiversidade e endemismos, que Dean estima ser, relativamente às plantas, de cerca de 800 espécies em algumas faixas maduras. Para o lado da beira-mar, formaram-se faixas de manguezais, nas áreas atingidas pelo oceano, à qual segue-se em alguns lugares, como no Nordeste, os matagais de restinga, crescendo em solos mais pobres e arenosos, estendendo-se por até 30 km para o interior, onde encontrava-se com as formações latifoliadas perenes e pluviais.⁷⁶

Segundo Gonzaga de Campos, escrevendo em 1912,

em todos os Estados do Nordeste bem pouco se há conservado das matas primitivas. Foi por ali a primeira exploração das matas costeiras desde os tempos coloniais. É do curso do Parnaíba ao do S. Francisco, somente as capoeiras atestam hoje o vigor das matas que foram. A exportação de madeiras valiosas, quer para construções civis, quer para navais, era muito grande; por mais recomendações e disposições de leis que a metrópole fizesse, a devastação foi rápida; e, em seguida os processos da lavoura pelo fogo completaram a obra.

⁷⁵ WILLIAMS, Michael. **Deforesting the Earth...** Op.cit., p.3-5. 10-11, 34.

⁷⁶ As origens das florestas remontam às primeiras plantas vasculares que datam de cerca de 400 milhões de anos, consolidando os solos, quando o que hoje é a América do Sul formava ainda o continente unificado da Pangéia, alojada na região que hoje é o pólo sul, onde o frio e a seca eram constantes, separando-se do supercontinente há uns 110 milhões de anos, até que há cerca de 40 milhões de anos iniciou-se a formação das plantas em entidades verticalizadas, melhorando sua competitividade pela luz solar. Dean acredita que pode ter sido nessa região que as plantas podem ter desenvolvido o mecanismo evolutivo das flores, interagindo com os insetos alados, que por sua grande mobilidade auxiliavam na dispersão das espécies vegetais, chegando ao dossel da floresta a partir de uns 65 milhões de anos, quanto o fim do cretáceo assistia a uma grande modificação nas formas de vida do planeta.

No Mapa Florestal, o autor utilizou da convenção “matas” para incluir também áreas tomadas por culturas, pastagens e capoeiras, diferenciando apenas os “campos nativos ou primários”, por terem aqueles sido matas em outros tempos, apresentando portanto melhores condições de reflorestamento. Acreditava mesmo que “Abandonadas, entregues a forças naturais, sem intervenção do homem, quase todas essas formaes secundarias seguramente voltariam a constituir florestas, em prazo mais ou menos longo”. Iniciando-se no Cabo de S.Roque, apenas abaixo do S.Francisco “toma importância, e oferece perfeita continuidade até o Estado do Rio Grande do Sul”, acompanhando a subida do conjunto de encostas, que vai aumentando de altitude em direção ao sul, formando, segundo ele, a “zona da maior precipitação do Brasil” pela condensação da umidade atlântica. Essa pré-condição à grandeza da floresta era complementada pela grande faixa latitudinal ocupada pela mata, com diversos gradientes de temperatura, e pelo relevo muito acidentado, que favoreceriam a diversidade e a diferenciação de vegetações. A floresta atlântica recebia grande parte da drenagem potamográfica do planalto central, com “largas entradas de relativo aplainamento”, formando “fundos rasgos e depressões” nos maiores rios, séries de cachoeiras nos menores, e os menos profundos rios secundários e “grutas” correndo por planícies. Essas formações possibilitavam outros “habitats” para “formações vegetativas”

Ao contrário das “matas de terra firme” amazônicas, as mais diversificadas daquela região localizadas em áreas planas, as matas da encosta atlântica, cresciam entre os acidentes maiores – como as serras mais ao sul - ou menores – os morros e montes de grande parte do litoral. Isso refletia na competição das árvores pela luz, favorecendo um crescimento menor na altura e maior diâmetro e maior copa das árvores, “resultando [...], quando olhadas à distância, a coloração de um verde mais intenso e carregado, e um aspecto muito mais cerrado, dando idéia da maior impenetrabilidade.” Aliado a isso, alta pluviosidade e solos favoráveis, e a facilitação da dispersão de sementes pelo relevo desigual, promovendo a melhor adaptação das espécies vegetais a diferentes situações físicas. Gonzaga de Campos acreditava encontrar aí a explicação para a diversidade vegetal da região, variando ainda segundo as condições internas.⁷⁷

⁷⁷ Notava que as florestas das latitudes mais baixas pareciam-se com as “matas de terra firme”, gradativamente perdendo a semelhança à medida que avançava-se para o sul, mas muitos espécimes amazônicos continuavam a ter representantes, às vezes por toda a extensão da mata atlântica, como grande parte das palmeiras: assaí, palmito (por toda extensão), tucum (tucumã), inajá, mucajá, mucajuba (coco de catarro), uaricana, jatá (piririma), piassava (até o sul da Bahia), patí, jerivá, brejaúva, catolé,

Nesse sentido, as mata de encostas atlânticas seria “*a mais rica em madeiras preciosas do Brasil*”, possuindo vários congêneres amazônicos, no entanto com maior variedade de espécies e de melhor qualidade, como no caso dos jacarandás (jacarandá-preto ou caviúna, rosa, roxo, de espinho, -tan, violeta, mocó, banana, e outros), o gonçalo alves e outros de “madeira branca” (similares ao pau-pombo), as canelas (preta, parda, amarela, sassafrás, capitão, tapinhoã, batalha, embuia e outras); as goiabeiras e arazás, “em geral de pequeno porte, avançando para o sul desenvolvem-se fornecendo madeiras valiosas” (var. arazás, guarayuvás, *Securinea guaraiuva?*, etc.), assim como os louros (branco, amarelo, frei-jorge). Entre os tipos mais característicos, estavam os jequitibás (var. branco e rosa, característicos pelo grande porte de até 50m de altura e 3-5 de diam.), igualmente grandes perobas (rosa, revessa, amarela e guatambú, todas com grande utilidade construtiva e altos preços).⁷⁸

Entre as matas equatoriais e atlânticas estendia-se a grande região de mais de 1/3 do país na qual predominavam as chuvas de estações, às vezes muito curtas, favorecendo a vegetação xerófila, formando manchas no interior, e difundindo-se especialmente em algumas zonas do nordeste seco, mas com muitas graduações em função do relevo e clima: as matas pluviais do interior. Havia então predominância de herbáceas, mantendo-se a espécies arbóreas em forma de cerradões, catanduvas, faxinais, ou dispersas em capões, até os “campos cerrados” (onde tornavam-se “*arvoretas raquíticas espalhadas*”), ou campos limpos, onde desapareciam. Em algumas situações (acidentes como serras, cordilheiras, encostas de planaltos elevados) formavam-se áreas “de condensação” com florestas “de grande pujança, às vezes por áreas muito extensas, mas que na realidade constituem apenas manchas locais sem a continuidade das duas grandes formações”.⁷⁹

airís, ouricuri (mais peculiares à costa). Também as madeiras construtivas como cedros, cangeranas, canelas, jatobás, jataís, angicos, louros, sapucaias, sucupiras, angelins, copaibas. Já massarandubas, jenipapos, pau-rosa (Sebastião de Arruda), bacuri e bacopari, paus d’arco, piquiás, guarabú (paus-rôxo, roxinhos), pau de jangada, limitados “em extensão ou em número” (muitos deles comuns no Nordeste.).

⁷⁸ Entre as árvores de menor porte, mas de grande valor econômico citava: aroeira-do-mato, piquiá-marfim, vinhático, óleo-vermelho (bálsamo), bicuiba, araribá, putumuju, gibatã, cutucanhem, grapiúna, guapeva, folha larga, mossitaíba (messetaíba?), caixeta, pau-ferro, pau-brasil, uricurana, sobrasil, guanandi, tajuba, grossaí-azeite, buranhém, arapoca. De São Paulo ao Rio Grande do Sul, começavam a aparecer os guarantans, passareúvas, cabreúvas, uvatingas, faveiros, urindiúvas, uvá-mirins, e mais caracteristicamente as matas mistas onde as araucárias dominam o dossel, e nas sub-matas encontram-se várias das espécies de madeira construtiva características da mata. Junto com os pinheiros, aparecem os ervais de mate, na época “segunda riqueza vegetal do país”, que avançava sobre os “campos e faxinais”. CAMPOS, Gonzaga de. **Mappa Florestal**. Rio de Janeiro: Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil/Tipografia da Diretoria do Serviço de Estatística, 1912, p.105-25.

⁷⁹ Entre as poucas citadas pelo autor, estavam as encostas orientais da serra da Canastra e Mata da Corda, onde estavam as cabeceiras S.Francisco, e muitas outras, especialmente nos “*estados meridionais*”, onde

Por toda a área onde predominava a vegetação seca do Brasil central e no Nordeste seco, faixas de mata ciliar - nas beiras dos cursos d'água - com larguras “de dezenas de quilômetros até somente dezenas de metros” e composições variadas, representadas no mapa de forma às vezes exagerada por escassez de dados e pela impossibilidade de representar algumas pequenas faixas na escala do mapa. Nos rios mais volumosos, onde formam-se várzeas de planícies, o “mato” costumava ocupar áreas mais elevadas, enquanto nas áreas mais próximas à água concentravam-se campos ou “vegetação paludosa” de perís e tabúas, “também cercadas de matas nas orlas mais elevadas”. Apresentavam em geral menos variedade de espécies e com a vegetação inferior quase inexistente, mas de composição similar às matas pluviais. Embora apontasse a diversidade de formações ciliares, Gonzaga de Campos descrevia-as com a predominância de “figueiras gigantescas” e ingaranas, ou canelas e angicos “com espessas cortinas pendentes de cipós e de plantas enredanças, semelhando impenetráveis as matas marginais, que ao contrário, são sempre de mais fácil penetração”, nos rios maiores; nos menores, apareciam taquaraçus e taquarís, “que às vezes formam verdadeiras abóbadas sobre o leito da corrente”.⁸⁰

1.5. Florestas do Nordeste

Vilhena considerava impossível uma conta total das riquezas vegetais do Brasil, espalhadas pelas “imensas” matas, “que a ser possível, diríamos que tão antigas quanto o Mundo”, com árvores de tamanho inacreditável. Segundo ele, depois do conhecimento do ferro, os índios do Pará e Maranhão passaram a produzir canoas de madeiras inteiriças, com até 17 palmos de boca e 100 de comprimento a partir desses “gigantes das árvores”. Além das madeiras de construção, valiosas [Ver Anexo 2]

não só pelo comprido e grosso, como pelo fino das suas qualidades, e raro de suas cores; preciosas outras pela sua rijeza, e duração, quando algumas

florestas estendiam-se por até 600 km no interior, e pelas áreas recentemente “descobertas” do interior do Centro-Oeste e Norte amazônico, com corredores de florestas aparentadas às equatoriais, e outras que desciam em direção ao Pantanal e aos chacos paraguaios.

⁸⁰ Em matas ciliares mais extensas, apareciam outras espécies construtivas, ou por matas de palmeiras ou alguma outra espécie. No médio S.Francisco, as terras consecutivas ao rio acumulavam depósitos aluviais em alagadiços, com espécies de *acacia*, *triplaris*, *eistus*, *mirtáceas*, *jacarandás* e *psídios*, nas margens mais elevadas, e embaúbas elevando-se no dossel. Os capões – às vezes grandes ilhas de mata em geral nas cabeceiras dos cursos d'água, ou ao longo dele, com muitas espécies de florestas maduras e suas submatas, tornando-se mais ralas nas “orlas”, e similar aos campos nas árvores menores - tinham uma formação específica dos planaltos do Brasil central: os buritizais, formados quase que apenas por essa espécie.

estupendas pelo engraçado efeito das suas tintas, finíssimos bálsamos, óleos preciosos e gomas medicinais, e proveitosos que dos seus troncos extraem, quando algumas espontaneamente os destilam. São inumeráveis hoje as árvores descobertas, e madeiras conhecidas, apesar do que elas serão muitas se chegarem a metade das que no Brasil restam por descobrir

Segundo Ayres do Casal, em Pernambuco

O clima é cálido, o ar puro. As terras em toda a vizinhança do mar são baixas, com grandes extensões de terreno fecundo, e posto que regadas por muitos rios geralmente perenes e abundantes, os povos padecem de falta d'água em muitas partes. No interior do país, a face do terreno é muito desigual, e em partes montuosa, e geralmente muito falta d'água: a que se encontra, além de rara, e pouca, nunca é pura: por ser de poços, onde todos os viventes vão beber, ou de cacimba cor de leite. Da vila do Penedeo até a Barra do Rio Grande, em cujo intervalo os viandantes contam acima de duzentas léguas, não para o rio de S. Francisco não sai um só regato no tempo de seca.

Em Pernambuco, a serra do Ipiabapa, em parte com rochedos, outras “*escalvada*”, mas pela maior parte coberta de “*formosos bosques nutridos em terrenos fortes e fecundos.*” A serra da Água Branca, Tacaratu, era “*em grande parte coberta de matas*”, e a Serra negra igualmente possuía “*matas espessas*”, assim como a de Garanhuns, onde se plantava milho, mandioca, legumes e frutas, saindo muitos cursos d'água que regam os “*arenosos campestres que as rodeiam*”, onde se produzia, entre outras coisas, o benjoim. Nas Serra do Poço, achavam-se matas com madeiras de construção, resinas, cortiça e abelhas. Na do Cumunaty/Cumenaty, próxima a Águas Belas, haviam áreas bem florestadas em algumas partes, onde haviam plantações de algodão e mandioca. Ao longo da passagem do rio Ipojuca, haviam muitos terrenos para plantio de algodão e cana, e pelo Una e Jacuípe – que nascia em meio a matas - desciam madeiras para o litoral.⁸¹

Entre os vegetais de Pernambuco eram dignos de nota: Cedro, Pau d'Arco, Vinhático “*de várias cores: o amarelo e o escuro são os mais estimados*”, condurú (vermelho), barabú macho e fêmea “*mais ou menos roxo*”, pau santo, “*violete ondulado*”, sucupira e baraúna “*anegreados*”, sapucaia “*que dá bons mastros para baixés menores, e da sua casca estopa aos calafates*”, camassari “*avermelhado*”, pau d'alho, massaranduba, angico, coração de negro, “*cujo âmago é anegreado, e rigíssimo*”, e “*outras muitas*”. O pau brasil era retirado 30 léguas para oeste. Além dessas, a canafístula, caraíba (“*cuja flor amarela, e um pouco grande, é delicioso pasto dos veados, que a procuram debaixo da árvore, onde os caçadores os esperam e matam*”). O

⁸¹ CASAL, Manoel A. **Corografia brasileira**: ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976 [1817]. 2 vol., p.157.

pau de jangada era uma das “mais úteis desta província”, crescendo comumente retilínea, e tão grosso “que um homem não abarque com os braços”, sendo poroso e leve. A copaíba era encontrada em todas as matas, onde são comuns também as árvores que produzem a goma copal, as que possuem o benjoim, e as que destilam o estoraque. As últimas

são altas e grossas, de casca delgada e alvadia; folha um pouco comprida, estreita, felpuda pela face inferior; lenho branco com o cerne vermelho e rijo. Por toda a parte lhes chamam árvores de bálsamo; e se lhes golpeia a casca para destilarem maior porção da mencionada resida, a qual o vulgo também denomina bálsamo, e costuma ajuntá-la ao incenso.⁸²

As frutas, umbu, caju, araçá, jabuticaba, “mandupussá” (fruto amarelo que cresce no tronco), murici, cambuí, piqui (extraía-se das semenetes cera para “*velas bugias*”). Gomas e resinas, eram retiradas da “issicariba” (almêcega ou goma eleme); também a “epicuenha, e alguams espécies de quina inferior, ou árvores a que dão este nome: a verdadeira deve ser procurada na serra dos cariris”; Em Sergipe, havia uma árvore chamada “maçanzeira” que em alguns lugares de Pernambuco era chamada “murta”, ambas incorretamente. A maniçoba era usada para envenenar pássaros. O mel das abelhas silvestres, segundo Ayres de Casal, tinha odor semelhante à canela. Avaliava que deveriam ser introduzidas árvores de Sândalo, que era importado da China.

Na comarca das Alagoas é onde há as mais formosas árvores, de melhor madeira, e com maior abundância: ali se fazem as canoas, em que se navega o S.Francisco. Os coqueiros são multiplicados na vizinhança do mar: as mamoneiras, cuidadosamente cultivadas em alguns distritos, dão no seu azeite um objeto de exportação. Se a gente quisesse ter um pouco de incômodo em ajuntar e aumentar a preciosa conchonilha, a natureza em muitas partes lhe produz a Opuntia ou Palmatória, única planta que a nutre.

Na Paraíba 2/3 do território, segundo Ayres do Casal, era de terrenos desiguais com catingas e charnecas impróprias ao cultivo, mas o restante era “de pedaços de terreno forte, substancioso, e fértil, cobertos de grandes matos, principalmente nas serras de maior altura, e adjacências de alguns rios”, neles se plantando mandioca, milho, legumes, cana, algodão, “tabaco com algum arroz”, inhames, batatas, abóboras, e outras hortaliças e frutas, como abacaxi, melancia, banana e laranja. Citava entre as plantas locais: cedro, pau-brasil, aroeira, pereira, “batinga” (amarela), pau-ferro, violête, “fava-de-cheiro” (com vagens usadas para rouquidão), sucupira, pau d’arco, coração de negro, angico, angelim e jatobá, copaíba, almecegueira. “Nos bosques onde se criam estas árvores, e outras de construção, encontram-se também frutíferas sem benefício

⁸² CASAL, Manuel A. **Corografia Brasileira...** Op.cit. p. 158-60, 163-64, 166-67.

algum do braço humano”, jabuticaba, pitomba, goiaba, caju, umbu, araçá, mangabeiras (“multiplicadíssimas em algumas partes”); muitos coqueiros nas praias, de areia, rocha ou mangue. O Catulé, um tipo de palmeira usada para alimentar o gado, Pequi. Ayres do Casal informava que o açúcar diminuía paulatinamente, enquanto o algodão progredia, em função das secas.

O Rio Grande do Norte tem sua “face” normalmente desigual, com algumas serras altas, e raros e pouco extensos bosques, constituíndio-se na maior parte de “catingas áridas”. Possuía vários terrenos próprios para o açúcar, embora a plantação nunca tivesse sido majoritária, e diminuísse nos últimos anos, substituída pelo algodão. Muitos cultivos de mandioca, milho, legumes, “hortaliças do país”, pouco arroz e tabaco para consumo interno. A serra de Luiz Gomes, era “toda coberta de grandes matas, onde se fazem as melhores lavouras de mantimento e algodão”– Muito gado vacum, e um pouco de cavalos e ovinos e caprinos, poucos porcos, por não haver árvores que produzissem grandes mantimentos para eles. Muitos coqueiros próximos à praia, e no interior muitos tipos de palmeira. Nas matas havia diversidade de madeiras de construção, algumas com resina, com o cedro aparecendo em alguns distritos, copaíba e outros vegetais medicinais. Cajus, jabuticaba, umbu, araçá, “soutos quase unicamente de mangabeiras”, muito azeite de mamona e cera de abelhas silvestres.⁸³

O Ceará, no litoral, possuía terreno desigual, sem vales profundos e com poucas montanhas. Terreno em grande parte “arenoso, árido e estéril, com pouco mato”. Nas serras, no entanto, havia “grandes matas, onde a terra é substanciosa e fecunda, onde se fazem as mais ricas lavouras”, onde haviam muitos macacos. O restante era dominado pelo gado, havendo muitas cabras e ovelhas, especialmente antes da seca de 1792, usadas para couros. Muitas madeiras de construção, marchetaria e tinturaria, além do “benjoim”, goma copal e almêcega. Muitos tipos de palmeira, especialmente a carnaúba, da qual era usada inclusive para construção de taipas, usando-se o tronco para tirantes e ripas, as folhas para cobertura e esteiras, chapéus, açafates, cabazinhos. Da madeira também se faziam bastões da madeira “burnida”. Para alimentação dos bois nas secas, usava-se o tronco dos espécimes mais jovens, do qual também era feito farinha. Nas “folhas do olho” há um “pó glutinoso” em pequena quantidade, que aquecido ganhava consistência de cera. O fruto era amplamente usado para alimentação humana e animal.

⁸³ CASAL, Manuel A. *Corografia Brasileira...* Op.cit. p.197, 201 p.209-12.

A oiticica era, segundo ele, a “maior e mais frondosa árvore do sertão”, onde todos procuram sombra, só crescendo junto às águas. Nos “bosques” havia muita jabuticabeira, e nas catingas umbuzeiros. Havia muitas pinhas – as melhores do Brasil – melões, melancias e abacaxi, o araçá, a mangaba e o caju eram comuns a todos os municípios, assim como o tabaco. Por outro lado, poucas laranjeiras e bananeiras. O mel silvestre era comum, assim como sua cera, no entanto pouco beneficiada. Há pouco tempo, descobrira-se a “quina-quina”. O algodão era o principal meio de adquirir produtos europeus, a cana era usada principalmente para cachaça e rapadura, e o café e o cacau ainda eram pouco plantados. O milho era o cereal mais plantado, juntamente com a mandioca para farinha. Gados e couro eram os outros produtos de exportação.⁸⁴

Na Paraíba, em 5 de janeiro de 1803, Luís da Mota Fêo recebeu ordens do Visconde de Anadia, no sentido de enviar sementes variadas da capitania para o Jardim Botânico de Berlim, como sabemos pelo ofício de 2 de abril do mesmo ano.⁸⁵ Um ano depois, a 25 de janeiro, Fêo mandou um caixote com sementes e uma extensa lista das qualidades, um raro documento administrativo em relação aos detalhes que informa. Foram listadas noventa e uma espécies, juntamente com os terrenos onde crescem e em algumas delas seus usos práticos. Os nomes vulgares, contudo, mostram contatos entre os saberes na região, coexistindo uma nomenclatura indígena (Cauapú, Imbiratanha, Ingá, Ariticuapé, Quachuma...) com nomes jocosos (Barriguda, Bordão de Velha, Coração de Negro, Catinga de Porco, Mole-mole), que mostram a familiaridade das populações locais com essas plantas. Fêo, compreensivelmente, não alertava para o fato de que a mangueira, o gergelim, e a murta não serem locais, mas aclimações bem-sucedidas. [Ver Anexo 4]

⁸⁴ CASAL, Manoel **Corografia Brasília...** Op.cit., p.220.

⁸⁵ AHU-PE, D. 2805.

CAPÍTULO 2. AS MATAS COLONIAIS DO NORDESTE (SÉC.XVI-XIX)

Este capítulo faz uma retomada das transformações espaciais nas áreas de ocupação canavieira na floresta litorânea do Nordeste brasileiro durante os dois séculos do contato entre as populações que lá viviam e aquelas que atravessavam o Atlântico. Nessa situação, já tradicionalmente abordada pela História Ambiental, leva-se em conta as modificações ambientais já produzidas pela ocupação dos povos indígenas – bem como o acúmulo de conhecimento pelos mesmos em relação ao disciplinamento das áreas cultivadas, exploração dos ecossistemas (mangues, florestas, mares e rios), alimentação e uso terapêutico de plantas – e as implicações territoriais da inserção, desde o do século XVI, dessas áreas aos circuitos atlânticos, integrados numa economia-mundo em formação.

2.1. Colonização e ecologia

Trocas vegetais ocorreram constantemente, acompanhado o crescimento das civilizações, as migrações, as guerras e o comércio intermitente durante milênios. Durante o período da expansão marítima européia, por vários fatores de alta complexidade, essas mudanças paulatinamente tomaram uma escala mundial. Segundo A.Crosby, o sucesso do elemento “europeu” obteve nessa empreitada deveu-se ao fato que ele trouxera consigo, para efetivar sua prática colonizadora, um grande arsenal de elementos biológicos (doenças, plantas e animais), que impuseram uma nova dinâmica aos recursos bióticos nativos, exterminando a população “autóctone”, no caso das doenças co-evolutivas do Velho Mundo até então desconhecidas.⁸⁶ Havia uma experiência compartilhada entre as nações colonialistas, etnicamente mestiça, envolvendo conhecimentos diversos acerca das florestas tropicais, circulando junto às viagens ultramarinas.

Com a conquista das Américas e, posteriormente, a “descoberta” da Oceania, efetiva-se uma globalização ecológica, ou uma “ecumenização” de uma série de fatores bióticos que tornaram-se de uso corrente pelas sociedades humanas, que havia sido desfeita desde a separação dos continentes que teria gerado uma regionalização dos ecossistemas. Os “europeus”, para ele, tiveram sua capacidade de dominação

⁸⁶ CROSBY, Alfred. **The Columbian Exchange**: Biological and Cultural Consequences of 1492. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1972.; CROSBY, Alfred. **O Imperialismo ecológico**. A expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

amplificadas pelo fato do isolamento da panamérica na deriva continental, que condicionou a evolução das espécies locais isoladamente ao resto do mundo, situação compartilhada com a Oceania. A Ásia, a Europa e a África, por outro lado, mantiveram contatos regulares durante uma razoável quantidade de tempo, através de rotas de comércio e viagens esporádicas, provocando uma relativa homogeneização de fatores como doenças, alguns animais e plantas domesticados e pragas.⁸⁷

Todo esse arsenal, que consciente ou inconscientemente trouxe o europeu em seus navios, encontrou nas Américas um ambiente no qual puderam disseminar-se com menores barreiras competitivas. Ao passo que se exterminavam populações, pelas armas e principalmente pelas doenças, que florestas eram transformadas em campos abertos, para a venda de madeiras ou para transformarem-se em pastagens, diversas ervas daninhas e animais domesticados do velho mundo (bois, porcos, galinhas, ovelhas, bodes, coelhos, gatos...) propagaram-se numa velocidade impressionante para os padrões anteriormente conhecidos. A invasão de animais que necessitam de pastagem expandiu de forma avassaladora as áreas de campos e savanas americanas. Os animais de rebanho foram, como se evidencia em vários documentos, pioneiros em relação aos humanos do velho mundo na tomada de áreas, sendo segundo prática corrente abandonados em áreas favoráveis, por onde se multiplicaram. No entanto, seguiam outra territorialidade – “nativa” – na sua expansão, não permeando um espaço completamente vazio.

De fato esses elementos foram essenciais para a manutenção das comunidades humanas, mas o tipo de exploração efetivado pelos diferentes colonizadores não se reduz apenas a um fator ecológico. O sucesso ou o fracasso da imposição dos elementos das principais plantas, animais domesticados e patógenos europeus com certeza foi um fator importante para sua instalação, especialmente nas regiões temperadas das Américas, mas não há uma relação inescapável ... O impacto epidemiológico deve ser matizado segundo diversas posições de força entre elementos do mundo biofísico e cultural, tendo sido, por exemplo, muito mais avassalador em áreas de ocupação densa, como os impérios da América central, da baixa Amazônia [ver termo correto] e dos Andes, enquanto no Brasil os focos de propagação epidemiológica podem ter outra

⁸⁷ A colonização teria efetivado-se em maior escala nos locais que chamou de *neo-europas*, que por localizarem-se em faixas de clima subtropical ou temperado (região do Prata, Chile, América do Norte, Canadá), que facilitaram a disseminação dos elementos bióticos europeus, como vinhedos e trigais, tão caros aos conquistadores. Nesses locais o colonizador mais facilmente pode impor seu modo de vida, práticas de alimentação, estilos de ocupação agrícola.

dinâmica, mais favorável em aldeamentos do que em situações de contato mais esparso, sendo incalculável também as taxas de reprodução dos grupos humanos americanos, em áreas ainda pouco conhecidas - no século XVI a gritante maioria. A união dos fatores epidemiológicos aos regimes de trabalho forçado, adensamento populacional e expropriação fundiária aumentou o impacto do extermínio populacional.⁸⁸

O processo de trocas não deve ser visto de forma unilateral, sempre no sentido “velho - novo mundo”, mas como correntes múltiplas entre os diversos locais articulados dentro de um sistema mundial de trocas econômicas, conforme apontam os trabalhos de Richard Grove, que em 1995 ressaltou a limitação do trabalho de Crosby em abordar com mais ênfase as comunidades “neo-européias”, brancas, dos climas subtropicais. Grove, por outro lado, ressaltava os contatos múltiplos entre o conhecimento etnobotânico dos povos conquistados e os avanços da história natural européia, invertendo o imperialismo de Crosby.⁸⁹ A história dos contatos botânicos vem se distanciando das narrativas centradas nos cientistas europeus do sexo masculino e das espécies invasoras inconscientemente trazidas com as navegações, e tem ressaltado a continuidade de práticas dos nativos americanos, o papel das mulheres na gestão de hortas domésticas e dos africanos e africanas na difusão de técnicas e conhecimentos.⁹⁰

Segundo a revisão de Beinart&Middleton,

Os colonos desenvolveram seus próprios conhecimentos, não profissionais, sobre tecnologias botânicas, que orientavam sua tomada de decisão sobre quais plantas exóticas eram úteis e desejáveis – e como elas poderiam ser cultivadas em um ambiente hostil [...] na botânica, assim como na cultura, as sociedades coloniais frequentemente criam formas novas e híbridas.⁹¹

O imperialismo ecológico não implicou somente na multiplicação de “europeus-caucasianos”, mas de uma complexidade de povos e heranças genéticas, embora em alguns casos, como a Austrália, a disparidade possa ser assustadora, é resultado de uma colonização mais recente, o que quer dizer que envolvem não apenas fatores de dispersão de plantas e animais, como técnicas de navegação, implementos agrícolas, e necessidades estatais. É preciso, portanto, distinguir diversos momentos da expansão biológica, circuitos distintos, etc. As plantas alimentícias, medicinais, e industriais

⁸⁸ ARNOLD, David. **La Naturaleza como problema histórico**. México: Fondo de Cultura Económico, 2000.

⁸⁹ GROVE, Richard H. **Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism (1600-1850)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995 p.77-80.

⁹⁰ SCHIEBINGER, Londa. **Plants and Empire: Colonial Bioprospecting in the Atlantic World**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

⁹¹ BEINART, W e MIDDLETON, K. Transferência de Plantas em uma perspectiva histórica. **Topoi**, v. 10, n. 19, Rio de Janeiro: jul.-dez. 2009, p. 160-180, p. 173.

transportadas entre os continentes não se propagam por si só com tanta eficiência, ao contrário de forrageiras que se propagaram junto com animais de rebanho, e dependeram de preferências culturais, fatores específicos relacionados tanto às propriedades dos vegetais quanto às necessidades humanas (durabilidade no transporte, facilidade de cultivo, adequação às condições locais, disponibilidade de vitaminas, carboidratos, proteínas, etc.). O que muitos viajantes e funcionários régios viam como matos ou densas florestas era na verdade um monumento de manejos milenares associados à populações humanas. As técnicas de cultivo, de preparo para alimentação, de armazenagem constituem por si só importantes situações da vida humana.

William Cronon descreve a situação clássica de contato entre os colonos ingleses e as populações indígenas na Nova Inglaterra, como o encontro entre duas formas de ecológica. Os povos norte-americanos haviam criado um sistema de manejo milenar baseado na caça e coleta silvestres e na agricultura de coivara, queimando a biomassa florestal para o plantio especialmente do milho. Através do manejo do fogo, nas florestas, os habitantes da América do Norte também ajudaram a criar “parques de caça” de herbívoros como o gamo e o alce, e da pesca, alternando sazonalmente essas atividades. Vivendo em grupos menores, muitas vezes num estilo de vida semi-nômade, essas populações possuíam estratégias de sobrevivência que dependiam de uma gama de recursos advindos dos biomas/ecossistemas diversos da região. Já invasores os europeus passaram a olhar para esses mesmos recursos como commodities, de acordo com uma escala de valores herdada de suas experiências prévias. Essas *commodities*, por outro lado, poderiam ser enumeradas fora de seu contexto ecológico, como seres/objetos individualmente localizáveis/enumeráveis.⁹²

A abundância de caça e de madeiras para lenha e construção, notada pelos primeiros relatos, bem como a facilidade de penetração das florestas, era decorrência também do manejo secular dos “indíós”, ao mesmo tempo que as florestas da nova Inglaterra estavam subdivididas em um “mosaico” de situações – diferentes estágios sucessionais da floresta - as vezes em uma área restrita. A dinâmica desses ecossistemas, no entanto, também possui uma sazonalidade com os ritmos da migração dos animais, queda das folhas ou a frutificação das plantas, as épocas de plantio e colheita precisavam ser conhecidas e incorporadas ao regime produtivo das colônias. Na visão de Williams, a principal resposta que as sociedades indígenas caçadoras-coletoras

⁹² CRONON, William. **Changes in the Land: Indians, colonists and the ecology of New England**. New York: Hill & Wang, 1983, p.56.

do norte mais frio teriam dado a essa sazonalidade era favorecer sua própria mobilidade, se deslocando de acordo com a disponibilidade de recursos durante as estações. Já os índios meridionais, com a produção estruturada em torno do cultivo do milho associado a leguminosas (feijões, abóboras, tabaco) adotavam estratégias de manutenção de estoques para o inverno.

As populações indígenas tinham práticas que envolviam diversas situações ecológicas, sem que houvesse posse de terras num sentido semelhante da cultura do “velho mundo” [soberania e posse/propriedade? Ownership//posse comunitária e posse individual], mas que lhes garantiam a reprodução de seu modo de vida. Cronon ressalta esse vínculo ao mostrar a toponímia estruturada em torno das possibilidades de obtenção de recursos animais ou vegetais. Os colonizadores, em contraste, procuraram associar a vida das populações americanas com a idéia de que essas populações não tinham direitos, de fato, sobre os territórios em que viviam. Embora os europeus tivessem também direitos de uso coletivo de pastagens, caça e recursos florestais (lenha, frutos, nozes...), a reestruturação econômica promovida pela instalação dos humanos, suas formas de organização fundiária e os animais domésticos impunham. Esses animais precisam ser impedidos de acessar as áreas de plantio, que são então cada vez mais cercadas, assim como é necessário impedir o ataque dos predadores naturais aos rebanhos.

O modo de produção dos colonizadores, estruturado em torno da agricultura e criação de animais, também articulava noções de propriedade privada, asseguradas pelo que consideravam como utilização racional da terra e de seus recursos. A criação extensiva de animais, o comodificação da floresta – e o trabalho envolvido em abri-la – e a agricultura de cereais – embora o milho tenha sido incorporado à dieta – garantia a propriedade das terras - que também foi progressivamente transformada em mercadoria - e o comércio intercontinental de peles e de pesca reestruturaram a vida das populações indígenas, quando não foram exterminadas, ao trazerem uma modificação em grande escala do próprio ambiente em que elas viviam, com o desaparecimento das florestas e a extinção de espécies animais. A nova situação de abundância de madeira modificou os hábitos construtivos em geral, levando a construção de casas e cercas inteiramente de madeiras (ao contrário do uso conjugado à pedra – tanto para casas com para cercas – ou cercas vivas de sebe na Inglaterra), a um maior consumo de lenha, assim como as

áreas de floresta foram rapidamente associadas à fertilidade, na verdade um resultado da própria dinâmica da floresta.⁹³

2.2. Capitalismo/Modo de Produção/Espacialidade

Uma análise integrada do enorme papel assumido pela expansão ultramarina e da montagem de um sistema mundial de circulação de mercadorias na revolução que se prepara nos primeiros séculos de colonização e que se efetivará no século XIX. No tocante aos hábitos de vida dessas populações do velho e do novo mundo, ocorreram grandes transformações, que partem de um mecanismo mundial de apropriação e utilização dos recursos naturais, cada vez mais interdependentes, em escala global. A unificação do mundo em termos biológicos, vegetais e animais, portanto, faz sentido muito maior dentro dos interesses econômicos, se constrói favoravelmente ao desenvolvimento dos centros dinâmicos europeus, mas que se complementa dialeticamente nas formações coloniais, como partes indissociáveis.

A formação de uma agricultura capitalista nas semi-periferias do sistema-mundo moderno – cujo caso clássico é o plantio de cana de açúcar com mão-de-obra escravista –, a manutenção de um grande contingente de pessoas envolvidas na navegação e em manufaturas urbanas, o contato acelerado entre populações em distintas situações ambientais, tornava essencial o domínio de conhecimentos sobre o uso de um grande número de espécies vegetais. Juntamente a esse movimento de pessoas, plantas e suas práticas de manejo, os colonizadores entraram em contato com ecossistemas povoados por grupos nativos, com os quais interagiam milenarmente. A busca por matérias-primas advindas do mundo vegetal, e especialmente a abundância de florestas que possuíam árvores fornecedoras madeiras de construção constituíram duas agendas básicas na formação dos estados-nação colonialistas.

Donald Worster, define o *modo de produção* como um eixo de análise da história ambiental, como as formas que as sociedades utilizam para domesticar a natureza. Considera primordial, além do diálogo com os estudos de biólogos, geólogos e climatólogos, o conceito de sistema agroecológico como “um ecossistema reorganizado para propósitos agrícolas – um ecossistema domesticado”:

Trata-se de uma reestruturação dos processos tróficos na natureza, ou seja, os processos de fluxo de alimento e energia na economia dos organismos vivos.

⁹³ CRONON, William. **Changes in the Land...** Op.cit., p.70-73.

Em qualquer lugar, uma tal reestruturação envolve uma pressão das energias produtivas de algum ecossistema para servir mais exclusivamente a um conjunto de propósitos conscientes, muitas vezes localizados fora dele – a saber, a alimentação e a prosperidade de um grupo de humanos

Suas considerações estendem-se para a moderna agricultura de exportação: “Começando no século XV e se acelerando no século XVIII e XIX, a estrutura e a dinâmica dos sistemas agroecológicos começaram a mudar radicalmente”. O capitalismo “trouxe um conjunto de mudanças no uso da terra tão revolucionárias e arrasadoras quanto o da revolução Neolítica”.⁹⁴

Como lembra Sidney Mintz a transferência da batatinha, do milho – como grandes fornecedores de calorias – do tomate, da banana, das especiarias, constitui um fato central na história moderna, nos quais a produção de alimentos se relaciona com mudanças nos padrões alimentares tradicionais. Nas suas palavras: “A comida foi então um capítulo vital na história do capitalismo, muito antes dos dias de hoje: como alimentar pessoas, e como fazer dinheiro alimentando-as.”⁹⁵ Também ressalta outro processo de extrema complexidade para o meio ambiente: a mundialização, pelas naus européias circunavegando o globo, de certas espécies vegetais, e a especialização – e espacialização – de certas áreas em cultivos para alimentar não mais a populações próximas, mas milhares de quilômetros distantes, intermediados por tantos entrepostos que alienam qualquer relação direta entre aqueles que efetivamente produzem uma mercadoria e seus consumidores.

2.3. “Novos campos de Tessália”: a expansão da colonização no Nordeste.

Nos ambientes coloniais, inicia-se a “revolução das plantas” moderna, com as transferências botânicas entre o “Velho” e o “Novo” Mundo, circulando pelos fluxos das correntes marítimas, modernizando também os paladares e a vida material em escala planetária. As primeiras explorações portuguesas que estabeleceram contatos com humanos da América do Sul mantiveram-se distantes da floresta, diretamente. Como lembra Dean, as promessas do comércio de metais preciosos fizeram com que os portugueses não dessem atenção imediata à floresta local, embora Caminha se refira aos extensos arvoredos que vira durante a viagem. Miller faz uma colocação interessante...

⁹⁴ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**, Vol. V, nº 2 Campinas: ago./dez. 2002, pp.23-44, p. 11-12.

⁹⁵ MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia, uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16, outubro/2001. nº p 33, p.31-41.

[sobre as florestas vistas dos barcos pelo litoral]. Talvez a nau de Cabral tenha aportado em uma praia de natureza menos envolvente do que as “luxuriantes” florestas mais antigas. O pau-brasil, no entanto, foi prontamente exportado, juntamente com pássaros e algodão local.. O comércio de pau-brasil – chamado pelos locais “ibirapitanga” – rapidamente se estabeleceu como fonte rentável para o financiamento das viagens interatlânticas, montando um primeiro sistema de ocupação através de feitorias.⁹⁶

A migração de europeus e africanos mobilizou também espécimes vegetais de várias partes do mundo, tendo na botânica econômica um dos pilares da reprodução do sistema capitalista mundial. Procura-se remontar os vestígios das práticas de ordenamento ambiental resultantes de atividades diversas, tais como a agroindústria canavieira, a lavoura de subsistência, a expansão do gado, a criação de núcleos urbanos, aldeamentos oficiais, espaços de resistência indígena e escrava. O reordenamento espacial pelas práticas colonizadoras – bem como da resistência a elas – produziu resultados materiais e simbólicos, considerando-se a paisagem e o território como resultante tanto de agências biofísicas quanto culturais. M. Williams coloca a questão em termos de transferir a energia, utilizando os termos de centro (*core*) e periferia (*periphery*). Nos empreendimentos coloniais, nota-se a capacidade de articular os recursos biofísicos de outras localidades diretamente em mercadorias – como a madeira, peixes, peles de animais, - ou a transformação daqueles recursos em produtos agroindustriais, em geral com agricultura de larga escala.⁹⁷

A ocupação ibérica das ilhas atlânticas desde o final do século XV repetiu o padrão de ocupação espacial, associando a agricultura de derrubada e queimada, a ocupação por animais domésticos e a exploração madeireira para usos domésticos ou para exploração. À abundância original notada pelos primeiros cronistas seguiu-se ânsia colonial por novas fronteiras de obtenção de madeiras navais. As ilhas são locais privilegiados de endemismos. A Ilha Terceira dos Açores desempenhava, nesse sentido, um ponto estratégico para os navios da carreira das índias, auxiliando na manutenção e construção dos mesmos. Os colonizadores, ao chegarem nas ilhas, denominavam as espécies encontradas segundo termos utilizados para suas já conhecidas, dificultando a identificação.

De Itamaracá ao Rio São Francisco, segundo o “Diálogo das grandezas”,

⁹⁶ DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo...** Op.cit., p.53.

⁹⁷ WILLIAMS, Michael. **Deforesting the earth:** from prehistory to global crisis. Oxford: Oxford Univ. Press, 2003 p. 146.

há infinitos engenhos de fazer açúcares, muitas lavours de mantimentos de tôda a sorte, criações sem conta de gado vacuum, cabras, ovelhas, porcos, muitas aves de bolateria e outras domésticas, diversos gêneros de frutas, tudo em tanta copia que causa maravilha a quem o contempla e com curiosidade o nota. [...]há muitas coisas que notar por grandes, assim de rios caudalosíssimos, árvores de suma grandeza, alagoas e outras coisas⁹⁸

A partir dos cronistas coloniais, da documentação impressa e da iconografia, é possível remontar vestígios das práticas de ordenamento ambiental resultantes de atividades diversas, tais como a agroindústria açucareira, a lavoura de subsistência, a expansão do gado, a criação de núcleos urbanos, aldeamentos oficiais, espaços de resistência indígena e escrava. O reordenamento espacial resultante das práticas colonizadoras – bem como da resistência a elas – produziu resultados materiais e simbólicos que serão inventariados e analisados. O enfoque maior será dado às regiões de cobertura florestal atlântica, onde se instalaram os principais núcleos açucareiros, considerando a paisagem e o território como resultante de agências biofísicas e culturais. Neste capítulo, questões conceituais – envolvendo aportes da Geografia, Antropologia, Arqueologia e Ecologia – serão utilizadas juntamente com a reconstituição, em longa duração, da formação territorial do norte açucareiro.

Quatro áreas de adensamento, em fins do XVI: a capitania de Pernambuco, o Recôncavo Baiano, o Rio de Janeiro e os núcleos de São Vicente, adentrando o interior. Produção de açúcar como principal atividade aglutinadora, envolvendo outras atividades conexas, como a pecuária (adentrando o interior), extração de madeira, apresamento de índios, plantio de fumo e aguardente (os dois utilizados na compra de escravos). O eixo de colonização ao sul, em busca das riquezas do rio da Prata, consolidou-se como o primeiro grande centro de interiorização nas florestas que subiam a serra do Mar, a partir de São Vicente e Santos até São Paulo (nome coloniais para depois adentrar as terras indígenas ocupando também os litorais dos atuais estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ao norte, a partir da capitania de Pernambuco, expandiu-se o domínio pelas áreas do norte, seguindo a Paraíba, Rio Grande e Ceará, até a guerra do Maranhão. O Brasil representava, segundo Antonio Carlos Robert de Moraes, uma peça importante no domínio geográfico do Atlântico Sul, e a extensão de seu litoral, cobrindo mais da metade de sua margem ocidental tornava-o uma possessão não desprezível.⁹⁹

No caso da Capitania de Pernambuco, após os anos iniciais de lutas pelo domínio territorial, nos quais o principal foco de ocupação foi a vila de Igarassu, os

⁹⁸ BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogos das grandezas...** Op.cit., 1997, p. 39.

⁹⁹ MORAES, Antônio C. “A construção do território no Brasil: um esboço.” In: MORAES, Antônio C. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia.** São Paulo: Annablume, 2011, p. 113.

portugueses se instalaram nos montes onde fundaram a vila de Olinda cujo foral data de 1537. Essa região era estratégica para os portugueses, já que estava a poucas léguas de distância de um local com potencial portuário, que conhecemos hoje como Recife. Juntamente com Igarassu, Olinda tornou-se o foco de colonização e base para a expansão em direção a norte e a sul, que no final do século XVI já compreendia partes do que tornou-se a Paraíba, Alagoas, Rio Grande no Norte e Ceará.¹⁰⁰ Ao mesmo tempo, outras atividades se faziam presentes na economia colonial, especialmente nas terras que se dedicavam à pecuária, tanto nas regiões do Norte pouco viáveis para o cultivo de cana-de-açúcar quanto no Centro-Sul da colônia. Frédéric Mauro colocou a data-limite de 1640 para a consolidação dessa atividade, em torno do São Francisco e em São Paulo.¹⁰¹

A vila e termo de Olinda possuía, na época, cerca de 2 mil “vizinhos”, e igual número de escravos de Guiné, sendo que poucos escravos indígenas mantinham-se. Segundo Cardim, “a terra é toda muito chã; o serviço das fazendas é por terra e em carros”. Os 66 engenhos eram “cada um uma povoação”.¹⁰² Em 1583, segundo Cardim, houve

grande seca e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas), que os engenhos d’água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandiocas muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram [...] apartados pela fome, socorrendo-se aos brancos 4 ou 5 mil índios.

Entre estes, a maioria voltou para as terras com a volta das chuvas, enquanto outros procuraram aproximação dos padres europeus, entre eles um “principal [...] grande língua e falador”, chamado Mitaguaya, que desejava converter-se à cristandade. Em um acampamento dos nativos, que decidiam se era sensato assentar-se nas terras, cerca de 1 légua para o interior de Olinda, o padre recebeu uma ceia de moquéim assado, batata-doce, cará, mangará e outras frutas da terra, oferecendo em retribuição produtos portugueses. Os índios, em assembleia dos anciãos, decidiram pela sujeição às leis

¹⁰⁰ ANDRADE, Manuel C. **Economia pernambucana no século XVI**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2003, p. 35-57.

¹⁰¹ MAURO, Frederic. **Portugal, o Brasil e o Atlântico**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. v.1, p.89.

¹⁰² CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; [Brasília]: INL/MEC, 1978. pp. 289-95.

católicas e manutenção no lugar, de acordo com as comodidades do ambiente (“dificuldades dos matos, a comodidade do rio”).¹⁰³

A respeito do pau-brasil, árvore que deu nome ao país, e que cristalizou-se nas crônicas e memórias como tendo seu nicho privilegiado o litoral nordestino entre o Rio Grande do Norte e Alagoas. Narrando os primeiros anos da história nacional, o historiador estendia sua exposição até o ano de 1840, do qual tinha a última notícia de exportação do “precioso lenho”, e que declarava que “se não está extinto de todo, pelo menos é raríssimo nas nossas florestas”. Com as primeiras notícias da passagem de Pinzón no Cabo de S. Agostinho em, 1500, já depositando em Granada 350 quintais do produto, e antes disso já havia comércio por “bretões e normandos” no delta do S. Francisco e outros pontos do litoral nordestino. Desde 1506, com o arrendamento do Brasil por Fernão de Noronha, exportava-se anualmente 20 mil quintais da madeira para a Europa, afora o constante tráfico dos franceses.

Em Pernambuco, o foco da exploração da madeira estendeu-se até as cercanias de S. Lourenço e Nazaré da Mata, de onde, em 1630, um cronista holandês informava que ele era transportado em carros, para o “Paço do Fidalgo”, onde hoje é o bairro de Santana (Recife), e daí levado em barcas para o porto. Em 1650 uma provisão do Conselho Ultramarino autorizava a exportação de qualquer quantidade da madeira, por Jerônimo Gomes Pessoa e sócios. A Carta Régia de 06.03.1703 proibia o comércio da madeira para São Tomé e Costa da Mina. Em 1726, um Alvará concedeu a Manoel Ferreira da Costa o direito de exportar 20 mil quintais de pau brasil por 3 anos. Em 1740, há uma ordem ao Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco para enviar 6 mil quintais para Rio de Janeiro e 4 mil para Bahia. Em 1756 circulava um aviso para que todos os navios que pedissem carga de pau-brasil no Recife fossem atendidos¹⁰⁴.

O pau-brasil montou assim o primeiro esboço do que se manterá no século XIX como os principais focos de comércio atlântico: as regiões em torno de Pernambuco, Bahia (ao sul), e Rio de Janeiro (especialmente Cabo Frio). Dean estimava que nos primeiros anos foram exportados 1200 toneladas por ano, enquanto Portugal passava a negar o recebimento de madeiras corantes do Oriente, chegando a 4700 em 1588, sem contabilizar o contrabando, que é estipulado por ele em cerca de 12 mil toneladas/ano.

¹⁰³ MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico**. T. II, Lisboa: Editorial Estampa, 1997, , p. 100-101. Anteriormente, as colônias do Brasil eram ainda em grande parte importadoras de produtos animais, apesar de existirem registros de locais dedicados a essa prática, sem que no entanto tenham atingido níveis suficientes para garantir o abastecimento interno.

¹⁰⁴ COSTA, Francisco A. **Anais Pernambucanos...** Op.cit., V.1, p.41-47.

As madeiras de tinta eram produtos já explorados pelos portugueses nas ilhas atlânticas e ao no Oriente ao longo do século XVI.¹⁰⁵

Desde 1534 a coroa colocava para si a prerrogativa de conceder licenças para exportação do pau-brasil, e entre 1605 e 1607, a coroa [espanhola/portuguesa] impôs penas severas a quem contrabandeasse a madeira, e estabeleceu monopólio régio para a comercialização do pau-brasil, arrendado a particulares, com o limite de 600 toneladas anualmente. Somando esses dados, Dean chegou à estimativa de 2 milhões de árvores, derrubadas, cortadas e transportadas por milhares de indígenas, em uma área de 6 mil km² apenas no primeiro século. O pau-brasil seria entregue aos europeus em troca de ferramentas de ferro, e bugigangas, como ficou popularmente marcado na memória coletiva. Os machados aumentaram a produtividade da caça, pesca e derrubada de árvores indígenas.

À exploração da mão de obra indígena para a obtenção de pau-brasil seguiu-se o apresamento e tráfico de índios escravizados para a Europa, possivelmente como “curiosidades” da ordem dos animais exóticos, caçados pelos mesmos “selvagens”: papagaios, periquitos, macacos, onças, jaguatiricas, além de peles de diversos animais. Ao explorarem os animais, além de tirar do ciclo de reprodução normal da floresta, em suas intrincadas cadeias alimentares, também tratavam como mercadorias coisas que eram cobiçadas pelos nativos por valores não-monetários, envolvendo honra, prestígio, etc.¹⁰⁶

No período colonial, reputou-se a abundância do pau brasil sua abundância no litoral, particularmente no nordestino, sobretudo em Alagoas, mas seguindo até a Paraíba e o Rio Grande do Norte. No decorrer do século XVI, várias espécies também das ilhas do Caribe e da América Central foram chamadas “pau brasil”, e mesmo dentro do território brasileiro enviavam-se amostras de madeiras duvidosas, provavelmente

¹⁰⁵ DEAN, Warren. **A ferro e fogo...** Op. cit., p.95.

¹⁰⁶ O pau-brasil verdadeiro, segundo Arthur Neiva, *Caesalpinia echinata*, tinha área restrita, entre o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro, e não aparecia nas matas menos destruídas visitadas por G. Kuhlmann no Rio Doce (do Sul). Segundo ele, *arabutã* era apenas uma corruptela de *ibirapitanga* propagada pelos franceses quinhentistas, havendo uma espécie congênere (*C. peltophoroides*) chamada pelos locais *sibipiruna*. Na Bahia, classificava-se popularmente as variedades douradinho, “tamarino” [sic], pitanga, araçá, em ordem decrescente de qualidade. As matas de Alagoas eram as mais ricas, juntamente com Porto Seguro, sendo que nesta havia maior concentração da variedade “pitanga”, sendo a madeira “profusamente empregada em obras civis e hidráulicas”, além de marcenaria e lutheria. O autor, no entanto, discorda da descrição, sugerindo que as variedades se tratavam de espécies diferentes. No Piauí, Paraíba e Goiás, haviam registros da espécie sob o nome de “angico”, também usado para outra. (Piptadenia ou Dalbergia: pau-violete do Ceará) O pau-brasil verdadeiro, segundo as poucas experiências feitas até a época, mostrava crescimento rápido, chegando a 2,5 metros após 2 anos da reprodução por semente, e preferia condições de pleno sol. NEIVA, Arthur, apud. SOUZA, Bernardino. **O Pau-brasil na História Nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 39, 46-62, 73, 78-84.

indicando que o termo adquiria um sentido lato, principalmente devido a sua procura no mercado. Gabriel Soares de Souza relatava a existência de bosques da árvore no interior do S. Francisco e Sergipe. Segundo Ayres de Casal, a árvore crescia tanto nos montes quanto nas terras baixas, mas onde era encontrada não haviam em geral perobas nem tapinhoãs. Em Pernambuco, segundo o mesmo, nascia nas “matas virgens do sertão”, chamadas por ele Caatingas, “algumas vezes em reboleiras entre rochedos, e cresce em árvores perpendiculares e sombranceiras às outras”, e seu principal inimigo era o “*malicioso agricultor*” de algodão, com suas queimadas.¹⁰⁷

A concorrência dos estrangeiros, especialmente franceses, serviu também para a internacionalização da imagem das novas terras, e como uma primeira frente de exploração das matas, em busca das madeiras. Um armador francês, segundo Afonso Arinos, possuía uma residência em Dieppe toda construída de madeiras brasileiras, e ornada com motivo exóticos. O contrabando, inquantificável, permitiu o acesso de ferramentas de ferro aos indígenas, aumentando o poder de derrubada das florestas. Fato semelhante já ocorria no século XVI também no Rio de Janeiro, e os contrabandistas estabeleciam pequenas fortificações de pau-a-pique para armazenar a madeira e vistoriar o litoral contra as represálias. No fim do século, o corte das matas passou a ser feito por africanos escravos, e o transporte por carros de boi.¹⁰⁸

Frei Vicente narrava que nas expedições ao São Francisco, Duarte Coelho expulsou as embarcações francesas que faziam comércio de pau-brasil em Alagoas, e buscando fazer as pazes com as tribos locais. Nessa época, os indígenas já traziam muitas galinhas para trocar por ferramentas de ferro. Igualmente, Itamaracá, Paraíba e toda a costa ao Norte começaram a ser ocupada em função da defesa dos franceses, nos locais onde se carregava pau-brasil e outros produtos da terra, e onde o comércio com os nativos estava melhor estabelecido, podendo adquirir-se galinhas, mel, cera, fios de algodão, animais ou quaisquer mantimentos em troca de ferramentas de ferro. Para manter a área do S. Francisco sob contato direto, mando construir “caravelões e lanchas”.

¹⁰⁷ As áreas produtoras da madeira, no início do século XIX, segundo Ayres de Casal, eram Miringabas, Lagoa Comprida, Boto, São João das Pombas, Pirfiri Grande e Gameleira pertencentes à freguesia de Santo Antônio, e nos de Nossa Senhora da Glória, Candeias, Posas, Avencas, Cutungaba, Olhos d'Água e Fiados até a Serra da Passira, pertencentes à freguesia da Luz e distante dez a dezoito léguas da Praça, ficando o mais remoto entre as Capitânicas do Rio Grande e Paraíba. CASAL, Manuel A. **Corografia Brasilica...** Op.cit., p.43.

¹⁰⁸ SOUZA, Bernardino S. **O pau-brasil na história nacional...** Op.cit., p.87-89, 126-28.

Ao norte, na capitania da Paraíba, as guerras com os potiguares, que comerciavam com os franceses pela Baía da Traição, estendeu-se por vinte e cinco anos. No último quartel do XVI, naus francesas foram encontradas embarcando pau-brasil vindo dos “sertões”, nas proximidades do rio Paraíba, e durante o período a área em que subiam os rios da Baía da Traição foi conquistada aos potiguares, em seguida construiu-se o forte de S. Sebastião, feito de taipa pesada, na saída do rio Tibiri para a várzea do Paraíba, para a defesa de um engenho real a ser construído no local, onde começaram a plantar lavouras. A resistência dos nativos continuava, no entanto, na região, e nos últimos anos do século os portugueses, novamente investiram contra os povos até a barra do Rio Grande, auxiliados por índios e alguns africanos escravizados, quando um surto de bexiga atacou os brancos e índios. Jerônimo de Albuquerque, em 1599, firmou aliança com os potiguares, iniciando o domínio mais continuado do Rio grande do Norte.¹⁰⁹

Tão cedo quanto nos tempos de Duarte Coelho, a região entre o Norte do Cabo, até o Capibaribe-mirim estava, segundo o donatário, sob perigo de extinção da árvore o pau-brasil, requerendo que fosse proibido o corte por 10-12 anos, dirigido então para o sul do Cabo até o Rio S. Francisco, onde era abundante. Próximo ao núcleo de Olinda-Igarassu, no entanto, só era encontrado 10-15 léguas para o interior. Para o sul, no entanto, desde os tempos da morte do primeiro donatário constituía-se em local de resistência dos indígenas. Durante sua administração, a área povoada da várzea do Capibaribe ia até as bordas da mata do pau-brasil, onde encontrava-se grande população nativa aliada, enquanto nas “matas do cabo”, até os montes Guararapes, estavam índios contrários, reduzidos na década de 1560 pelas tropas de Duarte Coelho de Albuquerque, sendo a área repartida aos primeiros sesmeiros, e onde não houve problemas de mantimentos, por haver muito dele plantado, facilitando a instalação dos engenhos, e a partir do S. Francisco iniciou-se a ocupação dos “sertões”. No tempo que Gabriel Soares de Souza escreveu seu Tratado, o rio do Cabo de S. Agostinho, trafegavam caravelões dos engenhos, que se estendiam até perto do acidente geográfico que nomeou o local.¹¹⁰

Ao contrário do encontro com as árvores da floresta temperada – similar àquelas do velho mundo – a maior parte das madeiras foi nomeada a partir dos nomes indígenas, dada a diferença das espécies tropicais. As designações botânicas indígenas também

¹⁰⁹ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**: 1500-1627. São Paulo: Melhoramentos, 1975, Liv.II, Cap.VIII-XIII; Liv.III, Cap.XXII, XXIV.

¹¹⁰ Idem, Liv.III, Cap. XI, XV; Liv.VI, Cap.III; SOUZA, Gabriel S. **Tratado Descritivo do Brasil em 1581**. São Paulo: Cia.Ed.Nacional, 1938, p. 30.

passaram para a toponímia. À medida que os colonizadores assimilavam essas espécies aos seus usos cotidianos, também passaram a empregar nomenclaturas próprias. Nessa experiência de contato, hora se nomeava madeiras locais segundo as semelhanças com espécies europeias, hoje classificadas em distintas linhagens, como “cedro”, “louro”, “carvalho”, “bálsamo”, ou usando indistintamente nomenclaturas indígenas segundo informantes variados, causando confusão, referindo-se por vezes à diferentes espécies com mesmos nomes.

A respeito das madeiras, o *Diálogo das Grandezas do Brasil* afirma: “poderemos dizer que dá Deus aos moradores do Brasil ouro e prata pelos campos, e que de coisa, que êles não plantaram, nem grangearam, colhem fruto”:

vão-no buscar 12, 15, e ainda 20 léguas distante da capitania de Pernambuco, aonde há o maior concurso dêle; porque se não se pode achar mais perto pelo muito que é buscado, e ali, entre grandes matas, o acham, o qual tem uma folha miúda e alguns espinhos pelo tronco; e êstes homens ocupados neste exercício, levam consigo para a feitura do páu muitos escravos de Guiné e da terra, que, a golpes de machado, derribam a árvore, à qual depois de estar no chão, lhe tiram todo o branco; porque no âmago dêle está o Brasil, e por êste modo uma árvore de muita grossura vem a dar o páu, que a não tem maior de uma perna; o qual, depois de limpo se ajunta em rumas, donde vão acarretando em carros por pousos, até o porem nos passos, para que os batéis possam vir a tomar. [...] há muitos homens dêstes que *fazem brasil*, que colhem em cada um ano a mil e a dois mil quintais dêle, que todos acarretam com seus bois; e depois de pôsto no passo o vendem por preço de sete e oito tostões o quintal, e às vêzes mais, no que vêm a grangear grande cópia de dinheiro, e por êste modo se tem feito muitos homens ricos.¹¹¹

Segundo o relator neerlandês Van der Dussen, o trabalho de corte da madeira pelos negros era feito apenas quando havia disponibilidade de tempo.¹¹² Ao longo do século XVII aumentava a participação de portugueses no contrabando, e cada vez mais, na segunda metade, em direção à Amsterdã. No texto das “Calamidades de Pernambuco”, o autor lembrava dos “plebeus” das “freguesias da mata”, amotinados contra Recife, “gente mais indigente de todo Pernambuco, cujo exercício pela maior parte é plantar mandioca, de que fazem farinha [...], milhos e legumes”.¹¹³

A respeito dos óleos, extraía-se da árvore “abatiputá” uma variedade comestível, e da “inhanduroba” (andiroba?) e de pinhões (chamado o óleo de “purga”) para iluminação. Para esse uso e também para sebos, unguentos e cura de chagas, usava-se o azeite das bolotas das “figueiras do inferno”. O uso do coqueiro, tanto para fabricação de bebidas quanto para extração de óleo, era ainda desconhecida. Para tecidos em geral,

¹¹¹ BRANDÃO, *Diálogo das Grandezas...* Op.cit, p. 98.

¹¹² MELLO, José A. *Fontes para a história do Brasil Holandês*. V.I Recife: CEPE, 2004, p.191.

¹¹³ SANTOS, Manoel. *Calamidades de Pernambuco*. *RIHGB*, 1890, pp. 57-8.

afora o algodão, se poderiam utilizar o “tucum” e o “caroatá”. Dos frutos da árvore chamada “munguba” extraía-se lanugem para enchimentos, e para outros fins, como citado no início da memória. Igualmente, outra árvore da qual ignorava o nome, e de um junco chamado “tabúa”, que nasce em alagadiços, faziam-se esteiras.¹¹⁴

Entre as “ervas comestíveis”, citava como principais o quiabo, maxixe e jiló, sendo que as três têm origem africana, além das nativas taiba, maniçoba e as pimentas. As hortaliças comuns na Europa mantinham-se correntes – alfaces e couves diversos, repolhos, nabos, rabãos, cenouras, pepinos, espinafres, cebola, alho, cardo, bredo, mostarda, beldroegas, “abóbora d’água” e tomates – embora as duas últimas sejam plantas americanas. Entre as “ervas de cheiro”, citava hortelã, arruda, alecrim, segurelha, poejo, coentro, funcho, salsa, mangerona, manjerição, endro, alecrim, arruda e losna. A canafístula, jalapa, salsaparrilha, filipoido, “pau da China”, malvas, tanchagem, sene (*Cassia augustifolia?*, tinha nome em tupi: Tacumburí) e o oriental tamarindo.

Havia ainda as “plantas e árvores preciosas”: o cravo americano [*Dicypellium caryophyllaceum*], em cuja árvore nasce “cravo, pimenta e canela”, com sabor e odor do primeiro; a canela oriental estava já difundida e exportando boa quantidade para Portugal, o cacau e a baunilha, o anil (crescendo selvagem) e “infinita cópia” de algodão, para tecidos grossos de redes de dormir, e para as redes de pesca, nas quais era tingido com urucum. Além desta tintura, havia a tatajuba, explorada em quantidade pelos holandeses. De grandes árvores extraía-se o bálsamo – formando “densas matas deste aroma”, e cuja madeira era também explorada para “contas, caixas e peças” de odor - a copaíba e a almêcega. As madeiras brasileiras seriam as “melhores do mundo” pela “formosura, preço e grandeza”, a começar pelo pau-brasil, seguido pelo jacarandá (substituindo o ébano, sendo mais “vistoso” pelas “ondas pardas” que percorrem a madeira), pelo sassafrás (bom lustro e cheiro, usado também para fins medicinais, inclusive e para copos e púcaros, dadas as virtudes curativas), o violeta com suas “águas roxas”; o piquiá, vinhático, cujas madeiras amarelas complementavam, na marchetaria, as madeiras vermelhas e negras. Os “paus-vermelhos”, tidos como “incorrutíveis”, compunham-se dos angelins, cedros, jataí-pebas, e massarandubas. Os “acastanhados” potumuju e sucupira, além da claraíba, louro, tapinhoã, bacurí, guabirana, andiroba, pau-ferro, pau d’arco e sapucaia, etc., de várias cores, dos quais se faziam as canoas “de

¹¹⁴ BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogo das Grandezas...** Op.cit., p.115-28.

viagem inteira”, com capacidade para 50-60 caixas de açúcar de 40 arrobas, com 20-24 remos. Outras árvores menores também eram úteis para as canoas, que enchiam as praias¹¹⁵

Segundo a descrição de Campos Moreno em 1609, a área próxima à barra de S. Roque, no Rio Grande do Norte até o Maranhão, foi intensamente explorada por corsários que comerciavam na Costa da Mina, também “vindo buscar os gerais e a sarar das enfermidades de Guiné nesta costa sadia”, seguindo para as ilhas de S. Domingo e Porto Rico. No local, eram abastecidos de mantimentos, água, lenha “e outros refrescos da terra”. Embora a costa fosse quase toda “areosa e escavada”, imprópria para cultivo de cana, a não ser nos entornos do rio Cumataú, onde já havia um engenho. No entanto, os animais domésticos europeus difundiam-se em grande quantidade, inclusive muitos porcos, sendo toda a costa do Rio Grande até a Paraíba tomada por currais de gado ou peixe. Os cavalos também prosperavam, mas todo o gado estava sujeito a ataques das “onças”.

Ao redor do povoado do Recife, possivelmente nas planícies de terra menos alagada do atual bairro da Boa Vista e na subida dos rios que desaguam na cidade, achavam-se fontes de boa água e as hortas, além de gados “miúdos e grossos e toda criação de aves domésticas [...] uma escala tão grande de tantas gentes forasteiras que comem e não criam e que para o mar levam tantas quantidades, nunca falta nada do que se busca, mais ou menos caro conforme o tempo”. Na povoação próxima ao Forte dos Três Reis Magos], núcleo da futura cidade de Natal, Campos registrava que os 25 “vizinhos” eram bem abastecidos peixe, legumes nativos e exóticos – melões, pepinos, abóboras, “todas as hortaliças”, e muitas frutas de espinho – toranjas, limões franceses e laranjas “bicais”, além de arroz, mandioca “nas partes que se buscam para ela”, e milho, algodão “infinito”, malagueta, tabaco que abasteciam as naus estrangeiras, além de galinhas, perus, patos e “papagaios mansos” que eram trocados por anzóis ou facas. A 5-6 léguas da fortaleza, encontravam-se “madeiras mui excelentes e trasordinária”, que

¹¹⁵ Havia mais inúmeras outras nativas, cujo saber era mantido em segredo pelos naturais da terra sempre que possível, mas algumas já haviam se tornado “célebres”, como a samambaia (para “quebraduras”), capeba (“desfaz os apóstemas”), erva-de-leire (“alimpa as belidas e névoas aos olhos”), mata-pasto (contra febres), caroba (contra “boubas”), abacaxi (contra a “pedra”), caroatá (vermífugo), buta (para conforto do estômago e contra dores de cabeça), “mil-homens” (para “mil enfermidade”); tomadas em “potagens” ou “remédios tópicos”. Além delas, citava a “erva de rato” (veneno), “tanharon” (“para atrair”), além de outras afrodisíacas que se negava a informar, para segurança do leitor. A “sensitiva” era notável por seu comportamento e pelo fato de produzir o veneno nas folhas, e seu antídoto nas raízes, e havia notícias duvidosas de uma que tornava o ferro mole. SALVADOR, Fr. Vicente. **História do Brasil...** Op.cit., pp. 25-29, 34-37.

forneciam muita almecega e algum óleo de copaíba. Além disso “em todos os seus matos” havia pau-brasil, especialmente nas proximidades da Baía da Traição. A pesca de mariscos e a extração de frutos do mato eram parte da subsistência dos 10 mil nativos que calculava ali existirem.

Na Paraíba, afirmava que viviam cerca de 500 portugueses entre os 10 engenhos moentes, sendo toda a área boa para cana e demais lavouras, e abundante de gados diversos. A região ao sul da cidade principal, até Goiana, formava uma área contínua povoada por europeus e aldeias indígenas. Na capitania de Itamaracá, retalhada pelas vizinhas em função das guerras, era pouco explorada, mas muito fértil nas “vargeas [sic] de canas e madeiras, como em terras de mantimentos, legumes e hortalças, em que estram muitas de Portugal e muitas e boas uvas, romãs e figos”. Era nos seus “sertões”, segundo o cronista, que se localizavam as “grandes matas de pau-brasil que até agora se cortaram e que hão de cortar daquela banda”, excedendo o escoado por Pernambuco e Paraíba, provocando “mil litígios, e mais houvera se o cortar fora livre a todos”. Havia também 10 engenhos moentes, e toda a carga exportada e importada por ela vinha por barcos de comerciantes recifenses, por terem ali melhor porto para o comércio europeu, mas causando uma inexistência de comércio na povoação de Itamaracá. Na barra do Pau Amarelo, havia um bom ancoradouro para grandes navios, com o interior cercado de matos. Ao sul, entre o Cabo de S. Agostinho e o S. Francisco achavam-se grandes engenhos, e muita caça de veados, porcos monteses e outros, além de muito marisco no litoral, além de

maravilhosas madeiras mui grossas e mui grandes cedros de que se faz mais lustrosa e cheirosa obra que na Ilha da Madeira, muito jacarandá e pau-santo, e outras de muita estima, até hoje não mui conhecido, que para catres e leitões ao torno avanta ao jacarandá, e assim muita abundância de todas as outras madeiras que aqui mais se estimam para couçoeiras e tão bons para toda sorte de obra¹¹⁶

A memória de Adriaen Verdonck, comerciante bragantino estabelecido em Pernambuco, mostra a situação geral da capitania no ano da entrada dos holandeses. Na região do S. Francisco, a atividade do pastoreio era a principal, secundada pela fabricação de farinha de mandioca e plantio de fumo, além de um pouco de açúcar e pau-brasil. Na povoação das Alagoas, os 5-6 engenhos da área conviviam com a criação de gado nas grandes pastagens locais, e produzia-se muita farinha e peixe seco, e de forma similar em Porto Calvo (7-8 engenhos) e Una (4-5 ditos), onde além disso haviam

¹¹⁶ MORENO, Diogo C. “Relação das Praças Fortes do Brasil (1605)” **RIAP**, LVII, 1984, pp.185-246, p. 185-200.

roçados de milho, feijão, favas, e outros cereais e frutos para o abastecimento geral da capitania. A partir de Serinhaém, o gado cedia quase totalmente espaço à plantação de cana-de-açúcar, com 13 engenhos muito produtivos, além do cultivo de mantimentos e de um pouco pau-brasil. Em Ipojuca, a cana tomava lugar até das lavouras e da produção de peixe, com quantidade igual de engenhos, situação similar ao Cabo de S. Agostinho, com 20 ou mais engenhos, e cujas outras atividades eram apenas para sustento de seus moradores. Além disso, por todas essas localidades, no litoral, pescava-se muito peixe para consumo fresco, camarões e caranguejos, criava-se todo tipo de animais domésticos europeus a caça era comum no sustento dos habitantes, e era disseminado os “grandes e belos pomares e hortas, nos quais há de tudo”. No lugar das Curcuranas, diziam ter havido já 300-400 cabeças de gado, número que havia se reduzido após a invasão.

A área açucareira continuava pelos Guararapes, Jaboatão, Muribeca, Camassari e Várzea do Capibaribe, totalizando 24-26 engenhos, com a metade ou mais na última localidade, consorciada à roças de mandioca para consumo local, e todos os animais domésticos em grande quantidade. Na “Mata do Brasil”, muitos “camponeses” com trabalho de escravos africanos ou nativos viviam do preparo da madeira, “sendo ali livre o corte do pau-brasil e cada um pode tirá-lo onde quiser”. Juntamente com a extração da madeira, havia grande concentração de animais domésticos de todo tipo, e muita caça, e plantios de víveres e tabaco que chegavam a 110 km por outros tantos e se pescava segundo a prática indígena, com o envenenamento pelo timbó, chegando a capturar 6-7 mil peixes por vez. No povoado de S. Lourenço, haviam 7-8 engenhos, juntamente com a exploração das matas.

Por toda a região, desde o S. Francisco, encontravam-se 11-12 aldeias à oeste das principais povoações, todas distantes cerca de mais de 15-20 km da costa. Na Capitania de Itamaracá, haviam cerca de 20 engenhos, com destaque para a vila de Goiana, de onde vinha “grande quantidade de pau-brasil”, retirado 25-40 km ou mais no interior da vila, e dali carregada para o mar. Em Igarassu, haviam 5-6 engenhos dispersos, e seus habitantes eram em geral gente pobre. Entre Goiana e a cidade da Paraíba, haviam duas grandes aldeias, e na área em torno da dita cidade haviam 18-19 engenhos, produzindo muito açúcar de boa qualidade. Seguindo em direção à Baía da Traição, havia muitas aldeias que vinham sendo dizimadas pelos portugueses, em represália ao tráfico ali estabelecido. Mais ao norte, apenas o engenho Cunhaú, produzindo bastante açúcar, farinha e gado dos sertões imediatos. Na costa do Rio

Grande, alternada com muitas terras improdutivas, se criava gado em abundância, porcos em alguns lugares e muitas galinhas no geral, além de produzir muito milho e farinha para Pernambuco, complementado pela caça e coleta de frutos silvestres. Na região, haviam 5-6 aldeias de índios, 2 engenhos que produziam pouco açúcar. O pau-brasil e os víveres que abasteciam os navios contrabandistas no século anterior diminuía.¹¹⁷

Durante o período holandês, era possível ir por estradas entre Recife e São Francisco, cruzando alguns rios por balsas e canoas, ou por pontes de madeira, a maioria decadente. Além da ocupação dos engenhos, lavouras e pastos, havia uma rede de “passos”, tipos de armazéns para os produtos a serem exportados. Próximo ao rio Sumaúma, um morador estava construindo um pesqueiro. Ao norte da povoação das Alagoas, o caminho era percorrido por matas (seriam manguezais?) que chegavam às proximidades do litoral, e próximo à vila de Camaragibe não havia nem forragem para os animais.¹¹⁸ Em 1643, outros funcionários da Companhia das Índias Ocidentais escreveram sobre o distrito de Alagoas, entre os rios S. Antônio Grande e S. Miguel, onde planejava-se a ocupação voltada para o plantio de mantimentos, suprimindo a carestia de Recife e Angola. A área em torno da lagoa do Sul era a que se encontrava melhor dividida desde as primeiras sesmarias duartinas, sendo em grande parte desocupadas após a invasão holandesa, e apresentavam-se promissoras para mandioca e gado. Os seis engenhos ao redor das lagoas também apresentavam terras disponíveis para o cultivo da mandioca e a criação de gado, e sem condições de produção de açúcar. Em um engenho o proprietário estava serrando madeira para construção da roda d’água e da casa da moenda. A aldeia indígena do Mundaí, contígua à área canavieira, fora mantida como defesa contra os saques dos negros dos Palmares.¹¹⁹

2.4 Alimentos

O Padre Fernão Cardim referia-se às muitas espécies de mandioca, algumas durando até oito anos enterradas, e os múltiplos beneficiamentos da planta, ao ananás, à pacoba - “figueira de adão”, cujas folhas eram utilizadas como forro para deitar-se os

¹¹⁷ VERDONCK, Adriaen. “Memória oferecida ao Sr. Presidente e mais Srs. do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como em Itamaracá, Paraíba e Rio Grande...” 20.0.1630. In: MELLO, José A. **Fontes...** v.I, Op.cit., p.35-46..

¹¹⁸ BULLESTRATE, Adriaen. “Notas do que se passou na minha viagem, desde 15 de Dezembro de 1641 até 24 de janeiro do ano seguinte de 1642”, , In: MELLO, José A. **Fontes...** v.I, Op.cit., p.147-160

¹¹⁹ MELLO, José A. **Fontes...** v.I. Op.cit., p.126-135.

doentes, pela sua “frescura”, e extremamente comum nas casas – maracujás, “camarinhas pretas e vermelhas”, batatas (da qual fazem “pão e várias cousas doces”), mangará e cará. Entre os legumes, favas e feijões, muitos tipos de abóboras e cabaceiras, milhos variados, taiobas, pimentas, e jambí.¹²⁰

Além da ampla descrição da mandioca e suas múltiplas utilidades e do *aipí*, Souza mostrava que as populações locais consumiam oito variedades de batatas, uma das quais produzia tintura azul, além do cará, dos “mangarazes” *staiobas*”, *cidhamavam* as folhas também consu) e “*taiazes*” (cujas folhas eram assadas com peixe). O “milho de Guiné” ou “zaburro” – com três variedades – era plantado localmente entre as mandiocas e as “canas novas”, e consumido assado ou em forma de bebida fermentada, e também na alimentação dos animais domésticos, mas de pouca aceitação pelos “escravos de Guiné” como mantimento. Outra “qualidade” de milho, “que sempre é mole”, era utilizada para pães e bolos, e também para mistura com caldos de carnes, peixes ou galinha. Além de uma espécie de fava *trepadeira*, e com o mesmo tipo de crescimento haviam diversas variedades de feijões, consumidos secos ou frescos, doze variedades de “abóbora de quaresma” – assadas ao fogo ou defumadas, para aumentar a durabilidade – e as cabaças (*geremuyê*). Os amendoins eram amplamente utilizados, já adequados também à doceria lusitana. Um capítulo é dedicado às pimentas – *cuinhem*, *cuié-moçu* (cujas árvores eram do tamanho de um homem), *-jurimu*, *-piá*, *sabãa*, *juquiray* e *cumarís*.¹²¹

A faixa litorânea era tomada por muitos cajueiros, por todas as suas utilidades, e as pacobeiras – que Souza afirmava serem nativas – e as bananeiras – que teriam vindo de S. Tomé – eram árvores quase idênticas aos seus olhos, plantadas nos vales próximos à água e outras terras úmidas, embora também se difundissem pelas terras secas. As primeiras, das variedades “*uçu*”, e- “*mirim*”, e uma de miolo vermelho, eram consumidas cozidas ou assadas pelos nativos, enquanto as segundas eram preferidas pelos africanos. Ambas eram chamadas, segundo ele, de “*figueiras*”, na Índia. O mamoeiro teria sido introduzido na Bahia a partir de sementes de Pernambuco, em pouco tempo crescendo à altura de 20 palmos, com distinção sexual entre os pés. Citava outra espécie natural da região, chamada *jacaratiá*, que crescia menos.

¹²⁰ CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; [Brasília]: INL/MEC, 1978, p.80.

¹²¹ SOUZA, Gabriel S. **Tratado Descritivo...** Op.cit., pp. 198-205.

Nas “capitanias do Norte”, a mandioca oferecia, um complexo de produtos que variados, entre a tapioca e a farinha de guerra – de maior durabilidade, “pão de munição dos soldados, sustento da gente vulgar – e com diversos preparos. A planta, segundo Rocha Pita, durava de 2-3 anos enterrada, havendo na Bahia “lavradores poderosos” produzindo 2.500 “sirios” de farinha - “compridos sacos fardos de palha”, com 6,5-7 “quartas” - e mais de 3 mil alqueires conduzida “solta” nas embarcações. O aipi/macaxeira com quatro variedades – assu, branco, preto e poxã – aumentavam a diversidade do alimento básico. O arroz também era correntemente plantado, só não dominando como alimento básico em função das vantagens da mandioca, espalhando-se com muito sucesso no Grão-Para e nas “minas do Cuiabá”. Além destes, havia a diversidade de oferta de trigo – vindo do sul - feijão, milho, favas, “algumas ervilhas do reino”, andús, “mangalôs”, amendoim, gergelim, gengibre (usado em conservas de doces e “guizados”), batatas, inhames, jerimuns, carás de vários tipos, mangarás, mangaritos, tamatarana (usada como remédio). Por outro lado, favorecia-se o país dos frutos supostamente “incultos”: pinhões, sapucaias, e principalmente o caju.¹²²

O arroz, mesmo sendo cultivado com pouco dispêndio em alagados, onde nada mais crescia, era pouco plantado, “por respeito da mandioca”, sendo reputado por “fruta” mais que por mantimento. Uma dificuldade era o fato de não se “transportar” o arroz nos campos, amadurecendo de forma desigual, mas por outro lado o cultivo rendia por 2-3 anos, e o “restolho” dos pés já cortados novamente rebrotava após o inverno. O “milho de massaroca”, também chamado “zaburro” ou “maïs”, e pelos índios “abatí”, do qual se comia assado, cozido, em forma de farinha ou de bolo, mas era utilizado principalmente para os cavalos e para as aves de criação, produzindo duas safras por ano. Afirmava que conseguira fazer brotar o trigo, manejando-o de diferentes maneiras, todas com sucesso, embora algumas “faulhentas”, e em uma experiência tenha sido devorado por pássaros. O centeio e a cevada não eram utilizados, e o milho “português” crescera com sucesso, embora não fosse do gosto da população em geral.¹²³

Nos raros tempos de esterilidade, a população fazia farinha de raízes de “caravatá” e da raiz de um cipó, chamado “macuna”; coziavam folhas de mandioca (manipoba); o fruto da grande árvore “comari”; de um tipo de coco, chamado “aquê”, tirado em cachos de palmeiras e depois cozido, fazendo um tipo de papa. Os “legumes

¹²²ROCHA-PITA, Sebastião. **História da América portuguesa**: desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Bahia: Livraria Progresso, 1950, pp. 22-25.

¹²³ BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogo das Grandezas...** Op.cit. p.120-124.

da terra” eram as “favas” locais, que descrevia como uma trepadeira similar à hera, cujas sementes eram colhidas verdes ou secas, e os “feijões” – entre eles o “guandú”, que dizia ter vindo de Angola, e crescia em grandes árvores; o “sapotaja”, que nascia em “bainhas” - e “ervilhas” preparadas ao modo europeu. Acreditava ter vindo da África uma espécie de milho, similar ao “naxenim” da Índia, chamado “massa gergelim”, que produzia em quantidade. O amendoim era consumido cru, cozido ou assado, e o “passendo”, similar à cana, era usado como legume.

A “tamotarana”, “tajoba” e “taiá” era outras raízes consumidas, bem como batatas, inhames e carás. Havia ainda as corcubitáceas jerimum e jerimum pacova, ricos em açúcar, e de grande conservação, chamados em Portugal de “abóbora de guiné”, e a “cabaça”. O mais apreciado pelo cronista era a castanha de caju. Afirmava, por outro lado, ter tido sucesso na introdução de espécies comuns em Portugal – “chicharos”, lentilhas e tremosos. O mel era colhido abundantemente de árvores “silvestres”, e também do fruto chamado “piqueá”. Os gados bovinos e suínos davam grande quantidade de manteiga e banha para cozinha. Da cana-de açúcar, do mel silvestre e de diversas frutas da terra – notavelmente o cajú – produziam-se várias espécies de vinhos. Entre as “ervas cheirosas” esta os mentrastos (muito comuns em Piratininga), vau malvas francesas de flores roxas, lírios roxos e brancos, a “erva que dorme” (*Papaver somniferum*), erva-viva (sensitiva), orégãos, poejos, e flores diversas, segundo Cardim com pouco cheiro. Havia diversas espécies de canas e “taquaras”, de diversas bitolas, crescendo entre os arvoredos e formando “muitos e compridos canaviais de muitas léguas”.¹²⁴

A montagem de empresas agrícolas e a ocupação a longo prazo, que o sistema de capitanias implicava¹²⁵, foram o momento a partir do qual as trocas ecológicas se fizeram mais efetivas. Dean documenta as tentativas de introdução do trigo, da parreira, e todo rol de frutas e hortaliças, grande parte delas mediterrânicas (figos, marmelo, melões, damasco, pêssego, pêra, tâmara, romã, repolhos, cebolas, pepinos, colza, e endro) do costume ibérico nas terras mais altas da capitania de São Vicente, desde a chegada expedição de Martim Afonso de Souza em 1531¹²⁶. Também na Nova Lusitânia de Duarte Coelho, os vegetais de cultivo doméstico estão presentes dentro nas habitações e nas ordens religiosas nessas primeiras décadas de conquista. Evaldo Cabral

¹²⁴ CARDIM, Fernão. *Tratados de terra...* Op.cit., pp. 61-69.

¹²⁵ MORAES, Antônio C. *As bases da formação...* Op.cit., pp. 304-306.

¹²⁶ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo...* Op.cit., p. 73.

de Mello sugeriu que o próprio projeto duartino de uma “Nova Lusitânia”, primeiro nome dado à capitania, trouxe consigo a necessidade de transferências de elementos naturais de Portugal para o Brasil. Segundo o autor, formou-se em torno da vila de Olinda um “cinturão verde”, composto de pomares de laranjas, limões, além de hortaliças diversas.¹²⁷ Junto a isso, tentativas de se estabelecer a criação dos principais animais domesticados do Velho Mundo, sendo dada uma atenção especial ao gado, que necessitava de uma atenção mais específica e que somente consolidar-se-á durante o período de expansão territorial para o interior, sob a coroa filipina.¹²⁸

2.5 Flora do Velho Mundo

As populações rurais aproveitaram-se das frutas locais, ao mesmo tempo em que plantas de origens diversas eram transportadas pelos oceanos. Os três complexos básicos da agricultura indígena, a mandioca, a batata-doce e o milho não foram nem imediatamente nem completamente aceitos pelos portugueses e outros europeus, mas a expansão populacional e o fato de uma boa parte dos contingentes humanos encontravam-se envolvidos em ocupações especializadas – as plantações de açúcar na Zona da Mata de Pernambuco e no Recôncavo baiano, e a produção de tabaco – impulsionou áreas de produção de abastecimento.

A introdução de novas plantas, apesar de não ser uma exclusividade dos domínios portugueses ou espanhóis, foi um fator marcante para a dinâmica da paisagem colonial. Por necessidade por gosto, ou mesmo por descuido, o caráter de entreposto ultramarino das terras brasileiras favoreceu esse intercâmbio. Os caminhos marítimos que uniam o Oriente português, a África e os territórios da colônia, que se consolidaram ao longo do século XVI, transportaram além das principais mercadorias outros elementos por vezes utilizados na alimentação das tripulações ou que se constituíam em artigos exóticos levados como curiosidades. Espécies semitropicais já aclimatadas na península Ibérica muito em função da presença islâmica, como os citrinos, também chamados de plantas de espinho, o gergelim e o arroz foram prontamente trazidas para a colônia. Os cultivos tropicais da África e Ásia, como a banana, o inhame, o coco, o gengibre, o dendê, o quiabo, também tiveram êxito nos primeiros momentos.¹²⁹ Por

¹²⁷ MELLO, Evaldo C. *A Ferida de Narciso...* Op.cit., pp. 22-3.

¹²⁸ DEAN, Warren. *A ferro e a fogo...* Op.cit., p. 91.

¹²⁹ MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico...* Op.cit., T. II, p. 73.

outro lado, a coroa apoiou diligentemente a transferência do caju, do abacaxi, o mamão, a goiaba, a pitanga, a mandioca, o cará e a batata doce para a África e a Ásia.¹³⁰

Localizado numa faixa latitudinal majoritariamente intertropical, no caso das possessões ibéricas, possuía uma população de origens duvidosas para os quadros mentais da época, e que logo se rarefez, pela guerra ou pelas doenças, dando lugar ao colonizador europeu e em muitos casos aos bois, às cabras e aos porcos¹³¹. Após a chegada às Bahamas, em 1492, Colombo retornou à Espanha para divulgar seus achados, e ao regressar em sua segunda tentativa, trouxe consigo uma considerável frota de dezessete navios, mil e duzentos homens e o arsenal biológico europeu. Mudanças e sementes de grão-de-bico, trigo, vinhedos, melões, laranjas, limões, romãs, figos, rabanetes, alfaces, repolhos, couves-flores, cana-de-açúcar, além de animais como porcos, gado e cavalos.

Mudas de bananeira foram trazidas às Antilhas em 1516, advindas das Canárias, embrião do que séculos depois se constituiria como principal produto de exportação de alguns países centro-americanos. A relativa depreciação dos elementos da fauna e flora locais fez com que a maior parte dos colonos procurasse estabelecer uma ampla gama de frutos e hortaliças familiares a seus hábitos nas colônias. O trigo já era plantado desde muito cedo nos domínios espanhóis, e por volta de 1535 já era exportado das terras de maior altitude para as Antilhas, o Caribe e todas as terras que aparentemente poderia ser cultivado. Essa prática se fez sob as ordens do governo, como prioridade de abastecimento. As terras litorâneas, por outro lado, foram até onde possível e necessário ocupadas por culturas como o arroz, a banana e o açúcar.

A cultura do milho, principal fonte de calorias dos grandes adensamentos populacionais da América pré-colombiana, só foi adotada seriamente pelos espanhóis após um longo período de tempo, e em situações nas quais era impossível o consumo dos cereais do Velho Mundo, ou como fonte de alimento para os animais domesticados. As uvas para a produção de vinho também foram transplantadas com igual diligência, já que juntamente ao trigo entre outros fatores também fazia parte da liturgia católica, mas demoraram um pouco mais para se estabelecer em uma produção consistente. Crosby cita a data de 1551 como a primeira safra satisfatória nos Andes peruanos, depois se expandindo para o Chile e as áreas da bacia do Prata. Os olivais, necessários para uma

¹³⁰ DEAN, Warren. A botânica e a política imperial, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, pp. 216-228, pp. 218-219.

¹³¹ CROSBY, Alfred. *O imperialismo ecológico...* Op.cit., p. 160-164.

produção local de azeite, provavelmente só foram transplantados com sucesso por volta de 1560, para Lima, sendo ilicitamente levados para o Chile, onde finalmente prosperaram.¹³²

Os portugueses logo descobriram, no que viria a ser o Brasil, que os índios já cultivavam uma série de plantas – agrupadas geralmente em três grandes complexos: a mandioca, o milho e a batata-doce¹³³ – de alimentos básicos. Além disso, o cará, amendoins, jerimuns, feijões, que combinados com práticas extrativas ou semicultivadas (por exemplo, alguns frutos, que ao serem consumidos e suas sementes descartadas em campos abertos, tinham sua dispersão favorecida pelos indígenas) possibilitavam aos povos nativos a manutenção de seus contingentes demográficos. A imagem de um indígena que não interferia no seu meio natural foi logo matizada, então, pela constatação das práticas agrícolas dessas populações. De fato, sabe-se que durante milênios as populações pré-colombianas fizeram um uso sistemático de diversas espécies, promovendo intuitivamente melhoramentos genéticos e diversificação, cujo caso emblemático é o das mais de 10 mil variedades da batateira (*Solanum tuberosum* L.), entre os povos andinos.¹³⁴

Gabriel Soares de Souza comentava que as canas trazidas das ilhas atlânticas, - onde necessitavam ser estrumadas e regadas, plantando-as “como as hortas”, mesmo assim produzindo apenas pequenas hastes – na Bahia produziam sem grandes cuidados, em todas as terras, e nas terras baixas chegavam a durar 30 anos, sem cansar a terra, embora a primeira safra fosse desprezada por ser considerada inútil. As parreiras de uvas negras e ferais se desenvolviam muito, mas as formigas não permitiam as variedades úteis para produção de vinhos. As romanzeiras, embora produzissem em quantidade, também estavam sujeitas aos ataques dos insetos. As figueiras, especialmente as “pretas” e as “bêberas”, produziam igualmente bem, mas embora não agradassem às formigas, as primeiras eram atacadas por “carrapatos”. As frutas de espinho – laranjas doces, limas doces, cidreira, limão “francês”, “perdiz” e “galego” – desenvolviam-se muito, mas também eram apreciadas pelas cortadeiras. O coqueiro e a tamareira também mereciam elogios, embora a última necessitasse de um pé “macho” para desenvolver-se.

¹³² CROSBY, Alfred. **The Columbian exchange**... Op.cit., p. 67-68, 70-72.

¹³³ LINHARES, Maria Yedda & Silva, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira: debates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.137-138.

¹³⁴ FERRÃO, José E. **A aventura das plantas**...Op. cit, p.68.

De S. Tomé, viera o gengibre; o arroz, plantado em alagados ou em sequeiros, produzia copiosamente, “tão grado e formoso como o de Valência”, tendo sido trazido de Cabo Verde, assim como os inhames. Os melões também se multiplicavam, mas eram atacados por um bicho que cortava o pé. Os pepinos, as abóboras de conserva e de guiné, as melancias (das quais se faziam latadas), a mostarda, alfaces, coentros, endros, berinjela, funcho, agriões, manjerição, tanchagem, cresciam bem e se reproduziam, e as hortelãs, poejo, alfavaca, beldros e beldroegas difundiam-se como ervas daninhas; nabos, rabanetes, couves “tronchudas” e “murcianas”, cenouras, acelgas, espinafres, cardos, salsa, cebolinho, alho, igualmente prosperavam, mas não produziam sementes, tendo que ser trazidas d’além mar.¹³⁵

Cardim dedicava um tópico próprio para as espécies importadas do Velho Mundo, ressaltando já ser “este Brasil [...] outro Portugal”, com clima mais temperado, menos doenças, maior abundância de pescado, muito sadio, embora as “mais beleas” residências serem feitas de taipa e palha, e houvesse falta de panos além do algodão, sendo este um dos produtos mais procurados pelos portugueses. Não haviam percevejos, piolhos (a não ser entre os índios e africanos de Guiné) ou pulgas, mas “não faltam baratas, traças, vespas, moscas e mosquitos de tantas castas, e tão cruéis e peçonhentos”, causando muitos danos àqueles portugueses de “sangue fresco, e mimoso do pão e vinho, e mantimentos de Portugal”. As árvores de espinho (laranjeira, cidreira, limoeiro, limeiras “de várias sortes”) estavam espalhadas pelos matos, sendo de grande abundância, crescendo sem regas, embora perseguidos pela formiga, e usadas para “infinitas conservas” açucaradas. Entre as figueiras, destacava as “beboras”, “negrais”, barjaçotes, e outras variedades, o marmeleiro no sul, uvas (ferrais, boais, bastarda, verdelho, galego e outras), prometendo muito vinho.¹³⁶

Segundo Fr. Vicente, As plantas exóticas, laranjas, limões, cidras, limas doces cresciam por toda parte, além de romãs, marmelos, figos, e parreiras, melancias, abóboras “de quaresma e de conserva”, melões de ótima qualidade, e

toda hortalica de Portugal, hortelãs, endros, coentro, segurelha, alfaces, acelgas, borragens, nabo e couves, e estas só uma vez se plantam de couvinha, mas depois dos olhos, que nascem ao pé, se faz a planta muitos anoms, e em poucos dias se fazem grandes couves: além destas há outras

¹³⁵ SOUZA, Bernardino J. **O Pau-brasil na história....** Op.cit. pp. 179-86.

¹³⁶ Havia também roseiras de Alexandria, usada para “açúcar rosado”, melões, abóboras, alfaces, couves, pepino, rábanos, nabos, mostarda, hortelã, coentro, endro, funcho, ervilha, gergelim, cebolas, alhos, borragens, mangericão, cravo amarelo e vermelho (piratininga), cebola-cecém, e outros. O trigo e a cevada se davam bem do Rio de Janeiro a São Vicente, embora a tecnologia de processamento do grão fosse escassa. CARDIM, Fernão. **Tratados da terra...** Op.cit. pp. 93-95.

couves da mesma terra, chamadas taiobas, das quais comem também as raízes cozidas, que são como batatas pequenas¹³⁷

Cardim menciona que acompanhando o visitador em Pernambuco, recebeu este dos locais – leigos ou religiosos - mais abastados “muitas vitelas, porcos, perus, galinhas e outras cousas, como conservas, etc.” Um morador chegou a enviar 50 cruzados de carnes, farinha de trigo de Portugal e um quarto de vinho, além de outras coisas como cavalos para montaria, fato repetido em menor escala por vários outros, passando sua estada em grandes banquetes.¹³⁸

Os conventos, p, mantinham desde a idade média - *hortorium*, *pomarium*, *viridarium* - hortas de alimentos e medicamentos, mas que conviviam com espécies florestais e frutíferas, deixando influências no jardins botânicos modernos, através das universidades. Algumas ordens difundiram o cultivo de coníferas. As ordens religiosas criaram ambientes cercados de manutenção artificial de uma paisagem sacra [e biodiversidade, detalhar], embora nunca completamente alheios à população, que invadia essas terras em busca de materiais. No século XVII, segundo Rego, a ordem do Carmo toma posse de várias terras na serra de sintra, amplamente florestadas.

Segundo o “Diálogo das grandezas”, não havia uso local de “noras, poços d’água e tanques”, “fontes e esguichos” para a rega, como era costume em Portugal. No Brasil, cultivava-se alfaces, “rabãos”, e “infinitas couves”, estas facilmente plantadas e colhidas, chicóreas, acelgas, barragens, coentro, hortelã, cheiro, funcho, cominho, brêdo de formas e cores variadas, todas “em abundância”, além de rabaça, agrião, “beldroega”, um tipo de mostarda (folhas cruas ou cozidas), “inhambús” (cujas folhas largas eram cozidas), e as folhas da “tajoba”, cenouras, cardos, beringelas, pepinos, balancias, abóboras diversas (uma pequena chamada “taquira”). No entanto, afirmava que “não há pessoa que a tenha perfeita, nem que se queira ocupar nelas, que não pode ser mais desgraça”. Entre as flores: de laranjeira, goivos de várias cores, cravos amarelos roxos e brancos; jasmims, madressilvas, balsaminho, “árvore triste”, alfavaca, e manjerição, “de que os campos estão cheios”; “camará-assu”, flor de maracujá, e muitas outras naturais da terra, que não citava. Havia “curuá”, que além de dar boa sombra era aromatizante; igualmente o maracujá (tipos: assu, peroba, mexiras e mirim), e vinhedos de toda espécie vicejavam, embora só se usasse comumente a parreira (uvas “ferrais” ou brancas).

As uvas brotavam de duas a três vezes ao ano, sendo que a cada colheita era realizada uma poda, mas os vinhedos eram comumente alvo das formigas. Havia

¹³⁷ SALVADOR, Fr. Vicente. **História do Brasil**. Liv.I, Cap.V e VI, VII. XIII.

¹³⁸ CARDIM, Fernão. **Tratados da terra...** Op.cit., pp. 289-91, 94-95.

abundância de frutos de espinho – laranjas doces, “bicais”, azedas e “modernas” – limões comuns e “franceses”, limas doces e “zamboas” e cidreiras. Frutas cultivadas: Figos (brasajotes, brancos e negros e outros tipos), romãzeiras, marmeleiros, pacoveiras, goiaba, “tamarinho”, abacaxis. “Agrestes”: cajá (mto usado na Índia), “uticroy”, araticum-apé, mangaba, caju, “janamaraca”, “massaranduba”, “gabiraba”, “gotis”, “garuatás”, “zabucai”, “abaíba”, “enguas”, “macujé”, “joambos”, “peiti” e “canafístula”, “piquiá”, “quamocá”, “iba-mirim”, “uti”, “ubacropari”, “comixá”, “grexiuruba”, “eicajerús”, “não-taiaambus”, “ubaperunga”, “ubapitanga”, “tatajuba”, “morosis”, quiabo (“fruta de massaroca”), mamão, araçá, araçá-assu, e “infinitas outras”.¹³⁹

Durante o domínio holandês, Heckerman afirmava que na Paraíba o arroz era pouco cultivado, especialmente por falta de mão-de-obra escrava, monopolizada pelo mais rentável plantio da cana, além do milho, das “favas”. A mangaba era menos frequente que em Pernambuco, mas os frutos da massaranduba, o jenipapo, caju, abacaxi, goiaba e maracujá eram abundantes. Também os exóticos frutos de espinho, melões, abóboras, melancias, batatas, pepinos, e uvas, desenvolviam-se bem, assim como uns poucos figos. A diversidade de pimentas, o gengibre, a “raíz-da-china” (já chamada *radix brasilica*), canafístula, batata-de purga, “colocíntida”, anil (cuja indústria fora proibida pelo governo português), os vegetais de tinta (uma madeira que fazia tinta preta, cascas que davam cor púrpura e o urucu), e as resinas vegetais nativas (cajueiro, lacre e “icicariba”) eram drogas de possível consumo europeu. Um relatório holandês, no entanto, falava do crescimento de hortelãos na capitania, visando abastecer o Recife, onde os legumes e verduras seriam os mais caros “do mundo”.¹⁴⁰

Rocha Pita citava as flores exóticas que cresciam na região: rosas de Alexandria e de Portugal (de uma variedade fabricava-se “açúcar rosado”), cravos de Arrochella (mesclados, almirantes e vermelhos), jasmims da Itália e Galego “em cópia excessiva”, mosquetas, tulipas, angélicas, açucenas, maravilhas (“posto que adulteradas”), macelas, girafões, lírios, caracóis, esponjas (“corona-christi”); suspiros maiores que as perpétuas e “mugarins fragrantíssimos, claros como estrelas”, (trazidos do oriente), e os “mussambis” oriundos de Cabo Verde. As flores nativas eram representadas primeiramente pelo maracujá, síntese dos mistérios divinos, e as “flores de S. João”,

¹³⁹ BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogo das grandezas...** Op.cit., pp.132-36.

¹⁴⁰ “Relatório sobre a Paraíba por E.Herckermans (1639)”. In: MELLO, José A. **Fontes...** v.II. Op.cit., p. 92-99.

cujas árvores medianas eram usadas nas capelas do santo por começarem a nascer um mês antes do dia daquele. Havia também “boninas de muitas castas”, “flores da quaresma” (usada nos altares, durante o dito período), jasmims miúdos e vermelhos que tomavam conta das construções e troncos das árvores formando “uma confusão verde ou um encarnado labirinto”, uma variedade local de açucena, “bredos namorados” e “flores da courana”. Apenas nas capitanias do sul prosperavam os pessegos, peras, marmelos e açafão, mas todas as capitanias produziam dois tipos de figo, boas romãs, e uvas moscatéis, ferrais e bastardas, muitas melancias e melões, e as já muito reputadas frutas de espinho. A manga asiática aparece já como muito utilizada localmente.¹⁴¹

2.6 Impactos dos animais do velho mundo

O gado foi também um transportador de plantas “ervas daninhas, invasoras” domésticas ou importadas, que se desenvolviam juntamente com os efeitos dos animais na sucessão, ao mesmo tempo que necessitava de forragem específica, criando inclusive mercados de sementes na nova Inglaterra. Ao passo que os rebanhos se expandiam, mais áreas precisavam ser queimadas. Os animais, por sua vez, compactam o solo, impedindo a drenagem e a oxigenação, favorecendo a ocupação de espécies com mecanismos de proteção, e a longo prazo favorecem a erosão, especialmente das áreas costeiras. Associado ao cultivo do milho, extremamente exigente do solo, a criação extensiva do gado também dificultava a coleta de esterco, utilizado na adubação dos solos, levando os colonos a utilizarem peixes como fertilizantes.¹⁴²

Na Bahia, no fim do século XVI, estavam aclimatados todos os animais domésticos da península ibérica, segundo Soares de Souza, todos desenvolvendo-se e multiplicando-se de forma impressionante. O gado bovino, suíno, ovino, caprino e cavalar trazido do Cabo Verde foi depois enviado a Pernambuco, além de se ter iniciado a criação de muare, ainda sem muito sucesso. Da mesma maneira as aves domesticadas: galinhas, “pombos de Espanha”, “gallipavos”, patos, gansos.¹⁴³ Enquanto os bois tinham, segundo alguns, hábitos de pastagem mais contidos, cavalos, ovinos e caprinos arrancavam a grama até suas raízes. Nas guerras contra os “gentios” do século XVI, as centenas de cavalos que acompanhavam as tropas lusitanas auxiliavam na domesticação das terras invadidas.

¹⁴¹ ROCHA-PITA, Sebastião. *História da América...* Op.cit., p.58.

¹⁴² CRONON, William. *Changes in the Land..* Op.cit. p. 239.

¹⁴³ SOUZA, Bernardino J. *O pau-brasil...* Op.cit., p.174-77.

No início do XVII, com a paz com os indígenas potiguaros no Rio Grande do Norte, iniciou-se a ocupação pastoril em torno da “cidade dos Reis”, futura Natal, segundo Fr. Vicente por falta de terras adequadas ao açúcar, já que predominavam as “areias soltas”.¹⁴⁴ Cardim afirmava que os cavalos trazidos se multiplicaram a ponto de serem exportados para Angola, “todo o Brasil está cheio de grandes currais” havendo proprietários de 500 a mil cabeças de gado, embora os pastos fossem “fracos”, os porcos também prosperavam, as cabras menos, as galinhas “infinitas, e maiores que no reino” além de estimadas pelos indígenas, e também perus, gansos, e cães de “muitas castas”. No início do século XIX, Koster possuía “grande quantidade de galinhas comuns”, patos, perus e pombos - cujos filhotes eram apreciados pelo timbu – gansos no Jaguaribe. Também se fazia uso de guinés, pavões (como objeto de ostentação), e soltos jaçanãs, patos selvagens, pombos bravos.¹⁴⁵

O século XVI foi, dessa maneira, o século do estabelecimento dos primeiros núcleos, de incursões pontuais no interior, de disciplinamento de algumas populações indígenas mais próximas. A virada do século traz uma mudança geral na dinâmica comercial portuguesa, com a retração do comércio com o oriente, em função dos ataques holandeses, deixando para a colônia Brasil o papel central. O incremento da cultura da cana-de-açúcar, a consolidação da pecuária, o tráfico negreiro e tantos outros fatores colaboraram para a definição do Atlântico Sul como principal rota de trocas durante o primeiro século de expansão.¹⁴⁶ Dentro do período de união das coroas ibéricas houve um alargamento das fronteiras, com a flexibilização das restrições impostas pela divisão das terras, negociada no tratado de Tordesilhas, consolidou-se o movimento que já ocorria em São Vicente, Pernambuco e Bahia. A expansão se deu também, a partir da capital baiana, no percurso do São Francisco rumo ao interior, e daí subindo para o norte, atingindo o Piauí e o Ceará.¹⁴⁷

¹⁴⁴ SALVADOR, Fr. Vicente. **História do Brasil...** Op.cit., p.90. Segundo Miller, o gado bovino criado no Brasil, de origem europeia, era mais suscetível à doenças tropicais, e percorria grandes distâncias entre as regiões reprodutoras e as plantações, muitas vezes morrendo nas estradas. O gado trazido do interior tinha que ser reacimatado nas plantações, não sendo recomendável utilizá-lo antes de um ano e meio de sua chegada, período no qual se adaptava ao clima e às pastagens locais. As diferenças de solo, especialmente com os alagamentos no inverno, prejudicavam os animais e veículos. Já para –Coimbra&Câmara, a facilidade de adaptação do gado ibérico “minhota” e “alentejano” pode indicar melhores condições de vegetação e clima ainda no século XVI-XVII. MILLER, Shawn. **Fruitless trees..** Op.cit.; COIMBRA-FILHO, Ademar& CÂMARA, Ibsen G. **Os limites originais...** Op.cit., pp. 47-48.

¹⁴⁵ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secult, 1978, p. 401 e ss.

¹⁴⁶ MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico...** Op.cit. T. II, p. 255.

¹⁴⁷ HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização brasileira: A época colonial**, v.1, “Do descobrimento à expansão territorial”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp.181-189.

Na Paraíba, bovinos diminuído nas décadas anteriores, segundo Carpentier por conta da guerra – assim como galinhas e perus – e eram abatidos apenas depois de não servirem mais para o trabalho. Havia muitos porcos, e alguns ovocaprinos, e muitos cavalos. Segundo outro relator, 60-70 cabeças de gado deixado pelos neerlandeses na Ilha dos Frades, rio Paraíba, coberta de matas, haviam tornado-se bravios, sendo necessário a derrubada da mata, e a condução dos bois para cercados, com auxílio de cães adestrados, “como é de uso entre os criadores de gado do Brasil”. Após o último engenho do rio Paraíba, cujos últimos eram movidos por bois, iniciava-se uma área de currais nas margens e nascentes, fazendo fronteira com os “sertões”, por onde haviam alguns caminhos para o sul. Ao redor das lagoas que haviam nos afluentes do Mamanguape, também haviam alguns currais, alternados pelas áreas de campinas e pauls (solos alagadiços), até os limites da área povoada, que eram os currais de Duarte Gomes da Silveira, grande proprietário da época. A situação repetia-se no rio Camaratuba, onde algumas milhas acima haviam currais, atacados no entanto por morcegos.¹⁴⁸

Em 1643, próximo à cidade de Penedo, segundo um informante da WIC havia uma extensa planície que abrigava os gados da Companhia, além de mais de 20 currais próximos à passagem do S. Francisco para Sergipe, onde havia ainda gado bovino e cavalos, entretanto haviam sido despovoadas, e os animais tornavam-se bravios, tendo suas crias atacadas por animais selvagens. Próximo ao rio Pitauí [sic], encontrava-se uma planície com 400 bois que seriam enviados a Recife. Ao redor da povoação das Alagoas, haviam cerca de 80-90 cabeças de gado bravias. Alguns anos depois, outro relatório cita que os gados bravios do S. Francisco foram resgatados e seu número fortemente diminuiu, e os currais do S. Francisco tornaram-se a atividade mais segura de lucros do período¹⁴⁹.

Em 1643, outros funcionários da Companhia das Índias, escreveram sobre o distrito de Alagoas, entre os rios S. Antônio Grande e S. Miguel, onde planejava-se a ocupação voltada para o plantio de mantimentos, suprimindo a carestia de Recife e Angola. A área em torno da lagoa do Sul era a que se encontrava melhor dividida desde as primeiras sesmarias duartinas, sendo em grande parte desocupadas após a invasão holandesa, e apresentavam-se promissoras para mandioca e gado. Os seis engenhos ao

¹⁴⁸ “Relatório sobre a Paraíba por S.Carpentier (1635)” In: MELLO, José A. **Fontes...** op.cit., v.II, p.45; “Relatório sobre a Paraíba por E.Herckermans (1639)” Idem, p.61, 77.

¹⁴⁹ BULLESTRATE, Adriaen. “Relatório de viagem ao sul de Pernambuco”, In: MELLO, José A. **Fontes...** v.II, op.cit., p.165.; Doc.5 [c.a.1646.]. In: MELLO, José A. **Fontes...** v.II, op.cit., p.227 et ss.

redor das lagoas também apresentavam terras disponíveis para o cultivo da mandioca e a criação de gado, e sem condições de produção de açúcar. No engenho de Domingos Rodrigues de Azevedo, o proprietário estava serrando madeira para construção da roda d'água e da casa da moenda. A aldeia indígena do Mundaí, contígua à área dos engenhos, fora mantida como defesa contra os saques dos negros dos Palmares.

Nos campos de Inhaúm, próximo ao rio S. Miguel, havia antes da invasão “incrível cópia de gado”, que segundo o relator, pelo ataque de felinos e morcegos. Ao redor dos campos, haviam muitas áreas de ótimo pasto, entremeados por campinas secas e charnecas, e ao redor do rio citado mantinham-se extensas matas, dificultando a criação de animais, abandonada pelos sesmeiros. A maior parte das “terras” já haviam sido já utilizadas para pastos, mandioca ou tabaco – e antes da invasão a região era grande produtora de farinha – e a principal dificuldade que havia para a ocupação era a mão-de-obra, que deveria ser escrava, visto que os europeus, afora alguns oficiais mecânicos, negavam-se a qualquer serviço sem eles. Os colonos holandeses, por outro lado, eram em geral de poucas posses, ocupando-se de comerciar, e gastando todo seu dinheiro em gêneros importados, por não se adaptarem aos mantimentos locais.¹⁵⁰

No início do século XVIII, grandes boiadas de “gado maior” já desciam dos sertões nordestinos em direção às minas, conforme depoimento de Rocha Pita, tornando a carne mais cara, mas apenas havia escassez do produto quando as secas ou as cheias dos rios dizimavam os rebanhos. Segundo o mesmo, o “gado menor” era comumente criados por todos os moradores “dos termos”, sendo capados e engordados com mandioca, e muito estimados para “comida, mimos e matalotagem”, assim como havia abundância de porcos, e ovocaprinos, e cavalos da melhor qualidade, além dos cachorros de proteção e caça.¹⁵¹ Quase um século depois, Vilhena cita já de início, na carta em que faz uma descrição geral do “mundo rural” do Brasil, a pujança do “gado grosso”, vacuum e cavalar, nas terras da América portuguesa, principalmente das boiadas, crendo ser impossível

que em alguma outra paragem do Mundo haja país que o exceda, e isto não só em uma capitania, comarca ou sertão, porém em muitos e muitos [...] e em admiração às margens do rio de São Francisco [...] são cobertas de fazendas de gado os dilatadíssimos sertões, que no Piauí estão descobertos, bem como as do interior da dilatadíssima capitania de Pernambuco, extensa comarca do Ceará, e outros mais países onde é tanto o gado desta espécie

¹⁵⁰ “Relatório sobre o Estado das Alagoas por J. Walbeek & H. de Moucheron”, In.: MELLO, José A. **Fontes...** v.II., op.cit. p.126-135.

¹⁵¹ ROCHA-PITA, Sebastião. **História da América...** Op.cit., Lv.I. pp. 38-39.

Os cavalos, por sua vez, só não prosperavam mais pela falta de cuidados específicos, como adaptações dos engenhos de açúcar – “cemitérios daqueles animais” - que usavam sua tração. Acreditava que os cavalos brasileiros eram equiparáveis aos andaluzes: se eram menos “corpulentos”, outrossim eram mais “velozes, rijos, briosos e tolerantes”. O cronista via grandes possibilidades na expansão dos muares nas capitaniais do sul, e falava do desprezo em relação às muitas ovelhas e carneiros, raciocinando que decorria do pouco gosto pela carne e da falta de uso da lã, que por falta de cuidados “degenerava” os animais, tornando os similares às cabras e bodes de pelo curto. Os porcos, principalmente nas capitânicas do sul, pelo interior, tornavam-se “monstruosos”, alimentados “pelos campos” e com milho e mandioca, sendo sua carne amplamente consumida localmente. Também a criação de patos, gansos, perus, pombos e especialmente de galinhas era de grande quantidade, além de cachorros – porém com poucos galgos, rafeiros e perdizes – e gatos.

Nos campos de Inhaúm, próximo ao rio S. Miguel, havia antes da invasão “incrível cópia de gado”, que segundo o relator, reduzira-se pelo ataque de felinos e morcegos. Ao redor dos campos, haviam muitas áreas de ótimo pasto, entremeados por campinas secas e charnecas, e ao redor do rio citado mantinham-se extensas matas, dificultando a criação de animais, abandonada pelos sesmeiros. A maior parte das “terras” já haviam sido já utilizadas para pastos, mandioca ou tabaco – e antes da invasão a região era grande produtora de farinha - e a principal dificuldade que havia para a ocupação era a mão de obra, que deveria ser escrava, visto que os europeus, afora alguns oficiais mecânicos, negavam-se a qualquer serviço sem eles. Os colonos holandeses, por outro lado, eram em geral de poucas posses, ocupando-se de comerciar, e gastando todo seu dinheiro em gêneros importados, por não se adaptarem aos mantimentos locais.¹⁵²

Segundo um relatório da década de 1640, o Norte do Brasil, como era conhecido pelos locais e que confundia-se com a área de domínio neerlandês, englobava a área das capitânicas entre as Capitania de Sergipe del Rey e o Ceará, e “tudo o mais que fica ao norte”, incluindo a breve conquista do Maranhão, já abandonada pelas dificuldades de manutenção da conquista. A área entre Itamaracá e o S. Francisco a mais densamente povoadas do litoral brasileiro, até onde os rios fossem navegáveis, para as lavouras, e acima disso havia muito gado pela “mata”. No Rio Grande do Norte, havia notícias de

¹⁵² KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste...* Op.cit., p.35.

em certa época pastarem de 300-400 cabeças de gado, depois abandonados, e apenas à alguma distância da costa se faziam lavouras, mas com as constantes guerras contra os tapuias foi desabitada. A ilha de Fernando de Noronha havia sido desabitada, mas segundo o informante, foi devido a uma invasão de ratos. A “nação brasileira”, i.e. os aldeados, haviam diminuído em grande número devido às doenças, habitando ainda as proximidades de Goiana, Paraíba, Rio Grande e Igarassu. O alcoolismo estava disseminado pelas tribos.¹⁵³

Em uma cópia de ofício do século XVII, com informações a respeito da conquista do Ceará, um militar local afirmava que as nações tapuias locais comerciavam com “muitos navios piratas”, dando-lhes grande carga de algodão, pimenta malagueta, e animais (papagaios, bugios, saguis), e “muito pau a que os índios chamam uburaquatiara, que é o melhor que até agora se há descoberto em todo o brasil, por isso lhes chamam os índios do Brasil ‘pau-pintado’ por ser como damasco, e também carregavam pau de tinta amarela chamada tatagiba, com algum âmbar”. No limite com o Maranhão, na ilha de Pucutenduba (Sta. Ana), achou um “grande porto de naus muito fundável, e nele um armazém que ali tinham os franceses, com muito breu e muitas cabascamtras e muito pau de tinta cortado e poles aonde faziam muitos cabos”, que foi incendiado pelos soldados luso-brasileiros. Em S. Luís, os índios levaram para a expedição de Martins Soares Moreno “muitas galinhas e muitos legumes”.

Nas 100 léguas entre o Rio Grande e o Ceará, “não há nenhum palmo de terra que se possa povoar nem que dê mantimentos [...], tudo são areais desertos, só em três rios tem três castas de tapuias de guerra”. Na saída do rio Ceará havia uma entrada para embarcações de 30 a 40 toneladas, e construíra-se uma pequena fortaleza de madeira, com quatro pedreiros. Próximo a isso havia uma enseada para naus de 400 a 500 ton., onde os franceses atracavam antigamente, que deveria ser guardada por uma fortaleza com artilharia, assim como na barra do rio Iguape, onde afirmava que “tem madeira para tudo o que se lhe é necessário”. Também na serra do Panoné, 60 léguas no caminho do Maranhão, construiu-se um forte de madeira com guaritas, casas de soldado e ermita, abrigando 20 soldados. Em uma circunferência de 70 léguas havia 22 nações tapuias de diferentes línguas.

A costa do Ceará

¹⁵³ “Relatório sobre a conquista do Brasil por Hamel, Bullestrate e Bas (1646)” In: MELLO, José A. **Fontes...** Op.cit., v.II, p.205 ss.; Anônimo. “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses” 14.01.1638. in: MELLO, José A. **Fontes...** v.I (A economia açucareira), p.110.

é de muito peixe [...] tem muito sal de salinas que a natureza cria, muita abundancia de ostras, muitos mariscos, tem muita caça, como é veados que são tantos como cabras, e qualquer soldado com seu arcabuz os mata facilmente, também há muita quantidade de porcos, muito número de antas, e de outras coisas do Brasil. Há muitos papagaios e bugios, e sagüis; tem muita buraquatiana, que é a melhor madeira para obras que até agora se há achado no brasil. Muito pau de tinta amarela a que chamam tatagiba com outra madeira preta de muito valor, tem muitos algodões, tem mais de 40 léguas arredor de si muitas frutas as melhores do brasil como são cajús e mangabas que os antigos plantaram, e no tempo desta fruta sustenta todos aqueles índios e recolhem muita castanha de caju para o inverno. E fazem cada casal mais de 3 pipas de vinho do próprio caju e passas muitas que guardam para o inverno, o rio em si tem muito bons pedaços de terra para engenhos, e muitas madeiras boas para tudo que for necessário para casas e navios, pelas serras e suas fraldas há muito boas terras para canas que ficam do mar 4 e 5 léguas, tem esta nossa colônia quatro aldeias [...], para pasto de todo gado são estas as melhores terras que eu hei visto porque as porcas parem quatro vezes cada ano e muitos leitões de cada vez, e com as frutas e marisco dos rios [...] ali tive cabras que pariram duas vezes cada ano e a 2-3 cabritinhas, as cavalgadas se dão grandemente, as terras se criam muitos mantimentos em grande maneira, como vem a saber a mandioca, milho zaburro aboboras de muitas castas, feijões, favas, batatas, inhames, dá toda a hortalica de cá, melões, pepinos, couves, muita quantidade de galinhas.

Afirmava ser necessário estabelecer criações de éguas, vacas, burros, porcos e cabras, ovelhas, e também o envio de carpinteiros de ribeira e ferreiros para lá.¹⁵⁴

A crônica do governador Câmara Coutinho falava da guerra movida contra os tapuias da região do Assu, Ceará, por volta de 1686, indicando que a área “fertilizada” pelo rio homônimo era formada de grandes campos, onde os gados “com muita frescura deles crescem em muito breve tempo”, cercado porém de “morros de areais” e “penedia muito agreste”. No final dos anos de 1670, a vaqueiros com seus gados se dirigiram para lá, fazendo amizade com os “bárbaros” com machados e foices de ferro, “que é o de que eles necessitam para cortarem as árvores donte estão as abelheiras para tirarem o meu de pau, seu quotidiano sustento”, segundo o cronista misturado com carne de sapos, cobras, lagartos ou humanos.¹⁵⁵

Segundo Pereira da Costa, a povoação do Beberibe, no final do séc. XVII, já possuía grandes lavouras de mandioca, fabricava farinha, e suas florestas forneciam muitas madeiras de construção, sendo criada uma companhia de ordenanças para a povoação. Foi erguida ainda na primeira metade do XVI, originando-se em torno de um engenho, que após a saída dos holandeses ficou de fogo morto, depois desaparecendo na

¹⁵⁴ “Informações sobre a colonização do Ceará. Ofício tratando das conquistas territoriais de Pernambuco, Ceará e Maranhão das lutas contra os índios, solicitando mão-de-obra para guardar na defesa”. Ribeira: [s.n.], [16--]. 19 p. **Bn-Mss. 007,03,001, n.006.**

¹⁵⁵ MELLO, José A. “Pernambuco nos tempos do governador Câmara Coutinho”, **RIAP**, Vol. LI. Recife, 1979, pp.257-300, p. 264.

paisagem, sendo no XVIII referido como “Fazenda”, e que o proprietário recomendava estabelecer a exploração das matas, fabrico de carvão.¹⁵⁶

A mandioca, “de que se faz farinha de pão, que é o pão de todo o Brasil”, segundo o governador, era encontrada em “seis diversas qualidades, consistindo-se na diferença só na cor das ramas, e em precisar de mais ou menos meses para amadurecer, também umas são mais próprias do que outras para certos terrenos, contudo todas gostam da terra solta para crescerem as raízes em liberdade”. Em terras mais densas, cavava-se buracos com enxada, no mês de janeiro e junho, “dispondo montezinhos de três palmos de alto, distantes uns dos outros sete ou oito palmos”. A propagação era feita cortando-se o “tronco” da planta em pedaços de um palmo, colocados “compassados a dois ou três paus em cada monte enterrados até o meio.” Rapidamente,

A metade que fica para fora arrebenta ao terceiro, ou quarto dia, e cresce até dez ou doze palmos, formando uns nós nos lugares onde as folhas, que imitam a mão de um homem com os dedos bem abertos, estão aderentes ao tronco com um pedúnculo de comprimento de um palmo. A haste sobe limpa e despida, porque as folhas lhe vão caindo, e só se conserva enramado no sumo da planta, passando seis meses a um ano, conforme hé a qualidade da mandioca, estão boas as raízes [...].¹⁵⁷

Em 1681, uma pequena memória de escrita por um anônimo - que afirmava ser ex-governador da Paraíba - informava que os holandeses haviam aberto uma mina de prata no Ceará, cerca de 10 ou 12 léguas do mar, “e da prata que dela tiraram bebi por copo obrado da dita prata, e comi com colher”. No Rio Grande, também os batavos teriam aberto uma mina de ouro, a quarenta léguas da costa “pelo sertão”. Na Paraíba, afirmava haver outra mina de prata, 12 ou 17 léguas no interior, “com que [os holandeses] obravam quando lhes fiz a guerra” e outra na serra da Copaoba, da qual havia notícias desde o tempo dos holandeses, por homens enviados para combater os tapuias, cerca de 12 léguas, um “serro de diversa pedraria de várias cores, com que obraram os ourives.” Na capitania de Itamaracá, haveriam minas de prata e ferro, e na grande jurisdição de Pernambuco, seguindo o Rio São Francisco, haveriam minas de ferro, prata, ouro, malacaxeta e salitre, não muito pela terra adentro.

Seria ainda possível explorar o anil, e, “por que há quantidade de Brabo, e poder-se-á fazer doméstico”. O gengibre, informava, “se dá como qualquer mato, e o mesmo é o algodão”. Além disso “pode-se fabricar quantidade de seda, por que há quantidade de árvores de que sustentam os animais”. De árvores da capitania também

¹⁵⁶ COSTA, Francisco A. **Anais Pernambucanos...** Op.cit., V.4, p.156-59.

¹⁵⁷ AHU-PE, D. 13809. Doc.1.

poderiam ser extraídos lacre e benjoim, conforme costume na Índia, muitos “paus de tintas preciosas, exceto o pau que se chama do Brasil.” Segundo o autor, “há quantidade de matas densas de que se podem fabricar quantidade de navios sem nunca faltar madeiras e mui fortes”. Outros vegetais incluíam uma “pimenta longa nativa”, “quantidade de resinas de grandes préstimos para medicinas”. Mas acima de tudo, havia a “preciosa droga do açúcar, minas ordinárias que cada seis meses se tiraram grandiosos lucros”. O ex-governador afirmava ter descoberto terras a 250 léguas da costa de Pernambuco, e 200 léguas para o interior do Rio Grande, tomadas de tapuias, que prometiam possibilidades de drogas preciosas, e onde o autor havia deixado cabeças de gado.¹⁵⁸

Toda e vasta superfície vai alternada de grandes planíces e altos montes, os quais erguendo-se bem como em anfiteatro do Oriente para o Ocidente fazem, o terreno desigual, mas sempre vistoso até encontrar a grande cordilheira da Borborema, de que é ramo a Ibiapaba, serra, que em quase toda extensão forma os limites ocidentais de Pernambuco. Dos flancos de tantos montes saem rios inumeráveis, os quais, serpenhando em mil voltas regam todo o país, perdem-se uns nos outros, dos quais formam-se uns setenta, inclusos os da Paraíba, que sob diferentes denominações, vão sair ao Oceano na Costa Oriental, formando portos acomodados para embarcações menores. [...] As campinas matizadas de eternas flores; os montes coroados de bosques sempre viçosos: os bosques cheios de árvores frutíferas, filhas da pura natureza, entre as quais a fresca mangaba, a preciosa jabuticaba, o medicinal caju, e todas realçadas com a eterna sucupira, a corpulenta sapucaia, a misteriosa gameleira, o rico e real brasilete. A inumerável variedade de Palmeiras; entre as quais o providente coqueiro; e a célebre carnaúba, prestando-se a todos os usos, e alimento dos homens e animais; produzindo a cera vegetal, e crescendo espontaneamente em compridas, e simétricas alamedas etc. o todo habitado por infinitas e velhas espécies de animais do país, e pelas novas espécies, que os europeus transplantaram.¹⁵⁹

2.7 Agricultura e as matas do Nordeste

As florestas brasileiras foram a fonte dos primeiros produtos exportáveis para a Europa, especialmente o pau-brasil, similar ao que foi o cedro-branco nas florestas temperadas do norte. Logo reservado pela coroa, em 1605 ele passa a não ser mais acessível para usos domésticos dos privados. O corte seletivo do pau-brasil, desde os primeiros momentos da colonização, facilitou a abertura dessas florestas. Se levarmos em conta a estimativa de cada árvore de grande porte prejudica cerca de 15 outras, e que clareiras abertas facilitam a penetração da luz solar, facilitando futuros focos de queimada, é possível associar o corte da madeira de tinta a focos de modificação

¹⁵⁸ “Memória das Drogas que há nessas cinco capitânias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ceará”, AHU_PE, D. 1211.

¹⁵⁹ ANÔNIMO “Idéia de Pernambuco em 1817”... Op.cit, p.39

humana da floresta, embora a descrição da atividade, especialmente para os primeiros momentos, seja escassa.¹⁶⁰

A agricultura de derrubada e queimada modificou a fisionomia das áreas de mata, favorecendo a dispersão de espécies pioneiras. Já durante o período colonial, os fogos não planejados continuou a modificar a fisionomia da floresta, como consequência de tempestades de raios ou de queimadas e outras fontes combustíveis do dia-a-dia. Esses incêndios, segundo constata de relatos de viajantes como John Luccock, podiam durar meses sem serem controlados. Dean acredita que trinta anos seriam suficientes para formar uma floresta aparentemente densa, mas com a dominância de espécies de madeira mais leve, sendo necessários cerca de cem anos para formar-se uma floresta madura. Com o uso do fogo a destruição de microorganismos que se associam às raízes de algumas espécies tornaria impossível seu crescimento, formando uma floresta algo distinta da anterior. Em geral, as madeiras nobres brasileiras apresentam uma grande resistência ao fogo, demorando para entrar em combustão

Gonzaga de Campos considerava que a regeneração das florestas ocorria de forma diferente em áreas de clareira originárias de raios ou quedas de árvore pelo vento ou pela idade – nas quais o processo de regeneração era rápido em função da entrada abundante de luz - assim como pela derrubada sem ação do fogo, havendo correlação entre a quantidade de matas maduras circundantes e a velocidade de regeneração. Com a queimada, acreditava ele, a regeneração retardava-se em função da quantidade de vezes que o fogo era ateado no local, e sendo ele continuado, “não escapam senão alguns troncos subterrâneos ou raízes mais engrossadas, ou as raras sementes enterradas a maior profundidade”. Com isso, eram necessários que “fatores estranhos” interferissem no desenvolvimento da capoeira: vento, animais dispersores, “e principalmente o gado que se admite nas ‘palhadas’ e ‘tiquéras’”, que dispersando “arbustos e cipós e de todas as plantas amigas da luz, que logo se desenvolvem rapidamente formando a capoeira, como também dos grandes indivíduos florestais, e ainda de uma grande variedade de plantas cosmopolitas que vem complicar muito a composição das novas matas”.

Segundo o autor, o processo de recomposição era muito similar em partes distantes do país, predominando ervas, gramínias, alguns arbustos, juncos, “e principalmente os cipós e trepadeiras cobertos de bastante folhagem”: picão, erva-lanceta, charruas, guaco, erva de santa maria, couvetinga, jurubeba, joás, erva-moura,

¹⁶⁰ MILLER, Shawn W. **Fruitless Trees...** Op.cit., p.29-31, p. 49.

carquejas, vassourinhas, guaxumas, navalha-de-mico, capim-milhã, japecanga, cipó-escada, cipó-cruz, sambaibinha, tayuiá, melão de S. Caetano, caiapona, e outras. No ano seguinte, começava a aparecer árvores e arbustos, e os cipós cresciam bastante: embaúbas, taquaras/taquaris, cambarás, cássias, angicos, jacarés. Após esse ciclo, começavam a aparecer espécies de jacatirão, capororócas e embiras.

Daí por diante, a “capoeira passa a capoeirão”, com ocorrência de “madeiras preciosas”: cabreúvas, jacarandás-caviúna, cedro, canjerana, camboatá, canelas várias, guarapiapunha, tarumã, açoita-cavalo. Se as terras fossem boas e as florestas ao redor “vigorosas”, em 20-30 anos a composição da floresta já seria similar à “mata virgem”. Por outro lado, nas áreas derrubadas para o estabelecimento de pastos, “os traços da mata tem desaparecido quase de todo; e muitas vezes há certa dificuldade em lhe estabelecer os caracteres diferenciais”. Os capins plantados em lugar das matas alastravam-se, tornando subespontâneos também em áreas cansadas por lavouras perenes prolongadas ou culturas anuais repetidas. Um exemplo disso era os capins gordura e variedades, jaraguá, provisório, no Centro-Sul, o sapé em “quase toda parte do Brasil”, e a samambaia ¹⁶¹.

Já em 07.03.1609, o “Regimento da Relação do Brasil” recomendava cuidados em relação à queimada de árvores, segundo a transcrição de Costa: “se não cortem nem queime para fazer roças ou outras coisas, em partes que se possa excusar, por quanto em algumas capitâneas havia muita falta de lenha e madeiras, e pelo tempo adiante haveria muito maior, o que seria causa de não poderem fazer mais engenhos, e dos que havia deixarem de moer. No regimento de 23.01.1677, os decretos de 23.09.1713 e 11.11.1716 seguem o mesmo tema, pedindo pela conservação de matas para proveito da coroa. ¹⁶²

A exploração madeireira foi segundo Miller um denominador comum de todas as áreas coloniais, com a possível exceção do Piauí. Por volta de 1629, todas as capitâneas entre o rio Paraíba do Norte e Angra dos Reis estavam envolvidos na atividade. A Capitania de Pernambuco foi um dos primeiros locais a se explorar. Durante o século XVII, a região de São Lourenço da Mata e arredores foi ostensivamente explorada. A construção naval local produzia escunas de dois mastros, para a navegação de cabotagem, além de jangadas e canoas, também pela Paraíba. ¹⁶³ No

¹⁶¹ CAMPOS, Gonzaga. **Mappa Florestal...** Op.cit., p.103.

¹⁶² COSTA, Francisco A. **Anais Pernambucanos..** Op.cit., V.1, p. 275.

¹⁶³ MILLER, Shawn W. **Fruitless Trees..** Op.cit. p.48-49.

século XVI, Gabriel Soares de Souza mencionava os *paus reais*, ou seja, de maior porte e utilidade. Acredita que foi na primeira metade do século XVII, quando vigorava a união das coroas ibéricas, que as disposições em relação ao uso de espécies da floresta passaram a ser expedidas, muito relacionada às baixas nas frotas navais ibéricas em função das guerras, prejudicando o comércio atlântico. São dessa mesma época as iniciativas de construção naval pesada na colônia, culminando na montagem do estaleiro da Bahia em 1666, iniciando também a apropriação real das madeiras utilizadas para esse fim. Mantinha-se o direito para uso doméstico pelos particulares.

Frei Vicente de Salvador listava entre as árvores nativas “agrestes” os cedros, carvalhos, vinháticos, angelins, “de madeiras fortíssimas para se poderem fazer delas fortíssimos galeões”, além de algumas produzirem estopa para calafateria, fibras para cordas para enxárcia e amarras, como era corrente entre os construtores navais locais. As madeiras destacavam-se por suas cores, “brancas, negras, vermelhas, amarelas, roxas, rosadas e jaspeadas” – valorizadas para mobiliário - e pelas tinturas extraídas do “pau-vermelho” (pau-brasil), tatajuba e araribá. As sapucaias eram estimadas para os eixos de moenda, pelo seu formato, dimensões e pela qualidade da madeira. A massaranduba, tida como quase incorruptível, era a preferida para traves e madeiramento das casas. As aldeias, segundo ele, quando construídas próximas a tribos inimigas, “as cercam de pau-a-pique mui forte, e às vezes de duas e três cercas, todas com suas seteiras, e entre uma e outra cerca fazem fossos cobertos de erva, com muitos estrepes de baixo, e outras armadilhas de vigas mui pesadas, que em lhes tocando caem, e derribam a quantos acham.” Do jenipapo se faziam remos para barcos, “como na Espanha o fazem de faia”, além da tinta amplamente utilizada pelos nativos. Ainda entre as grandes árvores do oiti-coró se retirava o fruto para alimentação. Também advindos das matas, os timbós e cipós, “vimes mui rijos”, eram usados para amarras para os caibros, ribas e todo madeiramento da construção civil, por falta de prédios, mas seu uso principal era nas cercas dos canaviais, para protegê-los dos gados, amarrando-os a estacas e varas. Dos “caraguatás”, extraía-se água para saciar viajantes. Além das “grandíssimas matas” que produziam estas madeiras, haviam as “matas de mangues”, cujas árvores mais retas se usavam para as cercas dos engenhos e para caibros.

Das imensas copaíbas “fêmeas” se extraía excelente óleo medicinal, desde que na época da estiagem, de amplo uso local, chegando a encher uma pipa de azeite de cada árvore. Nesse mesmo mister, havia a coboreíba, já autorizado pela igreja para unções e outros rituais. A almecegueira, o sassafrás (“ou árvores de funcho, porque

cheiram a ele”), e as canafistulas brava, encontrada nos matos e mansa, plantada, que era “a mesma que das Índias”. Do “anudaz” e das pinhas extraíam-se purgantes. Havia uma erva muito semelhante à salsaparrilha, que crescia “nas praias do mar, ou ao longo delas”. A “erva fedegosa” era chamada pelos índios “feiticeira”, por seus múltiplos usos curativos, especialmente contra o “bicho”, doença mortífera. Usava-se da ambaíba (“figueiras bravas”), a “figueira do inferno”, jurubeba, caroba, cipó, e outras para qualquer uso medicinal. A sensitiva desafiava a distinção entre o animado e o inanimado – categoria à qual pertenceriam as plantas.

As cabaças eram amplamente utilizadas no cotidiano, para guardar todo tipo de mantimentos e para potes e reservatórios. Desde pequenos, os nativos aprendiam a fazer “coisas de mecânica”, como balaios de todo tipo, com palhas, e as meninas a fiar algodão. Entre as fruteiras de menor porte, citava a árvore do cajueiro e seus múltiplos usos – fruto, castanha e resina – e o abacaxi, amplamente usado como depurativo. Os coqueiros, tidos como nativos, eram pouco aproveitados, segundo ele, para seus diversos usos, sendo apenas colhido o fruto. Relatava feijões diversos, com “sua rama à moda de vimes”, criando grandes “ramadas” desde que houvesse onde apoiar-se, similar ao maracujá, que era também cultivado em “latadas” nos quintais, em cuja flor via os mistérios da criação divina.

Pe. Fernão Cardim não se estendia sobre a grandeza das matas na paisagem local do Brasil, resumindo-se a afirmar que era “cheia de grandes arvoredos que todo ano são verdes”. Em Pernambuco, mencionou a “frescura dos arvoredos, [...] cousa ordinária e comum no Brasil”. Entre esta capitania e o Espírito Santo, o litoral era todo formado de pequenos montes, com poucas pedras, banhado por muitos cursos d’água que davam à paisagem um aspecto “melancólico”. Ao referir-se às aves, lembrava que “toda a terra é cheia de bosques, e arvoredos, assim o é de formosíssimos pássaros, de todo gênero de cores”. Relatava o uso corrente de produtos animais – peles, chifres, garras, ossos, e carne - dos diversos tipos de veados (cujos maiores se encontravam no S. Francisco e em S. Vicente), porcos-do-mato, antas, tatu e gambás (que “fazem-se domésticos e criam-se em casa”, os últimos entre aqueles que não exalam o fedor característico à espécie), onças e outros felinos (que causavam prejuízo aos rebanhos e temores às gentes), bugios, coati, capivaras, lobo-guará, e outros sem uso humano, “animais para ver” como tamanduás, guaxinins, preguiças, etc.¹⁶⁴

¹⁶⁴ CARDIM, Fernão. **Tratado da terra...** Op.cit., pp. 32-44, 291.

Entre as árvores de fruto e madeira úteis, lembrava do cajueiro (que além da polpa e da castanha, usava-se a casca para tinturaria e para cura de chagas, a goma para fabricação de tintas), a mangabeira (que dizia ser especialmente abundante na Bahia), o “macoué” (mucugê? cuja grande árvore era derrubada para obtenção dos frutos, e produzia um “leite” semelhante ao lacre), arazás de muitas “castas”, umbu e suas raízes comestíveis de grande uso nos sertões, sapucaia (frutos comestíveis e madeira estimada para os eixos engenhos pela incorruptibilidade), araticuns diversos, pequiá (uma espécie de fruto e outra de madeira útil, a “mais prezada desta terra”, chamada “cetim” em Portugal) Jabuticaba (comum apenas no interior de S. Vicente), coqueiros (que multiplicavam-se por plantio, sendo comuns apenas nas “hortas e quintais”. Os índios usavam amplamente destas e outras espécies de frutos, complementado pelo mel silvestre e da carne de caça.

As árvores medicinais: a cobureíba (extraía-se o bálsamo e a casca para rosários e outras “coisas de cheiro”, e a madeira para “gangorras, eixos e fusos” para engenhos; comum principalmente no Espírito Santo), copaíbas (muito abundantes e úteis pelo óleo, mas cuja madeira “não vale nada”), ambaíba (árvore comum nas capoeiras, cuja casca era usada como cicatrizante, e as folhas como lixa para madeira), ambaitinga (óleo para iluminação e medicina), igba-camuci (frutos comestíveis, com sementes medicinais, comuns em S. Vicente), icica e itaicica (árvores da almêcega, a primeira usada para incensos e emplastros, a segunda oferece o produto mais duro, usado para vitrificação da louça), curupicaíba (usada para armadilhas de passarinhos, caroba (muito abundante), massaranduba (similar ao “pau da China”, usada para medicina e com âmago muito resistente), jaborandi (similar ao Betele da Índia, muito abundante nos “rios e ribeiros”, usada para problemas hepáticos), e a canafístula (que há uma nativa, *Cassia brasiliensis* L., e uma importada da Índia, *Cassia ferrugínia*).¹⁶⁵

Sobre as madeiras de construção, Cardim exaltava as grandes dimensões das árvores locais a partir do tamanho das canoas indígenas, com 7-8 palmos de largura, e mais de 50 de comprimento, suficientes para 20-30 remadores, e as “grandes gangorras” para os engenhos. Havia muitas madeiras “como incorruptíveis”, não apodrecendo embaixo da terra, e outros que tornavam-se melhores quando postos na água. Do pau-

¹⁶⁵ Ainda segundo Cardim, os índios utilizavam-se de óleos de pintura corporal retirados do andá, moxerecuiba, aiuruatubira, jabotapira, jenipapo (cuja madeira também era apreciada), e saboeiros (não para pintura, mas para lavagens, e a semente era a mais estimada para contas.) O religioso dedicava um espaço especial para a “árvore que tem água”, supostamente abastecendo os sertões secos, que na verdade deve ser uma referência exagerada ao umará, que respinga água na proximidade das chuvas, no entanto insuficiente para as necessidades humanas. CARDIM, Fernão. **Tratado da terra...** Op.cit., pp. 45-61.

santo, com “águas brancas”, faziam-se leitos. Do pau-brasil, extraía-se a tintura e faziam-se “todas as obras de torno e marcenaria”. O jacarandá (muito valioso) e “sândalos brancos” e outros eram estimados pelo cheiro característico. O “pau de águila” era usado para construção naval, por ser abundante, e mencionava o cedro, angelim e “árvore da noz-mostada), menos cheirosas e “finas” que as da Índia.

No *Diálogo das Grandezas*, Brandônio Lamentava da falta de “arbolários”, os quais avaliassem as árvores, que caberiam em mais volumes do que as obras de Discórides, guardando “grandíssimas virtudes e excelências ocultas, e enxerga-se o seu muito em algum pouco delas, de que nos aproveitamos”:

por cada parte [...], vejo frondosas árvores, entre bastecidas matas e intrincadas selvas, amenos campos, composto tudo de uma doce e suave primavera; porquanto, em todo o decurso do ano, gozam as árvores de uma fresca verdura, e tão verdes se mostram no verão como no inverno, sem nunca se despirem de todo de suas folhas, como costumam de fazer na nossa Espanha; antes, tanto que lhe cái uma, lhe nasce imediatamente outra, campeando a vista com formosas paisagens, de modo que as alamedas de alemos e outras semelhantes plantas, que em Madrid, Valladolid e em outras vilas e lugares de Castela se plantam e grangeam com tanta indústria e curiosidade, para formosura e recreação dos povos, lhes ficam muito atrás e quase sem comparação[...]; porque aqui as matas, e bosques são naturais, e não industriosos, acompanhados de tão crescidos arvoredos, que, além de suas tapadas frescas folhas defenderem aos raios do sol poder visitar o terreno de que gozam [...] e destas semelhantes plantas e árvores há tantas e diversas castas que se embaraçam os olhos na contemplação delas, e sòmente se satisfazem com dar graças a Deus de as haver criado daquela sorte.

As madeiras construtivas eram inúmeras, das quais afirmava não conhecer muitos nomes:

assabengitas, que é um páu amarelo, que lança de si a mesma tinta, muito rijo; *jataúba vermelho*, de formosa côr; *piqueá*, muito rijo e de côr amarela; outro páu, que chamam *amarelo*, excelente para taboado; *jataúba*, de côr douarada; *massaranduba* e *cabaraíba*, ambos de côr roxa, maravilhosos para obra prima, principalmente para cadeiras; *jacarandá*, tão estimado em nossa Espanha para leitos e outras obras; *condurú*, páu de grande fortaleza, do qual se fazem bons champrões; *sapopira* [*sucupira*], de que se faz também o mesmo, e muitos carros, e também liames para navios; camaçarim, apropriado para taboado; outro páu chamado *d’arco*, porque se fazem dêle de muita fortaleza e rigidão; *zabucai* [*sapucaí*], também muito estimado para eixos de engenhos e estearia; *canafistula* de côr parda; *camará*, rigidissimo, e por êsse respeito assaz estimado; *páu-ferro*, que lhe deram êste nome por ser igual a êle na fortaleza; outro páu chamado *santo*, tão estimado e conhecido por tôda a parte; *buraquihi* [*biraquim*], assás proveitoso; *angelim*, de que se faz tanto cabedal nas Índias Orientais, e o incorrupto *cedro*, louvado na Escritura; e assim *burapiroca*, *louro*, dos quais se aproveitam para armações de casas; *buraem*, de que se faz taboado para navios, quase incorrupto; *corpaúba*, de uma côr preta excelente; *orendeuba*, de uma galharda côr vermelha; e assim *guoanadim* [*gulandim-carvalho*], que se produzem por alagadiços e mangues, que se não dão senão pelo salgado. Outro [...] *quiri*, que corta pelo ferro por ser mais duro que êle, cujo branco de fora pode suprir a falta do marfim em qualquer obra, e o âmago de dentro demonstra as

águas e côres de um jaspe muito formoso; e da mesma maneira [...] que vem de Jaguaribe.

Além destas, citava o “tabúa”, “cana de junco grosso” da qual se faziam esteiras, e o *pau de jangada*, que além das jangadas faziam os andores “em que andam as mulheres”. Na Paraíba, afirma ter visto uma árvore de mangue de 7 palmos de roda nascer de dentro de um gameleiro oco, que no entanto mantinha-se vivo e em perfeito estado. Na serra da Copaoba, vira sobre um “alto penedo”, com mais de 12 palmos acima do chão, uma árvore muito grande, que “cavalgara” a rocha e lançava suas raízes até o chão. Entretanto, o autor se posicionava contrariamente à construção naval de grande porte nas capitanias do nordeste – às quais conhecia do Cabo de Santo Agostinho para o norte - por estarem as madeiras muito “desviadas” para os engenhos, sendo necessários grandes custos de transporte para levá-las até o litoral. Seria possível, para ele, estabelecer-se estaleiros no Maranhão e Pará, “onde se acham grandes quantidades de madeira à borda d’água, da qual podem se aproveitar com pouco custo”. Afirmava ter mandado exemplares de certo *pau d’astea* já lavrado, a fim de mostrar as qualidades de madeiras navais. Via como possíveis comércios lucrativos das “especiarias da terra”, variedades locais de pimenta, doces ou picantes, especialmente a malagueta, “a qual se dá e colhe pelos matos silvestres, sem benefício nenhum, em abundância”; o gengibre, muito plantado pela população pela facilidade; o anil, abundante e colhido silvestre, ao contrário dos congêneres orientais. Também se usava o fruto da árvore “envira”, “excelente droga, a qual usurpa para si o efeito que faz a pimenta, cravo e canela, com tingir como açafrão, causa que não crerá senão quem o experimentar”.¹⁶⁶

Em 1630, um informante, companheiro de La Ravadière, afirmava que além do rentável comércio açucareiro, era possível o estabelecimento de construções navais em toda a terra, além dos lucros com o pau-brasil e tatajuba para tinturaria, jacarandá e “pau marmorizado” para móveis e obras diversas, o pau-violeta, resinas de “ammy” e “anime”, gengibre e pimenta da terra, bálsamos aromáticos diversos. Durante a dominação neerlandesa, Pernambuco ainda não exportava madeiras, mas para esse fim consideravam que seriam úteis: pau-santo, jitaíba, pau-violeta, massaranduba, cedro e outras. Entre as árvores de tinturas, além do pau-brasil, o araribá e o urucum ofereciam tinturas vermelhas; das frutas em cachos de uma “pacoveira pequena” – cuja tinta era um “camaleão”, por se metamorfosear em diferentes cores -, um certo “pau pardo” que

¹⁶⁶ BRANDÃO, Ambrósio F. *Diálogo das Grandezas...* Op.cit., pp. 102-109, 111, 129-31.

desconhecia o nome, similar à “gualha”, que posto de molho em água, misturado com a “caparosa”, produzia tinta preta; da “tatajuba”, extraía-se tinta amarela; do fruto do jenipapo, extraía-se tinta roxa-preta; de certos “minerais de almagra”, chamados “tabatinga”, faziam tinta branca usada na falta da cal. Para gomas, utilizava-se a almêcega, cajueiro (para colar papéis), e de uma árvore se tirava goma amarela usada para lacre, cera das abelhas silvestres, e “anime” e muitas outras que não citava. Tirava-se o visco do Visgueiro, para “armar aos pássaros”. O cronista lamentava o fato de não se usarem os remédios locais, preferindo-se os importados da Europa, que chegavam corrompidos.¹⁶⁷

O pau-brasil, por outro lado, mandado cortar tanto pela Companhia como pelos portugueses que mantiveram-se no local, estava sendo enviado até os rebentos, sendo necessárias intervenções legais também pela companhia. O índigo das índias foi trazido pela WIC, visto como mais rentável que o anil local, além de registrar os produtos locais e exóticos – raízes, cereais e hortaliças – já amplamente mencionados, que eram mais cultivados antes da guerra. A informação sobre o comércio de madeiras contradiz outro relatório, de 1638, que dizia serem exportadas “várias e muito belas madeiras para trabalhos diversos”, embora afirmasse este que o corte e transporte de madeiras de construção era dispendioso. O mesmo relatório afirmava que era fabricado muito carvão vegetal para as oficinas de ferreiros, e já haviam sido construídos “vários navios e caravelas”.¹⁶⁸

Na descrição da Paraíba de S. Carpentier, conselheiro político da WIC, afirmava a crença local do plantio em áreas florestadas, segundo o lema – citado em castelhano – “*tierra que bien cobre a mi, bien cobre a si*”. A ocupação da capitania, na época, mantinha-se no vale do rio Paraíba, sendo o Maranguape o outro grande curso d’água. A ocupação dos 18 engenhos era dispersa, segundo os critérios de proximidade de áreas de plantio, das matas e dos cursos d’água, chegando alguns a manter 70-100 moradores, mantendo-se nas planícies próximas aos cursos d’água, enquanto os “montes e vales” eram ocupados pela mandioca, tabaco e “outras plantas rasteiras e de fruto”. Nestes últimos locais, “reconheceu-se a fertilidade [...] pelo fato de terem estado cobertos antigamente, por sua própria natureza, de matas e arvoredos, a ponto de não se poder andar por eles”. Outras terras, descobertas de matas, com pouca ou nenhuma vegetação,

¹⁶⁷ MELLO, José A. “La Ravarière em Pernambuco”, **RIAP**, p.256.

¹⁶⁸ Doc.5 In: MELLO, José A. **Fontes...** II, p.205 ss.; Anônimo. “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses” 14.01.1638. in: MELLO, José A. **Fontes...** I, Op.cit, v.1, p.110.

eram considerados estéreis, localizando-se em áreas a oeste das anteriores, 5-6 milhas no sul e em muitas áreas ao norte do Paraíba. Nelas, o “capim duro” que crescia não servia nem ao gado.

Na capitania, plantava-se muita mandioca nas “roças”, o milho e um pouco de arroz, batatas (possivelmente a doce), melões, melancias, abóboras e “alguma couve e pepino”. Notava a falta de abacaxis, mas haviam muitas laranjas ácidas e doces, pananas, pacovas, dois tipos de goiaba, mangabas, três espécies de araticum e de maracujá, muitos coqueiros no litoral e cajueiros nas matas, além do araçá (usado para “marmeladas”) e de gengibre em abundância. A capitania exportava açúcar, pau-brasil, tabaco, couro, algodão e outros. Na baía chamada Estaleiro, ao norte do rio Paraíba, segundo Heckerman, era cômodo a atracagem de navios para reparos das embarcações, tanto pela abundância de madeiras, especialmente o Angelim, e materiais para calafetagem. Havia também “altas árvores” na ilha da desembocadura do rio Gargaú. A cidade da Paraíba era *“circundada pela mata, e não pode ser vista por quem se aproxima, senão quando se está nela”*. Ao redor do rio Mombaba, “moram vários portugueses, que se ocupam com o negócio de madeira e tabuado, porquanto existem naquelas vizinhanças boas árvores e matas de ricas madeiras”. Ao redor do Gramame, onde havia alguns engenhos arruinados, agora plantava-se mandioca, milho e outros “frutos da terra”, além do gado. Nos limites das terras povoadas, estava a serra da Copaubá, onde haviam terras reputadas férteis tanto para a cana-de-açúcar como para cereais, vinhas e outros frutos europeus, visto estarem menos sujeitas às formigas.¹⁶⁹

Na Capitania de Itamaracá, sesmaria a André Fernandes Velasques, para abertura lavouras e canaviais próximos à tapera [aldeia abandonada, uso de terras “conquistadas” pelos indígenas] de “Tamatião-moçu”. Costa informa que o sesmeiro e seus agregados construíram um açude no córrego do Uruçu, “abriu uma levada, construiu uma serraria movida à água e fez outras obras e desbravou as terras”, para a abertura do engenho Itapirema. Segundo Costa, “Toda a propriedade era coberta de espessas florestas, que apesar das derrubadas que se tem feito, ainda são notáveis”. No “vale do Itapirema” os engenhos encontravam “grandes florestas e várzeas para plantação, de terras fertilíssimas e abundantemente irrigadas. Em um tabuleiro próximo ao Engenho Veneza, haviam três “grandes e vetustas imbiribeiras”, conservadas pelo proprietário em função de uma suposta aldeia indígena que ali havia. Em 1723, a Câmara de Igarassu

¹⁶⁹ MELLO, Jose A. **Fontes...** Op.cit., v.II, p.42-44, 63, 70-1, 91.

garantia a exploração da Mata do Cipoal, de uso dos habitantes de Itamaracá. A região do rio Ubu, freguesia do Tejucupapo, tomando o nome de um antigo engenho, estendia-se até o mar, onde havia dois portos onde se fizeram, no XIX e talvez antes, desembarques ilegais de escravos, cheia de “excelentes matas” e um coqueiral de 150 mil pés.¹⁷⁰ *

Esse quadro geral do século e meio inicial da ocupação da colônia Brasil passou por algumas importantes modificações a partir de meados do século XVII, após a expulsão dos Holandeses das capitanias do norte, das novas vicissitudes das relações inter-estatais européias e a atuação colonial dos estados nacionais, dos rumos da economia açucareira e da exploração aurífera. Nesse ínterim, delineia-se dentro dos quadros da administração portuguesa uma nova forma de se pensar o papel do manejo dos recursos vegetais, que merecem então uma atenção redobrada da coroa portuguesa, o que constituía-se antes de uma iniciativa muitas vezes de particulares, cabendo à coroa apenas o papel de regular certas práticas, como a transplantação de especiarias fora das áreas produtoras do sudeste asiático, que fora proibida por D. Manuel I, segundo Dean, “logo após a fundação da Colônia de Goa [1510]”.¹⁷¹

O mundo tropical não despertava a atenção somente dos ibéricos, obviamente. Durante os séculos de ocupação européia nas colônias a guerra pelo domínio das produções naturais nos faz recuar alguns séculos na discussão hoje tão presente da biopirataria. Os países ibéricos, à frente das maiores conquistas coloniais, foram alvo de diversas empreitadas dos concorrentes que apesar de excluídos dos pactos que dividiam o “novo mundo” ao longo do século XVII se tornavam o centro dinâmico do sistema-mundo capitalista, a França, a Inglaterra, e os países baixos. O conhecimento sobre o mundo natural adquire, nesse contexto, uma função estratégica dentro das necessidades de mercado.

Apesar de Portugal ter procurado manter sempre uma política do sigilo em relação às colônias, não conseguiu impedir a circulação pela Europa de informações sobre os produtos de suas possessões. Garcia da Orta, governador português em Goa, publicara em 1564 um relatório sobre os vegetais asiáticos úteis, logo traduzido para o latim, atizando as ambições dos europeus.¹⁷² O tabaco, nativo das Américas, logo teve seu gosto difundido por todo o continente europeu, chegando a ser considerado uma

¹⁷⁰ COSTA, F.A. **Anais pernambucanos...** V.1. p.383-85. V.6, p.3-4

¹⁷¹ Idem, p.102.

¹⁷² DEAN, Warren. A botânica e a política imperial... Op.cit., p.219.

nova panacéia. Sua produção e comercialização, teoricamente monopólio das coroas ibéricas, foi logo difundida pelas colônias de outros países no Oriente e nas Américas, provavelmente depois que uma muda plantada Real Jardim Botânico de Lisboa foi levada pelo embaixador francês Jean Nicot.

A dominação holandesa do Nordeste foi mais um interessante capítulo da guerra pelo acesso aos recursos naturais. A ação ostensiva da Companhia das Índias Ocidentais e Orientais em relação às colônias ibéricas, especialmente o Brasil açucareiro e as terras produtoras de especiarias orientais. Alijadas do comércio colonial após a declaração de independência dos países baixos, as companhias de comércio iniciaram uma série de empreitadas militares, que resultaram na tomada de Pernambuco, Angola, Mina, Cabo da Boa Esperança, Ceilão, Molucas e as feitorias portuguesas no Japão. Conscientes das possibilidades que os recursos naturais dessas regiões ofereciam, os neerlandeses investiram no conhecimento do mundo natural, e transplantaram as especiarias do oriente e mudas de cana-de-açúcar para suas colônias. Daí em diante, estava quebrado o monopólio que Portugal, principalmente, conseguira manter em relação a essas produções.

Mesmo após a retomada de Pernambuco e de Angola, o império colonial estava em uma conjuntura completamente diversa. As especiarias do oriente já eram cultivadas por colônias de países concorrentes, e a produção de açúcar já despontava nas Antilhas. Aos poucos vai se delineando em Portugal e nas colônias uma crítica das práticas comerciais no ultramar, e a colônia Brasil torna-se um local de alta prioridade da coroa, e é a partir daí que começa a se discutir com mais cuidado as possibilidades que oferecia em relação a meios de obtenção de rendas a partir principalmente das produções naturais. Essa vertente que se delineia no decorrer do século XVII adquire uma efetividade cada vez maior no século seguinte, quando se inicia uma crítica sistemática dos rumos da colônia.

CAPÍTULO 3. O REFORMISMO ILUSTRADO, A AGRICULTURA E A QUESTÃO FLORESTAL

Entre o ministério pombalino (1750-1777) e a transferência da corte ao Brasil (1808), ocorrem diversas tentativas de revitalização dos laços coloniais, que a historiografia atual considera fruto de um esforço compartilhado – mas não sem tensões – entre interesses de pessoas enraizadas nas capitanias do Brasil e os gestores régios. Durante esse período, o Recife concentra preceitos administrativo-militares e seu porto é o centro de escoamento Atlântico das produções do nordeste, juntamente a Salvador. Nesse sentido, forma-se um pequeno sistema regional que incorpora a Comarca das Alagoas e as capitanias anexas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Em 1750, com a morte de D. João V sobe ao trono seu filho, D. José I, momento também da ascensão de Pombal. Com encargos quase plenipotenciários, conseguiu realizar diversas reformas que havia estudado em seus tempos de viagens por outros países: modernizou o exército, aboliu a escravidão dentro de Portugal, estabeleceu companhias por ações para a exploração colonial, empreendeu tentativas de regular as fronteiras brasileiras, criação de mesas de inspeção para o tabaco e o açúcar, estímulo a mudanças na produção de vinhos; o fim das discriminações legais contra os cristãos-novos, os ameríndios e “orientais”, a diminuição do poder da inquisição. Pombal, desde o início de seu consulado, empreendera uma campanha de desestabilização da influência dos jesuítas no ensino, que em outro sentido fazia parte de uma querela que envolvia também o poder que os inicianos haviam adquirido entre os ameríndios na América portuguesa, especialmente ligada à questão das Sete Missões Indígenas na fronteira do sul e ao controle das chamadas “drogas do sertão”, na verdade de recursos botânicos principalmente da Amazônia, contrabandeadas no Grão-Pará.¹⁷³

Durante o período, aparecem iniciativas locais de pesquisa e inovação, seja no beneficiamento dos produtos agrícolas, seja no plantio e difusão de espécies úteis. A partir de informações do comércio ultramarino, percebe-se que as plantas brasileiras passam a figurar, embora apenas esporadicamente, nas listas de exportação, como iguarias, curiosidades ou material científico. Serão analisados os trabalhos que já demonstram haver uma revalorização artística e intelectual da natureza americana em Portugal, e a documentação primária das listas de carga, memórias filosóficas,

¹⁷³ Para uma discussão mais detalhada dessas empreitadas, ver MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal, o paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.18-20, 51-56, 62-64, 72-74.

inventários de plantas, e correspondências oficiais. Aparecem iniciativas locais de pesquisa e inovação, seja no beneficiamento dos produtos agrícolas, seja no plantio e difusão de espécies úteis. Há, nesse sentido, uma série de indícios acerca da diversidade de agentes envolvendo o manejo e troca de espécies, da circulação de saberes através de memórias, livros, etc. O cultivo de arroz também já era ensaiado, aparentemente restrito ao mercado interno. A cultura do Anil e tinturas, e uma manufatura de cordoalhas também aparecem na documentação.

Afora as discussões acerca do desenvolvimento econômico doméstico, a solução dos problemas ultramarinos passava pela revitalização do sistema colonial, fundado especialmente nas riquezas da terra e pela otimização das atividades agrícolas tradicionais. Nesse último ponto, é exemplar a coleção organizada por Fr. Mariano da Conceição Velloso, diretamente sob a supervisão de D. Rodrigo, *O Fazendeiro do Brasil*, em onze volumes publicados entre 1786 e 1806.¹⁷⁴ Outra figura que surge nesse período é a do “agricultor ilustrado”, atualizado nos métodos “filosóficos” de cultivo e organização das fazendas, dentro de um movimento de diversificação de atividades agrícolas que vinha da segunda metade do XVIII.¹⁷⁵ O momento era de valorização de produtos como sebo, arroz, tabaco, algodão, couros e cêra, tanto pelas demandas internacionais como pela abertura dos portos às nações estrangeiras.¹⁷⁶ Nas culturas como o arroz, cana de açúcar, algodão e tabaco, importou-se variedades mais competitivas e rentáveis, a fim de promover a revitalização da economia agrária brasileira.¹⁷⁷ O café, que já estava comprovadamente aclimatado desde fins do XVIII, começava a expandir-se em regiões diversas, antes de estabelecer sua hegemonia no Vale do Paraíba.¹⁷⁸ Os secretários da Marinha e Ultramar de Portugal, especialmente Martinho de Mello e Castro (1770-95), Luís Pinto de Sousa Coutinho (1795-96) e

¹⁷⁴ Os volumes foram editados na recém-fundada Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, em Lisboa, e Conceição Velloso fazia parte dos antigos membros da Academia Fluminense do Rio de Janeiro. Cada volume abordava uma cultura específica, desde as características botânicas até métodos de aperfeiçoamento das unidades produtivas, e o objetivo de Souza Coutinho era vender os volumes entre os agricultores. Sobre isso, ver WEGNER, Ricardo. *Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial, História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11 (suplemento 1), pp. 131-40, 2004. Ver também PÁDUA, José. A. *Um sopro de destruição...* Op.cit., p. 55; e DIAS, Maria. O. “Aspectos da Ilustração no Brasil” In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 58-60.

¹⁷⁵ ALDEN, Daryll. Manoel Luís Vieira: An Entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil’s eighteenth century agricultural renaissance, *Hispanic American Historical Review*, Vol.XXXIX, nº 4, Novembro de 1959, Duke Univ.Press. pp.521-537.

¹⁷⁶ ARRUDA, José. J. *O Brasil no comércio colonial*, São Paulo: Ática, 1980,Op.cit., p.479-480.

¹⁷⁷ DIAS, Maria.O. “Aspectos da Ilustração...” Op.cit., p.47.

¹⁷⁸ Ver, para mais detalhes, MARQUESE, Rafael. B.&TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX” In: GRINBERG,Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. (vol.II. 1831-1870), Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009, pp.339-383.

Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801), dentro de uma perspectiva centralizadora e intervencionista com raízes no reformismo ilustrado,¹⁷⁹ investiam seus esforços em regulamentar o corte e comercialização de madeira e na criação de reservas reais de floresta “virgem”, onde as espécies utilizadas pela Marinha portuguesa eram encontradas. Essa concepção criou raízes, na colônia, a partir da formação de um corpo de agentes luso-brasileiros especializados, dedicados a elaborar formas de exploração racional dos recursos naturais, que se mantém até o pós-independência.¹⁸⁰

Acompanhando essa política, havia um interesse da coroa pelo desenvolvimento de uma diversificação de cultivos e de outras possibilidades econômicas no território brasileiro, o que levou a um esforço compartilhado entre a metrópole, os gestores régios e outros indivíduos locais para um melhor levantamento dos recursos naturais, bem como dos estudos científicos para um uso racional das possibilidades agrícolas, na época do chamado “renascimento agrícola” do Brasil,¹⁸¹ dentro de um contexto ultramarino muito mais amplo de racionalização das atividades coloniais relacionadas aos recursos ambientais.¹⁸² Esse movimento provocou um aumento do volume de informações escritas em forma de memórias, notícias e relatórios acerca do manejo de vegetais.

O material produzido pelos informantes da coroa permite expandir a visão da economia local a partir de outras formas de apropriação dos recursos vegetais. Doces de mangaba, caju, pitanga entre outro (além de pássaros) eram usados como agrados diplomáticos entre autoridades, mas também como amostras das possibilidades que a agricultura local possuía. Essa revalorização científica dos trópicos estimulou também inventários cada vez melhor circunstanciados da fauna e flora local. Como ressalta Worster,¹⁸³ as ciências naturais europeias uniram cada vez mais, em fins do século XVIII, o conhecimento prático da natureza como fonte de progresso das civilizações. Em 1811 foi instalado um Jardim Botânico na cidade de Olinda, remetendo a ordens de 1798. À sua revelia, no entanto, já havia por todo o território da antiga Capitania Geral de Pernambuco, uma série de iniciativas de manejo dos recursos vegetais.

¹⁷⁹ MAXWELL, Kenneth. “A Geração 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”. In: **Chocolate, Piratas e outros Malandros**. São Paulo, 1999.

¹⁸⁰ PÁDUA, José. A. **Um sopro de destruição...** Op.cit., p.103.

¹⁸¹ ALDEN, Daryll. Manoel Luís Vieira... Op.cit. p.598.

¹⁸² GROVE, Richard H. **Green Imperialism...** Op.cit 1997, p.301.

¹⁸³ WORSTER, Donald. **Natural's Economy: A History of Ecological Ideas**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994, p. 53-54.

Nesse sentido, é importante a reforma da Universidade de Coimbra, que realizou-se em 1772, apenas cinco anos antes da saída de Pombal do poder. Entre as mudanças gerais do currículo, estava a inclusão dos cursos de matemática e filosofia, que doravante incluía as ciências naturais e experimentais, juntamente com a metafísica e a lógica clássicas. Foram planejados também laboratórios com instrumentos de medição atualizados, e um jardim botânico.¹⁸⁴ Pouco depois ocorreu a subida de D.Maria I ao trono, e com a morte de D. José I, Pombal ficou alijado de seus poderes e foi perseguido politicamente, mas “*enquanto a reputação [de Pombal] era eclipsada, o grupo que havia formado prosperou*”¹⁸⁵. O grande impulso das ciências naturais em Portugal encontra-se justamente num desses colaboradores do marquês. Em 1768, Pombal delegara a missão de criar o Jardim Botânico da Ajuda a um renomado paduano, o longo vivo Domenico Vandelli (1735-1816), que com a reforma de Coimbra assumiria o papel de professor de História Natural e Química, sendo também responsável pelo jardim botânico da mesma instituição.¹⁸⁶

Os primeiros naturalistas luso-brasileiros, foram então treinados a partir da moderna taxionomia lineana e da vertente pragmática do iluminismo, com fortes doses da fisiocracia francesa, e esses letrados posteriormente voltaram à colônia para expedições ou para assumir cargos dentro dos quadros administrativos, unindo a ciência ao dever de estado, e procurando aprofundar os conhecimentos sobre os recursos animais, minerais e vegetais da colônia. Entre os 866 estudantes da colônia formados na universidade reformada, segundo o levantamento de Maria Odila Leite Dias, 281 cursaram juntamente com o Direito os cursos de Matemática e Filosofia Natural, obtendo dupla formação por conta própria. Entre 1772 (ano da reforma) e 1782, 238 destes cursaram Matemática e Ciências naturais, enquanto 157 dedicaram-se às humanidades. Entre 1782 e 1792, foram 192 diplomados em Ciências, contra apenas 105 em Leis, e os cursos de Ciências naturais foram os mais frequentados no decênio seguinte.¹⁸⁷

¹⁸⁴ PRESTES, Maria E. **A investigação da natureza...** Op.cit., p.260.

¹⁸⁵ Vandelli teve uma participação ativa na promoção das ciências naturais na vida intelectual lusitana, criando ao redor de si um círculo de seguidores que compartilharam as idéias que ele colocara à serviço de Sua Majestade a Rainha. Ativo correspondente de Lineu, adotou também seu espírito pragmático e didático, utilizando o sistema classificatório do mestre sueco e divulgando suas obras, afim de demonstrar a seus discípulos técnicas e instrumentos que ajudassem na classificação botânica das espécies. De 1779 data a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa, que se torna o centro da divulgação desses trabalhos, muitos deles traduzidos para o inglês ou francês, ou mesmo publicados em Latim para expandir sua rede de leituras. PRESTES, Maria E. **A investigação da natureza...** Op.cit., p.110-112, 166.

¹⁸⁶ Idem, p.72-82. DEAN, Warren. **A ferro e fogo...** Op.cit., p 135-36.

¹⁸⁷ DIAS, Maria O. “Aspectos da Ilustração...” Op.cit., p. 42, 54.

A essa geração, J.A. Pádua atribuiu a primeira crítica ambiental sistemática dentro do pensamento de homens nascidos na colônia, quando a partir da intervenção programática de D. Rodrigo de Souza Coutinho, “um polímata de distinção intelectual e membro diplomado da Sociedade Lineana de Londres”¹⁸⁸, ocupando a Secretaria da Marinha e do Ultramar (1796 – 1801). Antes dele, como veremos mais à frente, a tentativa de exploração mais racional tinha sido realizada por outro secretário, Martinho de Melo e Castro, seguidor de Pombal e continuador de alguns pontos do programa pombalino. Coutinho, no entanto, foi quem organizou de forma mais sistemática o sistema de informações dos naturalistas, promovendo também um programa de bolsas de estudos, de ordens aos governadores das capitanias e de absorção de quadros da intelectualidade local - muitos deles envolvidos em movimentos conspiratórios – nos assuntos oficiais do estado.

A construção do Jardim Botânico da Ajuda e o Museu de História Natural (1768), durante o consulado pombalino, e a reforma dos estatutos da universidade de Coimbra (1772), representam momentos importantes para se pensar o estatuto que as ciências naturais adquiriram dentro de um grupo da elite luso-brasileira que tentará aplicar suas idéias nas realidades locais. Um pouco depois, fundou-se a Academia Real de Ciências de Lisboa (1779), e essas instituições serviram de pontos de confluência dessas idéias, recebendo artefatos de todos os cantos do ecúmeno. Esse movimento, ademais, também envolveu os próprios administradores e funcionários da coroa portuguesa, na metrópole ou nas colônias, na implementação das políticas de conhecimento e domínio dos recursos naturais. Enviou então em 1790 José Bonifácio de Andrade e Silva e Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá para uma viagem científica, patrocinada pela coroa, para o aperfeiçoamento das técnicas mineralógicas, passando pela França, Itália, Alemanha, Dinamarca, Suécia e Noruega. Nesse meio tempo, Bonifácio visitou o *Jardin du Roi*, onde entrou em contato com as correntes modernas da Química e da fisiocracia, especialmente no tocante às florestas e à teoria do dessecamento, conheceu pessoalmente Alexander von Humboldt e a gestão florestal alemã, e talvez tenha tido algum contato pessoal com Lineu, nos dois anos que esteve nos países escandinavos.¹⁸⁹

Manuel Ferreira da Câmara, do qual temos menos informações biográficas, por sua vez dedicou-se à economia madeireira na região de Ilhéus, procurando estimular o

¹⁸⁸ DEAN, Warren. **A ferro e a fogo...** Op.cit., p. 137.

¹⁸⁹ PÁDUA, José A. **Um sopro de destruição...** Op.cit., p. 51, 55-8, 131-33.

controle da derrubada das matas e promover uma agricultura racional, introduzindo novas espécies como o cacau, as uvas, e o café, baseando-se na informação de Humboldt sobre o sucesso dessa última no México. Propunha também a exploração sistemática de frutas tropicais, a pesca de baleias e tartarugas.¹⁹⁰ Da mesma forma, Hipólito José da Costa viajou pelos Estados Unidos para investigar os métodos agrícolas adotados no país recém independente, Baltazar da Silva Lisboa era encarregado da conservação dos bosques da Bahia e João da Silva Feijó, que anteriormente viajara por Cabo Verde, agora escrevia uma memória sobre a província do Ceará, apenas para citar alguns.¹⁹¹ Todas essas iniciativas tinham raízes nas políticas ensaiadas por Pombal, conforme vimos no capítulo anterior, de incentivo à exploração diversificada das matérias-primas da colônia¹⁹², mas adquiria uma urgência maior em função do esgotamento das minas – daí a importância da mineralogia – da atenção redobrada à gestão da madeira, e da tentativa de atualização das práticas de manejo de espécies vegetais, constatado o atraso de Portugal frente a outras iniciativas coloniais.

3.1. “Tanta amargura padeceu a esta limitada doçura”: cana de açúcar.

Transportada por séculos por diversos povos, a *Saccharum officinarum* é um dos casos emblemáticos da importância que um “simples” vegetal pode adquirir para civilizações humanas, modificando costumes e movimentando amplos contingentes populacionais, ocupados em seu cultivo e processamento industrial, até a obtenção de um dos primeiros produtos mundializados, o açúcar. Os europeus do ocidente, tendo os países ibéricos como precursores, efetivaram a grande travessia dessa planta pelo oceano atlântico. Em terras americanas, o imperativo mercantil da economia-mundo e as intenções de dominação do território colonial sem dúvida foram fatores importantes para o caráter quase “imperialista” que esse cultivo assumiu, baseado num sistema de ocupação de terras, mão de obra e divisão de tarefas já características de grandes empreendimentos capitalistas. Embora ela compartilhe com o cacau, o tabaco e o café o caráter estimulante do seu produto final - além de sua característica tropical, sendo os dois primeiros americanos e o último provavelmente africano – e afora fato do algodão, também nativo, terem adquirido posteriormente características similares como formações agroindustriais, os canaviais foram o primeiro embaixador dessas práticas em

¹⁹⁰ Idem, p.58-59, 92-94 e ss.

¹⁹¹ DIAS, Maria O. “Aspectos da ilustração...” Op.cit., p.62-63.

¹⁹² Idem, p. 74.

terras americanas. Todos eles, apesar de serem utilizados primitivamente por diversos povos, foram alguns dos produtos vegetais que adquiriram um significado diverso ao serem introduzidos na dinâmica de produção e circulação capitalistas.¹⁹³

A associação entre a cana e o massapê não foi inevitável, inclusive pela expansão de pequenas indústrias de rapadura, melaço ou aguardente em terras mais secas. O massapé poderia ser utilizado por diversas gerações sem necessidade de beneficiamento, mas uma vez esgotado não apresentava melhores oportunidades, tornando necessário a abertura de uma nova área de mata. Já os solos *salão* podiam ser deixados em descanso por alguns anos, quando ocorreria uma nova queimada da vegetação que crescera, possibilitando novo plantio.¹⁹⁴ A própria estrutura industrial do engenho e o armazenamento de açúcar exigiam madeiras de qualidade e relativa abundância. Dada a onipresença da madeira na vida cotidiana, o conhecimento utilidade das espécies florestais fez parte da formação da cultura colonial, atestada desde os primeiros cronistas. Sabe-se hoje, por exemplo, que a manutenção da imensa quantidade de biomassa e variedade é resultado de milhões de anos de evolução das populações vegetais, animais e microbiológicas dentro da floresta, que compensaram a relativa pobreza da maior parte dos solos da mata com táticas de manutenção da umidade e por formas de cooperação interespecíficas entre tipos de fungos e as árvores, que dessa maneira otimizavam a absorção de nutrientes.¹⁹⁵

Segundo Miller, os solos predominantes da região da floresta atlântica permitem um ciclo de aproveitamento agrícola mais duradouro após a retirada da cobertura florestal, assegurando a produtividade da agricultura açucareira. Surge assim o interesse pela pesquisa de indicadores, os quais foram principalmente a presença de das grandes árvores consideradas madeiras-de-lei, conforme a narração de Antonil que perpetuou-se pela historiografia, que indicavam o *massapé*, terra úmida e viscosa, a qual se alternava com a terra *salão* e terras arenosas misturadas. A atividade açucareira, sugere Miller, sabia avaliar as possibilidades do solo a partir da cobertura vegetal – a partir das chamadas *árvores-padrão* - e desde cedo as madeiras locais foram valorizadas e louvadas por suas qualidades.¹⁹⁶

¹⁹³ MINTZ, Sydney. **Sweetnes and Power...** Op.cit. p.19-73, 108-110, 119-122.

¹⁹⁴ BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano...** Op.cit. p.60-64.

¹⁹⁵ DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo...** Op.cit. p. 203.

¹⁹⁶ As árvores-padrão “...eram constantemente deixadas levantadas nos campos como “billboards”, propagandeando a qualidade do solo para possíveis futuros compradores, ou simplesmente como símbolos de status”. MILLER, Shawn. **Fruitless trees...** Op.cit., p.200.

Os lavradores - divididos entre os grandes proprietários de concessões régias, com engenhos dos quais se proclamavam “senhores”, os que possuíam partidos de cana, e dos mais pobres que “se ocupam em lavrar mantimentos e açúcar” – mantinham suas “lavouras e grangearias” com:

escravos de Guiné [...] e como do que vivem é somente do que grangeiam com tais escravos, não lhes sofre o ânimo ocupar a nenhum deles em coisa que não seja tocante à lavoura, que professam, de maneira que tem por muito tempo perdido o que gastam em plantar uma árvore, que lhes haja de dar fruto em dois ou três anos, por lhes parecer que é muita a demora [...] por maneira que [...] todos em geral [...] com cobiça de fazerem mais quatro pães-de-açúcar ou quatro covas de mantimento, não há homem em todo este estado que procure nem se disponha a plantar árvores frutíferas, nem fazer as benfeitorias acerca das plantas que se fazem em Portugal [...] e não vemos no Brasil quintas, pomares e jardins, tanques de água, grandes edifícios.

O autor dividia os negócios rentáveis do Brasil em açúcar, “mercancia”, pau-brasil, algodões e madeiras, lavoura de mantimentos, e criação de gados. Comparado às riquezas da Índia, eram ainda poucas mercadorias, mas garantia que apenas com o açúcar poderia ser o Brasil muito mais rentável, a menor custo para a coroa. Em relação às especiarias, com o exemplo da pimenta, afirmava que “a terra dêste Brasil é tão caroável de dar pimenta que, de por si sem benefício algum, nasce grande quantidade dela pelos campos de diferentes castas, mas não daquela que vem da Índia, que deixa de dar por não se achar na terra semelhante semente, e, quando a houvesse, daria daquela sorte pimenta sem número”. As pimentas eram encontradas por toda a parte, e o autor já reconhecia o papel da dispersão pelos pássaros, e dizia que ela brotava inclusive sobre os troncos das árvores. Portugal deveria, portanto, trazer uma nau carregada de pimenta da Índia, e esta repartida entre os moradores. A ideia, no entanto, não era bem vista pelos reinóis, com um lucrativo comércio já bem estabelecido e em funcionamento centenário.

O açúcar era um negócio lucrativo, “a principal cousa com que todo êste Brasil se enobrece e faz rico” mas de grande exigência de capitais para o início do processo. O bom engenho precisava de três coisas, muitas terras férteis e boas matas, próximas ao engenho, e água corrente, além de muitos escravos, bois, carros, formas, e tudo mais para o fabrico, fora a elaborada infra-estrutura do engenho. Assim, segundo o *Diálogo*:

os capitães-mores, que são sesmeiros por Sua Magestade, cada um na capitania de sua jurisdição, repartiram e repartem ainda agora as terras com os moradores, dando a cada um dêles aquela quantidade a que as suas fôrças e possibilidades são bastantes a grangear, e as pessoas a quem se dão semelhantes terras, quando elas são capazes para se fabricarem nela engenhos de fazer açúcares, os fabricam, tendo cabedal para o poderem fazer, e quando lhes falta, as vendem a pessoas que os possam fabricar por ser necessário muitas fôrças e cabedal para os haverem de pôr em perfeição, porque um

engenho dos de água, como até agora se costumava de fazer, e ainda dos que chamam trapiches que moem com bois, fazem de despêsa, feito e fabricado, ao redor de dez mil cruzados ¹⁹⁷

Heckerman reconhecia a importância dos “grandes bosques” eram da maior importância para a ocupação da Paraíba, visto que forneciam as madeiras necessárias aos engenhos, “quase todas tão próximas e situadas ao alcance da mão”, e também eram os locais privilegiados pelos “roceiros de farinha” e “cultores” de arroz, milho e outros frutos da terra.¹⁹⁸ O regimento do feitor-mor de engenho, assinado por Fernandes Vieira em 1663, colocava entre as obrigações do mesmo: a vistoria regular das matas e manutenção dos marcos, impedindo que pessoas cortem madeiras de uso do engenho; tomar conta das lenhas, garantindo os tamanhos ideais e o suprimento constante; cuidado com a serraria, cuidando para sempre haverem sobras de boas madeiras para caixões, tabuados e peças para carros, que deviam ser feitas constantemente. Também devia haver sempre excedentes para as dentaduras dos eixos, bolandeiras e tudo mais do engenho, e cuidado com as pontes da propriedade. Cuidar da coleta de embira e cipó para cestos e amarrações de cercas, timbó para as formas, e cinzas para decoadas, coletadas das casas dos negros e olarias; “Acudir as plantas”, para evitar o estrago dos animais, limpar os pastos, cuidar de horta, plantar parreiras e figueiras e “muita árvore de espinho e as tapagens que puderem, ser com videiras.”¹⁹⁹

Na Mata Sul, haviam queixas dos senhores de engenho que despejavam o bagaço nos rios, provocando muitas doenças, segundo os moradores, fato que já era proibido por lei no tempo da coroa espanhola. Em Serinhaém, haviam grupos de 80-90 negros fugidos da Bahia, que vagavam pelas matas. Na propriedade de Jan Blaer, informava que haviam sido queimados mais de 200 carros de lenha cortada nas matas, e também envenenado alguns escravos que ali trabalhavam. O engenho de Ferdinande de Rouhys, na Barra Grande, estava todo “coberto de matagal”, sendo que antes havia além da fábrica e canaviais, plantações de mandioca, milho, tabaco, uma casa de farinha e uma aldeia de índios.²⁰⁰ Segundo Pereira da Costa, a povoação do Beberibe, no final do séc.XVII, já possuía grandes lavouras de mandioca, fabricava farinha, e suas florestas forneciam muitas madeiras de construção, sendo criada uma companhia de ordenanças para a povoação. Foi erguida ainda na primeira metade do XVI, originando-se em torno

¹⁹⁷ BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogos das grandezas...** Op.cit., p.69-73.

¹⁹⁸ “Relatório sobre a Paraíba por E.Heckermans (1636)” In: MELLO, José A. **Fontes...** Op.cit. p.92.

¹⁹⁹ “Regimento que há de guardar o feitor-mor de engenho para fazer bem sua obrigação” In: MELLO, José A. **Fontes...** v.I, Op.cit., p.257-63.

²⁰⁰ “Relatório de Viagem pelo Sul de Pernambuco por A. Bullaestre (1642)” In: MELLO, José A. **Fontes..** v.II, Op.cit., p.178.

de um engenho, que após a saída dos holandeses ficou de fogo morto, depois desaparecendo na paisagem, sendo no XVIII referido como “Fazenda”, e que o proprietário recomendava estabelecer a exploração das matas, fabrico de carvão.²⁰¹

A descrição de Antonil, de 1711, mostra as diferentes demandas do engenho colonial “ideal” – que para o cronista era o Sergipe do Conde/BA - articulando os proprietários, lavradores, escravos e trabalhadores livres, além de uma série de objetos de toda cultura material colonial. O engenho deveria ter barqueiros, canoeiros, calafates, carpinteiros, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores, subte-se escravos, um mestre de açúcar, banqueiro e contrabanqueiro, purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade²⁰², feitores para os partidos e roças, um feitor-mor e um capelão, sendo que estes “recebem soldada”. Para tantos homens eram necessárias instalações – sejam “moradas” dos livres ou senzalas dos cativos - enfermarias, medicamentos e enfermeiros, e uma “capela paramentada”. O edifício onde localizava-se o engenho, deveria ser “forte e espaçoso”, onde localizavam-se as oficinas e a casa de purgar, alambiques e caixaria. O cronista não citou as estrebarias, currais cobertos para gados, e locais para a produção interna de farinha, cujas ferramentas deveriam ao menos ter um local para serem guardadas. Dentro das residências do proprietário, era comum a construção de aposentos para hóspedes, devido à falta de estalagens nos caminhos para o interior. O senhor favorecia-se, assim, de uma autoridade territorial sob os caminhos do interior, e Antonil dedica um tópico de sua memória à forma de receber hóspedes.

Os barcos requeriam velame, cabos, cordas e breu, e eram utilizados para transportar cana dos partidos, e as canoas faziam o transporte do açúcar encaixotado para os portos, e os carros de boi faziam o serviço interno do canavial, sempre que permitido pelo terreno. O resto dos trabalhos demandavam um grande número de ferramentas de ferro, e utensílios de cobre para a obtenção do açúcar. Os mantimentos dos escravos podia ser suprido, no tocante à farinha por roças de até “muitas mil covas”, como as vestes para o trabalho. Antonil citava o bom costume de fornecer “garapas

²⁰¹COSTA, Francisco A. **Anais Pernambucanos..** Op.cit. V.3, p.107

²⁰²O caixeiro do engenho era responsável por colocar o açúcar em caixas, mandando tirar o açúcar das formas no tempo correto, pesa o produto e reparte-o entre o senhor e os lavradores, retirados os devidos impostos em produto, fazendo escritura (“assentada”) de tudo. Além disso, deveria cuidar de colocar barro nos cantos da caixa, e observar a disposição do produto e sua pilhagem, guardar as sobras em local seguro e entregar as caixas para o embarque. O caixeiro da cidade era responsável pela venda do produto no porto, e todos os misteres envolvidos no processo. ANTONIL, André J. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982., p.35-36

doces” aos escravos, para evitar embebedarem-se com aguardente ou “garapa azeda”²⁰³, e em troca do produto estes poderiam fornecer “farinha, feijões, aipins e batata”. Um suprimento de boas madeiras dos “matos” – os “paus de lei” citados pelo cronista e as lenhas para as caldeiras – era necessário para as edificações, bem como madeiras de mangues para caibros e para as cinzas das decoadas, que podiam ser feitas também com cajueiros, aroeira e gameleira. As madeiras das várzeas eram menos consideradas e o corte se fazia durante todo o ano, retirados de acordo com as especificidades das madeiras, umas arrastadas pelos escravos, outras rolando sobre estivas, ou quando possível puxadas por bois em tiradeiras, sendo o arrasto mais fácil no inverno, devido à redução do atrito.

O fornecimento de lenha era também uma atividade especializada, e na Bahia já havia as matas do Jaguaripe, que vendia-a para todos os engenhos litorâneos do recôncavo. A lenha deveria ser dividida entre pedaços maiores, médias e menores, para fases próprias do cozimento e limpeza do caldo, com controle da temperatura. As cinzas do processo eram aproveitadas nas decoadas, guardadas nos cinzeiros de tijolo construídos de tijolos, próximos às fornalhas, depois jogando-se água fervida, que pelo processo era “coada” para ser usada nas formas que recebem o caldo. O bagaço era utilizado no “tendal” da casa de purgar para fazer as “camas” ou “covas” onde eram colocadas as formas, tapadas no fundo com folhas de bananeira, apoiadas por cipós ou “canabrava” (primeira leva de cana plantada, que crescia muito mas produzia pouco caldo).

As virgens e esteios podiam ser feitas com quaisquer das madeiras. As caixas, com jequitibá ou camassari, ou na falta burissica para fundos e tampos. As tábuas vinham serradas da serraria, e no engenho eram levantadas, endireitadas e aparadas. Madeiras de massaranduba e vinhático eram usadas também para construção dos balcões para secagem do açúcar na casa de purgar. Antonil citava, às vezes defeituosamente (os que foi possível identificar foram aqui trocados por seu nome corrente), entre os “paus de lei” mais utilizados [Ver Anexo 5]

Segundo Brandão:

os habitantes dêste Brasil se fazem ricos pela madeira, o que sucede com lavrarem e serrarem muita, assim para se fazerem caixas, em que encaixam os açúcares, como muitos e bons champrões que se levam para o Reino, e

²⁰³ Era feita a partir de uma das sobras da decocção do caldo do engenho; havia também a mistura do “claro”, última escumada da limpeza misturada com água fria, e usada como “refresco”.

outrunas excelentes madeiras para casas e obras primas de escritórios, bofetes, leitos e outras semelhantes.

O processo era realizado por mão de obra cativa, e havia aqueles que serravam mil a duas mil caixas de açúcar, que vendem aos engenhos, e assegurava que nunca faltariam madeiras para esses e outros fins. As madeiras utilizadas para caixas eram “paus moles”, pela facilidade de serragem: “mongubas, buraremas, visgueiro, pau de gamela, camaçaris”, pau d’alho e pau-branco.²⁰⁴ Miller indica que o uso de serras movidas a energia hidráulica foi mais frequentes do que normalmente se assume. A tecnologia do moinho hidráulico foi difundida na indústria açucareira sempre que possível, e teria se difundido no setor madeireiro de acordo com as demandas dos produtores individuais, embora desencorajada pelas políticas restritivas da coroa.²⁰⁵

Antonil falava dos diferentes “solos”, massapê, salão, apicus (terras alagadiças de brejos de água salgada, de onde se extraía o barro para o alvejamento do açúcar) e “terras brancas” de areia, segundo diferentes misturas, todas necessárias para alguma finalidade do engenho, embora a maioria não privasse deste privilégio. Os salões puros ou misturados com areias seriam as melhores terras para plantios de alimentos, sendo que a cana plantada aí produzia bem apenas nos primeiros anos. Os animais para a moenda eram supridos com grandes pastos, e também necessitavam de fontes de água, sendo os melhores aqueles com partes de massapê e outras em outeiros, de forma a compensar a falta ou excesso de água. Os pastos tinham que ser manejados, a fim de evitar a invasão de ervas daninhas, e os porcos deveriam ser retirados no inverno, por sua tendência a “fossar” os mesmos, e os caprinos e cavalares usualmente destruíam a forragem, alimentando-se das raízes. Para evitar danos às plantações, a área de criação deveria ser cercada com estacas ou cercas vivas, citando o pinhão como exemplo. Os bois que vinham do sertão deveriam ser “sazonados” por alguns meses para melhor se adaptarem às condições locais. Além disso, criava-se patos, galinhas e perus, utilizados para suprir as demandas domésticas.

As secas e enxurradas eram tidas como dois dos principais problemas que assolavam as plantações baianas no início do XVIII. O terreno plantado com cana deveria ser sempre limpo, sendo constante as invasões de capim, e havia a prática corrente de queimar as palhas da cana antes da colheita, segundo o cronista para fertilizar o solo, mas também para retirar a cobertura da planta que causa irritações ao

²⁰⁴ BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogos das grandezas...** Op.cit., p.103.

²⁰⁵ MILLER, Shawn. **Fruitless Trees...** Op.cit., p.140.

toque. Em suma, era necessário uma série de cuidados para o estabelecimento da fabricação açucareira, sendo que a proximidade dos recursos fazia uma grande diferença nos gastos total da produção, e poderia torná-la mesmo insustentável, sendo especialmente a extração do caldo e seu beneficiamento atividades que requeriam constância no suprimento de lenhas. Antonil alertava para os perigos de compras de engenhos que podiam estar com as terras “cansadas”, ou faltosos de lenha, e haviam problemas gerais de demarcação dos limites das propriedades, bem como o acúmulo de dívidas e hipotecas por parte dos proprietários. Os arrendamentos aos lavradores deviam ser feitos cuidadosamente, com o fim de evitar a destruição de madeiras de construção e uma maior subdivisão das terras.²⁰⁶

De acordo com Rocha Pita, cuja experiência pessoal foi principalmente na Bahia, no início do século XVIII todas as terras dos engenhos próximos às praias e aos cursos d’água - as “propriedades de beira-mar” e as terras de “massapê mais legítimo” - davam sinais de cansaço sendo plantadas cada vez mais nas “propriedades do mato”, não havendo as dificuldades das anteriores, “pela muita erva que naqueles lugares as sufoca (como a zizania, espécie de erva-daninha, ao trigo), se não há contínuo cuidado em as alimpar”. A agroindústria também estava prejudicada pela concorrência das minas, que elevava o preço dos escravos e outros “gêneros” necessários à atividade. A aguardente, contudo, fabricada das sobras da fabricação do açúcar, era o produto que constituía a maior parte da carga enviada pelas embarcações do comércio negreiro, produzida por fabricantes próprios, que compravam a matéria-prima dos engenhos.²⁰⁷

A primeira exigência para estabelecimento de uma plantação açucareira, segundo Couto, era um terreno de 2, 3 ou mais léguas, “e que sejam terras em que hajam as bondades, e comodas, sem os quais não pode ter subsistência”, onde deveria ser construído um açude, para aproveitamento da força das águas, “obra de pedra e cal que corte o rio, e represadas as águas venham direitas ao engenho”, com represas para controlar a vazão de água. Tem duas bicas, da qual uma vai para a roda do engenho. Engenhos com açude de águas que vem do alto, chamam “copeiro”, os de água média, “covilhetes” ou “meio-copeiros”, e os de água baixa, “rasteiros”. A necessidade de água cresce inversamente à altura, sendo o copeiro portanto o melhor, experimentando menos falta de águas. As “aspas” das rodas deveriam ser feitas das madeiras mais fortes, como o amarelo e o pau d’arco, formando grandes traves (pontes, dormentes e virgens) ou

²⁰⁶ ANTONIL, André J. **Cultura e opulência...** Op.cit., p.103.

²⁰⁷ ROCHA PITA, Sebastião. **História da América...** Op.cit., p.19-21.

sucupira para as serrilhas e “gatos”, pau santo para os dentes do eixo. Couto relatava a prática de colocar-se “canas e folhas” nas costas da roda, formando um monte onde se acumulava água jogada pela roda, que vazava para um tabuleiro, que por sua vez a direcionava por pequenas bicas para os agulhões do serrilho, para que não aquecessem, provocando incêndios. Também de semelhantes materiais produziam-se calços para manter os eixos no lugar.

O cronista afirmava que era necessário uma casa de no mínimo 100 palmos², e outra de igual tamanho e contígua, para as caldeiras, 60 escravos e 60 bois mansos. Para 1500 pães de açúcar, gastava-se 3 mil carros de lenha, cada um com 50 arrobas, com pelo menos 6 carros com carreiro e 8 escravos para cortar e trazer as lenhas. Cada ano, para a manutenção, eram necessários grandes gastos com carpinteiros, ferreiros, pedreiros e caldeireiros, além de madeiras e outros materiais. Todos esses engenhos “reais” possuíam, segundo ele, capelas próprias. Os engenhos movidos a tração animal, conhecidos por “molinotes”, necessitavam de 8 bestas a cada 3 horas para moer, necessitando de 64 escravos. Afirmava haverem engenhos com até 200 escravos, e não se usarem mais bois para a moenda, exceto na ausência.²⁰⁸

Em 1794, D. Tomás enviou uma descrição dos cultivos realizados na Capitania Geral de Pernambuco. Em resposta às recomendações de D. Rodrigo, respondia que já era de uso corrente o arado nas “terras baixas de varges e planícies”, embora menos desenvolvidos que em Portugal, por falta de mestres. No que dizia respeito ao uso da queima de bagaço, D. Tomás afirmava que muitos engenhos da capitania já o faziam, reservando o seu uso à caldeira, já que o fogo necessitava ser menos intenso em relação às taxas de cozer açúcar, embora isso pudesse ser resolvido, na opinião do governador, com implementos nas fornalhas. Nem todos os engenhos necessitariam de tais artifícios, por que alguns “abundam em matas para lenhas”, mas a maioria padeceriam de dificuldades de obtenção de combustível para suas fornalhas. Ainda havia o caso dos engenhos aos quais seria inútil a medida, já “que trabalham com tambores de ferro coado” saindo bagaço “feito em pó”.²⁰⁹

O governo português tentava estimular, também na Paraíba, em 1798, o uso do arado de bois e a queima do bagaço da cana nas fornalhas, “como praticam os ingleses e franceses nas Antilhas”, a adoção de máquinas para beneficiamento do algodão e café –

²⁰⁸ COUTO, D. Domingos. **Desagravos do Brasil...** Op.cit., p.172 e ss.

²⁰⁹ AHU-PE, D. 13809, Doc.1.

ainda pouco conhecida, segundo informa - e “tudo que diz respeito ao açúcar, fornalhas, engenhos e de purificação do mesmo”. Na Paraíba, com suas varges,

naquelas terras que são admissíveis, pois todas as outras são tão cheias de matos, e raízes de árvores, que é inútil nelas uma semelhante tentativa, sendo ainda preciso naquelas pela fortaleza e umidade da terra usar de *fortes arados de sucupira*, puxados por uma ou mais juntas de bois.

A queima do bagaço, segundo o governador, era impossível para o padrão tecnológico das fornalhas dos engenhos o que levava à perda da safra por não produzirem calor suficiente:

não provindo isto de outra coisa que da forma das ditas fornalhas, e do modo de assentar as tachas o que tudo depende de conhecimentos e experiências necessárias para o acerto das mais justas proporções, que são todas feitas ao acaso, e pelos materiais, direções e ímpias mãos do mais rústico Caboclo²¹⁰

O plantio de cana de açúcar começava com os roçados a “foices encravadas em paus de quatro a cinco palmos de comprimento” em Julho, quando deitava-se abaixo as “ervas e matas [matos?] que a natureza fez produzir em todo o tempo que esteve sem cultura, pois que em um só ano que assim suceda crescem os matos a altura maior que a de um homem”, deixados no terreno até secar e depois queimados. As canas podiam ser plantadas utilizando-se enxadas – “a qual é mais trabalhosa, e que somente se usa nas terras acima ditas, ou montuosas [sic]” - abrindo no terreno regos ou buracos de dois palmos de comprimento e um e meio de largura de boca, e um palmo de fundo, terminados em um pequeno rego, colocando-se propágulos de cana com quatro ou cinco olhos (ou mesmo dois olhos), distantes um palmo um do outro e em seguida cobertos pela terra anteriormente revolvida.

Já o plantio com o auxílio do arado seria “melhor por que aumenta consideravelmente o serviço com mais comodidade dos trabalhadores. Um arado com oito bois e quatro homens arrega ou lavra terra em um dia para plantar dez carros de cana”. Nesse caso, o plantio costumava-se iniciar entre o início de Agosto até os últimos dias de Outubro, podendo alargar-se a Novembro caso houvessem chuvas. Freire Castilho alegava que por esse método não haveria mais nenhum trabalho necessário além de algumas “mondas” [sic] até a colheita. Depois do primeiro corte, as canas rebrotavam nas socas, “quase tão boas quanto as primeiras”, e depois ainda produzia-se a ressoça, a partir das raízes da soca, sem que necessitasse nada mais que algumas mondas [sic] e limpas no terreno. Embora as socas e ressocas fossem

²¹⁰ Francisco Delgado Freire Castilho [gov. Da Paraíba] a D.Rodrigo de Sousa Coutinho, Paraíba, 4.11.1798, fl.92-93. **IHGB - Arq.1.1.13.**

privilégios de alguns terrenos, também informava o governador que em alguns casos se poderia repetir o processo por quatro ou cinco vezes. Não obstante as dificuldades enumeradas, o governador considerava:

a grande e dilatada extensão das vargens [vázee]s próprias e singulares para esta tão preciosa, como interessante cultura; jamais a colônias estrangeiras, e ainda as Portuguesas poderão despontar a primazia deste tão maravilhoso terreno que margeiam o Rio Paraíba.

As dificuldades técnicas estavam compensadas pela abundância natural:

o duplicado trabalho de rasgar as terras e de estrumá-las todos os anos, são benefícios que dispensam este fértil terreno, e sem os quais ele produz admiravelmente. Esta interessante cultura que a natureza prodigalizou no Brasil como uma vantagem tão decidida, que faz que Portugal tenha atraído sobre si a imolação das mais Nações da Europa. Essa cultura [...] em parte alguma poderia dar mais excessivos e demarcados lucros, que n'esta Capitania.

Considerando que, fosse ela investida de atenção da coroa, em breve poderia dar mais riquezas que o Peru. O problema estaria, também, relacionado aos oficiais mecânicos da fase industrial, que estariam mais em busca de lucros fáceis do que em aprimorar seu ofício – “faltos de todos os conhecimentos, ainda mesmo da boa razão porque de ordinário são da mais ínfima plebe” - e em suas “mãos ímpias” se perdia o árduo trabalho do cultivador, desperdiçava-se a lenha com despesa de braços, bois, e assim destruíam-se as matas. Outrossim, a precariedade e o desperdício técnico estimularia, para Freire Castilho, a conversão dos senhores de engenho à cultura do algodão, esta “não dependendo mais que da natureza”. O algodão deveria, para ele, ser movido para o sertão, onde não causaria danos aos engenhos e nem às matas, importantes àqueles e à Marinha Real.²¹¹

Em 1812, Koster arrendou o engenho Jaguaribe,

provido por muitos escravos, bois, maquinário, acessórios, capacitando os novos senhores a um trabalho imediato”: “o engenho, movido por água, e o armazém onde o açúcar passava pelo processo de clarificação [...] os currais para o gado, os carros, madeiras de construção, um pequeno lago onde corria a água que rodava o engenho [...] havia um grande terreno aberto no fim do qual estava a represa do engenho, casinhas, roças de mandioca e árvores ao longo do vale, ladeado de colinas escarpadas, revestidas de vegetação densa e verde.

Saindo com o arrendatário para conhecer outras terras, viu terrenos sendo desbastados, ao mesmo tempo que construções eram erguidas no local. A família do proprietário morava sob uma coberta, com apenas o teto e o travejamento das paredes: “A época das chuvas começara e essa casa, semi acabada, era circundada pelos poços

²¹¹ Idem, Fl.94-95, 101v-104.

d'água estagnada, habitados por sapos enormes, cujo rouco coaxar durou, sem interrupção, toda a noite. Os troncos das árvores recentemente cortadas cobriam o solo em todas as direções”. No caminho do engenho Jaguaribe para o Paulista, cruzando o rio Paratibe, passava por áreas de “bosque fechado”, que só acabavam na colina próxima àquele. As senzalas do engenho eram rodeadas por bananeiras; uma várzea próxima era completamente desmatada, e seguindo em direção à praia encontravam-se extensos manguezais.

Pela terra, ficava próximo ao “pico de São Bento”, onde havia plantio de mandioca e milho e alguma floresta, com uma picada para subida. Havia também uma propriedade beneditina – onde se plantava milho, mandioca, arroz e outros mantimentos para os conventos da Ordem, próxima de manguezais do rio M^a Farinha – e outra da Irmandade de negros livres de Olinda, dividida para vários pobres de toda cor, por arrendamento na região, a Mata da Mirueira era famosa por histórias de “fantasmas errantes e de assassinatos”. Entre Paulista e Goiana, viu muitos canaviais “decadentes”, e trechos onde os caminhos por dentro das árvores era dificultoso, sendo necessário descer do cavalo para prosseguir.

No engenho Mundo Novo, em ruínas, “as árvores cresciam dentro da capela e o matagal, na frente da casa, tinha a altura dos telhados[...] possuía um vasto rebanho de cabras.” Na freg^a da Várzea, que segundo o cronista denominava uma ampla faixa de terra,

contendo os melhores trechos das províncias para o plantio da cana de açúcar, e como são possuídas por homens abastados que conhecem o valor das propriedades, as plantações estão em florescentes condições.

Lá, os carmelitas administravam o engenho com o sugestivo nome Camassari, embora a região não apresentasse matas dignas de ser descritas por ele. Ao contrário, via muita vegetação baixa para pastos, e a “pujança” da região eram seus longos canaviais e inúmeros engenhos.²¹²

Depois que as canas de planta ou aquelas do primeiro ano de cultivo são retiradas dos terrenos, toca-se fogo na sujeira do partido, isto é, nas folhas secas e nos talos que ficam sobre o chão, com a ideia de que as socas, isto é, os rebentos das velhas raízes das canas, brotam com mais vigor e alcançam um maior desenvolvimento por meio deste processo. As plantas do primeiro ano chamam-se no Brasil “socas”; as do segundo ano, “ressocas”; as do terceiro ano, “terceiras socas”, e assim por diante. Depois que as raízes ficam desembaraçadas pela queima do aceiro, chega-se à terra estrumada em torno delas. Com efeito, se isto for descuidado, muitas raízes ficariam demasiadamente expostas ao calor do sol e não continuariam vegetando [...]

²¹² KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste*. Op.cit., p.262, 283, 311-12.

N'alguns terrenos os renovos continuam produzindo por cinco e seis anos, mas a colheita pode ser feita levando o primeiro corte de bons rebentos para as moendas, o outro de renovos inferiores para plantar ou fazer mel para ser utilizado na casa da destilação, e o terceiro que dará diminuto rendimento, relativamente ao custo de seu preparo

De acordo com Koster, as várzeas, áreas preferenciais para o cultivo da cana de açúcar são:

comumente revestidas de espessos e curtos matagais, permitindo, pela sua própria natureza, uma adaptação rápida e fácil ao cultivo. O solo dessas últimas, quando é incultivado, recebe o nome de "paul", e estremece sob a pressão do andar e se deixa penetrar facilmente pela ponta de uma bengala, e, mesmo parecendo seco, necessita de drenagem. O argiloso "massapé" está em todos os lugares, sendo de cor esverdeada e branca, e, quando está inteiramente molhado, apegase às enxadas. O "barro branco" é menos frequente, mas é extremamente fecundo. É empregado para fazer tijolos, cerâmica e mesmo para clarear o açúcar. Nos arredores das colinas encontra-se a terra vermelha, vizinha ao litoral, mas essa espécie de areia é mais própria dos distritos algodoeiros. As terras negras são comuns, e mesmo a leve e suja onde se mistura, em porções maiores ou menores na areia. É tida geralmente, creio eu, como sendo terreno pouco recomendado para a cana de açúcar.²¹³

Segundo o viajante, um problema das terras novas e baixas é que as canas alcançavam grandes alturas, sem no entanto apresentar grossura correspondente, testemunhando o plantio prévio de arroz para torná-las depois aptas à cana de açúcar. Ainda sabia de experiências com canaviais nas terras que se dos mangues e nos pequenos trechos outrora cobertos pela água salgada nas horas da maré – e que tinham esgotadas para esse fim por meio de canais – “mas o sucesso não correspondeu às tentativas, porque as canas eram imprestáveis para o fabrico do açúcar e a calda não coagulava bastante, não tendo a consistência precisa, sendo apenas usada para as destilarias” Os engenhos faziam uso das cinzas de certas espécies de árvores para as decoadas de seus engenhos. Em geral, as propriedades “de primeira classe” eram aquelas situadas próximas do “litoral marítimo”, entre 3.2-25,7 km, com muitos terrenos baixos de várzea, “alguns com matas virgens, boas pastagens” e água corrente para a moenda. A proximidade do mar permitia um menor custo com a alimentação dos escravos, dada a abundância de pesca marinha e coleta dos manguezais, e pela facilidade de transporte das pesadas caixas que eram usadas para o transporte do açúcar. Isso fazia com que elas tomassem preços abusivos, ao passo em que “terrenos na mata” eram muito mais baratos, por mais férteis que pudessem ser.

²¹³ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste..* Op.cit., p.323-24

As terras do engenho eram repartidas entre matas – que ocupavam quase a metade da propriedade, em muitos casos vistos pelo inglês -, terras para cana, “as que são limpas para pastagens” e para construção de casas, as plantações para alimentação dos escravos e as terras de moradores livres. As matas dos engenhos não eram abundantes de madeiras construtivas, das quais algumas eram vendidas a grande preço. Os plantadores:

dão pequena consideração às matas, derribando grandes porções de árvores sem necessidade alguma, na fundação dos plantios. Abrem fendas nos troncos das árvores e os mergulham no solo, com vergõteas de plantas novas, ligadas a eles, horizontalmente. O melhor tipo de madeira, em preferência ao inferior, é selecionado com esse propósito, para melhor resistir à longa exposição à ação das chuvas e do sol. A lenha é também outro elemento preponderante de destruição, e embora, para esse fim, se devessem escolher as espécies menos valiosas de madeiras, não é, todavia, levado em atenção alguma.

Grandes porções de madeira eram também perdidas na abertura de estradas para transportar as madeiras de construção. Embora Koster considerasse uma necessidade a derrubada dos matos e matas – dada sua “superabundância” – não conseguia enxergar os métodos correntes como uma ideia de “aprimoramento”, e as espécies de madeira valiosa se perdiam. Segundo lhe afirmavam, haviam grandes matas “virgens” entre Apipucos e Goiana, estendendo-se por 15 léguas. O relato, no entanto, contradiz a facilidade com que conseguira algumas espécies para sua reforma no Jaguaribe. As cabanas entre Olinda e Bom Jardim tinham sempre um alpendre na frente, onde se instalavam redes e pendurava-se cestos e cabaças para peixes e outros mantimentos em coqueiros próximos. No eng^o Paulista, viu a casa grande com andar superior, “a grande cruz de madeira ereta no centro do terreiro, o engenho, construção quadrada e sem muros, com o teto sustentado.” Os cupins que construíam suas “panelas” os esteios das casas e sobra as árvores, deviam ser combatidos, especialmente se a casa não fosse feita com as melhores madeiras. A escolha destas deveria ser, por isso mesmo, cuidadosa, com o perigo de ruir uma obra inteira.

Na área desmatada para pastagem e para construção das casas, era difícil manter o matagal sobre controle, mesmo com o auxílio dos animais. Os cavalos eram comumente mandados para o interior durante o inverno, onde obtinham melhores pastos, e os bois eram enviados para as praias, sempre que possível, com o cuidado de evitar os períodos de renovação dos coqueirais, visto que comiam os novos. Era comum o plantio de mantimentos por conta do proprietário, de forma a não permitir o dia que o escravo tinha para seu sustento, sendo correntes a mandioca e o feijão. Em geral, as

propriedades eram maiores do que era possível gerir pelo proprietário, ficando as áreas abandonadas à ocupação por moradores livres, que prestavam serviços eventuais ao proprietário ou pagavam-lhe foro.²¹⁴

No Eng^o Amparo.

O proprietário empregava constantemente grande número de homens livres, de todas as classes, mas os indígenas constituíam a parte mais vultosa e seu chefe, creio eu, deduziu ser impossível exercer sua autoridade sobre eles, e os distúrbios na propriedade e nos arredores eram incontáveis²¹⁵

Segundo Tollenare, excetuando-se os escravos, a população rural dividia-se em três “classes”: os grandes proprietários açucareiros, os lavradores/rendeiros e os moradores, ou “pequenos colonos”. Os primeiros eram os sesmeiros, com posse legal das terras, que por sua vez a concedia às outras duas categorias, conforme sua vontade. Mesmo sob o secular desmembramento de várias destas datas de terra, ainda se constituíam em propriedades consideráveis, e todas as terras do litoral já estariam concedidas. Os grandes proprietários não demonstravam interesse pela teoria agrícola, e seu principal papel era gerir a propriedade por meio de sua autoridade, fustigando os “seus animais” - escravos e moradores, e seus “vassalos inimigos” - os lavradores. A senzala do eng^o Sibiró, era construída de pedra e cal, mas geralmente, segundo lhe informavam, era feita de taipa. Dentro do terreno do engenho, também havia um alpendre, onde se descascava, raspava, espremia e torrava mandioca. Toda a cal utilizada na região do Cabo vinha do litoral, onde se fabricava a partir das conchas dos arrecifes. Nas propriedades visitadas, reclamava de não ter visto nenhum aprimoramento paisagístico – “avenidas, parques, jardins, passeios, moitas ou pavilhões de repouso. Vivendo no meio das matas os seus habitantes parecem ter horror à sombra [...] até a orla do mato tudo é nú e ardente em volta do engenho, na distância de ¼ de légua.” No engenho Salgado, vira laranjeiras plantadas por seu antigo proprietário junto à serem cortadas para fazer-se lenha, talvez pelo simples gosto de destruição.²¹⁶

Toda a carpintaria do engenho era de qualidade e beleza. A roda do engenho Garapú impressionou o viajante por sua roda de moinho com 25 pés, bem como outros mecanismos semelhantes, pela qualidade, durabilidade e leveza das madeiras, sendo feitas por vezes sem nenhum prego. Mesmo assim considerava haver erros de projeto nas rodas, causando desperdício de água, e nas transmissões, perdendo eficiência. Devido a isso, considerava desnecessário o uso de máquinas a vapor, sendo preferível até mesmo

²¹⁴ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste...** Op.cit., p.262, 349, 352, 367-76, 436-37, 440-42.

²¹⁵ Idem, p.433.

²¹⁶ TOLLENARE, Louis-François. **Notas Dominicais...** Op.cit., 1978, p.56.

a tração por cavalos – “tão baratos e fáceis de nutrir”, causando espanto dos que aguardavam que a inovação se difundisse. Nos engenhos d’água da mata sul, constatou maciça a existência de serrarias para táboas de caixas de açúcar:

são construídas mais ou menos como as da Noruega, se bem que mais grosseiramente. A manivela, colocada na extremidade do eixo, faz imediatamente mover a lâmina cujo engaste desliza sobre duas corredeiras; mas o movimento da viatura, que leva a madeira ao encontro da serra, não é operado pela própria máquina: são dois negros que com os pés trabalham penosa e desigualmente a roda de um cabrestante, em volta do qual se enrosca a corda da viatura.

Devido à variedade de madeiras, o controle da viatura da serra por humanos permitia adequar a velocidade do corte às especificidades de cada uma daquelas. O cronista pensava ser adequado construir diferentes rodas, para cada tipo de madeira, que poderiam mover a viatura utilizando energia de moinhos d’água.²¹⁷

Os maiores engenhos possuíam 140-150 escravos, mas os engenhos valiam-se também da força de trabalho dos lavradores, com os quais dividia a produção de açúcar, ficando o proprietário com o mel em troca das caixas para o açúcar do lavrador, pagando cada um o dízimo real por conta própria. Cada engenho da mata sul tinha, segundo ele, 2-3 lavradores, que possuíam entre 6-10 escravos, mas também trabalhavam no campo com a enxada. Em um grande engenho da região, com a chegada de um novo proprietário, presenciou a expulsão de cerca de 600 pessoas das famílias de lavradores e moradores que ocupavam a área abandonada. Os lavradores eram “brasileiros, de origem branca, pouco mesclados de mulatos”, possuíam capitais e trabalhavam a terra, mas por serem desassistidos pela lei, levavam uma vida semi-itinerante, pois viviam sob a ameaça de expulsão por parte dos proprietários. Assim, “só constrói uma miserável cabana, não se ocupa em melhorar o solo, faz apenas cercados provisórios [...]. Emprega seu capital em escravos e gado, que podem sempre levar consigo”. Também era auto-suficiente em relação a mandioca, com os escravos cuidando de suas lavouras, e embora sua habitação fosse “mesquinha” possuía boas roupas, cavalos e como objeto de ostentação, estribos de prata.

Os moradores tinham autorização para erguer “uma cabana no meio do mato e cultivar um pequeno pedaço de terra”, pagando pequenas quantias ao proprietário. Em geral, eram mestiços e mulatos, negros livres e índios, embora “índios e negros puros são raramente encontrados.” Segundo os padrões europeus, eram a “plebe” ou o “povo” do Brasil, pobre e pouco laboriosa, vivendo da mandioca, [outros vegetais usados:

²¹⁷ Idem, p.89-92.

hortas, agro-florestas?] que caso conseguisse algum excedente trocava por roupas, habitando pobres cabanas com “algumas esteiras e potes de barro”, sem ao menos uma raspadeira de mandioca, as mulheres ocupadas em fazer rendas, que considerava superiores às europeias. Eles seriam os novos “selvagens” brasileiros, longe da autoridade civil, religiosa, e da noção de propriedade. Calculava que na mata sul, os moradores constituíam 19/20 da população, com conflitos contra os proprietários que desejassem despejá-los.

Fora do “domínio canavieiro”, estavam matas contíguas ao engenho Sibiró, “que serve de couro a negros quilombolas”, mas logo depois, um engenho administrado pelo Carmo de Olinda, que dizem ser “excelente e bem administrada”, onde erguera-se em poucos anos uma povoação de pessoas despejadas do engenho. Ao redor deste, duas aldeias, “restos dos jesuítas nestas regiões”, cujas terras eram cobiçadas por locais, que diziam ter capacidade para 4 bons engenhos. Nas cercanias de Serinhaém, a “Povoação” – como chamavam os locais – formou-se em terras de uma antiga capela por 300 famílias de moradores “mesclados”, totalizando quase 1200 habitantes, dos quais apenas vira 4 brancos, despejados de um engenho que haviam várias gerações ocupado e cultivado. Já havia capelão e cirurgião, e “colonos”, que levantavam casas de taipa, “folhagem” e uma de pedra e cal, formando seis filas, 3 ruas e algumas travessas. A ordem, segundo o cronista, era devida a pequena proporção do terreno, e “entrando-se na povoação pensa-se estar no lugar de deportação de um grande império.” Alguns deles haviam sido mortos a mando do proprietário, alegando que ameaçavam sua vida.²¹⁸

No caminho para o eng^o Salgado, Tollenare viu diversas palhoças de homens pobres, imputados pelos acompanhantes como salteadores, e “cabanas de taipa e folhagem”. Seus habitantes por vezes ofereciam seus serviços de carpinteiro e pedreiro. Em um amanhecer, viu mulheres saindo das florestas para atender a uma missa no engenho Garapú. No meio do caminho, três pontes sobre pequenos rios, e uma destilaria de aguardente. Chegando ao eng^o, sua percepção contrastava com a impressão de morosidade dos outros lugares de Pernambuco: “Aqui, nada de apatia; tudo trabalho, atividade”. Carros de boi constantemente entravam e saíam do canavial para transportar a lenha da mata para abastecer as fornalhas durante os 5 meses que moía e destilava

²¹⁸ TOLLENARE, Louis-F. **Notas Dominicais...** Op.cit., p.47-48

ininterruptamente, segundo ele com “lenha verde”. Em um amanhecer, viu as luzes do sol entrarem pelos coqueiros e projetar “mil cores variegadas sobre a floresta”.²¹⁹

3.2. Algodão: a “árvore do dinheiro”.

O algodão, logo no início da colonização exportado em grande quantidade, declinou ao longo do século XVI, segundo o autor do *Diálogo das Grandezas*, em função da concorrência com algodões revendidos a partir de Veneza. Entretanto, o Brasil produzia-o com pouco trabalho, utilizando-se de máquinas rústicas de madeira com dois eixos, para retirada das sementes, obtendo o “algodão limpo”. Era comumente vendido nas praças, e dele fazia-se “pano de serviço”.²²⁰ A cultura do algodão, como lembrou Denis Bernardes, era matéria-prima de uma série de produtos de uso cotidiano, e não um bem de consumo imediato, como a cana de açúcar. A inserção em larga escala do algodão nordestino no mercado mundial, na segunda metade do século XVIII impulsionou a articulação de redes de ocupação territorial nos interior das capitanias do norte, dando novo impulso financeiro para agricultores de diversas modalidades, desde famílias pobres a grandes plantadores escravistas. Consolidou-se, no entanto, como uma prática associada à lavoura de mantimentos e à pecuária em pequena escala, acessível ao pequeno agricultor, e no entanto atrelada à lógica da economia-mundo. Sob o ponto de vista territorial, a exportação do produto abriu novas vias de contato frequente entre os portos, centralizado até o início do século XIX exclusivamente em Recife para reenvio à Europa.

Ao mesmo tempo, estimulou a formação de um mercado consumidor no agreste e sertão, com mais possibilidades de compra de produtos importados do que os envolvidos na pecuária e abastecimento. A longo prazo, articulou o nordeste intimamente aos mercados de bens manufaturados circulantes na economia-mundo e aos interesses dos países de industrialização mais acentuada da Europa. A produção era transportada até os portos de embarque por caravanas de cavalos, sendo que o inverno era necessário o uso de jangadas para ultrapassagem de algumas “ravinas” formadas pelos rios sazonais, e em alguns casos usava-se jangadas marítimas. Na década de 1820, o grosso da produção algodoeira continuava a ser atravessada pelo Recife em direção aos mercados europeus. Segundo um representante consular francês, o algodão que

²¹⁹ Idem, p.53-54.

²²⁰ BRANDÃO, Ambrósio F. *Diálogo das grandezas...* Op.cit. p.101-102.

crecia em Pernambuco na primeira metade do XIX não era a espécie nativa, dita crioula mas uma variedade trazida no início do século, a caiena, com melhor qualidade e abundância de frutificação, ambos arbóreos. O nativo era mais adequado às terras secas, leves e arenosas, enquanto o “caiena” preferia terras próximas aos cursos d’água, ocupando inclusive terrenos pedregosos e os entornos das casas, e a melhor escolha se dava em função da adequação ao regime pluviométrico.²²¹

O plantio do algodão, segundo a Descrição de D. Tomás (1784), datava de vinte anos como cultura na terra, e era “a que deixa maior lucro ao agricultor, pela pouca despesa que faz no seu trabalho e pelo grande preço, porque atualmente se vende”. Preferia as terras “misturadas de areia”, trabalhada com a enxada, onde se plantavam

uns poucos caroços, que depois de brotados arrancam-se os mais mofinos, deixando-se dois pés. Crescem até a altura de quinze palmos, enramam como a figueira, engalhão para as bandas. Na altura de quatro palmos, corta-se-lhes o olho, o que faz abrir novos braços, que à proporção vão também multiplicar-se os frutos. A folha e assemelha-se à Palma Christi com a diferença de ser de um verde mais escuro. A flor é amarela, dá um casulo pontiagudo, que depois de seco se abre como ouriço, e estufa o algodão para fora: então se apanha sem dependência de mais trabalho, que o separa-lo dos caroços, e que estão nimiamente ligados os filamentos. Todos os anos em janeiro se decotam os galhos os troncos velhos, que tornando a arrebentar vão aumentando a produção até seis anos, e ainda depois vive bastantes anos.²²²

Segundo Freire Castilho, o ciclo de plantio do algodão começava no mês de outubro, no preparo da terra, em geral escolhida “no interior das matas virgens como mais comodas para evitar limpas”. Após roçar e derrubar a mata], em geral no mês de setembro, aproveitando-se da seca, queimava-se toda a madeira, e em janeiro (“quando vai principiando o inverno do “sertão”), plantava-se o algodão com o auxílio da enxada para abrir pequenos buracos, em geral distantes uns dos outros uma braça e meia, “para engrossar e criar ramos”. Durante as chuvas de verão, quebravam-se os “olhos” para favorecer a ramificação, “e não crescerem demasiadamente de sorte que dificulte a colheita que se principia no fim do inverno”, exigindo também algumas limpezas do mato.”²²³ Em 1778, amostras de panos de algodão produzidos em Alagoas foram enviados ao reino.²²⁴ Em 1804, a recém-criada vila de São João de Anadia na comarca

²²¹ BERNARDES, Denis (int. e trad.) “Notícia sobre a Cultura do algodoeiro na Província de Pernambuco pelo Chancelier Boilleau”. **RIAP** (Separata), v.51, Recife, p.301-10.

²²² AHU-PE, D. 13809. Doc.1.

²²³ Francisco Delgado Freire Castilho [gov. Da Paraíba] a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Paraíba, 4.11.1798, , **IHGB - Arq.1.1.13.**, Fl.93v-94.

²²⁴ AHU-PE, D. 9811.

das Alagoas informava sobre o aumento da população e a prosperidade agrícola da vila, especialmente o algodão e tabaco.²²⁵

Embora Koster tenha visto algodoeiros bem desenvolvidos mais ou menos a 2 léguas da costa, afirmava que era no interior o local preferido para o cultivo, em locais “áridos e algumas vezes escassamente supridos de água fresca [...] a opinião geral é que o algodão não nasce nas terras próximas ao litoral e que as frequentes mudanças atmosféricas lhe são prejudiciais”. Segundo o autor, as chuvas não poderiam coincidir com a fase de abertura dos “capulhos” do algodoeiro, e as terras mais altas do interior possuíam uma melhor distribuição das águas. O solo de barro vermelho era o preferido, e a cada ano os algodoais se expandiam mais e mais pelos “plainos dos sertões”, enquanto as plantações mais próximas ao litoral estavam ocupadas por outras lavouras:

A constante exigência de novas terras requerida pela cultura do algodão, porque se julga necessário deixar a terra em repouso por vários anos antes de trabalhá-la novamente, pode, de alguma forma, explicar esse fato. Pode ser, igualmente, que o desenvolvimento rápido das populações ao longo do litoral possa ter determinado esse efeito, forçando a saída daqueles que cultivavam um objeto de comércio para dar lugar aos outros que cultivam os elementos necessários aos habitantes locais.

Ao mesmo tempo, os plantadores eram seguidos pelos comerciantes, que ocupavam-se também do beneficiamento do produto, entregue em casca por aqueles. Assim, em 2 anos, as “numerosas” máquinas de desencaroçar que ficavam a duas léguas do Recife haviam sido transportadas para Goiana, e daí para Limoeiro e Bom Jardim. O algodão de Pernambuco era reputado de melhor qualidade que os das demais províncias:

Os lucros alcançados pelos plantadores de algodão, nos anos favoráveis, são enormes, mas as perdas experimentadas são frequentes. Às vezes toda uma safra de belo aspecto é totalmente perdida. Certos anos são improdutivos ou noutros, depois de promessas lisonjeiras, o joio, as lagartas, a chuva ou os estios excessivos destroem todas as esperanças de uma futura colheita. A outra grande fonte do agricultor, a cana-de-açúcar, não é tão sujeita aos muitos e desastrosos revezes, e quando um ano é desfavorável, o imediato satisfará todas as despesas realizadas. Verifiquei que o mercado é fracamente afetado pelas esperadas quedas das safras, porque é digno de lembrança que, em país assim vasto, um distrito escapa do desastre enquanto os demais se arruinam.

O processo de plantio começava “na maneira ordinária, cortando as árvores e queimando-as, e os buracos para semear são cavados em forma quadrangular, numa distância de seis pés uns dos outros, e são postas, comumente, seis sementes em cada escavação.” Koster pensava ser útil a introdução do algodão *sea island* para o plantio no

²²⁵AHU-BA, D. 390.

litoral, conforme uso em Demerara. É possível que o que afirmara anteriormente sobre o cultivo de algodão ter sido empurrado para o interior seja correto, e que não houvesse um grande impedimento ecológico para o desenvolvimento dos algodoais em terras mais próximas ao litoral, havendo variedades e formas de cultivo próprias. Ao mesmo tempo que o algodão precisava de novas terras constantemente, ele as ocupava por mais tempo do que as culturas de subsistência, em geral anuais, e mais adaptadas a uma convivência com a produção açucareira, que provocava instabilidade na manutenção de terras pelos sitiantes. No interior, encontrava-se abundância de terras já desbravadas por séculos de ocupação pastoril, e o algodão podia ser transportado juntamente com as boiadas.

No lugar de Santa Cruz, próximo a Igarassu, Koster afirmava estar adentrando nas terras de plantio de algodão em maior escala, passando a fronteira entre as terras com pequenas colinas, fundos irrigadas e sombreadas por árvores, por onde viu oito engenhos próximos à estrada, e entrando para o interior das terras mais altas e secas, onde a grama estava queimada pela estiagem. Chegando próximo a Bom Jardim – cujo nome remetia, segundo Capistrano, aos belos pau d’arcos amarelo nela encontrados quando da fundação – viu a grande plantação da Pindoba, com muitos escravos no serviço e dando lucros ao proprietário. As terras da região eram vermelhas, com pedaços escarlates ou amarelo, sendo este reputado o mais adequado para o cultivo, embora no local houvesse constante falta d’água. No povoado, construído sobre uma encosta, era caminho de comerciantes que se dirigiam ao sertão.

A plantação de algodão do Cap. Anselmo contava com 40 negros, com a casa do proprietário situada em uma colina, e as terras abaixo cheias de árvores espalhadas, onde havia também um viveiro de peixes com um jardim sendo construído ao redor. Notava um fenômeno particular da região, que era a multiplicação da população nos centros urbanos em dias de eventos religiosos, quando aparecia a parte maior dos habitantes, em outros dias dispersos pelas áreas de plantio de mandioca e milho, ou no meio das espessas matas, para onde quase não se viam os caminhos. Já em Jaguaribe, presenciou a passagem de um dos enriquecidos pelo algodão, morador da serra do Teixeira, Paraíba, homem branco, bem vestido, e acompanhado por muitos animais e “pessoas vestidas de couro”, que dirigia-se a Recife para comprar “objetos de luxo”.

Nas proximidades da povoação do Bom Jardim, notou a presença abundante do saboeiro [*Sapindus divaricatus*? Capst.], sendo lá um dos “principais” locais de sua produção, bem como o pau d’Alho [prov. *Sequirea alliacea*, Capist.], crescendo

“fortemente”. Em Limoeiro, Koster afirmou que estava propriamente na região “da Mata”, segundo chamavam os locais, “zona de ligação entre os distritos férteis do litoral e os do sertão”, que no entanto experimentava constantes faltas d’água, e os seus habitantes, “matutos”, não gozavam de boa fama, sob o título de “matutos da Mata”.²²⁶

Segundo Tollenare, o algodoeiro crescia principalmente 12-15 léguas das cidade do Recife, extendendo-se em certas direções 100-150 léguas. Na Paraíba, viu plantações com 100-150 negros, e diziam-lhe haver propriedades no Ceará onde trabalhavam 300. Visitou algodoais próximos a Olinda. Plantava-se em solos de areia e argila, em igual proporção. Cultivava-se em planícies descobertas - preferencialmente próximas a rios -, nas “grandes matas virgens”, nos cerrados - onde cresce menos e apenas cultivava-se por 3 anos -, e nos terrenos arenosos, cobertos e descobertos, onde era de pior qualidade. Os dois últimos gêneros predominavam nos arredores de Olinda. Nas florestas e planícies, economizava-se mão de obra, visto que as plantas amadureciam em tempos diferentes.

Um terreno de 18 geiras próximo a Olinda, “bem situado e arborizado”, com 3 destas “desmoitadas” podia ser arrendado por um pequeno foro anual. No entanto, já havia um mercado de terras para a cultura, sendo informado que encontrava-se um a venda por 20 mil cruzados, capaz de produzir 500 arrobas de algodão. Os escravos que trabalhavam no terreno de Olinda apenas trabalhavam no algodoal “nos momentos de folga”, estando ocupados fora disso em “diversos trabalhos”. Embora aparentemente mais rentável que a cultura do açúcar, este estava menos sujeito à flutuações e perdas de safras. A imensa dispersão espacial e a diversidade de terrenos do cultivo do algodão, por outro lado, fazia com que as perdas fossem divididas entre os diversos produtores locais.²²⁷

O processo de plantio do algodão, segundo Boilleau iniciava-se da mesma maneira que a agricultura tradicional, com a derrubada e queima de floresta, sendo que “só os galhos queimam, e o tronco, permanecendo intacto, as raízes da árvore deixadas na terra causam o maior prejuízo à agricultura, pois a maior parte continua a viver como parasita”, dificultando o uso da charrua. Os agricultores plantavam segundo as estações da lua, em geral próximo das chuvas de janeiro-fevereiro, e a melhor situação de

²²⁶ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste...** Op.cit., p.271-72, 275, 314-15. O saboeiro, segundo ele “É um forte arbusto que espalha numerosos ramos em várias direções quando está em pleno crescimento e tem a aparência de árvores que já foram podadas (como era outrora praticado nos jardins), visto ter folhas pequeninas e crescendo umas junto das outras. A cápsula da semente é do tamanho de uma ameixa, e se a pomos dentro d’água e a esfregamos com força produz o mesmo efeito que causa o sabão na água, tendo a mesma propriedade de branqueja”.

²²⁷ TOLLENARE, Louis-François. **Notas Dominicais.** Op.cit., p.101.

localização do terreno era aquela que expunha as plantas ao “vento leste”, e protegida dos demais. O plantio crescia bem mesmo sem cuidados excessivos de manutenção de fertilidade de solo e limpa de ervas daninhas, alcançando 8-15 pés nas melhores terras, e 4-6 nas “terras leves”, e florescendo em 10 meses, e colhido na época mais seca, sendo que a chegada de chuvas mais fortes inviabilizava a colheita, levando à perda do plantio. Os algodão do primeiro ano era o melhor, sendo colhido consecutivamente mais dois. O gado era solto no algodoal após a colheita.[desenvolver]

Koster descrevia as propriedades algodoeiras “além do sertão, perto das montanhas” como áreas produtoras também de víveres para os “moradores das campinas”. Segundo o inglês, aos poucos realizava-se a entrada maciça de mão de obra africana nos algodoais “Nas propriedades além do sertão, perto das montanhas, onde o algodão é plantado e que fornecem víveres aos moradores das campinas”. Nelas, no entanto, ainda “experimentam dificuldades sérias para a venda de mandioca, feijão e milhos colhidos pelos escravos em suas roças.” ²²⁸

3.3. Saídas da monocultura: Tabaco, Alimentos

Em 1704, os oficiais da Câmara de Itamaracá falavam sobre os conflitos com os lavradores de tabaco.²²⁹ Em 1711, o governador Sebastião de Castro se posicionava sobre a superintendência do tabaco na Bahia.²³⁰ Em 1713, os moradores de Pernambuco pediam autorização para enviar à costa da Mina tabacos inferiores, “panicos, e outras drogas semelhantes”, em virtude dos danos causados pelo comércio de ouro das minas, legal ou contrabandeado, na compra de negros “para a fábrica dos engenhos e cultura das lavouras”. A coroa, na ocasião, não foi clara em relação a essa demanda.²³¹ Em 1722, Rolim de Moura falava sobre problemas ocorridos no comércio de tabaco entre Pernambuco e a Costa da Mina.²³² O Visconde de Sabugosa, vice-rei do Brasil, informava os graves prejuízos causados pelo excesso de tabaco enviado de Pernambuco. Em 1722, o capitão-mor da Paraíba informava sobre o transporte de açúcar e tabaco de Goiana no porto da capitania.²³³

²²⁸ KOSTER, Henry. **Diário de viagens...** p.520-22.

²²⁹ AHU-PE, D. 1981.

²³⁰ AHU-PE, D. 2196.

²³¹ DH_98, 04.02.1713, p.157-158.

²³² Moura, Manoel R. “Carta ao vice-rei tratando dos problemas ocorridos no transporte e venda de tabaco de Pernambuco para a Costa da Mina [Pernambuco]”: [s.n.], 18/08/1722. **BN-Mss., I-12,03,007** f.112.

²³³ AHU-PB, D. 389

Em 1722, uma cosulta do Conselho Ultramarino tratava de uma sumaca de Alagoas que fazendo viagem à Pernambuco acabara por entrar na Bahia, devido aos ventos contrários, carregando açúcar e tabaco, este:

já enrolado, para Costa da Mina, e mandando [...] fazer exame da qualidade dele se achou ser tão seleta que excede o da Cachoeira, por cuja causa ordenara ao superintendente o mandasse enrolar para ser remetido [...] a essa corte, e lhe pareceu por [...] esta notícia, com a qual se autoriza a opinião que o obrigou a apresentar a V.M. o grande descaminho que o tabaco tinha em Pernambuco.

Apenas o tabaco de pior qualidade deveria ser enviado aos portos africanos, e o tráfico de tabaco de qualidade de Alagoas prejudicava os comerciantes portugueses. Durante alguns meses depois, o vice-rei continuava a insistir no tema. Por outro lado, os constantes ataques de navios estrangeiros, especialmente holandeses, nos portos africanos, preocupava as autoridades coloniais.²³⁴

O tabaco, segundo Rocha Pita, era um plantio cuidadoso, pela sensibilidade da planta às alterações climáticas e pelos constantes ataques da “lagarta” e do “mosquito”. Já notava a dependência dos fabricantes deste produto em relação à criação de gado, dos quais extraíam o esterco, e alguns produtores possuíam grandes plantéis escravos.²³⁵ 1790, D. Tomás informava estar executando a ordem real de enviar dez mil rolos de tabaco à Lisboa, para atender as demandas dos contratadores. O governador informava, no entanto, que o gênero não tinha grande desenvolvimento local, e apresentava medidas para aumentar sua cultura.²³⁶ Algum tempo depois, informava das condições dos contratadores de tabaco da capitania.²³⁷ Em 1798, D. Tomás distribuiu memórias sobre a produção de salitre nas fábricas de tabaco entre os produtores da capitania.²³⁸ [ver Amaral Lapa.] Freire Castilho informava, em 1798, da necessidade de casas de manufatura de tabaco em Pernambuco, e caso contrário os particulares dariam preferência à exploração de salitre.²³⁹ Em 1801, a câmara de Olinda denunciava abusos na cobrança de impostos relativos ao tabaco pela Junta da Fazenda Real do Recife.²⁴⁰

Em 1800, Baltazar da Silva Lisboa, descrevia a quina achada nas matas de Ilhéus como uma árvore de 3-4 palmos de roda, 7-9 braças de comprimento, raiz penetrante direita, com folhas que soltam um líquido carmim quando maltratadas, tronco com

²³⁴ Ver DH-90, nº30, 26.10.1722, p.46-47; nº34, 14.11.1722.p.51; nº 40, 01.02.1723; *etpassim*

²³⁵ ROCHA-PITA, Sebastião. **História da América...** Op.cit., p.22-23

²³⁶ AHU-PE, D. 12275.

²³⁷ AHU-PE, D. 12223.

²³⁸ AHU-PE, D. 13756.

²³⁹ AHU-PB, D. 2419.

²⁴⁰ AHU-PE, D. 15499.

veios e manchas rosa, casca com sabor adocicado, amargando no fim, como a quina do Peru.²⁴¹ Por volta de 1804, José Joaquim Rodrigues enviava pedidos para ajuda de custo e pagamento de despesas para transportar quina do sertão de Pernambuco.²⁴² De fato, em um requerimento de data incerta, mas dos primeiros anos do XIX, um certo José Joaquim Rodrigues, acerca de um ofício (aparentemente extraviado), no qual pedia o deferimento de um pedido para explorar a quina, a qual chamava de “casca brasiliense” ou “Portolândia”, e também “demais vegetais e minerais, e pedras preciosas que o suplicante descobriu nos sertões de Pernambuco”.²⁴³

Infelizmente a relação que Rodrigues teria enviado não foi localizada, pois provavelmente traria informações interessantes a respeito do que se considerava importante de ser extraído e remetido ao reino, por parte de alguém que aparentemente não gozou dos mesmos privilégios que Arruda da Câmara. Rodrigues pedia licença para viajar à corte em 1802²⁴⁴, possivelmente já estava cuidando desse negócio pessoalmente na corte, visto que três anos depois pedia para voltar à capitania, acompanhado de um naturalista, um botânico e um desenhista, para melhor avaliar a casca da quina local. Em anexo, Rodrigues enviava uma lista das possibilidades levantadas por ele de explorações, especialmente minerais.²⁴⁵ Em 1806, Miranda Montenegro relatava a chegada da sumaca real, vinda de Alagoas, que trazia madeiras de construção e quina, que foi enviada à corte pela charrua Princesa Real.²⁴⁶

Na “*Descrição*” de D. Tomás o milho, feijão e arroz, cultivavam-se “pouco mais ou menos como em Portugal, à exceção de se adubarem as terras, o que cá se não usa em nenhuma das suas produções: roça-se o mato, deita-se-lhe fogo, e os sais das cinzas é todo benefício de que carecem”. Além de notar o pouco trabalho que o preparo da terra oferecia pelo sistema de derrubada-e-queimada, a expressão “matos” deixa dúvidas sobre o papel da cultura de subsistência/abastecimento, como foco de devastação florestal primária. As queimadas podiam se feitas sobre matos de terrenos já pouco produtivos para a cana de açúcar ou para o algodão, sobre o qual D. Tomás não faz menção à queima de qualquer espécie para seu plantio posterior. O café, segundo ele,

²⁴¹ LISBOA, Balthazar S. “Quina do Brasil: descrição da árvore oferecida a D. Fernando José de Portugal e Castro”, Bahia, 1800. [2p.]

²⁴² AHU-PE, D. 16773

²⁴³ AHU-PE, D. 16922

²⁴⁴ AHU-PE, D. 15734

²⁴⁵ AHU-PE, D. 16956

²⁴⁶ AHU-PE, D. 17418

ainda que produz copiosamente, não há tanto que baste para vender ao povo. Alguns plantam para o seu uso, mas começa agora a introduzir-se o gosto dessa cultura, que pode vir a ser de muito lucro para o país: a semente que aqui se vai propagando parece ser a de Moca, segundo confrontações de Lineo.

O plantio de cana, igualmente, não aparece na descrição de queimadas de floresta para a instalação do plantio, o que é relatado por outras fontes como prática corrente. É possível pensar, também, que a maior parte das plantações de açúcar se mantivesse por algumas gerações, diminuindo a abertura constante de novas fronteiras. A cana, no entanto, preferia, nas palavras do governador, de “terras novas” de massapê, um “solo de barro líquido sem o menor sinal de areia”, e “terras novas”, provavelmente, indica que fossem razoavelmente florestadas. Seu cultivo desgastava a terra com o tempo, “arrebentando-se os sequeiros denovo, depois de cortadas [as canas]”, que iam formando o que chamava de “partidos velhos”, onde o açúcar produzido era inferior. Estes solos desgastados, “como não se adubam”, permitia-se um período de descanso de dois anos para as terras, deitadas de folhas, após os quais haveria uma queimada do mato que crescera, para depois “roça-lo, queimá-lo, e procurar a fertilidade e fecundação das cinzas”.

As terras novas, no entanto durariam segundo o governador por “muitos anos”, antes de qualquer insumo. Após a limpeza cuidadosa do terreno, “no tempo de primeiras chuvas, mete-se-lhe o arado (se é nos montes vai a enxada)”, criando-se sulcos cerca de dois palmos entre um e outro, onde os pedaços da cana eram colocados “com pequena divisão”, cobertos de dois palmos de terra, “quebrando cuidadosamente os torrões”. Enquanto os pedaços cresciam, eram acompanhados por ervas, retiradas três ou quatro vezes ao longo do crescimento, sendo essa “diligência a mais necessária de todas [...] sendo que a cana que não for assim bem limpa, nem terá muito caldo, nem pode dar bem açúcar”. Após treze ou quatorze meses, a cana era cortada próxima à raiz, e organizada em feixes de vinte canas, e cada cem feixes completava um carro de boi, que deviam ser levados rapidamente ao engenho para ser moída.

Sem entrar nos detalhes da descrição da fase industrial da produção do açúcar, é importante ressaltar algumas informações dadas por D. Tomás: primeiro, a menção a Duhamel de Monceau e ao padre Labat, especificamente às estampas ilustrando moendas em seus livros, mostrando que havia circulação desses conhecimentos, mesmo sendo o autor uma figura privilegiada; em segundo lugar, a caracterização pessimista da figura do mestre de açúcar, como principal problema da agroindústria açucareira:

Daqui em diante [a partir do processo de cristalização do açúcar] é tudo uma escuridade [sic]: os chamados Mestres de Açúcar são os homens mais ignorantes do mundo, que não tiveram jeito para aprender nenhum ofício: à força de muito errar sucede alguma vez fazerem bom açúcar. Também se não fazem, nem por isso a paga deixa de ser a mesma: os senhores de engenho, alguns dos quais terão lido os autores acima, e poderão todavia dirigir-se por eles, sofrem continuados prejuízos, sem adiantar um passo nesse artigo, nem ousarem sair da estrada antiga, guiados por uns cegos que vão às apalpadelas, e fazem abortar qualquer experiência que se tente oposta à sua rotina.

Essa resistência à inovação se materializava nas fornalhas dos engenhos, “onde o capricho tem inventado os maiores despropósitos: não se guarda medida, e não se sabe, e tantos são os pedreiros quanto são as diversas proporções, que seguem na sua construção”. Alguns mestres, “que se aproximam mais dos verdadeiros princípios”, já faziam fornalhas com “cinzeiros”, já fechavam suas portas e abrem condutores de fogo para chaminés. O principal motivo para a preocupação era a economia de lenhas, “a primeira coisa que começa a faltar em semelhantes propriedades”.

A mandioca, “de que se faz farinha de pão, que é o pão de todo o Brasil”, segundo o governador, era encontrada em “seis diversas qualidades, consistindo-se na diferença só na cor das ramas, e em precisar de mais ou menos meses para amadurecer, também umas são mais próprias do que outras para certos terrenos, contudo todas gostam da terra solta para crescerem as raízes em liberdade”. Em terras mais densas, cavava-se buracos com enxada, no mês de janeiro e junho, “dispondo montezinhos de três palmos de alto, distantes uns dos outros sete ou oito palmos”. A propagação era feita cortando-se o “tronco” da planta em pedaços de um palmo, colocados “compassados a dois ou três paus em cada monte enterrados até o meio.” Rapidamente,

A metade que fica para fora arrebenta ao terceiro, ou quarto dia, e cresce até dez ou doze palmos, formando uns nós nos lugares onde as folhas, que imitam a mão de um homem com os dedos bem abertos, estão aderentes ao tronco com um pedúnculo de comprimento de um palmo. A haste sobe limpa e despida, porque as folhas lhe vão caindo, e só se conserva enramado no sumo da planta, passando seis meses a um ano, conforme hé a qualidade da mandioca, estão boas as raízes [...].²⁴⁷

Sobre o processamento da farinha,

Arranca-se então o pau, que traz consigo meia dúzia de raízes, lavam-as bem da terra, rapam-se à faca da película exterior, e levam-se a uma pequena roda, que terá dois palmos e meio de diâmetro, forrada pela parte de fora com um ralo [ralador? Rolo?] de cobre, o qual faz girar rapidamente por virtude de uma manivela de ferro, que tem no centro e a move um escravo, outro aplica a raiz de encontro ao [ralo, rolo, ralador?], e em poucas horas está moída. Vai então a uma prensa como a de lagar, e ali se espreme até deitar a ultima pinga d'água [sic] (que é um veneno mortal, e por isso se resguarda muito de

²⁴⁷ AHU-PE, D. 13809. Doc.1.

que os animais a bebam). Esta massa seca se leva a um forno de cobre, ou de ferro, ou de tijolos, com fogo de baixo, e ali se vai mexendo com um rodo de pau até ficar em farinha solta bem torrada capaz de se comer, e de guardar, e dura bem neste estado dois ou três anos, e se chega a ganhar humidade tornando-a ao fogo fica boa. Para a moer há máquinas maiores, onde a força se faz com água, ou com animais, auxiliada de mais rodas, porém o mecanismo é quase o mesmo.²⁴⁸

Em 1787, o governador Mello e Castro informava das dificuldades da agricultura da mandioca – que atingia altos preços - e da “plantagem da cana”, que informavam os estarem abandonando, “ficando muitos engenhos em fogo morto” – nominalmente o Mata e Goiana - prejudicando os dízimos reais. Para tentar controlar a situação, lançou um edital em 17 de março de 1786 aos agricultores, que segundo o mesmo, fora copiado pelo governador de Pernambuco, região para onde se mandava farinha produzida na Paraíba, prática proibida pelo governo local.²⁴⁹ O governador ditava o plantio de 5 mil covas de mandioca por casal, e mais 3 mil para cada filho ou escravo produtivos possuídos, sob pena de prisão e trabalhos forçados. Igualmente, os fabricantes de farinha estavam obrigados a mandar para a praça da paraíba toda sua produção, mais os legumes, e os plantadores de açúcar obrigados a manter suas plantações.²⁵⁰

Alguns meses depois, Mello e Castro alertava novamente a respeito da “seca universal na Capitania de Pernambuco e n’esta [da Paraíba], [que] tem posto em tal consternação os Povos na falta de farinha, e mais legumes [...] para sustentar as tropas, e pobreza dos Povos”, fazendo com que fosse necessário racionamentos. O governador determinou o preço de 128 réis por alqueire, embora fossem pessoas à Paraíba comprá-la por até 4 mil réis. Foi inutilmente proibida a exportação de farinha para outras capitanias. Convocou “a Nobreza, e o Povo” para expor uma estratégia, e disponibilizou a quantia de dois mil cruzados para se fretar um ou dois barcos de Pernambuco para buscar farinha.

Acusava ainda o General de Pernambuco de déspota, por impor suas ordens sobre a jurisdição do governo da Paraíba. Reservou também quatro roçados de mandioca nos arredores da cidade para o sustento da mesma. Em 1788, D. Fernando José Portugal anunciava o envio de suprimentos da Bahia para socorrer a praça dos portos do Recife, Paraíba e Rio Grande, onde havia escassez de carne fresca, como

²⁴⁸ AHU-PE, Cx. 202, D.13809. Doc.2.

²⁴⁹ Jerônimo José de Mello e Castro [gov. Da Paraíba] a Martinho de Mello e Castro, Paraíba, 28.5.1787, **IHGB, Arq.1.1.13**, Fl.33-34;

²⁵⁰ Edital/Bando de Jerônimo José de Mello e Castro [gov. Da Paraíba] Paraíba, 17.3.1786, **IHGB, Arq.1.1.13**, Fl.34-35v.

vinha ocorrendo desde 1783, além de 700 alqueires de farinha.²⁵¹ O governador Melo e Castro informava nesse ano que a fome na capitania estava levando os pobres a praticarem furtos de alimentos. Melo e Castro pedia auxílio ao governo da Bahia, pedindo por dois navios de farinha.²⁵² A Câmara da Paraíba, por sua vez, pedia, por sua vez, proibição nas exportações para Recife.²⁵³

Em 1795 D. Tomás informava continuar tomando providências acerca da cultura da mandioca, mas a seca tinha matado um terço da população, deixando a terra estéril.²⁵⁴ Em 1796, os oficiais da Câmara de Olinda associavam os altos preços da farinha à preferência dos cargueiros pelo algodão, pedindo para isso intervenção real.²⁵⁵ Em 1797, D. Tomás informava a postura da Câmara do Recife, que estipulava que navios carregados de algodão deveriam também levar farinha.²⁵⁶ No ano seguinte, o governador da Paraíba Mello e Castro novamente reportava-se à coroa, relatando a sua atuação frente à seca e à crise de abastecimento – que provocara a migração de diversas famílias para o litoral - estimulando o plantio em alagadiços, importando víveres – farinha e legumes - da Bahia.

Com o fim da seca agravava-se outro problema, a “ambição do algodão”, fazendo com que agricultores migrassem para trinta léguas do litoral, a fim de plantá-lo. O governador procurava obrigá-los a plantar mandioca, e também abriu uma estrada entre a serra da Raiz - “onde habitavam mais de 600 pessoas incomunicáveis, satisfazendo-se com os abundantes frutos que plantavam” – e os portos de Mamanguape e Baía da Traição, com a finalidade de transportar a farinha e legumes para a praça da Paraíba. A estratégia envolvia também a criação de Fábricas comuns de farinha, inspecionadas por um comandante próprio. Nas Ribeiras dos Sertões, por outro lado, onde o gado fora a riqueza principal, depois de despovoadas, agora era a “fertilidade do algodão” que a mantinha, sendo tanto que dez navios não poderiam carregá-lo todo.²⁵⁷

Ayres de Casal julgava que era a “cobiça” que fazia com que se preferisse os lucrativos comércios da cana e algodão em detrimento da mandioca,

da qual ordinariamente há carestia; porque os terrenos das vizinhanças do mar (únicos fecundos) tendo sido repartidos francamente, acham-se hoje no

²⁵¹ Ofício de D. Tomás a Fernando José de Portugal. Recife: [s.n.], 28/05/1788. 4 p. cmc_ms618_10_19

²⁵² AHU-PB, D. 2268.

²⁵³ AHU-PB, D. 2282.

²⁵⁴ AHU-PE, Cx. 190, D. 13117.

²⁵⁵ AHU-PE, Cx. 193, D. 13277.

²⁵⁶ AHU-PE, Cx. 198, D. 13603.

²⁵⁷ Jerônimo José de Mello e Castro a Martinho de Mello e Castro, Paraíba, 21.4.1792, **IHGB, Arq.1.1.13**, Fl.44-45;

domínio de tão poucos, que se calcula haver entre 200 vizinhos só 8 ou 10 proprietários, de ordinário senhores de engenho, que só permitem aos rendeiros plantar canas para ficarem com a meação.²⁵⁸

Em 1774, o intendente da Companhia Geral de Comércio, Antônio José Souto, relatava as tentativas do mesmo em extrair anil.²⁵⁹ No fim do ano, César de Meneses relatava os gastos feitos com a fábrica.²⁶⁰ No ano seguinte, Manoel José Miranda falava sobre suas experiências de extração do anil no Beberibe, enviando também amostras de sinoplas.²⁶¹ Enviou outra correspondência, informando as despesas e dificuldades do negócio.²⁶² Em 1775, Souto mandava uma amostra de anil, juntamente com um cálculo da despesa para produzi-lo.²⁶³ Meses depois mandava amostras que considerava de pouca qualidade, segundo ele por ser tempo impróprio para sua fabricação, pelo que enviava também o mestre Manoel José de Miranda, que:

à custa de consideráveis expensas próprias e um continuado cuidado e desvelo na multiplicidade de experimentos que fez sem fruto, veio a conseguir extrai-lo com perfeição, e reputá-lo eu por mestra da minha fábrica este exporá a Vossa Excelência quanto prognostica a continuação dela, o trabalho que tem tido, os desmanchos que encontrou para senão ter feito quantidade do dito Anil.

Souto afirmava que os “desmandos e tropeços” que experimentava na produção da tintura deviam-se, principalmente, ao “incógnito conhecimento que sempre houve nas nossas Américas da extração desta planta”. Segundo ele considerava:

em toda a estação do inverno e princípio de verão é que [o anil] tem mais rendimento, porque o calor do estio consome a parte gomosa da planta, por cujo motivo para o mês de Março vindouro hei de trabalhar na Fábrica com excessiva frequência e para o poder conseguir logo a Vossa Excelência seja servido permitir que o dito mestre faça regresso para esta praça a tempo competente por se fazer precisa a sua diligência para laborar a dita fábrica.

Seu enviado também estava incubido de averiguar o motivo da má avaliação dos artífices de Lisboa para a sinopla produzida por ele, “quando pelo uso que nesta praça lhe dão os pintores vulgarizam não ter chegado as suas mãos tão boa”. Além do anil e sinopla, Souto afirmava ter extraído tinturas da “Pacova ou Pacovina” - da qual “se extrai uma tintura azul arroxado para tintura de sedas e panos, e o mais é que introduzida alquimicamente em materiais brancos os tingem de sorte que parece anil”-, e

²⁵⁸ CASAL, Manoel A. **Corografia Brasília...** Op.cit., p.164.

²⁵⁹ AHU-PE, D. 8850

²⁶⁰ AHU-PE, D. 8963

²⁶¹ AHU-PE, D. 9003

²⁶² AHU-PE, D. 9052

²⁶³ AHU-PE, D. 9101, 9102.

do melão de são caetano, que possui “uma goma amarela da natureza do anil, e só difere na cor, da qual se compõe uma tintura chamada Verde montanha” .²⁶⁴

Em 1776, Estevão de Mendonça de Vasconcelos pedia ajuda de custo para montar uma fábrica de anil nos arrabaldes da cidade da Paraíba, alegando que dispendera seus recursos em viagens pelo Ceará, Rio Grande e Paraíba, a fim de encontrar o lugar mais adequado.²⁶⁵ Em 1785, o governador da Paraíba Melo e Castro, enviava um parecer sobre a questão do anil, aproveitando para reclamar da subordinação à Pernambuco.²⁶⁶ Em 1799, D.Rodrigo requisitava à Junta Governativa que auxiliasse a Mesa de Inspeção para evitar fraudes no algodão e anil.²⁶⁷

Em 1784, César de Menezes informava sobre um navio vindo de Montevideú com quina e couros para Cádiz.²⁶⁸ No fim do mesmo ano, Meneses enviava amostras de quina de Garanhuns.²⁶⁹ Em 1785, o Intendente da Polícia de Lisboa Pina Manique, informava os resultados dos exames das amostras.²⁷⁰ No ano seguinte, o ouvidor Teixeira Homem tinha mandado coletar quina nos sertões, passando ordens para os comandantes e juízes de Tacaratu, Garanhuns, Ceimbres e Pajeú, e ao arraial de Jacuípe coletarem o máximo possível, informando sua qualidade, se cresciam flores, sementes e se era possível planta-las por estacas, informando que também na Paraíba e Ceará seria possível explorar a árvore, coletando acima de 200 ou 300 arrobas, sem fazer falta alguma à árvore, visto aproveitar da queda natural da casca. O ouvidor afirmava ser a planta reputada como eficaz contra febres, “nome que de ordinário dão às serzões”, e que as terras do S. Francisco, por ser “de muita carneirada, se faz infinido gasto dela [da quina], e que produz um grande efeito”. A quina do sertão do Pombal e Jacuípe, afirmava, era mais fina e de diferente qualidade.²⁷¹

César de Meneses informava ter notícias de várias pessoas de uma quina que crescia em Serinhaém, mas que ao ser analisada se mostrava diversa à das amostras colhidas na Bahia, que remetia ao reino, juntamente com amostras enviadas da Campina Grande dos Cariris de Fora, de Garanhuns, dos arrabaldes da vila e da “mata do Jupi”, de Pombal e Jacuípe.²⁷² Teixeira Homem fez algumas outras novas remessas da planta

²⁶⁴ AHU-PE, D. 9217.

²⁶⁵ AHU-PB, D. 1980.

²⁶⁶ AHU-PB, D. 2142.

²⁶⁷ AHU-PE, D. 14048.

²⁶⁸ AHU-PE, D. 10886.

²⁶⁹ AHU-PE, D. 10886.

²⁷⁰ AHU-PE, D. 11031.

²⁷¹ AHU-PE, D. 11257.

²⁷² AHU-PE, D. 11263.

colhida em Garanhuns nesse ano, pedindo que se remetesse a um médico de Setúbel, José Manoel Xavier. O ouvidor afirmava que a cada dia se descobriam mais exemplares na região, e que também havia notícias de grandes quantidades no Rio Grande do Norte, que seriam as de melhor qualidade, a qual já encomendara.²⁷³ Em 1786, Meneses falava sobre a remessa de quina da Bahia.²⁷⁴

Em 1789, D. Tomás enviava “dois caixões com oito arrobas e meia de quina, colhida desde o mês de agosto até o mês de setembro”, entregues pelo corregedor da comarca das Alagoas, numerados de acordo com o mês de colheita. D. Tomás considerava que a quina de novembro fosse de melhor qualidade, “não só por ser muito fina, mas por ser nascida em lugares secos, cuja diligência deu o maior trabalho”.²⁷⁵ Em 1798, D. Tomás enviava documentos relativos à quina e ao salitre do Ceará.²⁷⁶

No início de 1812, Koster viajou entre Olinda e a povoação do Bom Jardim, passando por terrenos “paludosos” onde se viam roças de mandioca sobre “leirões altos, espécies de montículos circulares para que a água não estragasse a raiz”. Por todos os caminhos, ainda era contrastante a quantidade de terras baldias, tomadas totalmente por árvores, por onde se viam simples “choupanas” esparsamente distribuídas, feitas de barro e coberto com folhas de coqueiro, tudo com aspecto muito “aprazível”, i.e. verde e florestado, mas transitável. Mais à frente, contudo, a vegetação embarçava-lhe o caminho. Para representar o local, Koster usou simbolicamente o mamoeiro e a palmeira tucum.

No início do século XIX, Koster descreveu Igarassu com aspecto abandonado, ruas calçadas com ervas cobrindo “vários lugares”. A vila entrara em decadência após a transferência da feira de gado para Goiana. Saindo de lá, passou pelos povoados de Pasmado, cruzando o rio e engenho Araripe, todo cercado, com vários canaviais, moradas e correios; viu os povoados de Bu, Fontainhas, passando por terrenos saibrosas, “quase sem árvores” até Bujiri, “cercado de campos e verduras”. No rio Goiana, devido à destruição da ponte de madeira, foram obrigados a cruzar pela água.

Esse caminho que trilhamos é a grande estrada para o sertão, por onde o gado desce das fazendas no rio Assu, e dos campos nessa região do interior, para os mercados do Recife. A passagem contínua dos grandes rebanhos rasgou uma larga trilha arenosa, através das matas. As grandes árvores ainda permanecem, se é que tenha sucedido que alguma tenha crescido na estrada,

²⁷³ AHU-PE, D. 11266, D. 11288, 11302.

²⁷⁴ AHU-PE, D. 11372.

²⁷⁵ AHU-PE, D.11896.

²⁷⁶ AHU-PE, D. 13963.

essas, se forem de qualquer tamanho, afrontarão o bando de animais e continuarão a existir até que desapareça ou caia, ou até que as estradas regulares comecem a ser construídas no Brasil. Mas, se o solo é plano, a estrada não é má, mas, sobre os bordos dos cômodos, quando devia ter feito uma volta nos trechos escarpados, vai direto ao cimo, de alto a baixo. As torrentes invernosas formam ravinas e cavernas e as ribanceiras se abatem, tornando a passagem perigosa. Não se conhecendo bem uma colina, não se está certo em subir ou descer de noite. Um ou dois dias normais de chuva no Brasil fazem grande diferença, tornando o caminho impraticável.

Na época chuvosa, Koster conseguiu permissão para enviar os animais de seu eng^o para pastos em outra propriedade em Maranguape, onde haviam mais disponíveis. As ditas terras ficavam quase todas alagadas no inverno, e as outras eram cobertas de árvores, com caminhos abertos pelos próprios bois. Os animais rapidamente tornavam-se “selvagens” e “bravios”, segundo o cronista, fugindo entre as matas e charcos. Também os cavalos constantemente fugiam para áreas com mais pastagens e água corrente.²⁷⁷

Os caminhos entre Olinda e Bom Jardim, por não serem frequentados por boiadas, eram estreitos e tomados por mato e pelas galhas das árvores, e viu alguns carregadores de algodão passarem por eles, embora reclamasse dos incômodos da floresta: “Aqueles que não estão habituados a uma região literalmente cheia de árvores, obstando a visão distante dos objetos e a livre circulação do ar, não podem fazer ideia da impressão deliciosa que proporciona um lindo campo verde, aberto inteiramente, onde a aragem leve refresca”. Seu ideal de materializava no engenho Paulista, onde a visão se aproximava mais de um campo do que de uma mata: estavam distribuídas várias edificações e o gado pastava até os limite das pequenas plantações, que faziam fronteira com as árvores dos “flancos dos elevados”, e um açude movimentava o maquinismo da fábrica. Dentro do terreno, algumas bananeiras e “bosques de mangueiras”. O engenho Utinga de Baixo – cujo dono ostentava e cuidava do jardim, estava

situado num anfiteatro circundado por altas colinas, cobertas de grandes árvores. Essa mata é pouco transitada e é o refúgio de enorme quantidade de caça, entre a qual o porco do mato é comum. [...] Muitos criminosos e negros vagabundos estão escondidos nesses bosques. Os habitantes de Utinga parecem todos separados do resto do mundo. O próprio caminho que leva ao povoado não é facilmente distinguido. As últimas três léguas que percorremos no escuro eram cobertas de bosques virgens. A estrada era estreita e os ramos das árvores se entrecruzavam em todas as direções.

²⁷⁷ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil...* Op. cit., p. 319-20.

3.4. Florestas

No primeiro tomo do *Fazendeiro do Brasil*, Velloso fazia uma denúncia mais sistemática da destruição florestal enquanto problema ecológico do desmatamento. Lembrava da recente atribuição dos Intendentes da Marinha como responsáveis pela gestão das “matas brasílicas”, e fazia um elogio das florestas americanas e suas essências, as maiores e melhores do mundo, por suas dimensões e diversidade, nunca vistas “nos climas frios e nas infecundas terras da Europa.”²⁷⁸ Seu elogio se fazia principalmente por autores europeus, Zimmerman e Edwards: o cedro mahogani era incomparavelmente superior ao carvalho europeu, a Ceíba era incomparável quando se viam canoas para cem homens feitas com seu tronco; a bananeira era a “rainha de todas”, difundida na África, Ásia e “províncias entretrópicas” da América, formando sozinha “imensos bosques” e touceiras na Índia chegavam a ter 1.166 pés de circunferência. As palmeiras formavam as mais belas alamedas, dando sombra e favorecendo a circulação do ar.

Essa natureza “liberal” ou “monstruosa” poderiam ser a fonte de usos infundáveis, caso fossem corretamente manejadas, mas a agricultura praticada no Brasil tornava a situação calamitosa. Segundo Velloso, deveriam ser respeitadas, prioritariamente, as matas próximas a povoações, e nas bordas dos rios e mares, matas que custaram “séculos” à natureza para formarem-se. A abundância de matas no Brasil não era absoluta, citando a grande área ocupada pelas massas d’água (rios, baías, lagoas), as campinas ou “campos gerais”, os “matos catingas ou carrasquentos”, os cerrados, e os serros “descalvados” – como “estados primitivos” da terra – e mais ainda pela degradação operada por dois séculos e meio de agricultura, transformando as florestas em setais e sapezais, quando deixavam de ser produtivos.

Os proprietários dos engenhos derrubavam a mata para todos os usos de suas fábricas, agravados pela má construção das fornalhas, “assassinando” a “pobre natureza vegetante”, sendo estes localizados usualmente próximos ao mar ou aos rios, onde deveriam haver “toda a reserva nas matas”. O milho era outro grande consumidor de matas em queimadas nos interiores, mesmo que estas supostamente não fossem portadoras de madeiras construtivas. Os mineradores, os piores de todos, que derrubavam as árvores para “cercos de rios”, estacas de galerias, esgotos, rodas de água,

²⁷⁸ VELLOSO, Fr. José M. *O Fazendeiro do Brasil*. T.1. parte 1 Da cultura das canas e fatura do açúcar. Lisboa: Tip.Régia, 1798, p.XII-XIV.

e outros; revolviam as bases dos montes para canalizar a água dos rios para represas, tornando a terra doravante “inabitável”, monturos de cascalhos e socavões. Nas cidades, só se consumiam lenhas em achas, quase desconhecendo-se o carvão, e quando havia era feito dos troncos, e não das “cepas” ou raízes. Toda essa destruição cotidiana consumia “milhares de generosas madeiras, que só deveriam ser cortadas com prudência, e discrição, e só para fins necessários, que não pudessem ter substituições de outra natureza.”

As matas são finitas. Quantos engenhos de açúcar não tem deixado de ser pela falta deste combustível? A Ilha do Governador [...] foi chamada antigamente Ilha dos Sete Engenhos, hoje tem um e esse insignificante. Quantas grandes fazendas se acham reduzidas a taperas, porque seus matos se converteram em sapezais e setais, pelos errados princípios da sua agricultura? As câmaras do Rio das Mortes, há mais de trinta anos, mandaram plantar pinheiros. A de Vila Rica, antigamente chamada Mato Dentro, hoje não tem algum [...]. As grandes povoações da beira mar, pelo mesmo teor, os recebe de outros pequenos portos colaterais distantes. A continuar-se a mesma prática, às terras lhe faltarão tais paus preciosos, como acontece ao Pau Brasil em Parambuc [sic], como o brasileto na Jamaica.

Um problema conexo do desmatamento era o ressecamento geral da terra, causando falta de águas locais e falta de chuvas:

As matas não só abrigam, as que a terra já tem recebido no seu seio, e entancado para as despesas diárias dos globos, mediante as fontes, contra as evaporações a que obrigam as sucussões dos ventos e os raios do sol. Mas também por meio dos seus ramos, como pontas elétricas atraem as que se acham espalhadas pelo ar. Elas desatam as nuvens, e obrigam a descerem copiosas águas. Neste fato da Natureza se fundam as ordens reais que vedam aos lavradores o corte dos matos nas paragens em que os mineiros tem águas para as lavagens do ouro. [...] Talvez esta seja uma das causas das grandes [secas] que às vezes experimentam os sertões criadores de Pernambuco, pois em lugar de matos altos tem cerrados e catandubas. Enfim, elas são as tutoras e dispenseiras das águas.

Embora julgasse de grande utilidade as leis para a conservação das florestas, Velloso considerava que a única forma de findar com a destruição florestal era abandonar-se a “tosca e grosseira economia rural dos primitivos inquilinos do Brasil”, que fora piorada pelos colonizadores, posto que aqueles supostamente derrubavam queimavam apenas os galhos derrubados, para suas “mesquinhas” plantações de mandioca, vivendo da abundância de recursos florestais e aquáticos, assim vivendo por “milhares de séculos”. Os europeus, “senhores do ferro” com machados, foires e enxadas, “cortam os troncos e os destroem na sua totalidade”, de forma que “Cartago e Tróia não viram certamente maiores montes de cinza [...] com que se destroem estas importantíssimas e belíssimas matas anualmente”.

O machado, foice e enxada deveria ser assim substituído pelo arado e charruas, e as cinzas por estrumes, “marnes”, e outros adubos, a exemplo da “sábia e iluminada Europa”. Os senhores de engenho deveriam ser obrigados a reformar suas fornalhas para o uso do bagaço, manter 1/3 de seus terrenos com matas, como na Jamaica, e plantar outro tanto pelo país, já que mesmo as madeiras de construção se propagariam com sucesso por estacas. Deveriam ser fundadas “matas públicas” com essas espécies. Por conta do atraso corrente nos métodos de plantio, nem todas as capitanias juntas conseguiam suplantam a exportação da Jamaica.²⁷⁹

Em 1827, a Comissão de Agricultura da Província de Pernambuco considerava que o fluxo normal da limpa do terreno seguia o esquema: limpeza do mato com foice ou machado – secagem dele sobre o solo – ateamento de fogo. A escolha da foice ou do machado era em função da densidade da vegetação.

O tempo em que ele se faz é relativo à qualidade do mato que cobre a terra: se é mato virgem, derruba-se no princípio do verão, para secar durante ele, e quando bem seco, lança-se-lhe fogo; e não ficando ele desembaraçado de modo que se possa andar por dentro dele, e manejar a enxada, procede-se um novo trabalho, que é picar as galhadas que restaram por queimar, ajuntar-los, e queima-las; a este trabalho chamam “encoivamento”: se o mato que cobre a terra são arbustos, e “ervanços?”, roçam-lhe com a foice, logo que as chuvas vão sendo mais raras, e há maior sucessão de dias de sol, e logo que o mato está em estado de arder lança-se-lhe fogo, e procede-se a plantação de todo o gênero de amanho que se faz as terras [...] nesta província não se utilizam estrumes de qualidade alguma, e menos de algum sistema de cisterna de regas, *exceto nas hortas*.

O mesmo documento relatava duas épocas de plantio e sementeira: uma começava junto com o verão, segundo o relatório entre agosto-setembro, ou quando vem as chuvas de janeiro. A colheita se fazia sempre no verão, para plantas “*anuais e vivazes*”, e no momento do amadurecimento das “*tremezes*”. A cana podia ser plantada nas várzeas, onde abria-se um rego com arado, e lá lançavam-se as canas com um ou dois palmos; cobria-se com terra, utilizando uma grade ou enxada. Caso fosse plantada em ladeiras, utilizava-se apenas enxadas. Colhia-se cortando-as rente à terra com uma foice pequena de uma só mão, separando o olho, e juntando em feixes para serem transportados.

Já o algodão, plantava-se em pequenas covas abertas pela enxada, onde eram lançados os caroços em cada uma, formando fileiras equidistantes de 10-12 pés, onde se plantavam os cultivos “*tremezes*”: feijão, milho, jerimum, etc. Cada cova com algodão precisava ser limpa, deixando apenas 3-4 pés de algodão, visto que cada caroço

²⁷⁹VELLOSO, Fr. José M. **O Fazendeiro do Brasil...** Op.cit, p. xviii – xxxiii.

germinava em geral mais que isso. Podia ser plantado antes das chuvas, por suas sementes conservarem a dormência, as melhores colheitas eram as segundas, e nas caatingas, colhia-se sempre no verão. Entre outros plantios relatados, estavam as árvores frutíferas: cajueiro, mangueira, jaqueira,— que se colhiam no verão, em ordem crescente - laranjas da china, da terra e tangerinas, limoeiros doce e azedo – que florescem com a chuva e colhem-se de acordo com a época – e o coqueiro, que dá frutos de 3 em 3 meses. À excessão dos hortelãos, só os que plantam fumo e coqueiros fazem viveiros, respectivamente entre abril-junho e no inverno, esperando dois anos para o plantio definitivo.²⁸⁰

Por volta de 1772, Jerônimo Correia Guedes do Amaral, administrador do engenho Gargaú, na Paraíba, acusava Manuel Gomes da Silveira de destruir as matas em volta do engenho Velho do Morgado, local por onde afirmava estar a nascente do rio Tororó, que utilizava de força motriz, canalizada para um açude, “por que faltando-lhes os sombrios de tudo se secam, e se não podem aproveitar as safras”.²⁸¹ Em 1784, a câmara de Goiana pedia providências à coroa pela escassez da madeira para os engenhos na região, pedindo punição aos incendiários:

A consternação em que vemos irem se pondo os Engenhos de fabricar açúcar por falta de madeiras, lenhas, e cipó, e a destruição que também observamos em outras matas das quais todas redund[em] utilidade a Vossa Magestade para a construção das embarcações da Casa, e [dos] particulares para o comercio por causa dos fogos que lhe lançam uns, viajando por estradas pitando em cachimbos - de cujo vício apenas são isentos poucos brancos - os quais depois de se servirem do fogo para o ministério o lançam fora, o que acontecendo cair nas folhas secas no verão dali se atêa.

Mas não eram apenas esses incêndios “acidentais” a que a Câmara se referia:

outros com interesse o fazem para verificar pasto para animaes, para lenhas secas, para cozinhare; outros, por fim, para plantarem mandiocas, outros os quais queimando os roçados os não dividem das matas, passando por sua razão os fogos para ellas que se veêm arder dias, e noites sem que se lhes de alguma providência.

Assim destruía-se a mata,

derrubando muitos *paus de serra e obra*, secando outros e impedindo o crescimento dos pequenos, e destruindo o cipó sem o que tudo é impossível subsistirem os Engenhos pella incrível quantidade de lenha que gastão annualmente, caixões, madeiras para se retificarem, cipós para sustarem nos cercados os muitos animaes, de que se fabricam.

Os oficiais pediam que fosse aberta uma devassa constante contra os incendiários, investigando cada incêndio nas matas, “mandando que se não façam mais

²⁸⁰ Comissão de Agricultura, “Comunicado da comissão de agricultura às perguntas formuladas sobre o cultivo em Pernambuco” Recife, 25.3.1827. **BN-Mss. I-29,31,003**. Grifos nossos

²⁸¹ AHU-PB, D. 1927.

roçados em matas virgens, com a pena de que os donos que por isso as aforarem as percam para Vossa Magestade os mandar denovo a quem as Conserva para os sobreditos ministérios,” mas que não incluísse apenas os responsáveis diretos pelo fogo, “senão ainda a todas as pessoas livres, e sujeitas que não acudirem para apagar os ditos incêndios vendo-os, pois passam muitas vezes pelos terreiros de casas, e disso não fazem caso ardendo o fogo moderadamente”. O despacho da coroa pedia providências imediatas da parte do governador da capitania.²⁸²

Em 1792, o ouvidor da Paraíba envia uma carta – que julgava “muito justa” - com requerimento anexo dos plantadores de açúcar das várzeas do rio Paraíba do Norte, onde pediam a exclusividade do plantio de cana de açúcar na região, a expulsão do gado e de lavradores de outros cultivos da região, a venda de “escravos arredios” para outras capitanias e a abolição da obrigação de reservar o sábado para o sustento dos escravos. Possivelmente, criadores de gado e lavradores de mantimentos, dada a crise provocada pela estiagem, cada vez mais voltavam sua pressão em direção às terras do litoral, mas igualmente os cultivos menores se estabeleceram em meio às plantações já há mais tempo. A lei que proibia o gado de corte na faixa de 10 léguas do litoral nunca foi totalmente respeitada, como se vê de outros documentos, embora os animais fossem criados em rebanhos menores por agricultores.

As várzeas do Paraíba, especialmente nos engenhos Velho, Una e Saramago, não eram cultivadas, pelas enchentes de inverno e pela demasiada seca no verão, eram ocupados por gados para pastagem, especialmente cavalos. A área reservada a cultura açucareira deveria estender-se por 7 léguas subindo o rio, onde só seriam tolerados os gados dos engenhos e lavradores, e apenas os mestres-de-açúcar poderiam habitar a região, desde que distantes meia légua dos canaviais. A várzea do Paraíba, segundo os reclamantes, estava toda encravada de “partidos, ou sítios”, ocupadas por pessoas que se negavam ao cultivo de cana para os engenhos, com moradores ocupando as “varzes devolutas”, que segundo a experiência local causavam prejuízos aos canaviais com a retirada (“rpto”) de canas para seu consumo ou dos cavalos. Os proprietários afirmavam que as grandes sesmarias do local estavam divididas por herança, doações ou vendas, e mesmo arrendadas a “ladrões”, e ocupadas constantemente por “avulsos” ou “volantes”, agricultores semi-nômades.

²⁸² AHU-PE, D. 11020.

Assim, os proprietários não podiam mais deixar canas plantadas para moer no ano seguinte, sob o risco de se verem sem elas. O ouvidor deveria ter essas circunstâncias entre os quesitos de sua correição, de forma a criminalizar essas práticas. Os plantadores afirmavam que os gados poderiam inclusive “fertilizar” as terras, desde que fossem enviados para os brejos das Serras da Banana e do Pau, ou nas nascentes do Gramame e Mumbaba, onde haviam “todas as comodidades para a pobreza”. A dominação dos plantadores em geral não era completa; outras culturas, em momentos de crise, se apropriavam de terras supostamente destinadas ao açúcar”; Brederode, envolvido às entranhas com as atividades açucareiras, visava também adquirir mais poderes expropriatórios.

Uma das cobranças dos plantadores é mais curiosa: todos os senhores de eng^o e lavradores da região deveriam ser obrigados a plantar anualmente dez pés de Limoeiro pela região, para proteger “as canas e lavouras miúdas”:

por onde em antigos tempos costumavam fazer a cerca geral que defende os partidos de cana da entrada dos gados. Esta cerca, que se compõe de estacas encravadas na terra com varas atravessadas, ligadas e atadas por uma espécie de ligamento, a que chamam Cipó, lhes é hoje muito dificultosa, pela distância em que lhe ficam as matas, e destruição em que se acham.

Além dos cipós, era preciso conduzir varas e estacas das matas. Os limoeiros cresciam, segundo os requerentes “bem como outro qualquer mato”, sendo uma solução fácil para o problema dos gados, ficando os canaviais dos 22 engenhos da região protegidos.²⁸³

Em 1799, o governador do Ceará afirmava estar adiantando o exame das matas locais, enviando peritos às matas próximas aos portos de embarque, e embora não houvesse tido retorno mais circunstanciado, podia afirmar que era possível estabelecer um corte na mata da Taquara, 4 léguas distante de um ancoradouro, onde “já se encontraram para cima de 500 paus d’arco grandes, muita madeira de volta, e de cor própria para obras de marchetaria”, custando uma média de 6 mil réis cada peça. Pedia carros de boi específicos para o transporte e 50 machados para lavragem das madeiras.²⁸⁴

Alguns meses depois, o governador enviava um novo relatório, contendo as instruções para o Administrador das Matas e o preço dos Cortes, as matas e as espécies de madeira da capitania do Ceará, cujas amostras enviou em cubos para Portugal. Foi possível orçar uma média por “carga” de 2 mil peças de madeira, totalizando

²⁸³ AHU-PB, D.2267.

²⁸⁴ AHU-CE, D.740.

4:403\$000, que deveriam ser enviado para um telheiro no porto de Mocaripe. As principais matas, onde havia “madeira para carregar muitas embarcações”, ficavam entre 8-14 léguas daquele ancoradouro, formando a Mata de Pucunduba. O intendente, nomeado Administrador, Vicente Ferreira Forte compilou informações de seis matas que podiam transportar madeiras ao porto do Mucuripe, conforme instrução de se restringir ao distrito do Ceará, de norte a sul até a costa, “de forma que não exceda das serras do Acarápe da banda do sul, e das primeiras matas das serras que se encontram na parte do norte”.

Nessas matas, o intendente estava marcando as árvores próprias para corte, os “paus reais”, a partir das quais estabeleria as divisas das matas. Os diretores das vilas de índios em cuja jurisdição se encontrassem as matas receberiam ferros para marcação das árvores, e deveriam fornecer índios para os trabalhos de corte. O governador ressaltava, no entanto, que só se referia às matas próximas ao porto de embarque, totalizando 12,3 léguas, suficientes “para fornecerem por largos tempos carga à muitas embarcações, uma vez que não seja interrompido o cuidado, zelo, etc.” Haviam ainda as “matas do interior”, as matas de Monte-Mor e Cariris, distantes no entanto a 30 e 100 léguas, respectivamente, e onde não haviam rios navegáveis ou “torrente” para os transportes das madeiras.

Alertava sobre os “habitantes” e sobretudo dos índios, afirmando sua “indolência” e “ociosidade”, podendo haver dificuldades com mão de obra, posto que por vezes os trabalhadores não aceitavam trabalhar nem sobre os mais altos preços. Além disso, o embarque local era dificultoso devido às más condições do porto, e os instrumentos de ferro que necessitavam ser enviados pela coroa deveriam ser da melhor qualidade, especialmente os machados, visto não haver pessoa competente para amolá-los localmente. Necessitava de 100 enxós para retirada das cascas, 30 enxadas “ordinárias” e 20 ditas “de um só bico ou ponta”, 25 picaretas e 20 barras de ferro, 2 carros de boi e as respectivas ferragens.²⁸⁵

No mesmo ano, a câmara de Fortaleza protestava contra as medidas estabelecidas pelo Governador, com a “proibição de roçados” e da retirada de madeiras de construção. O ataque à agricultura destruía o meio pelo que se “sustentam” os habitantes locais, e o pretexto de impedir a destruição das matas era infundado, pois nos terrenos explorados pelos agricultores “não existem madeiras de construção a que se

²⁸⁵ AHU-CE, D.813.

pode dar o nome de paus reais, e quando apareçam alguns, estes pela maior parte tem corrupção interior, por serem criados em um clima árido, onde continuamente há falta de chuvas, e por consequência inúteis”. Na verdade, essa medida, aliada aos novos subsídios sobre os postos militares e algodão, levaria a capitania à ruína, já existindo falta de “legumes” localmente. As plantações dos habitantes “só produzem nos referidos matos, porque todo mais terreno desta capitania só é próprio para criações de gados”, e continuava:

Nesta colônia [...] não há matas, como em Pernambuco, Paraíba e parte do Rio Grande do Norte, que abundam em madeiras de construção: aqui, porém, apenas há uns capões de matos cercados de campos, ou fraldas de serras onde aparecem alguns paus mais próprios para edifícios, que para construção [naval?]; estes mesmos não produzem aqui, como nas sobreditas capitanias, porque uma vez cortados, jamais tornam a renascer, em razão da falta do suco nutrício [sic] pois no lugar onde se abre um roçado, não torna a produzir madeira da qualidade da que antes tinha, e sim madeiras inúteis a que os habitantes chamam sabiá e catanduba

Para agravar a situação, a proibição de qualquer corte de madeiras na distância de 10 léguas do mar prejudicava a construção de novas habitações, visto que a grande parte das edificações utilizasse da madeira – na armação de taipa – por falta de outros materiais ou por seus altos preços, utilizando-as também “para os mistérios de suas luavouras, como sejam carros, prensas em que se fabrica a farinha, engenhos para a mesma e de cana para a fatura de mel e rapaduras”. Os proprietários de carros de boi, por sua vez, eram prejudicados por terem seus veículos – “que só os conservam para os benefícios de suas lavouras” – utilizados no transporte de madeiras e materiais para dos cortes, muitas vezes tendo que percorrer grandes distâncias, até ficarem inutilizados para outros trabalhos. Tudo isso, segundo a câmara, prejudicava a construção civil e sufocava a agricultura, provocando a migração de agricultores para o sertão “a fim de se livrarem de tão horroroso vexame”. Foi enviado em anexo à carta um abaixo-assinado de 34 “lavradores” da região, que afirmavam que as capoeiras às quais ficaram obrigados a cultivar não correspondiam às suas necessidades e à lucratividade de suas lavouras.²⁸⁶

Em 1800, Bernardo Manuel de Vasconcelo, governador do Ceará, enviou, da vila de Icó, uma pequena avaliação sobre a conservação das matas locais, direcionando a questão diretamente para o problema da agricultura de subsistência:

Costumão estes povos antes que façam as suas plantações lançar fogo às matas que cobre o solo onde querem plantar. As cinzas que ela deixa ali

²⁸⁶ AHU-CE, D. 859.

depositadas formam o adubo nutritivo da planta; e dos paus que ficam salvos das chamas, ou somente afogueados, por saltaram estas à madeira de mais breve combustão, em razão de sua menor grossura, ou partes mais oleosas, que formam as sebes [tapume vegetal para impedir a entrada de animais indesejados em terras cultivadas] que cingem em torno do espaço plantado, e como muitos daqueles paus eram reais, e de construção, sucederia que continuando este costume a ser inalterável, em breve idade ficariam despovoados das madeiras totalmente os bosques. É certo, sim, que o incêndio que precede a plantação se faz preciso em razão da terra, mas é também verdade, ser uma preocupação dos habitantes sem mais exame e reflexão, que a parte da terra onde uma vez andou fogo, só pode daí a muito anos ser suscetível de nova plantação, o que a experiência de muitos desmente, e averiguação *Physica* e fundada nos vizíveis efeitos. Mas por uma razão inexplicável se não fosse enquanto a mim descoberta nas circunstâncias em que a Natureza pôs estes povos, é que eles assim obrariam. A vasta extensão do continente que habitam representa às suas imaginações ser sem limite, e que com este predicado imaginário, que supõe real, devem cada ano entregar ao fogo novas matas para fazerem em lugares novos as suas plantações, sendo assim sem a menor sensação abrasar o fogo os grossos troncos, que uma longa série de anos produziu: deste modo em pouco tempo desapareciam todas as matas.

Outrossim, Vasconcelos afirmava que estava estimulando os moradores locais a construir residências novas na vila, sendo por isso necessário o uso de Pau d'Arco, Aroeira e Cedro, para portais, madeiramentos e esteios, e só fabricantes de farinha usavam essas madeiras, e também o Jatobá, para construção de suas preças, varas e caixa. Esses e outros interessados deveriam passar a comprar madeiras diretamente do governo local.²⁸⁷

As “Observações sobre o plano de cortes de madeira” de Balthazar da Silva Lisboa descrevem algumas práticas correntes nas matas de Ilhéus. Na região da vila de Valença, uma grande extensão de matas começando do Baipendi, segundo ele, não possuíam senhor, nem eram agricultadas, pois os habitantes locais, “por ser o marisco, o peixe, o de que se sustentam, e que portanto excusando-se de trabalho de levarem o sustento até tão grande distância, se contentavam em trabalhar nas capoeiras”. A proibição de cortes nessas matas, portanto, não apresentaria prejuízo à agricultura. Alertava que os particulares utilizavam as matas mais próximas de forma inconsciente, cortando indistintamente árvores velhas e novas, sem aproveitamento de todas as partes, desperdiçando portanto um outros potenciais das árvores. Utilizavam também os bois da coroa, que ainda estavam pastando soltos nas matas.²⁸⁸

Em 1805, o governador da Pernambuco Caetano de Miranda Montenegro enviou um plano de conservação e instruções para um exame das matas de Pau-brasil, seguindo

²⁸⁷ AHU-CE, D.800.

²⁸⁸ LISBOA, Baltazar S. “Observações sobre o plano de cortes de madeira” **BN-Mss.** - I - 47,35,2.

ordens da coroa. O governador citava o relato de Marcgraff, e também os seus usos “na tinturaria, miniatura e pintura”. O pau-brasil de Pernambuco era, segundo ele, o de melhor qualidade do país, no entanto

a cópia e abundância das coisas faz os homens inertes e faltos de providência, e como desta árvore haviam grandes matas, que a natureza oferecia espontaneamente, não lembrou que estas podiam destruír-se, e por isso se acautelou somente o extravio no Alv.01.08.1697, ficando em absoluto esquecimento o primeiro e principal objeto, qual era a conservação das mesmas matas.

O governador lembrava que desde o foral de Olinda, em seu item 3º, o contrabando da madeira era punido com penas severas, mas no entanto tornara-se letra morta desde o tempo dos holandeses, só aparecendo cópia na capitania em 1793. A lei deveria ser aplicada também, aos incendiários de florestas, e as matas reservadas e divididas de acordo com uma cota anual a ser exportada. Na falta de leis semelhantes, os proprietários

assolaram as matas que se achavam incluídas nas suas propriedades que lhe foram dadas sem reservas, isto seja para empregarem o terreno nas suas plantações, e da lenha e madeiras nos engenhos e fábricas, mas até com o fim de evitarem que outros devassassem as suas terras com o preteto de irem tirar pau-brasil. O primeiro motivo do emprego do terreno faz-se mais urgente com o grande aumento da cultura do algodão, mostrando a experiência que as terras que produzem pau brasil são próprias para esta cultura.

Para Montenegro, o primeiro passo era realizar um inventário das matas de pau-brasil em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, e proibir o acesso de particulares a elas para estabelecimento de roçados, o que impedia o rebrotamento dos troncos, sob pena de multa e degredo a Fernando de Noronha. O governador refletia que talvez fosse mais econômico fazer o preparo das tintas localmente nas matas, diminuindo os custos dos transportes, no entanto não conhecia ninguém na capitania capaz de tal preparo. Os oficiais das capitanias deveriam localizar nominalmente cada mata, se ela estava em terras devolutas ou em sesmarias, seu dono, suas medidas, se é ou não “povoada”, sua distância dos portos por terra ou por rio, a qualidade dos caminhos, o preço dos fretes ; a quantidade e medidas das árvores, e uma estimativa do preço que poderiam ser extraídas, e se são das qualidades Dourado, Sangue-de-boi, Flor-de-algodão (mais ou menos “deslavado”), Roxo-amargoso, Roxo-doce, Amargoso, Amargoso-pardilho,

Amargoso-preto; por último, se nas matas destruídas era possível criar-se replantios, por sementes ou por outro modo, e proibindo-se lá os cultivos.²⁸⁹

Pereira da Costa transcreve um relato do naturalista Luís Costa Barradas, em 1809 (Aviso do Ministério da Marinha, 21.02.1809), sobre uma viagem pelo interior de Pernambuco em 1806, na qual afirmava ter testemunhado:

[...] a universal ruína das matas, muito particularmente das madeiras próprias para construções navais, do pau-amarelo e do pau-brasil, que faz um ramo tão importante das rendas da coroa, pela falta absoluta que tem havido, e há presentemente de um homem de princípios e conhecimentos filosóficos e botânicos, que à testa desta tão importante repartição, intende, zele, dirija e economize os cortes das madeiras de lei, dos paus brasil e amarelo, cujas espécies desaparecerão em bem pouco tempo [...]²⁹⁰

Próximo a Bom Jardim, Koster viu à beira da estrada matas recentemente incendiadas, devido à sequidão dos “pastos e matagais”. Segundo ele, os incêndios estendiam-se nominalmente por mais de uma légua, embora não narre nenhuma outra ocorrência de incêndios nas matas:

às vezes as chamas, com grande violência, alcançam os galhos das árvores imensas, ultrapassando-lhes o cimo, e cessam. Mas o fogo continua, nas cavidades das árvores antigas ou debaixo de montões de folhas que conservam um pouco de umidade. O menor sopro de ar é bastante para que o incêndio reassuma a ferocidade anterior. Os camponeses invariavelmente fumam quando viajam e vão, quase sempre, pedir uma brasa acesa nas choupanas que encontram. É espantoso ver com que indiferença sacodem eles a brasa não apagada sabendo muito bem as consequências que resultarão desse gesto. O ato de lançar fogo no pasto é sujeito a punições legais, mesmo que a não intenção ou o descuido sejam provados. A colheita das canas-de-açúcar ficam prejudicadas, várias ocasiões, por esses motivos.

Nas regiões abastecedoras, embora o fogo proveniente de cigarros ou cachimbos não possa ser negado, é provável que muitos incêndios se iniciassem ou fossem tolerados como uma nova abertura de áreas de plantio. Por outro lado, embora a prática da coivara fosse corrente, existem formas de manter o fogo sob controle. Em uma situação de incerteza em relação à manutenção das terras por anos consecutivos, e nos anos de subida na procura de mandioca e outros mantimentos, é provável que os incêndios tenham tomado proporções aterradoras para os agricultores melhor estabelecidos na escala social, que por sua vez também utilizavam do fogo. Nos arrabaldes do Recife, no lugar da campina do Barbalho, uma das áreas de pasto dos gados da região, Koster presenciou a queimada sazonal da grama para os animais:

Durante os meses do verão, quando o pasto está completamente seco, ateiam-se fogo a fim de que renasça uma vegetação que sirva de alimento ao gado.

²⁸⁹ AHU-PE, D. 17277.

²⁹⁰ COSTA, Francisco A. *Anais...* Op.cit., v.6, p.533.

Agitado pelo vento, o fogo corre rapidamente pelo campo, vezes diminuindo e noutras se atirando para todos os lados, apresentando o aspecto de uma muralha de chamas. O espetáculo é imponente e quando assume proporções maiores sem provocar uma impressão aterradora. Os moradores na orla dessa campina conservam, limpo de qualquer vegetação, um círculo ao redor das casas e jardins, temendo que um trabalhador irrefletido, depois de haver acendido o seu cachimbo, sacuda para longe o tição em brasa de que se serviu.

Em um momento de síntese de suas observações e leituras, Koster afirmava que

As terras do Brasil não são jamais destocadas, nem para plantar canas nem para qualquer outro fim agrícola. As inconveniências desse costume são notadas com maior saliência nos terrenos altos, porque, nestes terrenos, todos os que são de algum valor estão naturalmente cobertos por mato fechado. A cana é plantada entre os numerosos tocos, pelo que muito terreno é desperdiçado, e como brotos desses tocos rebentam quase imediatamente, tal a rapidez da vegetação, as limpas se tornam muito trabalhosas. É preciso cortar esses rebentos, algumas vezes até mesmo antes de a cana romper a superfície da terra. O trabalho é igualmente grande todas as vezes que se tem de cultivar um pedaço de terra, pois a mata deve ser novamente derrubada, e muito embora não tenha ela podido atingir grandeza igual à alcançada pela floresta primitiva, todavia como se permite que vários anos decorram entre cada período no qual a terra é plantada, as árvores são geralmente de considerável grossura [Segundo ele, “no Brasil, todas as árvores cortadas dão renovos”.] O mato é abandonado sobre o solo até que as folhas sequem. Em seguida toca-se fogo e aquelas são destruídas com o matagal e os galhos menores das árvores. Agora a madeira resistente é amontoadada e queimada. Este processo é universalmente adotado no preparo da terra para o cultivo de qualquer planta. Frequentemente ouvi censurarem muito esse método como, na maior parte, nocivo ao solo, apesar da colheita futura à operação se tornar mais exuberante. Observei que as canas que nasceram nos pontos que tinham sido queimados montões de madeira e de grandes galhadas das árvores eram de um verde mais escuro e rico do que aquelas que se encontravam em suas imediações, como também as ultrapassavam.²⁹¹

²⁹¹ KOSTER, Henry. *Viagens...* Op.cit., p.78, 310, p.323-24.

CAPÍTULO 4. A CAPITANIA GERAL DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII

Retirados os tupinambás das terras marítimas de Pernambuco, fizeram muitos deles assento em várias partes do sertão. Desde a serra da Borborema até o Rio do Peixe, que compreende 78 léguas formam muitas aldeias. É a terra dilatada em fertilíssimos campos, vistosos oiteiros, e cortada de altíssimas serras, e por isso a cômoda habitação para muitos milhares de homens. Sofriam mal que os portugueses cada dia fizessem entradas por aquelas terras, fazendo-se senhores do mesmo sertão, em que iam fundando sítios, fazendas de criar gados vacuns e cavalares. [...] Conquistadas estas capitanias, metidas de paz todas as nações que habitavam Pernambuco, puderão sem contradição os portugueses fazer suas habitações em todas as partes assim marítimas, como do sertão, aumentarão-se as fazendas de gados vacuns, e cavalares, crescerão suas povoações, multiplicam-se as freguesias, e cada dia se aumenta mais este povo, riquezas e edifícios.

COUTO, D.Domingos L. **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco** Op.cit., p.56

4.1. Pernambuco no século XVIII

Rocha Pita descrevia, no Nordeste, as serras no Jaguaribe, Borborema, Araripe e a montanha do Ararobá – saindo de Porto Calvo para o sertão – e os montes das Tabocas e Guararapes, célebres mais pelas batalhas contra os holandeses que pela grandeza natural - eram as formações rochosas dignas de nota. Descendo ao sul a partir do rio Maranhão, considerava o Jaguaribe, e mais treze rios “de grossos cabedais” entre o rio Grande e o Cabo de S. Agostinho, cujos principais exemplos eram o Paraíba e o Beberibe. O rio S. Francisco tinha as margens mais povoadas do país. Do Cabo de S. Agostinho para o sul, as correntes alternavam-se, em quatro ciclos de 3 meses, dos quais um com a corrente forte no sentido sul, e outro inverso, alternados por dois ciclos eram de calmarias. Dali para o norte, a correnteza seguia durante todo o ano “arreatada” na mesma direção, até o Grão-Pará.²⁹²

Data de 1757 a memória escrita por D. Domingos Loreto Couto e enviada ao futuro Marquês de Pombal – então Conde de Oeiras – que revelava, dentro do discurso nativista de seu tempo, a unidade imaginada entre as “capitanias de Pernambuco” – note-se o plural – formando um “Paiz” distinto, nessas partes do Brasil:

Sem controvérsia é Pernambuco o mais delicioso país de toda a América Portuguesa. O seu clima é por excelência o melhor entre os bons. É um segundo paraíso em ares vitais e benignos. O terreno é outra nova terra de promessa. Logra uma contínua primavera, com que se enfeita a terra, alegra a vista, recrea o olfato, sustenta o gado, cura os homens, e enriquece aos pobres. Treze gêneros se contam de erva que serve de pasto aos animais, por cuja bondade é em Pernambuco tão grande a cópia de gado vacum, e cavalalar,

²⁹²PITA, Sebastião R. **História da América...** Op.cit, p. 9-13,17.

que destes consumindo-se infinitos no serviço destas capitâneas, saem para fora todos os anos mais de 40 mil, são ligeiros na carreira, doces ao ensino, e tão fortes no trabalho [...]. Do gado vacum há tanta abundância, que pobres, e ricos, brancos e pretos se sustentam das suas carnes que são as mais saborosas de todo Brasil. Fora da que se gasta na terra, para Bahia e Minas saem todos os anos mais de 300 mil bois. Os mais gêneros de ervas maiores, floridas, cheirosas e medicinais não se podem reduzir a número, e no presente ano de 1757 se descobriu uma semelhante ao cravo da índia, tendo nas folhas, e frutos, o mesmo sabor, e gosto.

A Vila de Olinda, com seus 3.272 hab. em quase mil casas, “entre as quais se vem muitas de boa arquitetura feitas ao moderno”, catedral, cinco conventos de freiras e um de recolhidas, três de padres (S. Bento, Carmo, S. Francisco) e um colégio jesuítico (fil., teo., latim), e a casa de misericórdia, com “belas oficinas” e muitos terrenos ainda não reconstruídos desde a destruição da cidade.²⁹³

pela amenidade do sítio, em que lavada do mar por uma parte, e do Beberibe por outra, entre perpétua, e agradável verdura ostenta a sua formosura e beleza. [...] [o rio] a lava pelo lado do pente, e vem sair ao nascente por 24 bocas, ou bicas formadas em uma soberba ponte de cantaria lavrada, lançando sobre as águas salgadas [que] serve de recreação e utilidade aos moradores. Os conventos e palácios assentados em lugares altos, a verdura das árvores, misturadas entre os edifícios, justamente com as torres das igrejas, fazem em uma só vista o mais agradável espetáculo, que os olhos podem ter no mundo.

Na freguesia da Várzea, termo de Olinda, “assentada em vistosas campinas e aprazíveis planícies”, povoação com 220 hab., com 3 igrejas; distrito: 11 engenhos reais, dezesseis templos, muitos sítios e quintas, 672 casas, 4.240 “almas de confissão”. N. Sra. da Luz: a oeste da Várzea, estendia-se pela Ribeira do Capibaribe, com 18 engenhos, mais de mil casas, e 6.244 “pessoas de confissão”. S. Lourenço: “ao sertão”, “aprazíveis várzeas, vistosos montes, e frescas ribeiras”. Sua povoação tem 200 hab. Freguesia com 20 engenhos, 26 igrejas, 849 casas, 5.527 “pessoas de confissão”. Em S. Antão: ao norte de S. Lourenço, povoação com 200 hab.; distrito com 12 engenhos, 15 templos, 846 casas, e 4688 almas de confissão. Seu termo encampava as terras ao sul do Beberibe até a ribeira do Paratibe, encontrando-se com Igarassu. “Todas essas terras estão bem cultivadas, e povoadas de muita nobreza”. Pela margem do Beberibe, 800 hab., 452 casas, 3 templos,

dilatadas campinas, tão férteis pela bondade da terra, que ao meio dia não ofende o sol aos caminantes defendidos da pompa de laranjeiras, limoeiros, oitizeiros, mangabeiras, cajazeiros, e de outras infinitas árvores, que lhes formam verdes pavilhões com suas folhas, flores e frutos. De toda esta formosura, fora de ser a terra pingue, e abundante são causa inumeráveis fontes subterrâneas, que dando humor às plantas contra os rigores do sol lhe

²⁹³ COUTO, D. Domingos L. **Desagravos do Brasil...** Op.cit., p. p.144, 146-47.

conservam a vida, como o sangue nas veias do homem. Admiráveis são estas veigas e feitiço da natureza, com que convida os vizinhos, de maneira que já alí se não vê edificar uma e outra casa, senão uma e outra rua.²⁹⁴

Recife, com $\frac{1}{4}$ légua e 500 passos de largo. 1082 casas de 2,3,4 sobrados “feitas ao estilo moderno, de singular arquitetura”; A igreja da Congregação da Madre de Deus era o grande símbolo da “modernidade” recifense, onde eram ministradas aulas de teologia e filosofia. Fora do Bom Jesus, os quartéis de soldados, a casa da Junta, e a povoação do N. S. Pilar, com 140 casas. Em outra “restinga”, o forte do buraco. Em S. Antônio, cuja ponte abrigava 60 casas de mercadores de pedra e cal

...assentada sobre dois espaçosos e fortes cais de cantaria, quatorze pilares de pedra, e colunas de grossos e incorruptíveis madeiros... Ocupam seus braços, e corpo todo terreno, em que se contam mais de duas mil casas com seus quintais, ou jardins com poços de água clara, e doce, que serve para rego das plantas e gosto dos moradores. [...] sete praças capazes de nelas correr touros.”

Na Igreja de S. Pedro: “... a matéria é pedra fina, e clara, e madeiras preciosas” Entre S. Antonio e a Boa vista, “que se une com uma formosa ponte de fortes madeiras”. Sobre a Boa Vista, “está assentada esta nova e já numerosa povoação de uma deliciosa planície, cercada de amenas e vistosas árvores, hortas, e sítios, quintas e casas de recreação”, com 1113 moradas de pedra-e-cal, algumas com dois sobrados. 7 igrejas e 6 capelas. Na região alagadiça dos Afogados: mais de 300 moradias, uma igreja e um recolhimento.²⁹⁵

A freguesia de S. Amaro de Jaboatão: fundada na planície ao redor do monte dos Guararapes, margeando o rio Jaboatão. Povoação com 300 hab, distrito com 18 engenhos, 20 igrejas, 800 casas e mais de 5 mil almas de confissão. A freguesia da Muribeca, pov. 200 hab, distrito com 1062 fogos, mais de 5 mil almas de confissão, 18 engenhos e 25 igrejas. O Cabo, povoação com mais de 200 hab. 4 templos, 28 Engenhos reais, “muitos palácios e casas nobres”, e mais de 7 mil moradores. O porto de Suape era lembrado pelo cronista como “o mais importante no tempo do Holandês.” Ipojuca, localizada em “vistosas veigas, e aprazíveis campinas”, com 2 povoações, a homônima, fundada no cume de um monte, e a povoação do Ó, com 1 mil habitantes. A freguesia tem 20 engenhos, 26 templos, e 7 mil almas de confissão. Serinhaém: tem porto onde vão embarcações da Bahia e Recife. Assenta-se em uma chã, próxima a um “espaçoso e alegre outeiro”, e sua povoação com 500 hab., 4 templos e 1 convento, tem 30 engenhos, 9853 almas de confissão.

²⁹⁴ Idem, p.164-65.

²⁹⁵ COUTO, D.Domingos L. **Desagravos do Brasil...** Op.cit., p.154-157.

Na comarca das Alagoas, Porto calvo: tem os termos as freguesias de Camaragibe e São Bento, 8255 almas confessas, e “muitos e bons engenhos e grandes igrejas” Vila das Alagoas: fundada em um alto, tem porto frequentado, muitos engenhos reais, 1 convento e 1 hospício, e pov. com mais de 600 hab. Freguesias de Sta. Luzia do Sul, São Miguel do Norte, Poxim, e Santo Antônio Mirim, totalizando 16 mil pessoas confessas, “grandes engenhos e suntuosos templos”. Penedo: fundada em um alto, bom porto e grande comércio, nas margens do S. Francisco. 865 casas, quase 4 mil hab. Termo grande, com 80 léguas subindo o rio, confinando com a recente vila de S. Francisco do Sul de Cabrobó, que tem as freguesias de N. Sra. do Ó, São Pedro, Cabrobó e outras duas, “bastante povoadas, com várias povoações, e inumeráveis fazendas, e sítios de criar gados vacuns e cavalares.

Igarassu: vila situada em uma elevação. 1 ig. Matriz, 1 convento e noviciado franciscano, 1 convento das ursulinas, 1 casa de misericórdia, e 4 templos. Freguesia com 5 mil pessoas, e termo 9 mil. 17 engenhos, boas casas de campos, quintas, sítios e fazendas. Goiana: vila com 600 hab., 2 igrejas, um convento e 4 templos. Freg. com 10 mil hab. Itamaracá (termo), freg. Taquara, Tejucupapo e Desterro, com 24 mil almas confessas. Paraíba: cidade 3 mil hab., com 1 ig. Maior, 7 templos, 3 conventos, colégio da Cia. de Jesus com seminário (latim, teologia e filosofia), Freguesia com mais de 10 mil almas confessas. Termo com 20 mil pessoas, “muitos engenhos reais, suntuosos templos e ricas capelas”. Rio Grande: cidade pouco populosa, Freg. com mais de 4.500 almas confessas, termo com mais de 10 mil, muitas fazendas de gados vacuns e cavalares, e bons engenhos de açúcar. Aracati: Bom porto e muito comércio. A vila de Aquiraz, muito povoada, com um seminário jesuíta. Icó: no sertão; Todas estas as três vilas povoadas e ricas. Haveriam minas de ouro, prata e pedras preciosas nos Cariris Novos, além de muitos engenhos, aprazíveis campos e fazendas. A Capitania do Ceará, com sede na vila de Fortaleza, tinha alguns engenhos e “inumeráveis” fazendas de gado, e mais de 30 mil almas confessas. No Piauí, passam os rios Canindé, Itaim, São Vitor, Puti, Longazes e Pracuruca, afluentes do Parnaíba. Mais de 600 fazendas de gado, com grande extensão, comercializado para Bahia e Minas.²⁹⁶

Segundo a “Idéia da População” (1774), A vila de Monte-mor Novo, 40 léguas no interior da capitania do Ceará subindo o rio Jaguaribe, cuja população dos “índios de língua travada” chamados Jenipapo, era duas vezes maior que a de portugueses, possuía

²⁹⁶ COUTO, D. Domingos L. **Desagravos do Brasil...** Op.cit., p.166.

“bastantes terras ainda não cultivadas, com muitas léguas de mata”. Nela, encontrava-se a ribeira do Acaracu, no limite do comércio com a praça do Recife, com três portos por onde transitavam uma média de 20 navios por ano para carregar carnes secas, couro e uma madeira de tinturaria, o pau-violete. A freguesia de S. José dos Cariris, termo da vila acima citada, era “a mais fértil e amena de toda a capitania”, sustentava de farinhas, frutas e rapaduras os “outros sertões já remotos”, que vinham abastecer-se em “comboios grandes”, instalados 87 engenhos de mel e rapadura, que produziam um pouco de açúcar. O restante da capitania do Ceará era tomado por muitas fazendas de gado para a produção de carne seca.

Na capitania do Rio Grande do Norte, a vila de Natal aparecia timidamente com 5 engenhocas, e a produção de mel e rapadura estava concentrada na Vila de S. José, com 22 fábricas, e N.Sra. dos Prazeres, com 11, acompanhadas de 3 engenhos movidos à água. A freguesia de Extremoz representava apenas duas léguas de “terra muito superior” onde as lavouras prescindiam de chuvas devido aos “alagadiços”. Na ribeira do Assu, com povoação e freguesia homônimas, era o local de comércio das oficinas de courama e do preparo de carne seca. Na Ribeira do Sul a Vila e Freg. de S. José tem 22 engenhocas de rapadura e mel, e a vila de N. S. dos Prazeres de Goianinha 11 engenhocas e 3 engenhos reais.²⁹⁷

A Capitania da Paraíba era característica pelas “pingues e deliciosas vargens que compreendem os engenhos de melhor açúcar da América [cujas] margens se ornem de pomposos pomares de espinho e copadas árvores”. Na freguesia de N. S. das Neves (atual João Pessoa), haviam 17 engenhos. Na de Taipu, 12 engenhos e 5 engenhocas. A freguesia de N. S. Pilar produzia louça, algodão, e outros gêneros cultivados na “vargem”. Na Vila do Conde (freg. N. S. Conceição) haviam 3 engenhos, na vila de Alhandra (Freg. N. S. Conceição), apenas um. Na Vila da Traição (Freg. S. Miguel), realizava-se apenas comércio de peixes. A Vila Montemor (Freg. S. Pedro e S. Paulo), era tomada por 75 fazendas, possuindo também 4 engenhos de açúcar.

A partir da barra “dos marcos”, iniciava-se a jurisdição da comarca de Goiana, na Capitania de Itamaracá, onde concentravam-se as vilas de Goiana, Itamaracá, e Alhandra; subordinadas ao Ouvidor da Paraíba. Apelações dirigidas para Bahia, exceto os “crimes de gente preta, parda e vermelha”, julgados em Pernambuco. A Freguesia da Taquara era “povoação alta e aprazível com vários arvoredos e na praia com vários

²⁹⁷ MENEZES, José C. “Idea da população de Pernambuco e das suas anexas, etc.” **ABN**, Vol.XL, 1932, pp.1-112, p.5-9.

coqueiros, e currais para apanhar peixe”, e 7 engenhos de açúcar, 6 dos quais eram movidos a cavalo. Era característica pelos povos “do mar”, que “vivem de pescado” para Goiana e Recife, e os “da terra” de tabaco, roça (mandioca), arroz e outras lavouras. Na Vila de Alhandra, havia plantio de tabaco e roças e um matadouro dos gados.

Em Goiana – com suas pontes de madeira, uma ao sul fazendo contato com o a comarca de Olinda e Recife por terra no engenho Bujari, onde haviam mais quatro ligando com o litoral, e ao norte outras, todas de madeira. Trapiche com guindaste para embarcar caixas de açúcar, conduzidas em lanchas e canoas por uma légua até a foz do rio, onde embarcam-se em sumacas para o Recife. 29 engenhos (incluindo-se Itambé), todos com capelas (uma de taipa em Itambé). Feira de gado e um “famoso curtume” de sola. A Freg. Tejucupapo era uma povoação com “muitos coqueirais e arvoredos”. A maior parte da população vivia de roças e tabaco, produzindo muita farinha para o Recife e também para os “Sertões do Norte”, transportada por sumacas pela barra “dos marcos”. Era abundante em peixe, carne, frutas, coco, e outros mantimentos, além de 6 engenhos de açúcar movidos a cavalo, todos com “capela paramentada”. No termo de Itamaracá, havia “muitas parreiras e salinas”, comercializando o de sal para carnes e couros, e trapiche e armazém de açúcar para ser transportado para o Recife, próximo a uma aldeia de pescadores. Na povoação do Pasmado – ferreiros, latoeiros, sapateiros, marceneiros, carpinteiros, alfaiates e tendeiros, uma loja de secos e algumas de molhados, além de lavouras. Havia o “lugar do “Mato Grosso” e estrada “da Mata”, em direção à Goiana e 9 engenhos.²⁹⁸

A partir de Igarassu, passava-se a jurisdição para a Câmara de Olinda, e na vila, havia uma ponte de pedra sobre o rio Santa Cruz, que fornece água de beber aos moradores, que vivem “de seus negócios de lojas de fazendas”, e em cujas margens instalaram-se dois cortumes de sola. Os “povos de fora” eram os que viviam do cultivo, especialmente da cana-de-açúcar, em 15 engenhos, só um movida a água, todos com capela paramentada. A Câmara tem rendimentos de uma “casinha de pólvora” e uma “pesqueira do mar alto”. A freguesia. Tracunhaém (Termo de Ig.) – Abundante de lavouras, “menos nos anos secos por serem suas terras altas”. Rios intermitentes; construíram-se açudes para Engenhos; abundante de fontes d’água. Lavouras de mamona, algodão, roça e cana. 32 Engenhos. Na freguesia de Bom Jardim, cuidava-se

²⁹⁸ MENEZES, José C. “Idea da população...” Op.cit., p.10-11.

de lavouras, e do gado vacum e cavalari “dos engenhos onde vem passar o verde depois das moendas das canas”, tendo apenas um engenho. Na Freg. Maranguape: coqueirais e currais de peixe, algumas jangadas, salinas e um forno de cal, poucos bois, 2 engenhos d’água e 2 engenhocas de mel.

A cidade de Olinda e seu extenso termo, abarcava pesqueiras de mar alto entre Barra de M^a Jorge e Rio Tapado, entre Rio Tapado e Olinda. Impostos sobre abate de porcos. Na freg. Sé, Rio Beberibe acima, uma “fábrica magnífica de anil”, 3 fornos de “cal preta”. 1 ponte de madeira entre St. Tereza e o Recife, sobre o rio. No Bairro da Boa Vista, muitas lojas de secos e molhados, sítios e cana, 9 cortumes, 1 casa de pólvora, totalizando 12 cortumes e fábricas de atanados e 6 Engenhos. Poço da Panela “Neste lugar do Poço da Panela são os banhos mais saudáveis neste país: as quintas (ou sítios, no idioma da terra) que ficam neste meio são aprazíveis, com muitas frutas, pomares de espinho, muita melancia, melão e hortaliça.” A freg. da Várzea – Lavouras de frutas e hortaliças para o Recife, 10 engenhos.

A Freg. Jaboatão iniciava em uma mata, e tinha plantios de arroz, algodão, mandioca, e outras, e 14 engenhos, “muitos de água”. A Freg. S. Lourenço da Mata – lavouras, algodão, roças e milho, cana. 20, 2 movidos a água de rio ou açude. A Freg. N. Sra da Luz – cana, feijão, roças e mais lavouras, esp. Algodão. Pov. de Pau d’Alho, centro comercial, feira aos sábados, abate para carnes e venda de gado vacum e cavalari. Sobre rochedos com fonte d’água, nasceu um Molungú de “monstruosa grandeza”; matas dominadas pelo pau d’alho. 16 engenhos. Freg. Sto Antônio da Mata – abate e pequena criação de gado, feira de mantimentos e panos de algodão, muito fabricados na freguesia, para o que vem comboios do sertão e de minas. 3 Engenhos de açúcar e 30 de mel e rapadura, destinados ao sertão.²⁹⁹

No extremo do termo de Olinda, o “Sertão dos Garanhuns”: Freg. Ararobá – 25 faz. gado, nos Brejos plantam lavouras, milho, feijão, algodão, roças e cana para rapadura; cria gados para Pernambuco e Bahia; Vila de índios dos Cimbres e Águas Belas. – lavouras “para seu sustento”. Índios trabalham como tangedores de boiadas para Bahia e Pernambuco. O “Sertão do Pajeú”: Freg. Cabrobó – 60 fazendas de gado, lavouras plantadas nos brejos. Freg. Bezerros – 88 fazendas de gado; alguns cortumes de couro e sola. Gado enviado para Bahia. Algumas lavouras nos brejos. Freg. Tacaratu – 60 Fazendas. Alguns lugares despovoados pela falta d’água. Comércio com a

²⁹⁹ MENEZES, José C. “Idea da população...” Op.cit., p. 15-17.

Bahia.Freg. No Pilão Arcado, haviam “várias” aldeias de índios e criação de gado vacum e cavalar, com 35 fazendas.

No Recife, “A mais opulenta vila desta América”, para onde sumacas traziam açúcar, couros, solas, taboados, madeira e pau-brasil. Em Santo Antônio, o forte do Mattos, estaleiros. Freguesia da Muribeca, havia vários sítios nas ribeiras. Em Ponte dos Carvalhos – em homenagem à árvore do mesmo nome – havia 8 engenhos. A freguesia do Cabo possuía muitas terras férteis, além de pescados e frutas. Antigamente no rio subiam grandes embarcações. 26 Engenhos, todos com capelas paramentadas, e outras lavouras. Na Freg. Ipojuca – 26 engenhos com capelas paramentadas. Produção de cana, algodão, arroz e roças, além de laranjas, limões doces, limas, mangas, jambos, pinha, romã, jaca, coco, melancia, melão, e “toda a qualidade de frutas silvestres”. Trapiche no Porto de Galinhas para sumacas pequenas do Recife. Moradores do litoral vivem de pesca e transporte de taboado sem balsas e jangadas, arroz, e mais efeitos da terra. 1 fazenda de gado vacum. 26 engenhos.

A vila de Serinhaém, com jurisdição do rio Maracaípe ao Persinunga, tinha “mais de trinta matas incultas que correm pelo poente”, com cerca de 11x36 léguas. Produção de frutas, legumes, roças e cana. Parte de Ipojuca em Serinhaém. Muitas roças e cana, com 4 engenhos (2 água, 2 bestas). Rios com muitas pedras e cachoeiras, em poucos lugares navegáveis por balsas e canoas, que transportam açúcar dos engenhos, “todo gênero de madeiras duráveis e preciosas”, peixes. Muitos “grossos e altos mangues” com muitos carangueijos e mariscos. No “paço” do Rio Formoso entram barcos para carregar sal, peixe, mariscos e carangueijos. Ilha de S. Aleixo coberta de arvoredos, e um morador que planta mandioca, mamona e melancias. Na Freg. N. S. Conceição. 37 Engenhos (22 água, 15 “bestas”) A freg. Una tinha Rio navegável 2 léguas por lanchas e jangadas. Muito peixe negociado em Pernambuco. Margens com muitos manges. E 23 engenhos (5 água). Na Freg. Barreiros, vivia-se de pesca.³⁰⁰

Na comarca das Alagoas, a vila de Porto Calvo, termo Recife, com 40 léguas, 9-11 com cultivos para Oeste, até o arraial de Jacuípe, englobava uma parte do Una pert. Com “incultas matas” e 4 engenhos. No geral, possuía muitos rios, especialmente o Camaragibe, “que a todos excede no declive da sua corrente, no agradável das suas margens, na beleza dos seus arvoredos, no saudável de seus banhos, e na pureza de suas águas”, povoado até 9 léguas do mar, nascendo em “matas despovoadas”, cerca de 40

³⁰⁰ MENEZES, José C. “Idea da população...” Op.cit., p.20-22.

léguas da barra, navegável 4 léguas por lanchas, canoas e jangadas. A freguesia de Camaragibe possuía “verdes e copadas matas”, e era também abundante de pesca nas lagoas e mangues, além muitos pastos para gado vacum e cavalar, plantio de cana, roças e fumo. 11 Engenhos. O Rio de S. Antonio Grande, com 4 léguas navegável por canoas, lanchas e jangadas, até o engenho homônimo, depois dele despovoada, nasce em matas virgens 15 léguas acima. Produção de frutas, legumes, roças e canas. “Matas virgens de preciosas madeiras”: pau-amarelo, sucupira, pau d’arco, gurubús, copaibas (“que lançam estimado óleo”), sapucaias, cedros e louros. Produção de açúcar - com 11-12 engenhos moentes com besta e 2 de fogo morto - e couramas, além de outras pequenas produções. A Freg. São Bento. 5 engenhos moentes por bestas, 1 fogo morto. Parte da Freg. Meirim – 10 léguas de matas incultas para oeste. 2 engenhos moentes.

Na Vila das Alagoas, sítios cobertos de arvoredos, de espinhos e outras fruteiras. Muitas lavouras de mandioca, milho, arroz, com rios navegáveis por canoas de um só pau, feitas de vinhático, cada uma transportando 3-4 caixas de 35-40 arrobas de açúcar, e outras menores para cargas miúdas e armação de pescarias. Freg. Alagoas: 10 engenhos. Freg. S. Miguel: 9 engenhos e 32 fazendas de gado. Freg. Alagoas do N.: comercia açúcar, madeiras, peixe, algum azeite “cujo comércio é comum” e também algum tabaco e pau-brasil. 8 Engenhos. Freg. S. Ant. Mirim: comercia madeiras de sucupira, peixes, azeite de mamona, pouco açúcar. 3 engenhos. Freg. N. S. das Brotas (pert. Atalaia): povoada por duas nações de índios e poucos portugueses. Terreno bom para lavouras, subutilizado. Comércio de Papaconha, paus de jangada, canoas e algum tabaco. A Vila de Penedo muito gado vacum e cavalar. Nas ilhas de penedo haviam muitas terras férteis, esp. Brejo Grande, com 3 engenhos de açúcar e muitos frutos e árvores de espinho. Ilha Grande: 5 fazendas de gado vacum ou cavalar. Freg. Poxim: situada numa planície. 2 engenhos e 14 fazenda. Freg. Penedo: 7 Engenhos, dos quais 4 engenhocas, oitenta fazendas. Freg. Porto Real: Situada em uma planície. Freg. N. S. do Ó.: área de pastoreio, fazendo limite com Mata do Pau Grande, “sumamente abundante de lavouras e [...] habitada pela sua fertilidade”. 114 fazendas.³⁰¹

No início do XIX, Vilhena apresentava uma definição *lato senso* da capitania, colocando seus limites ao norte com a do Maranhão - marcada pela foz do Rio Parnaíba, nos “confins do Ceará - a oeste com os sertões do Piauí e ao sul com a Bahia, com “abundantíssima produção de seus terrenos”. Para o Rio Grande do Norte, assinalava a

³⁰¹ MENEZES, José C. “Idea da população...” Op.cit., p. 25-29.

sua grande extensão em direção ao Sertão, onde haviam muitas fazendas de gado. Por toda a costa de Pernambuco, Vilhena dizia haver “imensos cocaes, cujas árvores só produzem bem e crescem em terras arenosas e fracas”. Os “confins” da capitania de Pernambuco, iniciavam-se duas léguas acima da barra do rio Paratininga, na barra do Una, cuja povoação homônima ficava em sua margem norte, e subindo-se por esse rio cinco léguas, alcançava-se a parte do sul o rio Jacuípe. Subindo mais algumas léguas, estava a povoação de mesmo nome. Nas proximidades, encontravam-se as matas do Jacuípe, Pirangi grande, Una, Sucupira, Duas bocas, Sauhé de Cima, Cabeça de Porco, Aldeia, todas elas “coroadas pelo interior das terras por matas de Vinhático”. Entre a barra do Una e do Rio Formoso, e a barra de Tamandaré era a única abertura nos arrecifes da costa. A povoação de Rio Formoso ficava duas léguas para o interior, com suas matas. Mais ao norte, avistava-se a barra de Serinhaém, com capoeiras próximas ao litoral e matas no interior, depois Ipojuca – também com matas no interior - a praia do rio Camboa e o Cabo de Santo Agostinho.³⁰²

4.2. Conexões marítimas

Fr. Jaboatão afirmava que a ilha de S. Antônio era inicialmente conhecida como “ilha dos navios”.³⁰³ Segundo a “Idéia Geral”, a Capitania de Pernambuco era navegável até o interior em sumacas pelos rios Capibaribe – no qual subiam por 7 léguas - S. Miguel (na comarca das Alagoas) – no qual subiam por 4 léguas até vila homônima – e no rio S. Francisco adentravam 7 léguas até Penedo. As sumacas entravam 1 légua no rio Jaguaribe, comarca de Goiana [ver mun. atual]. No termo da Ilha de Itamaracá (Cap. Itamaracá) a barra de Catuama e rio de Sta. Cruz navegável por sumacas. Ayres do Casal afirmava que Pernambuco era a província com maior número de portos, embora a maioria apenas para sumacas ou menores, dos quais o melhor era o de Tamandaré.³⁰⁴ Segundo ele, a subida das Lagoas do Norte e do Sul, que eram antes frequentadas por sumacas, atualmente estavam com fundo alto, permitindo apenas

³⁰² Segundo o Vilhe, para facilitar a administração judiciária, foi dividida em cinco comarcas: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, estas duas fazendo parte no seu tempo da mesma comarca, Pernambuco e Alagoas. VILHENA, Luís S. “Recompilação de notícias...” Op. cit., Carta XX, p.19.

³⁰³ JABOATÃO, Fr. **Novo Orbe...** Op.cit. p.304.

³⁰⁴ CASAL, Manuel Ayres. **Corografia brasílica**: ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil; prefacio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976 [1817]. 2 vol., p.168.

embarcações menores. O rio do Coruripe era cercado em suas margens por mangues, caniçais e árvores.

Já em 1609, Campos Moreno relatava. “A capitania de Pernambuco cresceu, pelo que todas as demais do Norte se encolheram, que se cada uma tirara sua carga pelo seu porto, de tudo aquilo que em si produzem, não sei se levantaram tantas casas no Arrecife”. Em fins do XVII, a instabilidade nos mares orientais, solapou as relações comerciais lusitanas com as Índias. A partir daí, a virada da política portuguesa para o Atlântico Sul - analisada em outros termos por Alencastro³⁰⁵ - mobilizou um esforço de otimização das bases materiais das redes de comércio. Durante esse período, reformou-se o sistema de comércio colonial, e desde 1756 cabia à Companhia o controle da exportação de produtos da grande área da Capitania Geral de Pernambuco, com jurisdição do Rio São Francisco até o Ceará, e que tinha no porto do Recife o centro escoador de toda a produção dessa grande porção de terra. Nesse meio tempo, ocorreram modificações na dinâmica dos aldeamentos, a fundação de novas vilas e fortalezas; políticas de estímulo ao comércio interno, à implementação da cartografia e das estatísticas locais; e o reconhecimento de reservas florestais passíveis de serem inseridas aos circuitos atlânticos de comércio. Isso significou, em termos locais, uma grande concentração de aparatos burocráticos coloniais no porto do Recife, que concentrava também a produção que seria exportada para o ultramar de diversas áreas e produções da terra, dos quais açúcar, algodão e madeiras eram os principais produtos sujeitos a seu domínio.

Em 1665, uma “naveta” da Índia aportou em Pernambuco pedindo para continuar viagem juntamente com a frota.³⁰⁶ Em 1675, a Câmara de Olinda informava as dificuldades dos moradores de comercializar com uma nau vinda da Índia.³⁰⁷ Em 1747, navios franceses vindos da China aportaram em Fernando de Noronha.³⁰⁸ Segundo Rocha Pita, dos portos do Brasil saíam nas frotas para Portugal - além de milhares de caixas de açúcar, tabaco, sola, couros em cabelo e ouro - âmbar, bálsamo, cravo, cacau, baunilha, gengibre, canela, algodão, anil, óleo de copaíba, e “madeiras de valor”: pau-brasil, sassafrás, condurú, jacarandá, violete, vinhático, tapinhoã, jataí-peba, angelim e cedro, em quatro fragatas da coroa que iam à Bahia e Pernambuco, em grandes peças

³⁰⁵ ALENCASTRO, Luíz Felipe. **O Trato dos viventes**: A formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 247-251.

³⁰⁶ AHU_PE, D. 772.

³⁰⁷ AHU_PE, D. 1035.

³⁰⁸ AHU_PE, D. 2854.

para o Arsenal de Lisboa e da Bahia. Além disso, muitas outras dirigiam-se à “costa da Etiópia” para resgate dos escravos, em troca de açúcar, tabaco de segunda e terceira qualidade e outros gêneros.³⁰⁹

O comércio com a África fez-se por meio inicialmente de um sistema que combinava a navegação de cabotagem, os escambos e o estabelecimento de feitorias localizadas na faixa costeira, cujo grande centro irradiador era a feitoria de Mina, para fins de acumulação metálica, e no Congo e Luanda, para o comércio de escravos. Nesse complexo de intensas trocas, possibilitado pela união das trocas africanas com as necessidades do sistema de grande plantação instalado nas Américas, a Mandioca o milho, espécies de feijões e batatas, e muitas outras plantas saíram do Brasil para tornarem-se gêneros de cultivo na África, bem como os inhames, baobás, dendezeiros vieram para a América, por vezes como alimentos para a travessia, outras como aclimações conscientes. O eixo do Atlântico Sul foi, dessa forma, um importante local de contato entre ambientes que, apesar de situados nos trópicos, possuíam diferenças gritantes em termos de fauna, flora e doenças, que fizeram com que Alencastro o definisse como “realidade territorial”, no sentido de se constituir em uma série de fluxos a partir de locais diversos, que direcionavam suas forças para esse ambiente de trânsito constante das navegações européias.³¹⁰

Por volta de 1745, a “Ideia Geral” afirmava que os principais portos com comércio com o Recife eram Lisboa, Porto, Rio de Janeiro, Bahia, Angola, Costa da Mina, Ilhas Camocy, Ceará, Mundaú, Jaguaribe, Assu e Paranaguá, em geral trocando “gênero por gênero”. Dos últimos, na capitania do Ceará, levava-se panos de algodão, aguardentes da terra, todo tipo de obras de ferro, tabaco, farinha, feijão, melaço, açúcar, arroz e panos europeus, especialmente fazenda branca. Traziam, em troca, carne seca, couros crus e curtidos em sola branca, couro de cabra e veado, tartaruga, pau violete, rabuge, sebo, redes de algodão brancas e coloridas, e âmbar. Apenas as madeiras não eram trazidas do Assu, que em compensação fornecia peixe seco em quantidade, e pouco sal, todos através de sumacas, levando meses de acordo com as monções, entre maio e outubro para ir, e daí em diante para a volta. A capitania de Pernambuco concentrava preceitos administrativo-militares e seu porto foi o centro de escoamento

³⁰⁹ ROCHA-PITA, Sebastião. **História da América...** Op.cit., p.138-40.

³¹⁰ ALENCASTRO Luís F. **O Trato dos viventes...** Op.cit., p.20, 49. No século XVII, L.F de Alencastro lista uma série de mercadorias trocadas na Alta Guiné: Marfim, âmbar, cera, almíscar, couros, goma-arábica, noz-de-cola, cobre e pimenta malagueta, além dos próprios escravos, trocados por panos bretos, flamengos ou alentejanos, ferro dos países nórdicos, vinhos e aguardente ibéricas, cavalos da Espanha, do Marrocos e do Cabo Verde, miçangas da Índia.

atlântico das produções do nordeste, juntamente com Salvador. Nesse sentido, forma-se um pequeno sistema regional que incorpora a Comarca das Alagoas e as capitânias anexas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Os couros, solas, e carnes secas do sertão, sapatos de couro de veado (supõe-se que beneficiados em torno de Recife), “cocos de todas as castas” e quartinhas de barro de Ipojuca eram levados ao Rio de Janeiro, juntamente com escravos da Costa da Mina, e traziam ouro em pó e em moeda, barbatanas de baleia e azeite de peixe. As carnes-secas, quartinhas e “doces de todas as qualidades” eram enviadas à Bahia, que vendia amarras de piaçaba, madeiras de jacarandá, azeite de peixe, “castas” de cocos, louça de “barro vidrado” e produtos da Índia. Para este porto e para Minas também eram enviados por terra “grandes comboios” de gado vacuum e cavalar, “que reduzem a dinheiro”.

Para Angola exportava-se aguardente de cana, “fábrica de farinha da terra” e prensas de mandioca, arroz, tabaco, taboados de amarelo, telhas, doces “de toda casta”, cavalos, couro lavrado, sapatos, chinelas, botas e panos europeus, importando de lá escravos “da terceira espécie”, cera, sândalo, “paus de redes”, canudos de cachimbos, esteiras, “panos de palhinha” e marfim. Era, no entanto, na Costa da Mina “de onde se tiram os maiores interesses”, visto que lá era consumido a maior parte do tabaco e aguardente, além de açúcar, ouro lavrado ou pulverizado, couro de onça curtido e em cabelo, redes e “chapéus do sol de seda”, rabos de bois, facas de ponta com cabos de tartaruga, fazenda branca européia e indiana e “algumas sedas ligeiras”, em troca de escravos, “algum ouro em pó e algum marfim”.

Embarcações dos Açores e Madeira traziam “panos brancos de jenipapo”, de linho e “atoalhados”, linhas, vinho, aguardente, óleo de linhaça, carne de porco, nozes, cuscuz, tremossos, favas e farinha de trigo, em troca de açúcar, sola vermelha, algodão, madeiras e dinheiro em moeda. O comércio para Lisboa e Porto envolvia açúcar, melão, sola vermelha e branca, atanados, couro em cabelo, couro de veado curtido, madeira “de todas as castas”, ipecacuanha e um pouco de tabaco, entre os principais produtos; entre os secundários, gengibre, “bálsamo do peru”, almêcega, resina de batata, raiz de “albuta” e “Angelico, óleo de copaíba e coco. Visto tudo isso, considerava os “gêneros especiais do país”: açúcar, gado vacuum e cavalar, tabaco e madeiras.³¹¹

³¹¹ ANÔNIMO, “Ideia Geral de Pernambuco em 1817”, **RIAP**, n.29-30 (Reed.) Recife, 1977, p.482-83.

Por essa época, o governador Rolim de Moura mencionava quatro navios estrangeiros que pediam suprimentos em Recife, entre eles uma balandra vinda da China rumo a Barbados. A coroa pedia especiais cuidados, para que saísse o quanto antes do porto, e fosse inspecionado, devendo ficar ancorado próximo à artilharia.³¹² Em 1720, uma nau vinda da Índia aportou no Recife, carregando pimenta e café, além de outras fazendas que o governador requeria autorização para comercializar localmente. A coroa exigia repetidas providências a esse respeito, dada a grande quantidade de navios estrangeiros que aportavam localmente: navios vinham da China, Macau, Índia, Perú, Ilha do Príncipe, dos portos da África, entre outros.³¹³

Koster reputava que, “Como a viagem da costa da África às margens opostas da América do Sul é curta, porque os ventos são sujeitos a pequenas variações e o tempo é bom, os navios que são empregados nesse tráfico são, geralmente, pequenos e de má construção.”³¹⁴ Em Recife, Tollenare viu muitos navios negreiros descarregarem escravos em Santo Amaro, por meio de chalupas.³¹⁵ Os navios negreiros eram de 200 a 400 toneladas, comumente superlotados. Os escravos eram comumente comprados por oficiais mecânicos – pedreiros, mestres-de-obra, carpinteiros, ferreiros – de preferência os de Angola. Havia muitos negros livres, ocupando-se como alfaiates, sapateiros, alguns deles com escravos. Muitos trabalhavam no porto, e na armação de navios para cabotagem.

4.3. Construção naval local

O governador pedia a construção de uma embarcação destinada diretamente ao serviço da coroa, armada nos moldes das sumacas locais, “*cuja navegação é aqui mais conhecida*”, com tripulação de soldados pagos pelos preços correntes para a atividade localmente. A embarcação poderia ser utilizada também para transporte de outras mercadorias, e para o abastecimento da ilha de Fernando de Noronha, e foi desenhada pelo construtor da Ribeira das Naus João de Souza Palher.³¹⁶ Nesse ano foi estabelecido também um cofre em Alagoas para a fatura das madeiras reais.³¹⁷

³¹² AHU_PE, D. 2898.

³¹³ ABN, 28, 1906, p. 232-33.

³¹⁴ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste...** Op.cit., p.503.

³¹⁵ TOLLENARE, Louis-F. **Notas Dominicais...** Op.cit., 1978, p.164, 169-171.

³¹⁶ AHU-PE, D. 13445.

³¹⁷ Ofício de D.Tomás a D.Fernando José de Portugal [s.n.], 16/11/1798 2 p. **BN-Mss. II-32,33,028 n°002.**

Do Pará, Bernardo Luís Ferreira Portugal, sendo instruído a apresentar um plano de abastecimento de madeiras, informava a D. Francisco de Souza Coutinho sobre o potencial de exploração madeireira de Pernambuco, que tendo “a precisa obrigação de fornecer as madeiras de construção para o Arsenal Real [...] podendo chegarem a Portugal por preço cômodo, chegam por excessivo”. Para ele, havia na verdade “muito poucas madeiras de construção, por estar toda povoada de engenhos de fazer açúcares. Esta pequena quantidade, além de ser muito no interior do país, é necessária para a conservação dos engenhos, é por isso preciso irem buscar as madeiras de construção à comarca de Alagoas e Paraíba”, aumentando os custos de transporte, necessitando serem descarregadas das sumacas e carregadas novamente em navios, havendo também diversos naufrágios.

Considerava que o porto de Jaraguá e do Francês, na Comarca de Alagoas, eram “dos melhores portos do Brasil, por serem baías francas em todas as estações, de bom fundo, e surgidouro tranquilo e limpo”, podendo carregar diretamente à Lisboa todas as madeiras, além de contar com fartos e baratos víveres. Na Paraíba, embora seus portos fossem de menor profundidade, também eram possíveis de fazer cargas, além de contarem com melhor abastecimento que Pernambuco. O informante sugeria também que fossem construídas embarcações nesses mesmos locais, reduzindo sobremaneira os fretes. Por sua vez, a mão de obra também sairia muito mais barata, posto que os custos de vida eram menores.

Na verdade, nesses locais já havia uma pequena indústria de armação de sumacas, financiadas pelos comerciantes da praça do Recife. O trânsito de madeiras entre Alagoas e Pernambuco, por outro lado, prejudicava a produção local de açúcar, algodão, mel e aguardente, por não restarem navios para levá-los a Recife, e assim exportar para Lisboa. Seria necessário, doravante, realizar o comércio direto com Portugal.³¹⁸

O comércio do Atlântico sul também indica a prática de embarque de madeira da Bahia para a África, bem como constante uso de madeiras brasileiras para a construção naval voltada a esse comércio bipolar. A partir de 1808, as madeiras brasileiras passaram a ser trocadas com mais frequência com outros países, não constando nas estatísticas oficiais da coroa, e com o bloqueio de Napoleão no Báltico, a Inglaterra fez

³¹⁸Ofício de Bernardo Luis Ferreira Portugal a Francisco de Souza Coutinho Pará: [s.n.], 26/12/1797. 5 p. BM_Mss. 618, 15, 36.

um acordo com a coroa portuguesa para produzir pequenas peças para suas embarcações no Brasil.³¹⁹

Nesses pontos, Miller lança o contra-argumento de sua tese sobre o fracasso da indústria madeireira brasileira. A demanda por esses bens é cotidiana, tendo perdurado por todo o período colonial, muitas vezes chegando até tempos recentes. Tanto houve convivência entre todas as diversas demandas da floresta, quanto não há registros de escassez dentro do período colonial. Isso atesta o tamanho das reservas florestais encontradas pelos colonizadores, bem como sua capacidade de regeneração em alguns locais, e também faz aumentar a escala pela qual podemos pensar o tamanho da modificação ambiental produzida pela inserção dos territórios florestais da América do Sul na economia-mundo. Um quadro completo da exploração florestal deve portanto levar em consideração praticamente todas as atividades da vida colonial.³²⁰ Desde 1723 o vice-rei Visconde de Sabugosa informava do envio de madeiras dos portos de Pernambuco e Paraíba, onde encontravam-se três charruas à espera das madeiras.³²¹ Em 1753, um aviso do secretário do Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real ao Conselho Ultramarino informava que um navio sueco seria enviado para Pernambuco a fim de transportar petrechos de guerra a Fernando de Noronha e para carregar madeiras de construção da região.³²²

Os financiadores locais privados de navios, comerciantes em sua maioria, ao contrário do que a historiografia tradicional defendia, parecem ter mantido uma ativa indústria naval em diversas localidades, desde pelo menos meados do século XVII, quando Salvador Correia de Sá mandou construir duas naus próximo ao Rio de Janeiro. Embora as embarcações construídas domesticamente fossem de menor dimensão, visto não terem as necessidades de um navio de guerra, eram utilizadas não apenas para a navegação de cabotagem, como para trocas atlânticas, com constantes isenções da coroa para a importação de materiais. O setor privado parece ter concorrido fortemente com a construção real, oferecendo melhores pagamentos para os trabalhadores especializados. Os navios preferencialmente tinham grande capacidade, dados os tamanhos das cargas

³¹⁹ ALENCASTRO, Luís F. **O Trato dos viventes...** Op.cit.; MILLER, Shawn W. **Fruitless trees...** p.88-94.

³²⁰ AHU-PE, D. 9212, 9219.

³²¹ AHU-BA, D. 1567.

³²² AHU-PE, D. 6261.

de produtos brasileiros. Miller coletou informações sobre 65 embarcações construídas localmente, complementando dados de Amaral Lapa.³²³

As canoas indígenas se impuseram, ao longo dos primeiros séculos, como um dos meios de transporte primários da região, com certa diversidade morfológica, adequando-se para os mares – com o uso de uma ou duas velas - ou rios, chamadas também “montarias”, movidas a remo ou vara, carregando as gentes, mercadorias, água para o Recife, ou materiais de construção e uso diário: tijolos, areia ou lenha.³²⁴ Em Olinda, as canoas subiam até a povoação do Beberibe, com alguns obstáculos de vegetação aquática em certos lugares, e em Recife alcançavam Apipucos, igualmente navegável por botes. As canoas do século XIX, ainda segundo os dados do Diário de Pernambuco compilados por Mello, eram feitas predominantemente de amarelo e vinhático (especialmente em Alagoas), mas também oiticica, pau-carga, sucupira, por vezes misturando diferentes madeiras. Em 1781, a Câmara do Recife denunciava a grande quantidade de currais de peixe nas margens dos rios, dificultando o transporte de lenha, água e outros.³²⁵

Em 1653, um regimento proibia que se construíssem quaisquer “navio ou caravelão” sem que houvesse licença, e todos os possuidores de navios deveriam pedir autorização para comercializar com outras capitanias. Por outro lado, todos aqueles que quisessem construir navios de remos de quinze bancos ou mais, com três palmos de água de banco a banco, teriam isenção nas munições e aparelhos mandados de Portugal, por serem “os mais convenientes para navegarem a dita costa do Brasil, e servirem na guerra”. Embarcações com mais de 18 remos receberiam ainda 40 cruzados para auxiliar sua manufatura, e os que construíssem naus com mais de 130 tonéis teriam os privilégios dos construtores do reino. A coroa justificava o estímulo “pela abundância de madeiras que há nas ditas terras do Brasil”.³²⁶

Já no século anterior, em 1670, o governador de Pernambuco Bernardo de Miranda Henriques respondeu a um pedido de madeiras locais para naus das Índia, na qual afirma que consultando carpinteiros da ribeira local e outras pessoas entendidas sobre as matas locais, estes informavam que não as havia nas “matas descobertas”.³²⁷

³²³ MILLER, Shawn W. **Fruitless Trees...** Op. cit. p.302

³²⁴ Segundo Evaldo Cabral de Mello, as canoas fluviais dividiam-se, no século XIX, em “canoas de carreira” destinadas a pessoas, “d’água” e “de condução” para “trastes e materiais”. MELLO, Evaldo C. “Canoas do Recife: um estudo de microhistória urbana” **RIAP**, 50, 1978, p.73.

³²⁵ Idem, p.85 e passim.

³²⁶ **ABN**, v.28, 1906, p.311-12

³²⁷ AHU-PE, D. 900.

Em 1689, o governador falava sobre outra fragata, para guarda da costa.³²⁸ Em 1696, o governador de Pernambuco pedia que fosse construída a fragata de 30 peças equipada de remos na capitania para a guarda de Fernando de Noronha, evitando os ataques de piratas, afirmando que era mais cômodo fabricá-la localmente. O governador adiantou a encomenda das madeiras, mandadas cortar em Itamaracá, “donde se acham de melhor qualidade, e fica menos dificultoso conduzir-se”, com a finalidade de dar tempo para sazóná-las. Segundo a correspondência, além de a ilha estar sendo usada para abastecimento dos navios piratas, ela poderia ser utilizada estrategicamente para as naus das Índias, por ser “muito abundante de peixe e caça, e capaz de toda a criação de gados, e de produzir todos os mantimentos necessários os quais se conduziam no tempo em que esteve povoada”. Missionários oratorianos dirigiram-se à ilha, acompanhados de marinheiros experientes, mas avaliaram

que o posto era mal, exposto a muitos ventos, e a terra agreste, nem haver nela mais que muitos cães, e pássaros de praias [...] que no mato descobriram uns machados, os quais [...] seriam dos mesmos piratas [...] e não ter mais nada bom, mais que um rio de água”. Visto isso, à coroa parecia que não havia vantagem em ocupá-la.³²⁹

Por volta dessa época, foi expressamente recomendado que se carregassem as charruas reais apenas com madeiras.³³⁰ A coroa encomendava enxárcias e velames para as embarcações.³³¹ Por volta de 1775 (quase um século depois) a coroa novamente estipulava a construção de uma corveta para a defesa e abastecimento da ilha de Fernando de Noronha.³³² Em 1776, há notícia de outra embarcação sendo construída, que poderia ser utilizada para o transporte para Fernando de Noronha, ou para o transporte do pau-brasil, caso não houvessem navios autorizados.³³³ Em 1777, a Junta da Fazenda comentava sobre as peças importadas do Arsenal Real para a corveta que estava sendo construída para transportar soldados a Fernando de Noronha e pau-brasil para a corte.³³⁴

Em 1725, um negociante alemão, matriculado há 48 anos em Lisboa, João Maximiliano, enviava ao rei um requerimento de licença para trazer três navios, que enviara ao Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. O mesmo afirmava-se como “um dos

³²⁸AHU_PE, D. 1757.

³²⁹AHU_PE, D. 1701.

³³⁰AHU-PE, D. 9405.

³³¹AHU_PE, D. 9728.

³³²AHU-PE, D. 9199.

³³³AHU_PE, D. 9286.

³³⁴AHU-PE, D. 9548.

principais carregadores da Praça de Lisboa”. Um deles, ao entrar na barra de Recife, vindo da Paraíba, sofreu danos irreparáveis. O comerciante, então, para não perder sua carga, mandou construir outro na ribeira das naus do Recife, sob a invocação de Nossa Sra. das Neves e Sta. Ana, com capacidade para mil caixas de açúcar, que no entanto estava há dois anos parado no porto, à espera de equipagem que deveria ser mandada de Portugal, requerendo inclusive materiais de artilharia, para segurança da nau, estando ciente dos muitos naufrágios por ataques de estrangeiros ocorridos nos últimos anos. Para a coroa, no entanto, estimular essa iniciativa era promover o que afirmava que vinha acontecendo com o comércio de tabaco, franqueado a particulares, que transitavam livremente fora das frotas, causando prejuízos em Lisboa. Segundo o parecer régio, Maximiliano procurava fazer o mesmo com o comércio de açúcar, abarrotando o portos locais, que já tinham abastecimento garantido do produto.³³⁵

Por volta de 1727, Miguel dos Santos Lisboa pedia isenção de pagamento para os materiais de construção naval, para o navio de 800 caixas fabricado pelo Cel. Antônio Nogueira de Figueiredo.³³⁶ Em 1739, os negociantes Antônio Rodrigues Campelo e José Peres Campelo pediam também isenções para a nau Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Paraíso, para 900 caixas de açúcar.³³⁷ Em 1739, João de Teive Barreto, pedia isenção de direitos para o mesmo fim, a respeito de uma galera de 200 ton. fabricada na Paraíba, batizada N.Sra. do Rosário e Santos Reis, como havia disposto aos anteriores.³³⁸ Por volta de 1743, Miguel Borges Pereira, tendo os fabricantes das construído os navios Santíssimo Sacramento, Santa Ana e São Francisco Xavier, requeria a observância das Ordenações, favorecendo a construção naval.³³⁹ Por volta de 1748, Henrique Martins e João Henrique Martins pediam isenção para a construção de uma galera em Recife.³⁴⁰

Em 1755 o capitão de mar e guerra Rodrigo Inácio de Barros e Alvim comunicava seu regresso à secretaria do ultramar, enviando uma relação de madeiras enviadas em navios de guerra e mercantis. Em Recife, encontravam-se navios de Lisboa e do Porto, que afirmavam não poder partir com o comboio, faltando ainda descarregar mercadorias, e partiram dez navios de Pernambuco, seis da Paraíba.³⁴¹ Em 1766, o

³³⁵ AHU-PE, D. 2928.

³³⁶ AHU-PE, D. 3215.

³³⁷ AHU-PE, D. 4645.

³³⁸ AHU-PE, D. 4789.

³³⁹ AHU-PE, D. 5066.

³⁴⁰ AHU-PE, D. 5670.

³⁴¹ AHU-PE, D. 6601.

governador de Antônio de Souza enviava uma relação de madeiras cortadas no estaleiro de Recife, das quais muitas não serviam para as necessidades da coroa, mas que poderiam ser aplicadas em diferentes obras.³⁴² No mesmo ano, ordens expressas foram expedidas para que todos os navios construídos no estaleiro do Recife seguissem as normas do mestre construtor do Arsenal de Lisboa, Torquato José Clarivini.³⁴³

Em 1772, o governador de Pernambuco, Manoel da Cunha Meneses, sendo informado que a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba desejava construir um navio no porto do Recife, “onde há muitos annos senão tem feito semelhantes obras”. Meneses informava ao secretário Martinho de Melo e Castro que as madeiras de grande porte próximas à Marinha já encontravam-se extintas, sendo necessário levar os cortes para o interior, embora não se refira a nenhuma localidade em específico. As matas do litoral, segundo o governador, encontravam-se esgotadas pelo “pelo continuado corte em que actualmente andão para construir grande numero de sumacas que em todos os anos se lanção ao Mar do Estaleiro desta Capital”, para o comércio de cabotagem.

O transportes e a mão de obra para essas empreitadas seriam elevados, já que os

Artificez percebem jorneaz crescidos por costume antigo, em attenção ao Sol excecivo a que andão expostos, e os gêneros que que se vertem, e suas famílias, que os comprão com cincoenta por cento mais caros do que custão em Europa, e ao mal entendido luxo, practicado geralmente em todo o Brazil, a onde os Homenz desta qualidade senão sogeitam a viver na parcimônia uzada pelos Officiaez no Reyno. Hé huma queixa esta tam epedemia, que os que passaram de Portugal a trabalhar nesta terra, se lhes comunica immediatamente que desembarcam.³⁴⁴

Os oficiais carpinteiros e calafates também eram disputados pelos construtores privados, que ofereciam maiores salários. Um navio chamado Campelos, construído alguns anos antes no estaleiro do Recife, passava segundo ele por “carestias”, mas não por falta de bons materiais, e sim pelo

mau administrador que teve, pois lhe faltarão az luzes da construcção, como He bem notório, e tanto que pelos comerciantes desse tempo, que ainda existem, assim mo tem certificado. Porém com o presente Navio que se vay fabricar, não pode militar a mesma Razão, porque os jorneaz hão de ser pagos, como os paga a Fazenda Real, a ferragem vem pelo custo desse Reyno, e o mais mariame da mesma sorte, e assim ficará em preço que faça muita conta, não só a Companhia Geral, mas aos commerciantes desse Reyno que sequizerem aproveitar desta comodidade;

³⁴² AHU-PE, D. 8035.

³⁴³ AHU-PE, D. 9393.

Sobre as vantagens dos navios construídos no Brasil, afirmava o governador,

a duração destas prevalessem aos que se fabricam em Dinamarca, Suecia e Russia, ainda que saiam dos seus estaleiros com mais cômodo; e o exemplo disto pode ser o mesmo Navio Campeloa, que sendo fabricado com a mencionada carestia ha trinta e douz annos, e outros que ainda hoje existem, dão continuados Lucros aos seus possuidores e mutuas navegações.

Nesse período, a coroa já explicitava a intenção de regular os cortes de madeiras, com o fim de manter reservas florestais do porte das necessidades das grandes naus européias. Meneses alertava para o fato da composição da mão de obra, preocupado com o crescimento no número de ditos “oficiais” cativos:

que não recebem jornais, senão aquelles Officiais que verdadeiramente os merecem, e não admitindo captivos com o nome de officiaez, que em semelhantes occasiões procurão seus Senhores com empenhos, no que se avantação muito as férias, e se adiantão pouco as Obras, introdução esta no Brazil muito uzual de mandarem ensinar escravos a toda a casta de Officios de que procede fugiram os brancos de oz aprenderem, ficando por esta causa entregues a ociosidade e a vida libertina.³⁴⁵

Em 1774, o governador José César de Menezes informava sobre a remessa de madeiras requeridas pela coroa, mas não havia conseguido informações de árvores de óleo e louro para mastros e vergas. Ele enviava amostras de sucupira, gitaí e pau d’arco. A primeira essência, segundo ele, era a utilizada para todo tipo de construção naval, enquanto as duas outras eram menos utilizadas, servindo “para obras direitas e meio direitas”. Na falta destas, usava-se a sapucaia-oiti.³⁴⁶

Em 1770, o governador Manoel da Cunha Menezes informava que havia uma fragata de 110 peças sendo construída no estaleiro local, para o serviço de Fernando de Noronha, em função do mau estado em que se encontrava a anterior. Para completar a navegação, no entanto, eram necessárias uma série de itens, que só poderiam vir da Europa.³⁴⁷ Em 1773, Cunha Menezes informava sobre um navio construído no estaleiro do Recife.³⁴⁸ Em 1774, o mesmo reivindicava a construção de uma embarcação para o serviço de Fernando de Noronha.³⁴⁹ Em 1775, o governador mandava a despesa da construção dos navios Netuno e Santo Antônio.³⁵⁰ Em 1776, temos notícia da construção de uma corveta real na praça do Recife.³⁵¹ No mesmo ano, pedia despacho para José

³⁴⁵ AHU-PE, D. 8642.

³⁴⁶ AHU-PE, D. 8926.

³⁴⁷ AHU-PE, D. 8385.

³⁴⁸ AHU-PE, D. 8805.

³⁴⁹ AHU-PE, D. 9059, 9060.

³⁵⁰ AHU-PE, D. 9169.

³⁵¹ AHU-PE, D. 9273, 9274.

Timóteo Pereira de Bastos ser autorizado a construir um navio.³⁵² A corveta Nossa Senhora do Monte do Carmo e São José foi um dos trunfos do período, construída “em um estaleiro em que se costuma fazer sumacas de particulares, sem embaraçar coisa alguma da Cia. Geral”. O governador afirmava que a embarcação

não pode ir mais forte, nem de melhores madeiras, as quais causavam grande admiração aos pilotos e mestres dos navios mercantes, de sorte que diziam, que tendo visto construir muitos navios, nunca tinham visto obra tão forte

Prontamente foi enviada a Fernando de Noronha, fazendo 3½ dias na ida, e 3 na volta. O navio foi aparelhado “à inglesa, por me parecer de melhor gosto que à portuguesa, e juntamente por ser de menor custo, evitando-se o maior número de moitões de que usam os navios portugueses.” O custo só não tinha sido menor em função do “rigoroso” inverno, que prejudicava os trabalhos do corte e transporte, e pelas compras de mastame e lonas da Cia. Geral. A corveta foi enviada, então, carregando 3250 quintais de pau-brasil (11.725 peças de madeira), 57 peças de madeira, alguns barris e pipas de azeite de mamona, 4 caixas de açúcar, 13 barricas de arroz, 206 alqueires de farinha em paiol, 60 taboas de angico e uma grande caixa de algodão, além de armas e baionetas.³⁵³

Em 1782, César de Menezes enviava uma relação de materiais referentes à construção de uma corveta.³⁵⁴ No ano seguinte, pedia isenção de direitos para as peças do navio construído por Afonso Regueira e Luís Pereira Brandão.³⁵⁵ Em 1781, a coroa determinava que estariam livres de direitos os materiais requisitados por Francisco Higino Duarte pereira e João Ferreira Lopes Francisco Higino Duarte pereira e João Ferreira Lopes para a construção de um navio de 90 pés de quilha e 29 de boca, considerado grande. Em 1783 o mesmo foi feito para a requisição de Antônio Lourenço dos Santos e Manuel Rodrigues Sette para construção de um navio de 100 pés de quilha e trinta de quilha de superfície (Senhor Jesus da Boa Hora/Senhora da Piedade/ou Santo Antônio das Almas) de 400 caixas, realizadas pelo mestre construtor Joaquim José Ferreira nos estaleiros do Recife. No mesmo ano, declarava isenção também para os gêneros do navio de 800 caixas que pretendiam fazer Constantino Soares de Mello & Cia., Salvador de Souza Braga e Raimundo Xavier & Cia, todos moradores em Pernambuco. No ano seguinte, isentava-se os direitos de materiais para a construção de

³⁵² AHU-PE, D. 9481.

³⁵³ AHU-PE, D. 9450, 9451.

³⁵⁴ AHU-PE, D. 10571.

³⁵⁵ AHU-PE, D. 10852.

um navio de 17 braças de quilha, 44 palmos de boca, 15 no porão e 7½ na coberta, de propriedade de Manoel Gomes Pinto. Em 1785 também ordenava o Marquês a isenção de direitos para os materiais de uma galera de 500 ou 600 caixas a ser construída pelo Ten. Cel. José Vaz Salgado, a serem enviadas pelo vergame Poliame.³⁵⁶

Ilustrando esta tendência César de Meneses pedia isenções também para as 20 peças de artilharia e 600 balas para a corveta de Joaquim Pedro Belo construída no estaleiro do Recife.³⁵⁷ Em 1795, Melo e Castro ordenava a entrega de documentos da compra de quatro navios.³⁵⁸ Em 1797, informava da construção de duas embarcações para correio marítimo.³⁵⁹ No ano seguinte, requeria mais materiais para a construção dessas embarcações.³⁶⁰ Em 1798, relatava as dificuldades dos navios aportarem localmente, especialmente para a descarga de madeira, e pedindo auxílio para melhorias do porto.³⁶¹ Em 1799, os negociantes de Recife pressionavam o Juiz da Alfândega a cumprir as provisões relativas à isenção de direitos de gêneros destinados à construção de bergantins.³⁶² Nesse ano, também, há notícia do bergantim Pérola do Norte, fabricado em Alagoas,³⁶³ bem como de um navio fabricado na capitania de Pernambuco.³⁶⁴ Em 1800, a Junta informava sobre a fragata Colombo comprada pela Fazenda Real.³⁶⁵ Em 1807, duas correspondências do Rio de Janeiro, passadas pela Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, autorizavam viagem da galera Nossa Senhora da Conceição e Santo Domingo e do bergantim Rainha de Nantes, construídos em Alagoas.³⁶⁶

4.4. O porto do Recife: Capital da madeira

Após a retomada portuguesa do Nordeste brasileiro, a coroa estabeleceu em 1660 a regulamentação do sistema frotas de navegação, onde os navios saíam em comboio em determinadas épocas, acompanhadas das naus de guerra reais, com a finalidade de protegê-las de ataques de outras armadas. O sistema durou até 1765,

³⁵⁶ Marquês de Angeja [Lourenço Gaspar de Maia e Silva] à Junta da Fazenda de PE, Lisboa, 8.4.1781, **IHGB – Arq.2.3.1**, Fl.15v.-17. Idem, 29.4.1783, Fl.66-68.; Idem, 26.6.1783, Fls.74-76.; Idem, 6.12.1784, Fl.105v-107v.; Idem, 26.10.1785, Fls.131-132.

³⁵⁷ AHU-PE, D. 10851, 10571.

³⁵⁸ AHU-PE, D. 12980.

³⁵⁹ AHU-PE, D. 13571, 13575.

³⁶⁰ AHU-PE, D. 13670.

³⁶¹ AHU-PE, D. 13694.

³⁶² AHU-PE, D. 14095.

³⁶³ AHU-AL, D. 279.

³⁶⁴ AHU-PE, D. 14280.

³⁶⁵ AHU-PE, D. 14489.

³⁶⁶ AHU-RJ, D. 16984, 17338.

modificando o comércio entre Portugal e a colônia Brasil, concentrando o trânsito de navios nos portos centrais (Recife, Salvador e Rio de Janeiro), e acentuando a perecibilidade das exportações brasileiras, do açúcar às madeiras. O porto do Recife, ao longo do século XVII, firmou-se como um dos centros dinâmicos da economia do Atlântico Sul, constituindo um local de passagem das frotas que vinham da Europa, e também do comércio bipolar com a costa oeste da África.³⁶⁷ De Portugal, vieram, desde 1780, trabalhadores especializados no corte de madeira para gerir as empreitadas que a coroa financiava, muitas vezes em regiões pouco acessíveis do território. Por outro lado, a força de trabalho indígena e escrava continuava a figurar nos cortes e na Ribeira das Naus de Recife, sobre a qual há notícias esparsas de construção de pequenas embarcações desde o período duartino.³⁶⁸

Dada a centralidade regional de Recife e a deficiência dos transportes terrestres, a maior parte dessas mercadorias era transportada pela navegação de cabotagem, o que faz pensar na necessidade constante de construir embarcações que dessem conta dessa demanda. No porto do Recife, concentravam-se as atividades de construção naval de maior porte, empregando trabalhadores especializados nas madeiras – carpinteiros, marceneiros e tanoeiros – além de cortumes – consumidores de lenha para o beneficiamento do couro – ao passo em que nos engenhos encontravam-se carpinteiros especializados na construção de peças para os engenhos, carros-de-boi e caixas para o armazenamento do açúcar.

Dentro das reformas urbanas feitas pelo governador Tomás José de Mello na vila do Recife, incluiu-se a construção de um armazém no que local ficou conhecido, à época, por Praia da madeira, onde atualmente localiza-se as antigas instalações do Arsenal da Marinha.³⁶⁹ Entre 1796 e 1819, a capitania de Pernambuco foi a segunda maior exportadora de madeiras para o porto de Lisboa, segundo estatísticas de Miller,³⁷⁰ ressaltando que o pau-brasil local, contabilizado entre as *drogas*, por vezes chegava a superar – em rentabilidade – toda a exportação madeireira do Brasil. Assim, dentro do período estudado o porto do Recife concentra toda a produção regional, algo que nem sempre era visto com satisfação pelas capitanias anexas. Para as madeiras construtivas, o armazenamento foi com precário por falta de espaços suficientes para as dimensões

³⁶⁷ ALENCASTRO, Luíz F. **O Trato dos viventes...** Op. cit., p.54.

³⁶⁸ COSTA, Francisco A. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1965,v. 2: p. 425-428.

³⁶⁹ SMITH, Richard C. **Igrejas, Casas e Móveis**: Aspectos da arte colonial brasileira. Recife: IPHAN/MEC, 1979.

³⁷⁰ MILLER, Shawn W. **Fruitless Trees...** Op.cit., p.73.

dos cortes. Apenas em 1788, foi construído o telheiro do Recife, com pilares de alvenaria e armação do telhado feito em colunas de pau d'arco onde, no entanto, não se guardava o pau-brasil, deixado ainda ao ar livre, em geral sem nada intermediando com o chão. A continuada exposição atmosférica aumentava as oportunidades de instalação de cupins, [Ing. dry rot; Port. podridão seca e Inglea Shipworm; Port. *teredo navalis*]] e *coleoptera* nas madeiras, se combinados ao corte de madeiras mais verdes e mal sazoadas.

O comércio atlântico de madeiras era prejudicado também pelo custo dos fretes, calculados de forma diferente segundo a forma como a madeira foi trabalhada. Dependendo do tipo de corte, especialmente nas madeiras curvas, a ocupação do espaço de transporte de carga era prejudicada. De qualquer maneira, o embarque ficava prejudicado e envolvia maiores operações. Para as maiores peças, apenas as charruas eram adequadas, além do problema das altas taxas de direitos pagos para o embarque de madeiras, que ficavam acumuladas no Passo da Madeira em Lisboa, para depois ser reexportadas ou utilizadas em Portugal.³⁷¹ No Recife, concentravam-se os de oficiais régios, construtores, carpinteiros, calafates, lenhadores, capitães de navios, entre outros, aos quais cumpre melhor analisar dentro da gestão e manejo das matas e da madeira local.

No século XIX, o cronista anônimo falava a respeito artífices

as artes que se achavam reduzidas às que são puramente mecânicas, como sapateiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, ourives, ferreiros, &c. Deve notar-se que estas mesmas artes eram exercitadas exclusivamente por negros, e mulatos geralmente: a maior parte dos quais estava ainda na escravidão³⁷²

Após o terremoto de 1755, a coroa procurou estimular a exportação de madeira diminuindo esses encargos, com a finalidade de reconstrução de Lisboa. Com isso, os portos voltaram a acumular grandes quantidades de madeira do Brasil, também estimulando o trabalho de “joiners” e “curvers” . A medida durou apenas o tempo da reconstrução, e Miller acredita ser essa conjunção o motivo da pouca rentabilidade do comércio atlântico de madeiras do Brasil. Segundo os dados deste autor, entre 1796 e 1818, o Rio de Janeiro capitaneou a exportação de madeiras, secundado por Pernambuco – contando Paraíba e Alagoas, sem contar o pau-brasil, que era contado nas drogas. (as exportações do Ceará saem do Maranhão! E o sul de Alagoas pela Bahia).³⁷³

³⁷¹ MILLER, Shawn W. **Fruitless Trees...** Op. cit., p. 167-72.

³⁷² ANÔNIMO, “Ideia de Pernambuco em 1817”, Op.cit., p.96-7.

³⁷³ MILLER, Shawn W. **Fruitless Trees...** Op. cit., p. 72-3.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o total de exportação de madeira do Brasil chegou a não representar nem 1% do total importado por Portugal – chegando a cerca de 10% no final do XVIII - que também comprava navios da Inglaterra e Países Baixos e madeiras do Báltico, do Oriente e América do Norte. Nestes casos, contudo, o total das exportações de madeira contabilizava também os navios importados, enquanto o mesmo não ocorria para o Brasil.

Assim, embora Miller não tenha números para o total de embarcações construídas localmente e vendidas a Lisboa, é possível imaginar que o número tenha sido significativo, especialmente pensando que esse total deixava de lado um grande percentual de matéria lenhosa na forma de caixas para açúcar, barris de aguardente, móveis e utensílios, varas de parreira, além de madeiras utilizadas para o reparo de navios ancorados emergencialmente nas redondezas. As caixas para o açúcar tinham grandes proporções, chegando a pesar 70kg e suportando meia tonelada do produto, e eram preferencialmente confeccionadas de jequitibá³⁷⁴, camassari ou murissica, madeiras leves. Miller afirma que o trabalho de tanoaria nunca foi proeminente nos portos, preferindo-se, muitas vezes, a prática de tornar oco um tronco de árvores como o angelim ou a gameleira. Além disso, madeiras recomendáveis para o serviço, como tapinhoã, vinhático e putumuju, e anani eram disputadas pela indústria naval.

Grande parte dessa madeira, portanto, não foi contabilizada por ter sido apropriada pelos processos produtivos da sociedade local: a construção naval para comércio interno, para pesca e transporte; para os utensílios agrícolas; máquinas de processamento de produtos; lenha para quase todas as atividades da vida cotidiana; ou mesmo no comércio interno entre os portos, havendo registros de exportações de madeira das capitanias do norte (Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia) para o Rio Grande do Sul regiões hispânicas do Prata. Além disso, madeiras brasileiras repararam, por anos, navios estrangeiros transitando nos portos locais. A construção local de naus de guerra, no entanto, não pareceu uma opção viável, especialmente por conta da grande quantidade de materiais que precisava ser importado de Lisboa. Com a experiência local, descobriu-se uma série de fibras já usadas pelas populações locais, que poderiam concorrer com o cânhamo em várias utilidades para a cordoaria.³⁷⁵

³⁷⁴ Preferencialmente. Uma árvore grande de jequitibá poderia produzir cerca de 40 caixas. Em fins do século XVIII, cogitou-se aproveitar o jequitibá em substituição ao óleo-vermelho, provocando reações dos senhores de engenho. MILLER, Shawn W. **Fruitless Trees...** Op. cit, p.97

³⁷⁵ Idem, p.145

Por volta de 1657, o Marquês de Cascais, donatário da capitania de Itamaracá pedia privilégio para exportação de Jacarandá, na cota de 20 mil quintais retirados de Pernambuco, Itamaracá ou Paraíba, transportando-os para os “portos do Norte” por navios portugueses ou ingleses. O requerente, no entanto, enviou outro pedido, para que se trocasse o Jacarandá por Pau-Brasil, na mesma quantia, por ter este mercado melhor garantido.³⁷⁶ Em 1679, João do Rego Barros pedia uma embarcação para transportar madeiras e taboados.³⁷⁷ Em 1684, ele falava sobre o estado dos taboados da capitania de Pernambuco que deveriam ser enviados a Lisboa, sendo necessária uma embarcação da Bahia que comportasse as cintas de grandes dimensões.³⁷⁸ Em 1725, o mesmo provedor informava que, pela alfândega de Pernambuco, circulavam os “frutos” açúcar (branco e mascavado), tabaco, farinha, feijão, milho e arroz, e os “gêneros”, sola, taboado e madeiras.³⁷⁹ No início do século XVIII, o Marquês de Angeja ordenava ao Cap.Gen. D. Lourenço de Almeida que enviasse madeiras locais para Lisboa, pagas com o dinheiro das dízimas da alfândega.³⁸⁰ Em 1706, o provedor da fazenda Real acima mencionado, João do Rego Barros, respondia à ordem para se enviar madeiras de Pernambuco para reparos de carretas de artilharia da coroa afirmando será impossível o envio das peças por navios mercantes, “tanto pelo seu peso, como pela [...] arrumação [...], sem grande prejuízo dos interesses neles.”³⁸¹

Desde 1723, o vice-rei Visconde de Sabugosa informava do envio de madeiras dos portos de Pernambuco e Paraíba, onde encontravam-se três charruas à espera das madeiras.³⁸² Em 1725, o governador Rolim de Moura afirmava em uma listagem dos tributos alfandegários do Recife que as madeiras da capitania “pagam os fabricantes aos senhores das matas, o preço com que se compõe de um tanto por ano”.³⁸³ Em 1753, um aviso do secretário do Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, ao Conselho Ultramarino informava que um navio sueco seria enviado para Pernambuco a fim de transportar petrechos de guerra a Fernando de Noronha e para carregar madeiras de construção da região.³⁸⁴

³⁷⁶ AHU-PE, D. 598.

³⁷⁷ AHU-PE, D. 1147.

³⁷⁸ AHU-PE, D. 1290.

³⁷⁹ AHU-PE, D. 2871.

³⁸⁰ 27.05.1716, “Idea...”, Op.cit., p.129

³⁸¹ AHU-PE, D. 2021.

³⁸² AHU-BA, D. 1567.

³⁸³ AHU-PE, D. 2871.

³⁸⁴ AHU-PE, D. 6261.

Em 1751, o governador Correia de Sá alertava sobre os perigos do porto de Pernambuco, por falta de amarras, viradores e âncoras para suprir necessidades de navios. Ultimamente, um navio que necessitava de uma âncora teve que aguardar uma remessa de Salvador. O Conselho ultramarino deu parecer favorável ao governador. Mas apenas as destinadas aos navios régios – devidamente comprovado o serviço – seriam remetidas gratuitamente, enquanto todas as empregadas em navios de particulares, nacionais ou estrangeiros, deveriam ser vendidas.³⁸⁵ Em 1754, seu sucessor, Lobo da Silva, relatava a precariedade em que se encontrava o prédio da alfândega, pedindo a construção de um novo, visto que o atual era em casa alugada, com moradores no andar de cima, onde havia um trapiche também alugado: “a sua incapacidade é notória a todos por ser pequena para as fazendas de fio [...] e todas as mais se despacham por confiança, por estiva”. Os vizinhos, por sua vez, praticavam constantes furtos de taboados, e despejavam água do serviço doméstico em mercadorias.³⁸⁶

No Bairro do Recife, próximo a Igreja Madre de Deus e o forte do Matos, ficava a residência do almirante comandante do porto, “com os estaleiros dependentes”, que no entanto “são pequenos, e o trabalho executado insignificante”. Também o Mercado do Algodão abrigava os armazéns e prensas, onde comprimia-se mecanicamente os sacos, depois amarrados com cordas, para melhor aproveitamento do espaço dos navios. “Peles, coco, ipecacuanha e algumas outras drogas são ocasionalmente exportadas, em quantidades insignificantes”. Havia uma manufatura de fios de coco, nas salinas de S. Amaro uma das poucas da região.³⁸⁷ Aparece uma série de outros nomes de oficiais régios, construtores, carpinteiros, calafates, lenhadores, capitães de navios, entre outros, aos quais cumpre circunstanciar dentro da gestão e manejo das matas e da madeira local. Nesse sentido, a documentação relativa à Ribeira das Naus, aos Reais Cortes e às embarcações em geral ajudam a investigar as relações entre as matas locais e as atividades marítimas.

De Portugal, vieram desde 1780 trabalhadores especializados no corte de madeira para gerir as empreitadas que a coroa financiava, muitas vezes, em regiões pouco acessíveis do território. Por outro lado, a força de trabalho indígena e escrava continuava a figurar nos cortes e na Ribeira das Naus de Recife, sobre a qual há notícias

³⁸⁵ AHU-PE, D. 6021.

³⁸⁶ AHU-PE, D. 6353.

³⁸⁷ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste...* Op.cit., p.34-35, 38.

esparças de construção de pequenas embarcações desde o período duartino. Dentro das reformas urbanas feitas pelo governador Tomás José de Mello na vila do Recife, incluiu-se a construção de um armazém no local que ficou conhecido, à época, por Praia da Madeira, onde atualmente localizam-se as antigas instalações do Arsenal da Marinha.

Em meio à investigação de acusações que levaram à deposição de D. Tomás José de Mello em 1798, foi aberta também outra a respeito dos carpinteiros e calafates que vinham ao Brasil. Um desses portugueses, Antônio Manoel Prata, mestre-construtor, também sofreu acusações por irregularidades nos cortes. Em 1791 o ouvidor da Comarca de Pernambuco, Antônio Xavier de Moraes Teixeira Homem, fez uma devassa sobre o contrabando de pau-brasil, e outras informações semelhantes aparecem em outros documentos. A partir deles, é possível reconstituir os circuitos de contrabando e a logística própria da atividade, envolvendo contratadores, trabalhadores particulares, transportes marítimos, armazenagem, etc. Essa documentação traz à tona outros nomes envolvidos, além de fornecer detalhes sobre os agentes em questão, complementadas por outras referências que revelam trajetórias individuais interessantes dentro do contexto das políticas da coroa.

Em 1755, o governador de Pernambuco Luís José Correia de Sá informava que não era possível continuar os cortes de madeira, por faltar dinheiro para pagar a mão-de-obra, “porque os homens que trabalham nestes cortes eram tão faltos de cabedais, que não poderiam trazer segunda barcada, sem que lhe pagasse a primeira”. O dinheiro mandado da Bahia era gasto com outras obras de urgência e “não houve como pagar aos pobres as madeiras que tinham feito e posto neste Recife, com grande trabalho e despesa, e por esta razão pararam todos com o ajuste receio de se lhe não pagar muito, vendo que nem o pouco se lhes pagava”. A coroa, que se propusera a mandar uma charrua específica para carregar madeiras, era advertida pelo governador que o fizesse, ou então ordenasse a paralisação dos cortes, e além disso não seria possível continuá-los sem novas remessas de dinheiro.³⁸⁸

Em 1757, o governador de Pernambuco Luís Diogo Lobo da Silva, informando sobre a compra de madeiras na capitania de Pernambuco para o Real Arsenal de Lisboa, tiradas de conversas com os “manufatores” das madeiras. As madeiras custavam mais por não serem pagas em adiantamento, como se fazia a particulares, e falta de recursos para as empreitadas fazia com que fosse mais demorado o envio pelos manufatores, que

³⁸⁸ Luis José Correia de Sá a Diogo de Mendonça Corte Real, Recife, 30.4.1755, **IHGB**, **Arq.1.1.14**. Fl.23-24.

eram obrigados a trocar com mercadores da praça os papéis correntes dados pela coroa como pagamento pelas madeiras, a um câmbio desfavorável, para então irem cortar as madeiras. O governador lançou mão de um estratagema, espalhando o boato de que não compraria mais madeiras, por falta de navios e que pelo preço que se vendiam, não seriam mais compradas pela coroa, o que levou os interessados a irem falar com o governador, que as comprou com maior abatimento. Aconselhava também que a coroa comprasse os pedaços menores dos cortes, visto que até esse momento apenas requeria as mais grossas, o que diminuiria o custo total. Também considerava importante aproveitar as madeiras do Jaraguá, em Alagoas, colocando à disposição duas charruas apropriadas a esse tipo de carga, que deveria estar guardada em telheiros, e por pouco tempo, de forma a evitar o inverno. Pedia, por fim, um melhor estudo do porto, para facilitar o trânsito das naus.³⁸⁹

4.5. Pau brasil

Em 1756, Jacó Pedro Strauss arrematava o contrato do pau-brasil de Pernambuco, com direito a vinte mil quintais anuais, autorizado a vender também a moradores que precisassem para algum préstimo.³⁹⁰ Nesse mesmo ano, os “moradores da cap. de Pernambuco e principalmente os senhores dos engenhos de fabricar açúcar” reclamavam dos “inexplicáveis danos” causados pelo contratador do Pau-brasil em suas matas, os quais “sem muita grande quantidade de lenhas e madeiras para os edifícios e reparos dos mesmos engenhos, se não podem lavar”. Com o corte imprudente das árvores, afirmavam, cada árvore derruba

mais de cem paus dos outros que estão juntos dele, e como o dito pau-brasil se acha disperso, e não junto um do outro, para dele tirar uma pequena porção é necessário destruir uma grande quantidade dos outros paus, pois deste inexplicável destroço, lhes fazem ainda outro muito maior na abertura das estradas para por elas poderem tirar para fora dos matos o dito pau-brasil, e muitas vezes sucede virem de mais de uma légua de comprido³⁹¹

Em dezembro de 1756, foi pedido ao governo de Pernambuco que aprontasse 20 mil quintais de pau-brasil, para cumprir um acordo feito entre a coroa e duas casas comerciais de Londres. Nos dois anos seguintes, o governador Lobo da Silva procurou avaliar se negociantes da praça poderiam fornecer a encomenda por preços mais baratos

³⁸⁹ IHGB, Arq.1.1.14. Luís Diogo Lobo da Silva a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, 25.4.1757, fl.56v-60v.

³⁹⁰ Condições com que Jacó Pedro Strauss se obriga a tomar o contrato de pau Brasil legítimo e bom que vier de Pernambuco Lisboa [Portugal]: [s.n.], 18/09/1756. 4 p. **BN_Mss. II-32,33,003.**

³⁹¹ AHU-PE, D.6837.

que o contratador do pau-brasil, não obtendo sucesso, e recorrendo ao último, como alega em carta de outubro de 1758. Ninguém se dispôs a cortar a madeira “por um preço certo”, previamente acordado. Ao fim dos cortes, estavam 40 mil quintais prontos para o embarque, quantidade tamanha que não era possível mandar pela frota do ano “sem que os negociantes, e senhores de engenho, sintam um grande prejuízo em se não poder conduzir uma grande parte dos seus efeitos e por este meio gravissimamente prejudicados, sem que se possam reparar do grande, que tiveram no terremoto”, sendo necessário requerer embarcações do porto do Rio de Janeiro para tal finalidade.

No intermédio desses acontecimentos, o governador descobriu que o contrato do pau-brasil havia sido arrematado em janeiro a Bento José Alves & Cia., por 650 réis cada quintal. Foi pedido então ao antigo contratador que imediatamente parasse os cortes, o que alegava este não ser possível, pois já aprontara 35 dos 40 mil quintais. O governador recomendava que o pau-brasil já cortado fosse recebido, ao menos pelo preço do novo contrato. A madeira cortada, caso não fosse enviada, ficaria inutilizada para outros fins “e de contrabando rigoroso, que todo o que não é aprovado se reduz a cinza, por não ser conveniente que tenha outra aplicação”.³⁹²

Em 1770, o vice-rei relatava a apreensão do navio Holandês, chefiado por um português casado em Pernambuco, que aportara em Coruripe para carregar algumas carradas de pau-brasil, rapidamente repreendido pelos governadores da Bahia e Pernambuco.³⁹³ Em 1776 a coroa estipulava a prorrogação do contrato de Purry & Devisme, por mais nove anos, diminuindo a remessa de trinta para vinte mil quintais/ano. A coroa também ordenava que as madeiras fossem inspecionadas, a fim de garantir sua melhor qualidade, As madeiras reprovadas deveriam ser queimadas, além de alertar para o contrabando.³⁹⁴ Em 1781, César de Meneses enviava a Melo e Castro informações sobre o contrabando realizado na Baía Formosa por um navio vindo da Bahia.³⁹⁵ O navio foi apreendido, e alguns meses depois o governador mandava mais informações.³⁹⁶ No ano seguinte, Antônio Vicente, preso em Recife, enviava ao marquês de Angeja um requerimento de liberdade.³⁹⁷

³⁹² Luís Diogo Lobo da Silva a Sebastião José de Carvalho e Mello, 3.10.1758, **IHGB-Arq.1.1.14.**, fl.99v-103v.

³⁹³ AHU-RJ, D.7971.

³⁹⁴ AHU-PE, D. 9295.

³⁹⁵ AHU-PE, D. 10307.

³⁹⁶ AHU-PE, D. 10375.

³⁹⁷ AHU-PE, D. 10538.

Em 1783, informações a respeito do contrabando do pau-brasil vinham de Amsterdã.³⁹⁸ Em 1786, César de Meneses informava estar cumprindo a ordem régia para investigar o contrabando da madeira de tinta, incumbindo para isso o ouvidor Teixeira Homem.³⁹⁹ No Rio Grande do Norte, o governo interino informava que do contrabando de pau-brasil na região, por onde passavam embarcações americanas, mas que os contingentes humanos e materiais não permitiam melhor controle.⁴⁰⁰ As rotas do contrabando incluíam também a Bahia, e o ouvidor Teixeira Homem pedia nomeação de autoridade local para investigar.⁴⁰¹ Em Igarassu, o ouvidor informava que tinha apurado a chegada dos navios franceses Rainha de Judá, Amável Vitória, e também de uma balandra estrangeira na Baía Formosa.⁴⁰²

Em 1787, o ouvidor Teixeira Homem, enviou de Serinhaém os resultados da devassa realizada por ele pelo contrabando de pau-brasil.⁴⁰³ Alguns meses depois, no Recife, enviava mais documentos da investigação.⁴⁰⁴ No mesmo ano, Devisme enviava um requerimento à rainha, pedindo que a coroa estipulasse normas de exploração do pau-brasil para sua melhor conservação. Devisme afirmava que as vendas do pau-brasil despencavam na Europa, afetando sua própria reputação e os interesses da real fazenda. Em decorrência da escassez de madeira de tinta em Pernambuco, os

tintureiros do norte se viram obrigados a procurar drogas, e a usar paus de tintas inferiores, como o de Nicarágua, que vem em abundância da América, e os de Japão e Bimas [?] da Ásia, como de outros, os quais vão adaptando pelo barato, prejudicando-se assim o consumo e preferência, que merece o de Pernambuco, o que se não ocorrer, sucederá o que se tem experimentado com a Urzela: em lugar de se remediar, o que tem vindo de Pernambuco é tão mal cortado, tão miúdo, tanto sem cor e sustância, com casca grossa, mal limpo, com nós e rachado, que pelo contrário é ainda mais difícil a sua venda e saída, porque além dos defeitos não tem os toros pequenos o seu nutrimento, não aptos ainda para o corte, e muitos o refugo dos matos, que nunca até agora se transportou, e se pode estimar somente refugo

Devisme informava sobre outras variantes do comércio de tinturas: a entrada maciça do algodão nas manufaturas européias estavam arruinando as fábricas de lã, que ofereciam melhores preços para tinturas. Por outro lado, “as cores da moda são agora o Alvadio e Verde escuro”. O contrabando, afirmava, era amplamente realizado na costa de Pernambuco, chegado madeiras locais em Bornéus e Marselha, vindos da Martinica,

³⁹⁸ AHU-PE, D. 10786.

³⁹⁹ AHU-PE, D. 11293.

⁴⁰⁰ AHU-PE, D. 11372.

⁴⁰¹ AHU-PE, D. 11289, 11319.

⁴⁰² AHU-PE, D. 11365.

⁴⁰³ AHU-PE, D. 11412.

⁴⁰⁴ AHU-PE, D. 11507.

e franceses e “americanos” vinham à costa traficar, sob o pretexto de pescar tartarugas.⁴⁰⁵

Em 1784, uma provisão arrematava o contrato do pau-brasil por nove anos a Devisme & Purry [dec.19.10.1784], remetendo até 20.000 quintais de pau-brasil de Pernambuco e até 6.000 de outras localidades anualmente, que deveria ser fiscalizado pela Junta da Fazenda de PE, “apesar da maior despesa que será necessário fazer, além da que era de estilo, por causa da maior distância em q. se acham os cortes”, e devidamente informadas ao Real Erário. O preço do quintal, segundo amostras, era de 9:820 reis, e os contratadores teriam a exclusividade do comércio com Lisboa, e de lá com os outros locais, ficando vetado a qualquer outro agente a remessa. Os arrematantes tinham, ainda, a obrigação de vende o pau-brasil para súditos portugueses pelo mesmo preço estipulado no contrato, e de respeitar a remessa anual, salvo em caso de falta de madeiras, podendo explorá-las em todas as matas da capitania de Pernambuco.⁴⁰⁶

Em 1786, o Marquês de Angeja respondia à Junta [ver 21.02.1786, com preços de transportes, etc.], que informava a quantidade de pau-brasil armazenado e remetido ao reino. A junta deveria, além dos 24mil quintais anuais, remeter os outros 8.800 que faltaram do ano anterior. A junta também argumentara que nos tempos da extinta CGCPP, os administradores recebiam uma comissão de 2% das rendas do gênero – calculadas sobre os custos do corte e condução até o embarque, argumentando inclusive que nestes tempos o trabalho era muito maior, e questionavam se deveriam receber esse direito, inclusive por ele ser garantido às mesas de inspeção no que diz respeito aos escravos e ao marfim. O Marquês, no entanto, não garantia o direito, mas diz que encaminharia para a Rainha o questionamento.⁴⁰⁷

No mesmo ano, pedia com urgência para a Junta da Fazenda informações acerca do transporte do pau-brasil por carretas. Segundo as informações do governador enviadas à corte, os invernos “grandes” e “continuados” e a “longitude em que se acham os cortes do Pau Brazil”, e a “falta de carros” estava diminuindo a quantidade enviada. O Marquês dizia que era preciso

se obrigar os senhores de engenhos, e lavradores, a proceder contra eles a captura, para se poder conseguir o transporte do dito gênero, e isto não obstante representarem-lhe os mesmos lavradores o prejuízo que

⁴⁰⁵ AHU-PE, D.11531.

⁴⁰⁶ Marquês de Angeja [Lourenço Gaspar de Maia e Silva] à Junta da Fazenda de PE, Lisboa, 23.7.1787, Fl.103-105, **IHGB – Arq.2.3.1**

⁴⁰⁷ Marquês de Angeja [Lourenço Gaspar de Maia e Silva] à Junta da Fazenda de PE, Lisboa, 13.07.1786, **IHGB – Arq.2.3.1**, Fl.147v-148v

experimentam suas safras, por julgar necessário aquele procedimento em Razão da preferência que deve ter o Real Serviço às utilidades dos particulares

Pedia assim que a Junta fizesse os cálculos do preço do pau-brasil e de suas quantidades anualmente armazenadas no porto e enviadas pelos navios, o preço e lotação dos fretes marítimos – que deveria ser 500 réis por quintal da lotação e 800 por quintal de fora da lotação - bem como garantisse a remessa anual do gênero, aumentando os preços dos “carretos por terra” [Provisão de 28.3.1785] ⁴⁰⁸

Em 1788, D. Tomás enviou uma descrição do Pau-Brasil feita pelo capitão-mor de Igarassu. ⁴⁰⁹ D. Tomás enviou à coroa vagens e sementes soltas de pau-brasil para a tentar propagar no Real Jardim Botânico, cujas sementes acreditava só ficarem “perfeitas” em setembro. ⁴¹⁰ Enviou também carvão de pau-brasil, juntamente com um tipo de barro utilizado para betume (calafetagem). ⁴¹¹

4.6. Matas para a construção naval

Na Paraíba, a sazonalidade e pequena dimensão dos rios provocou em alguns locais, como Camaratuba (3 léguas da Baía da Traição), uma dependência dos bois de tração, aumentando os custos. No Ceará, eram encontradas madeiras entre 4 e 20 léguas da costa. Em Alagoas, a madeira era desembarcada primeiro nas lagoas, a 10 km do mar, de onde eram transportadas por bois até o porto do Jaraguá. Em relação aos embarques diretos para os portos europeus, a região da Baía da Traição e o porto de Jaraguá distinguiam-se entre si por ser esta última pouco habitada, dificultando o aprovisionamento e o controle dos trabalhadores, contrariamente à primeira, facilmente abastecida e inserida nos circuitos de navegação regular. A influência de Recife, no entanto, fazia-se valer no sentido de manter as madeiras paraibanas sob sua fiscalidade. Por outro lado, os portos maiores eram mais seguros para o trânsito dos navios mercantes, que neles se aprovisionavam, faziam reparos e concentravam diversas cargas de distintas origens. ⁴¹²

Segundo Miller, nas matas de Alagoas e Paraíba, abundavam as madeiras próprias para a armação do “esqueleto” dos navios. Essa parte do navio demandava madeiras curvas que, na mata atlântica, crescem em matas mais abertas, nas quais a

⁴⁰⁸ IHGB – Arq.2.3.1, Marquês de Angeja [Lourenço Gaspar de Maia e Silva] à Junta da Fazenda de PE, Lisboa, 9.10.1786, Fl.152-152v.

⁴⁰⁹ AHU-PE, D.11605.

⁴¹⁰ AHU-PE, D. 11808.

⁴¹¹ AHU-PE, D. 12310.

⁴¹² MILLER, Shawn. *Fruitless Trees...* Op. cit., p.148, 165-167, 169.

exposição ao sol estimulava a formação de mais galhos. Nas florestas mais densas, como nas do sul da Bahia, predominavam árvores de crescimento mais linear e com menos galhos, produzindo madeiras ideais para as pranchas do casco. As árvores da mata atlântica também possuíam outra importante característica: a presença de “raízes em contraforte” (buttressed root) ou “board root” e de “bottleneck”, raízes curvas que permitem o uso de espécimes retos também para fornecerem madeiras curvas, tendo a desvantagem de aumentar o trabalho de derrubada, pois era necessário cavar as raízes.

No caso da sucupira-mirim, as demandas da indústria naval concorriam com as da indústria açucareira, pois a madeira dessa espécie apresentava força e durabilidade ideais para as peças do engenho, mas também para a construção de pequenos botes. Algumas espécies tornaram-se emblemáticas para os lenhadores e construtores navais, como o Ipê [*tabebuia*] era reconhecido por sua longevidade, inclusive nos “Venezian Piles”. Ao contrário do costume dos países temperados, onde o carvalho branco servia tanto para “armação” quanto para “prancheamento”, no Brasil raramente se usava a mesma madeira para as distintas necessidades, em geral pelo peso específico e dureza das madeiras, pois a madeira estilhaçava com o impacto dos projéteis, causando mais ferimentos na tripulação. As madeiras para “prancheamento” no Brasil – o tapinhoã, vinhático e putumuju, apresentavam grande resistência às duas grandes ameaças da indústria naval: a “podridão seca” e “teredo navalis”, que de maneiras distintas corroíam o cerne das madeiras de forma imperceptível pela sua superfície, podendo causar grandes naufrágios e prejuízos. Nesse sentido, eram comparáveis à teca indiana (*Tectonia grandis*), em suas qualidades.⁴¹³

O tapinhoã, especificamente, apresentava-se como objeto de interesse da marinha, sendo objeto de regulamentações no início do século XVIII, podendo ser vendida exclusivamente para as pranchas do navio. Atingiu altos preços no mercado, sendo alvo também de restrições de importações para qualquer lugar senão Lisboa em 1738. Juntamente com o putumuju (araribá), não produziam tanino, que colaborava com a corrosão das peças de ferro dos navios. Já o vinhático, embora possuísse tanino, era bastante abundante, em geral possuía exemplares de grade porte – possibilitando a confecção de peças quase inigualáveis. Para o mastreamento havia poucos concorrentes com as coníferas europeias. A espécie aparentemente mais próxima, a araucária ou

⁴¹³ Miller lista para as madeiras curvas: sucupira, pequia (extensive buttressing), sapucaia, angelim, pau d’arco, pau roxo, jataú-pebas, massaranduba, peroba, ipê e oiticica, cedro. Na BA: sucupira- mirim, mais durável que o carvalho e mais pesada que a “hickory”, também mais resistente ao apodrecimento – grande “fetiche” da indústria náutica européia. MILLER, Shawn W. **Fruitless Trees...** Op.cit., p.245.

pinheiro-do-paraná, não possuía as resinas que tornavam as espécies europeias mais resistentes e duráveis, enquanto outras espécies experimentadas, o castanheiro amazônico e o óleo vermelho (*Copaifera*), forneciam produtos que concorriam com o uso naval – as castanhas-do-pará e o óleo de copaíba, além de fibras de entrecasca para a calafetagem dos navios, além de serem cilíndricas ao invés de cônicas, de serem menores que as espécies temperadas e mais pesadas, necessitando uma maior estrutura para sustentá-las.⁴¹⁴

Os territórios coloniais ofereciam uma gama de vegetais próprios para a manufatura de cordas e tecidos rústicos. Embora no início se tenha importado estopas de calafetagem de cânhamo da europa, houve a substituição pela biriba ou pelo castanheiro da amazônia. As espécies de embira, guaxima, ticum, imbé e piassaava possibilitavam a confecção de cordas e cabos para navios e redes de pesca. O cânhamo, contudo, continuou a ser a opção mais valorizada, devido à sua confiabilidade e padrões industriais, além de ser mais versátil que as alternativas locais. A coroa procurou estimular o plantio do cânhamo, a exemplo da Jamaica e Estados Unidos, especialmente em Santa Catarina, sem no entanto obter sucesso, talvez por conta de boicotes dos locais, desconfiados com as promessas da coroa, reputadamente má pagadora. Por outro lado, a pesquisa de fibras locais ainda perdurou durante o Império, havendo dificuldades de identificação de certas espécies, embora desde cedo terem sido utilizadas para navios construídos localmente. Há registros também de confecção de velas de algodão local, no entanto pouco competitivas em relação aos exportadores setentrionais.⁴¹⁵

Em 1756, Lobo da Silva informava as dificuldades encontradas com os homens de negócio locais para o custeamento de uma fragata de guerra, principalmente o pagamento de madeiras da Ribeira das Naus. Mesmo com as isenções e o pagamento imediato oferecidas pelo governador, os negociantes afirmavam estar a demanda além de suas forças, estando eles “esgotados de cabedais”. Os negociantes cobravam, indiretamente, o pagamento de letras atrasadas pela coroa, e assim “experimentavam

⁴¹⁴ Um navio inglês feito quase totalmente de carvalho, podia durar de dois a cem anos dependendo dos reparos, com uma média de 15 a 12 anos de vida útil, no século XVIII, enquanto um navio produzido com madeiras brasileiras durava 20 anos, mesmo transitando a maior parte do tempo em águas quentes (mais propícias a corromper a madeira), embora demorasse o dobro do tempo para ser construído. Por outro lado, segundo Miller as madeiras brasileiras em geral não possuíam elasticidade nem leveza valorizados para a construção naval, excetuando os “louros” e “canelas”, que não eram resistentes à água. Segundo ele, o peso específico do carvalho branco é de 0.70, enquanto a maior parte das madeiras citadas possui entre 0.95 (sucupira) e 1.18 (sapucaia). No entanto, madeiras citadas como o vinhático e o putumaju possuem respectivamente 0.74 e 0.77, próximos ao carvalho. MILLER, Shawn W. **Fruitless Trees...** Op. cit., p.307.

⁴¹⁵ Idem, p. 67, 187-191.

maior ruína e prejuízo nos seus interesses”. O governador, por sua vez, teve que recorrer aos fundos de três repartições locais, arrecadando, após longa persuasão, 2:800.000 do Cofre de Defuntos e Ausentes, 4:300.000 da arrecadação da bula real, e dezesseis mil cruzados dos contratadores de Angola.⁴¹⁶ O provedor da Fazenda Real enviava também várias couçoeiras de amarelo em alguns navios da frota.⁴¹⁷ Em 1757, o vice-rei, na Bahia, informava a suspensão dos cortes de madeira em Alagoas, dada o grande número de madeiras à espera de transporte na Ribeira das Naus e outros portos da Bahia.⁴¹⁸

Em 1757, o governador de Pernambuco Luís Diogo Lobo da Silva, informando sobre a compra de madeiras na capitania de Pernambuco para o Real Arsenal de Lisboa, tiradas de conversas com os “manufatores” das madeiras. As madeiras custavam mais por não serem pagas em adiantamento, como se fazia a particulares, e falta de recursos para as empreitadas fazia com que fosse mais demorado o envio pelos manufatores, que eram obrigados a trocar com mercadores da praça os papéis correntes dados pela coroa como pagamento pelas madeiras, a um câmbio desfavorável, para então irem cortar as madeiras. O governador lançou mão de um estratagema, espalhando o boato de que não compraria mais madeiras, por falta de navios e que pelo preço que se vendiam, não seriam mais compradas pela coroa, o que levou os interessados a irem falar com o governador, que as comprou com maior abatimento. Aconselhava também que a coroa comprasse os pedaços menores dos cortes, visto que até esse momento apenas requeria as mais grossas, o que diminuiria o custo total. Também considerava importante aproveitar as madeiras do Jaraguá (AL), colocando à disposição duas charruas apropriadas a esse tipo de carga, que deveria estar guardada em telheiros, e por pouco tempo, de forma a evitar o inverno. Pedia, por fim, um melhor estudo do porto, para facilitar o trânsito das naus.⁴¹⁹

Em 1775, o governador informava de cortes vindos das matas de Igarassu, distantes 8 léguas do mar, “cheias de matos imensos, que foi necessário cortar para se poder fazer o transporte dela”, aumentando os preços. As árvores de óleo e louro encontradas localmente, dizia umas serem furadas e oca, enquanto outras se inutilizavam com a queda. As madeiras na manufaturadas na Paraíba, por sua vez, não podiam ser carregadas pela embarcação real no porto local, sendo necessário enviá-las

⁴¹⁶ AHU-PE, D. 6717.

⁴¹⁷ AHU-PE, D. 6541, 6552, 6553, 6568.

⁴¹⁸ AHU_BA, D. 10300.

⁴¹⁹ IHGB, Arq.1.1.14. Luís Diogo Lobo da Silva a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, 25.4.1757, fl.56v-60v.

ao Recife.⁴²⁰ Em 1776, a Junta da Fazenda Real providenciava para atender às demandas da coroa, que pedia para que fossem enviados dois terços da madeira da Paraíba, além de providenciar a encomenda para o Arsenal da Marinha.⁴²¹ Eram requeridos também bons taboados de vinhático e boas cossoeiras para o obras no palácio real, e madeira de sucupira para a construção de um engenho de moer pólvora.⁴²²

Em 1775, César de Meneses enviava uma informação a Melo e Castro, afirmando que madeiras descobertas na Bahia seriam mais úteis que as de Pernambuco.⁴²³ Em 1776, a Junta da Fazenda Real providenciava para atender às demandas da coroa, que pedia para que fossem enviados dois terços da madeira da Paraíba, além de providenciar a encomenda para o Arsenal da Marinha.⁴²⁴ Eram requeridos também bons taboados de Vinhático e boas cossoeiras para o obras no palácio real, e madeira de sucupira para a construção de um engenho de moer pólvora.⁴²⁵

Por volta de 1775, o Cap. José Francisco Perné cuidava das informações das remessas de madeira da Paraíba, assunto que a coroa pedia urgência. As madeiras curvas já estavam prontas, no entanto os taboados tiveram que ser manufaturados em Alagoas, por não existirem mais.⁴²⁶ No mesmo ano, a capitania enviava madeiras de louro e de óleo para vergas e mastreação de uma fragata de trinta e dois pés de boca e de uma nau de sessenta peças.⁴²⁷ As encomendas dessas madeiras não poderiam ser enviadas para a coroa, pois não foi possível conseguir apenas duas peças que satisfizessem as demandas régias. Examinadas as matas, foram encontrados cinco exemplares, no entanto estavam ocos, ou furados, “e um se tinha escalado pelo pé”. Após repetidas diligências sem sucesso, o governador suspeitava que os indígenas furavam as árvores de óleo, para extrair a copaíba, “em que muito interessam”. As madeiras para vergas da nau de sessenta peças, assim como aquelas para um moinho de pólvora e para outras finalidades encomendadas, estavam, por sua vez, jogadas à praia, por não haver armazéns para guardá-las, e seriam necessários dois navios, um deles com resbordo para acomodar as maiores peças, entre elas taboados de cerca de 10 m. A

⁴²⁰ AHU-PE, D.9124.

⁴²¹ AHU-PE, D. 9257.

⁴²² AHU-PE, D. 9262.

⁴²³ AHU-PE, D.9234.

⁴²⁴ AHU-PE, D. 9257.

⁴²⁵ AHU-PE, D. 9262.

⁴²⁶ AHU-PE, D. 9199.

⁴²⁷ AHU-PE, D. 9277, 9278.

escassez de óleo e louro levava o governador a enviar peças feitas de Camassari como alternativa, “[o] qual é de muita duração e só tem o defeito de ser um pouco pesada”.⁴²⁸

As remessas de madeira aumentavam conforme as safras diminuíssem, por sobrar mais espaço nos navios mercantes, como informado em carta de 1777. Na mesma carta, vê-se que a coroa requeria até mesmo restos de tronco e braços de árvore, grandes e pequenos, “que se costumava fazer em achas”, para manufatura de cabos de ferramenta, peças de carros e outras coisas.⁴²⁹ A coroa requisitava cuidados relativamente à escolha das madeiras para mastros, aduelas, eixos, cubos, pinas e raios, atentando para “as circunstâncias com que estes e as pinas se devem cortar para serem úteis para o fim que se pretende, como também fazer examinar que os paus dos eixos não seja, ocos, e os cubos não levem nós nem fendas”.⁴³⁰ Também recomendava que não se enviasse nada além de madeira nos navios reais. Segundo informações régias, mesmo na sua marinha haviam, em excesso,

toda a sorte de contrabandos, [...] assim em comestíveis como fazendas, tendo [os oficiais] a arte de as meterem abordo antes de sair deste porto, sem que se possa perceber, ou carregando-as [...] em barcos, que ali [fora do porto] os esperam; E o mesmo tem praticado e praticam com o açúcar, couros, generos, que se vão deste porto⁴³¹

A coroa, em 1780, encomendava ao governador José César de Meneses madeiras de piquiá e angelim para reparos rodas de artilharia, preparadas pelo capitão José Francisco Perné, que no entanto preferiu enviá-las de sucupira.⁴³²

Em 1782, o marquês de Angeja mandava provisão respondendo a conta que a Junta da Fazenda tinha dado das madeiras do Jaraguá enviadas à Lisboa, bem como o exame do mesmo porto, e recomendava que dada a possibilidade de seguir em direitura a Lisboa, fizesse preferencialmente nos meses de Novembro a meados de Março, devido a dificuldades metereológicas de outros meses. As madeiras já estavam estocadas no porto, no entanto, há três anos. O Marquês recomendava o envio das madeiras por qualquer navio seguindo para Lisboa ou Pernambuco, e instruía que os cortes, de madeiras deveriam ser realizados de acordo com as possibilidades de transporte, o que seria sempre informado pela coroa.⁴³³ Em 1784 o marquês mandava

⁴²⁸ AHU-PE, D. 9387.

⁴²⁹ AHU-PE, D. 9582.

⁴³⁰ AHU-PE, D. 10260.

⁴³¹ AHU-PE, D. 9815.

⁴³² AHU-PE, D. 10126.

⁴³³ Marquês de Angeja [Lourenço Gaspar de Maia e Silva] à Junta da Fazenda de PE, Lisboa, 5.2.1782, **IHGB – Arq.2.3.1**, Fl.43-44.

provisão à junta da Fazenda Real de Pernambuco uma lista requisitada pelo provedor dos armazéns de Guiné e Índia para o Real Arsenal da Marinha, “livres de entrecascas e o mais quadradas que se poderem fazer, para melhor se poder fazer a obra”:⁴³⁴ Novamente, no mesmo ano, manda provisão para que se remeta de Pernambuco com urgência madeiras

curvas quadradas, e abertas, que sirvam para a coberta do convés, que tenham de grosso 9 pol. para cima, e as mais quadradas, sem que tenham falhas; braços os maiores que houverem de mais grossura e larguras; paus de volta maiores que houverem: algumas cintas direitas, também das maiores que houverem; Taboado de vinhático dos maiores comprimentos que houverem, e de 3 pol. para cima de grosso⁴³⁵

Em 1784, Martinho de Melo e Castro insistia na necessidade de mandar faturas das madeiras enviadas à Lisboa, insistindo para que o Arsenal do Exército o fizesse.⁴³⁶ Uma remessa de madeiras enviada pela Junta da Fazenda Real nos pacotes N. Senhora da Glória e N. S. dos Montes do Carmo não foi, no entanto, aceita pelo construtor das Naus do Arsenal de Lisboa, por serem consideradas “diminutas nos comprimentos e grosseiras, e com diversas configurações das que de algumas qualidades se pediram, alem de chegarem podres e incapazes de servir para as obras que foram destinadas”.

Em 1787, o Visconde de Villa Nova e Cerveira, mandava que a Junta de Pernambuco remetesse madeiras – “as mais sãs, sem entrecascas, e bem quadrada, livre de falhas” - da Capitania Geral de Pernambuco para a construção de uma nau de 74 peças.⁴³⁷ As madeiras enviadas pela Junta da Fazenda Real de Pernambuco nos pacotes Nossa Senhora da Glória e N. S. dos Montes do Carmo não foram, no entanto, aceitas pelo construtor das Naus do Arsenal de Lisboa, por serem consideradas “diminutas nos comprimentos e grosseiras, e com diversas configurações das que de algumas qualidades se pediram, alem de chegarem podres e incapazes de servir para as obras que foram destinadas”. O Marquês de Angeja reiterava, como já se vinha insistindo, que a remessa de madeiras navais era

matéria de tanta ponderação se não pode admitir negligência, nem descuido algum, mas ante se deve com a maior vigilância e exacção [exatidão?] devida, fazer aprontar e remeter as Madeiras que se pedirem para provimento do dito Arsenal Real da Marinha.

⁴³⁴ Marquês de Angeja à Junta da Fazenda de PE, Lisboa, 16.2.1784. **IHGB – Arq.2.3.1**, Fl.90v-92.

⁴³⁵ Marquês de Angeja à Junta da Fazenda de PE, Lisboa, Lisboa, 23.7.1787, **IHGB – Arq.2.3.1**, Fl.100-100v

⁴³⁶ AHU-PE, D. 10929, D. 10970, D. 10978.

⁴³⁷ Marquês de Angeja à Junta da Fazenda de PE, Lisboa, 27.03.1787, **IHGB – Arq.2.3.1**, fl.162-164.

As madeiras deveriam ser medidas antes do embarque, e o corte, o preparo e a “arrecadação” conduzidos por pessoas “cuidadosas, inteligentes e exatas”.⁴³⁸

Em 1789, D. Tomás enviava amostras de madeiras para remos, informando que Prata continuava a produzir mais na Paraíba.⁴³⁹ Em 1780, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, informava ao capitão José da Silva Perné sobre a grande quantidade de madeiras nas matas da capitania de Pernambuco. Afirmava que havia perguntado a carpinteiros, que se ocupavam dos cortes de madeira, que segundo ele

Certificarão-me que as matas abundam de Ingás-porcos, e piquiás-bananas, que são adequadas para aduellas, e tem muitas de imbiribas-pretas, biraquirim, capazes de mastros e pinos, e de Jitaí para vergas e mastros, porem os cocões não podem servir para mastros, e vergas por não erguerem nunca tanto quanto se faz necessário para semelhantes obras.⁴⁴⁰

Em 1788, D. Tomás envia amostras de madeiras da Paraíba, acompanhadas do preço, utilizações e local de corte, segundo as ordens da coroa de se enviar madeiras de sucupira, piquiá-banana, golandim-carvalho, e miraquim [biraquim?]. O interesse da coroa era utilizá-los para manufaturas do Trem de artilharia e da fundição de Lisboa, a primeira e a última para rodas de carros de campanha, as demais para aduelas. Segundo as informações locais, as sucupiras abundavam em todas as matas da Paraíba, mas as demais espécies apenas se encontravam poucas e dispersas entre-si. Além dessas amostras, foram enviados duas árvores de pau-brasil, uma com toda a casca e ramos, e outra “meia esfolada”. O mestre da Ribeira das Naus, José da Costa, avaliava as madeiras de Jitaí, Biraquim, Coquã e Embiriba preta insuficientes para os mastros e vergas, sendo pequenas, pouco resistentes e pouco duráveis. Segundo ele, os mastros feitos localmente para algumas galeras apenas duravam uma ou duas viagens, além de não serem retilíneos.⁴⁴¹

Em 1788, D. Tomás informava o início da construção do telheiro das madeiras do Recife.⁴⁴² Ele continuava enviando embarcações para os portos onde as madeiras eram embarcadas, e em um aviso, Melo e Castro pedia mais madeiras das matas alagoanas para avaliação, afirmando ser de boa qualidade o “pau de peso” que recebera anteriormente. Enviava juntamente duas amostras de madeiras rachadas, com a finalidade de evitar que isso acontecesse, supondo que o motivo fosse a forma como as

⁴³⁸ Marquês de Angeja à Junta da Fazenda de PE, Lisboa, 6.6.1787, **IHGB – Arq.2.3.1**, Fl.168v-169v.

⁴³⁹ AHU-PE, D. 11874.

⁴⁴⁰ AHU-PE, D. 10279.

⁴⁴¹ AHU-PE, D. 11609.

⁴⁴² AHU-PE, D. 11612.

árvores eram derrubadas, sem o cuidado de fazerem as “camas” para aparar a queda. Mandava também amostras de uma árvore por ele denominada “Miolo de Quiri Casca de Tu-tu”, proveniente de Alagoas, dada a ele pelo antigo ouvidor Xavier de Moraes, além de outras “madeiras finas”, com a finalidade de obter mais “para obras de marceneiro e móveis de casa”, taboas de assoalhos, tetos, couçoeiras e “outra madeira própria para casas”, que deveriam ser enviadas separadamente daquelas destinadas ao Arsenal, “para vender ao público, e fornecer esta cidade com este socorro que lhe é tão necessário para a sua reedificação. As amostras enviadas foram de Sebastião de Arruda, Violeta, Jacarandá, Sapucaia de Pilão, Barbatimão, Potumuju, Tambor, “Oiera”, Espinho amarelo, Mangabeira Braba, Bálsamo, Laranjinha, e Louro Amarelo.⁴⁴³ Nesse ano, o governador da Bahia Fernando José Portugal encomendava madeiras de Alagoas para a construção de uma terceira fragata em seu estaleiro, e D. Tomás providenciou para que as madeiras tortas, que havia em Pernambuco e careciam no entanto na Bahia, fossem prontadas com maior urgência, ao contrário daquelas retas, que poderiam ser substituídas.⁴⁴⁴

À medida que chegavam as encomendas, as ordens reais pediam melhores descrições das localidades onde as madeiras eram cortadas e embarcadas. Em 1791, D. Tomás informava sobre o andamento do exame da Paraíba e Alagoas, ao qual tinha incumbido o mestre-construtor Antônio Manoel Prata e o Ouvidor Brederode na Paraíba, para avisar que a charrua real enviada aos portos da Paraíba deveria ser mandada para Recife, por já haver ali recolhido toda a madeira da localidade. Na Paraíba também não seria possível encontrar os champrões (taboados grossos). Por outro lado, os produzidos nas Alagoas não poderiam nem mesmo ser carregados em navios do porte do Polifemo, necessitando de embarcações maiores. O tenente Perné foi incumbido de carregar a charrua em Recife, dada a ausência do comandante do navio Thomaz Joaquim de Medeiros.⁴⁴⁵

Em meio às investigações sobre os empreiteiros da Paraíba, a coroa fez valer leis que estipulavam que todas as madeiras úteis a embarcações de guerra ficavam, por edital de 18.03.1789, reservadas à coroa, e os corregedores de Pernambuco e Paraíba ficavam nomeados conservadores das matas das comarcas. D. Tomás afirmava haver interesses de sesmeiros em terras com matas, utilizando as terras devolutas - que eram

⁴⁴³ AHU-PE, D. 12221.

⁴⁴⁴ Ofício de D. Tomás a Fernando José de Portugal, Olinda: [s.n.], 30/12/1790. **BN_Mss.** II-32,33,015.

⁴⁴⁵ AHU-PE, D. 12302.

por costume doadas pelo governo para estimular a agricultura – apenas para a exploração das matas, ficando doravante proibido a doação dessas terras. Madeiras para Fragatas de 20 peças até aquelas para as maiores naus seriam propriedade exclusiva da coroa, respeitando assim aquelas que seriam utilizadas para os Barcos, Sumacas, Corvetas e pequenos Navios, que eram a base do comércio local, “pelo que mando que da publicação deste em diante se suspendam geralmente todos os cortes de madeiras de construção em que presentemente se trabalha a benefício de particulares, de nenhuma pessoa nas matas do Rio Grande, Paraíba, Goiana, Ipojuca, Sirinhaém, Una e Alagoas...”.⁴⁴⁶

Em 1789, D. Tomás enviava amostras de madeiras para remos, informando que Prata continuava a produzir mais na Paraíba.⁴⁴⁷ No mesmo ano, a capitania enviava madeiras de louro e de óleo para vergas e mastreação de uma fragata de trinta e dois pés de boca e de uma nau de sessenta peças.⁴⁴⁸ As encomendas dessas madeiras não poderiam ser enviadas para a coroa, pois não foi possível conseguir apenas duas peças que satisfizessem as demandas régias. Examinadas as matas, foram encontrados cinco exemplares, no entanto estavam ocós, ou furados, “e um se tinha escalado pelo pé”. Após repetidas diligências sem sucesso, o governador suspeitava que os indígenas furavam as árvores de óleo, para extrair a copaíba, “em que muito interessam”. As madeiras para vergas da nau de sessenta peças, assim como aquelas para um moinho de pólvora e para outras finalidades encomendadas, estavam, por sua vez, jogadas à praia, por não haver armazéns para guardá-las, e seriam necessários dois navios, um deles com resbordo para acomodar as maiores peças, entre elas taboados de cerca de 10 m. A escassez de óleo e louro levava o governador a enviar peças feitas de Camassari como alternativa, “[o] qual é de muita duração e só tem o defeito de ser um pouco pesada”.⁴⁴⁹

Em 1755, uma encomenda de madeiras brasileiras para o Real Arsenal dizia que “[as] madeiras hão de vir de Pernambuco, por serem melhores na qualidade e feições das que vem dos mais portos do Brasil”. O governador da Paraíba Luís Antônio Lemos de Brito informava ao secretário Corte Real das possibilidades oferecidas pelas matas daquela região, especialmente as retiradas na Bahia da Traição, que eram já amplamente exportadas para Recife. Segundo ele, apoiado em duas listagens, as madeiras paraibanas saíam pela metade do preço daquelas fabricadas em Pernambuco. Era difícil, no entanto,

⁴⁴⁶ AHU-PE, D. 11927.

⁴⁴⁷ AHU-PE, D. 11874.

⁴⁴⁸ AHU-PE, D. 9277, 9278.

⁴⁴⁹ AHU-PE, D. 9387.

encontrar paus com 60 pés, por que localmente apenas se costumava fabricar “cascos pequenos”, e os fabricantes “cortam com tirania aqueles paus que se podiam servir para construir navios grandes, e depois se dividem em peças miúdas”, em detrimento dos interesses da coroa. O governador alertava que era preciso acabar com os cortes abertos por habitantes da capitania de Pernambuco. Por sua vez, os custos de transporte da Baía da Traição para Recife eram elevados, e as madeiras facilmente se danificavam, devido a falta de capacidade das embarcações, tanto pelo tamanho das peças como por suas curvas.

Por não haverem pessoas estudadas, o exame dos portos da Baía da Traição foi realizado por “rústicos experimentados”. O governador indicava que as madeiras poderiam ser levadas a embarcações por balsas, mas era necessário a construção de uma ponte sobre um pântano que regularmente era tomado pela maré, pela qual os carros de boi carregariam as madeiras das matas até a beira-mar. Sendo as madeiras abundantes no local, parecia-lhe obra fácil, embora a capitania não possuísse recursos para pagar os carpinteiro. O corte das madeiras ficou a cargo de “lançadores”, que deveriam arcar com todos os custos da fabricação e transporte das madeiras até a Fazenda Real, pelas quais seriam pagas. Foram enviados no total 6.927 peças. As madeiras enviadas para as duas naus de 60 peças que a coroa estava construindo em Lisboa foram orçadas pelo mestre da Ribeira da Paraíba Luiz André Souto.⁴⁵⁰

Questionado pela coroa sobre a conveniência de se criar um galpão para madeiras no distrito da Bahia da Traição, Correia de Sá informava que o local era apropriado, tomando-se o cuidado de manter os navios bastante afastados da costa, dada a força do mar, segundo informação do piloto da marinha e patrão-mor Antônio de Oliveira e do piloto João de Oliveira. Também afirmava haver ali muita e boa madeira, mas que não seria possível convencer os carpinteiros do Recife a dirigirem-se ao local, nem com o dobro do salário. Por outro lado, o porto do Jaraguá, no distrito de Alagoas, já ofereceria, segundo o governador, um suficiente estoque de madeiras, com suas matas de sucupira, sendo ela a maioria embarcada para o Recife e Bahia, não se esgotando mesmo com continuados cortes, segundo informava um carpinteiro que lá trabalhava. Nesse sentido, não considerava importante o estabelecimento de outro porto de embarque na Paraíba.

O porto do Jaraguá, segundo os informantes do governador

⁴⁵⁰ AHU-PB, D. 1438.

[...] é de fácil entrada, que tem fundo para navios de maior lote, que é o mar ali muito manso por ter arrecifes que lhe impedem a violência, que os navios podem dar fundo muito perto da praia onde desembarcam as madeiras, isto é o que pertence ao porto, e pelo que toca à condução de madeiras para ele, há naquele distrito mais carros, que em outro algum desta capitania, muitos carpinteiros da ribeira, que na fatura de alguns navios que ali se tem fabricado, ficaram moradores naquele sítio. Esta é a paragem de toda esta capitania aonde com mais comodo se pode estabelecer cortes de madeiras pelas circunstâncias referidas.

Correia de Sá, no entanto, ponderava que a mesma facilidade de embarque de madeiras também seria uma desvantagem do ponto de vista da defesa, pois facilitava o desembarque de inimigos, estipulando que em sua barra poderiam ancorar cerca de cinquenta navios, com sossego. Recomendava, nesse sentido, a criação de uma fortificação em uma das pontas do local.⁴⁵¹

Em 1797, D.Tomás continuava a informar sobre seu cuidado na conservação das matas, estando alerta aos incêndios, a redução do custo dos transportes e a descrição dos locais de corte e embarque de madeiras. Ainda não tinha sido possível, segundo o governador, transportar as madeiras diretamente à Lisboa, mas insistia na necessidade de se construir um barco por conta da Real Fazenda.⁴⁵²

4.7. Intendência da Marinha

A Intendência da Marinha tinha seu papel na regulação do transporte das madeiras, por ordens da Junta da Fazenda. Por volta de 1798, o nomeado intendente da marinha da Capitania de Pernambuco, Pedro, Sheverim, viajava com seus equipamentos para Recife.⁴⁵³ Alguns meses depois, D. Tomás enviava uma lista dos empregados da repartição.⁴⁵⁴ D. Tomás também comentava os serviços do intendente.⁴⁵⁵ A coroa, por sua vez, cobrava total auxílio do governador aos serviços do Intendente.⁴⁵⁶ Ainda nesse ano, o intendente da Sheverin enviava a D. Rodrigo a planta da baía de Jaraguá, sementes de angelim, além de informar sobre o corte de madeiras nas Alagoas, que segundo informações do desembargador Antônio Soares de Brederode, que lá se encontrava, e do Mestre Amaro, carpinteiro local, seriam de melhor utilidade que as da Paraíba, por oferecerem maior resistência, enquanto aqueles com frequência

⁴⁵¹ Luis José Correia de Sá a Diogo de Mendonça Corte Real, Recife, 30.4.1755, **IHGB**, **Arq. 1.1.14**. Fl.24-26v.

⁴⁵² AHU-PE, D. 13519, 13521, 13574.

⁴⁵³ AHU-PE, D. 13736.

⁴⁵⁴ AHU-PE, D. 13851.

⁴⁵⁵ AHU-PE, D. 13872

⁴⁵⁶ AHU-PE, D. 13873. AHU-PE, D. 13876

rachariam.⁴⁵⁷ O intendente estava em contato direto com Sousa Coutinho e suas políticas, respondendo diretamente às ordens para a conservação e propagação das matas da capitania.⁴⁵⁸

Em 1799, Sheverim afirmava ter questionado os mestres dos navios do próximo comboio a partir do porto, a respeito da ordem de que cada um levasse taboados de amarelo para o costado das embarcações reais, tendo eles no entanto dado resposta diversa da anterior, negando-se a cumprir a demanda. O intendente fala de uma lista, que não se encontra anexa ao documento, com o nome e a resposta de cada comandante. Falava também de uma remessa que fizera de sementes de angelim e sucupira, do novo plano para o arsenal, realizado por José Fernandes Portugal, recomendando que ministrasse aulas de navegação para as embarcações destinadas à cabotagem, para diminuir os acidentes ocorridos. O novo arsenal ficaria fechado com todos os armazéns reais e o telheiro das madeiras, espaço “já fechado pela própria casualidade”, apropriado por ser também à beira da praia com maior profundidade.

Assim, em 1799 havia em Recife 1.815 madeiras de construção, 27:815 Aduelas, 1172 champrões de Vinhatico, e alguns meses depois chegaram mais seis sumacas das Alagoas, que conduziram 1.047 Paus de peso para poliames, e 48.637 aduelas.⁴⁵⁹

Sheverim informava que também estava dedicando-se a escrever um inventário das madeiras locais, parado devido às despesas com a mão-de-obra. O trabalho havia começado ainda no tempo de D.Tomás, sendo realizado pelos presos da “calceta”, que segundo ele eram aplicados a todos os trabalhos. O ex-governador, no entanto, teria libertado todos eles antes de sua saída, restando apenas o trabalho de caboclos que vieram das Alagoas, um povo, segundo ele, “sempre cheio de moleza”, que além disso se sentiam pouco atraídos por jornais de 80 rs.,

que para pouco lhe chegão, fogem todos os dias aos bandos, e para que não sejam castigados, não vão a sua Aldeia, senão depois de passar largo tempo, em que tenha esquecido a sua falta. Este trabalho poderia ser feito pelos Negros de ganhar, porém como He maior despeza ninguém se anima, porque o dinheiro do Cofre Real, apenas chega para as infalíveis despesas.”⁴⁶⁰

Em 1799, o Intendente foi nomeado pela coroa para chefiar a Inspeção dos cortes e remessas de pau-brasil a Lisboa, prestando anualmente contas à Junta da

⁴⁵⁷ AHU-PE, D. 13991.

⁴⁵⁸ AHU-PE, D. 14373, D. 14396.

⁴⁵⁹ AHU-PE, D.12203.

⁴⁶⁰ AHU-PE, D. 14111.

Fazenda.⁴⁶¹ Em um ofício sem data, o Intendente Sheverim se afirmava à Junta que não conseguira obter os 24 mil quintais de pau-brasil do contrato régio, pela baixa qualidade dos que chegavam, pedindo auxílio dos comandantes locais para obter aumento de remessas, estipulando que todos eles, além da carga normal, carregassem meia lotação da madeira.⁴⁶² A ordem não foi cumprida por uma parcela dos comandantes, que meses depois foram ameaçados de perder toda carga correspondente ao que deveria ser de pau-brasil.⁴⁶³ Uma ordem de 12.08.1797 estipulava a construção de uma charrua para o carregamento de madeiras da coroa, mas dois anos depois a Junta ainda estava enviando a lista dos materiais necessários de serem importados de Lisboa.⁴⁶⁴

Em 1800, o Intendente ordena à sumaca N. Sra. da Batalha, de João Francisco Carneiro Monteiro, que assim que acabasse de descarregar as madeiras reais no Recife, seguisse ao distrito de S. Antônio Mirim.⁴⁶⁵ Em 1800, a Intendência lançava uma portaria para aumentar as jornais dos índios para 120 mil rs., contra os 80 que antes recebiam, para estimulá-los ao “trabalho das madeiras de construção, condução do pau-brasil ao embarque, marcagem do mesmo, e outros serviços desta natureza, para que os índios são indispensáveis”.⁴⁶⁶ Em 1804, os presos da calceta, que faziam o serviço de arrasto das madeiras da praia para os telheiros do Arsenal da marinha, e deles para os barcos reais, pediam também aumento de soldo.⁴⁶⁷ Em 1800, o intendente recomendava ao Patrão-mor da Barra que providenciasse equipamentos para melhorar a segurança das canoas no porto, que frequentemente perdiam cargas por falta de cabos e outros equipamentos para prender suas embarcações. Uma alvarenga foi construída para facilitar os socorros a embarcações.⁴⁶⁸

Em 1802, o intendente informava sobre a demora da lotação da charrua S. Carlos, que para receber as madeiras teve que ter seu resbordo aberto, e os calafates ainda trabalhavam para fixá-la, mas a coroa não admitia mais demoras.⁴⁶⁹ Em 1803, Joaquim de Souza Pacheco, vindo do Rio de Janeiro, trazia 168 taboados de Peroba, para vender ao Arsenal da Marinha.⁴⁷⁰ Em 1803, o fabricante da ribeira do Una, José de

⁴⁶¹ AN-MS-XIIM-253, Port.42, 16.08.1799, Fl.17-17v.

⁴⁶² AN-MS-XIIM-253, Port.46, 17.04.1800, Fl.18v-19 e Port.57, 26.04.1800, Fl.23v-24.

⁴⁶³ AN-MS-XIIM-253, Port.64, 05.02.1799, Fl.26.

⁴⁶⁴ AN-MS-XIIM-253, Port.51, 17.04.1800, Fl.22.

⁴⁶⁵ AN-MS-XIIM-253, Port.33, 17.04.1800, Fl.14.

⁴⁶⁶ AN-MS-XIIM-253, Port.41, 17.04.1800, Fl.17.

⁴⁶⁷ AN-MS-XIIM-253, 28.01.1804, Fl.74-74v.

⁴⁶⁸ AN-MS-XIIM-253, Port.47, 12.08.1800, Fl.19.

⁴⁶⁹ AN-MS-XIIM-253, Ofício, 30.04.1802, Fl.26.

⁴⁷⁰ AN-MS-XIIM-253, 27.08.1803, Fl.65v-66.

Souza Nunes, pedia ajustamento dos preços dos taboados de amarelo, argumentando que os preços dos trabalhadores dobrara ultimamente, e a farinha mais que quadruplicara, além do aumento do preço das balsas e carros de boi. A intendência despachou um preço intermediário, abaixo do requerido pelo fabricante. No mesmo dia, o fabricante Gregório José de Souza requeria o mesmo, com alegações similares.⁴⁷¹ Poucos meses depois, Manoel Antônio Lopes, que “vive de seu negócio andando pelos matos com fazendas”, afirmava que recorrentemente recebia madeiras pelos seus compradores endividados, não podendo entretanto revendê-las sem autorização régia.⁴⁷²

Em 1803, o Intendente Seibliz, e mais a Junta de Governo e o ouvidor da comarca de Pernambuco, João de Freitas Albuquerque, nomeavam João Ferreira Loureiro, morador no distrito do Una, Inspetor das Madeiras Reais, posto que, na falta de autoridade competente, havia notícias de contrabando pelos próprios fabricantes naquele que era “uma dos mais consideráveis [portos] em madeira de amarelo”. Segundo as informações, eles retiravam as marcas régias das madeiras, após passarem pelo presídio que ficava cinco léguas de distância do porto.⁴⁷³ Em 1805, João de Freitas Barbosa, Antônio Lopes Ribas e Francisco de André reclamavam o pagamento da apreensão de 36 paus de jangada feita pelo inspetor Loureiro para o serviço real. O escrivão da fazenda afirmava que, neste ano, recebera 43 peças desse tipo, remetidas por Matheus José de Lemos, de Camaragibe-Porto Calvo, e 58 do inspetor, enviados em várias balsas, nas quais não eram discriminados os donos.⁴⁷⁴

Em 1806, a Intendência comprava dez carros de madeiras do Ajudante do Regimento de Cavalaria de Olinda, João Alves Magalhães, que “ficaram no mato” depois da remessa anterior, eram necessárias para reparos das pontes.⁴⁷⁵ Em 1809, o almirantado real lançava, via edital, um prêmio para todos aqueles oficiais que tirassem as coordenadas de uma série de pontos no litoral do país, determinassem os abrolhos e paredes, e que fizesse um plano dos baixos de cabos e arquipélagos, e das comunicações destes com a terra firme. Os planos, localmente, deveriam ser da foz do S. Francisco, barra das Alagoas, ilha de Santo Aleixo, Cabedelo, e cabo de S. Roque.⁴⁷⁶ Nas fontes utilizadas, aparecem constantemente os jangadeiros – grande parte gente de cor livre - que faziam o serviço de transporte das madeiras para os barcos ou de

⁴⁷¹ AN-MS-XIIM-253, Requerim. 09.07.1803, Fl.61-61v e Idem, Fl.64-64v.

⁴⁷² AN-MS-XIIM-253, 28.09.1803, Fl.67-67v.

⁴⁷³ AN-MS-XIIM-253, 23.07.1803, Fl.62-63v.

⁴⁷⁴ AN-MS-XIIM-253, Port.64, 10.10.1800, Fl.107v.

⁴⁷⁵ AN-MS-XIIM-252, 03.03.1806. Fl.32.

⁴⁷⁶ AN-MS-XIIM-252, 15.09.1809, Fl.61-64.

correspondências entre Recife e outros portos. Esses trabalhadores mantinham um modo de vida regulado pelo mar. Em 1808, uma ida e volta de Recife a Bahia para entregar correspondências durou mais de um mês.

Em 1816, chegando ao Recife, Tollenare comentava que o contrabando do pau-brasil “nas pequenas angras que bordam a costa nas vizinhanças de Itamaracá até a Paraíba [...]. Dizem-no fácil, não havendo ali quase nenhuma tropa, ou antes, asseguram, sendo os oficiais acessíveis à sedução”.⁴⁷⁷ “Cândido José da Siqueira era mencionado chefe de divisão ou esquadra, com exercício de Intendente da Marinha, e negócio do pau-brasil: ignoram as razões porque, antes da revolução era difamado de peculato, mas depois dela foi fraca e covardemente denegrido pelos autores da revolta.”⁴⁷⁸

⁴⁷⁷ TOLLENARE, L.F. **Notas Dominicaes...** Op.cit., p.21.

⁴⁷⁸ ANONIMO, “Ideia de Pernambuco em 1817”... Op.cit., p. 51.

CAPÍTULO 5. AS MATAS DA PARAÍBA DO NORTE

Do cabo de S.Roque [...] até o cabo de Santo Agostinho que [...], cujas praias são de areias brancas e limpas entre cabo e cabo correm ao mar treze caudalosos rios. Entre estes formosos rios reina, e é o principal entre eles o rio Paraíba [...]. Vem do interior do sertão onde tem seu nascimento, e se vai engrossando com as águas de muitas ribeiras e fontes que nele entram. [...] O fundo deste rio é área limpa e clara, assim o seu porto é excelente e capaz de grandes embarcações. [...] Pelo rio acima uma légua distante tem uma formosa e aprazível ilha, [...] ornada de arvoredos, coqueiros e outras árvores de fruto, marinhas de sal, e bons edifícios, o que tudo a faz agradável. Defronte dela está o surgidouro das naus, capaz de uma imensa quantidade delas, abrigado de todos os ventos, e a maré chega pelo rio acima mais de 5 léguas por onde pode navegar grandes caravelões. Tem uma várzea [...], toda retalhada de esteiros, e copiosa de rios de água doce, povoada de quintas, e engenhos reais, para os quais dão os mangues do salgado muita lenha para se cozer o açúcar e cinza para a decoada com que se alimpa.

COUTO, Domingos L. **Desagravos do brasil...** Op.cit., p.24.

Na Paraíba, a querela com a jurisdição de Pernambuco sobre seu território, que desenvolvia juntamente com a mata norte de Pernambuco uma economia mais diversificada, com as atividades açucareira e algodoeira em expansão, além do acesso melhor à produção dos Sertões, rechaçou a idéia de um Juiz Conservador das Matas – pela constante resistência à figura do magistrado Antônio Felipe Soares de Brederode, ouvidor da capitania -, organizando um sistema de exploração madeireira supervisionado por Inspectores dos cortes abertos em matas de uma forma a não interferir nas demandas locais por madeira, cuja exploração extrapolou os limites do período colonial. A abertura de cortes regulares favoreceu a penetração em áreas pouco visitadas pelo sistema produtivo colonial, permitindo a abertura de novas fronteiras para plantação.

Vilhena falava do litoral Paraibano com “espessos, altos e dilatados mangues, perto dos quais, e ainda dentro deles, se veêm artificiosas camboas feitas como uns labirintos de longas estacas fincadas juntas umas de outras com suas portas por onde entrando o peixe com a enchente jamais pode acertar na vazante”. Os engenhos do “Recôncavo da Paraíba” eram também copiosos, e o açúcar e algodão locais de reputada qualidade. A capitania possuía boas reservas de matas, especialmente de pau brasil, e também tinha grandes quantidades de gado no Sertão. Na antiga capitania de Itamaracá, havia também muitos engenhos

e muitas outras diversas fábricas, vilas grandes e pequenas, além de infinitas outras povoações e fazendas e tal é a produção do seu terreno que daquele porto do Recife de Pernambuco saem para Portugal, mais de quarenta navios carregados de efeitos, os quais são açúcar, algodão, madeiras, muita courama curtida e em cabelo, creio que algum tabaco, e alguns outros gêneros de menos consideração.⁴⁷⁹

Vista da Paraíba:

A paisagem vista das janelas é uma linda visão peculiar ao Brasil. Vastos e verdes bosques, bordados por uma fila de colinas, irrigados pelos vários canais que dividem o rio, com suas casinhas brancas, semeadas nas margens, outras nas eminências, meio ocultas pelas árvores soberbas. As manchas dos terrenos cultivados são apenas perceptíveis. A parte baixa da cidade é composta de pequenas casas, e situada ao lado de uma espaçosa baía ou lago, formada pela junção de três rios, fazendo a descarga de suas águas no mar por um longo canal. As margens dessa baía, como as de todos os rios salgados da região, são recobertas de mangues, tão unidos e compactos que parece não haver saída. Não acompanhei o rio até o mar, mas soube que havia algumas lindas ilhas, com terrenos ótimos, mas incultos. [...] Existe a regular alfândega, raramente aberta. Paraíba está fora da estrada que vem do sertão.⁴⁸⁰

5.1. Políticas das florestas na Europa e no Ultramar (1500-1750)

A floresta era a base material/orgânica da economia e da vida dessas populações, também era um local de confronto de interesses entre diferentes setores. As decisões envolvendo o corte ou a de florestas gerava conflitos sociais entre as coroas, a nobreza, o clero e a população pobre. A partir dos séculos VIII-IX, junto com a expansão demográfica, houve um esforço de se regular e codificar os usos da Floresta. Por outro lado a nobreza, por meio de leis, passava a reservar para si porções de floresta para a caça, ou para a manutenção de reservas que combinado à exploração massiva das reservas lenhosas para as atividades industriais – especialmente a metalurgia - pode ter levado as pessoas mais pobres a um alheamento de uma de suas bases biofísicas. Também levou à formação de uma idéia de gestão comum entre as diferentes necessidades dos setores da população, colocando a relação cidade-campo de forma unificada. Ao longo dos séculos XIV e XV, com as pestes e as guerras, o despovoamento possivelmente permitiu uma retomada das florestas, com a redução de talvez um terço da população européia, um quarto das terras cultivadas abandonadas. No geral, Williams descreve o uso dos recursos naturais na Idade Média:

Medieval europeans [...] used them to provide an expand agriculture, an abundant source of energy, considerable construction and development of dwellings in the country and in towns, and a vibrant metallurgy industry. Land and it's biological resources were the basis for the creation of an

⁴⁷⁹ VILHENA, Luís S. **Recompilação de Notícias...** Op.cit... p.205.

⁴⁸⁰ KOSTER, Henry, **Viagens ao Nordeste...** Op.cit., p.84.

innovative, decentralized, energetic, yet comparatively stable society that enjoyed a rise in the general standard of living⁴⁸¹

No mediterrâneo, o domínio islâmico entre 700 e 750 D.C. – consequentemente a reinserção em grandes circuitos comerciais - também levou a uma procura por madeiras para a indústria naval, envolvendo inclusive a Teca da Ásia (*Tectona grandis*), vinda da costa do malabar. Concomitantemente, as indústrias domésticas da Europa, do norte da África e do Oriente médio, além das ilhas, também aceleradas nesse processo, demandavam mais recursos lenhosos. Entre os anos 800 e 1300, com a Reconquista da Península Ibérica, as Cruzadas procuravam penetrar os territórios do Oriente médio, enquanto a coroa portuguesa buscava acesso ao território norte-africano. Nesses casos, procurava-se algo alhures: o domínio do comércio do oriente distante, intermediado pelos muçulmanos.⁴⁸² No Reino de Portugal, durante a idade média seguiu-se o que ocorreu em outras partes do território continental: o dematamento pelos sesmeiros, pela igreja, por camponeses pobres, estimuladas pela coroa.

Desde pelo menos o código visigótico (séc.VII), existem disposições de proteção a sobreiros e pinheiros, e durante o domínio afonsino (1139-1383), outras medidas de reserva de áreas florestais foram tomadas, mais no sentido de preservar as chamadas *coutadas de caça* da nobreza, onde se praticava a caça nos montes, ou *montaria*, principalmente do veado, do urso e do javali. Durante o reinado de D.Diniz (1279-1325) foi plantada a floresta de pinheiros em Leiria – utilizados para os mastros dos navios, uma das primeiras experiências bem sucedidas de replantio, onde foram aplicadas severas penas a quem cortasse clandestinamente madeira, possuísse animais pastando dentro dos limites do pinhal, ou portasse tabco ou armas de fogo dentro do local. À população era permitido a coleta de lenha, mas ninguém entraria com um machado sem autorização real.

No século XIV, D.Fernando I, incentivava a construção naval e o corte de madeiras específicas. No século XV, ainda era possível encontrar bastante madeira num raio de 100 km em torno de Lisboa, transportados por vias fluviais.⁴⁸³ Sendo assim, a apropriação de áreas de uso comum pela coroa, assim como em outros lugares da Europa, levava a conflitos com os camponeses, que pressionavam pela sua fonte

⁴⁸¹ WILLIAMS, Michael. **Deforesting the Earth...** Op.cit., p.130- 136, 145.

⁴⁸² Idem, 128-130, 149.

⁴⁸³ Em 1415, a frota que seguiu para a conquista de Ceuta contava com mais de 200 navios, sendo que cada um deles, dependendo da tonelagem, teria necessitado entre 2 e 4 mil árvores bem desenvolvidas, especialmente do sobreiro e da azinheira [nomes científicos] e o carvalho (mais leve). O taboado era feito preferencialmente com o pinheiro manso [espécie], e o pinheiro bravo era utilizado nos mastros, táboas do convés (não podia ter contato com a água).

imemorial de recursos cotidianos. Em 1414, D.João I criou o cargo de *monteiro-mor*, e as coutadas estavam espalhadas em todo o território do reino. Com a pressão da indústria naval – central para a manutenção do domínio territorial – criaram-se as chamadas *coutadas de mata*, reservadas para os arsenais reais, e complementadas por madeiras de particulares. As leis de proteção das matas ou a monopolização de certas espécies para a coroa data já dos anos de 1493, D. João I – reservando freixos e cedros – e em 1515 já havia restrições ao corte de matas próximas a fontes de água. Em 1562 punia o corte de madeiras e instruía o replantio de pinheiros e castanheiros. No final do século XVIII, a administração de Sousa Coutinho recomendava também o plantio de florestas como forma de proteção dos solos contra deslizamentos.⁴⁸⁴

Nos últimos séculos pré-coloniais as florestas europeias se expandiram com o despovoamento demográfico, por volta do século XV novamente sofreram modificações mais gerais, provocadas pela dita “pequena era do gelo”, com a substituição das espécies decíduas por coníferas em diversas regiões. A cobertura vegetal, no século XVI, ainda se diferenciava basicamente entre as florestas decíduas de grande parte do continente – especialmente na Polônia e nas regiões mais baixas da Alemanha –, e as regiões dominadas pelas coníferas nas regiões montanhosas dos alpes, da Escandinávia, do Báltico, Prússia e Pomerânia. No início do século XVI, no entanto, começa a haver um temor a respeito da superexploração dos recursos florestais, inicialmente na Inglaterra e Países Baixos, e durante os séculos XVII e XVIII na França, Alemanha, Portugal.⁴⁸⁵

Para Williams, essa preocupação em grande medida era mais alarmista do que real, estando a escassez de madeira mais relacionada aos centros urbanos maiores, ou às regiões de produção naval do mediterrâneo. A escassez, para ele, seria até então mais local do que de fato nacional. Williams cita diversos exemplos de “revisionistas” que procuram entender também os indicativos de altos preços de materiais lenhosos e os constantes alarmes por proteção florestal como parte de processos mais gerais de

⁴⁸⁴ As áreas de coutada aberta – posto que haviam as tapadas, parques de caça cercadas junto aos palácios – ao contrário de comportar a noção de *res nulis* do direito romano, considerava as disposições visigóticas que davam o direito aos proprietários das terras sobre seus outros objetos (caça, águas, madeiras), reservados apenas à monarquia o usufruto e a demarcação. Áreas da serra do Soajo, do Botão (prox. de coimbra), e no Ribatejo foram incorporadas ao regime de coutadas, nomeando-se *monteiros* como funcionários responsáveis pela gestão, acompanhando a própria migração da coroa dentro do território peninsular. Os direitos dessas áreas estendiam-se aos próprios animais, proibidos de serem abatidos pela população “comum”, e esses animais causavam, por sua vez, prejuízos às plantações. REGO, Francisco C.. **Florestas Públicas**. Porto: 2001., p.8-11, 15-16, 24-25, p.63-83.

⁴⁸⁵ WILLIAMS, Michael. **Deforesting the Earth...** Op.cit., p.168-170.

inflação ou de políticas interessadas de alguns grupos em torno das cortes. No caso da França, por exemplo, mesmo com toda a pressão exercida pelas atividades econômicas dependentes de combustíveis vegetais, e da demanda por madeira para construção civil e naval, parece não ter havido grandes mudanças nos preços da lenha até o século XVIII.

É possível que tenha havido uma falta de madeiras específicas, mas antes de uma real preocupação com a manutenção de boas condições ambientais, havia uma tentativa de afirmação de grupos estatais interessados no controle das florestas, muitas vezes em detrimento à população pobre, e reações dos camponeses, envolvidos milenarmente com o manejo dessas reservas, às demandas por recursos florestais pelas indústrias naval, metalúrgicas, vidraçarias, curtumes, etc. Nesse sentido, regiões de construção naval mais intensa e menos favorecidas na extensão das florestas, como o mediterrâneo português, espanhol e italiano, e os países baixos, tornaram-se dependentes do comércio de madeiras de outras localidades, enquanto até o final do século XVIII, tanto a França quanto a Inglaterra ainda produziam domesticamente quase toda sua demanda. Entre os séculos XV e XVII, em locais como Veneza, França, Grã-bretanha e em potências da Alemanha, as medidas regulatórias em relação a áreas preservadas. Williams considera que a publicação da *Sylva* (1664) e das Ordenances de Colbert (1669), o primeiro, um grande apelo nacional pela conservação e replantio de árvores na Inglaterra, e o segundo uma “racionalização e codificação da emaranhado da antiga lei florestal francesa”.⁴⁸⁶

Na França, as *Ordenances* estipulavam prerrogativas à coroa nas florestas localizadas a dez léguas do mar ou a duas léguas de rios navegáveis, expandindo depois para quinze e seis léguas, respectivamente, e posteriormente para todas as florestas mas apenas relativamente a algumas espécies, e segundo as necessidades mais imediatas da marinha, não proibindo o corte de agentes privados.⁴⁸⁷ A gestão estatal das florestas definia regras sobre os cortes, marcava espécies proibidas, estipulava distâncias mínimas para a alocação de oficinas de trabalhadores da madeira em relação às reservas, e proibia a circulação de animais. A obra de Evelyn, mais uma publicidade dirigida aos possuidores de terras, teve um resultado rápido, aumentado por uma mudança cultural na forma de lidar com a floresta e certas espécies de árvore como investimento ou como locais carregados de sentimentos, que levou a um aumento do replantio, áreas de

⁴⁸⁶ WILLIAMS, Michael. **Deforesting the Earth...** Op.cit., p. 171-196, 201-203.

⁴⁸⁷ MILLER, Shawn. **Fruitless Trees...** Op.cit., p.47.

convivência, parques, jardins urbanos , embora um programa nacional de replantio não tenha durado até o século seguinte. Na Alemanha, por suavez, programas de replantio de espécies de crescimento mais rápido, disseminados em várias localidades, conseguiu estabelecer um programa de manejo eficiente desde o século XVIII, unidos a uma pesquisa consistente a respeito do funcionamento ecológico das árvores.⁴⁸⁸

A especificidade de certas madeiras é um elemento importante na indústria naval, como no caso do carvalho [*Quercus*], que tem uma atestada resistência a fungos decorrentes do contato com as águas, além de crescer de forma que facilita a construção dos cascos dos navios, posto que estes necessitam de uma curvatura especial. Já os abetos (*Abies*) eram valorizados por sua linearidade, sendo ideais para os mastros dos navios, e importados do Báltico, região de exportação madeireira por excelência na Europa, que ainda fornecia outros produtos florestais, como o breu e o piche. As demandas dos centros coloniais europeus, portanto, estimulou a formação de uma indústria madeireira em larga escala nessa área, com técnicas de automação, como serras hidráulicas, e grandes contingentes de trabalhadores envolvidos.

Nas ilhas do mar do Caribe, o desmatamento, associado a abertura de terras para o cultivo e ao comércio de madeiras, e como combustível na fase industrial da produção de açúcar, a ponto de várias ilhas da região tornarem-se importadoras de madeira da Nova Inglaterra, estimulando a produção madeireira da região, para demandas como lenha para os engenhos, construção de barris para o rum e caixas para açúcar, e mais uma série de necessidades cotidianas. O mercado do Caribe ligava a produção açucareira e, posteriormente, de outros gêneros tropicais, e a produção de madeira do sudeste dos Estados Unidos.⁴⁸⁹ Na Nova Inglaterra, segundo Cronon, as estratégias de abertura de florestas dependiam de alguns fatores, entre eles um mercado de madeira e de potassa e carvão – retirados dos restos da queimada – da disponibilidade de mão de obra, e sucessivamente plantando milho, cevada e depois outros grãos, ou criando gado. A expansão dos campos se dava muitas vezes em torno de serrarias, desde muito cedo movidas a água.⁴⁹⁰

Leis de 1733, sob D. João V, à semelhança do *black act* inglês, puniam com a morte o crime de caça, ponto culminante de uma série de medidas associadas ao absolutismo e às áreas de reserva de caça. As coutadas abertas foram abolidas e abertas

⁴⁸⁸ WILLIAMS, Michael. **Deforesting the Earth...** Op.cit., p.204-205; SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória...** Op.cit, p.130; THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural...** Op.cit., p.221.

⁴⁸⁹ WILLIAMS, Michael. **Deforesting the Earth...** Op.cit., p.196-197, 219 – 222.

⁴⁹⁰ CRONON, William. **Changes in the land...**Op.cit., 115-119.

à população com a Revolução Liberal do Porto. As tapadas palacianas, por sua vez, mantinham reservas de animais como coelhos, lebres, perdizes, também para a caça da corte, mas durante o século XVIII e XIX convertidas a granjas-modelo e jardins, de criação de animais e de árvores frutíferas.⁴⁹¹

Na última década do século XVIII, a coroa decidiu expandir o controle das florestas coloniais, criando áreas inteiramente reservadas – e não apenas árvores específicas – para o uso único da coroa, inclusive invalidando sesmarias vigentes, em uma faixa de dez léguas da costa. Cada capitania deveria fornecer um plano detalhado de corte e das desapropriações. Nesse ponto, no entanto, os agentes da coroa esbarravam em dificuldades com os sesmeiros ou ocupantes sem título. Miller afirma que provavelmente apenas na Bahia ocorreram expropriações de terras, enquanto em São Paulo o uso particular de madeira foi restringido a uma quantia mínima por pessoa, e qualquer quantia além deveria ser ressarcida, mesmo sendo cortada às próprias expensas. Por esse tempo também na Capitania Geral de Pernambuco aparecem apelos para a criação de cargos para funcionários responsáveis pelo controle do corte das florestas, especialmente nas principais fronteiras da mata, ao norte (especialmente na Paraíba) e ao sul na região entre o rio Ipojuca e a vila de Atalaia, atualmente no estado de Alagoas. Desde 1796 há pedidos do Governador D. Tomás José de Mello para que se criasse uma superintendência das matas locais, e ouvidores, corregedores, intendentes e outros interessados já faziam relatórios ao governo local sobre a questão.

Em 1799, o ouvidor das Alagoas, José de Mendonça Matos Moreira, foi nomeado Juiz Conservador das Matas para a fiscalização dos recursos florestais, seguindo o exemplo da região de Ilhéus-BA, onde o cargo era exercido desde 1795 por Balthazar da Silva Lisboa, apadrinhado de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e homem ligado às ciências naturais e ao reformismo ilustrado. No mesmo ano, o ex-ouvidor da Paraíba, Antônio de Soares Brederode, foi nomeado para o mesmo cargo nas matas Sul de Pernambuco.⁴⁹² Quando o mesmo foi nomeado para cargo análogo na Paraíba, por volta de 1805, causou resistências locais, visto que anos antes fora acusado recorrentemente de abusos administrativos.⁴⁹³

Esses Juizes conservadores, já exerciam a atividade de ouvidor em suas localidades e envolveram-se em embates com os sesmeiros, plantadores de açúcar,

⁴⁹¹ REGO, Francisco C. **Florestas Públicas...** Op.cit., p.11.

⁴⁹² AHU-PE, 14170.

⁴⁹³ AHU-PB, 3134.

pequenos agricultores e outros moradores, visto que dentro das medidas que a coroa pretendia fazer valer, estava a apropriação de largas áreas utilizadas tradicionalmente pela população local. Na Paraíba, aparentemente, a gestão das florestas adquiriu um viés separatista, em relação à subordinação ao governo de Pernambuco, gerando conflitos com o ouvidor Brederode, os “mestres construtores” que administravam os cortes e o próprio governador de Pernambuco. Assim, o material produzido pelos juizes conservadores e outros agentes de estado permite também visualizar outros aspectos da economia regional.

Miller afirma que a legislação colonial aplicada no Brasil foi o mais pesado dispositivo legal em relação às florestas já concebido, comparando às disposições Inglesas na Nova Inglaterra – que reservavam o corte do pinheiro-branco de grande porte às demandas da coroa – e das Ordenances de Colbert. Para ele, a política de venda do monopólio dos direitos de exploração ou comercialização de determinados produtos (sal, tabaco, óleo de baleia, pau-brasil), também ocorrendo, como no caso de algumas madeiras, a determinação de uma licença de exploração por determinado tempo. Esse complexo de atitudes restritivas pode ter aumentado as animosidades dos nativos em relação à coroa. As demandas da marinha de guerra suplantavam àquelas das indústrias, e também as do comércio ultramarino, como no caso da construção de barcos mercantes. A coroa também não conseguia competir com os construtores privados, que pagavam madeiras em adiantamento, ao contrário das cartas de crédito reais. O corte de madeiras, nesse sentido, não teria causado uma modificação ambiental em larga escala, visto ter mantido-se restrito a espécies selecionadas, retiradas de florestas maduras, onde a recomposição natural mantinha as características nativas.

Miller afirma que o processo de corte de madeira ocorreu dissociado da abertura da fronteira agrícola, e que muitas vezes o grosso do desmatamento foi realizado pelo plantio e não pela exploração madeireira. O setor madeireiro, por dificuldades ambientais (rios navegáveis, portos naturais) e sociais (mão de obra, políticas desacertadas) jamais obteve um papel de proeminência dentro da economia colonial. Segundo ele, os discursos de escassez serviam muitas vezes a interesses pessoais ou de grupos econômicos, ocorrendo desde o período colonial, como no caso de Duarte Coelho, que já na metade do século XVI já alardeava a destruição do pau-brasil dentro de um raio de 20 léguas em torno de Olinda, enquanto Pernambuco exportou a *commoditie* até o século XIX. Como ele mesmo afirma, contudo, o processo de corte seletivo apresentava problemas de acordo com as características da floresta atlântica. As

árvores cobiçadas para a construção naval no século XVIII encontravam-se dentro de grandes florestas ainda pouco conectadas aos sistemas produtivos, e preferencialmente localizaram-se em áreas pouco disputadas pelos agentes econômicos coloniais.⁴⁹⁴

A maior diversidade de espécies presentes em matas tropicais tornava mais dificultoso o processo de identificação dos exemplares a serem cortados, [mas isso pode também ser uma impressão propagada pelos relatos, e a documentação indica que nos primeiros momentos as espécies necessárias eram bastante abundantes]. O transporte de algumas das madeiras não poderia ser feito diretamente nos rios, pois muitas delas são mais densas que a água, afundando, embora Miller afirme que todas aquelas utilizadas para o prancheamento dos navios e muitas das madeiras de armação também, e a navegabilidade dos rios do litoral era prejudicada. Por serem áreas pouco visitadas, não havia abundância de caminhos – em muitos casos era necessário abrir picadas na mata para estabelecer os primeiros – e houve problemas estruturais de oferta de animais para o transporte das madeiras por vias terrestres. O gado também estava mais sujeito à doenças por carrapatos, carbúnculo, bócio, ataque de animais ou ingestão de frutos venenosos (gairu).

A justificativa da escassez servia como forma de apropriação das terras, e para o usufruto privado de recursos cobiçados pela coroa. Sabendo dos planos da coroa, pessoas utilizavam-se de informações falsas com o fim de despistar os agentes régios. Por outro lado, proprietários de plantações utilizavam o discurso da escassez como forma de apropriação/expulsão de elementos indesejáveis, como pequenos lavradores. Os senhores de engenho do recôncavo baiano utilizavam o argumento para tentar controlar a montagem de novos engenhos na região, obtendo da coroa alvará em 1681 normatizando a distância de meia légua entre eles. Por sua vez, as demandas da indústria naval forçava a apropriação de recursos em terras cujos sesmeiros se sentiam proprietários plenos, e utilizava recursos das plantações – carros de boi, mão de obra – causando custos e transtornos indesejáveis aos plantadores. Havia uma experiência compartilhada entre as nações colonialistas, etnicamente mestiça, envolvendo conhecimentos diversos acerca das florestas tropicais, circulando junto às viagens ultramarinas. A documentação precisa ser lida, nesse sentido, mantendo em vista interesses de agentes que jogavam com as premissas da a colonial, e utilizando-se do obscurantismo para desviar os focos da exploração metropolitana. Os trabalhadores da

⁴⁹⁴ MILLER, Shawn. **Fruitless trees...** Op.cit., p.55-61, 68-9.

madeira, por exemplo, muitas vezes culpavam supostos defeitos das florestas para justificar falhas em execuções de encomendas reais, ou para não se envolverem em trabalhos difíceis. Assim, mesmo as áreas mais visadas pela coroa mantiveram-se produtivas nas primeiras décadas do XIX.⁴⁹⁵

Em 12.10.1796 a Real Junta da Fazenda da Marinha regulamentava conservação dos pinhais reais. No ano seguinte, outros pinhais se juntaram, como o de Leiria, em 1798. Foi feita uma tentativa de tombamento de todos os pinhais reais, e de utilizar madeiras de particulares. No ano seguinte, houve uma tentativa de incorporação de pinhais da Universidade e Câmara de Coimbra a Leiria. Inicia-se também iniciativas oficiais de replantio, sintetizadas na obra de José Bonifácio. A preocupação, além das madeiras de construção, era conter o avanço das dunas. Os terrenos arenosos e descobertos de vegetação facilitavam o avanço destrutivo do mar.⁴⁹⁶ Para Miller, o cargo de juiz conservador era muito mais administrativo do que judicial, planejando e regulando os trabalhos dos cortes reais estabelecidos em localidades como Ilhéus, Alagoas e Rio de Janeiro. Na Paraíba e em São Paulo, o trabalho de regulamentação foi promovido pelos governadores respectivos, à semelhança do cargo criado para os pinhais de Leiria em 1783. Na colônia, no entanto, os juizes conservadores tinham também o cargo de ouvidor das comarcas, sendo portanto o agente punitivo privilegiado da coroa, denunciando os desvios cometidos por particulares. Baltazar da Silva Lisboa, na comarca de Ilhéus, procurou criticar a função apelando por mais ações de replantio segundo estudos científicos.⁴⁹⁷

5.2. A exploração das matas paraibanas

Em 1755, uma encomenda de madeiras brasileiras para o Real Arsenal dizia que “[as] madeiras hão de vir de Pernambuco, por serem melhores na qualidade e feições das que vem dos mais portos do Brasil”. O governador da Paraíba Luís Antônio Lemos de Brito informava ao secretário Corte Real das possibilidades oferecidas pelas matas daquela região, especialmente as retiradas na Bahia da Traição, que eram já amplamente exportadas para Recife. Segundo ele, apoiado em duas listagens, as madeiras paraibanas saíam pela metade do preço daquelas fabricadas em Pernambuco. Era difícil, no entanto,

⁴⁹⁵ MILLER, *Fruitless Trees...* Op.cit., p.3-12, 35-42.

⁴⁹⁶ REGO, Francisco. *Florestas públicas...* Op.cit., p.27.

⁴⁹⁷ MILLER, *Fruitless trees...* Op.cit., p.54-55.

encontrar paus com 60 pés, por que localmente apenas se costumava fabricar “cascos pequenos”, e os fabricantes “cortam com tirania aqueles paus que se podiam servir para construir navios grandes, e depois se dividem em peças miúdas”, em detrimento dos interesses da coroa. O governador alertava que era preciso acabar com os cortes abertos por habitantes da capitania de Pernambuco. Por sua vez, os custos de transporte da Baía da Traição para Recife eram elevados, e as madeiras facilmente se danificavam, devido a falta de capacidade das embarcações, tanto pelo tamanho das peças como por suas curvas.

Por não haverem pessoas estudadas, o exame dos portos da Baía foi realizado por “rústicos experimentados”. O governador indicava que as madeiras poderiam ser levadas a embarcações por balsas, mas era necessário a construção de uma ponte sobre um pântano que regularmente era tomado pela maré, pela qual os carros de boi carregariam as madeiras das matas até a beira-mar. Sendo as madeiras abundantes no local, parecia-lhe obra fácil, embora a capitania não possuísse recursos para pagar os carpinteiro. O corte das madeiras ficou a cargo de “lançadores”, que deveriam arcar com todos os custos da fabricação e transporte das madeiras até a Fazenda Real, pelas quais seriam pagas. Foram enviados no total 6.927 peças. As madeiras enviadas para as duas naus de 60 peças que a coroa estava construindo em Lisboa foram orçadas pelo mestre da Ribeira da Paraíba Luiz André Souto.⁴⁹⁸

Questionado pela coroa sobre a conveniência de se criar um galpão para madeiras no distrito da Bahia da Traição, Correia de Sá informava que o local era apropriado, tomando-se o cuidado de manter os navios bastante afastados da costa, dada a força do mar, segundo informação do piloto da marinha e patrão-mor Antônio de Oliveira e do piloto João de Oliveira. Também afirmava haver ali muita e boa madeira, mas que não seria possível convencer os carpinteiros do Recife a dirigirem-se ao local, nem com o dobro do salário. Por outro lado, o porto do Jaraguá, no distrito de Alagoas, já ofereceria, segundo o governador, um suficiente estoque de madeiras, com suas matas de sucupira, sendo ela a maioria embarcada para o Recife e Bahia, não se esgotando mesmo com continuados cortes, segundo informava um carpinteiro que lá trabalhava. Nesse sentido, não considerava importante o estabelecimento de outro porto de embarque na Paraíba.⁴⁹⁹

⁴⁹⁸ AHU-PB. D. 1438.

⁴⁹⁹ IHGB, Arq.1.1.14. Luis José Correia de Sá a Diogo de Mendonça Corte Real, Recife, 30.4.1755, Fl.24-26v.

Por volta de 1775, o Cap. José Francisco Perné cuidava das informações das remessas de madeira da Paraíba, assunto que a coroa pedia urgência. As madeiras curvas já estavam prontas, no entanto os tabuados tiveram que ser manufaturados em Alagoas, por não existirem mais nas matas ao norte.⁵⁰⁰ À vista disso, podemos ver que nas matas da Paraíba conhecidas no momento, não havia mais árvore alguma nas medidas necessárias para confecção de taboados. Nesse ano, a Junta da Fazenda Real, seguindo ordem do Real Erário, ordenou o embargo das matas “que fossem precisas para o corte das madeiras”, localizadas na Paraíba. Essa iniciativa precoce de intervenção régia na proteção das reservas locais gerou de imediato reações da Companhia de Comércio, que alegava ter necessidade das mesmas para continuar a construção de seus navios. O mestre-de-campo José Rodrigues Chaves foi enviado para escolher três entre as seis matas conhecidas da Paraíba, que oferecessem menor despesa para o envio de madeiras, consultando para isso o Mestre dos cortes, Manoel de Freitas Coelho.

A Cia. poderia continuar a retirar madeiras da mata do Jacaraúna – na qual havia “aberto” o corte –, na mata das Bebidas na de Japungú e do Pau Brazil,

“entrando nestas todas as matas do engenho Velho [...] [onde há] tão abundantes madeiras, principalmente a do Japungú e Bebidas, [...] que em dez anos não se extinguirão delas as madeiras ainda que lhe metam efetivamente sessenta machados [...] [tendo] estas muitas madeiras para navios grandes e pequenos”.

As matas eram discriminadas no contrato firmado como propriedades do Morgado Manoel Gomes da Silveira, do padre Manoel de Carvalho, e outros. As terras de morgadio tinham impecilhos legais para desmembramento por heranças [Mais detalhes...] Por sua vez a coroa reservava para si as matas do engenho Gargaú, da Majureba e do Jacaré, mais próximas do litoral, compensando o fato da Cia., até o momento da intervenção real, havia utilizado “das melhores madeiras, e mais vizinhas à borda d’água”

A mata do morgado do Gurgaú [...] não é das mais abundantes de madeiras, mas é a mais vizinha d’água, [...] a mata da Mujureba em que se está cortando a madeira da relação que [...] me remeteram, dista da borda d’água três léguas, é boa e a mais perto em que se pode tirar madeira para as naus grandes, e da mesma forma a do Jacaré⁵⁰¹

⁵⁰⁰ AHU-PE, D. 9199.

⁵⁰¹ AHU-PE, D. 9178.

Em 1789, D. Tomás respondia ao pedido de providências a respeito do corte irregular de madeiras para particulares nas matas da Paraíba, que giravam em torno da administração de Prata, suspeito de elevar os preços das peças vendidas à coroa, sob a ameaça do mesmo ser mandado de volta ao reino. D. Tomás informava também do procedimento do outro mestre-carpinteiro, Manoel Martins Beiriz. Ponderava ser vantajoso fazer cortes por conta da Real Fazenda, por evitar totalmente o desperdício de madeiras, aproveitando todas as partes da árvore e abatendo apenas as necessárias, ao contrário do método empregado por Prata, “que corta madeira por sua conta, abate as árvores que lhe parece, com o pretexto do Real Serviço, vende toda a madeira que lhe querem comprar, e com este fim faz uma destruição nas matas”.

Prata não teria conhecimento das matas e caminhos, nem grandes posses para investir ou garantir o retorno de empréstimos. Sem dinheiro, os trabalhadores do corte “se retiram e fogem”, e o construtor também desconhecia o “carácter dos ditos trabalhadores, para os poder acariar e aprontar-lhes nas mesmas matas o sustento necessário e mais barato”, provavelmente referindo-se à ração diária oferecida. Já Beiriz, segundo o governador, era “homem abonado, verdadeiro, e conhece pela muita experiência que tem, o modo de dirigir os cortes no tempo próprio, para saírem mais baratos”, que concluía ser os motivos para a diferença de preços. Além disso, Beiriz se mostrava solícito a enviar os restos das árvores, como 484 peças para Liames.⁵⁰²

D. Tomás, em 1789, afirmava estar agindo para diminuir os custos dos fretes das madeiras da Paraíba, tomando providências em relação ao embarque delas nos portos locais diretamente para o reino.⁵⁰³ No ano seguinte, informava que enviara um práctico para a Paraíba, com o objetivo de adquirir do construtor Prata as madeiras para a coroa, provendo para isso o comandante da nau de farinha, feijão e duas amarras de piassaba. Melo informava haver já na Paraíba muitas madeiras curvas prontas para o embarque, embora de pequena dimensão, visto segundo ele “não haver nas matas vizinhas, paos grandes”. Melo relatava o estado das matas da Paraíba, e os inconvenientes do embarque das madeiras de Alagoas:

mattas próximas ao Porto do embarque da Cidade da Paraíba, não poderão dar cada anno Madeira mais que para huma Embarcação do Lote da Charrua Providencia da Companhia extinta, ou de qualquer dos Paquetes, e ainda isto há de ser de Madeiras pequenas, e algum Páo Real, por que aquelas Mattas já estão cansadas, e He necessário agora deixar crescer as novas arvores.[...] Ao Porto da Bahia da Traição pode vir hum Navio cada anno buscar madeiras,

⁵⁰² AHU-PE, D. 11940.

⁵⁰³ AHU-PE, D. 11927, 11996.

mas há de ser no tempo em que declaração as Informaçoes, que He de Dezembro ate Março, e tomando-se esta Resolução deve ser com antecedência de hum anno, para se poder ajuntar a carga, e se levarem em Jangadas, e facilmente as madeiras de Mamanguape para a mesma Bahia, o que só pode conseguir-se na monção própria, que He de verão, que vem a dar quaze no tempo em que o Navio há de carregar: oferecendo-se a qui com tudo o gravíssimo inconveniente que pondera o ouvidor das Alagoas no porto de Jaraguá, [...], que He a dezerção dos Marinheiros, a qual verificando-se naquella praya quaze dezerta, ficará a Carga do Navio suspensa, até que deste Porto se possam fazer ir os novos Marinheiros, no que se há de gastar tempo. [...]

Segundo D. Tomás, além da distância dos portos de embarque das madeiras alagoanas, havia o inconveniente de falta de víveres, medicamentos o objetos de ferro para as embarcações, causando transtornos caso tivessem que ser embarcados de Recife. As madeiras alagoanas, afora esses problemas, eram mais caras do que as congêneres da Paraíba,

por que as Mattas ficão em mayores distancias do Porto de Embarque, de sorte que só em cazos de urgentíssima necessidade se deverá ali mandar fazer novo Corte, e a excepção de hum, ou outro pau grande, dos Champrens que só lá os há, da Aduela e da Madeira para construção de Fragatas.

O governador ressaltava a necessidade de construção de uma embarcação régia para o comércio de madeira de ambas as regiões. Visto isso, o pacote real seria carregado também, a fim de completar a carga, os “muitos liames” e oito mil aduelas da Paraíba. Contudo, ele havia tocado em outro barco enquanto navegava, danificando a quilha daquele, segundo informação do corregedor da Paraíba Brederode, e necessitou, assim, sofrer reparos. Na Paraíba, não teria conseguido encontrar tabuados nem pregos, embora lá houvessem carpinteiros e calafates hábeis para o serviço. O corregedor da Paraíba afirmava que mandou buscar “louro” (para as tábuas) no local, mas as remessas acabaram vindo do Recife, enquanto índios da Paraíba carregavam o navio real. O estrago da embarcação parece ter sido grande, pois para a reforma, Brederode requisitava 39 tábuas de tapinhoã do Rio de Janeiro, 27 da Capitania, 4 táboas de 30 polegadas de amarelo para assoalho, “estopa da terra”, 1 pipa de Breu com 29 arrobas, 75 canadas de azeite de peixe, 4.500 pregos de ferro pequenos e 500 grandes. Mostrando as dificuldades de embarque nos portos mais afastados da vila, o governador posicionava-se pela vantagem do embarque das madeiras paraibanas para o porto do Recife, permitindo com o esvaziamento das madeiras lá armazenadas, novos cortes poderiam ser estabelecidos.⁵⁰⁴

⁵⁰⁴ AHU-PE, D. 12203.

D. Tomás informava ao almirantado que não seria possível obter madeiras de maior bitola requeridas para a construção das naus de oitenta e cento e dez peças, apenas sendo possível, até que fossem admitidas dimensões menores, estabelecer um corte para uma nau de setenta e quatro peças. D. Tomás expôs, em carta endereçada diretamente à rainha, as dificuldades referentes a obtenção das madeiras, conforme atestado pelos empreiteiros José Martins Beiriz - filho do empreiteiro da Real Fazenda Manoel - e Antônio Manuel Prata, especialmente pela falta de bois. Todos os carros de “senhores de engenho e lavradores”, segundo o governador, estavam empregados em seus serviços, e as boiadas diminuía em função das secas 1793. Também seria impossível obter as madeiras de maior dimensão inteiriças naquelas florestas, principalmente aquelas para cavernas e enchimentos das naus de 110 peças, “que presumo, ainda que descobrissem paus desde o Dilúvio Universal, não seria fácil achá-los inteiros”, afirmava Prata. As grandes formas necessárias para os cortes e lavra das madeiras, por sua vez, não podiam ser produzidas localmente, por não haver uma talha semelhante a “dos quartéis de fora-de-portas”, onde haviam sido produzidas para os cortes do final da década de 80.⁵⁰⁵

Nessa mesma correspondência, D. Tomás anexava informações a respeito das matas de Alagoas e Paraíba, onde os cortes estavam suspensos em função das violentas chuvas de inverno. Os corregedores foram ordenados avaliar as madeiras das suas jurisdições, especialmente a presença de árvores de Óleo, úteis à mastreação das embarcações. Os mesmos tinham a incumbência de nomear guardas armados para fazer exclusivamente a inspeção das matas. Na Paraíba, as ordens eram específicas:

O escrivão dos Feitos da Fazenda Real sem perda de tempo, tire uma exata informação do Cap. José Ferreira Cardozo, Mestre de Madeiras, e que tem vasta notícia das Matas desta capitania, se nelas haverão paus de óleo ou quaisquer outras madeiras próprias para mastros e além das triviais que se tem costumado tirar nesta capitania para o uso das embarcações assim do alto bordo, como ordinárias, declarará o mesmo Mestre todos aqueles paus que se poderão descobrir para suprirem a falta dos triviais mastros de que se costuma usar: a mesma informação tirará do Mestre Manoel Martins Beiriz, e de todos os mais sujeitos inteligentes e caracterizados

Foram inquiridas sete pessoas conhecedoras das madeiras pelo escrivão da Fazenda Bento Bandeira de Mello, na Provedoria da cidade da Paraíba e nos engenhos Novo e Tabocas. O inquérito começou com os “mestres de madeira” capitão José Cardozo e Manoel Martins Beiriz, o primeiro afirmando conhecer as espécies

⁵⁰⁵ AHU-PE, D.13393.

Sapucairana, Embiriba e Pau de Óleo, o segundo Sapucaia de Pilão, Biraqui, Emberiba, e Pau de Óleo, e ambos afirmavam não haver delas em grandes proporções, sendo portanto insuficientes para as naus de alto bordo. Martins, inclusive, afirmava que seu trabalho era especificamente retirar sucupiras. Enquanto Cardozo afirmava que haviam dessas espécies nas matas de Camaratuba e Mamanguape, Beiriz não as conhecia em nenhuma floresta nas quais frequentava os cortes.

Talvez insatisfeito com as respostas, o provedor e seu escrivão dirigiram-se ao engenho Novo, e inquiriram Maurício de Magalhães Ribeiro – “mestre construtor de engenhos de fabricar açúcar” -, João Pereira de Abreu, analfabeto, morador no lugar da Cauira – “sujeito que costuma cortar suas madeiras e com bastante experiência delas”, e João Carneiro da Silva morador em terras do engenho Novo, - “que costuma cortar suas madeiras, e com bastante conhecimento delas”.

A julgar pela forma que a documentação foi escrita, esses elementos mostraram algumas reflexões ausentes nas respostas dos “mestres de madeira”. As espécies citadas incluíam sempre a categoria das madeiras “resinosas” como as mais indicadas para a construção naval. Ribeiro enumerava Pau de Óleo, Jatobá, Golandim-carvalho, Gororoba, Camassari, Massaranduba, Aroeira, Angico, Biraquim e Laranjinha – que tinha notícias nas matas de Francisco Alves, possivelmente do engº Mirim, 10 léguas da cidade da Paraíba, e nas matas do Varejão, de senhorio ignorado, 12 léguas da mesma. Entre aquelas espécies sem resina, mas que podiam ser úteis, Sapucairana, Sapucaia de Pilão, Jurema Assu, e Pau d’arco, mas não garantia que houvessem nenhuma destas nos tamanhos indicados para grandes embarcações. O problema, segundo ele e os outros inquiridos no local, era que as árvores de maior porte frequentemente se encontravam ocas. Outrossim, todos afirmavam que as árvores cresciam de maneira distinta de acordo com o local onde se encontravam, e que as maiores deveriam ser procuradas nas “grotas” e “nascenças” e “quebradas” dos rios, onde era mais difícil de serem retiradas, e portanto não exploradas pelas demandas até então.

O morador analfabeto José Pereira de Abreu citava paus de óleo, camassari, sapucairana, jatobá, gororoba, sapucaia de pilão, loiro de cheiro, golandim, carvalho, angico, aroeira, e biraqui, entre os resinosos, e pau carvalho, sapucairana, jurema assú, e pau d’arco, entre as demais. Elas poderiam ser encontradas nas matas do Engenho Novo (no lugar do Japumbu), Cova de Onças, Jacuípe, Perocaca e Boa Vista, terra do morgado Manoel Gomes da Silveira, e também nas matas do Pacaré, que são dos religiosos de São Bento. Talvez Abreu fosse um exemplo de cortador pobre e livre, que

entre suas várias ocupações, dedicava-se à exploração madeireira. João Carneiro da Silva, outro “morador”, citava o pau de óleo, golandim, carvalho, camassari, jatobá, aroeira e angico, mas apenas tinha notícia de camassaris de grande porte nas matas de Inhubim, Japungu, e seus arrabaldes – que ficavam a mesma distância daquelas indicadas por Abreu - enquanto todas as outras seriam “curtas e delgadas, em razão de que os engenhos os tem consumido, e atualmente estão consumindo para suas obras”.

No engenho Tabocas, Bandeira de Mello ouviu o depoimento de Antônio José de Carvalho, “mestre carapina”, morador na Pacatuba, “experiente de madeiras em razão de factor de engenhos” que citava paus de óleo, jatobás, gororobas, aroeiras, baraquis, camassaris, angicos, pau sangue, sapucaia de pilão, e jurema assú, e golandim-carvalho e massaranduba, laranjinha, taporocas, e piquiás, entre as resinosas, e embiribas, paus d’arco, e sapucairanas, entre as demais. Essas madeiras, segundo ele, poderiam ser achadas nas matas do cipó, tanhém, e pacatuba, pertencentes ao Engenho das Tabocas e ao Capitão João Alvares Sanchez Mapa, nas nascenças do Engenho Miriri, pertencentes ao capitão José Pereira de Castro, distante ao porto do embarque, “o que tudo sabe por ter corrido as referidas matas e nelas tirado as quais madeiras”.

De volta a Paraíba, os autos do escrivão sugerem que Bandeira de Mello modificou seu questionamento. José Pereira Paiva, cujo ofício era “tirar madeiras” foi perguntado “se sabia de algumas madeiras suficientes para mastros das naus, resinosas e com grossura suficiente”, citando Paus de Óleo, Camassari, Massaranduba, Golandim-Carvalho, Jatobá, Gororoba e Sapucairana, e que “sabe por ter visto” nas matas do Rio das Marés do Cap. José Antônio Soares, nas do engenho Gargaú (administradas por José Correia Botelho), naquelas do rio Gramame e da Barra de Mamanguape, chamada “a Campina”, das quais ignora o senhorio, encontram-se essas espécies com 1,6 – 2 metros de grossura e 20 de altura, ou até maiores, especialmente no Gargaú e Campina do Mamanguape. As matas ficavam 2-4 léguas do litoral.⁵⁰⁶

Em 1792, Melo e Castro informava sobre os cortes que aconteciam nas matas de Pacatuba e Camaratuba. Os trabalhadores sofriam com falta de farinha e carne, que vinham de longe, dos “brejos e sertões” devido às estiagens, carregadas por homens, na falta de animais. Para conseguir carregar os navios, foi necessário proibir o carregamento de algodão na área de quinze léguas ao redor da cidade da Paraíba. Os

⁵⁰⁶ AHU-PE, D. 11927.

comerciantes de algodão compravam toda a farinha da área ao redor das matas. O governador propagandeava a existência de dois exemplares de madeiras “famosas” da região da mata de Graú, prontas para o embarque na praia do Jacaré, no entanto abandonados na praia por falta de embarcações.⁵⁰⁷ Em outra correspondência, Melo e Castro afirmava que o ouvidor Brederode valia-se de “artificiosa máquina” para convencer o General de Pernambuco das vantagens do embarque pelo porto do Jacaré, visando apenas conquistar seus interesses.⁵⁰⁸

Em 1797 chegava à Paraíba a carta-régia ordenando ao governador Jerônimo de Melo e Castro o cuidado na conservação das matas locais.⁵⁰⁹ A Câmara local prontamente respondeu, mostrando, examinando vários fatores da exploração madeireira na região. Segundo os oficiais, bons cortes ainda poderiam ser feitos nas matas da Paraíba e Rio Grande do Norte. Neste ano, os cortes da capitania dividiam-se: Prata estava encarregava-se de cortes para uma nau de 74 peças nas matas de Canabrava, Sant’Anna, Catú e Jandaia, e S. Francisco das Carretas, no distrito de Camaratuba; e Boa Vista e Tracunhém, no distrito da Pacatuba. Também era responsável pelo cortes para fragatas nas matas do distrito da cidade da Paraíba – Gargaú e Livramento – e para o Palácio d’Ajuda, na dita Canabrava e Boa Vista, e na Ribeira, Forte Velho, distrito da Paraíba. Beiriz supervisionava os cortes da mata de São João, distrito de Mamanguape, para a nau de 74 peças.⁵¹⁰

As Instruções ao governador Freire Castilho, do mesmo ano, pediam a maior atenção à questão das matas, como o mais importante objeto da Capitania. Freire Castilho deveria analisar os papéis de Bento Bandeira de Mello, enviados juntamente às intruções, investigando todas as matas, e mandando informações circunstanciadas, além de amostras de um pé cúbico de cada madeira, com nome, peso, e um ramo da flor seca, bem conservada e com sementes dentro de um vaso com areia, incluindo as madeiras de construção naval, as de marcenaria, “embutidos, para cores e para tintas”. Era necessário uma informação circunstanciada dos portos, para confirmar se era de fato a Baía da Traição o melhor local de embarque. Castilho deveria, outrossim, averiguar as denúncias de negligência feitas por Bandeira de Mello ao construtor Prata, e enviar detalhes dos preços das madeiras. O primeiro corte deveria ser estabelecido

⁵⁰⁷ AHU-PB, D. 2256.

⁵⁰⁸ AHU-PB, D. 2269.

⁵⁰⁹ AHU-PB, D. 2380.

⁵¹⁰ AHU-PB, D. 2408.

imediatamente, com a chegada do governador, para carregar uma charrua real, sob a fiscalização de um Intendente da Marinha recém-nomeado.⁵¹¹

As ordens reais estipulavam que se deveria remeter, juntamente com as madeiras, mapas de contabilidade dessa exportação.⁵¹² Considerava indispensável a criação de um telheiro para as madeiras em Cabedelo e na Bahia da Traição.⁵¹³ As madeiras e o pau-brasil locais estavam há um longo tempo esperando pelo embarque em uma charrua. O governador orgulhava-se de afirmar que estabelecera cortes de pau-brasil por não mais que quinhentos reis o quintal, devido ao esforço do capitão do regimento de homens pardos, Manoel Martins Pitomba, responsável pelos cortes.⁵¹⁴ Freire Castilho, ao responder sobre o Plano de cortes de madeira em 1798, discordava do método do Ouvidor Brederode. Para aquele, a medida de demarcar as matas com um cordão seria irracional, envolvendo altos custos e pouca eficiência, como se comprovava pela despesa feita nas matas de Garaú e parte da de Gargaú, que em 40 dias consumiram 329\$530 aos cofres reais, envolvendo diárias do escrivão, um piloto, um “ajudante de corda”, um meirinho com seu escrivão, um porteiro, e 10 trabalhadores, cada um munido de uma foice, e 2 machados para a equipe, e 5 marcos de ferro.

Para o governador, a melhor solução seria a punição dos incendiários, e o controle das autorizações para os cortes de madeira, autorizados por ele, sendo no entanto impossível a revogação das sesmarias, visto serem elas as mais antigas e consolidadas. A preservação das madeiras deveria ser feita conjuntamente entre os proprietários e os funcionários régios, devidamente vistoriadas. Os incêndios eram difíceis de controlar, pois segundo o governador o uso generalizado do tabaco por “índios e pretos” causava incêndios constantes de forma difícil de investigar. [em que tipo de floresta? Talvez mais nas capoeiras, carrascais??] Mesmo assim, estaria sempre aberta uma devassa para tratar dos incendiários involuntários ou aqueles que faziam queimadas em matas para roçados. Evidentemente, era especialmente difícil controlar toda a região. Para Castilho, no entanto, essa medida era suficiente para cumprir os objetivos da Carta Régia, sem desestabilizar a economia açucareira e os usos da madeira na vida cotidiana.

⁵¹¹ “Instruções do Governo para Fernando Delgado Freire de Castilho, Governador da Paraíba” Queluz, 23.10.1797. **RIHGB**, v.6, 436-60.

⁵¹² AHU-PB, D. 2481, AHU-PB, D. 2482.

⁵¹³ AHU-PB, D. 2525.

⁵¹⁴ AHU-PB, D. 2495.

Era grande a dificuldade de penetração nas matas virgens, tomadas por cipós e outras plantas, retiradas com foices formando picadas de mais de uma légua dentro das florestas. Os cortes deveriam ser, por isso, evitados no inverno chuvoso, que obrigava aos trabalhadores se manterem abrigados e impedidos de cortar as árvores. Os preços, pela diversidade de condições ambientais, eram difíceis de ser calculados, a não ser se houvesse um Mestre Construtor em cada corte. Deveria-se comprar, por conta da fazenda real, 24 ou 25 carros de boi e três “carros secos”, que permitissem o transporte das cordas, “tamoeiras?” e “tiradeiras”, repartindo-os pelos engenhos do Paraíba e do Mamanguape, que teriam a obrigação de cuidar dos mesmos e das madeiras cortadas até a possibilidade de remetê-la ao porto. Outra medida seria embarcá-las diretamente por charruas nos portos paraibanos, e não enviadas a Pernambuco, diminuindo o custo dos fretes.⁵¹⁵

Em outra carta do mesmo ano, Freire Castilho continuava a propagandear a idéia de que as madeiras da Paraíba, bem como da comarca das Alagoas, deveriam ser diretamente embarcadas a Lisboa, e igualmente sugeria que se construíssem navios em Alagoas, não mais mandando madeiras para o porto do Recife. Toda a madeira que saía de Recife, segundo ele, vinha dessas duas localidades, elevando os custos, e além disso os navios por vezes não eram enviados pelo governador de Pernambuco ao porto da Paraíba, que seria o lugar mais barato para a exploração madeireira.⁵¹⁶

Em 1799, foi ordenado que o comércio de madeiras fosse realizado diretamente com a coroa, sem passar por Pernambuco.⁵¹⁷ Em outra carta, o governador afirmava que o ofício de Mestre Construtor, exercido por Prata, era inútil, podendo ser realizado por qualquer contramestre, especialmente após a nomeação de um intendente da Marinha Joaquim Martins.⁵¹⁸ Martins nesse ano havia sido nomeado intendente da Marinha, trazendo consigo armamentos para a capitania. No mesmo ano, Freire Castilho enviou o primeiro projeto de plano de cortes das madeiras paraibanas, seguindo as recomendações de observar o que se vinha praticando para as matas de Cairú. O governador ressaltava que todas as terras dentro dos limites de 10 léguas, com rios desaguando no mar, já se encontravam doadas por sesmaria, e e por não haver mais “terras” no interior para indenizar os sesmeiros, as matas deveriam ser preservadas

⁵¹⁵ Francisco Delgado Freire Castilho [gov. Da Paraíba] a D.Rodrigo de Sousa Coutinho, Paraíba, 10.10.1798. **IHGB, Arq.1.1.13**, fl.70-77.

⁵¹⁶ Francisco Delgado Freire Castilho [gov. Da Paraíba] a D.Rodrigo de Sousa Coutinho, Paraíba, 28.11.1798, **IHGB, Arq.1.1.13**, fl.107-112v.

⁵¹⁷ AHU-PB, D. 2477.

⁵¹⁸ AHU-PB, D. 2527.

pelos seus proprietários, responsabilizando mediante penas de prisão e multa caso descuidassem delas. Até 3 léguas do litoral, limite da jurisdição das matas do Cairú, haviam na Paraíba “muita terra lavradia, e fabricada, muitos tabuleiros, ou terra que não produz coisa alguma, e muitas capoeiras, ou terra coberta de mato incapaz.”⁵¹⁹

Em 18 de Julho de 1800, a coroa enviou o plano e regimento dos cortes das matas paraibanas, seguindo as recomendações do governador do ano anterior, e reproduzindo literalmente vários das frases escritas. Foram reservadas inteiramente à coroa as matas de Garaú – ao sul do rio Paraíba, já demarcada -, Tabocal das Sucupiras (Sarnas), Salvador Gomes, Macedo, Pitanguinha – ao redor da baía da Traição, formando cerca de 12 léguas de circunferência – e aquelas ao norte do rio Mamanguape, todas elas “as mais interessantes por serem a maior parte virgens, e conterem madeiras para qualquer nau de guerra”. Os proprietários dentro dessas áreas apenas poderiam utilizar as áreas de capoeira e terras lavradas, não podendo avançar nas áreas de matas.

Todos os cortes deveriam ser realizados pela Real Fazenda, pagando-se ao proprietário da mata 240 réis por carro de madeira, “como sempre foi costume”. As madeiras próprias para embarcações mercantis deveriam ser vendidas apenas pelo Real Arsenal, e em caso de não havê-las, o Intendente da Marinha poderia conceder licenças para cortes particulares. As madeiras destinadas à construção civil e outras “obras”, poderiam ser autorizadas pelo comandante do distrito. O Intendente era responsável por examinar anualmente as matas, investigando possíveis contravenções. Deveria manter livros de tombo das matas, para as despesas de transportes, para os pagamentos aos trabalhadores, para os envios de madeira, para as ordens referentes ao tema. A cada seis meses deveria ser feita uma prestação de contas detalhada, com o preço de cada madeira cortada.

O edital, por outro lado, previa que pelo Intendente fossem beneficiadas as “capoeiras maduras” (capoeira madura, segundo Freire Castilho, “é terra que foi roçada há dez anos, e daí pra cima, e que já está coberta de madeira nova”), com espécies úteis em crescimento, reservando-as para o crescimento das madeiras e mantendo-as limpas. Árvores deveriam ser plantadas na maior quantidade possível, contrariando as razões, consideradas infundadas, que o governador expusera anteriormente, de que “esta providência parece desnecessária, tanto por fazer maior despesa, como porque muitas das terras dessa capitania depois de serem roçadas a muito tempo espontaneamente

⁵¹⁹ AHU-PB, D. 2537.

produzem aquelas madeiras de construção que ordinariamente se acham nas matas já formadas”. O mesmo Intendente também deveria contar com conhecimentos da “física das árvores”, de forma a fazer os cortes na época correta, informando-se por pessoas “antigas e práticas do país e desta matéria”. Deveria também ser criada uma grande fazenda de gados para o serviço dos cortes. Cada corte deveria contar com um contra-mestre que faria sua administração, com ajudante para casos de impedimento daquele e informando o Intendente. Sob a supervisão daquele, estariam os carpinteiros, estradeiros e práticos. Um carpinteiro competente de cada corte seria responsável pelo “alinhamento” das peças e a supervisão dos falquejadores. Os trabalhadores estariam presentes no corte das 6h da manhã ao meio dia, e de 14 às 18h. Os índios eram responsáveis por obter água, cozinhar e outros serviços. Deveria também ser construído um novo telheiro para as madeiras, junto ao já existente em Cabedelo.

O regimento era mais específico em relação a certas espécies. O cedro [nom.cient.], que era mais abundante fora das 10 léguas estipuladas pela coroa, estava vedado dentro de uma área de 4 léguas do Rio Mamanguape e Paraíba, “d’onde ainda que não chegue qualidade alguma de embarcações, podem muito bem ser conduzida nas cheias de inverno, como já nos tem mostrado a experiência, por ser madeira leve, e que boia facilmente.” Os tabuados da gororoba, sapucairana e sucupira, “assim como outros de que os habitantes se servem para edificar” estavam autorizados a ser cortados por todos, que no entanto só poderiam vender para o Arsenal. Este era responsável por marcar a madeira, identificando-a com um número próprio, e toda madeira encontrada sem marca real seria apreendida. As madeiras tortas e de liame, as mais escassas no arsenal de Lisboa – cavernas, enximentos, curvas; 1º, 2º e 3º braços, e outras – deveriam receber cuidado especial.⁵²⁰

O intendente Joaquim Martins se ocuparia da inspeção e administração dos cortes paraibanos. Em 1801, as casas que a coroa pretendia ceder ao intendente, pertencentes outrora ao seminário jesuítas, encontravam-se, segundo o governador, já ocupadas pelo ouvidor da comarca.⁵²¹ Em 1802, Martins pedia transferência para a Bahia.⁵²² A intendência proibiu cortes particulares, e deveria vistoriar quaisquer vendas de madeiras feitas localmente. Em 1804, Martins denunciava ao visconde de Anadia que cortes irregulares vinham sendo realizados na capitania. O mestre Antônio Ferreira

⁵²⁰ “Documentos Oficiais - nº 3. CARTA RÉGIA a Fernando Delgado F. Castilho, Palácio de Queluz, 18.07.1800” **RIHGB**, nº6, p.452-60.

⁵²¹ AHU-PB, D. 2715.

⁵²² AHU-PB, D. 2734.

Carros, do navio Francezinha, havia aportado na Paraíba com o intento de negociar madeiras “das melhores”, pedindo licença para abrir um corte, que foi permitido na mata de Tramataia. O piloto, no entanto, fez cortes nas matas do Livramento, que juntamente com a de Gargaú, estava fechada para a coroa, favorecido pelo Ten. Francisco Inácio do Vale, parente do Governador. O corte e carregamento foram tão ágeis que quanto teve notícia o intendente, o navio já estava parcialmente carregado. O carpinteiro do corte foi preso, e foram tomados 23 peças de madeira, mas segundo o intendente a medida tinha sido “de aparência”.⁵²³

Em 1804, o governador informava que havia sido feita uma encomenda de tabuados de tapinhoã, dos melhores, para serem enviados ao Rio de Janeiro, por haver falta deles localmente para construção de uma nau de 74 peças. No entanto, informava nunca ter tido notícia de haver essa qualidade de madeira nas matas locais.⁵²⁴ Mota Fêo considerava inútil o papel exercido por Martins, devido à falta de dinheiro nos cofres locais, fazendo com que há 3 meses não se pagasse o pão e o soldo das minguadas tropas da capitania. Sem o dinheiro necessário para se criar uma verdadeira Intendência, o intendente solitário não poderia cumprir de fato suas funções, ocupando-se unicamente de fazer as contas nas “poucas ocasiões” dos cortes.⁵²⁵ No ano seguinte, prestava uma longa queixa a respeito do intendente, que se envolvera publicamente em uma briga com outro oficial local, desafiando-o para um duelo. Segundo o governador, Martins também havia mandado prender injustamente um homem, acusado de tráfico, e distribuía licenças ilegais para currais de peixes no Forte Velho. O intendente deveria também residir constantemente na fortaleza de Cabedelo, o que não vinha fazendo.⁵²⁶

Martins, por sua vez, preparou um dossiê contra o governador, afirmando que as intrigas iniciaram-se quanto se opôs ao carregamento de madeiras em um navio mercante, que seguiria em direção à Barbados, embora alegasse ser seu destino Lisboa. Era sua oposição à venda ilegal de madeira de construção e pau brasil, o motivo das perseguições e vexames que vinha sofrendo da parte do governador, por meio de oficiais diversos que o xingavam em praça pública. Com um destes - que havia ascendido na hierarquia por serviços de “alcoice” prestados ao ex-ouvidor Brederode - teria se originado a briga citada pelo governador. Como represália, o governador ordenou que o intendente residisse no Forte de Cabedelo, um dos lugares mais

⁵²³ AHU-PB, D. 2969.

⁵²⁴ AHU-PB, D. 2926.

⁵²⁵ AHU-PB, D. 3045.

⁵²⁶ AHU-PB, D. 3115.

insalubres da Capitania, sendo obrigado a deixar suas filhas em um recolhimento no Recife.⁵²⁷ Martins foi retirado do cargo em 1805, e o recém-empossado governador Raposo de Albuquerque dava seu parecer sobre as querelas entre os dois, informando também da utilidade do ofício de intendente, considerando-o também inútil.⁵²⁸

No ano seguinte, informava estar dando cumprimento à ordem de executar o plano de conservação e administração das matas da Paraíba.⁵²⁹ O plano estava, no entanto, dividindo atenções com o próprio processo de emancipação da capitania, que envolvia a criação de uma Intendência da Marinha e de uma Junta da Fazenda Real, sem o que não seria possível examinar os cortes.⁵³⁰ O exame das matas foi realizado pelos corpos de oficiais pardos e pretos da capitania, que haviam mostrado grande valor no serviço. Melo e Castro afirmava que D. Tomás estaria dificultando a execução dos exames, por sua vontade de “governar tudo”. Pelos portos da Baía da Traição e Mamanguape, barcos e sumacas “costumam tomar livremente madeiras, e mais cargas que querem”, embarcando para Pernambuco, em uma apreensão, 82 caixas, para onde iam, todo ano, “muitas mil sacas de algodão, couros, solas, e mais grande abundância de efeitos”. Com esses argumentos, Melo e Castro defendia a autonomia da capitania, e principalmente a centralização de embarques diretos de mercadorias para o reino a partir do porto da Paraíba. Anexo ao documento, estão três cartas de senhores de engenho do termo de Mamanguape, de outro do engenho Pacaratuba, afirmando ser mais vantajoso para eles enviarem diretamente seus produtos dos portos periféricos para Recife, sem mediação do porto da Paraíba.⁵³¹ Melo e Castro se referia também ao “dilúvio” de 1789, que provocara destruições nos engenhos e canaviais.

Por volta dessa época, Boaventura de Sousa Negreiros, afirmava ter descoberto por sua barra de Camaratuba, limite entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, árvores que seriam reservada à Marinha, alegando que estava “pronto a derramar todo o sangue, e se oferece para ser o mais eficaz e escrupuloso vigia e guarda das mencionadas matas”.⁵³²

⁵²⁷ AHU-PB, D. 3123.

⁵²⁸ AHU-PB, D. 3222.

⁵²⁹ AHU-PB, D. 2635.

⁵³⁰ AHU-PB, D. 2687.

⁵³¹ AHU-PB, D. 2240.

⁵³² AHU-PB, D. 2530.

5.3. Antônio Manuel Prata

O caso de Antônio Manoel Prata é também interessante do ponto de vista da trajetória do oficial em torno da política florestal. A presença da população indígena na exploração madeireira também é uma das temáticas que vem sendo exploradas pela academia, como demonstra um estudo sobre as matas baianas no século XIX, onde aparecem as íntimas relações dos índios aldeados como principal mão-de-obra dos fabricantes de madeiras, que por todo o século continuaram a vender madeira para o comércio interno e externo. Por outro lado, a redução de populações não-amigáveis que “erravam” nas matas era utilizada como justificativa para a abertura de novos cortes, e a destruição das florestas contribuía para a destruição das referências culturais das próprias populações aldeadas, que milenarmente utilizavam os produtos das florestas em sua vida.⁵³³

O trabalho de abrir as matas e cortar/coletar madeira e lenha, nesse sentido, era (como em qualquer outra área florestada) constante na vida das populações, embora raramente referenciado nas fontes. Em geral, o trabalho de abertura das florestas parece ter sido realizado por uma população pobre e livre, altamente miscigenada, ao mesmo tempo que utilizava os índios aldeados, que já milenarmente possuíam complexos técnicos relacionados principalmente à construção de embarcações e à extração de pau-brasil. Até 1750, a Coroa e os particulares disputavam com os jesuítas pelo grosso dessa mão-de-obra, que muitas vezes trabalhava em troca de bens de consumo, como cachaça, pólvora, tabaco, farinha, tecidos e estopas ou sabão. O trabalho de derrubada e transporte de gigantes florestais envolvia técnicas de natação, conhecimento geográfico, e grande esforço físico, além do risco de acidentes pela queda de árvores inteiras ou pedaços delas. A mão de obra indígena era ainda mais barata e tinham reputação de ser mais disciplinada para a tarefa.

Em relação às demandas navais, no entanto, a busca por grandes e abundantes árvores específicas, fez com que fosse necessário a busca em áreas mais distantes, envolvendo maior logística para a manutenção dos trabalhos. Os cortes da Paraíba mostram a predominância de trabalhadores não-indígenas em suas atividades (89 contra 17). Outro importante agente nesse sentido foi o contingente/a presença militar no sentido de coagir e disciplinar os trabalhos de corte e transporte, e da marinha para o

⁵³³ Ver REGO, André A. “Corte de madeiras e confinamento de populações indígenas: O caso da Bahia do século XIX” *Crítica Histórica*, Ano II, Nº 4, Dezembro/2011, p.77-100.

transporte final entre os portos, envolvendo uma logística para o envio e de charruas e o carregamento das mesmas. O trabalho de corte era também utilizado como penalização para alguns crimes, ou para desertores dos corpos armados. A mão de obra principal, nos cargos mais bem posicionados (inspetor, juiz conservador, administrador, contra-mestres, mestres-carpinteiros e práticos), era composta majoritariamente de brancos, muitas vezes portugueses, denotando maior especialização nessas tarefas. Os cargos de carpinteiro de machado, falqueador, abridor de picada, batedor e curveiro eram ocupados pela população livre e pobre, assim como a condução dos carros de boi. Miller reconhece que a injeção de capital da coroa para esses setores nas áreas de exploração madeireira permitiu um maior desenvolvimento das atividades agrícolas. Também foi essa população que manteve e aprimorou o conhecimento das possibilidades de exploração econômica dos territórios de floresta.⁵³⁴

Os cortes necessitavam de uma infra-estrutura de transporte alugada de particulares da região, por depender da tração animal nos carros-de-boi, e necessitava de uma alta alocação de recursos para o pagamento de salários. Em ambas as necessidades, havia constante falta de fundos para realizar os pagamentos, dificultando os trabalhos da empreitada. Estabeleceram-se regularmente nos meses mais secos do ano, evitando as chuvas de verão no início do ano e o inverno chuvoso, principalmente visto ser a seca importante para o bom estado dos caminhos – necessário para o transporte seguro das madeiras - e para o aproveitamento da mão de obra, que dificilmente trabalhava em dias chuvosos. A derrubada das árvores, o trabalho mais pesado executado pelos indígenas/caboclos, estabeleceu-se tradicionalmente durante a lua minguante, três dias depois da lua cheia, atestando que durante esse período a madeira não seria atacada por fungos e vermes.

Os cortes extendiam-se por anos, durante os meses secos, sendo necessário também uma logística de aprovisionamento da mão de obra, que necessitava de alimentos e ferramentas. A lenha era ainda mais necessária, com o intuito de manter os acampamentos seguros em relação aos animais por meio de fogueira. Embora fossem abundantes nas redondezas, consumia materiais florestais continuamente. Miller cita a ocasional distribuição de redes de pesca, para facilitar a obtenção de alimentos localmente para os trabalhadores. A caça também devia ser frequente, embora carne bovina fosse distribuída. A tração humana parece ter sido largamente utilizada

⁵³⁴ MILLER, Shawn. **Fruitless trees...** Op. cit. p.105-112, 146-147.

especialmente no transporte do pau-brasil realizado por nativos do Brasil. Esse processo pode ter sido utilizado também para o corte de madeiras de construção.

Com o estabelecimento dos cortes reais, foi necessário em algumas regiões a criação e manutenção de estradas para possibilitar o uso de carros de boi, às vezes criando caminhos específicos para cada árvore. Havia estradas precárias existentes em função da exploração de amarelo para a construção de canoa e pelas picadas de caçadores, todavia insuficientes para o transporte das madeiras navais. Os trabalhadores estavam expostos ao ataque de cobras, doenças transmitidas por insetos, entre outras, sendo tratados segundo métodos de cura indígenas/caboclos, especialmente no domínio dos antídotos para cobras. Um exemplo marcante é o uso da palmeira jussara pelos trabalhadores dos cortes de Ilhéus, tanto para cura de venenos quanto para a fabricação de cordas para as madeiras.

A derrubada era feita, possivelmente, realizando-se cortes de machado opostos na circunferência da árvore, deixando um dos lados mais fraco, no sentido da queda, e a partir daí golpeado com o machado até a queda. Caso a árvore possuísse raízes úteis, os curveiros cuidavam de limpar a área ao redor da árvore e cavá-la, para que os lenhadores pudessem cortar as raízes com machados. Após isso, a árvore era empurrada ao chão. Em ambas as situações, poderia-se confeccionar camas de galhos, palhas e folhagens para receber a árvore em queda, e alguns galhos retirados antes da queda, visando diminuir o impacto e preservar a integridade do tronco.

As práticas de corte e derrubada de árvores, em geral, podiam causar danos às espécies ao redor, matando exemplares menores, e revolvendo grandes quantidades de solo, criando grandes buracos no chão, formação de crateras, modificações tectônicas etc. A partir daí, iniciava-se no próprio o trabalho de confecção de grandes pedaços cúbicos de madeira, para posterior confecção de pranchas, ou a separação dos pedaços curvos, retirando todos os excessos das madeiras com machados e enxós, sob a direção do mestre-carpinteiro. A confecção das peças no próprio local diminuía o custo dos transportes, permitia avaliar a qualidade da madeira e direcionar seus usos de acordo com as necessidades da construção naval, visto que tipos e dimensões específicos de curva permitiam a formação de diferentes pedaços das embarcações. Na Bahia, por outro lado, as madeiras eram transportadas pelos rios e navegadas para feitorias na costa, onde eram trabalhadas.⁵³⁵

⁵³⁵ MILLER, Shawn. **Fruitless trees**. Op. cit., p.165, CRONON, William. **Changes in the Land..** Op.cit. p.232.

Em 1788, Prata informava da situação da construção da nau que lhe fora encomendada, tendo encaminhado um “plano de projeção da nau para se retirar as formas, e por elas se modelarem os cortes nos matos”. Em relação ao preço dos cortes, afirmava que os cortes vinham sendo realizados

por um tosco mecanismo, e os que agora se vão executar são projetivos, e aqueles ainda que sejam de preços ínfimos, ou acomodados transportando-se informes, inertes e pesadíssimas até a Ribeira das Naus, que importa serem baratos sendo o seu préstimo de pouca utilidade, vindo a importarem duplicada despesa do que as madeiras configurativas

Prata ainda possuía dúvidas a respeito do corte de madeiras para mastreação, por não conhecer espécies próprias no Brasil para tal fim, mas comprometia-se a interrogar indivíduos experientes sobre o assunto. Contava já com a ajuda do Capitão Mestre de Campo Bartolomeu da Costa, pessoa segundo ele experiente no assunto das matas. Pedia também um aumento de salário, argumentando que seu ordenado fora arbitrado a partir do pago pelo “carpinteiro Julião”, que era responsável apenas pelo corte das aduelas, enquanto ele cuidaria das “madeiras em geral”.⁵³⁶

Em 1790, encontra-se o primeiro relatório da inspeção das matas e do corte de madeiras feitas por Prata, em um ano “entre densos arvoredos, sobre escarpas, montes, dentro de medonhas cavernas”, localizadas entre 20 e 30 léguas dos povoados, dividido em diversas correspondências. Iniciando os cortes na mata de Camaratuba, aboliu o “mau costume” de derrubar-se as árvores cinco palmos acima da superfície, mandando todavia “arrancá-las”, ganhando entre 8-10 palmos de madeira. Lá, encontrou Sapucairanas de mais de 100 palmos de altura e 8-14 de circunferência, boas segundo ele para mastros. Nas matas do Garaú, havia encontrou “abundante quantidade de Embiriba preta”, embora todos menores a 6 palmos de circunferência, das quais tirou medidas, contrariando as ordens do governador. Não conseguiu encontrar as madeiras de Biraquim nem de Jitaí recomendadas pela coroa – aquele por crer não existirem no “continente”, este por crescer mal nas matas locais – mas na mata de Graú achou árvores aptas para braçagem, e “quilhas formidáveis”. O pequiá-banana estava sendo explorado para aduelas. Afirmava também estar “aprimorando” os “carpinteiros brutos” do local, “pondo-os tão hábeis como os melhores que trabalham na Ribeira das Naus.” Foram também vistoriadas as matas de Japungu, Roncau, Jaguarema.

Mandava contas circunstanciadas dos cortes, com respectivos pagamentos aos trabalhadores e com o custeamento das sumacas e iates que transportariam as 856 peças

⁵³⁶ AHU-PE, D. 11740.

para construção, além de remos, liames e maistareos de embiriba, todas bem lavradas, e com marcas indicativas das utilidades, ao contrário do método anterior de deixá-las em “casca e nó”. Prata pedia que fossem enviadas mais charruas para carregar madeiras, ao contrário do que arbitrava o governador de Pernambuco. A coroa, por outro lado, preferia manter os cortes sob número restrito, possivelmente a fim de diminuir os riscos de contrabando. O empreiteiro levantava a questão de as madeiras serem embarcadas diretamente nos portos da Paraíba para Lisboa, visto que o transporte para Recife acarretava em metade do preço das madeiras. Sugeriu também que se comprassem carros de boi por conta da fazenda, a fim de não alugá-los dos particulares da região.

Descrição do corte: ao raiar do dia era feito um controle dos “operários”, distribuídos uns à “prostração” das madeiras, outros em picadas, outros para extrair da terra as raízes para madeiras tortas (cavernas e curvas), outros ainda para a lavragem das madeiras. O contra-mestre avaliava as melhores madeiras e vistoriava todo o serviço, e o construtor orientava todo o serviço, especialmente na lavragem para formar as peças de acordo com os projetos. Ao fim de cada mês, confeccionavam-se as folhas de pagamento e custos das madeiras cortadas, e era distribuído o dinheiro entre os “manufatores”, às vezes percorrendo-se 23 léguas. Os cortes duravam, seguramente, mais de dois anos.⁵³⁷

Prata constantemente afirmava ter fabricado mais madeiras, e em qualidades distintas daquelas encomendadas pela coroa, procurando convencê-la de comprar as sobressalientes. Por outro lado, informava que encontrara, “entre muitas experiências de madeiras, e monstruosos troncos de árvores que a revolução dos tempos costuma putreficar e consumir”, espécies de Embira branca e vermelha, que lhe pareciam úteis para cordas e amarras, de grande flexibilidade, e em quantidade para carregar vários navios, além de outra qualidade que julgava “muito melhor que o cânhamo de Europa, de que se fazem amarras e outros gêneros de cordas”, chamado vulgarmente “Gruatá” [Gravatá], que poderiam ser preparadas pelos índios em quantidade de duas arrobas por família. Enviava também amostras de pau-ferro, ou coração de negro, abundante na capitania, assim como de gororoba, por crescerem retos e altos, conforme as necessidades da mastreação. Avaliava que as aduelas de peroba vindas de Alagoas não era de grande utilidade, havendo grande quantidade delas na Paraíba, onde dominavam

⁵³⁷ AHU-PB. D. 2484.

as matas, por sua vez mais próximas aos portos de embarque, mandando amostras de Ingá.

Os cortes de 1789-90 duraram seis meses, envolvendo 27-30-29 e carpinteiros e abridores, e 5-10-12 “índios” em Camatuba, e 26-41-32 e 5-6-8, respectivamente, para o Gargaú; 35-19-27 carpinteiros e abridores, e 6- na mata do Livramento. Todos os “índios” da listagem de Prata tinham nome e sobrenome lusos, um deles, alusivamente, “Cabo Sylvestre” em Camatuba, onde também foram carregadas madeiras por duas canoas, e 120 carradas de madeiras dos “donos” da mata. No Livramento, jangadas levavam as formas da Baía da Traição para as matas, além de ferros de marcar as madeiras e três canoas foram alugadas para transporte do pagamento dos trabalhadores à mata e de correspondências ao governador. Lá também foram compradas 74 carradas de madeiras dos “donos da mata”. Entre Camaratuba e Garaú, formas enviadas passavam pela Baía da Traição, depois 20 léguas por mar até o porto de Jacumã, e daí para o interior da mata. Índios foram pagos para o transporte de dinheiro, e também foram necessários pagamento de impostos aos Meirinhos da Ribeira da Paraíba, por ordem do ouvidor.

Nessa correspondência, Prata mandava os primeiros esboços das reservas florestais paraibanas, focando naquelas que chamou de “matas virgens, que até o presente não tem cortes”. Nas Matas do Garaú, achou “toda a diversidade de madeiras”, especialmente o biraquim, o camassari – para mastros – e “formidáveis paus d’arco para quilha”, embarcados pelo porto “bastante bravo” de Jacumã, distante 6 léguas. Nas matas de Francisco Alves, a carrasquenta Roncaú – distante 6 léguas do porto da Paraíba - era, em sua maior parte, composta de “sucupiras de volta”, e também na mata da Pitanga – 8 léguas da Baía da Traição – encontrara dessa mesma madeira entre 12-16 palmos de roda. No Rio Grande do Norte, haviam as matas do Guajú, com 9 léguas de extensão, onde se poderia tirar muita sucupira e jatobá. Essas matas - Formosa, Ariúna, Pau-Brazil, Cudiá, Cunhaú, Saco da Paraíba, Tibau – estavam “virgens”, não se tendo cortado até o momento “um só pau”, e poderiam enviar madeiras pelos portos da Baía Formosa ou de Tibau. [Ver Anexo 7]

Prata escreveu também uma série de descrições de 13 espécies florestais locais, as quais sabia serem úteis para construção naval, além de citar 4 espécies usadas para tabuados. [ver Anexo 8] A coroa havia ordenado que se verificassem a existência de madeiras de Biraquim, Cocão e Jitaí, mas Prata afirmava que a última crescia localmente com muitas voltas, a segunda crescia somente até 3 palmos de

circunferência, e a primeira só sabia de boatos de sua existência, nas matas do Macaco. As tábuas de Sapucairana foram enviadas com 30x2 e 40x3 palmos e as de paradiba com 30. O construtor refletia que as madeiras crescidas em terrenos mais secos eram mais leves que aquelas que encontravam-se nos terrenos úmidos, embora afirmasse adiante:

É de observar que comumente as madeiras do Brasil que nascem em alagadiços são podres no seu âmago, o que provém da umidade da terra, junto com o calor do clima, o que não acontece as que nascem em terreno seco, e terra areosa, e por esta razão são de muito mais dura as suas madeiras, ainda que o clima seja igualmente quente. Também parece certo, e se tem experimentado qua a lua influi muitas nas madeiras, de sorte as que se cortam nos quartos crescentes e lua nova, quase sempre se abrem, e se racham pelas extremidades, o que não sucede nas que se cortam no quarto minguante, por isso as derrubas se devem fazer nestes tempos, ou ns dde seuepois estas luas, e de nenhum modo no crescente e lua nova. Também fiz a experiência que para se derrubar um pau principal, como seja um gio talvez de quilhas, cadastes etc. e evitar rachar na extremidade para se aproveitar todo o comprimento que merece primeiro, e parados alguns derrubamento, desta sorte se evite a racha.⁵³⁸

Em 1790, Prata fez uma expedição pelas florestas ao norte do Rio Paraíba, e em 1792 estavam estabelecidos um cortes em Camaratuba e dois na “grande Mata de Pacatuba”. Prata seguiu acompanhado do contra-mestre Manoel d’Almeida, e com os “batedores peritos de matas” Antônio José da Silva, Manoel Joaquim José Pereira da Fonseca, e mais dois “práticos dos sertões, de caminhos, de estradas e de todas as saídas e entradas”, saindo do Engenho Gargaú seis léguas adentro para o sertão, seguindo um braço do Paraíba do Norte. A Mata de Ronc’água já estava devastada pelos engenhos ao redor da ribeira do rio, “que se isso não fôra, seriam monstruosos os troncos de sucupira para as naus de alto bordo, pois que não se deixam de descobrir alguns pequenos que se podem aproveitar para fragatas”. Entrando mais, na mata chamada Boa-vista – distante duas léguas da primeira - também encontrou “preciosas sucupiras do lote de fragatas de quarenta peças; algum tanto arruinada e perseguida”, à semelhança da anterior. Meia légua depois, ficava a mata de Acás, em mesma situação.

Entre elas estava uma campina chamada Nó d’água, onde pastavam os gados do engenho Pacatuba. Duas léguas ao Nordeste dela, estava a “soberba, e quase incrível Mata do Cipoal”, com uma légua de longitude, cheia de paus d’arcos para naus de 74 peças, Jatobás, e outos troncos de menor porte. Mais duas léguas, e chegava-se a Mata Marizeiro, “na qual se elevam até as alturas os corpulentos troncos de sublimes

⁵³⁸ “Relação das Matas Virgens, que até o presente não tem cortes de madeiras as quais fiz exame e nelas encontrei madeiras de construção da primeira sorte, com boas e ruins tiradas, cuja parte a ponho na respeitável presenta do Ilmo.Exm.Sr.Martinho de Mello e Castro” AHU-PE, D. 12220.

sucupiras, tortas e carransquentas, muito úteis, e só nascidas para naus de três baterias e meia”, e na mesma área, a Mata do Tabocal, chamada também Fundo do Vale, “Este espetáculo causou grande admiração aos olhos, vinda dos mesmos batedores pelos continuados encontros de Sucupiras tortas”, e mais meia légua estava a Mata Aldêia Velha, “que já esquecendo-nos das admiráveis antecedentes ficamos parados por algum tempo, só louvando ao Autor da Natureza na criação de madeiras tão abundantes e tão numeráveis submergidas, e sepultadas na falta de indagação.”

Essas matas, segundo Prata, “são tão cercadas e tão dificultosas de entrar e sair, pelo tabocal que lhe serve de muralha, que só o voraz fogo, ou a força de cortantes forcas se poderão romper para se conduzirem as entradas”. Essas madeiras deveriam ser conduzidas ao porto do Araçá, rio Paraíba, meia légua de distância do Engenho Gargaú. Estabelecidos os cortes, dois anos depois segundo o governador Mello e Castro, era difícil sustentá-los, sendo necessário mandar farinha e carne seca nas costas de homens – havendo falta de animais para o transporte, de forma a sustentar os trabalhadores. Na mata do Graú (Gargaú?), onde dizia que o construtor produzira duas grandes peças de madeira para embarcações, no entanto elas não conseguiam ser enviadas ao Recife, estando conservadas em balsas na praia de Jacumã.⁵³⁹

Para Miller, as classificações ‘mata virgem’, ‘carrasco’ e ‘tabocal’ referem-se todas a florestas primárias, segundo diferentes conformações de topografia, altitude, pluviosidade e solo. Segundo Freire Castilho, “Mata virgem” é aquela que nunca foi derrubada, com as madeira “entranhada uma com outra” que se não pode entrar nela, sem primeiramente ir abrindo os caminhos com foice, e onde as árvores costumam crescer direitas. “Carrasco” é uma “mata solta, e aberta”, onde as madeiras estão distantes umas das outras, crescendo também tortas e engrossando muito, “os quais formam as principais madeiras que formam a organização do esqueleto, e devido à ação do vento. Por fim, “tabocal” refere-se a uma mata similar ao carrasco, porém “imbutida de taboca, que a faz muito trabalhosa de se romper pela grande quantidade de espinho”, nelas se encontrando o pau d’arco e sucupira.⁵⁴⁰

Em 1791, D. Tomás repassava a informação escrita por Prata e Brederode sobre as matas da Paraíba, que demorara, segundo os autores, pelas moléstias que acometeram o primeiro. A condução e medição das distâncias entre os portos foi feita pelo

⁵³⁹ Jerônimo José de Mello e Castro [gov. Da Paraíba] a Martinho de Mello e Castro, Paraíba, 1.4.1796, Fl.41-42. IHGB, Arq.1.1.13.

⁵⁴⁰ MILLER, Shawn. *Fruitless trees...* Op. cit, p.30; AHU-PB, D. 2453.

comandante Thomaz Joaquim de Medeiros. Nos limites entre a Paraíba e o Rio Grande, acima da Baía da Traição, e divididas pelo rio Guajú, e seguindo em direção ao rio Cunhaú, nas seis a sete léguas de costa, estendiam-se – além dos dois rios já citados - as barras dos rios do Sirigi, da Cutia, do Bacopari, da Ferosa, “as quaes só tem aportado barcos e jangadas, nem sabemos que possam admitir outras embarcações maiores”. Nas barras desses rios, por seis a sete léguas adentro haviam quatorze matas, das quais duas – Ararúna e Engole Pedras - eram “hum carrasco de sucupiras muito espalhadas”. Passando o rio Cunhaú, haviam três matas, das quais Sibaúma era, na verdade, um carrascal.

Quaze todas estas Mattas deque ultimamente temos tratado distaó do Rio Cunhaú com pouca diferença até seis legoas, o qual por ser hum Rio morto nele carregao os Barcos muita facilidade e prestreza. As Estradas são boas, de poucas Pontes, e Estivas, necessitarão, e segundo o novo parecer, exame até seis, ou sette todas de moderada despeza de sorte que nehuma excederã de um mil Reis. Tem muita madeira para Naos de setenta e quatro, e para Fragata de todo o lote: tem tabuado de diversas qualidades, como são Gororobas e Sapuixanas, porem os Praxões da Matta do Garaú ao Sul da Paraíba sahirão com mais cômodo preço por serem muito mayor e maes largos. [...]Tem mais estas Mattas o predicado de principiarem na beira Mar, ou pancada do Mar, o que não acontecesse em todas as outras de que temos tratado.

No primeiro conjunto de doze matas ao norte da Bahia da Traição, ao redor da vila de São Miguel, as matas espalhavam-se em ilhas por seis léguas pela costa e sete a oito léguas para dentro do continente.

As estradas necessitam de algumas pequenas estivas e Pontes, porém de pequena despesa, que não fará remarcavelmente no custo das Madeiras: por quanto a maior estiva que se tem fabricado não excedeuzentos e conçoenta mil reis, a qual dividida por muitas camadas de madeiras vem a ser de pouca contemplação como já mostrou no carreto de cento e oito paus para Nau de setenta e quatro. [...] Na maior parte destas Matas se encontram excelentes Madeiras para Naos de setenta e quatro e quatro, e para toda ordem de Fragatas a excepsao das três Matas Guripiuna , Forno e Jacaré, que por estarem muito cansadas só nelas se encontrarão madeiras miúdas.

Entre a Baía da Traição e o porto da Paraíba, encontravam-se nove matas por nove léguas da costa. A produção de madeiras deveria ser escoada pela Tramataia ou Jaraguá, este último na saída do rio Mamanguape, “onde só entrão barcos por que ficam mais perto deste Rio do que da Baía da Traição, e além disso na Tramataia carregam os Barcos por huma praxa.”

A estas acrescentavam-se mais quatro, cujas madeiras seria mais cômodo transportar pelo porto do Jaraguá. “Há nestas Matas especialmente na segunda [Tabocal] grande abundancia de Sicupiras, um bem dirigido corte dificultosamente

extinguirá as Madeiras de Construção naquelas matas,[...] As estradas são boas.” Ao norte do rio Paraíba, até a fronteira com essas outras, espalhavam trinta e uma matas, às quais não detalha as condições, e ao sul, cerca de seis léguas, mais três matas,

muito destruídas por alguns cortes e roçados, fazendo estes últimos horroroso estrago. Até o ano de oitenta e nove que o fez sustar a publicação do Edital do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Capitão General Dom Thomaz José de Mello, incumbindo aos corregedores das comarcas em carta de dezoito de março do dito ano o velaram por este assumpto com o maior cuidado. Nestas Matas da parte do Sul faltam madeiras curvas, porem abundão nas outras próprias para Cintas, Trincaizes, Escôas, Iates, e Dormentes. Há muito taboado de Coiro, e de Gororoba, podendo deste fazer-se taboado de sessenta a oitenta palmos. Também se encontrarão pequena quantidade de Madeira mesmo curva para fragatas, e semelhantes embarcações miúdas.

Em relação aos roçados, associavam o incêndio de florestas diretamente à agricultura da mandioca

Horrorozo estrago fazem os roçados, que são ordinários de agricultores deste país que tem por únicos instrumentos o fogo e o ferro lançada por terras as matas, e queimada, quando depois chove plantam a maniva a qual na sua raiz produz a mandioca, e ao fim de um ano e pouco mais, ou menos, conforme a natureza da terra, arrancam esta mandioca de que fazem a farinha.

Não era possível afirmar as quantidades de madeira, e aparentemente não se adentraram em muitas dessas matas, pois eram

mui fechadas de tabocal e seria necessário despender grande soma de dinheiro para brocar, ou furar as mattas e poderem cortar-se os sobreditos paus de construção dos quais há considerável abundância com toda a certeza, testemunhada por todos que este assignam dirigido a prevenir o engano que ouve na matta de Camaratuba, que julgando-se ter doze ou vinte paus de construção durou o corte nela dois para três anos tirando-se um grande número deles e verdadeiramente só com o machado se descobre com certeza a quantidade certa de madeiras.⁵⁴¹

Em 1793, Prata enviava um ofício a Martinho de Melo e Castro, sobre o desejo de promoverem-no ao a tenente dos regimentos pagos da Paraíba. Afirmava que o soldo seria suficiente para manter sua mulher e filhos moradores de Lisboa, estando ele

ausente, entre as medonhas, esparpadas e cavernosas matas deste vasto continente, sofrendo o sol, o frio, a chuva e o sereno, exposto aos saltos dos tigres, e mordidas de serpentes, e até alguma rebelião dos mesmos meus operários gentios.

Pedia por isso urgência em dar-lhe a graduação.⁵⁴²

Prata pretendia levar diretamente à rainha seu requerimento para ser nomeado tenente agrefado, tendo sido promovido para o posto de capitão de infantaria do

⁵⁴¹AHU-PE, D. 12470.

⁵⁴²AHU-PB, D. 2288.

regimento pago de Olinda. Prata afirmava que na função de capitão, teria que manter-se junto à tropa e atender a todos os exercícios, prejudicando sua função de construtor, mais rentável e importante para a coroa.⁵⁴³ No ano seguinte, de fato, foi nomeado por decreto real para o cargo, e a Junta Real da Fazenda passa a lhe pagar também para administrar alguns cortes de Pau-Brasil em Goiana. Quando acabaram-se as árvores locais, no entanto, foi relocado para os serviços do exército, pedindo para voltar ao corte de madeiras, que segundo ele estava agora à mercê de construtores inábeis, donde a reprovação de grande volume de madeiras locais pelos arsenais reais.⁵⁴⁴

Em 1799, Freire Castilho fazia uma avaliação dos serviços prestados pelo “construtor” Prata e o “empreiteiro” José Martins Beiriz, filho de Manoel M. Beiriz, responsável pelo abastecimento de madeiras paraibanas. O governador não entendia a função do último, que apenas gerenciava os pagamentos de madeiras para a Fazenda Real de Pernambuco, nem porque ele havia herdado o cargo do pai. Foi enviado um oficial menor para vistoriar as contas dos cortes de Prata, visto que segundo ele era impossível saber de antemão o preço final de cada madeira. Criticava também o fato das madeiras pasarem muito tempo dentro das matas após cortadas, aumentando os custos, pois era necessário mobilizar novamente os trabalhadores para o local na hora do transporte. Em relação às peças para a nau de alto bordo de 74 peças, Prata afirmava que as madeiras necessárias somente se encontravam nas matas mais “remontadas”, entre 6-12 léguas dos portos, aumentando os custos envolvidos. Também lembrava que o empreiteiro Beiriz, assumindo todos os custos do corte em adiantamento, para depois receber da fazenda real, não era obrigado a mandar nenhuma fatura dos cortes, ao contrário dele.

Em 1806, remetia para o reino a casca de uma árvore, para ser analisada a respeito de suas utilidades. Na correspondência que acompanhava o caixote, lamentava as perdas das matas de pau-brasil “que está a ponto de findar esse importantíssimo ramo, pela assolação das matas em que havia com os continuados roçados de algodão”. Em relação à casca, afirmava que sendo macerada e, água de cal, dá uma tinta similar à do pau-brasil, “ajudada de ácidos vegetais e minerais, muda de encarnada para amarelo, seguindo nesta parte a mesma natureza do pau brasil, lançando-se-lhe uma porção de potassa, arroxeia a cor semelhante do dito Pau”. Também informava da “descoberta” da “cochonilha da Paraíba” no sertão do cariri de fora, onde há “extensas campinas cheias

⁵⁴³AHU-PB, D.2487.

⁵⁴⁴AHU-PE, D.14776.

de uma planta chamada Palatória, e com uns animalejos semelhantes à cochonilha”. O cacto era descrito como semelhante à figueira-da-índia do Peru, onde se criava a conchonila, e imaginava que o congênere local poderia ser igualmente cultivado. Prata, seguindo os “métodos de Lemery”, escolhia os maiores insetos, com cuidado para não estourá-los, e posteriormente lançava-os em água fria. Depois de mortos nesse processo, eram secados “de modo que não fiquem torrados” e colocados em algum vidro bem fechado. No entanto, acreditava não ser a tinta do inseto paraibano tão fina quanto a da conchonilla original.⁵⁴⁵

Em 1807, Miranda Montenegro mostrava-se favorável ao construtor, que juntamente à câmara de Goiana, pretendia o cargo de sargento-mor da Cavalaria Miliciania, podendo ser aproveitado para a conservação e renovação das matas de pau-brasil, destruídas pelos roçados de algodão. O governador não achava, no entanto, prudente que Prata realizasse vistorias *in situ*, por envolvê-lo com os proprietários, e por não considerar que tivesse prudência para a tarefa. A câmara de Goiana insistia que fosse nomeado um “construtor territorial” nas matas para solucionar a “considerável devastação desta capitania e termo da nossa jurisdição, e na maior parte tendo sido coberta de matas das melhores madeiras de construção [...] uma vez que sentiram o estrago de cortes vagos e arbitrários ”.⁵⁴⁶

5.4. Bento Bandeira de Mello

Em 1791, Bandeira de Melo era acusado de ter mandado elaborar um mapa dos portos do rio Paraíba, Barra do Cabedelo e Baía da Traição, em intriga com Joaquim de Medeiros, apenas para ganhar atenção do Governador de Pernambuco. O tenente Prata havia parado os cortes de madeira à espera de ordens do governador de Pernambuco, que na visão do governador Melo e Castro sistematicamente atrasava os cortes paraibanos. Além disso, o piloto Joaquim de Medeiros havia fundiado espias na ponta do Arrombado e Restinga, prejudicando as embarcações que ali circulavam.⁵⁴⁷

Em 1798, D. Tomás remetia informação do ouvidor Brederode, dizendo que não havia praticado violências contra Bandeira de Mello, e o governador afirmava não ter conhecimento dos engenhos que acusavam ter o ouvidor. Bandeira de Mello, Antônio

⁵⁴⁵AHU-PE, D.17537.

⁵⁴⁶AHU-PE, D.17876.

⁵⁴⁷AHU-PB, D. 2238.

Borges da Fonseca e Saturnino Carneiro de Albuquerque Gondim – respectivamente irmão e cunhado do primeiro - haviam feito as denúncias alguns meses antes de que Brederode estaria influenciando o julgamento de um libelo de acerto de contas com José Joaquim Pereira, e outras ações envolvendo dívidas dos acima referidos. Brederode estaria, segundo as denúncias, ameaçando os advogados dos denunciantes. Os advogados inquiridos, no entanto, afirmaram nunca ter experimentado tais vexames.⁵⁴⁸

No fim do ano, Freire Castilho enviou para a coroa uma relação das matas da capitania da Paraíba, baseando-se nas informações de Bandeira de Melo. Afirmava estar dando toda atenção ao estado das “matas e arvoredos”, e questionando a diversas pessoas – práticos ou moradores das vizinhanças das reservas - a respeito do assunto. Segundo o governador, “infelizmente na beira-mar se acham bastante cansadas e derrotadas, não só com as muitas madeiras que delas se tem tirado pelo mais fácil e breve transporte [...] como também pelos muitos rossados que se tem feito sem a menor providência, e cautela.” Castilho pensava, no entanto, que com as medidas que vinha tomando na capitania, em breve as matas se recomporiam, “pela fértil produção do terreno”. Castilho repetia as apologias aos portos locais, sendo todos bem fundos para receber embarcações reais, com víveres e lenha baratos, especialmente em Cabedelo nem se fazia necessário a colocação de pontos de amarração, que poderia ser feita nas árvores de mangue.

A proximidade da fortaleza do local dificultaria a fuga dos índios empregados no embarque das madeiras. A entrada do rio Paraíba era ampla, e desimpedida, sendo navegável por grandes embarcações por 3 léguas. No porto, já costumeiramente vinham navios buscar abrigo no inverno, e construir “um mastro, um leme, ou outra obra e peça necessária”. Já nos portos mais distantes de Jacumã – onde haviam apenas quatro casas de pescadores - e Baía da Traição – que seria melhor caso não houvessem os currais de peixe, além de ser “falta de águas e muito doentia pela grande lagoa que tem”, mas tinha muitos víveres em função do aldeamento. Mais ao norte, apenas era do conhecimento a grande mata de Cunhaú. Ao invés de uma alvarenga – movida a remo – sugeria que fosse construída uma sumaca. Castilho afirmava que na “capitania” [sic] de Goiana “sempre a Companhia mandou fazer cortes de madeiras para os estaleiros desta e de Pernambuco.”⁵⁴⁹

⁵⁴⁸AHU-PE, D. 13668.

⁵⁴⁹AHU-PB, D. 2453.

Em 1799, Bandeira de Melo, relatava a D. Rodrigo as diversas viagens que alegava ter feito por toda a capitania em busca das melhores e maiores madeiras para “navios d’alto bordo, aos de guerra e fragatas”, juntamente com os custos de cada uma das matas, segundo havia sido instruído pela secretaria, que também queria saber das melhores madeiras para alfaias de casas. Em sua opinião, era de maior proveito o embarque das madeiras diretamente pelos portos da Paraíba, no entanto não havia remetido essa informação anteriormente, nos ofícios remetidos ao governador de Pernambuco, por saber da opinião contrária daquele, “a fim de arogar a si todas as jurisdições e dependências”. Os paquetes reais deveriam chegar diretamente aos Portos, pois o transporte por sumacas para Recife custava um frete desnecessário de cerca de trezentos mil-réis, sendo que duas sumacas não seriam suficientes para o menor pacote real. Além disso a lenha, da qual os navios com madeiras carregavam “muitas mil achas”, custava na Paraíba cerca de um terço do preço no Recife.

Melo aproveitava para ressaltar as vantagens locais:

A Capitania da Paraíba contem em si vários Lugares ou Ribeiras próximas do Porto do embarque, tanto na mesma Barra da Paraíba, como na Bahia da Traição onde podem outras muitas e grandes Naus de alto bordo, e fica esta Bahia ao Norte da barra da Paraíba, junto a barra de Mamanguape, que se serve para nela entrar pequenas Sumacas, e donde se transportavam para o Recife muitas madeiras, tanto para o Real Arsenal, como para particulares, por Ordem do General, que as faculta.

Segundo ele, as madeiras eram retiradas em matas circunvizinhas à Barra da cidade da Paraíba, e poderiam ser embarcadas pela bahias da Traição ou São Miguel, a cerca de uma e sete léguas, sugerindo que a coroa mandasse construir duas alvarengas, uma para condução da madeira entre os dois lugares, depois do qual poderia ser carregada em pequenas e grandes embarcações, e outra para ajudar no carregamento da barra da Paraíba. Na baía de São Miguel havia uma vila de índios homônima, onde abundava o peixe e a farinha, e todos os demais gêneros pelos preços mais módicos. Lá encontravam-se as matas de Camaratuba, Santa Ana Engole, Pedra, e “outras”. Próximas à barra da Paraíba, localizavam-se as matas de Gargaú, Jacuípe, Pacatuba, Mumbaba, Taboray, Roncágua,

e outras muitas donde se podem extrair muitas e grandes madeiras para o Real Arsenal, e a sua condução dirigida aos diferentes portos, que há no extenso rio da Barra da Paraíba, chamados eles Gicó, Portinho de Gargaú, Paripueira, Sanhé, e outros, que ficam correspondentes às estradas, que vão para as mesmas matas, e destes diferentes portos se conduzem as madeiras pelo rio em balsas, a um lugar determinada, como o do cabedelo, onde podem os navios recebê-las sem perigo, e sem maior trabalho, por ser o Rio abrigado, e conseqüentemente sempre manso

O interesse do autor não estava somente nas matas, já que aproveita o assunto para repetir a abundância no porto da Paraíba, prejudicada, no entanto, pelo comércio intermediado pelos negociantes de Pernambuco, que afirmavam ser o porto inseguro. Bandeira de Melo considerava ser o verão [agosto-janeiro] a melhor estação para o corte das madeiras. Para ele, no inverno as fibras das árvores encontrariam-se enfraquecidas, e as jornadas de trabalho menos produtivas pelos inconvenientes das pesadas chuvas. Após derrubadas, as toras eram carregadas aos rios por carros puxados por três ou mais juntas de bois, de acordo com o tamanho dos pedaços de tronco. O alto preço dos bois “mansos” nos últimos anos, devido à seca do início da década ter arrasado as ribeiras do sertão, fazia com que Melo considerasse mais lucrativo para a coroa se os bois fossem alugados, dados os riscos de mortalidade dos gados por cobras e ervas venenosas.

As matas de Abiá, Garaú, e de Tambaba, também próximas à barra da Paraíba, também eram aptas a fornecer boas madeiras, escoadas para o porto de Jacumã, que tinha boa profundidade para receber sumacas, como já vinha sendo feito. Caso não pudesse ser feito lá, poderiam ser transportadas à Paraíba de modo mais econômico que à Recife, insistindo também para a construção da alvarenga para tal finalidade. O porto da Paraíba, afirmava, vinha recebendo diversos petrechos para serviço da Marinha, que eram entretanto desviados à Pernambuco pelo general. Melo acusava também o “chamado construtor” Prata, que segundo ele

devendo existir atualmente nas matas onde faz os cortes, existe na cidade sem fazer outra couza mais, do que receber o dinheiro que lhe dá a Provedoria, pagar aos trabalhadores, e assistir (quando assiste) a carga das Sumacas que vem conduzir-se as madeiras para o porto do Recife.

Melo estava de fato em grave descontentamento em relação ao tratamento dado ao construtor Prata, em relação a suas próprias contribuições, alegando inclusive ter mandado amostras de “pedras férreas” descobertas nos “sertões” ao intendente-geral da Fundação de Lisboa, não obtendo resultado:

Eu que fui o que sofri os incômodos, e que pelas minhas diligência evitei quanto pude alguma couzas, que julgava em tortura, requerendo a Sua Magestade remuneração dos meos serviços praticados em benefício do Estado, nenhum deferimento obtive, e o meo requerimento ainda se acha na Secretaria de Estado, não acontecendo assim a quele constructor, pois que alem do seu ordenado obteve despacho de Tenente de Infantaria de hum dos regimentos do Recife, isento do serviço militar em razão do emprego de constructor dos cortes das madeiras.⁵⁵⁰

⁵⁵⁰ AHU-PB, D. 2383.

Em outra correspondência, Bandeira de Mello também elaborou um relatório descrevendo algumas árvores locais que afirmava ser descobridor, que afirmava ser de grande contribuição para o “progresso e aumento da História Natural”, enviando também algumas mudas, galhos, flores e sementes de Marfim, Pau-santo, Barbatimão, Timbaúba, Quina, Sapucaia de pilão para o Jardim Botânico da Ajuda. [Ver Anexo 9].⁵⁵¹ Em 1804, o governador Luís da Mota Fêo dava notícia de aviso de 7.5.1804, concedendo privilégios a Bento Bandeira de Mello, Francisco Xavier da Silva Freire e Marcos Aurélio Rodrigues, para a extração e exportação da goma e de várias árvores.⁵⁵²

5.5. O ouvidor Antônio Felipe Soares de Brederode

Em 1790, um aviso do ministro Martinho de Melo e Castro repreendia as atitudes de Brederode, dizendo que seguisse as determinações atribuídas ao desembargador da cidade do Porto, e advertia-o a respeitar o governador Melo e Castro.⁵⁵³ Nesse mesmo ano, D.Tomás enviava uma defesa do ministro.⁵⁵⁴ Em 1791, Melo e Castro novamente queixava-se do ouvidor, reclamando da indecisão deste e de D. Tomas a respeito do local de embarque das madeiras paraibanas.⁵⁵⁵ Em 1792, o governador Melo e Castro denunciava irregularidades do Ouvidor acusando-o de haver descumprido sua determinação, a qual devido à seca estipulava uma finta semanal em espécie – de acordo com as capacidades produtivas de cada um - aos roceiros de mandioca e fabricantes de farinha, com o fim de abastecer as cidades e as tropas. Ocorreu que o ouvidor obrigara um dos fitados, José de Mello Lopes, a preparar uma remessa de 40 alqueires de farinha para um “barco 30” [sic], contrariando o que fora estipulado. O fabricante foi preso e logo solto pelo governador, e alegava que descumprira a ordem temendo represálias do ministro, que reconhecidamente abusava de seus poderes, que “aterroriza a todos descompondo-os sem reserva alguma”, passou a ignorar solenemente governador, e continuava a atuar de forma privativa nos negócios

⁵⁵¹ AHU-PB, D. 2654.

⁵⁵² Luís da Mota Fêo [gov. Da Paraíba] ao Visconde de Anadia, Paraíba, 1.8.1804, IHGB, Arq.1.1.13, fl.187v.

⁵⁵³ AHU-PE, D. 12269.

⁵⁵⁴ AHU-PE, D. 12080.

⁵⁵⁵ AHU-PB, D. 2235.

reais, ausentando-se da capitania para conduzir negócios familiares, negociando sentenças judiciais, perseguindo aqueles que não lhe emprestassem dinheiro.⁵⁵⁶

Brederode, chamado por Mello e Castro um “Ministro do Recife”, desde que chegara à Paraíba intrometia-se em todos os negócios e sociedades, além de abusar de seus poderes na correição que fez ao sertão. Depois disso, envolvera-se na venda de açúcar, algodão e boiadas – mais de 400 reses nos engenhos Una e Novo – de onde exportava couro, sola e carnes secas, além de muitas outras irregularidades denunciadas pelo governador, envolvendo ameaças de morte e rapto de esposas alheias. Em um dos casos, mandou açoitar publicamente dois homens que haviam roubado algumas “espigas de arroz”, em função da seca, “onde todos os frutos daquela espécie são comuns”, que morreram três dias depois.⁵⁵⁷ A influência do ouvidor, no entanto, manteve-se durante os posteriores. Em 1799, Freire Castilho responde ao aviso de 24.07.1799 que denunciava desentendimentos entre eles, e também da suposta má administração, e defendendo seu caráter e retidão, dispondo seu cargo à coroa.⁵⁵⁸ A questão de disputa de jurisdição entre o Ouvidor e o Governador da capitania continuou a ser motivo de reclamação. O Ouvidor tinha jurisdição sobre uma área desde a Vila de Goiana até o Rio Grande do Norte, enquanto o governador tinha que se limitar a sua recém desmembrada capitania. A autonomia, no entanto, ficava prejudicada.⁵⁵⁹

Em 1791, D.Tomás enviou amostras de almêcega levada ao fogo e crua, usada pelos calafates locais, que “serve neste país em lugar do Piche para os fundos das embarcações, misturada com a porção de azeite de peixe”. Por outro lado, foram encontradas nas praias de fora-de-portas alguns “bolões”, parecidos com o “verdadeiro breu”. O governador da Paraíba havia enviado amostras da resina da almêcega, juntamente com uma carta do ouvidor Brederode, que citava uma memória do “Dr.Domingos Wandelli [sic]”, na qual referi-se à almêcega. Os usos locais foram

⁵⁵⁶ Jerônimo José de Mello e Castro [gov. Da Paraíba] a Martinho de Mello e Castro, Paraíba, 18.3.1792, Fl.39v-41. **IHGB, Arq.1.1.13.**

⁵⁵⁷ O ouvidor também estaria envolvido com negócios de pesca – nomeadamente em sociedade com Francisco de Seixas – e nos Juízos de órfãos, confiscando bens de inventários e partilhas. Com a chegada de um barco de farinha vindo da bahia, o ouvidor conseguiu por meio de um aliado desviar 50 alqueires de farinha para suas fábricas e engenhos. Teria vendido a preços extorsivos diversos gêneros de seu sítio na Varge Grande em uma casa comercial na cidade da Paraíba, inclusive farinha apodrecida. Ainda teria expropriado mais de 40 casais de pobres e 60 índios nos arredores de seu sítio na Vila do Conde, que começara com um pequeno alagadiço, além de prender índios na vila de São Miguel. Jerônimo José de Mello e Castro [gov. Da Paraíba] a Martinho de Mello e Castro, Paraíba, 16.6.1796, **IHGB, Arq.1.1.13**, Fl.50-57v.

⁵⁵⁸ Fernando Delgado Freire Castilho[gov. Da Paraíba] a D.Rodrigo de Sousa Coutinho, Paraíba, 15.11.1799, **IHGB, Arq.1.1.13**, Fl.50-57v.

⁵⁵⁹ Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque a Visconde de Anadia, **IHGB, Arq.1.1.13**, 9.7.1806, Fl.207-208.

observados entre os índos aldeados do litoral da Paraíba, e o ouvidor lembrava que não era necessário o corte das árvores, bastando “*sangrá-las*”. Juntamente com as amostras para avaliação do Arsenal, foi enviada também uma porção de “terra betuminosa”.

Em Recife, o governador enviou ordens novamente para que se informassem acerca da árvore da qual se extraía a resina, e que se atentasse para o fato de ser ela ou não madeira útil para construção naval, e caso fosse, se a retirada da resina prejudicava a integridade das madeiras. Brederode informou que a árvore

se quebra quase como o vidro, donde a apelidam ‘vidrenta’; Produz aquela resina pelos seus ramos, como em Portugal as gingeiras, porém com a diferença de ser cá muito maior a quantidade, nem é necessário picar-se para a lançar, e porque os seus galhos se quebram muito, lançam –na no chão para tirar-lhe a almêcega, único fruto que dela aproveitam

Os “bolões” então eram então lançados em um tacho, e expostos ao fogo em uma cova, para coar a parte resinosa, sendo necessário mexer constantemente para que não pegasse fogo. A almêcega era vendida localmente, “crua” e “cozida”.⁵⁶⁰

Em 1794, Melo e Castro denunciava que madeiras das matas próximas ao porto da Paraíba estavam sendo vendidas a construtores privados no Recife, “com a licença do general [D.Tomás] e a proteção deste ouvidor [Brederode].” Prata foi mandado para examinar as madeiras do local. Freire Castilho estipulava que os particulares abrissem cortes “nas extensas matas de Alagoas”, poupando da destruição as paraibanas, mais próximas dos locais de embarque. Brederode teria se ressentido da intervenção do governador, que reclamava que o mesmo ouvidor “em nada se conforma com o meu governo, nem me reconhece seu governador”. Por sua vez, D.Tomás afirmara que as madeiras cortadas eram “uns pauzinhos que não servem para embarcações reais e maiores, calando lhe a verdade e que as mesmas madeiras daqui a poucos anos serviriam para naus.” O corte constante para particulares do Recife, que já acontecia há décadas, deveria ser proibido, evitando prejuízos à coroa⁵⁶¹

Em 1799, a Câmara da Paraíba enviou à rainha uma carta denunciando crimes de Brederode. Alguns meses depois, encontra-se uma consulta do Conselho Ultramarino a respeito da expulsão de Brederode do Local, em que a câmara da cidade da Paraíba acusava o ouvidor de chefiar uma “quadrilha de magnatas”, tendo amizade com o recém-licenciado Juiz de Fora de Pernambuco, Manoel de Macedo Pereira Coutinho, e contava também com a atuação do irmão do ouvidor, D.Henrique de Brederode, deão da

⁵⁶⁰ AHU-PE, D. 12317.

⁵⁶¹ AHU-PB, D. 2305.

Sé do Porto.⁵⁶² Freire Castilho denunciava as inimizades entre Brederode, afastado do cargo de ouvidor, e o ouvidor nomeado e sindicante Gregório José da Silva, causando desassossego na comarca, e formando-se dois partidos, em virtude do sindicante ser natural dela, e lá ter toda sua família. Pedia, por isso, a nomeação do ouvidor do Ceará, que considerava pessoa com a neutralidade suficiente para a tarefa.⁵⁶³

Em 1805, o Conselho Ultramarino posicionava-se a respeito das dúvidas acerca da promoção de Brederode a Juiz Conservador das Matas da Paraíba, em 13.05.1805. O conselho anexava documento de 1803, no qual Brederode expunha a pretensão ao cargo, afirmando que efetivamente já o fazia na Paraíba, “fez os exames, as demarcações, as remessas de madeira do paquete Carmo”, além de ter criado nos “remontados Sertões” as vilas de Rainha, Príncipe e Princesa. O pedido fazia parte de uma longa justificação de Brederode, que informava servir desde 1781 à coroa, tendo sido promovido a ouvidor da Paraíba em 1786, passando 18 anos, dos quais em três serviu no governo inteirino do Rio Grande do Norte e um no da Paraíba, até que foi removido do cargo, e sumariamente banido e prescrito da Paraíba. Nesse tempo, estabeleceu residência em Santo Antônio, vila do Recife, onde recorreu até ser julgado inocente. Pedia que, à semelhança do perdão dado ao Juiz Conservador Mattos Moreira, fosse reconduzido ao cargo, alegando que a devassa que primeiro se tirara fora movida por interesses pessoais e vingativas do sindicante. O conselho concedeu o direito de Brederode voltar à Paraíba, entretanto considerava-o ainda impedido para o cargo de Juiz Conservador.⁵⁶⁴

Em 1807, pedia ajuda de custo e vencimentos pelo cargo de Juiz Conservador das Matas do Sul (Alagoas), no lugar de Mattos Moreira, nomeado em 23 de Junho de 1807, juntamente com promoção à Desembargador ordinário da Casa de Suplicação.⁵⁶⁵ No fim do ano, a Junta Governativa respondia a carta régia de 09.08.1799 ordenava a retirada - que se afirmava em viagem à Ipojuca - em 24 horas, devendo ser enviado à Bahia.⁵⁶⁶ Em uma carta sem data, mas posterior a esse período e ainda sob o ministério de Sousa Coutinho, - que se intitulava Juiz Conservador das Matas do Sul - pedia para informar a casa da Suplicação a nomeação para o cargo.⁵⁶⁷

⁵⁶² AHU-PB, D. 2513.

⁵⁶³ AHU-PB, D. 2483, 2492.

⁵⁶⁴ AHU-PB, D. 3134.

⁵⁶⁵ AHU-AL, D. 457.

⁵⁶⁶ AHU-PE, D. 14364.

⁵⁶⁷ AHU-PE, D. 14170.

CAPÍTULO 6. ALAGOAS: A REINVENÇÃO DOS PALMARES

Em Alagoas, a proximidade com a capitania da Bahia, que compartilhava com Pernambuco o direcionamento da produção madeireira local, e a atuação do bacharel Matos Moreira (ouvidor da comarca e futuro Juiz Conservador das Matas), próximo do Juiz Conservador das Matas da Bahia, Balthazar da Silva Lisboa, além de uma ampla reserva de matas, garantiram a continuidade da exploração madeireira para exportação. Atendia também à construção naval e reparos para as embarcações envolvidas no comércio atlântico. Embora a comarca contasse com uma pequena produção agrícola, em torno do açúcar, algodão e tabaco, a ocupação das terras alagoanas ao longo do século XVIII parece ter se desenvolvido em estreita ligação com a exploração madeireira regional – para Pernambuco e Bahia - passando a partir da década de 1750 a exportar constantemente para Lisboa. Em Alagoas, o componente populacional afro-brasileiro, que aparece nos Palmares do século XVII, revela uma continuidade ainda nas lutas da independência, formado por uma grande população das matas que também sustentou o processo de exploração madeireira.⁵⁶⁸

6.1. Alagoas no século XVIII-XIX

No início do XIX, segundo Vilhena, a comarca de Alagoas estendia-se por 64 km de costa, até o Rio Persinunga, e até 70 léguas para o sertão, onde se acham “muitas e grandes fazendas de gado, e alguns outros estabelecimentos, de que nada sei”. Descendo a foz do São Francisco, uma ilha de uma légua de comprimento, separada por um estreito canal, várias ilhotas e a baixa de areia da Peripatingas facilitavam a navegação do rio, de grande importância, centralizada na vila de Penedo, onde também havia a “ilha grande”, com 2/0,5 léguas, e as freguesias de Porto da Tolha e Águas Belas. Na região, o cronista estipulava haver 250-300 fazendas de gado, principal atividade da vila, e alguns engenhos de açúcar de pouca consideração. Dela para o interior, entrava-se em uma região montuoso, onde nas proximidades do lugar do Sipó dizia-se ter encontrado “vestígios de subido de ouro”, como também nas proximidades de Paulo Afonso. A vila de Penedo constava ao padre com a população de 6 mil fogos (+/- 30 mil pessoas)

⁵⁶⁸ LINDOSO, D. **A utopia armada**: Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Na comarca das Alagoas é onde há as mais formosas árvores, de melhor madeira, e com maior abundância: ali se fazem as canoas, em que se navega o S. Francisco. Os coqueiros são multiplicados na vizinhança do mar: as mamoneiras, cuidadosamente cultivadas em alguns distritos, dão no seu azeite um objeto de exportação. Se a gente quisesse ter um pouco de incômodo em ajuntar e aumentar a preciosa conchonilha, a natureza em muitas partes lhe produz a *Opuntia* ou Palmatória, única planta que a nutre.⁵⁶⁹

Quatro léguas ao norte da foz, encontrava-se a lagoa do Pescoço, com três léguas, rodeada de capoeiras,

próprias só para lavouras, e para elas destinado, como todas as mais terras que naquela comarca seguem à beira mar, segundo um plano feito nesta cidade da Bahia sobre os cortes de madeiras para a Real Marinha no mês de dezembro de 1798 [...] por voto do Ouv. Des. e Intendente da Marinha José de Mendonça de Mattos Moreira, que para o uso dos povos e marinha mercantil fossem destinados os terrenos áridos, em que não se encontrassem madeirars que pudessem servir para a marinha real, bem como aquelas terras que nesta comarca decorrem da mencionada lagoa até o rio de S. Miguel, e as matas da Aldeia, duas léguas acima do rio do una, até os tabuleiros de Goiana grande

Como nas matas da Aldeia se acharam também madeiras para naus de grande porte, foram igualmente reservadas, e para a agricultura sobraram as terras próximas ao litoral e nas bordas das matas. As matas do Pescoço, unindo-se às matas de Coruripe, por onde descia o rio homônimo, “fazendo em pouca distância infinidade de curvaturas a rumos diversos”, desaguando por uma “espaçosa boca, mas areada, com um recife de pedra que acompanha o banco de areia.” Seguindo-se mais ao norte, na barra do rio Poxim, onde encontrava-se a vila de São José do Poxim – com 1300 fogos- que comercializava madeiras, gados e “não pouco algodão”, além de vários roçados de “legumes próprios do país” nas capoeiras próximas à lagoa do Pau. Próximo à lagoa do Jiquiá, com 4-5/1 léguas, com canal tortuoso em direção ao mar, formando algumas ilhas, fazendo limites com as matas do Jiquiá de baixo, pelo sul, mais abertas e fazendo fronteira com matas destruídas de Pau Brasil no interior; e Jiquiá de Cima, ao norte, estas mais densas, fazendo limites com as matas do rio São Miguel, e mais ao interior com as matas do riacho seco Coruripe.

Próximo à lagoa, desagua no mar o rio S.Miguel, cuja nascente o cronista estipulava estar “poucas léguas ao sul da serra do Taipú, bastante concentrada pelo sertão”, formando vários riachos, e em sua foz ficava a povoação homônima ao rio. Em seu redor, nas bordas da mata de Sibaúma, no Tangil e Mataraca, haviam bons terrenos para lavouras. Havia três pequenas lagoas com saída para o mar, Azeda, Taboadó e

⁵⁶⁹ CASAL, Manoel A. **Corografia Brasília...** Op.cit., p.164.

Funda, e também o canal das duas lagoas que davam o nome à comarca, com profundidade suficiente para navegar grandes corvetas, bergantins, sumacas e galeras, de onde o cronista afirmava ser vantajoso estabelecer um estaleiro real para construir semelhantes embarcações, que poderiam sair carregadas de madeiras para os arsenais reais. Nas proximidades estava também o Porto do Francês, e pouco depois encontrava-se a Lagoa do Sul, onde encontravam-se os rios Utinga, Sibaúma, Salgado e Paraíba, sendo este o maior, que se espalhava desde o pé da serra da Tapicurá, passando pelo Bananal, onde encontrava-se a povoação da Conceição, e nas margens do mesmo rio ficava a Vila de Atalaia – com 1200-1400 - fogos produtora, onde se comerciava algodão em abundância, tendo terras próprias para a cultura, madeiras, e ipecacuanha preta, “da qual se faz considerável extração”.

Na vila das Alagoas, que compreendia as freguesias do Norte, Pioca e Santa Maria, com mais de 60 engenhos “moentes e correntes”, principal ramo do comércio local, e também muita extração de madeira, algodão, azeite de mamona, peixe secos, tinha cerca de 5-6 mil fogos. Separada da lagoa do Sul por uma pequena faixa de terra, ficava a lagoa do Norte, onde encontrava-se uma povoação homônima, e onde desaguam os rios Potitatuba [?], e Mundaú - que desce da serra da Barriga por “muitas léguas” - e entre eles os montes chamados Dois Irmãos. Acima destes, afirmava Vilhena, encontravam-se os cortes da Barra, e abaixo os do Manimbu, valendo-se das grandes matas das cercanias, abundantes em sucupiras, incluíndo-se aí as matas dos Palmares. Ao sul destas, correm as serras do Carimá e da Mariquita, cortadas pelo rio Camaragibe, que dá nome a uma povoação, 5-6 léguas distantes do mar, e 15-16 léguas da lagoa do Norte.

Por essa mesma distância, entrava no mar o rio de Sto. Antônio Mirim, onde estava estabelecida uma povoação de mesmo nome, “não muito distante da praia” e três a quatro léguas acima, o Sto. Antônio grande, com outra povoação maior. Suas terras eram próprias à lavouras, embora em terras maiores houvessem matas com muitas e grandes madeiras, que eram de difícil extração, “pelo muito concentradas que ficam”. Seguindo mais 5-6 léguas ao norte da foz do Camaragibe, encontrava-se a foz de Porto de Pedras, por onde era possível subir 5-6 léguas e encontrar a vila de Porto Calvo, cercada das “boas matas” das Duas Bocas, Porto Calvo Baixa seca “e muitas outras mais em que há muitos e excelentes vinháticos [...] quando as beiras destas pela parte do mar são acompanhadas de capoeiras próprias só para plantações.” Nessa vila estavam incluídas as freguesias de Camaragibe, São Bento e Jacuípe, com 120 engenhos e 6-7

mil fogos. Três léguas ao norte de Porto de Pedras, desaguava o rio S. Bento em uma baía fechada. As “cabeceiras” dos dois últimos rios estavam “coroadas” pelas matas do Canhoto, do Pau Amarelo, Buenos Ayres, Jacuípe e Duas Barras, segundo pessoas bem informadas consultadas por Vilhena, e não ligadas à “Intendência das Madeiras”. Segundo o cronista, a população das vilas, embora informadas por pessoas idôneas, parecia-lhe demasiada, mas considerava um bom lugar “para a residência de muita gente”. Afirmava que o principal motivo que o levava a proceder essa descrição era a

saber das matas, com que se fazem os cortes das madeiras, e paus monstruosos, que são empregados nas grandes naus, que na Ribeira desta Capital e desta Cidade se fabricam para as Reais Esquaras, por ser elas o viveiro em que se criam os paus de maior conta em comprimentos e grossuras, e isto para participa-lo [...] como fiz da comarca de Ilheus [...]. Os informantes porém apesar de serem pertíssimos das matas, creio terem pouca noção de geografia, motivo porque não afianço a exaço das distâncias [...] assim como foram defectivos na navegação dos rios e fundo das barras, o que não convinha pouco para ajuizar sobre as tiradas e conduções das madeiras.⁵⁷⁰

Entre a aldeia do Peba e Piaçabuçu (à beira do S.Francisco), após sair da área da praia, Gardner notava a abundância de *Mouria guianensis* e várias *Lauraceae*. Em direção a Penedo, viu canaviais inundados pelo S.Francisco, “com aparência de verdejantes pratos”, e os ramos mais altos das árvores, juntamente com o telhado das casas. Na região, existiam algumas plantações de cana-de-açúcar, mas “os claros abertos na floresta pelos sítios cultivados mal aparecem”. As margens do rio estavam muito erodidas, tendo visto “grandes massas de terra ruindo e as árvores que nelas se erguiam flutuando rio abaixo”. Penedo era “coberta de matas do lado do sul”.

Margeando o rio, viu “larga cópia de uma *jussixa* de grandes folhas amarelas”, e próximo ao penedo da cidade, muita *Machaonia spinosa*, “arbusto espinhoso de tamanho regular, com grandes panículas de pequenas flores brancas” e um tipo de *oxypetalum* “com grandes umbelas de flores docemente perfumosas, não muito diversas da *hoya carnosa*”. Nos arredores da vila, principalmente nas margens do rio, plantava-se açúcar, algodão, mandioca, feijão e arroz “em quantidade apreciável”. O gado havia sido erradicado do interior do distrito, pelas constantes secas e pelas pragas de carrapato. Gardner notou “belas árvores de *peltophorum vogelianum* [canafístula], fa árvore é de aspecto mais lindo que o de quase todas as que tenho visto.” Na região, visitou uma plantação de açúcar, que encontrou ardida de sol, com terra seca e arenosa. O proprietário estava construindo uma barca de 150 toneladas no sítio, destinada ao

⁵⁷⁰ VILHENA, Luís S. **Recompilação de Notícias...** Op cit. p.322.

transporte de açúcar para a Bahia, feita de pau-amarelo e oiti [que atribuía a *moquilea tomentosa*, Benth].⁵⁷¹

6.2. Escravidão e liberdades nas matas

No início do século XIX, Vilhena recordava a *gesta* contra os Palmares:

No tempo em que os holandeses possuíam esta capitania haviam fugido de diversas fazendas quarenta, ou mais negros para um sítio no intermédio das vilas de Porto Calvo e Alagoas, pela latitude de nove graus, no interior do continente, a que deram o nome de Palmares, pelas muitas palmas que nele plantaram, foram estes recrutando a sua povoação com muitos outros, que se lhes agregavam com mulheres e concubinas, em forma tal, que juntaram um povo de mais de vinte mil pessoas de ambos os sexos, compostos de negros, mulatos e mestiços. Era sua povoação circunvalada de uma estacada de duas ordens de altos paus falqueijados em quatro faces, de madeiras rijíssimas, circuitos de uma légua com três portas para a serventia, duas plataformas de distâncias em distâncias iguais guarnecidas cada uma por um capitão dos de maior posição, e mais duzentos homens armados ainda em tempos de paz com muitas armas de fogo, de arremesso e brancas, furtadas umas e compradas outras. Havia dentro desta estacada um para o seu elevadíssima e eminência, donde atalaiavam para toda parte, bem como uma lagoa e diferentes cacimbas e regatos que lhe subministravam água com abundância. Por fora da trincheira tinham muitas lavouras, e pomares, e para a guarda destas havia diversas povoações pequenas, com o nome de mocambos. Formaram para o seu governo uma espécie de república, para cabeça ou principal membro dela elegeram de entre todos um, que diziam ser mais bem morigerado, e valente, o que deram o nome de Zumbi.[...] ⁵⁷²

Brandão conta que para cuidar de uma menina escrava envenenada, possivelmente por um escravo “feiticeiro e arbolário”, que foi ameaçado, que pediu permissão então para entrar nos matos e buscar ervas. O autor afirma ter mandado outro escravo, este “da terra”, para acompanhá-lo e descobrir o segredo do primeiro, que ciente da artimanha, colheira diversas ervas conjuntamente, de forma a confundir o outro, e no caminho macerou a erva correta com as mãos e boca. Chegando junto da enferma, colocou-a na boca, ouvidos e “narizes”, esfregando também nas juntas e nos pulsos, fazendo com que rapidamente se recobrasse, com excessiva purgação “por baixo e por riba”. Relatava outro escravo, de Angola, que recebia picadas de cobras peçonhentas sem nunca ser afetado, por meio de ervas que após mastigadas eram passadas em partes do corpo, e o costume havia difundido-se por sua propriedade. Afirmava que esses segredos haviam sido trazidos por “mestres” africanos, que

⁵⁷¹ GARDNER, Georges. *Viagem pelo Brasil...* Op.cit., p.91-95, 109, 111.

⁵⁷² VILHENA, Luís S. *Recompilação de Notícias...*, Op.cit., Carta XX, p.45

usavam da prática de envenenar outros escravos, utilizando-se de uma diversidade de plantas.⁵⁷³

Há quem seja da opinião que do tempo em que houve negros cativos nestas capitanias começavam a ser habitados os palmares; no tempo que Holanda ocupou estas praças, engrossou aquele número. Porque a mesma perturbação dos senhores era a soltura dos escravos; o tempo os fez crescer na quantidade, e a vizinhança dos moradores os fez destros nas armas; [...] as que fazem são arcos e flechas [...] Não vivem todos juntos, porque um sucesso não acabe a todos, em palmares distintos tem a sua habitação, assim pelo sustento, como pela segurança, são grandemente trabalhadores, plantam todos os legumes da terra, de cujos frutos formam providamente celeiros para os tempos da guerra, e do inverno, o seu principal sustento é o milho grosso, de que fazem várias iguarias. A caças os ajudam muito, porque são aqueles matos abundantes delas.

Uma descrição anônima dos Palmares, conservada manuscrita na Biblioteca Nacional, dava uma idéia da amplidão da área de influência dos mocambos no interior de Pernambuco:

Estende-se pela parte superior do Rio de São Francisco uma corda de mata brava que vem a fazer termo sobre o sertão do Cabo de Santo Agostinho, correndo quase norte a sul, do mesmo modo que corre a costa do mar; são as árvores principais palmeiras agrestes, que deram ao terreno o nome de Palmares; são estas tão fecundas para todos os usos da humana, que delas se fazem vinho, azeite, sal e roupas; as folhas servem às casas de cobertura, os ramos de esteios, os frutos de sustento; e da contextura com que as as pencas se cobrem no tronco, se fazem cordas para todo o gênero de ligaduras e amarras; não correm tão uniformemente estes Palmares, que não separem outras matas de diversas árvores, com que na distância de sessenta léguas se acham distintos palmares a saber: a noroeste o Mucambo do Zambi, desesseis léguas de Porto Calvo; e ao norte deste à distância de cinco léguas o de Acotirene; e logo para a parte de leste destes dois mucambos chamados os das tabocas, e destes ao noroeste quatorze léguas de Dambrabanga, e ao norte deste oito léguas a cerca chamada Subupira, e ao norte desta seis léguas a Cerca Real chamada o Macaco; a oeste desta cinco léguas o Mucambo de Asenga, e nove léguas da nossa povoação de Serinhaém para o noroeste a Cerca do Amaro; e vinte e cinco léguas das Alagoas para o Noroeste o Palmar de Andalaquituxe, irmão do Zambi; e entre todos estes que são os maiores e mais defensáveis, há outros de menor conta, e de menor gente; distam esses mucambos das nossas povoações mais ou menos léguas, porque como ocupa o vão de quarenta ou cinquenta léguas, uns estão mais remotos, outros mais próximos.

Ainda segundo a crônica,

É o sítio naturalmente áspero, montuoso e agreste, semeado de toda a variedade de árvores conhecidas, e ignotas, com tal espessura, e confusão de ramos, que em muitas partes é impenetrável a toda a luz; a diversidade de espinhos, e árvores rasteiras nocivas servem de impedir os passos, e de intrinchar os troncos; entre os montes se espriam algumas vargens fertilíssimas para as plantas, e para a parte de Oeste do Sertão do Palmares se dilatam campos largamente estendidos, porém infrutíferos, e só gera pastos acomodados. A *este inculto e natural couto* se recolheram alguns

⁵⁷³ BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogo das grandezas...** Op.cit., p.103-4.

negros, a quem ou os seus delitos, ou a intratabilidade de seus senhores, fez parecer menor o castigo, de que o que recebiam, podendo neles tanto a imaginação, que se davam por seguros, onde podiam estar mais arriscados. Facilitou-lhes a comedia a estancia, e com presas que começaram a fazer, e com persuasões da liberdade, que comeraçam a espalhar se foram multiplicando

O cronista descrevia a cidade do Macaco, “cidade real” dos Palmares, onde residia Ganga Zumba, “a metrópole entre as demais”, com mais de 1.500 residências, toda cercada de pau-a-pique, com “torneiras” abertas para artilharia, e na parte de fora “estrepes” de ferro por toda a redondeza. Na de Subupira, gerida pelo irmão do líder maior, toda fortificada de madeira e pedras, com mais de 800 casas, “abundante de águas, porque corre por ela o rio Caxinguí”. Os palmares, segundo o autor anônimo, eram o “inimigo que das portas a dentro destas capitanias se conserva há tantos anos”. Seus domínios, do S. Francisco até o Cabo, passavam por Ipojuca, Serinhaém, Alagoas, Una, Porto calvo e São Miguel,

povoações donde se recolhem mantimentos, para todas as mais vilas, e freguesias, que estão à beira mar, sem cujos provimentos ficam todas inconserváveis, porque os frutos que dão são os de que mais se necessita, a saber: gados, farinhas, açúcares, tabacos, legumes, madeiras, peixe e azeites.

⁵⁷⁴

Segundo Edison Carneiro, a palmeira do nome do agrupamento eram o babaçu ou pindoba (*Attalea excelsa*), que subia até o dossel da floresta, onde também estavam as galhas da sapucaia e pindoba, acompanhada em menor escala das palmeiras catolé, ouricuri e titara. Dos frutos da palmeira principal, extraía-se azeite, e alimentos, assim como do palmitos. Os Palmares tinham seu limite ocidental no planalto de Garanhuns, passando por

cômoros, colinas, montes, montanhas, rochedos a pique [...] atravessando várias ramificações dos sistemas orográficos central e oriental, até as serras dos Dois Irmãos e do Bananal, no município de Viçosa (Alagoas), compreendendo, entre outras, as serras do Cafuxi, da Juçara, da Pesqueira, do Comonati e do Barriga - o ‘oiteiro do Barriga’ [...] cortadas por um amplo sistema potamográfico, representado principalmente pelos rios Ipojuca, Serinhaém e Una, em Pernambuco, e pelos rios Paraíba, Mundaú, Panema, Camarajibe, Porto Calvo e Jacuípe, em Alagoas, com os seus afluentes e tributários. Com as primeiras chuvas do inverno esses rios enchiam e, entre maio e julho, transbordavam.

Essa conformação física tornava as matas extremamente férteis, com muitos solos escuros de aluvião nas baixas, e terras de argila vermelhas nas montanhas.

⁵⁷⁴ Anônimo “Descrição do interior de Pernambuco, como Rio de São Francisco, Porto Calvo, Palmares e Cabo de Santo agostinho, tratando também de Pero de Almeida” [S.l.: s.n.], [185-?]. 41 p. **BN-Mss., 007,03,001 n.006.**

Além disso, Carneiro citava a grande produção de milho – principal cereal cultivado – juntamente com a mandioca, batata doce, feijão, bananas, e segundo uma fonte holandesa cana-de-açúcar - contando com uma população em menor proporção de índios e brancos fugidos, com muitas oficinas de todas as artes mecânicas, especialmente forjas de ferro, e favorecidos pela existência de minas de salitre no interior. Mais de vinte e cinco entradas foram feitas, sem sucesso na destruição do quilombo. O cronista anônimo narrava a entrada do Cap. André da Rocha, “a primeira entrada por aquelas matas, nunca dantes penetradas: entrou a gente começou a desembaraçar os estornos daquelas montanhas, e a buscar os habitantes daqueles desertos.”

Embora algumas delas tenham dado relativo sucesso, os Palmares se mantiveram, enquanto as vilas diminuía sua população, tendo as expedições dificuldades de encontrar bons caminhos, abastecimento de água, e por serem os terrenos

montuosas serras, infecundas as árvores, espessos os matos, para se abrirem é trabalho excessivo, porque os espinhos são infitos, as ladeiras muito precipitadas, e incapazes de carruagens para os mantimentos, com que é forçoso que cada soldado leve às costas a arma, pólvora, balas, capote, farinha, água, peixe, carne e rede com que possa dormir, com que a carga que os oprime é maior que o estorvo, que os impede, ordinariamente adoecem muitos ali pelo excesso do trabalho, como pelo rigoroso frio, e estes ou se conduzem a ombros, ou se desamparam às feras, e como os negros são senhores daqueles matos, experimentados naquelas serras, o uso os tem feito robustos naquele trabalho, e fortes naquele exercício. Com que nestas jornadas nos costumam fazer muitos danos, sem poderem receber nenhum estrago, porque encubertos dos matos, e defendidos dos troncos se livram a si e nos maltratam a nós.

O capitão-mor Fernão Carrilho, experiente na destruição dos “mocambos e aldeias dos tapuias que infestaram aquelas partes [do sertão da Bahia]”, foi contratado para exterminar o quilombo. A expedição logrou estabelecer um arraial sob a invocação de Bom Jesus, no lugar do Macaco, de onde os “palmaristas” fugiram, destruindo o que puderam da cidade. Segundo Carneiro, citando requerimentos diversos após a destruição dos núcleos, entre eles do próprio terço de Domingos Jorge Velho, mostrando ser de amplo conhecimento e interesse a fertilidade dessas terras a serem tomadas. Destruído os núcleos principais e recapturados os negros, muitos foram enviados ao Recife, Bahia e Rio de Janeiro, e o capitão do Terço dos Paulistas iniciou suas tentativas de se apropriar por meios legais das terras conquistadas, causando

alguns problemas com os moradores da capitania, até que na virada do século obteve autorização para erguer a vila de Atalaia.⁵⁷⁵

Segundo Loreto Couto, a “rústica e rebelde República do Palmar” teria se iniciado em 1631, fundada por 40 negros de guiné, fugidos dos engenhos com suas “mulheres, concubinas, armas, munições e ferramentas, assentando em um “ameno vale” no sertão de Porto Calvo, protegidos por serras e “toscos obeliscos deste teatro de verduras”: “ali as copadas árvores, quando como gigantes frondosos o assombram, então deixam a seus habitantes mais defendidos das inclemências do tempo, e mais ocultos das diligências dos seus senhores.” Calculava que haviam no auge trinta mil negros, por sessenta léguas nos “dilatados sertões”, não temendo por segurança visto estarem “prevenidos de veredas ocultas, por ser muito coberta a campanha, e eles tão destros nela, que metendo-se pelos matos, sustentando-se de animais, e frutas silvestres”. O regimento de Domingos Jorge Velho, percorrendo os caminhos dos Palmares a partir de Garanhuns, descobriram, segundo o cronista, “fértil e amena, como salutífera, pela pureza dos ares, águas e batimentos; descobriram troncos de desmedida grandeza, e cópia de madeiras de preço, e de tudo conducente ao sustento, e ao regalo, em tanta abundância, que bastava abastecer muitas povoações, o que ali sobrava do necessário”

No tempo em que os holandeses possuíam esta capitania haviam fugido de diversas fazendas quarenta, ou mais negros para um sítio no intermédio das vilas de Porto Calvo e Alagoas, pela latitude de nove graus, no interior do continente, a que deram o nome de Palmares, pelas muitas palmas que nele plantaram, foram estes recrutando a sua povoação com muitos outros, que se lhes agregavam com mulheres e concubinas, em forma tal, que juntaram um povo de mais de vinte mil pessoas de ambos os sexos, compostos de negros, mulatos e mestiços. Era sua povoação circunvalada de uma estacada de duas ordens de altos paus falqueijados em quatro faces, de madeiras rijíssimas, circuitos de uma légua com três portas para a serventia, duas plataformas de distâncias em distâncias iguais guarnecidas cada uma por um capitão dos de maior posição, e mais duzentos homens armados ainda em tempos de paz com muitas armas de fogo, de arremesso e brancas, furtadas umas e compradas outras. Havia dentro desta estacada um para o seu elevadíssima e eminência, donde atalaiavam para toda parte, bem como uma lagoa e diferentes cacimbas e regatos que lhe subministravam água com abundância. Por fora da trincheira tinham muitas lavouras, e pomares, e para a guarda destas havia diversas povoações pequenas, com o nome de mocambos. Formaram para o seu governo uma espécie de república, para cabeça ou principal membro dela elegeram de entre todos um, que diziam ser mais bem morigerado, e valente, o que deram o nome de Zumbi.[...] ⁵⁷⁶

O trabalho dos escravos africanos era raro nos cortes oficiais, visto apresentar supostamente riscos à integridade física, além e possibilitar fugas em regiões mais

⁵⁷⁵ CARNEIRO, Edison **O Quilombo dos Palmares...** p.46-52, 70-71, 91. p.49-52, 185-95.

⁵⁷⁶ COUTO, D.Domingos L. **Desagravos do Brasil...** Op.cit. p.188.

afastadas, sendo por vezes realizado apenas por escravos recém-chegados, os muito jovens ou muito velhos. Em geral estavam associados a seu proprietário, e podiam realizar tarefas indiretamente relacionadas ao trabalho coletivo, como cozinhar. No entanto, dentro dos cortes particulares parece ter havido maior presença de escravos, e sua principal função estava relacionada ao processo das serrarias, nas cidades ou em regiões produtoras como Alagoas. Algumas fontes consultadas por Miller indicam ter havido também cortes ilegais por mocambos da Bahia.⁵⁷⁷

Koster, tratando dos casos de conflitos entre proprietários e escravos, narrava a curiosa história do Pe. Pedro, que era famoso plantador em um engenho em Cruangí, Timbaúba, chamado Água Azul, localizado em terreno montanhoso, onde no topo, com difícil acesso, instalara sua residência, e em outro terreno alto ficava o engenho, enquanto todo o terreno ao redor era cercado por depressões e defendidos por sebes espessas, avizinhado por uma mata “verdadeiramente selvagem [...] extensa e quase impenetrável”, e nela aos poucos alojava moradores em cabanas, a maior parte criminosos fugidos, formando um “pequeno feudo”, e em troca davam proteção ao religioso, e segundo nota de Capistrano de Abreu ainda se encontravam dentro de matas locais algumas pedras com a marca PP.

Quando os negros fogem, procuram afastar-se dos lugares habitados, escondendo-se nos bosques, em vez de fixar-se numa vila distante, tentando passar por pessoa livre. Constroem cabanas, que são chamadas mocambos nos lugares mais ermos, e vivem da caça e dos frutos que podem encontrar. Essas criaturas se agrupam às vezes em número de dez ou 12 e é difícil então surpreendê-los, porque o conhecimento que têm das matas vizinhas lhes dá uma forte vantagem contra o grupo enviado contra eles. Algumas vezes toda uma zona é perturbada por uma dessas comunidades que saqueia as roças, roubando bezerros, carneiros e galinhas. Contam histórias em que os negros do Gabão furtam crianças.⁵⁷⁸

Nas vizinhanças do seu eng^o Jaguaribe, em Itamaracá, Koster conheceu

um velho crioulo [...] cuja disposição o levava a explorar todos os bosques da redondeza, em muitas milhas de extensão. Preferia esse meio de obter a subsistência ao labor diário que lhe seria duro. Conhecia todos os lugares onde as melhores madeiras estavam e podia, a qualquer instante, indicar o ponto exato onde ficava determinada árvore apropriada para um certo labor⁵⁷⁹

⁵⁷⁷ MILLER, Shawn W. **Fruitless trees...** Op.cit., pp.117-122.

⁵⁷⁸ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste...** Op.cit., p. 319, 525-26. Segundo Capistrano de Abreu, mocambo “É voz africana, do ambundo mukambu, cumeeira, telheiro, segundo Jacques Raimundo, Seu emprego no Brasil é secular. Em 1612, o Livro que Dá Razão de Estado ao Brasil já o menciona na acepção comum: “mocambo, quilombo, habitação feita nos matos pelos escravos pretos fugidos no Brasil”. Rafael Bluteau a define como sendo, no Brasil, aldeias de negros repartidas em choupanas. Os negros reunidos nos “quilombos” tinham a letra F marcada a fogo na espádua e, sendo reencontrados fugidos, o alvará de 3 de março de 1741 mandava que se lhe cortasse uma orelha sem mais processo.”

⁵⁷⁹ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste...** Op.cit., p.327.

Além da característica insular, boa parte das terras de Porto Rico eram escassas nesse fator, necessitando de um considerável esforço para a adaptação da cultura da cana. O acesso ao recurso água era nesse contexto, portanto, um determinante para o sucesso dessa atividade, e interferia na especialização de outras atividades, como a criação de gado e as lavouras menores, dedicadas à produtos alimentares ou ao tabaco, que por não se inserirem na dinâmica de grande produção adaptavam-se melhor a áreas mais acidentadas. Também fez surgir um tipo especializado de trabalhador dentro das plantações, responsável pela manutenção dos canais de irrigação, atuando geralmente aos domingos e com prestígio diferenciado no esquema produtivo. Outras atividades que envolvem o manejo do meio ambiente na plantação, como por exemplo a manufatura de caixas, cordas, roupas e outros bens materiais que Mintz mostra que foram por algum tempo produzidos localmente, e que envolvem atividades relacionadas ao corte de madeiras, preparo do couro e utilização de fibras vegetais, além de formas alternativas de apropriação da biota nativa ou importada, na farmacopéia popular, e mesmo que o autor não faça uma análise detalhada nessa direção, oferece subsídios para um estudo integrado dessas atividades.

Na Jamaica ocorreu, nesse sentido, outro fenômeno ao qual Mintz dedicou várias reflexões: a formação de um movimentado mercado de trocas entre as populações envolvidas no trabalho de plantação, que se tornou uma atividade central na vida local. Esse mercado é resultado daquilo que chamou de *reconstituted peasantries*, trabalhadores escravizados que para obter os recursos básicos de alimentação adquiriam um pequeno espaço de liberdade negociada. Sem propagandear qualquer tipo de escravidão amenizada, Mintz mostra que essas pessoas souberam aproveitar os inicialmente pequenos espaços de liberdade para criar novas possibilidades de autonomia. Essa *brecha camponesa* permitiu aos trabalhadores das plantações estabelecerem redes de troca de excedentes, especializar-se em atividades artesanais ou em certos produtos, utilizando técnicas e recursos variados, num amálgama de tradições ameríndias, africanas e européias.

O mercado de pequenos produtores se expandiu juntamente com a conquista da libertação da mão de obra escrava, e através da atuação de missionários ingleses foram criadas vilas, envolvendo um outro padrão de ocupação territorial. O último capítulo dessa segunda parte é dedicado, então, à análise dos padrões de moradia dos camponeses, suas relações com os jardins e quintais domésticos, nos quais se cultivavam, além dos produtos para a venda e troca nos mercados, plantas rituais,

ornamentais e medicinais. Entre os cultivos básicos, a mandioca, alguns tipos de inhames, batata-doce, milho, bananas e outros gêneros. A ocupação de terrenos de alto declive, aqueles impróprios para a cana-de-açúcar em larga escala, possibilitou o desenvolvimento de técnicas de terraços e aproveitamento de água. O manejo dos recursos naturais passa por questões também de gênero, religião e necessidades que estão dentro das questões abertas pelo estudo das relações entre os grupos humanos e a biota.

Nesse processo, foram também participantes das trocas ecológicas, ao misturar uma série de elementos vegetais de diferentes origens geográficas, juntamente referências culturais a respeito das formas de plantar, da organização da produção e das espécies que cultivavam. A longo prazo, Mintz prova que no Caribe isso possibilitou a obtenção de excedentes e a formação de um mercado interno no qual abria-se espaço para outras formas de negociação externas ao regime de trabalho nos canaviais, mostrando como as populações em regimes de trabalho compulsório desenvolveram atividades agrícolas paralelas com fins de subsistência, que acabaram por originar mercados internos diversificados e bastante movimentados. Nesse processo, foram também participantes das trocas ecológicas, ao misturar uma série de elementos vegetais de diferentes origens geográficas, juntamente referências culturais a respeito das formas de plantar, da organização da produção e das espécies que cultivavam.⁵⁸⁰

6.3. Micro-Economia Florestal

A diferença de necessidades, e portanto a escolha de madeiras certas para suprir as demandas da vida material, tornou necessário um processo de pesquisa por parte dos colonizadores. Miller cita o exemplo do pau d'arco (*Tabebuia*), que vem do nome *uru-pariba*, árvore da qual a partir os indígenas preparavam seus arcos de flecha, e que foi reutilizado para estruturas de carroças à cavalo, por sua elasticidade e peso específico, amortecendo o impacto das rodas. O conhecimento absorvidos do repertório dos povos locais manteve-se, contudo, no uso de fibras, fios, cordas e palhas resinas e ceras para a confecção e manutenção de utensílios cotidianos.⁵⁸¹

⁵⁸⁰ MINTZ, Sidney. **Caribbean transformations...** Op.cit. p.84, 146-156, 182-194, 225-238.

⁵⁸¹ MILLER, **Fruitless Trees...** Op.cit., p. 16-17. Ver também o apêndice, p.235-252, como um importante guia básico. Os ingleses na nova Inglaterra cometiam constantes equívocos e generalizações ao tratar das espécies da fauna e flora locais. Nesse movimento, as categorias próprias de classificação dessas pessoas entrava em contraste com as formas de categorizar o mundo natural pelos "índios", p.ex. ente patos e

Segundo Carpentier, na Paraíba setecentista se consumia muita caça das matas, tanto mamíferos – veados, lebres, e várias espécies de coelhos – e aves – perdizes, faisões, pombas, garças, galinholas, e muitos outros." Segundo Loreto Couto, "Para a montaria tem os nossos matos onças, tigres, gatos silvestres, raposas, e outros muitos animais. Para a caça: Antas, veados, porcos montezez, capivaras, pacas, tatus, cotias, tamanduás, lebres, coelhos e coatis. Para o gosto: Monos, macacos, bugios, guaribas, saguins, preguiças, parigues, e Maritacas."⁵⁸² Em relação à caça, Vilhena citava os "veados grandes" do interior, chamados "galhudos", e os pequenos, encontrados em toda parte, semelhantes aos corsos, cuja carne, embora seca, era bem considerada, e cujos couros se usava para pequenas indústrias, especialmente, dizia, o "veado da caatinga", do qual se faziam botas, preferindo-o aos bezerros. Havia também porcos bravos – porco-espinho, queixada-branca e caititús - "os quais são prejudicialíssimos às sementeiras, ou plantações, e roças de mandioca próximas aos matos", caçados pela população pobre com armadilhas. Os porcos de queixada e os caititús andam em bandos, e Vilhena advertia que ao ser abatido um queixada-branca, deveria-se manter seguro da fúria dos demais, acompanhada de longos chiados.

Comparava, por sua vez, a cotia à lebre – com pernas maiores e sem cauda – ou com pequenas ovelhas; a paca e a capivara, estavam no grupo dos "porcos-anfíbios", a segunda de maior porte, habitando proximidades de pequenas lagoas e regos. O couro da capivara também era preferido para a manufatura de botas, por sua duração e elasticidade; coelhos semelhantes aos europeus, porém "mais bravios", e algo desse mesmo gênero, o pequeno peria e a cotia, prejudiciais às "searas de milho"; além do "admirável" tatu. Essas espécies estavam dentro de um conceito de "comestível" para olhos europeus. Os caçadores, no entanto, aproveitavam-se de "quase todos aqueles [animais] em que chegar o chumbo", estimando os couros de Guariba para bolsas de coldres e [xaireus?], e outros monos: guigós, macacos-de-cheiro e sagüis. Localmente havia também incontáveis espécies de ratos.

Entre as "*feras quadrúpedes*" citava os jacarés, as espécies de onças e as antas, o maior deles, perigoso quando perseguido. Citava também a caça de "*grandes lontras*"

marrecos (ducks and teals), ou nomes genéricos (pássaro azul para o jay, pássaro vermelho para o cardinal; "pinheiros" para firs, cypresses, pine, ou o "hemlock" subsumidos entre fir, spruce ou pine/hickory chamada de walnut), ou atribuir nomes de espécies do velho mundo para descrever outras desconhecidas. Os interesses dos colonizadores, por outro lado, levavam a ressaltar algumas espécies, como o white pine, nas descrições, tornando confuso tomar como prova alguns depoimentos. CRONON, Willaim. **Changes in the Land...** Op.cit. p.8-9.

⁵⁸² CARPENTIER, Servaes. In: MELLO, José A.G. **Fontes para a história...** Op.cit., p.45.; COUTO, D.Domingos L. **Desagravos do Brasil e Glorias....** Op.cit., p.259.

no São Francisco, de pele “*macia como veludo, e lustrosa como cetim*”, para celas de montaria. Segundo ele, havia uma espécie de “*cachorro d’água*” que caçava onças, e a preguiça era uma “*espécie de macaco o mais forte e mais vagaroso que se tem descoberto*”, cuja folha preferida era o das gameleiras. Falava das espécies tamanduás, gambás (maritacas), a raposa sul-americana – que atacava, assim como o timbú, os animais domésticos - e o guaxinin, que caçava carangueijos na praia. Os coatis eram facilmente domesticáveis, “*e fazem algumas macacadas como os búgios, e me lembro de haver visto alguns em Lisboa*”.

Entre os lagartos, citava diversas cobras, sapos, camaleão e tejús - “*que os negros campônios comem*”, usando como isca para caça “*caldo-de-cana azedo*”. A “*caça do ar*” compunha-se de inhapopés [?], zabelês, pombos de várias qualidades⁵⁸³, rolinhas, jacú, mutum, jacutinga, araquã, “*pato verdadeiro*”, galeirões, marrecos, saracura, jaburús, tentes, japins e as grandes emas. Além destes, muitas aves de canto, aquáticas e exóticas como araras, canindés, papagaios, de diversas qualidades. Nos mares e rios, listava em abundância peixes para alimentação e para extração de óleos – baleias, tubarões, peixes-lixo e tintureiros – além de mariscos, ostras, polvos, lagostas, camarões, amêijoas, ouriços do mar, caramujos e carangueijos, tatarugas.

As abelhas selvagens, como as Jitaís, poderiam ser melhor aproveitadas, havendo provado bom mel – inclusive dito o “de pau”, encontrado nos ocos das árvores - produzido por elas, bem como avaliado a qualidade da cera. Esta, embora escura, poderia por algum método ser branqueado, segundo pensava Vilhena. Segundo Koster, costumava-se abater as árvore e conservar a parte do tronco com abelhas, levada para casa, o qual era serrado de maneira própria para extrair o mel. O mel não era vendido em abundância, sendo vantajoso comprar apenas como medicamento.

Koster, narrava os métodos para caça de veados e pacas:

fazem uma plataforma com varas grossas entre os galhos de uma árvore alta de vários pés do solo, perto de uma dessas plantas de que os animais comem os frutos ou as folhas. À noite, dois homens se colocam na plataforma e logo que era ouvido o passo de um animal um dos homens acendia um pequeno archote, especialmente preparado, e o outro, como o dedo no gatilho, esperava a vinda da caça. O animal aproximava-se para perto, certo de não ser molestado, e faziam fogo contra ele. Os homens então desciam imediatamente e se não encontrassem a caça na mesma ocasião, voltariam pela manhã para procurá-la. É essa a forma comum de caçar esses animais.

⁵⁸³ Torquaz, “verdadeiras”, do sertão, parariz, jirutí, araponga, fogo-pagou, caboclinhas.

Sabia também a caça de tatus, tamanduás. Capivaras eram encontradas nos mangues do Jaguaribe, e do guaxinim, que frequentava os mesmo ambiente, apenas tinha notícias. Considerava as preguiças e cotias pouco comuns e viu apenas porcos-da-índia domesticados.⁵⁸⁴

6.4. A exploração das matas alagoanas

Em 1755, o porto do Jaraguá, segundo os informantes do governador

[...] é de fácil entrada, que tem fundo para navios de maior lote, que é o mar ali muito manso por ter arrecifes que lhe impedem a violência, que os navios podem dar fundo muito perto da praia onde desembarcam as madeiras, isto é o que pertence ao porto, e pelo que toca à condução de madeiras para ele, há naquele distrito mais carros, que em outro algum desta capitania, muitos carpinteiros da ribeira, que na fatura de alguns navios que ali se tem fabricado, ficaram moradores naquele sítio. Esta é a paragem de toda esta capitania aonde com mais comodo se pode estabelecer cortes de madeiras pelas circunstâncias referidas.

Correia de Sá, no entanto, ponderava que a mesma facilidade de embarque de madeiras também seria uma desvantagem do ponto de vista da defesa, pois facilitava o desembarque de inimigos, estipulando que em sua barra poderiam ancorar cerca de cinquenta navios, com sossego. Recomendava, nesse sentido, a criação de uma fortificação em uma das pontas do local.⁵⁸⁵ Em 1782, o marquês de Angeja mandava provisão respondendo a conta que a Junta da Fazenda tinha dado das madeiras do Jaraguá enviadas à Lisboa, bem como o exame do mesmo porto, e recomendava que dada a possibilidade de seguir em direitura a Lisboa, fizesse preferencialmente nos meses de Novembro a meados de Março, devido a dificuldades metereológicas dos demais. As madeiras já estavam estocadas no porto, no entanto, há três anos. O Marquês recomendava o envio das madeiras por qualquer navio seguindo para Lisboa ou Pernambuco, e instruía que os cortes de madeiras deveriam ser realizados de acordo com as possibilidades de transporte, o que seria sempre informado pela coroa.⁵⁸⁶

D. Tomás, em 1789, defendia a permanência dos ouvidores de Pernambuco, Antônio Xavier de Moraes Teixeira Homem - que dispendia esforços na construção de calçadas no Recife e em Olinda, na construção de uma praça para venda dos gêneros do

⁵⁸⁴ KOSTER, Henry. **Viagens pelo Nordeste...** Op.cit., p.395-96, p.402.

⁵⁸⁵ Luis José Correia de Sá a Diogo de Mendonça Corte Real, Recife, 30.4.1755, **IHGB, Arq.1.1.14.**, Fl.24-26v.

⁵⁸⁶ Marquês de Angeja [Lourenço Gaspar de Maia e Silva] à Junta da Fazenda de PE, Lisboa, 5.2.1782, **IHGB – Arq. 2.3.1**, Fl. 43-44.

país, de uma ribeira para o peixa, de hospitais de expostos e de lázaros, além de obras em diversas vilas - e de José de Mendonça Matos Moreira, em Alagoas,

[...] de não pequena consideração e utilidade que tem percebido à Real Fazenda na sua administração dos cortes de Pau Brazil, madeiras de construção, taboado e praxões, do que tem feito [...], havendo-se neste particular constante zelo, habilidade e desinteresse, que esquecido de desfrutar a sua ouvidoria, e não pesando os incômodos a que o obrigam estas inspeções alheias ao seu ofício, chegou repetidas vezes a assistir, com quantias consideráveis de seu próprio dinheiro, adiantando os pagamentos aos homens empregados nestes trabalhos, só a fim de os facilitar e fazer conseguir com tais socorros por preço mais cômodo os cortes encomendados [...] e está sucedendo em vantajosa economia da Fazenda Real. Consta-me também que o mesmo tem praticado com os Liames e paus de construção pedidos da Bahia para algumas embarcações de guerra, que ali se construirão. E mais que tem enriquecido a sua comarca de edifícios públicos, muitas igrejas, casa de Câmara e cadeias decentes sem o menor vexame daqueles povos.⁵⁸⁷

O governador afirmava também não fazer embaraço algum a cortes feitos em Alagoas por ordem do Governador da Bahia.⁵⁸⁸

D.Tomás anexava informações a respeito das matas de Alagoas e Paraíba, onde os cortes estavam suspensos em função das violentas chuvas de inverno. Os corregedores foram ordenados avaliar as madeiras das suas jurisdições, especialmente a presença de árvores de Óleo, úteis à mastreação das embarcações. Os mesmos tinham a incumbência de nomear guardas armados para fazer exclusivamente a inspeção das matas.⁵⁸⁹ As matas mais manejadas do sul já não possuíam as valiosas madeiras de compasso em grande proporções, características demandadas pelas embarcações reais. O transporte de madeiras na região podia demorar seis dias até os rios navegáveis, cerca de oito léguas do litoral⁵⁹⁰ [Isso demonstra também a dinâmica dos setores internos da colônia, acumulando capital dentro de circuitos paralelos ao comércio com a metrópole...]

Anexo ao documento, encontra-se a primeira descrição geral das matas de Alagoas, feita pelo ouvidor. Matos Moreira fazia uma apologia às matas locais, defendendo a singularidade das matas nordestinas – fornecedoras de madeiras curvas, únicas na região – e especialmente das alagoanas, por supor um manancial quase infinito de recursos florestais. Nas matas sob jurisdição da Vila de Alagoas, haviam grandes espécies de árvores construtivas, e poderiam ser embarcadas nos portos de

⁵⁸⁷ AHU-PE, D. 11922, 11830.

⁵⁸⁸ AHU-PE, D. 11940.

⁵⁸⁹ AHU-PE, D. 11927.

⁵⁹⁰ MILLER, Shawn. **Fruitless trees...** Op.cit., p.141, 147.

Jaraguá, Santo Antônio Mirim, São Miguel, e Jiquiá. O Jaraguá, considerado o melhor de todos, ficava 5-10 léguas distante das matas, enquanto o de Santo Antônio Mirim ficava entre 4-9. Os dois últimos, “se extraem poucas madeiras, por terem feixados, e cheios de muitos baixos pelos quais se faz neles navegação perigosa.” O distrito contava, segundo o relatório, com 302 léguas² de matas, distribuídas entre cinco regiões. [ver Anexo 10].

Começando sua descrição pelas matas da Vila de Alagoas, sede da comarca, direcionava no entanto seu foco para as reservas florestais dos Palmares, tendo como centro burocrático a vila de Atalaia:

As matas que se acham neste distrito chamadas vulgarmente os Palmares são as melhores de toda a comarca não só pela sua extensão, mas também porque nelas se encontram as melhores madeiras, tanto na qualidade como na grandeza. Delas se podem extrair madeiras para naus de alto bordo.

Somando as matas sob jurisdição da vila, haviam cerca de 1155 léguas² de áreas florestadas, sendo as matas da serra da Palmeira, com 770 léguas², as mais extensas. Os portos por onde vinham sendo encaminhadas as madeiras locais eram os de Jaraguá, Mirim, distantes 16-20 léguas das matas, devendo ser arrastadas por 8 léguas para chegar em uma lagoa e descer pelo rio Mundaú. Na vila de Porto Calvo, haviam cerca de 600 léguas² de matas - fazendo divisa a oeste com os sertões de Garanhuns - que segundo o ouvidor continham todas as espécies de madeiras das anteriores, com similares dimensões, para todas as obras, porém estavam localizados em terreno “montuoso, cheio de ásperas serranias, e profundas grotas de onde senão extraem sem uma enorme despesa”. Essas matas, além disso, estavam entre 10-25 léguas do Porto, e os rios de Sto. Antônio Grande, Camaragibe, Tatumunha e Manguape só permitiam navegação entre 5-7 léguas. O Camaragibe seria o mais indicado, no período de cheias, mas mesmo assim apresentava perigos, por ser cheio de cachoeiras, sendo necessário o arrasto das madeiras no chão. Todas as matas, segundo a memória, estavam em terrenos devolutos, a não ser “pequenas porções pertencentes a vários sesmeiros”, e os portos de embarque eram os de Camaragibe e Porto de Pedras.

Por fim, as matas da vila de Penedo, entre o rio do Pescoço e a lagoa do Jiquiá, com cerca de 84-120 léguas² [maior e menor largura x comprimento] eram inadequados para as demandas régias, por suas árvores serem de menor porte, apenas adequadas para construção mercantil. Nas matas do rio Jiquiá, ainda era possível encontrar algumas para fragatas. O porto de Jiquiá era pouco frequentado, por ser “muito combatido”, mas

o de Coruripe era bastante conhecido, “é por onde ordinariamente se extraem todos os efeitos que produz o país”. Entre as espécies florestais citadas no relatório, as matas dos Palmares possuíam 18 espécies próprias, totalizando 38. Na vila de Alagoas, por sua vez, possuía apenas 3 espécies ausentes em Atalaia, e totalizava 23 espécies de árvore, restando, portanto, 20 espécies comuns a ambas. As árvores serviam para os mais diversos usos... Atalaia: 38 espécies (Próprias: 2 espécies de Angico, Barbatimão, Buranhém, Burarema, Cedro, Claraíba, Gitó, Jangada, Jeperenduba, Mucuri, Pau Sangue, Pirauá, Piraúna, Putumujú, Quirimirin (amarelo e peninga), Salgueiro e Tapicuru.) Alagoas: 23 espécies (Próprias: Burabu, Gameleiro, e Jaribá).

Desde o edital de 10.04.1790, ficaram reservadas à coroa as matas alagoanas que se estendiam “desde o rio Jiquiá, até o rio Salgado no distrito de Porto Calvo”, para a extração de sucupira, e “as matas de Jacuípe com todas as de Porto Calvo até o Rio de Camaragibe, como também todas as matas que se acham desde a Pioca, até o rio de São Miguel”, para o corte de amarelo. Outrossim, ficavam outras “consignadas e reservadas” para os particulares poderiam cortar amarelos nas matas da Parangaba e Salamanga, e aquelas entre o rio Camaragibe e a Pioca, e para o povo, as sucupiras das matas do distrito de Coruripe até o rio Jiquiá, e aquelas entre o rio Salgado e o Persinunga.

No ano seguinte, D. Tomás regulamentava também os usos das matas do distrito do Una, ficando reservadas à coroa os amarelos, “princiando no riacho Pirangi grande, que deságua no rio de Una pela parte do sul infrontando [sic] com a Catuama, que fica da banda do dito rio para o Norte”, e para as sucupiras “todas as matas [...] tanto da banda do norte quanto do sul, até o rio Formoso, com todos os seus fundos até o Sertão”, nomeando o Sgt. Antônio de Araújo Lima para inspecionar as matas e punir os transgressores, que teriam um ano para retirar as madeiras já derrubadas, que após esse tempo seriam confiscadas, recebendo a marca da coroa.⁵⁹¹

Em 1796, D. Tomás enviava ao secretário recém-nomeado Luís Pinto de Sousa Coutinho outro alerta sobre o estado das matas de Alagoas. Nessa correspondência, relatava suas medidas para a proteção das matas locais, proibindo na Paraíba todo o corte de madeiras úteis às embarcações de guerra, e nomeando Matos Moreira “Conservador das grandes matas de Alagoas”. As câmaras locais reforçaram, no ano anterior, a imagem de ruína em que se encontravam as matas, que pelos continuados

⁵⁹¹AHU-PE, D. 13225.

fogos “as reduzem a campestres”. Repetia também que as madeiras de sucupira se tiravam hoje de 10-13 léguas, e as de amarelo a 25-30, dos portos de embarque. Em anexo, estava um relatório, escrito no ano anterior, por Mattos Moreira, que defendia a regulamentação dos cortes, afirmando que

Estas grandes matas que se estendem de Norte ao Sul por mais de 50 léguas são as mais férteis que se encontram em todos estes costados, não só pela grandeza e qualidade de suas madeiras, mas também por serem estas pela maior parte de famosas sucupiras, unica para contrução tanto de naus de guerra como de navios de comércio [...] tão necessárias para os liames como dificultosas de se acharem, de sorte que tendo a capitania da Bahia uma tão dilatada extensão pela costa do mar, em todas as suas matas se não acham madeiras tortas para o seus liames, por cuja razão para todas as naus e fragatas que se tem construído naquela cidade para S.M. tem sido remetidas desta comarca todas as madeiras tortas para os liames, além de muitas madeiras direitas. [...] Isto que se experimenta na Bahia, acontece em muitos lugares desta região, aonde vem vários negociantes a esta comarca construírem navios para o giro do seu comércio, e dela se utiliza todo o comércio da Bahia de madeiras para construções dos seus navios.

Além das sucupiras, citava as “muitas matas de pau-amarelo da melhor qualidade [...] como também muitas perobas amarela, pitimuju, de que se fazem muitas aduelas.” Considerava a decadência dessas matas próxima, e irreparável, afirmando que nem em 200 anos poderiam se “criar” novas árvores de sucupira e amarelo, e onde haviam posto fogo, talvez jamais voltassem a ser matas. Por sua conta, afirmava, contratara cortes mais baratos do que os orçados pelos construtores do Una, um almoxarife fora instalado na baía do Jaraguá para armazenamento de madeiras, inúmeras correspondências foram enviadas, e as matas da comarca foram medidas, além de várias outras contribuições à real fazenda. As câmaras municipais faziam coro às palavras do ouvidor: a falta de regulamentação dos cortes e os fogos ateados pelos roceiros deixaram as matas do pau-brasil sem nem vestígios da árvore. As madeiras para caixas de açúcar, por sua vez, dobravam de preço localmente. Mattos Moreira era o único, segundo os oficiais capaz de remediar tais abusos.⁵⁹²

Nesse ano, novamente duas cartas das Câmaras de Atalaia, Alagoas do “Sul e Porto Calvo pediam a nomeação de Matos Moreira para o cargo de superintendente. As madeiras de vinhático continuavam muito procuradas em 1796.⁵⁹³ As remessas de madeiras de Lisboa chegavam, pedindo madeiras que D. Tomás acreditava, “por

⁵⁹²AHU-PE, D. 13225 .

⁵⁹³AHU-AL, D. 248, 249, 253.

informações antigas”, não haver na capitania.⁵⁹⁴ Miller afirma que o Juiz Matos Moreira construiu uma serraria em Alagoas em fins do XVIII, sendo copiado por outros produtores locais, e parece que estavam bem difundidas pela Baía. Nos arsenais reais, no entanto, parece ter predominado o trabalho escravo intensivo. [Talvez por pouca disponibilidade de energia hidráulica próximo aos portos?]

Por volta de 1796, o oficial de carpinteiro da ribeira das naus da Bahia, Manoel Joaquim de Assunção, que se afirmava natural das Alagoas, pedia nomeação no cargo de inspetor, ou administrador das matas da capitania, afirmando que Matos Moreira fazia uma má administração do produto, residindo distante dos locais de embarque, além de ignorar as espécies de madeiras locais. O principal motivo de perda de madeiras era o transporte e armazenamento destas na vila de Alagoas, onde passavam muito tempo na água, e depois estocadas, ficando sujeita à ação de pragas e apodrecimento. Era tanta a quantidade de madeiras a espera de carregamento no porto, que se espalhavam por 176-220 metros, não podendo entrar nem uma canoa no local. Por outro lado, afirmava que as remessas para a Bahia estavam também falhando, por falhas logísticas do abastecimento das madeiras alagoanas, e a nau construída no estaleiro local demorava muito mais que o previsto. Acusava ainda de constante falta de pagamento aos “pobres trabalhadores” dos cortes, e chamava o ouvidor de “desumano”, mandando prender – ou aplicando castigos mais rigorosos - muitos destes elementos.⁵⁹⁵

Em 1797, uma moção coletiva entre as câmaras das quatro vilas alagoanas, a Junta da Fazenda Real e o governador da capitania pediam a nomeação de Matos Moreira como superintendente das matas, que deveriam ser demarcadas e tombadas, inclusive aquelas do pau-brasil, costumeiramente cedida para os contratadores. D. Tomás informava insistentemente a respeito das depredações das matas alagoanas, “onde antes havia a famosa sucupira, como as dos paus amarelos”. A sucupira, que antes era retirada próxima ao mar, nesse tempo era encontrada apenas a doze a quinze léguas. As matas ao redor das vilas, segundo as câmaras, foram destruídas pelos repetida coivara dos roçados,

que as reduzem a campestres aonde mais senão criam matas. [...] a ambição dos povos chega a ser tal que vem de fora dos termos das comarcas grande quantidade de gente a fazerem rossados e destruírem as matas, cujos males

⁵⁹⁴Melo, Tomás José de. Ofício do governador de Pernambuco a Fernando José de Portugal sobre encomenda de madeiras de Alagoas para construção de uma nau. Pernambuco, 05/10/1796: [s.n.]. 2 p. **BN_Mss. II-32,33,023.**

⁵⁹⁵AHU-AL, D. 254.

senão podem jamais remediar em umas matas que tem de extensão mais de cinquenta léguas.

O corte do Pau-Brasil, de acordo com o governador, também devastara todos os espécimes úteis da comarca, e seria necessário uma década e meia para novamente haver algum que servisse para exportação, ressaltando que o paubrasil local era da maior qualidade. Mattos Moreira financiou uma expedição, segundo o governador, com mais de cinquenta homens para averiguar o estado das matas do pau brasil, encontrando “o destroço que ali se fez nos cortes de uma árvore tão preciosa”. A Câmara de Atalaia informava haver, nas matas dos Palmares e Mirim, muitas madeiras de sucupira-mirim e amarelo, além de Peroba e Petiningú para aduelas – todas já tradicionalmente manufaturadas para os arsenais da coroa – e nos campos do Inhaúm, ao sul dessas matas, muitas varas de pau brasil “da melhor qualidade que se cria em toda esta Capitania, de que se tem feito antigamente grande extração para S.M., e ainda se faria hoje se tivesse havido cuidado na conservação delas”.

A coroa mostrava-se ávida por madeiras, tendo enviado pelo Almirantado três planos de corte para naus de 110, 84 e 74 peças, mas os cortes da Paraíba não podia oferecer madeiras que bastassem para a menor delas. Em Alagoas, por outro lado, Matos Moreira encomendara - e pagara de seu bolso 6:400 rs – 2.500 peças de madeira. O ouvidor já conquistara a confiança do governador da Bahia, providenciando madeiras para outra nau de 74 peças construída no estaleiro local, além de ter garantido junto aos fabricantes “todas as madeiras necessárias” para a construção das fragatas da Graça, Princesa Carlota, Vênus e Ceres. A euforia se dava pela “descoberta” de duas novas “matas virgens”: “É tal a fertilidade das novas matas dos Palmares e Merim, afirmava o governador, que a serem conservadas com cuidado, elas só serão capazes de suprir com madeiras de todas as qualidades ao Arsenal Real de Lisboa.”

No entanto, roçados em Timbó, um lugar dentro dos Palmares, haviam destruído, segundo os fabricantes, “mais de 3 mil paus, que arderam.” Dois desses homens, os alferes José de Almeire e João Lourenço, informavam que também nas matas do Manembú e Urucú - dois dos “principais ramos de matas” dos Palmares, onde se tirava sucupira em quantidade – acusavam também os roceiros de abater os bois dos cortes. Matos Moreira intimou os agricultores a saírem no prazo de seis meses, tempo suficiente para darem conta da farinha que lá havia. As ordens se estenderam por todas as matas dos Palmares, e os madeireiros afirmavam que se assim não o fizessem, “nem um só pau de construção se poderá mais fazer nesta comarca.” Anexa à

correspondência, estava também um requerimento de Ignácio José Tavares Uchôa, natural do Porto, que afirmava estar levantando um engenho nas terras do Porco Cortado, onde, no lugar da Gameleira, famílias de agricultores estariam invadindo e queimando “matas virgens, onde se acham vários paus de construção” para roçar, sem querer sair delas ou mesmo pagar as rendas ao proprietário. Tavares Uchôa pedia que fossem derrubadas suas cabanas, a não ser que lhe pagassem foros e se comprometessem a não roçar em matas virgens, mas nas várias capoeiras do local, “capazes de dar todas as qualidades de plantações”, e que assim não o faziam por ócio e preguiça.

O ouvidor refletia que o melhor método para garantir as demandas régias era manter os cortes sempre abertos e fabricando madeiras as mais diversas. O ouvidor recebia, na forma de uma atestação pública, o apoio de quarenta “Construtores de Madeiras Reais” de Alagoas, dos quais oito possuíam patentes do exército [ver Anexo 11]. Os construtores afirmavam que desde a gestão de Mattos Moreira, a extração de madeiras havia se convertido em atividade de “todos os povos [...] como um meio necessário para sua subsistência”. [matas não tão virgens assim] Em uníssono, as câmaras declaravam que se não fossem tomadas providências imediatas, em dez anos estariam extintas todas as matas da comarca. O principal motivo era sempre a prática de incêndios por agricultores pobres, que prejudicavam tanto a indústria naval quanto os engenhos de açúcar, para os quais já faltavam lenha e taboados para construção de caixas, que chagavam a preços “extraordinários” em função dos fretes.

O governador pedia explícita e repetidamente que se fosse criado um cargo idêntico ao Superintendente das Matas de Leiria, “cujos pinhais tem sempre gozado das maiores atenções, não sendo tão preciosos e importantes como as matas da sobredita comarca”. Entendia que não poderia haver acúmulo com o cargo de ouvidor, pois as constantes viagens requeridas por este atrapalhariam o serviço da vistoria das matas. Matos Moreira foi nomeado “Conservador das grandes matas das alagoas” em 13.03.1797, e o sargento-mor Antônio da Costa de Araújo seu inspetor e guarda. As matas de Cairú também receberam a mesma medida, embora seu ministro não tenha sido nomeado nessa carta régia. Mattos Moreira foi enviado à Bahia a pedidos do governador, presumivelmente afim de analisar as circunstâncias locais para a instalação de um Juiz Conservador, passando um mês na capitania.⁵⁹⁶

⁵⁹⁶ Para os parágrafos anteriores também, ver AHU-PE, 13420, 13623, 13667.

Por parte de Mattos Moreira, continuou este a insistir durante os anos, aprimorando também seu conhecimento das matas locais. Em 1797, ano em que foi nomeado Juiz Conservador, enviava mais uma memória circunstanciada das matas locais, fornecendo mais detalhes dos usos e possibilidades das mesmas. Sua intenção, no entanto, era desvencilhar-se do cargo de ouvidor, para assim dedicar-se tão somente a cuidar das matas da comarca. Dez anos após a primeira memória, Matos Moreira havia elaborado uma divisão regional do uso das matas, e também uma visão mais extensa da capitania de Pernambuco em geral: “As matas das Alagoas do Sul, [...] com as mais matas desta Capitania de Pernambuco formam um cordão ao longo da costa do mar do Norte ao Sul, com extensão de mais de noventa léguas até aos Caricés, ou Tabuleiros de Goiana;” As matas estavam divididas não mais pelas vilas, mas segundo as divisas naturais dos rios da comarca, e ultrapassando esta até as terras contíguas da comarca de Pernambuco, nas proximidades do rio Una. Assim, dividiu-as em 4 grupos [ver Anexo 11].

A descrição das matas seguia doravante um critério geográfico, indo no sentido S-N. As matas do grupo 1, começando 8 léguas acima do rio São Francisco, em terreno “árido e seco”, com muitas árvores, “porém todas ellas são muito curtas, pouco grossas, e de fracas dimensões” porém possuindo abundância de sucupiras de tamanho suficiente para embarcações mercantis, e eram exploradas pela marinha mercantil baiana, depois da proibição dos Palmares: “Nos portos destas matas se constroem muitas embarcações, de sorte que presentemente se acham 7 ou 8 no estaleiro”. Essas matas distavam 4-6 léguas do mar, extendendo-se por 19 léguas paralelas ao litoral, e totalizando, entre as seis primeiras, 91 léguas², excluía a mata da Lagoa do Jiquiá-S.Miguel, por não ter sido informado seu “fundo”.

Elas deveriam ser permitidas aos particulares, por “não serem elas capazes de criar em tempo algum, madeiras de construção, à exeção de algum pau que se acha em alguma grota mais fresca”, excetuando as do Pau-Brasil, nos “fundos” das matas de sucupira, que segundo o ouvidor deviam ser “vedados”, para que em 12 anos poderiam novamente fornecer madeiras. Também deveriam ser vedadas as árvores de peroba-amarela, importante para aduelas, e abundante em algumas matas do local. A recorrente menção à destruição das matas de pau-brasil era a prova que o ouvidor se valia para justificar a política de reservas florestais, já há uma década. A esse fato, acrescentava os recorrentes danos causados às matas pela agricultura, especialmente a realizada por

pequenos roceiros, conforme a argumentação que fizera junto às câmaras municipais da comarca.

Das matas do Pescoço para o Norte, iniciavam-se as que deveriam ser reservadas para a coroa matas da Conservatória, até as proximidades do engenho Aldeia, no Una. As matas dos Palmares - “famosas e conhecidas [...] pela fertilidade [...], como pela extraordinária grandeza de suas madeiras” começavam após as 4-5 léguas de matas entre o r. São Miguel e o Riachão, continuando até o rio Santo Antônio Grande, Distantes 10-12 léguas do mar e com 20 léguas em direção ao sertão. Ao contrário de outras, não indicava as medidas, seja de seu comprimento (Palmares) seja dos “fundos”, no caso do Riachão, indicando que talvez esses lugares ainda estivessem fora do alcance das redes do ouvidor. com “vários e grossos ramos”, dos quais listava 35 topônimos [ver Anexo 12]. Nos fundos havia as maiores e melhores árvores de pau-amarelo da capitania, distantes 25-30 léguas. Todas as matas

cortadas do eccellente rios, como sejam S. Miguel, o rio do Mirim, e S. Antonio grande; e duas grandes Lagoas, uma denominada a do Sul, de que toma o seu nome a Villa das Alagoas do Sul situada à margem da mesma Lagoa, que tem de extensão 8 leguas, até o mar, onde faz barra; nela desaguam os rios Sebaúma, Salgado, Utinga, e Paraíba ; a outra chamada Alagoa do Norte com 3 léguas de extensão até o mar, onde faz barra junta com a Alagoa do Sul; n'ella desaguam os rios Satuba, e Mundáu, o tanto estes rios, como os outros, todos vem do interior das matas, as quais ficão distantes da beira-mar 10-12 léguas.

As matas de sucupira e amarelo estariam “muito destruídas” pelos “roçados e fogos”, e também “são elas que tem sofrido todas as construções, tanto reais, como mercantis, que nesta comarca se tem feito, desde o descoberto destas conquistas”, mas, “apesar de tantos estragos” ainda eram as únicas a fornecer madeiras para as embarcações reais construídas na Bahia. Esses “ramos” de matas prosseguiram ao norte do r. Sto. Antônio Grande, formando as matas do Camaragibe, seguindo por 8 léguas até as matas de Porto Calvo, com terrenos

fertilíssimos, capazes de produzirem grandes madeiras, e com a qualidade de serem regadas de um flurente rio denominado Camaragibe, se acham hoje de todo destruidas em razão dos muitos roçados, que nellas se tem feito pelas margens do mesmo rio, pessóas, que nellas se tem introduzido, sem titulo algum.

As matas imediatamente ao norte de Porto Calvo - Duas Bocas (rio Manguaba) e Japarutuba - encontravam-se “no estado das antecedentes”, porém todas elas “vedadas e fechadas poderão para o futuro reestabelecer-se, e tirar delas grande utilidade a Real Coroa”. Essas duas últimas matas ramificavam-se à noroeste nas matas

da Baixa Seca, e ao norte, formando as matas de Piabas, Canhoto e Duas Barras, onde “se criam muitas madeiras de Sucupiras de toda a grandeza, capazes de Naus de Linha do maior porte”, distantes 5-6 léguas dos portos, porém com caminho trabalhoso. Entre estas e o riacho da Persinunga, encontravam-se as matas do Pau Amarelo e Buenos Ayres. No total, essa área possuía 7-8 léguas de mata paralelas à costa, fazendo fronteiras com as matas de amarelo de Jacuípe, as quais

posto que fossem das mais consideráveis desta Capitania, se acham hoje quase de todo destruídas, pela grande extração, que delas tem feito os Povos; de sorte que algumas que se puderam tirar, serão por um preço extraordinário, como sucedeu na ocasião em que pretendi tirar madeiras dellas para Sua Magestade, que tirando tabuados de 50 palmos de comprido nas matas dos Palmares á 50 mil-reis a duzia, nestas de Jacuípe, o não quizerão fazer por menos de 100 mil reis, como fiz constar a V. Ex. por um termo assignado pelos mesmos Fabricantes.

As matas de Alagoas terminavam, então, 2 léguas acima do dito riacho, na divisa natural do rio Una, e nesse último trecho ainda haveriam ramificações de matas, seguindo 5-6 léguas em direção ao sertão, até a barra do Jacuípe, “[os ramos] encravados de muitos engenhos”; Por fim, ao norte do Una, já na comarca de Pernambuco, haviam mais duas léguas de matas, desde Duas Bocas até as matas do engº Ilha Grande e demais da região [ver Anexo 13] com “excelentes madeiras de sucupira capazes de naus de última grandeza”. As demais matas, totalizando 40 léguas até Goiana, seriam inúteis para os interesses régios, só se achando madeiras a grande distância, não havendo também rios navegáveis, pela quantidade de cachoeiras, ou caminhos próprios,

como são as matas de Rio Formoso, Serinhaém e Ipojuca, as quais se acham muito destruída por se acharem ocupadas de muitos moradores, e engºs que se estendem hoje muitas léguas terra adentro, de sorte que não pôde fazer conta a extração de madeiras de semelhantes lugares. [...] É por este motivo, que nunca jamais em tempo algum se fizeram madeiras nestes lugares, tanto para S. Magestade, como para o commercio; o que não succederia assim, sem elles as houvessem; porquanto não era natural, que havendo madeiras de 15, e 16 léguas as viessem procurar nesta Comarca, em distancia de 90 a 80 léguas. O mesmo sucede às matas, que ficam pelo Rio Capibaribe acima, matas de S. Antão, S. Amaro Jaboatão, costeando por fora de Muribeca, e Cabo pelo Rio Cabassú, procurando cabeceiras do Rio Ipojuca; a excepção das matas da Paraíba, que tambem se acham hoje muito destruídas, e distantes do porto do embarque, só tem S. Magestade nesta Capitania as matas de que tenho feito menção para as suas Reais Construções

As reservas da coroa, por “demarcação” ou “tombo” portanto, deveriam estender-se por uma área de cerca de 1.050 léguas², de 30-32 paralelas ao mar, entre o r.São Miguel e as matas dos engenhos do Una, a partir daí correndo no sentido Noroeste até o fim das matas de pau amarelo, à beira do rio Pirangi grande, onde principiavam os

“campestres ou caatingas do sertão”, e daí pelas matas de Jacuípe e serras de Manguaba, Mariquita, Carimá, Barriga, Cruatá, Dois Irmãos, Bananal, Taipú, Príncipe, até as cabeceiras do rio São Miguel, 3-17 léguas distantes de sua foz, e todas elas entre 6-7 até 10-12 léguas do mar, ficando reservadas

os melhores ramos de matas, tanto de sucupiras, como de amarelos, que S.M. tem nesta Capitania, para cujas matas parece ser de maior interesse para a Real Coroa a nomeação de um superintendente [...] com regência de alguns couteiros, ou guardas divididos pelos respectivos distritos, sendo corridas por diferentes patrulhas de índios [...] com exclusão de outro qualquer uso.”⁵⁹⁷

Em correspondência de 1797, Matos Moreira informava da indisposição dos sesmeiros em apresentarem seus títulos, passado um mês da publicação de edital, e dava conta do caos fundiário da Comarca, tomada por pequenos agricultoras, sesmeiros ambiciosos – que tomam posse de grandes terrenos ao redor das datas nunca delimitadas – e outros que estabelecem engenhos sem pedir sesmaria. O ouvidor citava alguns casos nominalmente, como o do consórcio de Pedro de Araújo e Gregório de Oliveira Costa, que erigiram um engenho em terras não legalizadas no rio Camaragibe. Passados alguns anos, Oliveira Costa denunciou o fato à junta da Fazenda, mas esta no fim julgou correto dá-las por sesmaria ao denunciado. Na mesma região, certo Antônio Moreira tinha entrado nas matas das terras com “vários parentes e outros agregados”, fazendo durante muitos anos roçados e queimadas. As sesmarias eram costumeiramente vendidas, seja por que o sesmeiro original obtivera três ou quatro, seja porque desmembraram-se as terras em parcelas para o mesmo fim.

desta forma se achão rotas, e destruidas as mais bellas matas, que Sua Magestade pode ter no Brasil; não só pela grandeza dellas, mas ainda muito mais por serem estes uns terrenos proprios de criarem sucupiras, o que é bem raro nas mais matas ; e o que mais admira é que todas estas destruições não tira a Real Coroa, e o Publico utilidade alguma, *por serem ellas feitas pela maior parte por pessoas indigentes, e criminozas, que por escaparem as penas dos seus delictos procuram o esconderijo das matas, como um asilo seguro;*

Direcionava a questão para o tombamento real das matas, que considerava o único meio eficaz de proteção das matas, expulsando os agricultores, que deveriam ser relocados para o interior. Se a maior parte do terreno estava concedido por sesmaria, as irregularidades acima citadas faziam com que, à exceção de poucas onde haviam engenhos, todas as demais poderiam ser retomadas sem indenização dos ocupantes, por

⁵⁹⁷ MOREIRA, José M. “As Matas das Alagoas: Providência acerca delas e sua descrição” [Porto de Pedras, 03.08.1797] In: **Revista trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil**, Volume 22, Rio de Janeiro: Typographia J.N.Garcia, 1859, pp.339-356.

não lhes terem feito benfeitorias. Os senhores de engenho deveriam ser mantidos em suas propriedades, mediante obrigação de proteger as madeiras, nominalmente “sucupira-mirim, pau d’arco, jitaí, angelim amargoso, mirindiba, jatobá e sapucaia, de cujas madeiras estão bem conhecidas as suas boas qualidades”, e de não abrirem roçados dentro das matas. Deste ponto seria vantajoso para os próprios engenhos, visto que garantiriam o abastecimento de lenha, havendo muitos estabelecimentos de fogo morto, por falta desse recurso.

Dentro dos Palmares, deveriam ser aproveitados para patrulha nas matas os presidiários de N. Sra. das Brotas, em Atalaia, e de S. Caetano em Jacuípe, estabelecidos desde o tempo da destruição dos Palmares. Mattos Moreira insistia na singularidade e importância dessas matas, repetindo que desde a “descoberta” da região, foram as únicas a fornecer madeiras para embarcações reais. Para ilustrar a degradação, afirmava que 40 anos antes as madeiras eram retiradas a $\frac{1}{2}$ légua do porto, enquanto atualmente estavam a 10-12.⁵⁹⁸ Em 1799, Matos Moreira confeccionou um mapa da região, demonstrando visualmente as matas tombadas para o uso real.

Em 1798, juntamente com uma remessa dessas madeiras, D. Tomás continuava a insistir no assunto da nomeação de Matos Moreira especificamente para o cargo de superintendente.⁵⁹⁹ Em 1797, chegam ascordens mais incisivas da coroa. Foram declaradas propriedades reais “[...] todas as matas e arvoredos à borda da costa, ou de rios que desemborquem imediatamente no mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas até as praias”. Incendiários e cortadores ilegais deveriam ser punidos com “as mais severas penas”. Ficavam suspensas novas concessões de sesmarias nesses locais, enquanto aquelas já concedidas deveriam ser vistoriadas, e todos os sesmeiros da região deviam levar seus títulos legais ao corregedor local, afim de confirmá-las. A coroa orientava para que não se praticasse violências contra as essas “propriedades estabelecidas”. Aquelas sem esses requisitos, contudo, deveriam ser retomadas ao patrimônio régio, e seus titulares indenizados com terras no interior. Outrossim, a carta régia orientava que onde fosse possível, estabelecessem-se distinção entre matas para uso geral e aquelas restritas à coroa.

Todos os locais de extração deveriam ser mapeados, e receber uma informação circunstanciada, assim como as espécies de árvores encontradas nesses locais, das quais deveriam constar amostras. A ordem foi transformada em um bando, lido a toque de

⁵⁹⁸Idem. Porto de Pedras, 30 de Julho de 1797.

⁵⁹⁹AHU-PE, D. 13662.

caixas no Recife, e distribuído pelas vilas litorâneas. Na interpretação de D. Tomás, o que o que indicava a “propriedade já estabelecida” seria a existência de algum Engenho “ou fábricas semelhantes”. Em Alagoas, as matas do Rio Jiquiá ao Salgado, em Porto Calvo, estavam reservadas para os cortes de Sucupiras; para o corte de Amarelos, ficavam as de Jacuípe, todas as de Porto Calvo até o rio Camaragibe, e todas aquelas desde a Pioca até o rio de S.Miguel. Os particulares, por sua vez, poderiam cortar sucupiras em todas as matas entre os rios Camaragibe e Pioca, além das matas da Parangoba e Samalanga; e para o amarelo, estavam “reservadas para o Povo” aquelas do distrito de Coruripe, até o rio Jiquiá, e aquelas entre os Rios Salgado e Persinunga.⁶⁰⁰

Em 1797, uma denúncia ao Conselho Ultramarino fazia queixas das atitudes de Matos Moreira como ouvidor-geral, assinada pelo sargento-mor dos auxiliares da vila de Penedo, Luiz Pedro de Mello, em nome de “todo o povo da comarca das Alagoas, Vila de Porto Calvo e de Penedo, e todas as mais povoações adjacentes”. Na carta, relata “os vexames, apreensões e violências” do magistrado,

que com o título de Sócio do governador Cap.Gen. D.Tomás José de Mello, sócio deste em todos os gêneros de produção deste continente, como algodões, peixe, secos, açúcar e até mesmo as madeiras de construção das naus de V.M. tem mandado recomendar por tantass, e tão saudáveis providências. Estas mesmas, senhora, são o primeiro objeto de negociação daquele Ouvidor General, e sua família.

Essa “associação” entre o magistrado e o governador de Pernambuco fazia com que quaisquer denúncias feitas a esse respeito fossem punidas de prisão, e o denunciante assim ficava até que Mattos Moreira se desse por satisfeito, em geral durando meses. O ouvidor, segundo a carta, há anos não saía em correição pela comarca, em função, justamente, de estar ocupado com a gestão dos cortes das madeiras, tendo inclusive em sua casa “uma escrituração [...] com vários caixeiros, e outros indivíduos”.

Nos 20 anos em que ocupava o cargo de Ouvidor, afirmava o denunciante que não houvera “uma sentença final, huma apelação na relação da Bahia, e nem uma devassa no tribunal da Junta da Justiça de Pernambuco”, ocupado o magistrado em acumular bens, que chegariam já a 600mil cruzados, que juntamente com o governador, já haviam emprestado à Fazenda Real mais de 60 mil. A fonte da riqueza eram as madeiras reais, sendo que qualquer um que desejasse tal produto poderia facilmente comprá-lo nas praças de Pernambuco, Bahia e “onde há armazéns de madeiras que se vendem por conta do Ouvidor ou dos seus sócios”.

⁶⁰⁰ AHU-PE, D. 13573.

Para garantir os baixos preços com que conseguia as madeiras, usava Matos Moreira de uma “companhia de escravos” seus, apropriando-se dos ordenados supostamente pago aos trabalhadores, a ponto de que “são muito poucas as pessoas que se empregam naquele trabalho [...], que não sejam escravos seus próprios, ou da sociedade, ou de pessoa mais particular.” Além disso tudo, Matos Moreira estaria “concubinado” com uma viúva, D. Maria Josefa Diniz Alarcão Ayala, já tendo com esta muitos filhos, e dizia-se que a mando dele o falecido marido havia sido afogado em um rio, e a viúva também agia com violências ao povo da comarca, seja por seus negócios, seja por que “é somente por intervenção dela que se consegue algum despacho, mas sempre com dinheiro adiantado”. Dessa aliança, erguera o ouvidor na comarca dois ou três engenhos de açúcar.

A denúncia era explícita:

nos consta que o general desta capitania tem feito a V.M. várias representações, para V.M. constituir aquele ouvidor em Conservador das Matas das Alagoas pelos grandes serviços que tem feito de S.M.; protestando que esse lugar deve ser separado da Ouvidoria, alegando incompatibilidade da administração das matas com o exercício de ouvidor, como se o dito [...] não estivesse servindo um e outro ofício a perto de vinte anos; tal [...] seja o modo por que aquele general quer pagar ao ouvidor o terlhe metido a sua algibeira, e dos seus familiares, o melhor de 150 mil cruzados, o que bem consta de livros que param na mão do ouvidor, e daqueles seus agentes na praça do Recife

Em função do negócio excuso,

as matas se dissipam em utilidade do ouvidor, e seus consócios, e o infinito cabedal que V.M. dispende todos os anos nos cortes das madeiras todo fica na mão do Ouvidor, por quanto, ou a sua companhia de escravos emprega nos cortes, ou alguns outros com quem ele se ajusta por muito diminuto preço.

Em um termo de declaração anexo, temos notícia que o denunciante, qualificado como Sgto.Mor do Regimento de Pardos de Alagoas, encontrava-se preso no forte das cinco pontas, tendo sido retirado sob custódia para que a ele se apresentasse a denúncia de dois anos antes. Luiz Pedro de Mello negou ao desembargador José de Mello Freire da Fonseca que houvesse escrito a denúncia. As sete testemunhas ouvidas pelo desembargador em Recife negavam conhecimento das acusações a Mattos Moreira, bem como acusavam Pedro de Mello de ser homem “inquieto”, “enredador”, “de muitas artes e manhas”, capaz inclusive de falsificar uma letra para não ser incriminado da denúncia. Um fabricante de madeiras de Alagoas afirmava que por experiência de mais de dezenove anos não havia tido notícia de nenhuma das irregularidades referentes

ao tema. Em 1800, o desembargador Freire da Fonseca, julgava, à vista das testemunhas, improcedente a denúncia.⁶⁰¹

Freire Castilho denunciava os grandes gastos feitos com o corte das madeiras alagoanas, dirigidas diretamente pelo ouvidor Matos Moreira, sem mais nenhuma fiscalização, provocando grandes gastos para a fazenda real, e sugeria o estabelecimento de uma Governo ou Capitania nas Alagoas, com uma provedoria da Fazenda própria. Insistia no fato de se deveria quebrar a centralidade do porto de Pernambuco no recebimento das madeiras, e na necessidade de funcionários que fiscalizassem os cortes. Seria necessário, ainda, a construção de um estaleiro na Paraíba, a fim de se manter os cortes o mais perto possível do local de construção das naus.⁶⁰² Em meio a esse processo, em 1798 D.Rodrigo informava ao Conselho Ultramarino das cartas enviadas pela população da comarca, apoiados por religiosos, denunciando o desembargador.⁶⁰³ Segundo a representação, Matos Moreira havia criado uma "máquina de misérias" nas décadas que vinha exercendo seu cargo, passando a "amar" a terra mais do que lhe permitiam suas funções, e favorecendo suas duas supostas mulheres, uma delas já citada, que é dita "grande comerciante de aguardente" e moradora de Porto de Pedras, onde o ouvidor passava metade do ano, e com quem tinha dois filhos. Outra, que levava o nome do Ouvidor, vivia em concubinato com o mesmo, sendo assistente na cabeça da comarca, e cujo pai foi promovido a Capitão-mor da vila. A denúncia continuava abordando perseguições a bacharéis que advogavam na comarca, coação ao vigário local para realizar casamentos indevidos, e favorecimento de seus amigos em questões de justiça, montando uma rede de influências locais.

Afora esses fatos, o outro assunto excuso da gestão Matos Moreira era "o grande comércio, que trás por toda a Comarca por diversas pessoas, negociando em madeiras, algodões e açúcar, remetidos para as praças de Pernambuco a Manoel Gomes Pinto, e da Bahia, a Manoel Francisco Serra, não só as compradas, senão as havidas das safras, de quatro engenhos comprados a título de outras pessoas". O ouvidor possuía, segundo a denúncia, "uma grandiosa fábrica de algodão" nas terras indígenas de Atalaia, com 80 escravos, administrados por um meirinho, apropriando-se das ditas terras, e utilizando dos aldeados, à força, como mão de obra da fatura de madeiras. Continuava a denúncia, falando dos "incalculáveis interesses" por trás das madeiras de construção, obrigando os

⁶⁰¹ AHU-AL, D. 260.

⁶⁰² Francisco Delgado Freire Castilho [gov. Da Paraíba] a D.Rodrigo de Sousa Coutinho, Paraíba, 28.11.1798, **IHGB, Arq.1.1.13**, fl.107-112v.

⁶⁰³ AHU-AL, D. 270.

fabricantes a assinar recibos falsos, e supervalorizar as madeiras para a Coroa, apropriando-se o ouvidor da diferença de valor, cobrido pela Fazenda Real.

Por outro lado, o ouvidor garantia o abastecimento de braços escravos da comarca, tendo-se notícia de mais de 600 vendidos sem arrematação própria. Todos os documentos enviados a respeito dos seus bons serviços eram feitos por seus escrivães e assinados pelos oficiais nas respectivas casas – o que parece factível dada a uniformidade das cartas das câmaras municipais, referidas anteriormente – e era grande o temor dos habitantes. Afirmavam também que tudo era feito com a anuência do governador de Pernambuco, a ponto de nos últimos dez anos não har contrato, dízimo, negociação ou embarcação feita em Alagoas que não se revertesse em proveito dos governantes.

Nesse meio tempo, Manuel Joaquim Pereira de Matos Castelo Branco foi nomeado ouvidor e sindicante do tempo de serviço do acusado, e segundo seu relatório, após inquirir 140 testemunhas, entre as quais os mais respeitáveis habitantes da comarca, que afirmaram unanimemente, não haver nenhum desvio de conduta na gestão de Matos Moreira, e afirmando seu empenho na fatura de madeiras de construção naval. O conselho ultramarino, no entanto, questionava a validade do inquérito, chegando a afirmar que o ministro responsável não havia feito diligência alguma, e que faltavam alguns documentos mencionados. Em especial, restavam dúvidas sobre a gestão do Cofre dos Órfãos da comarca.⁶⁰⁴

A Carta Régia de 11.07.1799 confirmava mais uma vez – a pedido do governador da Bahia - a posição de Juiz Conservador, com todos os poderes concedidos ao congênere de Leiria [Alvarás de 11.01.1783 e de 17.03.1799], além daqueles previstos no Plano da capitania da Bahia, que lhe serviriam de regimento.⁶⁰⁵ No fim de 1801, o conselho respondia à representação que pedia a volta de Castelo Branco ao cargo de Ouvidor.⁶⁰⁶ Por volta desse tempo, ele pedia para ser nomeado sindicante da sua administração o Juiz Conservador Matos Moreira ou o ouvidor de Sergipe, visto ter acabado seu tempo de serviço, sendo nomeado o sucessor José dos Santos Pinheiro de Mattos.⁶⁰⁷ Em 1804, já expulso do cargo de ouvidor, Castelo Branco era acusado por Francisco Antônio de Sousa, negociando natural de Pernambuco e morador na barra do Jiquiá da Praia, vila de S.José do Poxim, de ter penhorado e arrematado seus bens

⁶⁰⁴ AHU-AL, D. 326.

⁶⁰⁵ AHU-PE, D. 14501.

⁶⁰⁶ AHU-AL, D. 320.

⁶⁰⁷ AHU-AL, D. 334.

devido aos impostos das embarcações e quilhas enviadas para seu estaleiro, onde fazia construção de navios para Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. O mesmo estava sendo feito com outros construtores do local.⁶⁰⁸

Nesse mesmo ano, Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Sousa Chichorro requeria nomeação para o cargo de Juiz Conservador.⁶⁰⁹ Em 1805, o bispo de Pernambuco, D. José Maria de Araújo Bragança e Miranda, enviava uma memória sobre as sesmarias com um plano para a gestão das matas para a Marinha, sem prejuízo da agricultura e comércio, assinada por seu sobrinho, o dito requerente. No texto, o autor defende o fim da prática de criação de matas reservadas, visto que essas áreas, sendo obra da natureza, e não da arte, possuem muito mais espécies de árvores sem utilidade alguma para a Marinha, “só servem para se queimarem” e estavam, por conta da lei, impossibilitadas à agricultura, mesmo possuindo algumas valiosas terras agricultáveis. Permitindo-se a exploração produtiva, deveria manter-se as penas para os particulares que cortassem e transportassem madeiras navais, o que seria facilitado pelas próprias dimensões das peças carregadas, o que as tornava difíceis de contrabandear. Os donatários poderiam, mediante autorização, extrair madeiras para suas necessidades domésticas, ou no caso de árvores que estavam envelhecendo a ponto de não serem mais úteis para fins construtivos.

Caso a coroa tivesse a necessidade de cortar madeiras de terras particulares, deveria requerer mediante pedido por escrito, pagando ao proprietário na forma de costume. Essa prática, raciocinava, aumentaria o número de trabalhadores envolvidos na extração madeireira própria, fazendo assim diminuir os preços. Ao contrário, no sistema de cortes geridos e financiados por um encarregado, “tudo é mal feito, ou a arbítrio dos trabalhadores, e então tudo é entre eles reduzido a uma espécie de monopólio, e por isso muito cara a mão de obra”. Nas mãos dos encarregados, outrossim, facilitava-se o contrabando, por ser difícil comprovar o destino que lhes davam os mesmos. Todas as matas reais, assim, deveriam ser dadas a título de sesmaria sob condições especiais. Para cada corte, deveriam ser avaliadas diversas propostas de diferentes empreiteiros, em arrematação pública, sendo adiantado algum dinheiro para as despesas do corte pela real fazenda.

Para Azeredo Coutinho, o problema básico que levava a todos os outros no Brasil era a inobservância dos direitos dos sesmeiros, prevalecendo *de facto* a posse da

⁶⁰⁸ AHU-AL, D. 396.

⁶⁰⁹ AHU-PE, D. 16778.

terra por aquele que a ocupasse primeiro, por sua própria conta. Em um país de grandes dimensões e com vastas áreas despovoadas, pensava ele, a prática tornava-se fácil. Esse costume prejudicava a demarcação das terras, “trabalhando sempre por avançar mais, e mais terreno, confundindo os limites, e atropelando tudo com demandas sem fim”. As terras seriam de posse legitimada da coroa, que as “conquistou”. Os governadores deveriam passar cartas apenas a pessoas de bons cabedais, que as deviam demarcar e cultivar inteiramente; Todas as sesmarias devolutas deveriam ser mapeadas, e era preciso manter exame daquelas que se encontrassem subutilizadas. Deveriam ser confeccionados livros para o registro das sesmarias, sob a supervisão de um Juiz de medições, ou do Ouvidor, nos locais mais afastados.

Os sesmeiros seriam obrigados, sob risco de penalizações legais, a cultivar e aprimorar as terras. As margens de rios navegáveis e das estradas, e as proximidades do mar não deveriam receber sesmarias maiores que $\frac{1}{2}$ légua de testada e de $\frac{1}{2}$ a uma de fundo. Ao redor das cidades e vilas, poderiam ter até 10 léguas, e se mais distantes, $\frac{1}{2}$ légua de testada e uma a 2 de fundo. As terras deveriam igualmente ser distribuídas entre as “Corporações de mão-morta” (Ord.Liv.2.Tit.18) sob tributação, e entre as câmaras municipais dentro de um raio de 6 léguas da respectiva vila ou cidade, para extraírem rendimentos. Todas as sesmarias deveriam manter “estradas livres ao público”.

Em Pernambuco, a situação das sesmarias originais encontrava-se em estado de confusão, visto terem sido divididas constantemente entre herdeiros, sem nenhum controle da poder público. Isto provocava um caos tributário no pagamento dos foros cobrados localmente pela fazenda real desde os tempos dos donatários, onerando o agricultor. Sugeriu que, à semelhança da capitania do Rio de Janeiro, fosse extinto o foro, mantendo-se apenas o dízimo. Todas as sesmarias de terras incultas deveriam passar por uma avaliação prévia, a partir da qual seria calculada uma lotação paga pelo donatário à fazenda real.⁶¹⁰ Em 1807, o capitão Cristóvão Gomes de Melo pedia ao príncipe que nomeasse ao juiz conservador Matos Moreira para demarcar suas terras na fazenda Cerquinha, nas margens do rio S.Francisco, Vila de Penedo, onde alguns locatários haviam se apossado de quase todo o terreno, “derrubando, rossando, plantando, e fazendo multiplicados sítios em diversos lugares”⁶¹¹

⁶¹⁰ AHU-PE, D. 17255.

⁶¹¹ AHU-AL, D. 458.

Em 1809, Matos Moreira novamente escreve uma memória, a “Relação das Matas das Alagoas, que tem princípio no Lago do Pescoço, e de todas as que ficam ao Norte destas até o Rio da Ipojuca, distante dez léguas de Pernambuco”, reelaborando as antigas teses defendidas nos relatórios anteriores. As matas do Pescoço-São Miguel, estavam fragmentadas por “terrenos áridos e inúteis”, especialmente aquelas do Jiquiá, estendendo-se esta por cerca de 100 léguas². Nos portos de Coruripe, Jiquiá da Praia e São Miguel “se constroem muitas sumacas, menos no porto da Pituba, por não admitir semelhantes construções”. Sumacas de todo lote poderiam subir no Rio Jiquiá por 4-5 léguas no período adequado, e madeiras eram encontradas próximas ao porto de Coruripe, na mata da Pituba, até 5 léguas a oeste, onde começavam as matas do Pescoço. Nos “fundos” da vila de S. José do Poxim, a 1,5 légua do mar, também encontravam-se reservas próximas a uma lagoa.

O Juiz Conservador acreditava que a pequena dimensão das madeiras locais era resultado dos “terrenos mais áridos e secos, pelas vizinhanças dos campestres e caatingas do sertão, onde as madeiras são curtas e sem dimensões” Mesmo sendo essas matas abertas aos cortes particulares, ainda era possível cortar madeiras importantes para a coroa, especialmente nas do Riacho Seco, Poxim, Jiquiá de Cima até o S.Miguel, na primeira das quais Matos Moreira mandou fazer, por volta de 1806-7, 1300 peças, prontas em 3 meses. Afirmava que as matas de pau brasil, no fundo das matas de Penedo, haviam se regenerado, graças ao trabalho da conservatória. Nos tempos da Cia.de Comércio, afirmava ele, haviam sido escavadas árvores inteiras do solo, com a finalidade de aproveitar ao máximo o valor da madeira de tinta. Nos dez anos entre os dois últimos relatórios, no entanto, novas árvores “...tendo rebrotado denovo, se acham com muitos pampanos [sic] novos, com grande crescimento, de sorte que passados os anos darão a mesma quantidade que já tinham dado.”

A partir do Rio S. Miguel, ficavam as matas reservadas da coroa, que se estendiam até o Engenho d’Aldea, nas cabeceiras do Rio Formoso, com cerca de 50 x 12-20 léguas. Mais a Oeste, eram “as mata áridas e secas, e os caminhos muito ásperos, de uma difícil condução, além de não se criarem nela a famosa sucupira-mirim e outras madeiras de construção.” Das matas das Alagoas do sul, as madeiras eram arrastadas por 1,5 légua por “arrastos” ou em carros, até o Porto da Baía de Jaraguá, por ser considerado perigoso a navegação na Lagoa do Sul. A Baía poderia receber até 200 navios “de qualquer qualidade”, que no inverno deveriam procurar abrigo na enseada de Pajussara, capaz de receber “sumacas de todo porte”. As matas dos Palmares eram o

“maior manancial de madeiras de sucupira-mirim”, com suas madeiras transportadas 8 léguas para o trapiche da Lagoa do Sul e daí para Jaraguá, e também algumas descendo para a Lagoa do Norte. As de S. Antônio Mirim: “igualmente boas [...] pela fertilidade dos seus terrenos”, embarcadas pelo porto homônimo.

Estas eram matas que

tem suprido todas as construções que se tem feito na Bahia e Pernambuco, tanto na Marinha Real, como Mercantil, assim como para todas as remessas que se tem feito para o Arsenal Real de Lisboa, por serem estas matas as que produzem as melhores madeiras tortas, e mais necessárias [...] [por serem de] qualidade que não se acham nas matas do Cairú [...]

Todas elas, no entanto, encontravam-se mais fragmentadas em relação às últimas décadas do século XVIII [Ver Anexo 12]. Ao norte destas, estavam as vários fragmentos de mata “frondosa” entre os rios Santo Antônio Grande – que eram escoadas pelo rio Getituba para o porto de Santo Antônio - e Camaragibe, e entre este e Porto Calvo, de onde poderiam descer para o Porto de Pedras, distante 7 léguas.

A partir dessa vila, começavam as matas da Baixa seca, ramificadas nas direções das matas de Jacuípe, e o rio Una, com “muito frondosos ramos”, onde terminavam as matas da Conservatória. Era neste limite que aparece uma das novidades em relação à descrição de quase uma década antes, com a “descoberta” de novas áreas passíveis de exploração madeireira. Entre as Baixa Seca e o rio Una, e deste até o Eng^o Aldeia, encontravam-se

Os mais grossos ramos de matas, os melhores de toda esta comarca, não só pela boa qualidade de seus terrenos, grande abundância de madeiras [...] mas também por serem estas matas as mais bem conservadas, e mais capazes de safrarem as maiores construções, porque nelas além das muitas madeiras de todas as qualidades nelas se acham as madeiras da maior dificuldade [...] em razão de nunca jamais se fazerem nestas matas construções algumas, tanto reais, como mercantis, por se tirarem todas das Alagoas, à exceção de algumas sumacas, que se construíam antigamente nos Portos do Una, e Rio Formoso, e outros. Tudo isto me constou por vistorias particulares, feitas nas mesmas com o maior exação, *em razão de terem aqueles moradores ocultado não [sic] haverem matas naqueles lugares.*

A respeito das matas citadas na Memória, afirmava:

Todas [...] se acham no mesmo estado que se achavam a trinta anos, divididas e separadas nos ramos declarados com intervalos, que se não acham madeiras pela razão de haverem nesta dilatada extensão de terrenos muitos tabuleiros, lugares áridos e secos, onde apenas se criam alguns pequenos arvoredos, a que no país chamam carrascos, outros como sejam as costaneiras à borda do mar, não só por serem lugares áridos, mas também porque sendo habitações, que os primeiros habitantes desde o descoberto dessa capitania, que chegam a quinhentos engenhos, sendo a maior parte destes inúteis ao

Estado, e ao Bem comum, e pela fraqueza dos srs. de engenhos, e servirem só de ocuparem terrenos inutilmente.⁶¹²

⁶¹² MOREIRA, J.M.M. “Relação das Matas das Alagoas, que tem princípio no Lago do Pescoço, e de todas as que ficam ao Norte destas até o Rio da Ipojuca, distante dez léguas de Pernambuco” **RIAP**, XIII, 1908, p.371-383

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERNAMBUCO SEM SUAS MATAS?

A partir de 1808, com a transferência da corte, iniciou-se uma expansão territorial no Brasil meridional, a partir de uma política com ambições imperiais na manutenção do regime monárquico. O Império herdou, portanto, amplos fundos territoriais, garantidos pelo passado colonial, nos quais importava manter o domínio e a integralidade, o que pode ter auxiliado a forjar as alianças entre as elites regionais e o governo central. A monarquia tropical se via como integrante de um projeto civilizacional de matriz européia, visando “construir o país, o território e o aparato estatal”, em bases escravistas, embora subsistissem diferentes e divergentes concepções acerca da política indigenista: índio como fonte da nacionalidade, mas também como um empecilho territorial. A fuga da corte acarretou também na transferência de instituições da metrópole para o Brasil, elevado doravante à condição de reino unido e sede da coroa.⁶¹³ Era a época de importantes introduções vegetais, como o arroz da Carolina (EUA) no Pará e no Maranhão, o tabaco da Virgínia na Bahia, e mais tarde a cana de Caiana.⁶¹⁴ Entre 1808-13 assistiu-se a um “aluvião de navios nacionais, ingleses, americanos, que por estes anos entulharam o porto de Pernambuco” para o algodão.

Pernambuco era

o armazém geral, que vinham depositar-se a maior parte das produções, efeitos das Cap. da Paraíba e Ceará, e mesmo da Parnaíba. Mas, posto que estas produções façam um aumento considerável na massa geral da exportação, e mesmo possam ser avaliados em um terço da sua totalidade; nos temos, para compensá-las, *a maior parte das produções da fertilíssima comarca das Alagoas, e da do Pajeú, que costumam ir em direção à Bahia*⁶¹⁵

Segundo Koster, nos primeiros anos do XIX, dois ou três navios saíam anualmente para Goa e “cada ano chegam [...] muitos navios dos Estados Unidos, carregados de farinha, consumida em grandes quantidades, mobílias para casa de famílias e outras espécies de taboados. Levam, de retorno, açúcar, mel e aguardente” Durante a guerra de Independência dos EUA, Recife tinha experimentado falta de farinha de trigo, compensada pelos envios da capitania do Rio Grande do Sul. Com a vinda da coroa, o Brasil começou a comprar embarcações norte-americanas. Em 1811, voltando ao Recife depois de alguns meses no Maranhão e Inglaterra, Koster viu

⁶¹³ MORAES, Antônio C. “Ideologias geográficas...” In: **Geografia Histórica do Brasil...** Op.cit., p.85-89, 201.

⁶¹⁴ DIAS, Maria O. “Aspectos da Ilustração...” Op.cit., p. 47.

⁶¹⁵ “Ideia de Pernambuco em 1817”... Op.cit., p.65, 77. Grifos nossos.

uma modificação considerável no aspecto do Recife e de seus habitantes, embora minha ausência fosse de curta duração. Várias casas tinham sido reparadas e as rótulas, sombrias e pesadas, foram substituídas pelas janelas, com vidros e balcões de ferro.⁶¹⁶

Miller considera que o setor madeireiro não foi suficientemente dinâmico, por conta da política restritiva, diminuindo a competitividade e desestimulando a inovação tecnológica. Segundo ele, em 1818 era mais barato importar madeira dos Estados Unidos do que comprar a produção doméstica.⁶¹⁷

Em 1809, a terceira descrição de Matos Moreira (citada no Capítulo 5) reconhecia agora a existência de vastas matas, antes tomadas como inúteis à coroa, entre o rio Una e o Rio Grande do Norte, passando por trás de todas as grandes vilas das capitanias do Nordeste Oriental. Do engenho Aldeia seguindo para o Norte, encontravam-se “matas igualmente intactas, por nelas se não terem construções, à exceção das aberturas feitas pelos habitantes, situações de engenhos, o que geralmente se encontra em toda dilatada extensão”. Nomeadamente as matas de Ipojuca e N.Sr^a da Escada, daí seguindo “menos aberto ou rôto” até o limite da costa leste, “capazes de toda a construção com muitos ramos de pau brasil no distrito de Goiana e fundos de Pernambuco”. De São Miguel até o engenho Aldeia, e aos fundos das matas de Escada, encontravam-se amplas e férteis “matas de amarelo”, no entanto demasiado dificultosas de transportar para os portos, recomendando o conservador que fossem as mesmas extraídas nas matas baianas.

A situação do Nordeste Oriental era excepcional, afirmava ele, em função de serem suas matas as únicas em todo país que produziam madeiras tortas, abastecendo todos os arsenais. A memória, no entanto, revelava outro detalhe: “grande parte dos moradores sempre tiveram a maior oposição às construções, e por isto procuraram removê-las debaixo de pretextos falsos, e aparentes”. No decurso de 30 anos, quando chegara à comarca, e quando afirmaram-lhe não haver madeiras para liames de 10 polegadas de circunferência e 15 de largo, encontrara em abundância não só estas, como maiores para construção de diversas embarcações, e nunca deixariam de fazê-lo. Afirmava que o fato era decorrência da qualidade da sucupira e do acará, que em 15-20 anos novamente crescia a ponto de fornecer boa madeira, como informavam o construtor Antônio Teixeira em Boca da Mata, entre outras, “trabalhadas há mais de

⁶¹⁶ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste...** Op.cit., p.39, 257, 559.

⁶¹⁷ MILLER, Shawn W. **Fruitless Trees...** Op.cit., p.203.

duzentos anos”. Que dizer, então, das matas da Bahia Seca, na região do Una até Ipojuca, onde “nunca jamais trabalharam construções”.

Dessa forma, o ministro pretendia desconstruir a idéia corrente de que só haviam madeiras de construção nas matas alagoanas. Em 1804, recebendo uma encomenda de 5 mil peças de madeira para o palácio real de Lisboa, e encontrando-as a altos preços em Alagoas, foi à praça de Pernambuco, e lá achou madeira suficiente nos arredores da vila, cerca de 3 léguas, de acesso por caminhos planos, e também pessoas dispostas a fabricá-las, João Alves Mergulhão e Francisco Xavier Reis, saindo tudo por metade do preço, muito em função da proximidade com o porto do Recife, de onde eram reexportadas. Seu veredito:

todas estas matas, de que faço menção existirem desde o lago do pescoço até o rio de São Miguel, reservados para a marinha mercantil, e deste rio até o eng^o Aldeia para as construções reais, e deste até as cabeceiras do rio Ipojuca, tem toda a capacidade, sem experimentarem desfalque, de continuarem a servir aos mesmos fins de se abrirem nelas mais de sessenta cortes de madeiras reais, e para outros navios menores.

Com esse discurso, Matos Moreira evidentemente queria que a coroa recém-instalada nos trópicos o mantivesse em seu posto, juntamente com todo o aparato burocrático que sustentava seu poder local. Novamente, a questão da apropriação regional das demandas da construção naval vinha à tona, pois afirmava ser mais vantajoso estimular o comércio direto entre Alagoas e os Arsenais, sem o intermédio de Pernambuco. Nessa mesma memória, no entanto, é possível perceber uma contradição nos argumentos levantados pelo juiz conservador. Justamente as matas há mais tempo exploradas apenas pelos engenhos e possivelmente pela agricultura de abastecimento eram as que se mantinham em maior quantidade e qualidade. As matas exploradas pelas demandas do comércio ultramarino, no entanto, estavam em diminuição, como citado no capítulo anterior.⁶¹⁸

Nos distritos de Ipojuca e Serinhaém – nos quais Tollenare, julgava só se plantar cana-de-açúcar, mesmo assim impedido de crescer devido a dificuldades de transporte - faziam fronteiras com as áreas baldias, que começariam dali a 7-8 léguas. Nesses caminhos, saindo das planícies do Salgado, apenas passara por “montanhas cobertas de espessas matas e cortadas de estreitas veredas”, entrecortadas por vales (600-800/100-200 toezas), e desfiladeiros de 600-700 pés de altura nos quais encontrava sempre engenhos, alguns dos quais sem nenhum terreno plano,

⁶¹⁸ MOREIRA, José M. “Relação das matas...” Op.cit, p.371-383.

concentrando as edificações no fundo da “garganta” dos vales, de cerca de 0.5 léguas, com suas canas plantadas “nas fraldas dos outeiros, por isso de qualidade inferior”

Acompanhando um grupo de trabalhadores escravos à mata do engenho Salgado, no Cabo de Santo Agostinho, Tollenare garantia que as descrições maravilhosas das matas, feitas na europa, eram verdadeiras. Falava das “árvores magníficas que a natureza adornou a América Meridional, mas que a civilização cada vez dia mais afasta dos lugares habitados[...]. Não podia entrar em toda parte, as lianas formando às vezes maciços impenetráveis.” Notava no entanto a escassez de passarinhos, imaginava que poderia encontrá-los no fundo dos vales úmidos, onde no entanto habitariam também as cascavéis. Mesmo dentro da mata, encontrava coqueiros esparços, donde retiravam o fruto para refrescar-se, e mangas, cajús, e por vezes laranjas. Dentro de algumas matas, viu por vezes clareiras usadas por escravos para cultivar mandioca, por não ser comum, segundo ele, que possuísem direitos a lavoura própria. Formavam na região “uma verdura eterna, uma vegetação ativa que não conhece repouso, frutas, flores sucedendo-se sem cessar, revestem as montanhas até o cimo”.⁶¹⁹

O que ocorreu entre a década de 80 e os primeiros anos do XIX, que inverteu a situação? A gestão local das diretrizes reais gerou, portanto, um amplo e duradouro negócio, que certamente acumulou capitais nas mãos de uma ampla cadeia produtiva localmente, e que utilizou-se da infra-estrutura oferecida pela coroa para isto, sem prejudicar, aparentemente, os setores melhor estabelecidos da sociedade colonial. A política florestal também permitiu a essas classes a apropriação de amplos territórios de matas, e possivelmente afastou os elementos considerados marginais, fato que no entanto ainda necessita ser melhor detalhado, para entendermos a escala e a eficiência real dessa variável. Apesar de todas as atividades de três séculos de ocupação colonial – que certamente demandaram extensas quantidades de madeiras, assolando grandes áreas de matas – a força das espécies florestas nativas parece ter sido também um ponto decisivo, como indica o relatório do Juiz Conservador das Alagoas.

O que ele via como matas intocadas podiam ser, ao contrário, lugares onde há alguns séculos se tinham retirado madeiras, estabelecido roçados e queimadas. O corte seletivo para a indústria naval, por sua vez, certamente mudaram a paisagem local, produzindo suas próprias territorializações, seus labirintos de picadas, estradas pisadas

⁶¹⁹ TOLLENARE, Louis-F. **Notas dominicais...** Op.cit., p.61.

por bois, plantas crescidas a partir da dispersão de sementes das frutas consumidas nos cortes, que talvez hoje não possamos enxergar senão nos poucos vestígios que nos restaram. Em 1815, o capitão João Félix Pereira de Campos informava que próximo ao porto de Tamandaré, que no entanto eram de importância para os engenhos. As matas, no entanto, distavam ainda três léguas da costa.⁶²⁰

Em 1844, o autor anônimo da descrição geográfica de Alagoas lembrava do fim dos tempos de comarca através da presença da Conservatória das Matas, segundo ele “único estabelecimento deste tipo”, extinta em 1827 (passando sua responsabilidade aos Juizes de Paz) causando danos a administração das matas alagoanas, e revivia antigos argumentos de que em pouco tempo haveriam grandes prejuízos especialmente à Marinha. A agricultura limitava-se à cana-de-açúcar, nos terrenos “baixos e frescos” de massapê, nas várzeas e nas encostas dos montes; do algodão e milho, nos terrenos “altos e enxutos”; mamona e coco, ao longo da costa e nas margens das lagoas e ilhas; feijão e mandioca nos terrenos “arenosos e frescos”; arroz, nos “frescos e alagadiços”, especialmente nas margens do S. Francisco.⁶²¹ Algumas décadas depois, o dicionário de Tomás Bonfim Espíndola afirmava que

A [indústria] do corte de madeiras existe em alta escala, a ponto de não só servirem estas para o consumo, mas também para exportação; o que muito tem concorrido para a destruição e desaparecimento completo de grandes e belas matas, como a de Jacuípe e as de Pau-brasil outrora existentes em Coruripe

Alagoas exportava para outras províncias: algodão, pano de algodão, açúcar, couros, cocos, esteiras de junco, piripiri, farinha de mandioca, lã de barriguda, lã de carneiro, mel, milho, paus de jangada, madeiras em pranchas, táboas e vigas, canoas, caroá, cera amarela, feijão, arroz, aguardente e azeite de mamona.

Abunda em florestas virgens de aspecto tropical, merecendo especial menção os distritos de Paulo Afonso, Água Branca, e as 5x1/2 léguas quadradas de terras devolutas, situadas dentro e ao sul do distrito da povoação Leopoldina [...]. A constante umidade do clima e grau de calor, que possui, são condições peculiares de sua fertilidade, que manifesta na riqueza de sua flora e na beleza dessas matas virgens de aspecto tropical.”⁶²²

Saindo de Recife para Goiana, Koster pegou um atalho arenoso, e subiu uma colina “cujos lados e cume eram cobertos de grandes árvores, com matagais crescendo embaixo delas.” Próximo ao lugarejo do Beberibe, atravessado o “morro do

⁶²⁰ AHU-PE, D. 18565.

⁶²¹ ANÔNIMO, *Opúsculo à descrição geográfica...* Op.cit., p.77.

⁶²² ESPÍNDOLA, Tomás B. *Geografia Alagoana...* Op.cit., p.40.

Quebracu”, com precipícios, um campo em aclave, “tudo cheio de vegetação. A chã é ampla e limpa e as veredas se alargam por meia légua entre majestosas árvores e matagal impenetrável.” Descendo o vale da Mirueira, viu-os

revestidos de espessa vegetação, e no vale, vimos várias moradas, plantações de bananas, campos de mandioca e um vasto cercado onde o gado pastava. [...] Entramos na solitária povoação de Paratibe, onde as plantações de mandioca e fumo se entremeiam às casas. Os habitantes são, em maioria, trabalhadores livres, brancos, mulatos e negros

Nas cercanias, haviam engenhos e residências, passando moradores com cavalos carregados de algodão, couros e outros produtos da zona interior.

A vegetação que cobre os caminhos e atalhos é, em parte, tão densa e espessa que é impossível passar um homem a pé, a menos que leve um facão e com ele rompa todos os obstáculos à sua marcha. O mais formidável desses obstáculos é o cipó, consistindo em vergôntes longas e flexíveis que se entrelaçam ao redor das árvores, e um dos ramos que se não haja fixado fica balançando, para lá e para cá, ao sabor do vento, prendendo-se sobre outra planta. A operação continua por muitos anos seguidos e termina formando uma rede, de forma irregular, que impede a passagem através do emaranhado. Essa planta tem várias espécies, uma delas tem o nome de “cipó cururu” [*Echites cururu*, Mart], de alta estima pelo tamanho, resistência e grande flexibilidade. Várias espécies desses cipós são empregadas em cordas para paliçadas e muitos outros fins.⁶²³

Cerca de sete léguas em direção ao Rio Grande após o engenho Espírito Santo, às margens do rio Paraíba, pernitoou ao ar livre. Procurando lenha, afirmou não ter dificuldades de encontrar, por ser a região “inteiramente arborizada”. Assou carne sobre “uma espécie de grelha de varas verdes”. Próximo à região, havia um “terreno mais relvoso”, cujo dono o alugava para pernoite de animais. Mais ao Norte, entrou no grande engenho Cunhaú, da família Maranhão, com 14 léguas de frente para a estrada, onde secularmente canaviais eram plantados, e mais recentemente ensaiara-se o cultivo de algodão, pouco tempo antes da visita de Koster, com poucos resultados. Além das terras do engenho, o proprietário possuía 30 ou 40 léguas de terra no sertão, onde criava gados, que eram a “principal fonte de fortuna” desde seu pai. Duas léguas depois, descansou em um local “banhado por um arroio, e sombreado de árvores”. Depois daí, adentrou a região árida do Rio Grande em direção ao Ceará.

Por todo o percurso desde Goiana, não muito longe do litoral, vira as terras tomadas por canaviais alternados com o algodão, e pareciam-lhe no geral “terra inculta, ainda que grande quantidade seja anualmente trabalhada”, escassamente habitada,

⁶²³ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste...* Op. cit., p. 79.

atravessou “bosques espessos” e “plainos de areia”, onde mantinham-se cajueiros, mangabeiras e palmeiras variadas, onde mantinham-se pastos para gado:

as terras são trabalhadas em um ano e no outro o matagal recobre totalmente os trechos que não foram aproveitados, parecendo a quem não conheça pela prática esses costumes que jamais foram sequer tocados. É preciso distinguir a diferença entre o carrascal, que não é semeado por ter a terra feição estéril, da que está abandonada, para descansar, destinada a outro plantio. Esse processo de cultivo exige três ou quatro vezes mais terra do que seria necessário.

As várzeas haviam sido “adaptadas aos canaviais”, e a única área onde entendia haver “campos de cultivo” era entre as cercas das propriedades, “parques defesos junto às habitações”, onde mantinha-se o gado doméstico, e mesmo assim apenas os mais abastados podiam arcar com a destruição do mato que invadia os locais, e em pouco tempo “o cercado se torna um bosque”. No lugar chamado “dos Marcos”, viu um vale de difícil acesso ocupado por populações pobres. Nas matas, tinha notícia de “mocambos, ou choças na mata” de escravos fugidos. Durante todo o percurso até então, Koster presenciava o final da estação seca, com os pastos reduzidos e a vegetação ressequida e todos os rios ressecados.

Quando trilhou o percurso na volta, no final das chuvas de inverno no Norte, viu os rios cheios, apresentando obstáculos à viagem, sendo constantemente necessário uma engenharia para transportar homens, animais e cargas. As chuvas ainda não haviam chegado à parte oriental da Paraíba e Pernambuco, mas o efeito nas nascentes do interior já se faziam sentir lá. Os vários riachos irrigavam as terras com muita água. Chegando às margens do rio Paraíba, ainda o viu “ressequido, como durante o período da estiagem, porque os poços e cacimbas que se abriam no seu álveo e continham água não a possuíam em quantidade suficiente para transbordar, unir-se e forar a torrente”, mas em algumas horas tornou-se intransitável. A impressão de descaso e descuido de antes transformava-se em um elogio do verdejar dos canaviais e das plantas em geral. Próximo ao engenho Espírito Santo viu insetos luminosos, chamados popularmente “caga-fogo”, provavelmente o besouro-de-fogo ou cucujo (*Pyrophorus noctilucus*), comum nas regiões arborizadas. Em Goiana, no entanto, ainda se sentiam os efeitos da estiagem, predominando a escassez de víveres, que já gerara uma morte.⁶²⁴

Todas as árvores que Tollenare conhecia era por nomes vulgares. O coqueiro diminuía à medida em que se afastava do litoral, mas o dendezeiro se adensava, um

⁶²⁴ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste...* Op. cit., pp. 79-81, 99-101, 217, 220-22.

possível indício do impacto da difusão de vegetais africanos, até chegar em áreas onde ficava diminuto em relação às matas nativas, ocorrendo o mesmo com a mangueira. Nos pomares domésticos, a maior frequência era de mameiros e laranjeiras. Nas matas, havia a “vegetação miúda” das “mimosas”, várias espécies do que achava ser loureiros, com 18-20 pés, e a camada mais alta de “árvores magestosas” de 60-80 pés, formada por “várias espécies de sucupira”, usada nas construções em geral, a “mamajuba” e o “acipuga”, usados em caixas de açúcar; o “visgueiro de lenho tenro”, a sapucairana, o “iribica” e o camassari, as três últimas usadas localmente para mastros; o “pau d’arco” de madeira compacta, usado em moendas e engrenagens, o genipapeiro e várias espécies chamadas “pau-ferro”, e a tatajuba, da qual retiravam a tinta amarela. Sentia falta, no entanto, do mogno, do campeche e do pau-brasil.

Na camada próxima ao chão, formavam-se “moitas”, onde reconhecia “fetos arborescentes e saponáceos que se elevam a grande altura”, perto dos riachos notava a *Potentilla ansonira*, com flores maiores que na europa, as maravilhosas orquídeas e o *Eringium*, em locais mais áridos. Surpreendia-lhe a sensitiva (*Mimosa pudica*), que crescia espontaneamente tal qual as urtigas, incomodando o viajante com seus espinhos, espécie esta “que nós [europeus] cultivamos com tanto cuidado”. Às margens dos caminhos, encantavam-lhe as campainhas acompanhadas de loureiros. Nos troncos das árvores, instalavam-se “plantas seivosas, espécies de cactus”, cobrindo-lhes inteira, destruindo segundo ele os genipapeiros e outras árvores. Na mata, os cipós eram frequentes. Segundo ele, o Pernambuco era ainda “pouco desarborizado”. Em alguns engenhos, vira habitantes montarem redes sob árvores para observar seus escravos trabalhando, enquanto as mulheres deitavam em esteiras no chão. Criticava, no entanto, que “em meio dos lugares mais encantadores, os Brasileiros daqui apenas veêm tristes matas a derrubar. Para eles uma planície é o terreno mais aprazível porque não tem subidas nem descidas”.⁶²⁵

Os engenhos do Cabo não transportavam em embarcações seus açúcares para a barra de Suape, mesmo sendo o rio próprio para navios de até 150 toneladas, mas sim em carros de boi. Segundo informações, o fato se devia ao afundamento proposital de três navios na saída do rio, no tempo dos holandeses, de forma a impedir sua passagem.

⁶²⁵ Várias vezes, afirmou, repetia a rotina, para aproveitar a experiência das matas. Perdido em meio às árvores desconhecidas, me comprazia em revestir estes vegetais novos das formas e dos nomes da nossa Europa. Conforme justificava o porte das árvores, eu dizia a esta: tu serás a faia campestre; e esta outra, o freixo; honrava a sucupira associando-a ao carvalho dos Druidas. Por traz de uma moita de goiabeiras, que deveriam representar-nos o odorífero pilriteiro. TOLLENARE, Louis-François. **Notas Dominicais...** Op.cit., p.150-52.

Assim, o porto que antes recebia muitas fragatas, recebia naquele tempo apenas “miseráveis jangadas”. Consultando um oficial português, este lhe informou ser a informação falsa, e o rio perfeitamente navegável. Seria para escapar a cláusula da Carta régia de proteção das matas? Tollenare intuiu o fato, dizendo que o transporte fluvial daria “às matas inexploradas uma extração que os progressos crescentes da civilização tornariam dia-a-dia mais consideráveis”.

O francês notava a grande possibilidade de expansão da agricultura, impedida pela indolência dos proprietários, que nem ao menos sabiam medi-las de forma consistente, nem possuíam qualquer planta do terreno. No Engenho Salgado, de 7000 geiras, apenas 300 eram cultivadas, sobrando todo o resto em matas e pastagens. Desse restante, 4000 eram planícies. As proporções se repetiam em outros engenhos, que visitara no caminho entre o Engenho Salgado e o Sibiró - do mesmo proprietário, a 20 léguas do Recife – que de 10000, cultivava apenas 180. Calculava que num raio de 20 léguas em torno do Recife, 1/25-30 das terras estariam incultas. Além dos sesmeiros que controlavam a produção açucareira, apenas a igreja possuía grandes datas de terra, já centenárias, cheias de terras “incultas”. Nas matas de Ipojuca, as maiores que vira, não encontrou perigos de animais selvagens, nem cobras nem dos grandes felinos tropicais que povoavam sua mente, mas apenas bandos de pequenos veados, sabendo da existência capivaras e pacas – caçados pelos locais - e perto das casas viu cotias amansadas.⁶²⁶

Ainda na década de 1820, há notícias de cortes de Pau-Brasil e de madeiras de construção, especialmente do Louro e do Amarelo, regulados pela Intendência da Marinha. Cada quintal de pau-brasil deveria ser doravante vendido a 3.200 rs. Outrossim,

todas as pessoas que traficam e comérciam em madeiras, que todas as madeiras de construção, ainda mesmo de embarcações miúdas, em praxões ou em todas de Amarelo ou Louro, seus donos não poderão dispor delas sem que primeiro apresentem nesta repartição huma certidão mostando a quantidade de madeira na embarcação que a conduziu e lugar de onde veio.

Ainda em 1824 havia um “grande depósito” da madeira nos armazéns do Recife, segundo Costa “respeitado” pelos confederados.

⁶²⁶ TOLLENARE, Louis-François. **Notas dominicais...** Op.cit. 139

Em 1825, a Intendência reclamava da falta de madeiras no Arsenal, mas a falta referia-se mais em função dos altos preços do que da falta das matas.⁶²⁷ Poucos meses antes, um edital pedia que todos os proprietários de alvarengas, lanchas, canoas, botes e jangadas do porto do Recife se apresentassem à Intendência, a fim de cadastrar suas embarcações.⁶²⁸ A demanda dessa indústria crescia, apropriando-se também dos estoques de madeiras locais.⁶²⁹ Em 1829, o presidente da província Manoel Zeferino dos Santos afirmava haverem terras devolutas nos rios Preto, Verde, e nas imediações do Serinhaém e Una, no Pirangi, Panellas e Jacuípe, que estimava em 8-10 léguas cobertas de “matas virgens”, e sem cultura, inviáveis por falta de estruturas viárias, portos ou pontes. Essa deveria ser a região privilegiada para a colonização de estrangeiros.

Em 1827, segundo a Comissão Agrícola, as secas frequentes faziam com que fosse sempre necessário recorrer a alimentos de outras províncias. A parte sul, melhor alimentada de rios e matas, era mais fresca e amena, e seria mais adequada para o cultivo de alimentos. As “terras da mata”, significavam para ele a região rural próxima ao Recife [São Lourenço, Pau d’alho, Vitória de Santo Antão] “É notório que as terras da mata, excetuando o sertão, é a mais seca da província, que nela não há um rio perene; contudo é da Mata que vem todo o feijão, o milho e a maior parte da farinha”. Para Santos, a explicação estava na facilidade de comunicações, nas qualidades de terra e na existência de feiras regulares, além da maior aplicação dos habitantes ao trabalho.

Os rios que secavam no verão, inclusive o Capibaribe, podiam ser utilizados como estrada de escoamento de produtos; ao contrário da mata sul, onde as terras alagadiças dificultavam os transportes, a “região da mata” não tinha leitos nem grandes várzeas, nem mesmo “matas”. Segundo ele, a impossibilidade de cultivar cana fez com que os habitantes optassem por cultivar mais alimentos [será que isso favoreceu o solo para a expansão da cana com as usinas no XX?], antes mesmo do algodão, favorecida também por um regime fundiário de menores propriedades. Ao mesmo tempo, a falta de rios e matas no norte também seria motivo de uma menor abundância de caça e pesca, o que explicaria o maior empenho dos moradores em trabalhar nos cultivos.

A região do Capibaribe, a primeira ocupada, tinha inicialmente dificuldades de comunicação com o porto, favorecendo a criação de feiras locais, como em Pau d’alho – a primeira -, Limoeiro, Lagoa Grande e Nazare da Mata, levando inclusive à elevação

⁶²⁷ AN-MS-XIIM-252, 21.06.1824. Fl.90v., 15.10.1824.Fl.96-96v., COSTA, Francisco A. *Anais...*, Op.cit., v.9., p.47, AN-MS-XIIM-252, 29.07.1825, Fl.108v.

⁶²⁸ AN-MS-XIIM-252, 19.04.1825, Fl.48.

⁶²⁹ AN-MS-XIIM-252, 21.06.1824. Fl.90v.

das duas primeiras à categoria de Vila, com forte comércio interno. A solução, portanto, seria um plano sistemático de organização territorial da “mata sul” (termo atual) – para eles mais fértil - para estimular a produção alimentar. Essa reorganização envolveria a abertura e melhoramento de estradas e pontes, o estavelecimento de feiras regulares e o fim da concessão de grandes sesmarias. Os rio Ipojuca, Serinhaém e Una, por chegarem até a “caatinga” [sic] – onde se plantava feijão, milho, etc. – deveriam ter, em suas ribeiras, feiras distando uma jornada uma da outra, especialmente na beira da caatinga. Essas feiras deveriam suceder-se durante a semana, a partir daí até o Recife, de forma que no fim de semana lá fosse feita uma feira regular.

Estradas pararelas e transversais a cada ribeira deveriam ser abertas, para que os gêneros sigam o caminho mais curto ao Recife, evitando o direcionamento à “estrada real”, que corria uma légua paralelamente à costa. A memória, entretanto, colocava já a contradição de criar feiras em uma região deficitária na produção de alimentos. Para contornar o problema, seria preciso conhecer a região, divulgar e convencer os agricultores ao cultivo de alimentos, e fornecer a infra-estrutura básica de escoamento da produção para o mercado: “Felizmente a Natureza colocou os rios do Cabo, Ipojuca, Serinharém e Una na equidistância de 5 léguas um do outro, a terra que os media está quase toda povoada, e há algumas estradas no interior que os atravessam todos”. Dessa maneira, seria possível implementar uma cultura de subsistência sem prejuízo do cultivo tradicional do açúcar, e até favorecendo-o.⁶³⁰

No caminho entre Recife e a mata do Catucá – nas proximidades de Igarassu - Gardner notou a predominância dos roçados de mandioca na zona plana e de terreno arenoso, “embora ainda em grande parte coberta de matas, de que se cortam apenas as árvores maiores. As poucas remanescentes destas erguiam-se altaneiras sobre suas irmãs da selva e imprimiam agradável variedade à paisagem”. Entrando no que considerava “mata virgem”, percebia a mudança da terra, agora “argila dura e vermelha”, as grandes árvores – embora menores em altura e circunferência das que vira no Rio -, e o sub-bosque mais baixo constante de *melostomaceae*, *myrtaceae* e *rubiaceae*, segundo pensava. “Tudo aqui indicava atmosfera mais seca e solo mais árido que os do Rio. Não havia fetos, begônias, lilases ou orquídeas. Apenas se via nos troncos e galhos das árvores maiores algumas bromeliaceae e aroidae”. Cavalgou por uma hora na floresta, até chegar a um “vale desmoitado” onde estavam as cabanas da colônia alemã.

⁶³⁰ SANTOS, Manoel Zeferino, “Memória sobre os meios de fomentar a agricultura, principalmente dos gêneros alimentares na província de Pernambuco” 5.2.1826, **BN-Mss. I-30,07,076**.

No dia seguinte, entrou novamente na floresta uma milha depois da aldeia, onde notou “uma enorme árvore” [*Lecythis*], que cobrira o chão pelos frutos, “cápsulas em formas de panela, quase do tamanho da cabeça de um homem, semelhança que se realça pela grande tampa que cai do topo de cada uma quando amadurecem as sementes interiores”, que haviam sido esvaziadas pelos macacos da região. Novamente saiu da mata, entrando em outro vale desmatado, onde funcionara a antiga sede da colônia, transferida devido à proibição de corte de madeiras na área. As cabanas abandonadas eram cercades de pés de abacaxi, especialmente na sombra do que outrora fora uma fábrica doméstica de farinha de mandioca. Viu por aí “uma espécie de *Vochysia* coberta de longas vergôntes de bonitas flores amarelas” e a “esplêndida *Monobea coccinea*, literalmente cheia de flores redondas e carmesins”. Apanhou também espécimes de *Palicourea*, ou mata-rato, de flor amarela, planta venenosa.⁶³¹

*

Assim, embora nas últimas décadas do século XVIII a situação das florestas nordestinas parecesse catastrófica, não se pode afirmar que elas - com suas diversas formas - fossem um elemento ausente ou desprezível na vida das populações locais. Desde essa época, já se afirmava um discurso das elites açucareiras pela preservação da soberania sobre os territórios produtivos e os “fundos territoriais”, vendo as florestas como recursos estratégicos. Isso não quer dizer que houvesse uma noção “ambientalista” entre eles. Em geral, muito destaque foi dado a Mattos Moreira – por ter deixado, inclusive, uma série escritos republicados nos séculos seguintes - enquanto Brederode também é figura chave, mostrando a necessidade de estudar complementarmente Pernambuco, Paraíba e Alagoas. A curta vigência efetiva das políticas florestais portuguesas, deixou marcas, no entanto, na forma de pensar uma noção “mercantilista” das florestas nativa, ao mesmo tempo que “apagou” da memória social uma ampla gama de populações que conviviam com as florestas. A suposição de que só haviam madeiras de construção no litoral, ou a facilidade de exportação destas, fizeram com que se descuidasse das matas do interior, das nascentes dos rios, etc.

⁶³¹ GARDNER, George, *Viagem ao Brasil...* Op.cit.,p.74-75.

ANEXOS

ANEXO 1.

Produções vegetais de alagoas segundo ESPÍNDOLA, Thomaz B. Geografia Alagoana ou descrição physica, política e historica na Provincia de Alagoas. Maceió: Typ.Liberal, 1871.

- | | |
|---|---|
| 1. Agrião | 33. Caibim (folha-de-carne) |
| 2. Aguapé ou golfos | 34. Camará branco e vermelho |
| 3. Alcaçuz | 35. Cana de açúcar |
| 4. Alecrim do campo – muitíssimo abundante | 36. Canafístula |
| 5. Alface – Pouco cultivada | 37. Cappeba (peripareba) |
| 6. Alfavaca de cobra, jaborandí | 38. Cajueiro – Existem matas |
| 7. Alfavaca do campo – muito abundante | 39. Carrapicho – muito abundante |
| 8. Algodoeiro | 40. Cardo santo |
| 9. Almêcega | 41. Caroba |
| 10. Embaúba (árvore da preguiça) | 42. Cebola sensém muito abundante |
| 11. Ananazeiro – abundante | 43. Chanana – pouco cultivada |
| 12. Angelim | 44. Cidra – muito abundante |
| 13. Angico | 45. Coerana (canema) |
| 14. Araruta – pouco cultivada | 46. Coité |
| 15. Araticú-apé | 47. Contra-erva |
| 16. Araticú do mato | 48. Copaíba |
| 17. Araticu do rio | 49. Cordão de frade |
| 18. Aroeira – muito abundante | 50. Corindiba |
| 19. Arrebenta-boi/cavalo | 51. Cravo romano (cravo-de-defunto) |
| 20. Arroz – existe para consumo interno, muito cultivada em Penedo, de onde é exportado | 52. Crista de galo |
| 21. Arruda - pouco cultivada, acha-se nas margens do S. Francisco | 53. Douradinha dos campos |
| 22. Árvore do bálsamo | 54. Endro |
| 23. Árvore da castidade | 55. Fedegoso – muito abundante |
| 24. Baraúna | 56. Fumo - pouco cultivado |
| 25. Barbatimão | 57. Gameleira |
| 26. Batata de purga | 58. Gengibre |
| 27. Baunilha | 59. Genipapeiro |
| 28. Bethe (erva de anta) | 60. Gervão |
| 29. Bonina (boas noites, maravilha) | 61. Gergelim |
| 30. Broma | 62. Giquirí |
| 31. Cabacinho | 63. Gitirana |
| 32. Cafeeiro – pouco cultivada | 64. Gitó |
| | 65. Goiabeira – Muito abundante |
| | 66. Grama da praia – Abunda em quantidade espantosa |
| | 67. Gravatá |

68. Grumixama
69. Guajurú
70. Guandú
71. Herva babosa
72. Herva do bicho
73. Herva cidreira – “existe em quantidade espantosa”
74. Herva de cobra/sangue
75. Herva de lanceta
76. Herva moura
77. Herva do passarinho
78. Herva de rato
79. Herva de Santa Maria
80. Hortelã do mato
81. Herva pimenta
82. Imbé
83. Imburana
84. Imbuzeiro
85. Ipecacuanha (poaia)
86. Ipecacuanha branca
87. Jalapa
88. Jaracatiá
89. Jatobá
90. Jequitibá
91. Junsá
92. Jurema
93. Joazeiro
94. Jubeba
95. Laranjeira
96. Limão
97. Língua de vaca
98. Lôco
99. Losna
100. Macaxeira (aipim)
101. Mecella – Em Penedo e Piassabassu “existe em quantidade extraordinária”
102. Malva
103. Malvaíско
104. Mal-me-quer
105. Mamoeiro
106. Mamona
107. Mandacarú
108. Mandioca – Existe só para consumo
109. Mangabeira brava
110. Manjerona do campo
111. Mão-de-moça/Maria Aninha
112. Massarandubeira
113. Mastruço – Muito abundante
114. Mata-pasto – Muito abundante
115. Mentrasto – Muito abundante
116. Milho – Existe só para consumo
117. Mil-homens ou jarrinha
118. Mimosa sensitiva
119. Monesia ou buranhém – Muito abundante, a ponto de poder exportar muitos quintais
120. Muricí – Muito abundante nos tabuleiros
121. Murungú
122. Mussambê
123. Mutamba
124. Oití
125. Ora-pro-Nobis
126. Ortiga
127. Paojemarióba
128. Pau Brasil (ibirapitanga) – Existiam grandes matas em coruripe, mas hoje acham-se destruídas
129. Pau Ferro
130. Pau de Lacre
131. Pau Pereira (pau-forquilha, de pente, camará de brita, camará do mato, canudo amargoso ou pinguaciba)
132. Pau santo
133. Paratudo
134. Parietária
135. Pé-de-galinha
136. Pimenta d’água
137. Pinheiro de purga
138. Pitanga
139. Quitôco
140. Rabo de bují

141. Sacastrepe – usado para asma nervosa
142. Salva
143. Sipó de chumbo
144. Sipó de tayuyá
145. Tamarindo – Existiam matas, foram completamente destruídas
146. Tanchagem
147. Tapiá
148. Tatajuba
149. Tiajú (pau-de-leite)
150. Timbó ou Canaunã – “cipó fosfórico cujo leite queima como o ácido nítrico ou água-forte”
151. Tinhorão
152. Tipí
153. Tiquim – “Embebeda o peixe”
154. Trevo aquático
155. Tucum
156. Vassoura
157. Velame de campo

Madeiras para Marcenaria

1. Amarelo (prop.dito e vinhático)
2. Angico
3. Bordãozinho
4. Cedro
5. Condurú
6. Coração-de-negro
7. Gejuíba
8. Genipaparana
9. Gitaí
10. Jacarandá
11. Jaqueira
12. Jatobá
13. Louro
14. Pau d’arco
15. Pau d’oleo
16. Pau santo
17. Paraíba
18. Peroba
19. Pitimijú
20. Tatajuba

Construção naval

1. Angelim
2. Camará
3. Canela preta
4. Cedro
5. Condurú
6. Copiúba
7. Gitaí
8. Grapiapunha
9. Gulandim
10. Gurubú
11. Imbiriba
12. Ipê ou pau d’arco
13. Licurana
14. Mandaló
15. Massaranduba
16. Mirindiba
17. Pau d’arco
18. Pau de jangada (cortiça)
19. Pequim
20. Peroba branca
21. Peroba vermelha
22. Pitimijú
23. Quirí
24. Sapucaia
25. Sicupira
26. Tapinhoã
27. Tatajuba
28. Viola (Visgueiro Branco)

Construção civil

1. Aroeira
2. Barbatião
3. Bordãozinho
4. Brabú
5. Braúna
6. Camassari
7. Cocão
8. Coração-de-negro
9. Enxundia de galinha
10. Giquitibá
11. Gitaí

12. Gororoba
13. Gulandim
14. Imbira (imbira-preta)
15. Imbiriba verdadeira
16. Ipé
17. Itapicurú
18. Jaguaraná
19. Jatobá
20. Louro
21. Malhado
22. Manipueira
23. Maria Preta
24. Massaranduba
25. Miranda
26. Pau d'arco
27. Pau Ferro
28. Pau Santo
29. Paraíba
30. Peroba
31. Quirí
32. Sapucaia
33. Sapucaiarana
34. Sicupira
35. Sicupirucú

Tinturaria

1. Açafrão
2. Angico
3. Carvoeiro
4. Catinga de porco
5. Coerana
6. Corona Christi
7. Cuipuna
8. Gengibre amarelo
9. Jitaí
10. Murici
11. Pacova brava
12. Pau amarelo
13. Pau brasil
14. Pau d'arco
15. Pau ferro
16. Tatajuba
17. Urucú

Palmeiras

1. Aricurí (Ouricuri)
2. Aricuriroba
3. Açaí
4. Carnaúba – Abundante do riacho Moxotó
5. Caroá – Abundante nos sertões e nas “margens áridas” do S. Francisco.
6. Catolé puruman
7. Coqueiro da Bahia
8. Dendê
9. Imburí
10. Piassaba
11. Pindoba
12. Tucum

Frutíferas

1. Abacaxi
2. Araçá
3. Cajá
4. Caju
5. Figo
6. Vinha
7. Jaca (Alagoas e Coruripe)
8. Laranja
9. Manga (as melhores da ilha de Santa Rita do Jiquiá)

“Silvestres”

1. Amoreira da mata [?]
2. Araticú
3. Bacuparí
4. Bamboré
5. Batínga
6. Caixacderi (?) – “espinhos de que se sustenta a pobreza dos sertões nos tempos das secas”
7. Cajuí
8. Camboim
9. Cambucá

10. Camucá
11. Xique-Xique - “espinhos de que se sustenta a pobreza dos sertões nos tempos das secas”
12. Crautá
13. Cruanha
14. Cruirí
15. Cupiúba
16. Gargaúba
17. Geriquitiá
18. Gindiróba
19. Guajerú
20. Imbuzeiro
21. Jaboticaba
22. Jatobá
23. Macambira – “espinhos de que se sustenta a pobreza dos sertões nos tempos das secas”
24. Mangabeira
25. Mapurunga
26. Marmelo do mato
27. Massarandubeira
28. Muricí
29. Oití
30. Oití-coró

31. Oiti-truba
32. Pau bró – “espinhos de que se sustenta a pobreza dos sertões nos tempos das secas”
33. Perruxo
34. Pitangueira
35. Pitiá
36. Pitombeira
37. Pitobeira da mata
38. Sapucaia
39. Saputiá

“Floríferas”

Pouco abundantes, quase todas exóticas: roseira, jasmineiro e “mogorí”

Alimentícias Horticultura:

“objeto de mero luxo” (que tipo de horticultura?)

Mandioca (+ de 50 espécies)

- A barriguda é abundante, boa para produção de lã, mas no costume local derrubam a árvore para colher o fruto antes deste cair do pé
- Planta da borracha: maniva de

ANEXO 2

VILHENA, Luís dos S. Recompilação de notícias Brasileiras contidas em três cartas. Carta 1ª e 3ª. Bn-Mss.

A. Árvores grandes

1. Sebastião de Arruda: Folheados na marcenaria, durável. Árvore curta, esgalhada e tortuosa, não servindo para tábuas.
2. Pequiá-Marfim,
3. Pequiá-goma,
4. Pequiarana,
5. Cupiúba,
6. Bucurí: Próprias para grandes taboados e coussoeiras.
7. Gonçalves Alves: Usos para marcenaria (folheados)
8. Violeta: Vindas em diferentes qualidades do Ceará - onde haveriam muitas outras madeiras.
9. Gorumarim: semelhante ao Pequiá, a mais sólida e pesada, porém tortuosa. Boa para obras de “torneria”.
10. Mingú: árvore de madeira branca, com cerne escuro, de madeira fina.
11. Buranhém: madeira de grande flexibilidade e rigidez
12. Mussitaíba e messaíba-ruiva: sólida e pesada, bom lustro quando polidas.
13. Jitaí-preto: moderadamente pesado e sólido. Usa-se para dentaduras das moendas e outras peças dos engenhos e “abogarias” [?]
14. Jitaí-amarelo: madeira sólida, usada para cintas, sobrequilhas, vãos e outros na construção naval e civil, “e rústico tem inúmeras aplicações e préstimos”.
15. Sucupira-mirim: útil para “quase todas as peças” da construção naval, especialmente cavernas, pelas curvaturas, sendo “preferível a todas as outras quaisquer madeiras”. Serve também para edificações, para quase todas as peças de engenhos e outras máquinas, e “abogaria”: carros, arados, etc.
16. Pau d’arco: macio para o talho, empregado na construção naval em quilhas, sobrequilhas, cadastes, vãos, cinta e outros. Serve também para peças de máquinas, varais de sejes, raios de rodas, atingindo “preços consideráveis”.
17. Pau roxo: marcenaria, vigas de edifício, coussoeiras para portais, nas carruagens e navios, como o pau d’arco
18. Piquí: madeira dura e um pouco úmida. Serve para corais, enchimentos, cavernas, bossardas, curvas e outras.
19. Jitaí-peba: usada em portas de edifícios “em que se carece maior segurança e duração”. Também coussoeiras e pranchões.
20. Jatobá: dele se tiram “paus monstruosos” no comprimento e largura. Sólido, rijo e pesado, usado na construção naval e industrial (engenhos e mais fábricas)
21. Sapucaia: muito durável e rígida. Crescem retas e em grandes altura e grossura. Usa-se em quilhas para grandes naus, sobrequilhas, cadastes, vãos, cintas, dormentes, escoas. No Brasil fazem “grandes vigas” para corpos de engenhos, e grandes armazéns.
22. Putumuju-macho: taboados do alto e cobertas na construção naval; assoalhos de edifícios nobres
23. Putumuju-fêmea: idem, porém com menos duração.
24. Vinhático: reputado para marcenaria, construções (taboados altos, fundos), por suas grandes dimensões.
25. Jequitibá: útil para mastros, gorupeze, vergas e mastareos, ou na construção civil. Atinge grandes dimensões

26. Pau de óleo vermelho: todos os usos, especialmente para vigas, na construção civil, e na naval idem ao Jequitibá, e também para coronha de armas.
27. Massaranduba: muito pesada, sólida e durável. Boa para vigas, cobrimentos, frexais
28. Aderno marcanhíba [??]: Idem
29. Angelim: Idem
30. Condurú macho: boa para quase todas as obras de marcenaria e para coussoeiras.
31. Landim: gorupezes, mastarcos, caixolas, cintas e taboados para navios.
32. Ubatinga: madeira boa, mas pouco durável ao ar livre; experimentos feitos defumando-a melhoraram a durabilidade.
33. Oiticica: usa-se para tudo na construção naval e civil, mas precisava de cuidados ao ar livre, administrando-se óleo
34. Tapinhoã: aduelas de tonéis, forros de navios até cintados grossos, resistente ao “gusano”, e para diferentes obras civis.
35. Canela (de várias qualidades): próprias para cobertas de navios, resistentes ao fogo.
36. Guazi: boa durabilidade na água, pelos suas resinas e bálsamos.
37. Jenipapo: de algumas qualidades dá madeiras para mastareos, vergas. Boa flexibilidade e resistência
38. Cedro: boa para talha de toda qualidade, molduras, apainelados, forros de casas. Taboados de todas as grossuras e comprimentos usados, coussoeiras.
39. Camassari: tábuas para assoalhos resistentes à umidade, ripas de telhados grandes
40. Acapús:
41. Opupucas: As 2 últimas servem para edifícios.
42. Louro Inhobim branco
43. Louro preto
44. Louro Jiboia
45. Louro Verdadeiro: 4 últimas, taboados para assoalhos, para forros e portas, janelas e outras peças de interior
46. Louro Ingá Amarelo
47. Louro Gravato: 2 últimas, tem menos durabilidade que outras variedades.
48. Pau Paraíba: similar aos anteriores; madeira branca. Usa-se em forros e outras peças de “edifícios do campo”, desde que abrigado da chuva.
49. Pau Pombo: idem. Também para formas e saltos de sapatos.
50. Biriba: árvore alta e retilínea. Localmente usadas para mastros e vergas, de “grandes barcos e lanchas”, “por vergarem como vimes, e resistir á violência dos ventos”
51. Tapicurú
52. Maria-Preta
53. Coração de negro: as 3 últimas são “compactíssimas e rijas como ferro. Nascem de ordinário pelo sertão em terras secas
54. Pau Ferro: muito rígido
55. Espinheiro: boa para marcenaria, amarela como açafão
56. Almêcega: [já referido, onde?] Cresce em “grandes bosques no sertão, e muitas pelas matas”; resina “amelo-pálido” com aplicações medicinais; poderia ser aproveitada na navegação. Idem para o Jatobá
57. Aroeira: usa-se a madeira e a rexina (“tão fixa como o alcatrão”)
58. Amoreira: madeira fina, compacta e pesada; extrai-se tinta amarela.
59. Pau Brasil

60. Tatajuba: árvore alta e de madeira rígida; a melhor para canoas; nasce nas grandes matas, fruto espinhoso, esverdeado, doce e com muitas sementes, do tamanho de uma pequena laranja
61. Cumarú: árvore grande, usada para construção naval e de máquinas “que demandam a maior força”; fruto comprido e fino, de cujo caroço piramidal se extrai óleo fino e cheiroso
62. Jarana: árvore alta, de boa madeira.
63. Sassafrás: lustroso, muito aromático e medicinal
64. Abacate: árvore alta, pouco “copada”; fruto semelhante à pera-cabaça, “pouco gostoso, porém mui cáldo e oleoso”
65. Maparajuba: “árvore de madeira de lei”, vermelha e muito fina, encontrada em “matas virgens”. Fruto comestível, semelhante a “bagas de uvas tâmaras”
66. Parurú: grande árvore, de madeira fina. Fruto pequeno, vermelho, muito doce
67. Bacori: grande árvore, boa madeira de construção e casca resinosa
68. Bacori-pari: também alta, mas menos “corpulenta” que a anterior. Dos caroços do fruto extrai-se goma “saborosa”
69. Pajura: árvore alta, com fruto semelhante ao marmelo
70. Secantaú (pau de breu): árvore alta e copada; do fruto retira-se uma amêndoa, e do tronco extrai-se resina semelhante à almêcega, que os índios chamam “breu”
71. Amapá: árvore alta, de madeira mole, do qual se extrai a seiva branca para feridas, e que fervido faz um breu para “crenar” embarcações; do seu fruto extrai-se uma massa semelhante à marmelada.
72. Acutibriba: árvore alta, com fruto comestível
73. Sucuúba: árvore alta e direita, com grande copa; extrai-se uma goma semelhante à elástica, da qual faz-se um emplastro analgésico e aromático
74. Beribás ou Fruteira-do-conde: árvore grande e copada, de crescimento rápido e madeira pouco durável. Fruto semelhante à pinha.
75. Atá: árvore pequena, “mas engraçada”; fruto semelhante a uma pinha, com gosto de “requeijão fresco com açúcar”
76. Capuaí [cupuassu?]: árvore alta, cresce nas encostas de montes, de fruto semelhante ao cacau
77. Juá: árvore grande, com fruto.
78. Parinarí: madeira de lei, encontrada nas matas virgens. Fruto semelhante ao bacorí;
79. Piquiarana: madeira de lei, fruto miolo do caroço é comestível.
80. Pequiá: madeira de lei, fruto redondo, com massa comestível. Da casca em infusão produz-se tinta preta.
81. Anaurá: árvore grande, nasce nas “vargens”. Do miolo do caroço os índios produzem farinhas. Polpa incomestível.
82. Copaíba: grande árvore, nasce em “matas virgens”. O fruto ralado em água morna faz um remédio para o estômago; do tronco da árvore “ferido em quarto de lua cheia” extrai-se o óleo fino, aromático e adstringente, para cura de feridas, e para lustro nas pinturas.
83. Goaijaraú-açú: árvore grande das grandes matas, fruto de polpa comestível, com casca dura e muitas sementes semelhantes ao grão-de-bico
84. Guaijara-mirim: árvore alta e ramosa, fruto semelhante ao abiú, só podendo ser consumido assado ou cozido para retirar a resina.
85. Goijara-í: madeira de lei, nascendo nas matas virgens. fruto semelhante ao abiú.
86. Abió: árvore doméstica para o consumo dos frutos, e encontrada nos matos, das últimas se extrai mais resina

87. Jandiroba: árvore grande, madeira pouco sólida, e avermelhada, usada para carpintaria e marcenaria; das “castanhas” do fruto, extrai-se azeite. Há um cipó de mesmo nome, que também produz azeite
88. Sumaúma: árvore “extraordinariamente” alta e grossa, encontrada em diferentes partes do Brasil, mesmo nos sertões. De dentro dos frutos se extrai a lã branca, usada para encher colchões e travesseiros. Existe uma variedade na comarca do rio negro com fios mais brancos.
89. Imburu-çu: árvore alta e grossa, de cujo fruto se extrai uma lã parda.
90. Guaxingua: grande árvore “que se acha pelas matas”, da qual se extrai a seiva branca, que “duas ou tres colheres dissolvido em água morna é famoso remédio para lombrigas”.
91. Uçuçú [?]: árvore alta, encontrada nas matas virgens; fruto comestível.
92. Ucu-úba: fruto incomestível, do qual os índios extraem o miolo oleoso para iluminação, espetados em “espinhos” da casca de Jupatí.
93. Cucheri: uma das mais preciosas do Brasil, encontrada no Rio Xingú e no Pará; alta e delgada, de cuja casca se faz o “cravo do Maranhão”; sementes e folhas também aromáticas.
94. Pucheri: árvore alta do Pará; a dura polpa ralada serve para beverragens de remédio para cólicas
95. Umari: árvore “grande e doméstica”, de fruto oleoso altamente estimado no Pará, do qual se come a carne, e do caroço faz-se “boa tapioca”,
96. Umeri: árvore muito alta, que cresce em campinas e matas altas, da qual se extrai óleo “semelhante ao estoraque”, cujo cheiro se sente de longe. A casca era usada como incenso nas igrejas do Pará. Fruto comestível, similar à azeitona.
97. Omarim [Albizia saman?]: Árvore do Ceará, da qual se diz que mesmo nos períodos mais secos jorra água, molhando quem estiver embaixo.
98. Cahout-chue [Seringueira]: árvore alta e grossa, que se extrai a “goma elástica”. Para fazer borracha, Vilhena dizia que os nativos usavam flor de anil e vapor dos caroços de urucuri.

B. Árvores pequenas, ou de madeira mole “que só se destinam

para queimar, e tirar cinzas para fazer sabão”.

- | | |
|-------------------------|---------------------------------------|
| 1. Umbaúba: | 18. Café |
| 2. Araçá: | 19. Cana de açúcar |
| 3. Araçarana: | 20. Mangueira |
| 4. Goiaba | 21. Jaqueira |
| 5. Castanha do Maranhão | 22. Limões doces |
| 6. Castanha de macaco | 23. Limões azedos |
| 7. Mangabeira | 24. Laranjas |
| 8. Maracujá | 25. Romãzeiro |
| 9. Maracujá xerica | 26. Figueira |
| 10. Maracujá-membica | 27. Pessegueiros |
| 11. Mamão | 28. Parreiras |
| 12. Banana | 29. Canela |
| 13. Cajueiro | 30. Pimenta-da-índa |
| 14. Caju-açu | 31. Marmeleiro |
| 15. Caju-mirim | “e [nas cap. do sul] mais algumas |
| 16. Cacau | outras árvores frutíferas naturais da |
| 17. Cacuarana | Europa” |

ANEXO 3.

Figueira de Mello, Jerônimo Martiniano. “Anotações diversas sobre assuntos relativos à província de Pernambuco” [s.l], [s/d pós-1844]. [14 p.] Bn_Mss.

Plantas tuberosas-alimentares: “mandioca, matarana (cardamomo-da-terra, *Renealmia sylvestris*) e araruta (*Maranta arundinacea*) (fazem gomas e pastas); batatas americanas, batatas doces branca, amarela e roxa; macaxeira caboclinha e jacaré, inhames da terra e da costa, cará, macunã (*macuna*), casco de cavalo (Usa-se para farinha em tempos de seca), rábanos, rabanetes e nabos, abóboras e mangaritos, de diferentes espécies (variedades?).” [ver família das aráceas]

Plantas alimentares herbáceas: couve, alface, mostarda, cebolas, agrião, cenoura e bredo, de diferentes espécies.

Plantas resinosas: Almêcega, anjico, cajueiro (cita Arruda Câmara, Discurso sobre os jardins.)

Plantas para fiação e cordoaria: Algodão, caroá, cravatá de rede, ananaz manso, ananaz de agulha, caroatá, caroatá assu (piteira), coqueiro, aninga, tucum, macaíba, carrapixo, guaxuma de mangue, embira branca (jangadeira), embira vermelha (de que fazem cestos) (cita Arruda Câmara, obra sobre linhos).

Frutos alimentícios indígenas: Araçá, araçá-açu, coco*, banana*, goiaba, mangaba, pinha (ou ata), maracujá, manga*, jaca*, caju, ananas “cidra”, jambo*, mamão*, pitomba, cajá, dendê, jaboticaba, guabiraba (branca e vermelha), ameixa da terra, cruá (*sicana odorifera*), sapucaia, ubaia, juá, massaranduba, jatobá, catinguetá (? Catingueira?). *plantas exóticas

Frutos transplantados: uvas e figos da europa, laranja da terra, da china e tanjaras (Da Ásia), fruta-pão, limão, romãs e tamarindos. (tangerinas?)

Especiarias: cravo-girofle, pimenta, canela, gengibre e gergelim.

ANEXO 4

**Relação das sementes que se remetem em o caixote que acompanha em primeira via o
ofício nº 1 de 25 de janeiro de 1804. AHU-PE, Doc.10510**

NOME POPULAR	POSSIVEL IDENTIFICAÇÃO	TIPO	ONDE CRESCE
1. Ariticuapé		Árvore	<i>Bosques</i>
2. Anil		Erva	Terras baixas arenosas
3. Algodão		Arbusto	Campos
4. Angico		Árvore	Montes
5. Angelim		Árvore	Matas
6. Barriguda		Árvore	Matas Montanhosas
7. Bordão de Velha		Árvore	Qualquer terra
8. Batata de purga		Erva	Várzeas
9. Catóta		Arbusto	Terras Baixas
10. Carrapato		Arbusto	Qualquer terra
11. Canafistola		Árvore	Qualquer terra
12. Coração de Negro		Árvore	Matas
13. Catinga de porco		Arbusto	Montes
14. Cauapú		Árvore	Várzeas
15. Cascavel		Arbusto	Vales
16. Catolé		Coqueiro	Montes
17. Cordão de Frade		Erva	Campos
18. Carrapicho		Arbusto	Campos
19. Cajá		Árvore	Várzeas
20. Cajú		Árvore	Várzeas
21. Camará de espinho		Arbusto	Montes
22. Caroatá (de que se tira linho)		Erva	Vales
23. Carvalho		Árvore	Várzeas
24. Canudo de cachimbo		Arbusto	Várzeas
25. Cedro		Árvore	Montes
26. Erva rasteira		Erva	Campos
27. Embú		Árvore	Alagadiços
28. Fava de espinho preto		Cipó	Montes
29. Fava olho de peixe		Arbusto	Várzeas
30. Favas roxas		Erva	Várzeas
31. Fava pacote		Erva	Qualquer terra
32. Fava mororó		Arbusto	Montes
33. Feijão brabo		Cipó	Montes
34. Gergelim		Arbusto	Campos
35. Gororoba		Árvore	Matas
36. Gito		Árvore	Várzeas
37. Goiaba		Árvore	Várzeas
38. Gentirana	<i>Convolvulacea -</i>	Arbusto	Qualquer terra
39. Genipapo		Árvore	Terras Frescas
40. Genipapo brabo		Árvore	Várzeas
41. Humari		Árvore	Terras Baixas
42. Imbuzeiro		Árvore	Qualquer terra
43. Imbira		Árvore	Várzeas
44. Imbiratanha		Árvore	Várzeas

45. Ingá		Árvore	Matas
46. Ingá cabeludo		Árvore	Várzeas
47. Juá		Árvore	Várzeas
48. Jurema branca		Árvore	Várzeas
49. Jatobá		Árvore	Matas
50. Jandiroba		Árvore	Várzeas
51. Japiranga		Cipó	Bosques
52. Louro		Erva	Várzeas
53. Murta		Arbusto	Terras Frescas
54. Maxixe		Erva	Terras Frescas
55. Manga		Árvore	Lugares secos
56. Maracujá		Arbusto	Terras secas
57. Mentrasto		Arbusto	Campos
58. Massaranduba		Árvore	Várzeas
59. Malvas brabas		Erva	Campos
60. Mandacaru		Árvore	Terras Arenosas
61. Mororó		Árvore	Várzeas
62. Marmeleiro		Árvore	Montes
63. Mucunã		Arbusto	Montes
64. Molungu		Árvore	Qualquer terra
65. Magerioba		Arbusto	Várzeas (quando chove)
66. Melancia-da-praia	<i>Solanum capsicoides</i>	Erva	Montes
67. Mata-pasto		Erva	Vales
68. Maria preta		Árvore	Montes
69. Mole-mole		Árvore	Montes
70. Mangaba		Árvore	Tabuleiros
71. Olho de pomba		Cipó	Montes
72. Oiticica		Árvore	Montes
73. Pinha		Arbusto	Sequeiros
74. Pau-sangue		Árvore	Bosques
75. Piriquiti		Arbusto	Matas
76. Pitomba		Árvore	Montes
77. Para-tudo		Cipó	Montes
78. Pau-ferro		Árvore	Matas
79. Pau-branco		Arbusto	Matas
80. Pau-d'arco		Árvore	Matas
81. Paquevira		Erva	Várzeas
82. Pinhão manso		Arbusto	Qualquer terra
83. Quachuma		Árvore	Matas
84. Quiabos		Arbusto	Margens dos Rios
85. Sapucaia		Árvore	Vales
86. Sabonete		Árvore	Vales
87. Serrote		Árvore	Várzeas
88. Timbaúba		Árvore	Várzeas
89. Tamatinga		Árvore	Várzeas
90. Tocum		Arbusto	Bosques
91. Titaíra		Cipó	Alagadiços

ANEXO 5

Madeiras para usos dos engenhos segundo ANTONIL, André J. Cultura e Opulência do Brasil. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982.

Sapucaia	Eixos de moenda, carros
sucupira	Rodas d'água, cavernas e braços de barcos, quilhas, curvas de roda e proa com corais)
sucupira “carí”	Eixos de moenda, arcos do rodete e volandeira, aspas e contraspas
“assu”, e “mirim”	Rarros, braços e cavernas de barcos)
vinhático	Rodas d'água, caliz
pau d'arco	Rodas de moenda, ponta ou cabo do eixo
jitaí amarelo e preto	Carros
“messetaúba”	Dentes da moenda, rodetes e volandeiras.
massaranduba	Todo madeiramento dos edifícios: tirantes, frechais (comumente com apenas a primeira lavragem, “toscos”), sobrefrechais, tesoura, perna de asna, espigões e terças.
*Madeira muito comum no litoral do Brasil	
pau-brasil	Canoas
Jacarandá	Canoas
óleo	Canoas
picaí [jupicaí?]	Canoas
angelim	Canoas
oiticica	Canoas
joiarana	Canoas
peroba	Quilhas, forros e costados)
guanandi-carvalho	Cavernas e braços dos barcos
utim (oiti?)	Forros e costados
buranhém	Forros e costados
unhuíba	Forros e costados
inhuibatan	Mastros
camassari	Vergas
averno	Lemes
angelim	Lemes
mangue-branco	Varas de barco
lindirana	Remos
jenipapo	Remos

ANEXO 5.

Barcos de proprietários da praça do Recife, com carga em caixas (c.a.1745)

ANÔNIMO, “Informação Geral da Capitania de Pernambuco (1749) ABN, XXVIII, 1906. pp.117-486.

Nome	Carga	Proprietário
N. Sra. Guia, S. Antonio e Almas	90	Jacome Bezerra e Manoel Guilherme
N. Sra. do Bonsucesso, S. Antônio e Almas	50	Manoel Guilherme
N. Sra. Conceição e S. Vicente Ferreira	40	Manoel Gonçalves dos Santos
S. Antônio e Almas (“Barquinho”)	28	Manoel Gonçalves dos Santos
N. Sra. do Guadalupe	75	Manoel Gomes e Domingos Ramos
N. Sra. do Pilar e S. João Batista	75	Antônio de Oliveira
Padre Eterno e N.Sra.Conceição	120	Felipe da Silveira
N. Sra. dos Prazeres e Bom Jesus das Portas	90	Manoel Alves Ferreira
N. Sra. Graça e S. Antonio e Almas	70	Manoel Alves Ferreira
N. Sra. do Carmo e Todos os Santos	90	José Rodrigues Paulo
S. Antônio e Almas	65	Antônio Coelho
N. Sra. do Rosário e S. Antônio e Almas	70	João Henriques
N. Sra. da Atalaia e Sr. Bom Jesus das Portas	75	João Henriques
N. Sra. da Atalaia e Sr. do Bonfim	145	João Henriques
N. Sra. da Conceição e S. Antônio e Almas	70	João de Azevedo
N. Sra. de Boa Viagem e São José	65	João de Azevedo
N. Sra. da Piedade e S. Antônio e Almas	30	Leandro de Castro
N.Sra. da Boa Viagem e Almas	30	Mathias Belém
Sta. Ana e S. José	95	João Marques da Cruz
N. Sra. de Guadalupe	65	Manoel Ferreira Guimarães
N.Sra. do Bonsucesso e S. Antônio e Almas	60	Antônio José Brandão
Sta. Rita e S. Antônio e Almas	n.i.	Antônio José Brandão
N. Sra. dos Remédios e Todos os Santos	70	Félix Garcia Vieira
N. Sra. da Conceição e S. Antônio e Almas	65	Domingos Pires
N. Sra. do Pilar e S. Antônio e Almas	40	João da Silva
N. Sra. da Conceição e S. Antônio e Almas	120	José Silvestre
N. Sra. do Carmo e Sr. Bom Jesus	130	José de Abreu
N. Sra. dos Prazeres e S. Antônio e Almas	80	José de Abreu
N. Sra. do Carmo e S. Antônio e Almas	50	João Carvalho
N. Sra. da Madre de Deus e S. Francisco	36	Manoel Soares Lima
N. Sra. da Luz, S. Antônio e Almas	50	Manoel Mendes Madeira
S. José e Almas	15	Bernardo do Rego
N. Sra. do Bonsucesso, S. Antônio e Almas	50	Antônio Tavares Coutinho
Sr. do Bom Jesus das Portas	90	José Vaz Salgado
Família Santa	100	José Vaz Salgado
N. Sra. da Boa Viagem e S. Antonio e Almas	50	José Vaz Salgado
N. Sra. da Apresentação e Bom Jesus e Almas	95	José Vaz Salgado
N. Sra. do Monte e S. Antônio e Almas	40	José Vaz Salgado
N. Sra. do Ó e S. Antônio e Almas	40	Manoel Francisco dos Santos
N. Sra. dos Prazeres e S. José	45	Manoel Francisco dos Santos
N. Sra. dos Milagres e S. Antônio e Almas	45	João Teixeira
Sta. Ana e S. Antônio e Almas	76	Custódio dos Reis
N. Sra. do Monte e S. Antônio e Almas	140	Custódio dos Reis
N. Sra. do Rosário e S. Antônio e Almas	25	Manoel de Souza Oliveira
N. Sra. do Monte e S. Antônio e Almas	40	Miguel de Oliveira
S. Antônio e Almas	30	Gregório de Oliveira
N. Sra. dos Prazeres e S. Antônio e Almas	130	Francisco Gomes da Fonseca
N. Sra. da Vitória e S. Antônio e Almas	30	João de Souza

S. Antônio e Almas	15	Francisco Lopes
N. Sra. do Carmo e São Elias	110	Manoel da Silveira
N. Sra. do Cabo e S. José	40	Francisco Pimentel
N. Sra. do Guadalupe e Almas	95	João da Costa Monteiro
N. Sra. da Conceição, S. Antônio e Almas	88	Manoel Aranha da Fonsceca
N. Sra. do Livramento e Almas	100	Manoel Gonçalves Lisboa
S. Roque (Lanchinha)	0	Julião Soares
N. Sra. do Rosário e S. Antônio e Almas	114	José Oliveira Gaya

ANEXO 6.

MATAS NA PARAÍBA – 1791-92 “Mattas ao norte da Bahia da Traição que distao deste Porto até oito legoas, o qual foi sondado pelo primeiro Piloto comandante da Xarrua Providência Thomaz Joaquim de Medeiros, e para onde se conduzem as madeiras dessas Mattas.” [A = Comprimento, B = Largura (*léguas*)] AHU-PE, D. 12470. Doc.1

“O maior carroto é de quatro mil e oitocentos, pouco mais ou menos, e o menor de oito tostões.”

NOME	A	B	QUALIDADES
1. Pousa	1	½	Matta fexada
2. Cerca	1	½	“
3. Imbiriba	½	¼	“
4. Matta redonda	½	¼	“
5. Pitanga	7	1 ou +	“
6. Santa Anna	1 ½	½	“
7. Canabraba	½	½	“
8. Catû	1	½	“
9. São Francisco	2	½	“
10. Mataraca	½	½	Carrasco*
11. Pavuna	2 ½	2	“
12. Coelho	½	½	“

* ou mata que não é fechada

2. Matas ao sul da Baía da Traição, para onde se conduz as madeiras das ditas matas

NOME	A	B	QUALIDADES
13. Gurupiuna	2	2	Matta
14. Jandaia	1	1	“
15. Formigueiro	1	1	Carrasco
16. Imbira	2	2	“
17. Jacaré	1 ½	1 ½	“
18. Maripitanga	1	1	Matta e Carrasco
19. Forno	1	1	Carrasco e Tabocal
20. Leitão	½	½	“
21. Pindobeira	½	½	Tabocal

Pelo que se tem descoberdo das Matas entre si contíguas - Tabocal das Sicupiras ou Sarna, Salvador Gomes, Macedo e Pitanguinha - são 12 leguas em circunferência, totalmente virgens

3. Mattas ao Norte do Rio da Paraíba.

“Sendo o maior carroto quatro mil e oitocentos, e o menor dois mil réis.”

NOME	A	B	QUALIDADES
22. Pacare	1	½	Matta
23. Jacuípe	1	½	“
24. Estivas do Guedes	2	1	“
25. Mungereba	½	½	“

26. Forte Velho	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	“
27. Garamunha	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“
28. Peixe Boi	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“
29. Paribueira	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“
30. Livramento	1	$\frac{1}{2}$	“
31. Araqui	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“
32. Salinas	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{4}$	“
33. Alcapari	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“
34. Gargahú	2	1	“
35. Engenho Novo	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	“
36. Engenho Velho	$\frac{1}{2}$	1	“
37. Jacaraúna	2	$\frac{1}{2}$	“
38. Francisco Alvares	1	$\frac{1}{2}$	“
39. Tabocas	1	$\frac{1}{2}$	“
40. Açude de Thomé Rodrigues	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	“
41. Varge Grande	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	Mata e Carrasco
42. Aratinguí	1 $\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“
43. Tapira	2	1	“
44. Jaguarema	2	$\frac{1}{4}$	Carrasco e Tabocal

4. Mattas ao Sul do Rio da Paraíba para onde se conduzem as Madeiras destas Mattas
 “os carros andarão por quatro e oitocentos cada carrada.”

NOME	A	B	QUALIDADES
45. Barreiraes	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	Matta
46. Marés	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	“
47. Gramame	2	1	“
48. Penha	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“
49. Tambaú	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“
50. Rio do Cesto	1	$\frac{1}{2}$	“
51. Japunga	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“
52. Capitam	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	“
53. Alagoa Branda	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	“
54. Garaú	3	2	“
55. Abiú	3	3	“
56. Alhandra	1	$\frac{1}{2}$	“

5. Mattas no distrito da Capitania do Rio Grande

NOMES	A	B	QUALIDADES
57. Cazaca	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	Matta e Carrasco
58. Mundo Novo	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	“
59. Rio das Pedras	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	“
60. Trairi	3	1	“
61. Bacupari	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	“
62. Fermosa	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	“
63. Taqui	$\frac{1}{3}$	$\frac{1}{2}$	“
64. Urubú	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{4}$	“

65. Vassoura	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	“
66. Saca da Gararuba	$1 \frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“
67. Manoel dos Santos	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“
68. Pau Brazil	1	$\frac{1}{2}$	“
69. Araruna	1	$\frac{1}{2}$	“
70. Engole Pedras	$1 \frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	“

6.Mattas ao Norte do Rio Cunhahú para onde se conduziram as Madeiras que produz a qual só aportam Barcas em Jangadas

NOMES	A	B	QUALIDADES
71. Tibaúma	1	$\frac{1}{2}$	Matta
72. Pipa	1	$\frac{1}{2}$	“
73. Tibau	1	$\frac{1}{2}$	“

ANEXO 7.

MATAS NA PARAÍBA “Relação das matas da Capitania da Paraíba do Norte, em que se mostra a sua extensão, as quais pertencem à comandancia do Sr. Capitão-Mor de Mamanguape, as quais pegam o rio Mirirí para o Norte, entre o Rio dos Marcos que faz divisa do Rio Grande.” Revista Trimensal de História e Geografia. T.VI, vol.6 . Rio de Janeiro, 1844, p. .351-356

1. “Estas matas pertencem ao comandante da baía da Traição Francisco Xavier da Rocha”

NOME	DESCRIÇÃO	MEDIDAS
1. Mata da Imbira vila da Baía de S.Miguel	Já andou corte nelas; Nesta ainda não houve roçados.	$\frac{1}{2} \times \frac{1}{4}$ 2,5 Baía da Traição
2. Cerca e Grotão Idem	Já andou corte nesta. Está acabada com roçados dos índios.	$2 \times \frac{1}{2}$ 3 Baía da Traição
3. Jacaré e Tacurueira Idem	Já andou corte nelas. Está acabada com roçados dos índios.	5×1 3,5 Tramataia
4. Grupiúna Idem	Já andou corte nela. Tem-se feito algum roçado.	$1,5 \times 1$ 3 Tramataia
5. Cumbi Idem	Já andou nela corte.	$\frac{1}{4} \times 300$ bçs 1 Baía da Traição
6. Cana Braba Boaventura [sic]	Ja andou corte nela. Quase acabada com roçados	$\frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$ 4 Baía da Traição
7. Mata de Sant´Ana, Mathias José	Já andou corte nela. Não há roçados.	700 braças $\times \frac{1}{2}$ 4 Baía da Traição
8. Mata de Sant´Ana (2) Francisco Xavier da Rocha, Com. da baía	já andou corte nela. Já se tem feito roçados.	$\frac{1}{2} \times 200$ bçs 4 Baía da Traição
9. Mata de Sant´Ana (3) Gonçalo Soares	Já andou corte nela; Já se tem feito roçados.	$\frac{1}{2} \times 600$ bçs 4,5 Baía da Traição
10. Mata da Pabuna Antônio de Oliveira e João Ramos	Extinta	
11. Mata do Coelho José Pereira	ainda não andou corte. Está virgem.	$\frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$ 4,5 Baía da Traição
12. Mata do Cutia: João do Rosário	ainda não andou corte. Tem-se feito algum roçado.	$\frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$ 6 Baía da Traição

2. “Estas matas pertencem ao comandante da Mataraca, Caetano José da Rocha Galvão.”

NOME	DESCRIÇÃO	MEDIDAS
13. Mata de Sant´ana (4) Martinho Ribeiro	Já andou corte nela. está toda em roçados.	$\frac{1}{2} \times 600$ bçs 5 Baía da Traição
14. Mata da Cana	Ainda não andou corte nela. Tem-	$1 \times \frac{1}{2}$

Braba Gonçalo Soares e a Francisco Falcão.	se feito alguns roçados.	6 Baía da Traição
15. Mata Redonda Moradores da Taúna.	Já andou corte nelas. Já se fizeram alguns roçados.	$\frac{1}{2} \times \frac{1}{4}$ 4,5 Baía da Traição
16. Mata do Jardim Engº Camaratuba	ainda não andou corte. não há roçados nela.	$\frac{3}{4} \times \frac{1}{2}$ 4,5 Baía da Traição
17. Mata da Mataraca João Salvador e mais herdeiros	Ainda não andou corte nela. Já se tem feito muitos roçados	$\frac{1}{2} \times \frac{1}{4}$ 4,5 Baía da Traição
18. Mata do Catu Agostinho Gomes	Nunca andou corte nela. Tem-se feito alguns roçados.	$\frac{1}{2} \times \frac{1}{4}$ 7 Baía da Traição

3. “Estas matas pertencem ao Comandante João Barbosa.”

NOME	DESCRIÇÃO	MEDIDAS
19. Mata de Salvador Gomes João Barbosa, sr. do eng. da Imbiribeira, Gonçalo de Lima e a AntonioNogueira	Nesta mata nunca andou cort e, está virgem	$1 \times \frac{1}{2}$ 10 Baía da Traição
20. Mata da Sarna Hilário Coruja e outros herdeiros crioulos, e Mathias Leal da Paraíba.	Nesta mata nunca andou corte, está virgem	n.i. 10 Baía da Traição/Jaraguá
21. Matas da imbiribeira, e Riacho dos Negros Zumbi, Sete buracos, cabeça de Boi. João Barbosa.	em todas estas matas ainda não andou corte; nelas só se tem tirado madeiras para o engenho;	2×1 8 Baía da Traição/Jaraguá
22. Mata da Pitanguinha João Soares e Manoel Teixeira.	Ainda não andou corte nela. tem se feito roçados.	$1 \times \frac{1}{2}$ 10 Baía da Traição
23. Mata do Barro Branco falecido Antonio Quaresma:	esta mata tem pau-brasil e sucupira. Ainda não andou corte nela.	$1 \times \frac{1}{4}$ 10 Baía da Traição

4. “Estas matas pertencem ao Sr.Capitão-mor Sebastião Nobre.”

NOME	DESCRIÇÃO	MEDIDAS
24. Mata da Maripitanga	Já se tirou madeiras;	$1 \times \frac{1}{2}$ Ponte velha (r.

Engº de João Barbosa e à vila da Preguiça e outras		Mamanguape) 4
25. Mata do Forno Sgto.mor Domingos José de Carvalho e Manoel Dias:	ainda não andou corte nela tem roçados;	1 x ½ Ponte velha 6
26. Mata do Leitão José do Rego.	Já andou corte. Tem alguns roçados.	½ x ¼ Ponte velha 3
27. Mata da Pindobeira Francisco Xavier e irmãos, e Simão José:	já andou corte nela; Tem alguns roçados.	½ x ¼ Ponte velha 3
28. Mata do Formigueiro Antônio Barbosa.	Nunca andou corte; Tem-se feito alguns roçados.	½ x ¼ Ponte velha 4
29. Mata de S.João Inácio Gomes.	Já andou corte nela. Tem-se feito alguns roçados.	½ x ¼ Ponte velha 4,5
30. Mata das Alagoas. Antônio da Silva e Martinho de tal	ainda não andou corte nela. Tem se feito alguns roçados.	½ x ¼ Ponte velha 3
31. Mata da Lagoa dos Patos Simão José	ainda não andou corte. Tem se tirado algum pau para o engenho.	½ x ¼ Ponte velha 4,5
32. Mata do Taboleiro Grande Sr. Coronel João Moreira.	Ainda não andou corte. Tem se feito alguns roçados.	½ x ¼ Ponte velha 1,4
33. Mata do Jacaré vila da Preguiça	já andou corte nela. tem-se feito alguns roçados.	1 x ½ Jaraguá (r. Mamanguape) 2
34. Mata dos Três Rios Vila da Preguiça.	Já andou corte nela. Está quase acabada com roçados dos índios.	1 x ½ Jaraguá 2

5. “Estas matas pertencem ao comando de Manoel Pinto de Carvalho. Antônio Ferreira Soares Pinto.”

NOME	DESCRIÇÃO	MEDIDAS/DIST.PORTO
35. Mata do Rio Carapusema. Sr.Ten.Cel. Pedro Barbosa.	Nunca andou corte nela, e tem muito Pau Brazil e alguma sucupira; Muitos roçados.	1 ½ x ¼ Ponte Velha 3 Saué 8
36. Mata do rio Cruasú Idem	Já andou corte nela, e tem Pau Brazil e alguma sucupira. Já se tem feito roçados.	1 x 1 ¼ Saué 5
37. Mata da	pertence ao mesmo. Ainda não	½ x ¼

Caranguigura Idem	andou corte nela; Já se tem feito vários roçados.	Saué 5,5
38. Matas do Arentinguy, Uruba, Mundo Novo Idem	Já andou corte nelas. Estas matas se tem acabado em roçados.	2 x 1 Saué 5
39. Mata do Pacaré com Biribeira Mosteiro de S.Bento - PB , e Ten.cel.Pedro Barbosa	já tem andado corte nelas. Tem bastante Madeira.	2 x ½ Saué 4,5

AHEXO 8

“Relação das diferentes madeiras que eu Antonio Manoel Prata achei mais próprias para arquitetura naval, nos atuais cortes das madeiras de S.M. nas matas de Camaratuba e Gargaú o que tenho sido encarregado, debaixo das ordens do Ilmo.Exmo.Sr.D.Tomás José de Mello Gov.Cap.General de Pernambuco, Paraíba e mais capitanias anexas. Comparando o Peso de cada uma entre si, e medidas todas sobre um pé cúbico”; “C.“Relação das diferentes madeiras que achei mais próprias para arquitetura naval, nos dois cortes de madeiras reais que estou encarregado nas matas de Camaratuba e Gargaú, distrito da Cap. da Paraíba do Norte, em que contém as explicações, utilidades e serventias”; E. “Nomes das madeiras que achei mais próprias para mastros nas matas de Camaratuba”. AHU-PE, D.12220

Nome da Madeira/ Possível identificação	Arrobas/ Libras/ Onças/oitavas	Descrição/Usos
Pau d'arco da flor roxa	2,6,12,0	Produz todos os anos no mês de Novembro e Dezembro uma flor miúda roxa à imitação das árvores da europa na primavera. É pau de grande dimensão tanto no comprimento como na circunferência, porém a podridão acha-se ordinariamente no âmago. É madeira de excelente qualidade, de hastes compridas por ser forte, limpa e oleosa [?] serve para quilhas, cadastes e outras peças principais de construção; e também serve para cavilhas de embarçar, moitões, varas de sege e varas de lagar. [Foi Madeira desta]
Marfim	2, 4, 5, 4	Madeira que cresce direita, [de] cuja senão acha mais de seis palmos de circunferência, e trinta de comprido. É o amago fechado, serve para latas, e [charros?] das cobertas, pés-de-carneiros do porão, cobertas, e bailéus, e também para varais de sege, por brandar mais que o arco. [Já remeti um para se fazer a experiência no Arsenal do Exército, para segas da casa real]
Arco da flor amarela	2, 2, 4, 4	Produz todos os anos no mês de novembro, dezembro uma flor amarela, a sua natureza não é tão forte, e dura na lavra como a flor roxa, porém tem as mesmas serventias, mas não é de tão grande dimensão. [Não foi desta qualidade no presente corte]
Gondurú	2, 2, 4, 0	Madeira que cresce direita de grande elevação, e tem alguma grossura de doze palmos de circunferência. A caixa de fora é branca, o âmago vermelho. Serve para Cintas, Vãos, Latas, etc. hé própria para ornatos de igrejas, e móveis de casa. [Foi madeira desta no presente corte]
Jatobá	1,28,11,4	É madeira de grande dimensão [...] com abundância nas matas de Camaratuba, tanto serve para o ministério das hastes compridas, como de liames, como gios, braços, aposturas, quilhas, cintas, dormentes, bernardas e curvas. O seu âmago é vermelho, com ondas, também serve para ornatos de [iregas?] e móveis de casas. É esta a madeira que produz a resina cuja é de grande estimação na Europa, a que se chamam Goma Copala. [Foi desta madeira com grande abundância]
Embiriba da casca preta	1, 27, 3, 0	É esta madeira a mais recomendada por S.M. tanto para a arquitetura naval, como para mastreações, a qual nas experiências que se fizeram no Real Arsenal do Exército, pelo brigadeiro Bartolomeu da Costa, das amostras que foram remetidas de Pernambuco, foi a mais aprovada, e achei de abundância desta madeira nas matas de Gargaú de cuja vão três mastros pequenos, pelos não achar de mais de seis palmos de roda, e os que tinham sete ou oito não tinham os comprimentos necessários, só sim serviriam para [gruvises?]. Não posso ainda informar verdadeiramente se os haverá à imitação das [Estivas?] de Riga, por não ter feito um exame geral nas matas. [Foram três mastarios]
Berindiba	1, 26,10, 4	Esta madeira é da maior dimensão que encontrei em todas as matas, tendo no comprimento como como na grossura, dela se podem cortar quilhas,

		cadastes, Giros, Madre de Leme e cavernas etc. O âmagô é amarelo cor de azeitona. Tem as matas de Gargaú grandes paus desta qualidade. [foi um travessão das Habitas para experiência]
Jitaí	1, 26, 4, 0	Este é das mais recomendadas para S.M. tanto para a construção, como para mastreações. Este pau cresce torto, que só serve para liames que na presente ocasião vão braços de de fragata, aposturas, cintas de nau, latas, etc. Nas matas das Pedrinhas há grandes paus desta qualidade próprias para braçage de nau.
Angelim Amargoso	1, 25, 6, 4	Madeira própria para tabuados para portas principais de edifícios, e também para a construção, porém não encontrei paus desta qualidade à imitação dos que vi na Ribeira das Naus vindos do Pará. [foram curvas desta madeira]
Goitituruba	1,19,11,4	Madeira de grande elevação, que se pode cortar vãos para as naus de guerra de 70 palmos de comprimento. Nesta ocasião remeti cintas e trincanizes.
Sucupira Mirim	1,18,10,4	Entre todas as madeiras do Brasil, é a melhor para arquitetura naval, por ser forte, limpa e oleosa. Há três qualidades dela, a que chamam Sucupira-mirim, assu e preta, a primeira é mais firme, e menos sujeita a rachar. A segunda serve para bombas e sepos de âncoras, e a terceira para [falças?] dos reparos das peças para as fortalezas da marinha.
Espécies para mastros		
Sapucairana:	n.i.	Madeira que cresce direita da qual achei a paus de cem 100 de comprimento, e de onde achei 20 palmos de circunferência, porém grande parte são podres no âmagô.
Pau de Óleo:	n.i.	Madeira que também cresce direita, e de bastante elevação, porém não é tão grossa.
Espécies para tabuados		
Sapucairana, Paradiba, Óleo, Jurema e Louro: de todas estas qualidades de madeira se podem serrar tabuados para forros das camaras, e anteparos de camarotes, e também para edifícios.		

ANEXO 9

“Relação das madeiras da Capitania da Paraíba remetidas por amostras à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, no Ministério do Ilmo. e Exmo. Sr. Martinho de Mello e Castro, escolhidas e examinadas na dita capitania por Bento Bandeira de Mello, com a declaração do peso de casa uma das ditas amostras.”
[Pós-1801]

NOME/POSSÍVEL IDENTIFICAÇÃO	ALT. MÁX	ESP. MAX	DESCRIÇÃO	UTILIDADES
1. Pau d'arco da flor roxa	80	12-14	Durável, rígida pela “reversa fibra que tem”; resistente à água; madeira com muitas voltas;	Quilhas, sobrequilhas (árvores sem voltas), curvas de canal, camboetas, mancos, aposturas; capilhos, talão e couces de rodas; coral, beques, pizechas e outras peças
2. Pau d'arco da flor amarela	+80	14	Idem; fibra menos reversa	Idem.
3. Marfim (Mangabinha)	40	6	Durável, cor esbranquiçada, bom lustre. Pequena fruta sem. a Mangaba.	Marcenaria e peças do interior das câmaras dos navios Entrecasca medicinal (purgante e vomitória)
4. Cundurú	80	12	Durável, cor vermelha.	Marcenaria, bom lustro e alisa bem.
5. Jatobá	60-70	6-8	Durável, cor avermelhada, manchada com outras cores.	Marcenaria em geral, com bom lustre. Resina usada para “moléstias interiores do peito”, e para fabricação de laca.
6. Gitaí	40	10	Durável, alisa bem. Cor “amarelo desmaiado”.	Marcenaria, Contra-cadastres de dentro, gios, aval, sobrevanos, turcos, descansos de turcos, habitas e outros [???
7. Angelim	25	14	Inteiramente utilizável para construção naval, principalmente as raízes para as curvas. Muito abundante na Paraíba	Curvas em geral
8. Goiti-turuba	40	10	Durável	Sobrequilhas, sobresanas, cadastes de dentro e de fora, “esses” e formas das figuras, gios, pés de carneiro, vãos de cavernas.
9. Sucupira-mirim	+70	12	crescendo tanto curva como direita. A variedade “carrasco”, que cresce nos tabuleiros, é a de maior duração, pela “fibra reversa”	Todas as peças de navios, especialmente as curvas: cavernas, braços, aposturas, beques, escoteiras, tabuados, etc.
10. Louro de cheiro	40	12	Durável, semelhante ao vinhático, com poucas voltas	Tabuados para forros;
11. Carvalho	40	16	Durável	Tabuados; Portas, assoalhos de casas; habitas, descanso

				do turco, gios, vãos das cavernas, xadreses, formas de figuras
12. Sapucairana	+ 80	16	N/d	Tabuados, mastros, vergas.
13. Massaranduba	50	12	Durável, com poucas voltas.	Cadastes, contracadastes de dentro e fora, gios, vãos das cavernas, habitas, travessões e outras.
14. Gororoba	+ 70	15	Durável, resistente às infestações aquáticas, “por ser amarga em excesso”	Quilhas, sobrequilhas, sanos, cadastes, cural, e forro. Tabuados de casas.
15. Oiti-mirim, ou verdadeiro	60	16	Durável; Produz fruto do tamanho de um ovo, com casca amarela	Quilhas, sobrequilhas, sanos, cadastes, cural, gios, lemes, rodas; Escultura, barras do jardim.
16. Camassari	80	14	Pouco durável na água.	Serve para peças do interior, pés-de-carneiro, vãos das curvas.
17. Pau Santo	50	8	Durável e rígido; Cor vermelha ebranquiçada; usa-se as lascas e raspas para remédios; Homônimo de jacarandá em outras cap.	“qualquer peça de construção”
18. Golandim Carvalho	50	10	Durável	Tabuados
19. Barbatimão	30	10	Durável e rígida; casca adstringente usada como remédio	“qualquer peça de construção naval”
20. Baraqui – biraquim	80	14	Durável	Quilhas, sobrequilhas, sobresanos, cambotas, aposturas, descanso do turco, turco, mastros, vergas, e outros. Taboado para assoalhos e portas de casas.
21. Birindiba	40	14	Durável e rígida	Beques, turcos, descanso, e outras
22. Pau Ferro (Juá, Maria Preta)	30	6	Durável e rígida, principalmente as do “sertão”, cor preta; Uma das primeiras conhecidas no Brasil. Homônima, em Lisboa: “aroeira do sertão”, de cor vermelha, usada para dentaduras de cilindros de engenhos de açúcar, e eixos de engenhos de desencaroçar algodão.	Nd
23. Burabu	40	8	Durável e rígida; ainda não conhecida nos arsenais; Cor roxa, bom lustro e alisado	Marcenaria, dentadura de cilindros e eixos de engenhos, na falta da arieira
24. Angico	30	8	Durável e rígida, cor vermelho manchada de escuro. Bom alisamento e lustre.	Marcenaria; Pode servir para obras do interior das câmaras dos navios.
25. Tatajuba	20	14	Durável	Marcenaria; Produz tinta

				amarela;
26. Louro Branco	50	8	Nd	Tabuados, pés de carneiro, vãos de curvas, gios e outras
27. Laranjinha	80	10	Pouca durabilidade	Aduelas de barris
28. Jurema-assu	80	12	Outras juremas usadas para beberagens.	Tabuados; Pode servir p/ quilhas, sobrequilhas, sanos, e outras
29. Aroreira	50	8	Durável e rígida, ainda não usada nos arsenais; cor avermelhada. Bom alisamento e lustro.	Usa-se nas peças de engenho; pode ser boa tanto para marcenaria quanto para construção naval.
30. Baraúna	60	12	Durável. Fibra semelhante à Sucupira.	Poderia ter uso na construção naval pelas semelhanças à sucupira
31. Cabraíba	30	6	Tem cheiro agradável, cor encarnado-carmesim; bom alisamento e lustre	Marcenaria; Tinta encarnada tirada da casca, especialmente da raiz, e dos lenhos.
32. Peroba	20	6	Já enviada para experiências em Lisboa.	Aduelas de barris de molhados e secos
33. Oiti-cica	30	6	Pouca durabilidade	Peças de inteior: pés de carneiro, vãos de curva e outras.
34. Buranhém (Batinga)	20	4	Durável, “brandêa excessivamente sem quebrar”	Usada pelos índios para arcos; Buxas de carruagem.
35. Ingá da Mata, -assu	50	12	Frutas compridas	Tabuados, aduelas para barris de secos e molhados.
36. Cunhaú (cunhão?) de galo	16	5	Bom lustre e alisado	Marcenaria
37. Cupiuba macho	25	8-10	Cor amarela, bom alisado	Tabuados e aduelas de barris
38. Louro Canela	50	8	Cor amarela, bom alisado	Tabuados
39. Timbaúba	50	8	Casca usada como remédio	Tabuados, vasilhas para serviço de casa.
40. Bassoirinha (vassourinha)	20	5	Pouca duração, bom alisado.	Marcenaria. Pode servir para o interior das embarcações.
41. Quina-Quina	20	4	Bom alisado; casca usada como remédio	Marcenaria
42. Sapucaia de Pilão	50	14	Durável, rígida como o pau d’arco e sucupira; Frutas usadas como alimento e medicina, semelhantes a nozes, dentro de uma casca do tamanho de um coco, com tampa natural.	Cilindros de engenhos
43. Canafístula	20	8	Âmago de grande duração, porém pequeno; existem de cor roxa e amarela	Marcenaria
44. Espinheiro amarelo	20	8	Durável, de bom alisado e cor amarela.	Marcenaria
45. Jerimum-piúma	40	+8	Nd	Tabuados e marcenaria
46. Embiriba casca preta	+80	8	Durável	Mastros e vergas
47. Gulandim amarelo	90	12	Nd	Tabuados
48. Pequiá-mangaba	40	8	Nd	Tabuados

49. Lagarteiro	20	15	Nd	Tabuados e aduelas de barris de secos e molhados
50. Pau d'Óleo	80	14	Madeira resinosa, expelindo muito óleo em determinadas épocas do ano, amplamente vendido para pintura.	Mastros, vergas
51. Sucupira-assu	80	12	Durável, cresce direita	Tabuados, quilhas, sobrequilhas, sanos, e outras peças desta natureza
52. Louro amarelo	50	12	Durável	Taboado, marcenaria
53. Tapororoca	50	6	Pouca duração	Peças do interior do navio.
54. "Lacar"/Laca/Lacre	20	6	Madeira esbranquiçada, bom alisado; casca e folhas lançam resina semelhante ao lacre/laca	Marcenaria
55. "Camucá"?	20	10	Pouco durável, bom alisamento.	Marcenaria e peças do interior de embarcação
56. Limão-brabo	60	14	Nd	Marcenaria e peças do interior de embarcação
57. Miolo de quirí	30	12	Durável, madeira de cor agradável "atartarugada"	Sobrequilhas, cadastes, e outras; Marcenaria e marchetaria.
58. Angelim amarelo	50	8	Nd	Tabuados, pode servir para construção naval e marcenaria
59. "Siruagi"?	50	8	Nd.	Cadaste de dentro, gios, pés de carneiro, vãos das curvas, e outros.
60. Pau Sangue	+40	12	Quando cortado libera uma resina semelhante ao sangue.	Aduelas para barris de secos e molhados. Tabuados.
61. Murici	40	8	Nd.	Pode servir para muitas peças de construção naval e tabuados.

ANEXO 10

Matas de Alagoas em 1789 segundo a descrição do ouvidor J.M.Mattos Moreira. AHU-PE. 13420

A.VILA DE ALAGOAS

a.1. Mata entre r. Sapucaí e o Mirim	3 x 4 léguas; distante 4-7 léguas do mar
a.2. Mata entre r. Mirim e Mundaú	4 x 3 léguas, no oeste com o rio Urucu.
a.3. Mata entre Mundaú-Riachão	4 x 3,5 léguas até riacho do Ermitão
a.4 Mata entre Ermitão- r.São Miguel	7 x até os “campos de Inhaúm”
a.5.Mata r.S.Miguel- r. Jiquiá	5 x [tem essas duas matas juntas 22 léguas de fundo]

B.VILA DE ATALAIA (PALMARES):

b.1. Atalaia [até o rio Mundaú, ao sul Rio Paraíba]	ao N, 9 léguas, 25 léguas de fundo. Distantes 12-30 léguas da costa.
b.1. Mata r. Paraíba	8 x 20 até a serra da Palmeira.
b.2 . Mata serra da Palmeira-r.Sapucaí:	22x35

ÁRVORES DAS MATAS DE ALAGOAS E USOS DECLARADOS (1789)

NOME POPULAR	USOS
1. Angico	Marcenaria
2. Angico 2	Todas as obras
3. Barbatimão	“Formarem casas”; cascas para curtir couro
4. Burabú(guarabu, guaribu?jatobá-roxo?)	Marcenaria
5. Buranhém	Arcos de pipas e barris
6. Burarema (guararema, pau d´alho)	Cinzas de decoadas
7. Camassari	Talvez p/ Mastros
8. Cedro	Talha, escultura e taboados
9. Claraíba (louro-branco)	Todas as obras
10.Gameleiro	Cinzas das decoadas
11.Gitó	“Formarem casas”
12.Gororoba (angelim-amargoso)	Talvez p/ Mastros
13.Grupiúna [??]	Taboados de caixas de açúcar
14.Guanandi-carvalho	Talvez p/ Mastros
15.Imberiba preta	Talvez p/ Mastros
16.Jangada	Embarcações pesqueiras
17.Jaribá [??]	Talvez p/ Mastros
18.Jejuíba (Gonçalo Alves)	Marcenaria
19.Jeperenduba	Arcos de pipas e barris
20.Jequitibá	Talvez p/ Mastros
21.Jitaí [Jatobá?]	Marcenaria, Taboados
22.Marmaguda [??]	Taboados de caixas de açúcar
23.Massaranduba	Talvez p/ Mastros
24.Berindiba [mirindiba]	Taboados de caixas de açúcar
25.Mucuri	Todas as obras
26.Pau d´arco [ipê]	Talvez p/ Mastros
27.Pau de óleo [copaíba ou cabreúva?]	Talvez p/ Mastros

28.Pau Sangue	Marcenaria, taboados, aduelas para pipas
29.Pau-ferro (coração-de- negro)	Todas as obras
30.Pau-santo	Marcenaria
31.Peraíba [Paraíba?]	Taboados
32.Pirauá [apraíú?]	Cinzas de decoadas
33.Piraúna [baraúna?]	Todas as obras
34.Putumujú [araribá-amarelo?]	Marcenaria, taboados, aduelas para pipas
35.Quirimirin (amarelo e peninga) [???]	Todas as obras
36.Salgueiro	“Formarem casas”; cascas para curtir couro
37.Sapucaia	Talvez p/ Mastros
38.Sapucairana	Talvez p/ Mastros
39.Sucupira-mirim, Assú, e Carí	Todas as obras navais
40.Tapicuru	Marcenaria
41.Vinhático (Amarelo)*	Taboados
42.Visgueiro	Taboados de caixas de açúcar

VILAS DE ALAGOAS E ATALAIA: COMPOSIÇÃO FLORESTAL X TAMANHOS MÁXIMOS DAS ÁRVORES ENCONTRADAS ([MATTOS MOREIRA, 1789]

NOME POPULAR	VILA DAS ALAGOAS	VILA DE ATALAIA
1. Angico	X	30 x n.i / 6.6 x n.i m
2. Angico 2	X	25 x 12 / 5.5x2.6m
3. Barbatimão	X	20 x 10 [?] / 4.4 x 2.2m
4. Burabú(guarabu, guaribu?jatobá-roxo?)	120 x 25 / 26,4x5.5m	X
5. Buranhém	X	30 x 12 / 6.6 x 2.6m
6. Burarema (guararema, pau d´alho)	X	100 x 20 / 22 x 4.4m
7. Camassari	100 x 3-10 / 22 x 0.66-2.2m	110 x14-15 / 24.2 x 3.1-3.3m
8. Cedro	X	110 x 30 / 24.2 x 6.6m
9. Claraíba (louro-branco)	X	30 x 12 / 6.6x2.6m
10.Gameleiro	70-25 / 15.4x5.5m	X
11.Gitó	X	30 x 12 / 6.6x2.6m
12.Gororoba (angelim-amargoso)	110x8-9 / 24.2 x 1.76-1.9m	115 x 10 / 25.3x2.2m
13.Grupiúna [??]	80 x 16 / 17.6x3.52m	80 x 13-14 / 17.6 x 2.86-3.1m
14.Guanandi-carvalho	80-90 x 10-12/17.6-19.8 x 2.2-2.64m	100 x 12 / 22 x 2.64m
15.Imberiba preta	80 x 12-14 / 17.6x2.64-3.1m	100 x 12-15 / 22-2.64-3.3m
16.Jangada		50 x 9 / 11x1.98m
17.Jaribá [??]	80 x 17 / 17.6x3.74m	
18.Jejuíba (Gonçalo Alves)	25x6 / 5.5x1.32m	25 x 8 / 5.5x1.76m
19.Jeperenduba		16 x 8 / 3.5x1,76 m
20.Jequitibá	80x15-16 / 17.6x3.3-3.52m	90x16 / 19.8x3.52m
21.Jitáí [Jatobá?]	70 x 12 / 15.4x2.64m	80 x 12 / 17.6x2.64m
22.Marmaguda [??]	70 x 17 / 15.4x3.74m	80 x 14 / (17.6x3.08m)
23.Massaranduba	100 x 9 / 22x1.98m	108 x 10 / 23.76x2.2m
24.Berindiba [mirindiba]	120 x 25-30 / 26.4x5.5-6.6m	80 x 14 / 17.6x3.08 m
25.Mucuri		50 x 16 / 11x3.52m
26.Pau d´arco [ipê]	100 x 10-12 / 22x2.2-2.64m	120 x 15 / 26.4x3.3m
27.Pau de óleo [copaíba ou cabreúva?]	70 x 13-17 / 15.4x2.86-3.74m	110 x 15-16 / 24.2x3.3-3.52

28.Pau Sangue	X	30 x 12-15 / 6.6 x 2.64-3.3 m
29.Pau-ferro (coração-de-negro)	30 x 8-10 / 6.6x1.76-2.2 m	40 x 10 / 8.8x2.2m
30.Pau-santo	120 x 10-12 / 26.4x2.2-2.64m	125 x 12 / 27.5-2.64m
31.Peraíba [Paraíba?]	30 x 8 / 6.6 x1.76m	40 x 12 / 8.8 x 2.64m
32.Pirauá [apraíú?]	X	80 x 16 / 17.6 x 3.52m
33.Piraúna [baraúna?]	X	70 x 14 /15.4 x 3.08m
34.Putumujú [araribá-amarelo?]	X	30 x 12-15 / 6.6 x 2.64-3.3m
35.Quirimirin (amarelo e peninga) [???	X	40 x 12/8.8 x 2.64m
36.Salgueiro	X	30 x 12/6.6 x 2.64m
37.Sapucaia	115 x 14 / 25.3x3.08m	115 x 17-18/25.3x3.74-3.96m
38.Sapucairana	120 x 12-13 / 26.4x2.64-2.86m	120 x 12-13/26.4x2.64-2.86m
39.Sucupira-mirim, Assú, e Carí	50 x 8-10 / 11x1,76-2.2m	90 x 14/19.8x3.08m
40.Tapicuru	X	80 x 13/17.6-2.86m
41.Vinhático (Amarelo)*	30-35 x 10-12 (6.6-7.7x2.2-2.64m)	60 x 20/13.2x4.4m
42.Visgueiro	120 x 25-30 / 26.4 x 5.5-6.6m	25 x 30/27.5x6.6m

ANEXO 11

Construtores de Madeiras Reais de Alagoas signatários da atestação em favor do Des.Ouv.J.M.M. Moreira para o cargo de superintendente das matas da comarca das Alagoas do Sul. AHU-PE, D. 13420.

Porto de Pedras, Villa de Porto Calvo, Comarca das Alagoas do Sul 08.10.1796.

1. Cap. Com. Joaquim Pereira da Rosa
2. Cap. Com. Manoel Fernandes Prado
3. Cap. Antônio Marinho Falcão
4. Manoel Luis de Macedo
5. Antônio Justiniano de Mello
6. Cap. Salvador Pereira da Rosa
7. Antônio Corrêia de Novais
8. Alf. José de Almeida Gomes
9. Joaquim Vieira de Araújo
10. Caetano de Mello Maia
11. Pedro Fernandes Prado
12. Antônio Teixeira Barboza
13. Pedro da Rocha Miranda
14. Cap. Francisco da Silva Costa
15. Gregório Barboza
16. Joaquim de Sousa Bezerra
17. André Pereira Bicudo
18. Miguel dos Santos Correa
19. Pedro de Sousa
20. José Fernandes Vianna
21. Pascoal de Sousa Lima
22. Domingos de Araújo Correia
23. Miguel Alvares de Mello
24. Ignácio Batista Cardoso
25. Serafim Pacheco Alvares
26. Lourenço dos Santos Araújo
27. José Lopes da Silva
28. Vital Fernandes Prado
29. Cap.Com. Manoel Barreiros da Fonsceca
30. Domingos Rodrigues de Araújo
31. José Rodrigues de Araújo
32. José Inácio de Godoy
33. Antônio Gomes dos Prazeres
34. Cap. Agostinho Francisco Dias
35. José da Silva Cardoso
36. Simão Francisco
37. Vasco Marinho da Gama
38. André Fragoso
39. João de Pontes Rego
40. Inocência da Costa Mouzinho

ANEXO 12

Matas de Alagoas em 1797 Segundo MOREIRA, José M.M. “As Matas das Alagoas: Providência acerca delas e sua descrição” [Porto de Pedras, 03.08.1797 Revista trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil, V. 22, Rio de Janeiro: Typographia J.N.Garcia,:1859, pp.339-356.

a. Matas entre pescoço-São Miguel:

1. Pescoço: 5 x 5-6
2. Riacho Seco: 4-5 x 5-6
3. Coruripe
4. Lagoa do Pau
5. Poxim
6. Jiquiá
[4 últimas, tot. 7 x 5-6]
7. Lagoa do Jiquiá até r.S.Miguel: 7 x ?

b. Matas entre os rios São Miguel e S. Antônio Grande:

- a. Riachão: 4-5 léguas
- b. Palmares: 20 léguas para o interior.

c. Matas entre os rios S.Antônio Grande e o Persinunga

8. Camaragibe: 8 léguas
9. **Porto Calvo:** Duas Bocas, Japarutuba, Baixa-seca, Piabas, Canhoto, Duas Barras: total 4-5 léguas, distantes 5-6 do mar. Muitas sucupiras de maior grandeza. Pau Amarelo, Buenos Ayres. Total 7-8 léguas.
10. **Jacuípe:** nos fundos das ant., matas de amarelo, “cujas matas, posto que fossem das mais consideráveis [...] se acham hoje quase de todo destruídas, pela grande extração que delas tem feito os povos”. Taboados de 50 palmos custavam o dobro dos fabricados nos Palmares.

d. Matas entre os rios Jacuípe e Una (Comarca de Pernambuco)

Ao sul do Una

Crauássú de baixo, Aldeia velha, Aragoába, Crauássú de cima e outros. 2 x 5-6 léguas para o interior, encravada de engenhos.

Ao norte

Duas bocas, até o Engenho Ilha grande, Frescondim, Sauhé de cima, Cabeça de Porco, com sucupiras nos padrões para embarcações reais. 2 léguas.

[Total Alagoas: 28 x 35-36 + 4 Una

“Ramos” dos Palmares

- | | |
|-----------------------|---------------------------|
| 1. Tangil | |
| 2. Parangába | |
| 3. Mataráca | |
| 4. Branca | |
| 5. Conceição | |
| 6. Salobro | |
| 7. Cabeça do Cavallo | |
| 8. João Dias | |
| 9. Setúbal | |
| 10. Canoé | |
| 11. Anhumas | |
| 12. Riachão | |
| 13. Pão-amarello | |
| 14. Urucú | |
| 15. Pedra talhada | |
| 16. Golangi | |
| 17. Riacho das Canoas | |
| 18. Canúdos | |
| 19. Manimbú | |
| 20. Poço da volta | |
| | 21. Capapim |
| | 22. Juçará |
| | 23. Mirim |
| | 24. Caxoeira |
| | 25. Cobra |
| | 26. Poço-grande |
| | 27. Xoqueiro |
| | 28. Porco-brabo |
| | 29. Nascentes da Saúde |
| | 30. Piabas |
| | 31. Santiago |
| | 32. Cabeceiras de Sapucaí |
| | 33. Jilituba |
| | 34. Rio do peixe |
| | 35. Paças |
| | 36. Porco cortado |
| | 37. Piri-Piri |

ANEXO 13

Matas em Alagoas—em 1809 segundo MOREIRA, José M. “Relação das Matas das Alagoas, que tem princípio no Lago do Pescoço, e de todas as que ficam ao Norte destas até o Rio da Ipojuca, distante dez léguas de Pernambuco” RIAP, XIII, 1908. p.371-383.

A. Matas Pescoço-São Miguel reservadas à Marinha Mercantil:

1. Pescoço: Pescoço, Riacho Seco, Coruripe, Lagoa do Pau, e outras
2. Mata da Pituba
3. Matas “dos fundos da vila de S.José do Poxim”
4. Matas do Jequiá de cima

+ 20 léguas x 3,4,7 [ver mapa]

B. Matas da Conservatória

B.1. Matas entre os rios São Miguel e Santo Antônio Grande

5. Matas das Alagoas do Sul: Matas do Norte do rio de São Miguel, Riachão, Sibaúma Grande, Sibaúma Mirim, e outras.
6. Matas de Atalaia (Palmares): Perangaba, Tangil, Natea, Boca da Mata, Marcello [?], Serra do Urupema, Riachão, São José, João Dias, Conceição, Rolo, Canóes, Canadus, Golangi, Urucu, Murici, Maninbú e outros.
7. Matas de S. Antônio Mirim: Cacapim, Jusserral, Cobra, Santiago, e “muitos outros”.

B.2. Matas entre o R.Sto.Antônio Grande e Camaragibe

Getituba, Cachoeira, Gavial, Peche, Santo Antônio, Água Fria, Riachão e outros. Descem pelo r. Getituba e S.Antonio Grande para o porto Homônimo.

B.3. Matas de Camaragibe a Porto Calvo

Matas de Camaragibe: Muitos ramos até Porto Calvo, no r. Manguaba, 7 léguas do Porto de Pedras.

Matas de Baixa seca: Dois “braços”: ao Norte até as matas de Jacuípe e outro até o Una. 6 léguas de Matas entre Baixa Seca-Una-Engº Aldeia: Baixa Seca, Canhota, Duas Bocas, Duas Barras, Ilha, Ararajuba, Margem do Rio Una, Cabeça de Porco, Trescundinho, Fundos de Mucambas, Fundo de Maragi, Rio Formoso e Engenho Aldeia.

Portos: Porto de Pedras, Barra grande (segundo maior depois do Jaraguá), Porto do Una e Rio Formoso.

REFERENCIAS

FONTES MANUSCRITOS

1. Arquivo Nacional (AN-RJ)

1.Série Marinha.XII M - Inspeção do Arsenal da Marinha de Pernambuco

Cód.246 - Ordens, Portarias e Ofícios do Quartel General à intendência (1806-1819)

Cód.250 - Despachos da Intendência (1805-1819)

Cód.252 - Despachos e Editais da Intendência (1801 – 1831)

Cód.253 - Ordens do Governo (1806-1819)

Cód.254 - Portarias da Junta da Fazenda ao Intendente (1798-1809)

2. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

2.a. Papéis Avulsos.

Alagoas: Docs. 188, 223, 248, 249, 250, 253, 254, 260, 270, 299, 320, 326, 334, 375, 390, 455, 458, 523

Bahia: Docs. Docs. 705, 740, 800, 813, 841, 859

Pernambuco: Docs. 900, 1757, 1761, 2021, 3215, 3361, 5066, 5067, 5553, 5697, 6259, 6261, 6717, 6837, 6841, 7222, 7259, 7466, 7908, 8642, 8805, 9059, 9060, 9169, 9178, 9199, 9273, 9274, 9283, 9295, 9387, 9620, 9905, 9918, 10254, 10260, 10279, 10307, 10358, 10375, 10377, 10466, 10477, 10478, 10487, 10538, 10786, 10852, 11020, 11293, 11372, 11412, 11530, 11531, 11632, 11647, 11740, 11751, 11755, 11775, 11800, 11806, 11831, 11921, 11922, 11927, 11940, 11977, 11981, 11996, 12082, 12203, 12210, 12221, 12255, 12269, 12298, 12300, 12302, 12310, 12369, 12400, 12439, 12470, 12542, 12834, 13029, 13225, 13240, 13390, 13393, 13420, 13421, 13503, 13519, 13521, 13571, 13573, 13574, 13575, 13623, 13662, 13667, 13670, 13671, 13816, 13991, 14004, 14053, 14095, 14111, 14170, 14225, 14328, 1431, 14364, 14365, 14472, 14373, 14488, 14501, 14549, 14776, 15034, 15516, 15170, 15571, 15675, 15681, 16041, 16043, 16055, 16713, 16778, 17255, 17227, 17282, 17346, 17370, 17472, 17537, 17629, 17876, 18028, 18561, 18565, 18666, 18915.

Paraíba: Docs. 1438, 1927, 1969, 2181, 2202, 2209, 2208, 2235, 2238, 2240, 2256, 2288, 2305, 2355, 2374, 2380, 2408, 2447, 2453, 2484, 2508, 2527, 2530, 2537, 2635, 2654, 2687, 2669, 3134.

3.Biblioteca Nacional (BN-RJ)

007,03,001 n.006 - Anônimo “Descrição do interior de Pernambuco, como Rio de São Francisco, Porto Calvo, Palmares e Cabo de Santo agostinho, tratando também de Pero de Almeida” [S.l.: s.n.], [185-?]. 41 p.

01,1,012 - VILHENA, Luís dos S. **Recompilação de notícias Brasília contidas em três cartas.** Carta 1ª e 3ª.

I - 29,31,003 - Comissão de Agricultura, “Comunicado da comissão de agricultura às perguntas formuladas sobre o cultivo em Pernambuco” Recife, 25.3.1827.´

I - 47,35,2 - LISBOA, Baltazar S. “Observações sobre o plano de cortes de madeira”

I - 29,34,51 - SANTOS, Manoel Z. – Carta sobre a topografia de pernambuco (1829) [4p.]

I-30,07,076 - SANTOS, Manoel Z. – “Memória sobre os meios de fomentar a agricultura, principalmente dos gêneros alimentares na província de Pernambuco” 5.2.1826, 8p.

I-29,31,005 - FIGUEIRA DE MELLO, Jerônimo Martiniano. “Anotações diversas sobre assuntos relativos à província de Pernambuco” [s.l], [s/d pós-1844]. [14 p.]

FONTES IMPRESSAS E OBRAS DE REFERÊNCIA

ANÔNIMO, Ideia Geral de Pernambuco em 1817, **RIAP**, n.29-30 (Reed.) Recife, 1977

ANÔNIMO. Informação Geral da Capitania de Pernambuco (1749), **ABN**, XXVIII, 1906. pp.117-486

ANÔNIMO. **Opúsculo da descrição geográfica**, topographica, physica, política e histórica do que unicamente respeita à província das Alagoas no Império do Brazil. por hum brasileiro. Rio de Janeiro: Typ.De Berthe e Haring. 1844

ANÔNIMO. Relação das matas da Capitania da Paraíba do Norte, em que se mostra a sua extensão, as quais pertencem à comandancia do Sr. Capitão-Mor de Mamanguape, as quais pegam o rio Mirirí para o Norte, entre o Rio dos Marcos que faz divisa do Rio Grande. **Revista Trimensal de História e Geografia**. T.VI, vol.6 . Rio de Janeiro, 1844, pp. .351-356

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982

BERNARDES, Denis (int. e trad.) Notícia sobre a Cultura do algodoeiro na Província de Pernambuco pelo Chancelier Boilleau. **RIAP**, v.51. (1979), pp.305-36

BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogos das grandezas do brasil**. Recife: Massangana, 1997

CÂMARA, Manuel A. **Obras Reunidas** (c.1752-1811), Coligidas e com estudo biográfico por José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982

CAMPOS, Gonzaga. **Mappa Florestal**. Rio de Janeiro: Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil/Tipografia da Diretoria do Serviço de Estatística, 1912

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; [Brasília]: INL/MEC, 1978

CASAL, Manuel A. **Corografia brasílica**: ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil; prefacio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976 [1817]. 2 vol.

COSTA, Francisco A. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1965. 11v

COUTO, Domingos L. **Desagravos do brasil e glória de pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981

DOCUMENTOS Oficiais - nº 3. CARTA RÉGIA a Fernando Delgado F. Castilho, Palácio de Queluz, 18.07.1800. **RIHGB**, nº6, p.452-60

ESPÍNDOLA, Thomaz B. **Geografia Alagoana ou descrição physica, política e historica na Provincia de Alagoas**. Maceió: Typ.Liberal, 1871

JABOATÃO, Fr.Antônio de St^a M^a, **Novo órbe seráfico brasílico**, (2 vol.) Rio de Janeiro: Typ.Brasiliense, 1859

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secult, 1978

GAMA, Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**, v.1. Pernambuco: Tip.M.F. de Faria, 1844

GARDNER, Georges. **Viagem pelo Brasil**. 1836-1841, São Paulo: Cia.Ed.Nacional. (Col. Brasiliana nº 223), 1942

MENEZES, José César. Idéia da População da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios, e povoações notáveis, agricultura, número dos engenhos, contratos e rendimentos reais, aumento que estes tem tido &^a desde o ano de 1774 em que tomou posse do governos das mesmas capitanias o governador e capitão general José César de Menezes. Recife, 1777. **ABN**, 40, 1918, p.1-111

MOREIRA, José M. “As Matas das Alagoas: Providência acerca delas e sua descrição” [Porto de Pedras, 03.08.1797 **Revista trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil**, V. 22, Rio de Janeiro: Typographia J.N.Garcia, 1859, pp.339-356

_____. “Relação das Matas das Alagoas, que tem princípio no Lago do Pescoço, e de todas as que ficam ao Norte destas até o Rio da Ipojuca, distante dez léguas de Pernambuco” **RIAP**, XIII, 1908. p.371-383

MORENO, Diogo C. “Relação das Praças Fortes do Brasil (1605)” **RIAP**, LVII, 1984, pp.185-246, pp.185-200

ROCHA-PITA, Sebastião. **História da América portuguesa**: desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Bahia: Livraria Progresso, 1950

SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brasil**, contendo a origem e história de cada província, cidade, vila e aldeia, etc. Rio de Janeiro: Typ.Imperial, 1843

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**: 1500-1627. São Paulo: Melhoramentos, 1975

SANTOS, Manoel. Calamidades de Pernambuco, **RIHGB**, V.34, 1890.

SOUZA, Gabriel S. **Tratado Descritivo do Brasil em 1581**. São Paulo: Cia.Ed.Nacional, 1938. Col.Brasiliana, v.117

TOLLENARE, Louis-François. **Notas dominicaes**: Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818. (Parte relativa a Pernambuco). Trad. Alfredo de Carvalho. Recife: Jornal do Recife, 1905

VELLOSO, Fr. José M. **O Fazendeiro do Brasil**. T.1. parte 1 Da cultura das canas e fatura do açúcar. Lisboa: Tip.Régia, 1798

TESES, DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS.

ANDRADE, Juliana A. **A Mata em Movimento**: Coroa portuguesa, Senhores de Engenho, Homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas. PPGH/UFPB, 2008 (Dissertação de Mestrado)

CABRAL, Diogo C. **Homens e árvores no ecúmeno colonial**: Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu. Rio de Janeiro, 1763-1825. PPGHIS/UFRJ, 2007. (Dissertação de Mestrado)

CARVALHO, Juliano L. **A Formação territorial da mata paraibana (1750-1808)**. Salvador: UFBA, PPGAU 2008. Dissertação de Mestrado

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas:Unicamp, PPGH, 2001 (Tese para Concurso de Livre Docência)

PRESTES, Maria E. **A Investigação da Natureza no Brasil-Colônia.**, PPCA - USP, 1997 (Dissertação de Mestrado)

ROGERS, Thomas D. **The Deepest Wounds**: The Laboring Landscapes of sugar in northeastern Brazil. Duke Univ., 2005. (Tese de PhD.)

ARTIGOS

ALDEN, Daryll. Manoel Luís Vieira: An Entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's eighteenth century agricultural renaissance, **Hispanic American Historical Review**, Vol.XXXIX, nº 4, North Carolina: Novembro de 1959, Duke Univ. p.521-537

ALMEIDA, Argus V. Praia da madeira do Recife: centro de armazenamento e embarque de madeiras da mata-atlântica do Norte no século XVIII **Mnemne – Revista de humanidades**. Caicó (RN), v.8, nº20, fev/mar.2006, p.68-102

ARAÚJO, Renata M. “Desenhar cidades no papel e no terreno: cartografia e urbanismo na América e Mato Grosso no século XVIII”. In: OLIVEIRA, Francisco R.&VARGAS, Héctor M. **Mapas de metade do mundo**: a cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010

BEINART, William&MIDDLETON, Kate. Transferência de Plantas em uma perspectiva histórica. **Topoi**, v. 10, n. 19, Maringá: jul.-dez. 2009, p. 160-180

BRANNSTROM, Christian. Rethinking Brazilian ‘Atlantic Forest’: New evidence for land cover and land value in Western São Paulo, 1900-1930, **Journal of Historical Geography**, 28, 3 (2002), p.420-439

CABRAL, Diogo C. Substantivismo econômico e história florestal da América Portuguesa. **Varia Historia**, v.24 nº39, jan.-jun. 2008

_____. & CESCO, Susana. “Notas para uma história da exploração madeireira na mata atlântica do sul-sudeste”, **Ambiente&Sociedade**, Vol.XI, Nº1, Campinas: jan-jun.2008, p.33-48

CARVALHO, Ely B. Os historiadores e a floresta: dez anos depois de A Ferro e Fogo. **Esboços**, v.12, n.13, Florianópolis (UFSC), 2005

CARVALHO, Marcus J.M. A Mata Atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX, **Clio**, nº 25.2, Recife: 2007, p.249-266

COSGROVE, Denis. Landscape and *Landschaft*, **German Historical Institute Bulletin**, nº 35, Washington D.C.: Outono de 2004, pp.57-71

DABAT, Christine Y. Açúcar e Trópico: uma equação ‘natural’ justificando um modelo social perene, **Cadernos de História**, Ano VI, nº6, Ed.UFPE, 2010

DEAN, Warren. A Botânica e a Política Imperial, **Estudos Históricos**, vol.4, nº8, Rio de Janeiro, 1991, pp.216-228

DENEVAN, William M. The Pristine Myth: The Landscape of Americas in 1492. **Annals of the Association of American Geographers**, Vol. 82, No. 3, The Americas before and after 1492: Current Geographical Research. Setembro de 1992, pp. 369-385

DESCOLA, Philippe. Antropologia da Natureza, **Cadernos de História**, vol.VII, nº7, 2011, Recife: ed.UFPE

_____. As duas Naturezas de Levi-Strauss. **Sociologia&Antropologia**, v.1.02, p.35-51, 2011

_____. Beyond Nature and Culture: Forms of attachment. **Hau: Journal of Ethnographic Theory**, 2(1), p.447-471, 2012

_____. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, 4(1), 1998, p.23-4

DUARTE, Regina H. Com Açúcar e com afeto: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 125-147, 2004

FLORES, Dan. Place: An Argument for Bioregional History, **Environmental History Review** (1994) 18(4): 1-18

FROELICH, José M. Gilberto Freyre, a história ambiental e a ‘rurbanização’ **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. VII(2): 281-301, jul.-out. 2000

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, jan./jun. 2012. p. 25-44

_____. The temporality of landscape. **World Archaeology**, V.25 No. 2, p152-174

KANTOR, Iris “Usos geopolíticos da memória toponímica na formação do Estado brasileiro (1750-1850)” In: OLIVEIRA, Francisco R.&VARGAS, Héctor M. **Mapas de metade do mundo: a cartografia e a construção territorial dos espaços americanos : séculos XVI a XIX**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010, p.299-315

LÈVI-STRAUSS, Claude. “Estruturalismo e Ecologia” in: **O Olhar Distanciado**, 1972

_____. “O uso das plantas silvestres na américa do sul tropical”. In: **Suma Etnológica Brasileira**, 1987

LINHARES, Maria Y. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII E XVIII). **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, vol. XXXIV, Lisboa/Paris, Dez., 1995

LIZOT, Jacques. “População, Recursos e Guerra entre os Yanomami: Crítica da Antropologia Ecológica”. In: CLASTRES, P. et.al. **Guerra, Religião e Poder**. São Paulo: Ed.70, 1980

MARQUESE, Rafael. B.&TOMIC, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX” In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. (vol.II. 1831-1870), Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009, pp.339-383

MAXWELL, Kenneth. “A Geração 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”, in: **Chocolate, Piratas e outros Malandros**. São Paulo: Paz e Terra, 157-207, 1999

MELLO, Evaldo C. “Nova Lusitânia” In: MOTA, Carlos G. **Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)**, São Paulo: SENAC, 1999, v.1: Formação: histórias, pp. 71-101

_____. Canoas do Recife: um estudo de microhistória urbana, **RIAP**, 50, 1978

MILLER, Shawn W. Fuelwood in Colonial Brazil: The economic and social consequences of fuel depletion for the bahian recôncavo 1549-1820. **Forest & Conservation History**, Vol. 38, Nº. 4, Oct, 1994, pp. 181-192.

_____. Stilt-Root Subsistence: Colonial Mangroves and Brazil’s Landless Poor. **Hispanic American Historical Review**, Vol.83, Nº2, North Carolina, fev.2003, Duke Univ.Press, p. 223-253.

_____. Merchant shipbuilding in Late-Colonial Brazil: The evidence for a substantial private industry, **Colonial Latin America Historical Review**, 9(1), 2000

MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia, uma breve revisão, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16, outubro/2001

MORTON, Frederic W. The Royal Timber in Late Colonial Bahia, **Hispanic American Historical Review**, Vol.58, Nº1, North Carolina, fev.1978, Duke Univ. pp. 42-61

OLIVEIRA, Rogério R. Mata atlântica, paleoterritórios e história ambiental, **Ambiente&Sociedade**, Vol.X, Nº2, Campinas: jul-dez. 2007, pp.13-23

PÁDUA, José A. “Natureza e Sociedade no Brasil monárquico” In: GRINBERG, Keila&SALLES, Ricardo (orgs.) **O Brasil Império**, V.III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

REGO, André A. Corte de madeiras e confinamento de populações indígenas: O caso da Bahia do século XIX, **Crítica Histórica**, Ano II, Nº 4, Dezembro/2011, p.77-100

SAUER, Carl O. La explotación destructiva en la expansión colonial moderna, 1938. Vol. II, Sec. IIIc, pp. **Memorias del Congreso Geográfico Internacional** 494-499. Trad.de Guillermo C. Herrera

_____. "As Plantas Cultivadas na América do Sul Tropical", in: RIBEIRO, Darcy. [org] **Suma Etnológica Brasileira**, 1. Etnobiologia, coord. de Berta G Ribeiro, 1987

_____. La morfología del paisaje, **University of California Publications in Geography**. Vol. 2, No. 2, pp. 19-53. Outubro 12, 1925. Trad. de Guillermo C. Herrera

SCHWARCZ, Lília M. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos **Mal-estar na Cultura** / Abril-Novembro de 2010, IFCHS-UFRGS,[www.malestarnacultura.ufrgs.br Acesso:03/07/2014]

SCHWARTZ, Stuart B. "Gilberto Freyre e a História Colonial: uma visão otimista do Brasil" In: FALCÃO, Joaquim&ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa.(Orgs.) **O imperador das Idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2010

TAVOLARO, Sergio B. 'À sombra do mato virgem...': natureza e modernidade em uma abordagem sociológica brasileira. **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. XI, n. 2, p. 273-287, jul.-dez. 2008

VIEIRA, Daniel S.L. 'Imagens fiéis da terra': paisagem e regionalismo na recepção às obras de Frans Post pela cultura visual de Pernambuco, 1925-1937. **Domínios da Imagem**, Londrina, ano 2, n. 4, p. 19-32, maio 2009

WEGNER, Ricardo. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial, **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro,vol. 11 (suplemento 1), pp. 131-40, 2004

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. Campinas: **Ambiente & Sociedade**, Vol. V, nº 2 - ago./dez. 2002 - V.4 – nº 1 -. São Paulo: jan./jul. 2003, pp.23-44

LIVROS

ALENCASTRO, Luís F. **O Trato dos viventes: A formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

ANDRADE, Manuel C. **A economia Pernambucana no século XVI**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2003

ARNOLD, David. **La Naturaleza como problema histórico**. México: Fondo de Cultura Económico, 2000

ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980

BAKER, Alan G. **Geography and History: Bridging the divides**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003

- BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**, Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003
- BERNARDES, Denis A.M. **O Patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1821**. São Paulo: Hucitec, 2006
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material e Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, [3 vol.]
- CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Cia.Editora Nacional, Col.Brasiliana, v.302, 1938
- COIMBRA-FILHO, Ademar F.&CÂMARA, Ibsen G. **Os Limites Originais do Bioma Mata Atlântica na Região do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, FBCN, 1996
- CORBIN, Alain. **L'Homme dans le paysage**. Paris: Textuel, 2001
- COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Landscape**. Winconsin: Winconsin Univ. Press, 1998
- CRONON, William. **Changes in the Land: Indians, colonists and the ecology of New England**. New York: Hill & Wang, 1983
- CROSBY, Alfred. **O Imperialismo ecológico: A expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- _____. **The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492**. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1972
- DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história e a destruição da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- DESCOLA, Philippe. **Par-delà Nature et Culture**. Paris: Gallimard, 2005
- FERRÃO, José E. Mendes. **A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992
- GROVE, Richard H. **Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism (1600-1850)**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1997
- HOLLANDA, Sérgio B. (dir.). **História Geral da Civilização brasileira: A época colonial, v.1, "Do descobrimento à expansão territorial"**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000
- HYAMNS, Edward. **A History of Garden and Gardening**. Londres: J.M. Dent&sons, 1971
- LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- LINHARES, Maria Y. & SILVA, Francisco T. **História da Agricultura Brasileira: debates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981
- MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico**. [2v.] Lisboa: Editorial Estampa, 1997
- _____. **Marquês de Pombal, o paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- MELLO, Evaldo C. **A Outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 e 1824**. São Paulo: Ed.34, 2004

- _____. **A Ferida de Narciso**. Ensaio de História Regional. São Paulo: Ed. SENAC, 2001
- MELLO, José A. **Fontes para a história do Brasil holandês**. I. A Economia açucareira.; II. Administração da conquista. Recife: CEPE, 1981
- _____. **Fruitless trees**: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber. California: Stanford Univ.Press, 2000
- MINTZ, Sidney. **Caribbean transformarions**. Baltimore: The Johns Hopkins Univ., 1984
- _____. **Sweetness and Power**: The place of sugar in modern history. New York: Viking Penguin, 1985
- PÁDUA, José A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004
- PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e Escravidão**: Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004
- RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas**: monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008
- REGO, Francisco C. **Florestas Públicas**. Porto: 2001
- RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma etnológica brasileira**. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*, 1987
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. 1500-1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005
- SCHIEBINGER, Londa. **Plants and Empire**: Colonial Bioprospecting in the Atlantic World. Cambridge: Harvard University Press, 2004
- SMITH, Richard C. **Igrejas, Casas e Móveis**: Aspectos da arte colonial brasileira. Recife: IPHAN/MEC, 1979
- SOUZA, Bernardino J. **O pau-brasil na história nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- _____. **Senhores e Caçadores**: A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**. Porto: Afrontamento, 1990. Vol.1: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI
- WILLIAMS, Michael. **Deforesting the earth**: From prehistory to global crisis. Oxford: Oxford Univ.Press, 2003
- WORSTER, Donald. **Nature's Economy**: A History of Ecological Ideas. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994